

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA/UFJF  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS/ICH  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS/PPGCSO**

**THIAGO DUARTE PIMENTEL**

**Espaço, Identidade e Poder:**  
esboço de uma teoria morfogênética e morfostática para a  
sociologia das organizações

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (PPGCSO), área de concentração: Cultura, Poder e Instituições, da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em Ciências Sociais.

Orientador: Prof. Dr. Euler David de Siqueira.

Juiz de Fora / MG  
Dezembro de 2012

THIAGO DUARTE PIMENTEL

**Espaço, Identidade e Poder:  
esboço de uma teoria morfogenética e morfoestática para a  
sociologia das organizações**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (PPGCSO), área de concentração: Cultura, Poder e Instituições, da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em Ciências Sociais.

**Orientador:** Prof. Dr. Euler David de Siqueira

Juiz de Fora / MG

THIAGO DUARTE PIMENTEL

**Espaço, Identidade e Poder:  
esboço de uma teoria morfogenética e morfoestática para a  
sociologia das organizações**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (PPGCSO), área de concentração: Cultura, Poder e Instituições, da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em Ciências Sociais.

Aprovada em 17 de dezembro de 2012.

BANCA EXAMINADORA

---

Prof. Dr. Euler David de Siqueira  
Universidade Federal de Juiz de Fora / UFJF

---

Prof. Dr. Elcemir Paço Cunha  
Universidade Federal de Juiz de Fora / UFJF

---

Prof. Dr. Raul Francisco Magalhães  
Universidade Federal de Juiz de Fora / UFJF

---

Prof. Dr. Alexandre de Pádua Carrieri  
Universidade Federal de Minas Gerais / UFMG

---

Prof. Dr. Mário Duayer de Souza  
Universidade do Estado do Rio de Janeiro / UERJ

## **DEDICATÓRIA**

A todos que me propiciaram oportunidades, através de atalhos ou de obstáculos, de  
buscar o conhecimento, a transformação e a superação.

## AGRADECIMENTOS

Entre a subjetividade individual e coletiva, este estudo, ora materializado nesta tese, não teria sido possível sem a contribuição de muitas pessoas.

Embora seja impossível resgatar o traçado indelével da constituição das ideias aqui expressas, que foram se avolumando ao longo de quatro anos de trabalho, e dessa forma precisar com exatidão as origens dos *insights* e das contribuições, em sua maior ou menor extensão, de cada um daqueles que cruzaram meu caminho e que, de alguma forma, puderem me inspirar; cumpro-me aqui, como dívida de gratidão, ressaltar a presença de espírito daqueles que, de algum modo, e em algum momento (ou em vários), marcaram-me com suas intervenções ao longo desta minha caminhada.

Ao professor e tutor, Dr. Alexandre de Pádua Carrieri (CEPEAD/UFMG), por ter me lançado e impulsionado nesta trajetória acadêmica, ainda nos idos de 2003/4 (e lá se vão quase nove anos!), quando tive a oportunidade de ter contato com a iniciação científica e o universo do trabalho e das organizações. Pela oportunidade concedida, registro minha gratidão. Pela conduta, pelos ensinamentos e pelo carisma (que é sua marca registrada), vai aqui minha estima.

Ao amigo e colega de trabalho, professor Dr. Alfredo Rodrigues Leite da Silva (PPGADM/UFES), pelo companheirismo, pela escuta paciente nos momentos de dúvida e indecisão (!); pelas oportunas conversas nos eventos e reuniões científicas; pelos sábios conselhos a respeito da vida acadêmica que, sem dúvida, contribuíram e têm contribuído para meu amadurecimento profissional e pessoal, e, sobretudo, pela afinidade eletiva e a amizade conquistada, agradeço profundamente.

Ao professor Dr. Mozar José de Brito, por ter me recebido no Programa de Pós-Graduação em Administração na Universidade Federal de Lavras/UFLA, em março de 2009, quando comecei meus estudos de doutorado e por ter aceitado ser meu orientador, naquela ocasião, embora sem nos conhecermos muito bem; por ter me propiciado o contato com o “construcionismo social”, que foi decisivo para a minha conversão ao realismo crítico, reconheço o papel fundamental e agradeço a oportunidade de experiência, sem a qual minha trajetória teria sido totalmente diferente.

Ao professor Dr. Juvêncio Braga de Lima (PPGA/UFLA), com quem tive o prazer de estudar ao longo do primeiro semestre de 2009 a disciplina de “Teoria das Organizações”. Aquelas aulas, sem dúvida, ficarão para sempre na memória. Pelo

exemplo de professor, de seriedade, de profissionalismo e, acima de tudo, pela dedicação e empenho naquilo que faz por *vocação*, agradeço o exemplo e a (embora curta, mas marcante) convivência.

Ao professor Dr. José Roberto Pereira, por ter me oportunizado o contato com a gestão pública e social, também na UFLA, que ampliaram meu olhar sobre as organizações de modo geral, suas nuances, seu caráter simultâneo individual e coletivo, público e privado, instrumental e emancipador... Enfim, por ministrar algumas das melhores disciplinas do PPGA/UFLA, obrigado.

Ao professor Dr. Cléber de Castro, pelo ótimo trabalho realizado à frente da coordenação do PPGA/UFLA, entre 2009 e 2010, caracterizado pela competência, atenção e seriedade na tentativa de resolução dos problemas e melhoria do curso, registro aqui meu reconhecimento e minha estima. Aos funcionários do PPGA/DAE/UFLA, pelo trabalho sério e a dedicação na condução das atividades – nem sempre “visíveis” – do programa, em particular a Deila e ao Vitor.

Agradeço também ao professor Dr. Frédéric Vandenberghe (IESP/UERJ), por ter solicitamente me respondido questões relativas ao realismo crítico, em março de 2011; por ter gentilmente me cedido seu então recém-lançado livro no Brasil, *Teoria Social Realista*, que propiciou uma inflexão em meus estudos e também por ter participado, ainda que esporádica, mas significativamente, deste trabalho por meio de suas sugestões a respeito do enquadramento da proposta de tese na ocasião de nosso contato inicial e pela disponibilidade e participação em minha banca de qualificação (mesmo o tema da administração não sendo de seu interesse imediato), enfim, por me receber atenciosamente no Rio de Janeiro, para me fornecer críticas e sugestões preciosas pré e pós-banca.

Ao orientador e professor Dr. Euler David de Siqueira (PPGCSO/UFJF), pela sensibilidade e humanidade na condução dos assuntos acadêmicos e profissionais, sem, contudo, abrir mão da consciência sobre a seriedade que este ofício requer. Pela leveza de espírito e capacidade de se relacionar habilmente com o Outro, agradeço pela oportunidade, pela confiança depositada e a experiência compartilhada.

Ao colega de trabalho e de reflexões filosóficas sobre os “estudos organizacionais”, professor Dr. Elcemir Paço Cunha (PPGSS/UFJF), pela preocupação compartilhada em relação ao estudo da organização; pelo exemplo, nessa nova geração, de seriedade e profissionalismo acadêmico, dificilmente encontrados, e também pela paixão com que se dedica aos estudos e à profissão, registro aqui minha admiração.

Também quero agradecer às preciosas contribuições que sua leitura, atenta e crítica, me propiciou, em diferentes fases deste trabalho (qualificação, capítulo de TO, nova qualificação e exame final), permitindo-me, assim, alcançar um estágio mais elaborado, o qual sem dúvida, dificilmente, teria obtido sozinho.

Ao professor Dr. Mário Duayer (PPGSS/UERJ), por ter tão gentil e prontamente aceitado o convite de participar do exame final desta tese de doutorado e ao professor Dr. Raul Magalhães (PPGCSO/UFJF), por ter igualmente aceito o convite.

Ao professor Dr. Magnus Luiz Emmendoerfer (PPGA/UFV) e ao professor Dr. Virgílio Oliveira (UFJF), por terem aceitado participar como suplentes, tarefa nem sempre tão satisfatoriamente recompensável.

Ao PPGCSO/UFJF, por ter me acolhido, sem distinção, numa situação atípica de transferência de curso. Em especial, aos professores doutores Raul Francisco Magalhães, Paulo César Fraga Pontes e Marcelo Ayres Camurça, que avaliaram meu processo de transferência e endossaram essa possibilidade.

Ao coordenador do curso PPGCSO/UFJF, professor Dr. João Dal Poz, pelo empenho e seriedade na gestão do curso e no trabalho rotineiro – nem sempre fácil – que as tarefas administrativas impõem; pela habilidade e seriedade no trato da coisa pública e pela flexibilidade, rigorosamente embasada, na resolução propositiva dos problemas de gestão acadêmica do curso. Ao Chico, pelo trabalho competente, prestativo e solícito na secretaria da coordenação.

Ao Departamento de Turismo da Universidade Federal de Juiz de Fora, por ter me concedido a oportunidade de gozar férias no período de agosto a outubro de 2011, e entre 23 de novembro a 23 de dezembro de 2012, o que, sem dúvida, foi crucial para a viabilização operacional do meu projeto de qualificação e da defesa de tese, respectivamente.

Aos apoios institucionais dos órgãos de fomento: Comissão Aperfeiçoamento do Pessoal de Ensino Superior/CAPES, pela bolsa de estudo concedida entre abril/outubro de 2009 e à Pró-Reitoria de Recursos Humanos/PRORH da Universidade Federal de Juiz de Fora/UFJF, também pela concessão de bolsa entre os períodos de agosto/dezembro de 2011 e janeiro/dezembro de 2012.

Por último, e de algum modo inversamente em ordem de importância, aos familiares, em especial aos meus pais, por me ensinarem o valor do caráter, da firmeza (às vezes, mesmo em excesso) e da tenacidade, e, aos meus irmãos, pela oportunidade ímpar do aprendizado coletivo, do afeto compartilhado e do apoio mútuo.

A minha esposa e companheira de jornada, desta e de outras, cujo incondicional, desmesurado, irretribuível e indescritível suporte afetivo e material me conduziu à reflexão, ao amadurecimento e à redescoberta de mim mesmo. As palavras são limitadas para exprimir o sentimento de querer estar-junto. Portanto, só posso agradecer a dádiva da convivência.

Aos amigos e espíritos afins, em particular Marcelo, Paulo, Lucas, Alfredo, Nina, Laurinha e João Paulo, por me brindarem com o afeto voluntário e recíproco de nossa convivência, o que me proporcionou um enriquecimento pessoal inefável e sem preço.

Enfim, agradeço a Deus pela vida, a saúde e a situação de vida, nem sempre fácil, mas suficientemente favorável ao desenvolvimento do intelecto e da razão.





## EPÍGRAFE

“[...] há muitas coisas que não quero absolutamente saber. — A sabedoria traça limites, mesmo ao conhecimento. [...] jamais somos compreendidos — e *é disso* que advém nossa autoridade...” (NIETZSCHE, 2001, p.6; 8 – itálicos no original).

## RESUMO

PIMENTEL, T. D. **Espaço, Identidade e Poder: esboço de uma teoria morfogenética e morfoestática para a sociologia das organizações**. 2012. 470f. Tese (Doutorado) – Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora (MG), 2012.

Esta tese se insere, ontológica e epistemologicamente, na perspectiva do realismo crítico. Nela propõe-se a reafirmação da dimensão ontológica da realidade (a qual Bhaskar chamou de *intransitiva*), bem como seus rebatimentos na dimensão epistemológica (ou *transitiva* da realidade) que trata da possibilidade do conhecimento e das condições para sua ocorrência. Este enquadramento fornece, no âmbito da teoria social, uma forma de tratar da ontologia social e a natureza das relações entre agência e estrutura, que situa a discussão sobre o processo de estruturação da ação coletiva e seu resultado, em termos de elaboração de uma “entidade” socialmente real. Partindo do estado da arte dos estudos sobre as organizações, bem como a teorização acerca da categoria “coletivos” dentro da literatura da teoria social realista, identificou-se uma dupla lacuna: (1) nos estudos sobre as organizações, verifica-se a ausência de coerência e cumulatividade dos conhecimentos do campo, que é marcado por uma profunda dispersão de teorias e correntes orientadas por distintas tradições de pesquisa, todas, porém, tendo em comum sua filiação ao paradigma filosófico científico do positivismo e (2) nem a teoria social em geral e nem a teoria social realista elaboraram um relato que fosse capaz de dar conta e integrar, coerente e adequadamente, a categoria organização à sua proposta de teorização da realidade, restando por se fazer um relato específico que buscasse atacar o problema da organização (grupos sociais estruturados), como sugere Elder-Vass (2010). Visando endereçar esforços para a melhor compreensão desta questão, o objetivo, então, desta tese foi *identificar as estruturas gerativas e suas tendências (poderes causais), bem como as circunstâncias em que elas são ativadas (mecanismos causais), que permitem a existência e a emergência das organizações como entidades coletivas reais*. Para a realização deste estudo, recorreu-se, metodologicamente, a uma pesquisa teórica (ECO, 2001, p.11), amparada por procedimentos analíticos de coleta e tratamento dos dados de caráter hermenêutico. Como resultados, identificou-se a existência de três estruturas gerativas – o espaço, a identidade e o poder –, envolvendo diferentes componentes que se manifestam sob diferentes modos de realidade (material, ideal e social, respectivamente), cujos processos de enquadramento e fixação, de identificação e diferenciação, e de delegação e representação (respectivamente) conduzem às interações entre os indivíduos e à aquisição de padrões específicos bem como à mudança estrutural, morfológica e causal, atribuindo diferentes poderes causais a cada um desses estágios: aproximação e agregação, no momento 1 (M1); criação de uma unidade (exterior e irredutível ao indivíduo) e coesão diferentes de outras entidades, no momento 2 (M2) e, por fim, a instauração de uma ordem e capacidade de intervenção deliberada na realidade social, em âmbito institucional, no momento 3 (M3). Os três momentos sintetizados estão relacionados por meio da proposição de um modelo teórico de análise morfogenética da estruturação da ação coletiva. Apesar de este modelo se aplicar especificamente à análise da ação coletiva e de não ter sido validado empiricamente, sua contribuição original reside no fato de fornecer a elaboração de um quadro teórico suficientemente amplo e, ao mesmo tempo, específico para a análise das organizações, em particular, e da ação coletiva, em geral, em especial quando acrescentamos sua interface com a orientação ontológica e epistemológica do realismo crítico. Empiricamente, esta proposta traz um relato preciso de integração dos níveis micro e macro da realidade, por meio da atuação específica das organizações e instituições no nível mesossocial, que poderá ser aplicado para intervenção na realidade.

**Palavras-chave:** filosofia da ciência; realismo crítico; teoria social; sociologia das organizações; ação coletiva; morfogênese.

## ABSTRACT

PIMENTEL, T. D. **Space, Identity and Power: outline of a morphogenetic and morfostatic theory to the sociology of organizations**. 2012. 470f. Thesis (Ph.D.) – Institute of Human Sciences, Federal University of Juiz de Fora, Juiz de Fora (MG), 2012.

This thesis falls, ontologically and epistemologically, in the perspective of critical realism. The later proposes the reclaiming of (the ontological dimension of) reality (which Bhaskar called *intransitive* one) and its repercussions on the epistemological dimension (or *transitive* one) of reality, which deals with the possibility of knowledge and the conditions for its occurrence. This framework provides, in social theory, one way to address the social ontology and the nature of the relationship between agency and structure, which places the discussion of the structuring process of collective action and its outcome in terms of developing an "entity" socially real. Based on the state of the art of studies on organizations as well as theories about the category "collectives" in the literature of social theory, and in particular in the realist social theory, we identified a double gap: (1) studies on organizations there is a lack of coherence and cumulative knowledge of the field, which is marked by a deep scattering theories and currents driven by distinct research traditions. Nevertheless, all these traditions have in common their affiliation to the philosophical paradigm of scientific positivism; (2) neither social theory in general nor realist social theory produced an integrative and coherent report to the organization category. Thus, it remains to be done a specific report that called for attacking the problem of organization (structured social groups), as suggested by Elder-Vass (2010). Aiming to address efforts to better understand this issue, then, the objective this thesis was *to identify the generative structures and its trends (causal powers), as well as the circumstances under which they are activated (causal mechanisms) that enable the existence and emergence of organizations as real collective entities*. Methodologically this study was conducted in a form of a theoretical research (ECO, 2001, p.11), which was supported by analytical procedures for the collection and processing of data hermeneutic character. As a result, we identified the existence of three generative structures: space, identity and power. These structures involves different components that are manifested in specific *modes* of reality (material, social and ideal, respectively), whose the process of framing and mounting, identification and differentiation, and delegation and representation (respectively) lead to interactions among individuals purchasing patterns and structural change, morphological and causal, assigning different causal powers of each of these stages: approximation and aggregation, which was called "moment 1" (M1); the creating an unit (exterior and irreducible to the individual) and cohesion of different entities, called "moment 2" (M2); and, finally, the establishment of a command and ability to deliberate intervention in social reality, at institutional, called "moment 3" (M3). The three summarized moments are related each one by proposing a theoretical framework of the structure of collective action in a morphogenetic way. Although this model applies specifically to the analysis of collective action and has not been empirically validated, its original contribution lies in the fact provide the development of a theoretical framework sufficiently broad and simultaneously specific for the analysis of organizations, in particular, and collective action, in general. This is true especially when we add its interface with the ontological and epistemological orientation of critical realism. Empirically, this proposal provides an accurate account of the integration of micro and macro levels of reality, through the realization of specific organizations and institutions in mesosocial level. The correct knowledge of this level can be applied to intervention in reality.

**Keywords:** philosophy of science; critical realism; social theory; sociology of organizations; collective action; morphogenesis.

## RESUMÉ

PIMENTEL, T. D. **Espace, Identité et Pouvoir: esquisse d'une théorie morphogénétique et morphostatique pour la sociologie des organisations.** 2012. 470f. Thèse (Ph. D.) – Institut des Sciences Humaines, Université Fédérale de Juiz de Fora, Juiz de Fora (MG), 2012.

Cette thèse s'inscrit, ontologiquement et épistémologiquement, dans la perspective du réalisme critique. Elle propose de réaffirmer la dimension ontologique de la réalité (ce que Bhaskar a appelé de *intransitif*) ainsi que ses répercussions dans leur dimension épistémologique (ou bien *transitive*) de la réalité; celle-ci s'occupe de la possibilité de la connaissance et des conditions de son apparition. En théorie sociale, ce cadre permet, d'une certaine manière, d'aborder l'ontologie sociale et la nature de la relation entre l'agence et la structure, ce qui place le débat sur le processus de structuration de l'action collective et de ses résultats en termes de développement d'une «entité» socialement réelle. Sur la base de l'état de l'art des études sur les organisations ainsi que les théories sur la catégorie «les collectifs» dans la littérature de la théorie sociale réaliste, nous avons identifié une double lacune: (1) dans les études sur les organisations, on a décelé un manque de cohérence et d'accumulation des connaissances de ce domaine, qui est marqué par une profonde diffusion de théories et de courants conduits par des traditions de recherche différentes, mais ayant tous en commun leur appartenance au paradigme philosophique du positivisme scientifique; (2) ni la théorie sociale générale ni la théorie sociale réaliste ont produit un rapport qui soit capable d'expliquer et d'intégrer, de forme cohérente et appropriée, la catégorie «organisation» à sa proposition de théorie de la réalité, donc il reste à élaborer un rapport spécifique qui cherche à s'attaquer au problème d'organisation (groupes sociaux structurés), comme l'a suggéré Elder-Vass (2010). Visant à effectuer des efforts pour mieux comprendre cette question, l'objectif, alors, de cette thèse est *d'identifier les structures génératives et leurs tendances (pouvoirs causaux), ainsi que les circonstances dans lesquelles elles sont activées (mécanismes causaux) qui permettent l'existence et l'émergence des organisations comme des entités collectives réelles.* Méthodologiquement, pour faire cette étude, nous avons utilisé une recherche théorique (ECO, 2001, p.11), appuyée par des procédures analytiques pour la collecte et le traitement des données à caractère herméneutique. En conséquence, nous avons identifié l'existence de trois structures génératives: l'espace, l'identité et le pouvoir qui englobent différentes composantes qui se manifestent sous différents types de réalité (matérielle, sociale et idéale, respectivement), dont le processus d'élaboration et de montage, d'identification et de différenciation, et de délégation et de représentation (respectivement) conduisent à des interactions entre les individus et à l'acquisition de modèles spécifiques ainsi qu'à un changement structurel, morphologique et de causalité, en attribuant des pouvoirs causaux différents à chacune de ces étapes: rapprochement et agrégation, au moment 1 (M1); création d'une unité (extérieur et irréductible à l'individu) et cohésion d'autres entités, au moment 2 (M2); et, enfin, établissement d'un commandement et d'une capacité d'intervention délibérée dans la réalité sociale, au niveau institutionnel, au moment 3 (M3). Les trois moments synthétisés sont liés à travers la proposition d'un modèle théorique d'analyse morphogénétique de la structure de l'action collective. Même si ce modèle s'applique spécifiquement à l'analyse de l'action collective et bien qu'il n'ait pas été validé empiriquement, sa contribution originale réside dans le fait de fournir l'élaboration d'un cadre théorique suffisamment large et, en même temps, spécifique pour l'analyse des organisations, en particulier, et de l'action collective en général, surtout quand on ajoute son interface à l'orientation ontologique et épistémologique du réalisme critique. Empiriquement, cette proposition prévoit un rapport précis de l'intégration des niveaux micro et macro de la réalité, par le biais d'actions spécifiques des organisations et des institutions du niveau mesosocial, qui peuvent être appliquées à l'intervention dans la réalité.

**Mots-clés:** philosophie des sciences; réalisme critique; théorie sociale; sociologie des organisations; l'action collective; morphogénèse.

## RESUMEN

PIMENTEL, T. D. **Espacio, Identidad y poder: esbozo de una teoría morfogenética y morfoestática a la sociología de las organizaciones**. 2012. 470f. Tesis (Doctorado) – Instituto de Ciencias Humanas de la Universidad Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora (MG), 2012.

Esta tesis se cae, ontológicamente y epistemológicamente, en la perspectiva del realismo crítico. Eso propone la reafirmación de la dimensión ontológica de la realidad (lo que Bhaskar llamó de *intransitiva*) así como sus repercusiones para su dimensión epistemológica (o *transitiva* o realidad), la cual se ocupa de la posibilidad del conocimiento y de las condiciones para su aparición. Este marco ofrece, en teoría social, una forma de abordar la ontología social y la naturaleza de la relación entre agencia y estructura, lo que sitúa el debate sobre el proceso de estructuración de la acción colectiva y sus resultados en términos de desarrollo de una "entidad" socialmente real. Con base en el estado del arte de los estudios sobre las organizaciones, así como la teorización acerca de la categoría "colectivo" en la literatura de la teoría social realista, hemos identificado una brecha doble: (1) en los estudios sobre las organizaciones existe una falta de coherencia y de conocimiento acumulado de la materia, que se caracteriza por una gran dispersión de las teorías y las corrientes impulsadas por las tradiciones de investigación distintas, pero todas esas tradiciones tienen en común su pertenencia al paradigma filosófico del positivismo científico; (2) ni la teoría social en general tampoco la teoría social realista ha elaborado un informe capaz de hacer frente e integrar, coherente y adecuadamente, la categoría "organización" en su propuesta de teoría de la realidad. Esa situación conduce a la necesidad de hacer un *framework* específico para atacar el problema de la organización (grupos sociales estructurados), como sugiere Elder-Vass (2010). Con el objetivo de apodarar esfuerzos para comprender mejor este tema, el objetivo desta tesis fue *identificar las estructuras generativas y tendencias (poderes causales), así como las circunstancias en las cuales ellas son activadas (mecanismos causales) y que permiten la existencia y la aparición de las organizaciones como entidades colectivas reales*. Para este estudio, hemos utilizado metodológicamente a una investigación teórica (ECO, 2001, p.11), apoyada por procedimientos analíticos para la recogida y tratamiento de datos de carácter hermenéutico. Los resultados apuntan para a existencia de tres estructuras generativas: espacio, identidad y poder. Esas estructuras son involucradas con los diferentes componentes que se manifiestan en los diferentes *modos* de la realidad (material, social e ideal, respectivamente), cuyos procesos de elaboración y montaje, identificación y diferenciación, y la delegación y representación (respectivamente) transforman las interacciones entre individuos en la adquisición de patrones de compra y el cambio estructural, morfológica y causal, asignando diferentes poderes causales a cada una de estas etapas: aproximación y agregación, en el "momento 1" (M1); la creación de una unidad (exterior e irreductible al individuo) y la cohesión de las diferentes entidades, "momento 2" (M2); y, finalmente, el establecimiento de un mando y capacidad de intervención deliberada en la realidad social, a nivel institucional, "momento 3" (M3). Los tres momentos sintetizados se relacionan mediante la propuesta de un análisis teórico de la estructura morfogenética de la acción colectiva. Aunque este modelo se aplica específicamente al análisis de la acción colectiva y no ha sido validado empíricamente, su contribución original consiste en el hecho de proporcionar el desarrollo de un marco teórico suficientemente amplio y al mismo tiempo específico para el análisis de las organizaciones, en particular, y la acción colectiva en general. Eso es válido especialmente cuando agregamos su interface con la orientación ontológica y epistemológica del realismo crítico. Empíricamente, esta propuesta ofrece una descripción precisa de la integración de los niveles micro y macro de la realidad, a través del desempeño de las organizaciones e instituciones, específicas en el nivel mesosocial. El conocimiento generado en este nivel puede ser aplicado a la intervención en la realidad.

**Palabras-clave:** filosofía de la ciencia; realismo crítico; teoría social; sociología de las organizaciones; acción colectiva; morfogenesis.

## ASTRATTO

PIMENTEL, T. D. **Spazio, Identità e Potere: profilo di una teoria morfogenetica e morfostática alla sociologia dell'organizzazioni.** 2012. 470f. Tesi (Ph.D.) – Istituto per le Scienze Umane, Università Federale di Juiz de Fora, Juiz de Fora (MG), 2012.

La tesi è inserite, ontologicamente ed epistemologicamente, nella prospettiva del realismo critico. Nella si propone di refirmare la dimensione ontologica della realtà (che Bhaskar ha chiamato *intransitivo*) e le sue ripercussioni nella dimensione epistemologica (o *transitivo* della realtà) che si occupa della possibilità di conoscenza e le condizioni per la sua presenza. Questo prospetto esibire, nella teoria sociale, un modo per affrontare l'ontologia sociale e la natura del rapporto tra azione e struttura, che pone la discussione del processo di strutturazione d'azione collettiva e il suo esito in termini di sviluppo di una "entità" socialmente reale. Sulla base dello stato dell'arte di studi su organizzazioni e teorizzare la categoria "collettiva" nella letteratura della teoria sociale realistica, abbiamo identificato un doppio spacco: (1) studi sulla organizzazioni ha verificato che c'è una mancanza della coerenza e la conoscenza complessiva del settore, caratterizzato da una teoria di scattering profonde e correnti guidate da tradizioni di ricerca distinte, ma tutte hanno in comune la loro appartenenza al paradigma filosofico del positivismo scientifico; (2) né la teoria sociale generale né la teoria sociale realista hanno presentato una relazione che è stata in grado di affrontare e integrare, coerente e correttamente, la categoria "organizzazione" per la sua proposta di teoria sur realtà. Come risultato rimanere per fare una relazione specifica che ha chiamato per affrontare il problema di organizzazione (gruppi strutturati sociali), come suggerito da Elder-Vass (2010). Con lo scopo di indirizzare gli sforzi per capire meglio la questione, l'obiettivo, allora, di questa tesi è *stato quello di identificare le strutture e le tendenze generative (poteri causali), così come le circostanze in cui vengono attivati essi (meccanismi causali), che consentono l'esistenza e la nascita di organizzazioni come entità collettive di realtà.* Per questo studio, abbiamo utilizzato metodologicamente una ricerca teorica (ECO, 2001, p.11), sostenuta da procedure analitiche per l'esposizione e l'elaborazione dei dati di carattere ermeneutico. Come risultato, abbiamo identificato l'esistenza di tre strutture generative: lo spazio, l'identità e il potere, che coinvolgere diversi componenti che si manifestano in modi diversi della realtà (materiale, ideale e sociale, rispettivamente), le cui il processo di definizione e di montaggio, identificazione e differenziazione, e delega e rappresentanza (rispettivamente) portare ad interazioni tra gli individui modelli di acquisto e dei cambiamenti strutturali, morfologiche e causale, assegnando diversi poteri causali di ciascuna di queste fasi: ravvicinamento e di aggregazione, che chiamiamo tempo 1 (M1); la creazione di una unità (esterno e irriducibile per l'individuo) e la coesione delle diverse entità, che chiamiamo tempo 2 (M2); e, infine, l'istituzione di un comando e la capacità di intervento deliberato nella realtà sociale, a livello istituzionale, che chiamiamo tempo 3 (M3). I tre momenti sono legati sintetizzati proponendo una analisi teorica della struttura morfogenetica d'azione collettiva. Sebbene questo modello riguardare specificamente l'analisi dell'azione collettiva e non è stato empiricamente convalidato, il contributo originale risiede nel fatto di fornire lo sviluppo di un quadro teorico sufficientemente ampio e specifico al tempo stesso per l'analisi delle organizzazioni, in particolare, e l'azione collettiva in generale, soprattutto quando si aggiungere la sua interfaccia con l'orientamento ontologico ed epistemologico del realismo critico. Empiricamente, questo proposizione fornisce un resoconto accurato della integrazione di livello micro e macro della realtà, attraverso l'esecuzione di specifiche organizzazioni e istituzioni di livello mesosocial, che possono essere applicati ad un intervento nella realtà.

**Parole chiave:** filosofia della scienza; realismo critico; teoria sociale; sociologia della organizzazioni; l'azione collettiva; morfogenesi.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

|  |     |
|--|-----|
| Figura 01: Representação esquemática de integração entre fases da teoria social com a teorização organizacional e suas epistemologias fundacionais, a partir da classificação da teoria social em três fases, proposta por Buckley (1967[1971])..... | 60  |
| Figura 02: Modelo da abordagem estratégico-relacional da agência-estrutura.....  | 194 |
| Figura 03: As cinco dimensões de análise da identidade.....  | 303 |
| Figura 04: Esquema teórico de análise de identidade, incorporando a dimensão do espaço.....  | 305 |
| Figura 05: Representação esquemática de integração entre as propostas dos diferentes autores.....  | 410 |
| Figura 06: Sobreposição do modelo transformacional de ação social e do ciclo morfogenético/morfoestático.....  | 425 |
| Figura 07: Acréscimo dos elementos do modelo de análise morfogenética/morfoestática das organizações a partir da sobreposição do modelo transformacional de ação social e do ciclo morfogenético/morfoestático.....                                  | 425 |
| Figura 08: Esquema conceitual de análise do processo de estruturação dos sistemas sociais de ação coletiva, através de 3 momentos.....   | 427 |



## **LISTA DE TABELAS E QUADROS**

|  |       |
|--|-------|
| Quadro 01: Resumo e lógica da tese.....                            | 50-55 |
| Quadro 02: Localização dos autores, correntes e teorias na TO..... | 127   |

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

TO – Teoria organizacional

M1 – Primeiro momento da análise morfogenética de estruturação da ação coletiva

M2 – Segundo momento da análise morfogenética de estruturação da ação coletiva

M3 – Terceiro momento da análise morfogenética de estruturação da ação coletiva

RC – Realismo crítico

TMSA – Modelo transformacional da atividade social

M/M – Abordagem morfogenética e morfoestática da atividade social

SRA – Abordagem estratégica relacional

TS – Teoria dos Sistemas

# SUMÁRIO

|  |            |
|--|------------|
| <b>PREFÁCIO .....</b>  | <b>22</b>  |
| <b>PARTE 1: O PROBLEMA</b>   |            |
| <b>A QUESTÃO DA ORGANIZAÇÃO.....</b>   | <b>25</b>  |
| <b>1 INTRODUÇÃO .....</b>  | <b>26</b>  |
| 1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DO TEMA .....   | 26         |
| 1.2 DELIMITAÇÃO DO PROBLEMA E OBJETIVOS DA PESQUISA .....  | 37         |
| 1.3 PREMISSAS, SUPOSIÇÕES E ARGUMENTO CENTRAL .....  | 39         |
| 1.4 RELEVÂNCIA, ORIGINALIDADE E CONTRIBUIÇÕES ESPERADAS .....  | 44         |
| 1.5 ESTRUTURA DA PROPOSTA.....   | 49         |
| <b>2 O ESTADO DA ARTE DA TEORIA ORGANIZACIONAL OU DOS PROBLEMAS NOS ESTUDOS ORGANIZACIONAIS CONTEMPORÂNEOS.....</b>              | <b>58</b>  |
| 2.1 INTRODUÇÃO .....   | 58         |
| 2.2 A TEORIA ORGANIZACIONAL MODERNA E CONTEMPORÂNEA: RUPTURA E CONTINUIDADE .....  | 64         |
| 2.2.1 <i>Teoria Organizacional Moderna</i> .....   | 65         |
| 2.2.1.1 Teoria Clássica: as concepções mecanicistas na TO.....   | 66         |
| 2.2.1.2 Teoria Neoclássica: as concepções organicistas na TO .....   | 71         |
| 2.2.2 <i>Teoria Organizacional Contemporânea: acentuação dos sinais da crise paradigmática do positivismo na TO</i> .....        | 73         |
| 2.2.2.1 Simon e a Teoria da Decisão .....  | 74         |
| 2.2.2.2 A Teoria Geral dos Sistemas e a Teoria da Contingência.....  | 78         |
| 2.2.2.3 A Teoria Política da Ação Organizacional da EFSO: uma primeira síntese teórica.....                                      | 81         |
| 2.2.3 <i>Desdobramentos Recentes: da teoria da organização aos estudos organizacionais</i> .....                                 | 85         |
| 2.3.1 A crítica realista.....  | 86         |
| 2.3 “PROBLEMAS NOS ‘ESTUDOS ORGANIZACIONAIS’ CONTEMPORÂNEOS” .....   | 93         |
| 2.3.1 <i>A questão dos “estudos”</i> .....   | 93         |
| 2.3.2 <i>Os Quatro Pilares de Friedberg (1996)</i> .....   | 106        |
| 2.3.2.1 O problema da ação humana e dos comportamentos nas organizações .....  | 107        |
| 2.3.2.2 O problema da integração organizacional.....   | 110        |
| 2.3.2.3 O problema das fronteiras organizacionais .....  | 116        |
| 2.3.2.4 O problema da autonomia da ação organizacional.....  | 119        |
| 2.3.2.5 Críticas à leitura de Friedberg.....   | 122        |
| 2.4 CONCLUSÃO: POR UMA NOVA SÍNTESE PARADIGMATICAMENTE ALTERNATIVA .....   | 126        |
| <b>PARTE 2: CONSIDERAÇÕES INTERMEDIÁRIAS</b>   |            |
| <b>DO ESTABELECIMENTO DAS BASES DO REALISMO CRÍTICO ÀS BASES PARA O REESTABELECIMENTO DE UM NOVO MODELO DE ORGANIZAÇÃO .....</b> | <b>131</b> |
| <b>3 REALISMO CRÍTICO NOS ESTUDOS ORGANIZACIONAIS: NOTAS INTRODUTÓRIAS SOBRE SEUS FUNDAMENTOS FILOSÓFICOS .....</b>              | <b>132</b> |
| 3.1 INTRODUÇÃO .....   | 132        |
| 3.2 O MOVIMENTO <i>CRITICAL REALISM</i> E A REFUTAÇÃO TRANSCENDENTAL DA CIÊNCIA NORMAL.....                                      | 135        |
| 3.3 DISTINGUINDO REALISMOS.....  | 142        |
| 3.4 O REALISMO CRÍTICO: PROPOSIÇÕES E ELEMENTOS CENTRAIS .....   | 147        |
| 3.5 LIMITAÇÕES E QUESTÕES PARA DEBATE .....  | 154        |
| 3.6 CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES .....   | 156        |
| <b>4 TEORIA SOCIAL E TEORIA SOCIAL REALISTA: SITUANDO AS BASES PARA UMA SOCIOLOGIA REALISTA DAS ORGANIZAÇÕES.....</b>            | <b>158</b> |
| 4.1 INTRODUÇÃO .....   | 158        |
| 4.2 O NATURALISMO CRÍTICO E A EMERGÊNCIA DA TEORIA SOCIAL REALISTA NA TEORIA SOCIAL CONTEMPORÂNEA .....                          | 165        |

|   |     |
|---|-----|
| 4.3 ONTOLOGIA ESTRATIFICADA, EMERGÊNCIA DOS PODERES CAUSAIS E REALIDADE SOCIAL..... | 176 |
| 4.3.1 <i>Diferenciação Ontológica, Estratificação e Emergência</i> .....            | 176 |
| 4.3.2 <i>Estratificação e Emergência na Realidade Social</i> .....                  | 183 |
| 4.4 MODELOS DE RELAÇÃO AGÊNCIA-ESTRUTURA .....                                      | 188 |
| 4.4.1 <i>Modelo Transformacional da Ação Social (TMSA) de Bhaskar</i> .....         | 188 |
| 4.4.2 <i>Modelo de Análise Morfogênética e Morfofática (M/M) de Archer</i> .....    | 190 |
| 4.4.3 <i>A Abordagem Estratégica-Relacional (SRA) de Jessop</i> .....               | 194 |
| 4.5 TEORIA DAS SUBJETIVIDADES COLETIVAS .....                                       | 199 |
| 4.6 CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES .....  | 209 |

### **PARTE 3: CRÍTICA E RECONSTRUÇÃO**

|  |     |
|--|-----|
| MOMENTOS DA ANÁLISE MORFOGÊNÉTICA E MORFOFÁTICA DE ESTRUTURAÇÃO DOS SISTEMAS SOCIAIS DE AÇÃO COLETIVA..... | 211 |
|--|-----|

### **5 MOMENTO 1 (M1) – ESPAÇO: DE COLETIVOS TAXONÔMICOS A GRUPOS INTERATIVOS VIA COMPARTILHAMENTO DA REALIDADE MATERIAL..... 212**

|   |     |
|---|-----|
| 5.1 INTRODUÇÃO .....  | 213 |
| 5.2 A TRAJETÓRIA DO PENSAMENTO SOBRE AS QUESTÕES DE ESPAÇO E TEMPO: OU DAS DIMENSÕES ESPAÇO E TEMPO À DIMENSÃO ESPAÇO-TEMPO .....       | 218 |
| 5.2.1 <i>Espaço (e Tempo) na Física e na Filosofia</i> .....  | 218 |
| 5.2.1.1 A concepção intuitiva do espaço e do tempo .....  | 218 |
| 5.2.1.2 A concepção absolutista-newtoniana de espaço e tempo .....  | 222 |
| 5.2.1.3 A concepção complexa relativista-einsteiniana de espaço-tempo .....   | 237 |
| 5.2.2 <i>Espaço e Tempo na Teoria Social</i> .....  | 240 |
| 5.2.2.1 A análise microssociológica (corporal) de Georg Simmel e a ideia de espaço intermediário .....                                  | 241 |
| 5.2.2.2 A análise mesossociológica (sistêmica) de Georges Gurwitsch e as noções de níveis e integração ...                              | 246 |
| 5.2.2.3 A dialética (sócio)espacial de Henri Lefebvre .....   | 251 |
| 5.2.2.4 A análise macrosociológica (estrutural) de Pierre Bourdieu e as ideias de campo e posição .....                                 | 253 |
| 5.3 AS CARACTERÍSTICAS E PROPRIEDADES DO ESPAÇO E SUAS IMPLICAÇÕES PARA A ESTRUTURAÇÃO DOS COLETIVOS NO ÂMBITO DA REALIDADE SOCIAL..... | 255 |
| 5.3.1 <i>O necessário compartilhamento da situação espacial de copresença, física ou virtual, para qualquer tipo de interação</i> ..... | 258 |
| 5.3.2 <i>A mediação tecnológica como caso particular de extensão da situação de copresença física</i> .....                             | 262 |
| 5.3.3 <i>A necessária aquisição de embodiment para atuação na realidade material</i> .....  | 265 |
| 5.4 LÓGICA DO M1 – DE COLETIVOS TAXONÔMICOS A GRUPOS INTERATIVOS .....  | 268 |
| 5.5 <i>QUEM, QUANDO E ONDE?</i> RESTRIÇÕES E VALIDADE DE M1 .....   | 274 |
| 5.6 CONCLUSÃO.....  | 276 |

### **6 MOMENTO 2 (M2) – IDENTIDADE: DE GRUPOS INTERATIVOS ÀS ASSOCIAÇÕES MEDIANTE O COMPARTILHAMENTO DA REALIDADE IDEAL ..... 279**

|  |     |
|--|-----|
| 6.1 INTRODUÇÃO .....   | 279 |
| 6.2 A TRAJETÓRIA DO PENSAMENTO SOBRE AS QUESTÕES DA IDENTIDADE: DE ATRIBUTO À CONSTITUIÇÃO EMERGENTE.....                                    | 284 |
| 6.2.1 <i>O Problema da Identidade na Filosofia</i> .....   | 284 |
| 6.2.1.1 A concepção dicotômica (antinômica) de identidade.....   | 285 |
| 6.2.2 <i>A Questão da Identidade nas Ciências Sociais</i> .....  | 289 |
| 6.2.3 <i>A Identidade no Campo Organizacional</i> .....  | 299 |
| 6.3 AS CARACTERÍSTICAS E PROPRIEDADES DA IDENTIDADE E SUAS IMPLICAÇÕES PARA A ESTRUTURAÇÃO DOS COLETIVOS NO ÂMBITO DA REALIDADE SOCIAL ..... | 308 |
| 6.4 LÓGICA DO M2 – DE GRUPOS INTERATIVOS A ASSOCIAÇÕES.....  | 316 |
| 6.5 <i>QUEM, QUANDO E ONDE?</i> RESTRIÇÕES E VALIDADE DE M2 .....  | 323 |
| 6.6 CONCLUSÃO.....   | 324 |

### **7 MOMENTO 3 (M3) – PODER: DE ASSOCIAÇÕES A ORGANIZAÇÕES MEDIANTE O COMPARTILHAMENTO DA REALIDADE SOCIAL ..... 327**

|   |     |
|---|-----|
| 7.1 INTRODUÇÃO .....  | 328 |
| 7.2 A TRAJETÓRIA DOS ESTUDOS DE PODER NA FILOSOFIA E NA TEORIA SOCIAL ..... | 332 |

|  |            |
|--|------------|
| 7.2.1 <i>A Questão do Poder na Filosofia</i> .....   | 332        |
| 7.2.2 <i>A Questão do Poder na Teoria Social</i> .....   | 337        |
| 7.2.2.1 O problema da ordem empiricamente verificado .....   | 337        |
| 7.2.2.2 A ordem como resultado do conflito aberto via imposição de força .....                                 | 339        |
| 7.4 LÓGICA DO M3 – DE ASSOCIAÇÕES A ORGANIZAÇÕES .....   | 397        |
| 7.5 <i>QUEM QUANDO E ONDE?</i> RESTRIÇÕES E VALIDADE DE M3 .....   | 401        |
| 7.6 CONCLUSÃO.....   | 404        |
| <b>PARTE 4: SÍNTESE E SUPERAÇÃO</b>  |            |
| <b>O FRAMEWORK MORFOGENÉTICO REALISTA CRÍTICO DE ANÁLISE DAS ORGANIZAÇÕES</b><br>.....                         | <b>409</b> |
| <b>8 TEORIA ORGANIZACIONAL REALISTA: POR UMA ABORDAGEM MORFOGENÉTICA E MORFOESTÁTICA DAS ORGANIZAÇÕES.....</b> | <b>411</b> |
| 8.1 INTRODUÇÃO .....   | 411        |
| 8.2 TEORIA ORGANIZACIONAL REALISTA.....  | 415        |
| 8.2.1 <i>Análise Morfogenética das Organizações</i> .....  | 415        |
| 8.2.2 <i>Premissas</i> .....   | 416        |
| 8.2.3 <i>Processo de estruturação dos sistemas sociais de ação coletiva</i> .....                              | 418        |
| 8.2.4 <i>Esquema Analítico</i> .....   | 423        |
| 8.2.5 <i>Implicações Conceituais, Analíticas e Práticas</i> .....  | 432        |
| <b>9 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>   | <b>433</b> |
| <b>REFERÊNCIAS .....</b>   | <b>445</b> |
| <b>GLOSSÁRIO .....</b>   | <b>464</b> |

## PREFÁCIO

Este estudo nasceu a partir da observação e da preocupação com a realidade empírica, no contexto da atividade turística. No Brasil do século XXI (1º decênio) tornaram-se comuns duas coisas: (1) o turismo como atividade socioeconômica e (2) as novas formas de ação coletiva – supostamente associadas à maior dispersão e flexibilização da democracia.

Tornou-se comum falar do turismo como panaceia para o desenvolvimento. Muito se falou e se investiu no turismo no Brasil. Ele, de fato, alcançou o *status* de um assunto público, conseguiu um ministério e tornou-se institucionalizado.

Em solo empírico, porém, as iniciativas, sob diferentes formas de ação coletiva, tinham dificuldade de vingar. Mas, por que o turismo coloca-se sob a rubrica da ação coletiva? Por que ele engendraria algum tipo de ação coletiva? Para que possa ocorrer, o turismo requer e envolve um conjunto de atores mais ou menos em interação direta, ainda que dispersos em uma estrutura espaço-temporal descontínua (ou, como diria Bauman, fluida), mas que, de algum modo, estão ligados pela busca e/ou pela disputa de recursos comuns. A sociologia francesa teve o mérito de identificar a delimitação da ação coletiva por meio da noção de “campo”.

Muito do discurso sobre o turismo não se concretizou. Muitas explicações foram elaboradas, desde o atraso cultural ao despreparo e a falta de profissionalização dos atores envolvidos. Todas elas pareciam certas por mostrar uma face do problema, mas, ao mesmo tempo, equivocadas por não compreendê-lo completamente. Mas, como então se chega a uma explicação completa (ou ao mais próximo possível disso) num assunto tão vasto, polissêmico e multifacetado como o turismo? Qual o ponto de partida?

Este ponto de partida pareceu-me estar associado à ação coletiva, ponto fulcral da vida humana em coletividade. Isso remete, então, à noção do que ficou conhecido como problema (da relação) agência-estrutura. Qualquer explicação sociológica deve ser capaz de dar conta da ação, da estrutura e da mudança. Diferentes iniciativas já tinham atacado este problema. Mas, como resolvê-lo? Com o quê de novo?

Assim, um estudo que, inicialmente, demandava respostas para o fato de a organização da atividade turística no Brasil não ter conseguido lograr êxito, passava, aos

poucos, a vislumbrar um problema teórico mais amplo: o das formas como os atores se envolviam num dado contexto e como modulavam suas ações, a partir de expectativas e restrições compartilhadas, e produziam organizações. Esta questão passou a ser gradativamente refinada e considerada sob a forma da ação coletiva produzida por um conjunto de atores individuais, bem como a estrutura que os integra e os enquadra, engendrando, assim, determinadas possibilidades de emergência dessa ação.

Mas, dado que isso não estava ainda suficientemente claro na literatura, tornava-se mister abordar tal questão antes de chegar a explorar as formas e os contornos de sua aplicação empírica. Dito de outro modo, a falta de clareza e de profundidade que impedia o avanço do estudo da questão pareceu-me estar ligada a uma concepção de ciência fundamentada numa ontologia plana, característica do paradigma positivista em ambas as suas vertentes, realista e antirrealista.

Assim, o entendimento de que uma primeira tarefa que se colocava a uma adequada consideração e resolução do problema pareceu-me ser a necessidade de estabelecimento de bases ontológicas e epistemológicas adequadas, as quais pudessem sustentar um sólido edifício teórico adequado ao conhecimento e à explicação e intervenção na realidade. A busca por tais bases não foi tarefa fácil. Após ter contato com diferentes tradições de pesquisa, o sentimento de que todas elas não eram capazes de fornecer a sustentação adequada para o tratamento da questão foi, aos poucos, sendo confirmado à medida que uma nova concepção de ciência se me afigurava. Tal concepção era o realismo crítico.

O contato com o realismo crítico foi obstaculizado e tardio devido, em parte, à lógica subalterna, mimética e retardatária da academia brasileira de assimilar e reproduzir (acriticamente) teorias já consagradas (porém obsoletas), oriundas dos países centrais (sobretudo da França) e, em outra parte, devido ao fato da escassa (ou talvez bloqueada) difusão institucional do realismo crítico fora da Inglaterra.

Assim, o contato, a identificação e a seleção do realismo crítico como concepção ontológica e abordagem epistemológica condutora desta pesquisa foram cruciais para a estruturação dos argumentos e da própria lógica de investigação que visava identificar novas estruturas e diferentes formas de atuação a partir do mesmo objeto de pesquisa de estudos anteriores: a ação coletiva organizada ou, simplesmente, “organização”.

Porém, por ser uma filosofia da ciência ainda jovem e cujos frutos, em termos de teorização nos diferentes campos do conhecimento, ainda estão sendo colhidos [em fase de maturação e desenvolvimento], tal filosofia exigia um rigoroso e adequado

entendimento de si mesma, o que só poderia ser alcançado mediante o engendramento de esforços para um mergulho em profundidade em sua proposta.

Contudo, a noção de ontologia estratificada proposta pelo realismo crítico parecia ser uma promissora chave para a adequada colocação e possível avanço na resolução da questão da ação coletiva, já que esta reúne diferentes componentes (atores humanos, individuais e coletivos, bem como elementos materiais – ou *não* humanos) que existem e atuam de diferentes formas e em diferentes níveis da realidade.

Desse modo, ao tomarmos consciência do tamanho e da complexidade da tarefa que uma proposta de trabalho dessa envergadura, para ser bem conduzida, requereria, uma encruzilhada tornava-se cada vez mais evidente: de um lado, surgia a possibilidade de um voo rasante sobre o realismo crítico apenas a título de caracterização e fundamentação epistemológica e metodológica necessárias a uma tese que viesse a ser verificada empiricamente; por outro lado, emergia a possibilidade de elaboração de uma pesquisa que visasse o desenvolvimento de uma teoria própria para a sociologia das organizações a partir da filosofia da ciência do realismo crítico, tarefa essa que ainda não havia sido empreendida, nem no Brasil nem no cenário internacional.

Diante dessa encruzilhada e considerando as limitações espaço-temporais na morfogênese desta obra (já que se tornava virtualmente impossível, dentro do lapso temporal que compreende uma pesquisa de tese de doutorado, a resolução simultânea de ambas as tarefas), a escolha do caminho trilhado deu-se em favor da segunda alternativa, devido à necessária precedência temporal de um adequado relato teórico para a análise das organizações, bem como a amplitude e a abrangência de tal elaboração, o que poderia contribuir para a sua posterior aplicação empírica em diferentes contextos. Além disso, cumpre ressaltar que a proposta teórica trazida nesta tese gera uma inovação no contexto atual, preenchendo uma lacuna na teoria social realista, bem como fornecendo um relato alternativo para a consideração do problema da ação coletiva, na teoria social em geral.

Assim, o escopo da tese que se apresenta a seguir centra-se apenas na elaboração de um modelo teórico de análise morfogenética e morfoestática para a sociologia das organizações. Porém, este estudo não termina aqui. Na verdade, crê-se apenas estar inaugurando uma ampla agenda de pesquisa, na interface do realismo crítico com a sociologia das organizações, a ser desenvolvida por este, bem como por outros pesquisadores.



## **PARTE 1: O PROBLEMA**

### **A QUESTÃO DA ORGANIZAÇÃO**

# 1 INTRODUÇÃO

## 1.1 Contextualização do Tema

O presente estudo tem como propósito último fazer uma releitura da teoria das organizações à luz da filosofia da ciência do realismo crítico, tentando reenquadrar e reexaminar questões tradicionais (como, por exemplo, a questão da estruturação da ação coletiva, isto é, da relação entre agência *versus* estrutura) no âmbito da teoria das organizações (ou sociologia das organizações), a fim de, eventualmente, contribuir para o preenchimento de alguma dessas lacunas. De forma mais precisa, o **objetivo central** desta proposta de pesquisa **foi identificar as estruturas gerativas e suas tendências (poderes causais), bem como as circunstâncias em que elas são ativadas (mecanismos causais), que permitem a emergência e a existência das organizações como entidades coletivas reais.**

Preliminarmente, apenas no intuito de fornecer um panorama sobre o paradigma científico realista crítico, já que este é relativamente recente (EASTON, 2010a), cabe aqui o esclarecimento inicial e sintético, neste primeiro momento, de alguns conceitos implicados pela colocação de um objetivo a partir da perspectiva do realismo crítico, a fim de possibilitar a visualização do prisma em que se situa este trabalho e, conseqüentemente, da forma como o seu tema central – o das organizações – nele se insere.

A tarefa da ciência, segundo o realismo crítico, é identificar e explicar as estruturas gerativas e mecanismos causais que as “coisas”<sup>1</sup> possuem intrinsecamente, devido à sua estrutura, que são simultânea e necessariamente condição de sua existência. Isso porque o realismo crítico opera dentro de uma lógica de resgate e reafirmação da ontologia, ou seja, da discussão sobre o que é a existência das coisas. O argumento ontológico é o princípio primeiro desta filosofia da ciência e não pode ser reduzido à dimensão epistemológica – isto é, a de como conhecemos as coisas. Sua asserção é a de que as coisas existem em si. Nós podemos conhecê-las ou não, mas o

---

<sup>1</sup> Conforme será demonstrado adiante, o termo “coisas” é largamente utilizado pela literatura realista crítica e frequentemente é substituído por ‘objetos’, ‘entidades’, ‘particulares’, ou ‘fenômenos’, mas sempre se refere a algo (material ou físico, artefactual, ideal ou social) que possui uma estrutura, cuja constituição intrínseca lhe confere poderes causais (propriedades ou tendências) sobre as demais entidades da realidade (FLEETWOOD, 2009, p. 346). Para uma definição precisa cf. glossário.

mundo (ou a realidade) tem uma existência real, independente do conhecimento que se tem dele/a.

O que garante a existência das “coisas” é a sua estrutura intrínseca. Esta é presumidamente manifestada e percebida por meio da influência que ela exerce sobre outras “coisas” (entidades reais) e, portanto, na realidade. Todas as coisas que existem no mundo têm, necessariamente, uma estrutura intrínseca real, que pode ser observada ou não, dependendo de um conjunto de condições contextuais de que dispomos (como, por exemplo, o estágio de avanço técnico-científico). Mas, o que se chama aqui de “real” não deve ser confundido com uma concepção estreita do real, no sentido de designar a realidade material (ou física), isto é, aquilo que se pode ver ou tocar. Isso porque o realismo crítico distingue diferentes tipos de realidade<sup>2</sup> (material, artefactual, ideal e social), todos com estruturas intrínsecas cujas formas de manifestação na realidade podem diferir, mas sempre exercendo sua eficácia causal na realidade (FLEETWOOD, 2005).

As tendências ou poderes causais correspondem à capacidade intrínseca que as coisas possuem de terem um efeito sobre a realidade (de agirem), devido à sua estrutura. Assim, essa estrutura é do tipo emergente (ou gerativa), pois dela emana tendência “natural” de afetar as demais coisas com as quais mantêm relação em um determinado sentido. Essa capacidade, no entanto, pode ser ativada ou não. A ativação desta tendência depende da ausência de contratendências (poderes causais de outras coisas atuando no sentido contrário) que anulem seus efeitos, bloqueando seus mecanismos causais (estopim ou “gatilho”) – que é aquilo capaz de iniciar o processo de liberação de seus poderes causais – e, dessa forma, impedindo-a de se manifestar na realidade. Portanto, as tendências, para serem exercidas e terem eficácia real, dependem de um conjunto de circunstâncias contextuais restritivas e habilitadoras que estão dadas ou dispostas em um dado sistema (aberto<sup>3</sup>).

---

<sup>2</sup> Dentro da abordagem do realismo crítico, a realidade material é, sem dúvida, uma forma reconhecidamente bastante comum que a existência das coisas pode assumir. Mas, essa realidade também pressupõe outras formas de realidade, como a artefactual – que existe igualmente do ponto de vista concreto, porém, somente por causa da interferência humana na sua criação, sendo um produto desta – e, também, do ponto de vista abstrato como a ideal e a social – em que a primeira reside apenas no plano do pensamento e a segunda, só mediante a atuação simultânea dos seres humanos, por meio da qual elas são exercidas. Assim, aquilo que se chama de “real” é visto de maneira mais ampla no realismo crítico, sendo, em último caso, tudo aquilo que exerce (ou tem a possibilidade de exercer) eficácia causal na realidade.

<sup>3</sup> Segundo a concepção realista crítica, a realidade é vista como um sistema aberto (ver glossário).

O realismo crítico prega que as entidades (ou “coisas”), e sua atualização (manifestação na forma de eventos ou objetos), existem em diferentes níveis da realidade. Essa concepção é chamada de ontologia estratificada. De acordo com esta abordagem, há três níveis da realidade: um primeiro nível, o ôntico ou real, que diz respeito às estruturas gerativas das coisas e seus poderes causais; um segundo nível, efetivo [*actual*] ou fenomênico, que trata da atualização dos poderes causais por meio de eventos e ações e um terceiro nível, o material ou empírico, que se refere à manifestação concreta dos poderes causais.

De todo modo, está pressuposto a esses dois últimos níveis o primeiro nível da realidade (o nível do real), que é o da estrutura gerativa das coisas. Nível este que – de acordo como nosso estágio atual técnico-científico – não pode ser diretamente (cientificamente) acessado, verificado e validado. Dessa forma, todas as coisas que existem na realidade possuem o nível do real, indiretamente manifestado e acessado por meio dos segundo e do terceiro nível (fenomênico e empírico, respectivamente). Mas, para isso é necessária a emergência dos seus poderes causais (tendências), contingencialmente condicionados em contextos que permitam a sua atuação.

Assim, tomando a perspectiva realista crítica da ciência como ponto de partida, observa-se que organizações<sup>4</sup> são “coisas” (ou entidades) reais, fenomênicas e empiricamente manifestadas nas sociedades humanas. De fato, “a vida social contemporânea é dominada por organizações. Nenhuma tentativa séria de explicar eventos no mundo social pode ignorar suas influências” (ELDER-VASS, 2010, p. 144).

Contudo, na teoria social, o tema das organizações ainda é marginalmente tratado (ACKROYD, 2000; FLEETWOOD; ACKROYD, 2004); quando se adiciona o foco específico – e relativamente recente – da perspectiva realista crítica da ciência, sua identificação, delimitação e explicação, se torna ainda mais carente de estudos (REED, 2005, FLEETWOOD, 2005; PIMENTEL, 2009; PIMENTEL; BRITO, 2011; FARIA, 2011).

Assim, como será desenvolvido a seguir, considerando:

---

<sup>4</sup> Como uma primeira aproximação, tomamos aqui emprestada a definição utilizada por March e Simon (citada por ELDER-VASS, 2010, p. 144), segundo a qual “[...] as organizações são “assembleias” [sic] de seres humanos em interação”; sobre a qual Elder-Vass (2010) comenta que, em outras palavras, são indivíduos humanos [em interação] e as assembleias resultantes são entidades reais.

- (1) a existência de uma lacuna nos estudos organizacionais no que diz respeito à adequada teorização sobre a constituição das organizações e sua relação com a constituição da sociedade (ACKROYD, 2000);
- (2) a revisão das relações que se estabelecem entre organizações e a sociedade (ACKROYD, 2000) e
- (3) e emergência, no contexto recente, de uma pluralidade e diversidade de formas organizacionais, em grande parte, relacionadas à inserção de novos atores coletivos e de novas demandas à esfera pública e à sociedade (SOUZA SANTOS, 2006),

busca-se aqui posicionar este estudo de tal forma que permita investigar com maior acuidade as organizações, com foco específico em suas estruturas gerativas, nos mecanismos causais e nas condições contextuais que permitem a sua emergência, bem como nas suas propriedades emergentes, com eficácia real na constituição da sociedade.

Esta pesquisa tem como eixo central o tema “organização”. Desde os tempos mais remotos, as organizações têm sido objetos sociais de importância capital para a estruturação, a constituição e o desenvolvimento das sociedades humanas. E, com o passar do tempo – aproximando-se, em especial, de períodos mais recentes, como o da ascensão da modernidade –, seu papel e importância para as sociedades modernas têm aumentado significativamente, conforme sua capacidade de intermediar relações sociais, diferenciar e estratificar grupos sociais e aumentar a complexidade social (DURKHEIM 1967[1893]; WEBER, 1978; BLAU; SCOTT, 1979; ACKROYD, 2000). Isso porque, supostamente – em convergência com o argumento *durkheimiano*<sup>5</sup> –, com a divisão do trabalho e a complexificação das sociedades, a emergência de novos grupos sociais intermediários passaria a fazer a ligação entre indivíduo e sociedade, assegurando, assim, a integração orgânica desta.

---

<sup>5</sup> O argumento de Durkheim (1967[1893]), fundamentado sobre os tipos de solidariedade social orgânica e mecânica, era de que, nas sociedades modernas, predominaria o tipo de solidariedade orgânica e que haveria uma tendência crescente à diversificação e à diferenciação dos grupos sociais, assegurado uma solidariedade forte intragrupo, e contrária a integração da sociedade, o que supostamente a conduziria à fragmentação. Porém, de modo paralelo, passa a atuar outra força social que não permite que a sociedade seja “despedaçada”, pois a integração dos diferentes grupos seria assegurada pelo trabalho (ponto comum de interdependência para a existência e a reprodução social de todos). A partir dessa ideia, Ackroyd (2000) pondera que se a ideia de Durkheim tem referência alguma sobre a diferenciação social, é por causa do grande número de organizações especializadas que têm sido produzidas com o aumento das relações sociais tradicionais e sua complexidade.

Dessa forma, o trabalho – e sua estruturação sob a forma de organizações produtivas<sup>6</sup> – é um elemento central nas sociedades avançadas (ou modernas), ocupando, cada vez mais, um espaço importante na relação de integração e coesão social. Como um aspecto decorrente dessa divisão social do trabalho, inclusive outros grupos sociais não necessariamente produtivos passam a emergir como forma de diferenciação social e dedicados a atividades cada vez mais específicas, já que suas atividades podem ser trocadas por bens produzidos por outros, devido a essa interdependência orgânica crescente, conforme a evolução da sociedade. Assim, a estruturação da sociedade – sua “fragmentação” – em grupos cada vez menores, mas complementares (DURKHEIM 1967[1893]), passa, necessariamente, pela emergência e profusão crescente de grupos sociais mais ou menos homogêneos e organizados que, aos poucos, vão assumindo contornos de organizações formais<sup>7</sup>.

Para Weber (1978), a modernidade seria particularmente marcada pelas organizações formais, um tipo específico de organização social, com características fortemente bem delimitadas que as distinguiriam de outros tipos de grupos e estruturas sociais, devido, sobretudo, ao seu elevado grau de estruturação, de racionalidade, de delimitação de suas fronteiras, dos seus membros e das atividades de cada um dentro dela, culminando numa elevada capacidade de alcançar objetivos previamente definidos.

Assim, as organizações proveem as características da modernidade e também da sociedade contemporânea. Elas foram responsáveis por potencializar a transformação da sociedade moderna. É principalmente nestes novos tipos de relacionamentos institucionais que se iniciam os processos de transformação das relações sociais modernas e das formações sociais.

[As] organizações, diferentemente de muitas estruturas tradicionais, são mais ou menos autoconscientes e racionalmente construídas. Elas representam um significativo desenvolvimento na capacidade das pessoas de construir e reconstruir instituições sociais. A racionalidade, que é um aspecto significativo das organizações, assim como a natureza instrumental e limitada dos engajamentos dos participantes nelas, é o que distingue as organizações dos outros tipos de grupos sociais prevalentes na sociedade ocidental. (ACKROYD, 2000, p.88 – tradução livre).

---

<sup>6</sup> A respeito do trabalho e da integração social, na relação agência-estrutura, via unidades produtivas, ver o estudo de Reynaud Sainsaulieu “*Le identité au travail*”, Paris, Presses de Sciences Po, 3ª éd., 1988.

<sup>7</sup> A tese de progressiva racionalização da sociedade, nos seus diferentes enclaves (grupos) sociais, foi desenvolvida por Weber. A esse respeito, ver Weber (2004[1904-5], p. 165-166).

Não obstante, a despeito da amplitude e da relevância do trabalho de Weber (1978), cuja maior contribuição talvez tenha sido a inauguração de um subcampo específico dentro da teoria social, o da sociologia das organizações (CROZIER, 2000), pouca atenção tem sido dada às organizações na teoria social (ACKROYD, 2000; FLEETWOOD; ACKROYD, 2004). Considerando um ambiente teórico precedentemente mais amplo<sup>8</sup>, o da sociologia, é possível argumentar com Ackroyd (2000, p. 90) que a organização tem sido “esquecida” na teoria social contemporânea. Com efeito, o mote próprio da teoria social esteve ligado a estruturas sociais amplas e às formas de integração entre indivíduo e sociedade, dentro das quais a entidade “organização” apenas marginal e recentemente vem adquirindo atenção dos teóricos sociais. Assim, elas são vistas, portanto, neste domínio, como apenas mais um elemento ou categoria de análise sociológica<sup>9</sup>.

Aliado a esse pequeno peso relativo dado as organizações, tradicionalmente, pela teoria social, dentro dos atuais discursos, sobretudo pós-modernos, que têm determinado a agenda contemporânea da prática e da pesquisa científica, o mundo social parece ter sido reduzido a (e se dissolvido em) uma “sopa” de relações pontuais ou interações microssituacionais<sup>10</sup>, cuja implicação mais imediata é o efeito de apagamento (ou esquecimento<sup>11</sup>) dos mecanismos e das estruturas macrosociais na sobredeterminação (das condições de possibilidade) da sociedade. Assim, recentemente, pouco espaço tem sido dedicado a estruturas sociais – e dentre elas as organizações – pois, “saiu de moda” falar em estruturas, relações sociais e qualquer tipo de conceito que remeta a uma possível entidade coletiva extra ou supraindividual.

As filosofias contemporâneas que têm subscrito as correntes teóricas da sociologia enfatizam o caráter fluídico, autônomo, indeterminado e quase “mágico” das relações sociais, como se a passagem do individual para o coletivo fosse automática e tudo pudesse ser reduzido a conversações baseadas em interações diretas, ou então,

---

<sup>8</sup> Para uma argumentação acerca da hierarquização das ciências como condições necessárias, mas não suficientes, para a formação de outras e novas ciências, ver Bhaskar (2008[1975]; 1998[1978]) Sayer (2000[1984]), Brante (2001) e Vandenberghe (2010g).

<sup>9</sup> Fora da sociologia das organizações de Weber, que inclusive representa apenas uma parcela limitada de sua vasta obra, e da sociologia francesa das organizações, de Michel Crozier e Erhard Friedberg, ou alguns trabalhos esparsos ou exceções da sociologia anglo-saxã (cf. David Silvermann, na Inglaterra; Amitai Etzioni e Robert Merton, nos EUA); é impressionante a lacuna de estudos sobre as organizações no âmbito da sociologia.

<sup>10</sup> Faço alusão aqui à crítica de Vandenberghe em relação ao trabalho de Rom Harré sobre a estruturação dos coletivos, conforme será visto, em detalhe, no 4º capítulo, seção 4.5, desta tese.

<sup>11</sup> Sobre este efeito (que pode ser visto como um poder causal) produzido pelo discurso, cf. Faria e Linhares (1993).

devido à recusa em se inscrever o sujeito na história – reduzindo os seres humanos a discursos indeterminados e a receptáculos dela –, visto como negação da possibilidade de existência de sujeito único e autorreflexivo, sendo igualmente influenciada pelo espírito do tempo das filosofias discursivas contemporâneas, que tendem a reduzir ao texto, reificando-o como uma suprarrealidade.

Ackroyd (2000) pondera também que, entre os grandes teóricos da segunda geração da sociologia – Vandenberghe (2009) considera Bourdieu, Giddens e Habermas –, o tema das organizações permaneceu marginalizado. Em sua interpretação, tal marginalização pode se dever ao fato de que a visão predominante na teoria das organizações (ou na sociologia das organizações) se pauta no *management* em vez das organizações como entidades e estruturas sociais coletivas.

No entanto, dentre esses últimos teóricos sociais, Giddens foi, provavelmente, aquele que mais explicitamente deu voz ao tema das organizações. Embora de maneira marginal dentro da teoria social ou sociológica<sup>12</sup> e limitando-se a sintetizar as elaborações desenvolvidas por Max Weber, Giddens (2009) reconhece, entretanto, o papel da ação coletiva, mais pelos movimentos sociais do que pelas organizações, na constituição e estruturação da sociedade.

Porém, segundo Ackroyd (2000. p. 94), o relato de Giddens é inespecífico e se limita a considerar apenas os atores chave nas organizações, em vez de considerar as organizações como atores chave na constituição e na transformação (das estruturas sociais e) da sociedade. Ainda segundo este autor, uma das razões para isso é que os teóricos têm focado no caráter das relações sociais modernas *per se* e o processo geral que leva ao fenômeno da sociedade como um tipo de totalidade. Mesmo quando estão atentos à importância da agência humana (como certamente ocorre em Giddens e Bourdieu), sua principal preocupação volta-se para as implicações destas atividades sobre as relações sociais em geral, ou seja, as consequências dos processos sociais para a sociedade.

Desse modo, o problema da organização (como entidade empiricamente real, mas cuja existência é negligenciada do ponto de vista conceitual) não foi “resolvido” pelos grandes teóricos sociais, seja pelos da I geração (Marx, Durkheim e Weber), seja pelos da II geração (Bourdieu, Giddens e Habermas). Apenas foi “deixado de lado”, ou

---

<sup>12</sup> Conferir capítulo 4, seção 4.1, pág. 145, sobre a distinção de Peters (2006) entre *teoria social* e *teoria sociológica*.



melhor, fora da agenda de pesquisa. Em seu lugar, o relato assumido – fortemente embasado na perspectiva pós-moderna e pós-estruturalista, que assumem contemporaneamente a hegemonia científica frente ao positivismo no contexto pós II Guerra Mundial – foi o de considerar as organizações (bem como o *organizing*), em particular, e a existência dos coletivos ou grupos, de modo geral, como elementos, fases e condições dentro de um padrão recorrente e coordenado de cadeias de ação e reação que estruturam a sociedade (ACKROYD, 2000).

Surpreendentemente, ao contrário da linha de argumentação defendida pelos construcionistas sociais, as “contribuições” atuais em análise organizacional, amparadas pelas recentes formas que assume a teoria social contemporânea, não têm feito das organizações e do processo de organização assuntos de interesse em seu próprio sentido. Esparsamente, os “avanços” têm sido feitos em termos dos estudos tradicionais nos quais a visão das organizações remete a sua existência como consequência de pressões do ambiente externo (ACKROYD, 2000).

Considerada do ponto de vista da teoria da ação, as organizações frequentemente passam a ser vistas como epifenômenos de interações sociais contextualmente localizadas e finitas, cuja produção e reprodução são sempre desfeitas quando cessa a interação e tem que ser refeita quando se estabelece nova interação. Neste caso, segundo Elder-Vass (2010), incorre-se no erro da conflação<sup>13</sup> ascendente. Por outro lado,

---

<sup>13</sup> O argumento da conflação central, bem como a ascendente e a descendente, foi desenvolvido por Archer para atacar o problema da agência-estrutura, no âmbito da teoria social, em particular fazendo oposição interdiscursiva aos trabalhos da vertente estruturalista de Giddens e Bourdieu, dos quais se critica a ontologia plana subjacente e, por extensão, a impossibilidade de fornecer uma avaliação e solução adequadas daquele problema. Archer critica as tradicionais abordagens individualista e holista que pretendem reduzir um nível da realidade ao outro. Em seu lugar propõe-se a ontologia estratificada do realismo crítico. Archer (2000, p. 5 – tradução livre, destaques no original) usa “[...] o termo ‘conflação’ ao invés de ‘redução’ por duas razões. A primeira com vistas a acentuar os *efeitos* de retenção das propriedades emergentes seja dos agentes ou da sociedade. Na Conflação Ascendente os poderes das ‘pessoas’ são mantidos para orquestrar aqueles das ‘partes’: na Conflação Descendente as ‘partes’ organizam as ‘pessoas’. [...] Conflação descendente significa que as propriedades das ‘pessoas’ podem ser ‘ascendentemente reduzidas’ às propriedades do sistema, o qual sozinho [unicamente] possui poderes causais. Conflação ascendente significa que as propriedades das ‘partes’ podem ser ‘descendentemente reduzidas’ às propriedades das ‘pessoas’, as quais sozinhas [unicamente] possuem poderes causais. [...] conflação e redução jazem exatamente sobre as mesmas bases ontológicas. Ou seja, *ou* as ‘partes’ *ou* as ‘pessoas’ são mantidas como sendo os *constituintes últimos* da realidade social, para o qual o outro podem ser reduzido. [...] Há uma terceira forma de conflação que não endossa de todo o reducionismo. Essa é a conflação Central que é *areducionista*, porque ela insiste sobre a inseparabilidade das ‘partes’ e das ‘pessoas’. [...] qualquer forma de conflação tem as mesmas consequências. Por isso, a conflação é um tipo de erro mais genérico do que o reducionismo que é meramente uma forma dele, ou melhor dois casos particulares dele. Isto é demonstrado pela conflação Central, onde a elisão ocorre no ‘meio’. Esta abordagem direcional [...] não interpreta nem as ‘partes’ nem as ‘pessoas’ como um epifenômeno do outro. [...] o que se passa é que a autonomia é retida em *ambos os níveis* porque eles são assegurados como sendo mutuamente constitutivos. [...] os dois elementos não podem ser desatados e, portanto, sua

considerada do ponto de vista estrutural, as organizações têm colocado consideráveis problemas para os teóricos da agência humana, ao serem vistas como entidades opacas, blocos concretos, uma “caixa preta” da qual não se consegue desvendar a lógica de funcionamento interno. Aqui se incorre no erro da conflação descendente (ELDER-VASS, 2010).

Ainda numa terceira posição, ao tentarem recorrer ao construtivismo social como elo mediador na construção das organizações – fazendo assim uma transposição direta da lógica de argumentação social para o âmbito organizacional –, os teóricos organizacionais incorrem naquilo que os realistas críticos chamam de conflação central (ARCHER, 2000), e todos os problemas que vêm junto com ela. Assim, tudo se passa como se as organizações não existissem ou fossem apenas um efêmero momento entre a ação individual que emula a constituição coletiva e a estrutura social que “pesa” sobre o indivíduo.

Ackroyd (2000) evidencia a existência de dois problemas centrais decorrentes do negligenciamento da discussão dirigida às organizações como entidades reais, tanto na teoria social, em geral, quanto na sociologia das organizações, em particular. Por um lado, a estagnação do campo teórico dos estudos organizacionais e sua incapacidade de ampliação e compreensão real e sistemática, de forma aprofundada, do que se passa com o fenômeno organizacional e, por outro, a impossibilidade da sociologia das organizações prestar alguma contribuição relevante sobre seu papel na constituição da sociedade e das estruturas sociais, bem como o fato de estas últimas condicionarem a existência e as possibilidades de ação por parte dos indivíduos.

Dessa forma, esse foco estreito que transfere o problema da organização para outra esfera ou nível de análise social não contribui para o avanço nem do campo da sociologia das organizações (nem da teoria organizacional<sup>14</sup>) nem da sua possível contribuição para a teoria social mais ampla. A ausência de mecanismos adequados,

---

influencia recíproca não pode ser destrinchada, o que é assegurado ser seu maior defeito e o qual severamente limita sua utilidade na pesquisa social empírica”. Em sua avaliação Giddens e Bourdieu incorrem neste último caso de conflação.

<sup>14</sup> Freddi (1998[1983]) adverte que o termo “teoria” não é usado na acepção própria das ciências físicas, segundo a qual uma teoria não é apenas uma sólida estrutura lógica com referências empíricas, mas o é de tal sorte que poderá ser refutada. Neste contexto se entende, antes, por teoria um esquema conceitual, ou melhor, um conjunto de esquemas conceituais, complementares ou alternativos, cujo objetivo, não necessariamente alcançado, é o de nos deixar em condições de podermos descrever, interpretar, possivelmente prever e eventualmente controlar, os fenômenos organizativos. Uma distinção adequada é fornecida por Crozier, M. *A quoi sert la sociologia des organisations?* Paris: Éditions Serli Arslan SA, 2000. Uma adequada avaliação da teoria das organizações será fornecida no capítulo 2.

considerando e especificando a conexão de conceitos abstratos<sup>15</sup> no tocante às organizações, leva-nos a considerar a organização e sua eficácia real na constituição da sociedade como uma questão (ainda) aberta (ACKROYD, 2000).

Outro aspecto importante que justifica o estudo das organizações refere-se às novas formas de relacionamento introduzidas pelas organizações que têm transformado estruturas sociais de tal modo que há a necessidade de se pensar nelas e em sua relação com os processos sociais e a constituição da sociedade fundamentalmente diferente (ACKROYD, 2000). Por outro lado, estas transformações sociais amplas que têm atravessado as sociedades contemporâneas também têm tido repercussões sobre as próprias organizações, seus formatos e papéis, na medida em que, como estruturas causalmente eficazes, as estruturas sociais condicionam, restringindo e habilitando, as possibilidades de ação dos indivíduos (e também das organizações).

Assim, adicionalmente ao papel das organizações, é necessário considerar o contexto atual em que elas se inserem na sociedade, o qual é marcado por transformações sociais amplas, como a revisão do contrato social, as crises ambientais, a (re)atualização dos movimentos sociais e da esfera pública, etc. Autores como Santos (2006) consideram que atualmente, o contrato social vem passando por uma fase de revisão<sup>16</sup>. Tal revisão se posta como fato necessário e premente diante da dilaceração do tecido social que vem sendo esgarçado desde a década de 1970, com a crise do Estado de bem-estar social<sup>17</sup>.

Diante desse cenário, as sociedades centrais passaram a envidar esforços para a mobilização da sociedade civil<sup>18</sup> por meio de sua autoorganização, no sentido de fazer com que esta assumisse uma parcela significativa – que nos trinta anos anteriores ficou

---

<sup>15</sup> Ackroyd (2000, p. 94) cita como exemplos as relações entre estruturas e sistemas analisadas por Urry (1982) e entre estratégia e instituições, tal como analisadas por Mouzelis (1989).

<sup>16</sup> Segundo Santos (2006 p. 9), “O contrato é uma metáfora fundadora da racionalidade social e política da modernidade ocidental. Seus critérios de inclusão/exclusão se fundamentam na legitimidade da contratualização das interações econômicas, políticas, sociais e culturais”. O contrato social é um metarrelato sobre o qual se assenta a moderna obrigação política, complexa e contraditória estabelecida entre homens livres, com o objetivo de maximizar (e não minimizar) a liberdade. Ele encerra uma tensão dialética entre regulação social e emancipação social (constante polarização entre vontade individual e vontade geral; entre interesse particular e bem comum).

<sup>17</sup> De fato, a tendência ao aumento das demandas sociais em relação aos serviços que este Estado passou a oferecer, na forma de extensão dos direitos, em contrapartida à redução das capacidades internas de geração de riquezas e acumulação por parte dos Estados Nacionais, para prover a sustentação desses custos sociais, levou, inexoravelmente, à necessidade de um reajuste.

<sup>18</sup> Utilizamos aqui o conceito de sociedade civil *gramsciana* recapitulada por Bobbio (1982, p. 17): “enquanto categoria intermediária entre a base econômica e as instituições políticas em sentido estrito, tanto em seu uso historiográfico quanto em seu uso político”.

a cargo do Estado<sup>19</sup> – da resolução dos problemas sociais (PAES DE PAULA, 2005). Este movimento, que nos Estados Unidos ficou conhecido como administração pública gerencial (BRESSER PEREIRA, 1998a; 1998b), pelo fato de ela incorporar princípios e técnicas da gestão privada, como, por exemplo, a busca pela inovação e o empreendedorismo (OSBORNE; GAELBER, 1994), chegou ao Brasil em meados da década de 1990, sob a bandeira de modernização do Estado (PAES DE PAULA, 2005).

Se, por um lado, o Estado não é mais capaz de sustentar o papel que houvera assumido ao longo dos 30 anos anteriores e, com isso, cede parte de sua capacidade de exercer influência e controle sobre a sociedade, por outro lado, a iniciativa privada – embora se beneficie em larga medida dessa nova situação, por meio, por exemplo, das largas ondas de privatizações de empresas estatais, sobretudo nos países periféricos, e também das flexibilizações das regulações exercidas pelo Estado em vários campos da sociedade, em especial no tocante aos mercados de trabalho e previdência social (DELGADO, 2001) – não necessariamente consegue preencher todo esse espaço que fora esvaziado. Parte deste vácuo, localizado concretamente no âmbito da esfera pública, então, é assumida pela entrada de um novo ator em cena, a sociedade civil organizada.

Nesse contexto de crise de Estado, da revisão dos atores, seus papéis e espaços ocupados na esfera pública, tais relações, assim como a própria noção de esfera pública, são alteradas e incorporam a emergência de novos atores coletivos, públicos não estatais, e se colocam como uma saída para grande parte dos problemas. A questão, no entanto, é que uma condição necessária para a atuação efetiva desses novos atores é a sua capacidade de estruturação, auto-organização e funcionamento como um grupo social coeso. Elder-Vass (2010) defende a ideia de que as organizações<sup>20</sup> são entidades necessárias à mediação da relação agência-estrutura e, portanto, uma condição necessária à constituição da sociedade – argumento com o qual se concorda nesta tese.

Nesse contexto, a própria emergência desses atores, de *status* diferenciado em relação à paisagem predominante no cenário político e econômico moderno, vinculados à esfera pública não estatal, traz implicações para as organizações, haja vista a

---

<sup>19</sup> O termo “Estado” é utilizado aqui no sentido de “aparelho estatal”, conforme cunhado por Althusser.

<sup>20</sup> Elder-Vass (2010) define as organizações como grupos sociais estruturados com poderes causais emergentes. Em sua visão, as organizações, em geral, são o lugar de diversos tipos de mecanismos em interação e elas extraem suas capacidades causais dessas interações. Organizações e instituições são coisas diferentes porque as regras dos membros das organizações os levam a interagir de modo que resultam em outros, mecanismos não normativos, mecanismos que dão às organizações uma gama considerável de poderes causais que aqueles possuídos pelos círculos de normas (nórmico).

necessidade de se construir entidades coletivas híbridas, capazes de atuar na esfera pública e perseguir uma finalidade pública, mas sem, necessariamente, serem públicas e atreladas ao Estado.

Um exemplo importante da emergência desse tipo de organização pode ser visualizado no campo turístico, tão em voga atualmente (PIMENTEL, 2011). Tradicionalmente, os destinos turísticos tiveram seu planejamento e gestão atrelados ao poder público estatal. Porém, no atual cenário de revisão das competências do Estado que, no Brasil, iniciou-se na década de 1990, essa responsabilidade tem deixado de se centrar numa forma centralizada, controlada pelo Estado, passando para uma forma descentralizada, com vistas ao exercício de gestão compartilhada entre o poder público estatal, a iniciativa privada e, mais recentemente, a sociedade civil organizada.

Mas, para seu exercício, essas novas formas de gestão compartilhada do turismo precisam construir uma estrutura própria de gestão, uma organização específica, para que possa ter a autonomia de reunir esforços, realizar atividades e avaliar seus resultados. Enfim, que seja responsável pela gestão do turismo no território<sup>21</sup>. A organização criada para gerir o turismo local pode assumir diferentes formas, com diferentes graus de estruturação<sup>22</sup>. Contudo, é a partir dessa organização que será possível executar políticas públicas de turismo, realizar o plano de desenvolvimento turístico local, criar ações para a promoção do destino e a captação de fluxos turísticos, além de se pensar em formas de distribuição dos benefícios auferidos com o turismo para a comunidade.

## **1.2 Delimitação do Problema e Objetivos da Pesquisa**

No sentido de tentar preencher, pelo menos em parte, alguma(s) da(s) lacuna(s) apontada(s) acima é que se propôs o presente estudo, cuja questão central norteadora pode ser explicitada da seguinte forma: *Quais são e como se manifestam as estruturas*

---

<sup>21</sup> O destino turístico, por depender da produção coletiva que envolve atividades e relações econômicas e não econômicas, públicas e privadas, requer uma instância própria de governança que envolve a gestão compartilhada de bens públicos e privados, por atores públicos e privados.

<sup>22</sup> Dentre as quais se destacam as associações, as organizações sociais de interesse público, os consórcios e os conselhos municipais (que são as entidades responsáveis por pensar e executar as políticas públicas de turismo nas diferentes instâncias do Estado). No Brasil, estes últimos têm sido priorizados pela política nacional de turismo, talvez pelo fato de seu surgimento e atuação estarem ainda muito atrelados à iniciativa do poder público estatal, sendo, portanto, uma forma do Estado manter seu poder em relação aos demais participantes (PIMENTEL, 2011).

*gerativas e suas tendências (poderes causais), em conjunto com as circunstâncias em que elas são ativadas (mecanismos causais), que permitem a emergência e a existência das organizações como entidades (socialmente reais) de ação coletiva?*

[Esta pergunta problema é um refinamento da aplicação do esquema de raciocínio retroductivo bhaskariano às organizações. Tal como ele o faz com a sociedade, é possível recontextualizar a indagação filosófica no âmbito das organizações, donde obteríamos questões do tipo: Como é possível a organização? Como a realidade tem que ser para que a organização exista?].

Para tentar responder a essa questão, o presente estudo teve como objetivo central identificar as estruturas gerativas e suas tendências (poderes causais), e as circunstâncias em que elas são ativadas, que permitem a emergência e a existência das organizações como entidades (reais) sociais de ação coletiva.

Especificamente, este objetivo geral pode ser decomposto nos seguintes objetivos específicos, a fim de propiciar uma aproximação mais acurada e com maior rigor sobre a questão:

- identificar as estruturas gerativas subjacentes às diferentes formas e graus (de estruturação) da ação coletiva;
- reconstituir, compreender e explicar os processos pelos quais tais estruturas gerativas se manifestam na realidade, nas diferentes formas e graus (de estruturação) da ação coletiva;
- identificar as circunstâncias adequadas à ativação/realização dos poderes causais (tendências) inerentes às estruturas gerativas das coisas, que permitem que essas tendências sejam exercidas na forma de mecanismos causais;
- elaborar um modelo teórico-explicativo a respeito das entidades sociais (estruturas sociais), tomando como referência o paradigma filosófico científico do realismo crítico, que permita acessar e avaliar o problema da ação coletiva, em geral, e das organizações, em particular<sup>23</sup>.

Assim, para a realização efetiva desta pesquisa, propôs-se um estudo de cunho eminentemente teórico-epistemológico, executado a partir de uma ampla revisão

---

<sup>23</sup> Assume-se aqui que ambas as questões estão inseridas num debate mais amplo da teoria social: o problema da relação “agência-estrutura”, que foge ao escopo deste trabalho e que, portanto, não será tratado diretamente. No entanto, reconhece-se aqui que ele aparece como pano de fundo da discussão proposta, sendo, portanto, tangenciado, em alguns momentos, indiretamente.

documental. Portanto, sua forma assume um caráter metodológico de trabalho do tipo monográfico, sendo sua operacionalização de caráter hermenêutico (ECO, 2000).

Segundo Eco (2000, p.11), uma tese (ou pesquisa) teórica “[...] é aquela que se propõe a atacar um problema abstrato, que pode já ter sido ou não objeto de outras reflexões [...]”. Ainda segundo o mesmo autor, uma tese pode ser monográfica ou panorâmica, esta distinção se refere ao âmbito compreendido pelo trabalho a ser elaborado. Enquanto a pesquisa teórica panorâmica tem um caráter mais amplo, tanto em termos de tema quanto de recorte, a monográfica possui recorte, amplitude temática e horizonte temporal mais específico e restrito. Esses dois tipos de pesquisas de tese, no entanto, são extremos de um contínuo, em que podem haver padrões intermediários.

### 1.3 Premissas, Suposições e Argumento Central

Este trabalho está comprometido com a visão da filosofia da ciência proposta pelo realismo transcendental ou realismo crítico, tal qual como formulada pelo seu fundador e principal expoente, Ram Roy Bhaskar e seus seguidores, desde a década de 1970, até as incorporações na perspectiva dialética ocorrida na década de 1990, que marcam o que é reconhecido como a segunda fase do movimento realista crítico. Excluem-se aqui, portanto, como sugere Jessop (2005), entre outros, os desdobramentos mais recentes da “virada espiritual”, ocorrida nos anos 2000, seguida da filosofia da “metarrealidade”, ambas desenvolvidas apenas por Bhaskar e que marcam, de certa forma, uma ruptura<sup>24</sup> ou inflexão em relação a seus escritos anteriores.

Como uma proposta de metarrelato da realidade, o realismo crítico possibilita a articulação e a releitura de diferentes conceitos, desde que estejam sustentados numa observação realista a partir da identificação de estruturas, mecanismos e princípios que fundamentam uma *tendência* de operação dinâmica da realidade (ou funcionamento do mundo). Além disso, ao considerar o domínio ontológico como o primeiro estrato da realidade, esta perspectiva considera a possibilidade de comensurabilidade paradigmática em termos deste ponto de partida em comum: a realidade (ôntica) de

---

<sup>24</sup> Tal como afirmado pelo próprio autor. Vandenberghe (2010), por exemplo, sugere que esta ruptura é marcada pelo estilo “crescentemente ruim” que adquiriu a escrita dos textos de Bhaskar, bem como o impacto negativo que a reconversão espiritual de seu trabalho causou na tradicional sociedade inglesa, o que gerou uma clivagem interna em relação aos seguidores do movimento realista crítico.

todas as coisas; porém, reconhece e diferencia epistemologicamente a possibilidade e a capacidade de se reconhecer determinados aspectos da realidade, em função do tipo de objeto a ser conhecido (ex.: natureza vs. sociedade).

Segundo Vandenberghe (2010g, p. 213), o realismo crítico considera

[...] o mundo como um conjunto de estruturas e mecanismos gerativos reais, transfactuais e causalmente eficazes, estruturas e mecanismos dotados de poder causal. Poderes causais devem ser analisados como tendências e potencialidades. Em virtude de sua estrutura intrínseca, as coisas possuem poderes causais. Quando o poder causal da coisa é atualizado, ele pode entrar em ação e funcionar como um mecanismo gerativo que produz certos efeitos empiricamente observáveis no mundo da vida. No mundo social, sistemas sociais, coletividades e indivíduos possuem propriedades causais emergentes.

Dessa forma, parte-se aqui do pressuposto de que a realidade é estratificada e estruturada em três diferentes níveis (real, fenomênico e empírico), cada qual apresentando aspectos da realidade passíveis de serem observados e captados pela análise científica.

Seguindo a linha de raciocínio da perspectiva realista crítica, a suposição subjacente à problemática aqui delineada é a de que as organizações são entidades (ou “coisas”) socialmente reais, cuja existência é derivada de sua estrutura intrínseca, uma estrutura gerativa, já que tem uma capacidade imanente, entendida como poderes causais ou tendências, e emergente de influenciar o funcionamento do mundo, fazendo que ele opere num dado sentido. Ou seja, são objetos sociais do mundo real que têm existência real – considerados os diferentes tipos de sua manifestação na realidade, sejam eles materiais, ideais, artefactuais ou sociais (FLETWOOD, 2005) –, tais como coletividades, sistemas ou estruturas sociais. Porém, essas tendências só são exercidas se forem ativadas sob circunstâncias específicas, passando, então, a funcionar como mecanismos causais, que liberam os poderes causais que são, então, exercidos nos nível efetivo (ou fenomênico), por meio de eventos e acontecimentos e/ou empírico, por meio de manifestações materiais e artefactuais.

No caso específico das organizações, a manifestação no nível empírico se daria pela sua produção de artefatos (ex.: bens, produtos e/ou serviços) e da modificação da realidade material (ex.: disposição das coisas no espaço). Já a manifestação no nível efetivo seria dada pelas ações, eventos, acontecimentos ou fatos habilitadores dessas intervenções internas e intrínsecas a toda e qualquer organização. Desse processo resultaria o engendramento dos indivíduos no grupo social, que lhe estabelecem os



papéis dentro grupo e do grupo em relação a outros grupos.

Como sugere Ackroyd (2000, p. 88 et seq.), é necessário reinserir a organização na discussão sobre a constituição (ou estruturação<sup>25</sup>) da sociedade. É válido distinguir entre os níveis de estruturação organizacional e societal, e as relações entre eles. Especificamente, as características imbricadas no processo de constituição organizacional e estruturação social é assunto de significância teórica substantiva. Desse modo, é necessário abrir a “caixa-preta” da organização, a fim de se estudar de que forma ela acontece no mundo real, quais as características intrínsecas e quais suas propriedades emergentes que permitem com que ela tenha eficácia real sobre as estruturas sociais, indivíduos e a sociedade.

Assim, concordando com Ackroyd (2000), é necessário estudar a constituição da organização por meio de um procedimento similar ao da constituição da sociedade, porém, em vez de utilizar a teoria da estruturação de Giddens, que implica numa tendência ao erro de conflação central (ARCHER, 200) – além de seu relato pouco profundo e inespecífico acerca das organizações –, defende-se aqui o uso da teoria social realista, a qual se baseia numa perspectiva filosófica mais ampla, que fornece possibilidades de acessar, de forma mais profunda e específica, os mecanismos e as estruturas que especificamente constituem as organizações e que possibilitam a relação deste com os indivíduos e a sociedade.

A tese defendida neste estudo é a de que as organizações são entidades ontologicamente distintas e irredutíveis aos indivíduos (nível microsociológico) e à sociedade (nível macrosociológico), com poderes causais próprios e intrínsecos à sua a estrutura gerativa, que emergem de um processo gradativo e contínuo de estruturação das ações sociais, desde a ordem interacional até a ordem institucional, passando por três estágios de estruturação da ação coletiva: os grupos de interação autorreguladas (espontâneas), dados pelo compartilhamento de uma realidade material e artefactual, a formação de uma associação, dada pelo compartilhamento de uma realidade ideal e a formação de uma organização, dada pelo compartilhamento de uma realidade social. Cada um desses estágios representa um subtipo de entidade social dentro da estrutura social aqui denominada de sistemas sociais de ação coletiva que, por sua vez, seguindo

---

<sup>25</sup> Os realistas críticos talvez preferissem falar de efetivação ou atualização da sociedade para denotar o sentido de seu “acontecimento” como uma emergência possível, dadas as condições e os componentes satisfatórios necessariamente dispostos numa dada configuração peculiar que favorece o exercício dos poderes causais emergentes, dentre outras inúmeras possibilidades de acontecimentos inerentes aos sistemas abertos.

a proposta de classificação dos níveis e das ordens sociais de Vandenberghe (2010g), está contida dentro da ordem institucional, do nível meso da realidade social.

Dito de outro modo, na ordem institucional, para que as organizações se coloquem como agentes coletivos e possam agir na realidade tendo uma eficácia causal e, portanto, existirem em algum dos tipos de realidade, elas devem ser capazes de exercer atuação política (poder) na esfera pública coletiva. Sua ação será manifestada no nível fenomênico por um conjunto de eventos (práticas sociais deliberadamente ordenadas e articuladas) e no nível empírico, por meio da manutenção e da alteração da realidade material, bem como da produção de elementos artefatuais de mediação e intervenção na realidade.

Mas, para que as organizações existam (como atores coletivos de fato capazes de exercer seu poder na esfera pública coletiva, em nível institucional), é necessária a existência precedente de uma associação. Ou seja, os indivíduos precisam se reunir em torno de ideais, valores e representações compartilhadas. Do contrário, eles não poderão se organizar formalmente para exercer seu poder, como entidade coletiva, na realidade.

Mas, por sua vez, para que os indivíduos se unam em uma associação, é preciso haver uma estrutura espaço-temporal que coloque os indivíduos, primeiramente, em contato e, em seguida, em interação. Assim, o compartilhamento de uma situação de copresença constrange os indivíduos de tal modo que se torna (ou pelo menos que eles sintam que seja) imperativo que eles atuem em conjunto.

A partir dessa necessidade de ação, e segundo as restrições que se lhes colocam num dado contexto, se desenvolverão formas de regulação espontâneas que tenderão a evoluir para outras mais deliberadas, pensadas e formais.

Será desenvolvida, de forma mais específica, uma série de três argumentos (A1, A2, e A3) inter-relacionados que, no seu conjunto, pretendem contribuir para aumentar o potencial explicativo da teoria das organizações sobre sua própria constituição e a maneira como funcionam no mundo real. Assim, especificamente, pretende-se argumentar que, no domínio do real, (A1) o espaço físico seria uma condição necessária, mas não suficiente, para a constituição de identidade e que (A2) esta seria uma condição necessária, mas não suficiente para a formação de um ator coletivo: a organização, que por sua vez (A3), é uma condição necessária, mas não suficiente para o exercício da atuação política (poder) na ordem institucional.

Com relação ao primeiro argumento (A1), será demonstrado que o espaço físico pode ser visto como uma estrutura gerativa que restringe ou amplia determinadas

possibilidades de ação social. Seu mecanismo causal seria a estrutura material que constrange (ou condiciona) as ações que, realizadas de determinada forma (ou sob certas condições), ativariam o poder causal *capacidade de agregação coletiva*, tendo como resultado a tendência a se formar grupos espontaneamente organizados (a literatura os tem chamado de comunidades imaginadas ou simbólicas), a partir do compartilhamento de uma realidade ideal (ideias, valores, representações, etc.). Assim, esses grupos formam-se em torno sob certas identidades coletivas, a partir de um ponto comum (uma causa/um interesse) compartilhado espacial e simbolicamente.

Já em relação ao segundo argumento (A2), será demonstrado que, uma vez ativado o poder causal de agregação coletiva e exercida a tendência de se constituir uma identidade coletiva – a partir da emergência de uma nova ordem elementos: aqueles que se manifestam de forma ideal (ex.: ideias, valores, representações, etc.) – o compartilhamento de elementos da realidade ideal ativa a geração de uma nova entidade coletiva: a do grupo espontaneamente coeso, tendo como ponto comum um elemento imaterial. Esse novo grupo (ou essa nova forma/estado da ação coletiva) culminará na formação de identidade coletiva, que surge (pois requererá ou ativará a partir de suas propriedades intrínsecas) de um duplo processo de formação de coerência interna e definição externa. A partir da complexificação das interações do grupo, seu tamanho, entrada de novos membros, subdivisão interna, etc., haverá um tendência crescente à diferenciação interna do grupo, o que demandará o surgimento de um sistema de representação.

Esse mecanismo causal – complexificação/diferenciação –, ativado por alguma circunstância específica – por exemplo o crescimento do número de membros –, faz emergir uma nova ordem, a de elementos de realidade social. As relações sociais entre determinados atores que ocupam posições específicas neste espaço físico e simbólico (campo) teriam como resultado a tendência de se exercer a capacidade de ordenação.

Quanto ao terceiro argumento (A3), exercício do poder, só os sujeitos sociais são capazes de exercê-lo. Assim, a organização como “personagem coletivo” (VANDENBERGHE, 2010), fortemente estruturada, teria como propriedade intrínseca a capacidade de exercício do poder, ou dito de outro modo, de alterar e transformar a ordem institucional da realidade. Essa potencialidade seria ativada pelo mecanismo causal capacidade de expressão política, incluindo manifestação discursiva e representação coletiva, e teria como resultado a geração de tendência a problematização, legitimação e resolução de conflitos na esfera pública da ordem institucional.

#### 1.4 Relevância, Originalidade e Contribuições Esperadas

Esta tese justifica-se pela sua relevância teórica e pelos seus desdobramentos práticos que uma nova e supostamente mais adequada concepção da realidade organizacional pode trazer. A relevância teórica fundamenta-se em dois aspectos: por um lado, o fato de se dedicar à discussão de um tema de “ponta” no cenário internacional, alçando o *status* da prática de pesquisa científica no campo da sociologia em geral e da sociologia das organizações, em particular, embora ainda relativamente recente e pouco difundido, em especial no tocante à teoria organizacional (EASTON, 2010).

Uma marca de seu ineditismo, e do que de mais recente se tem discutido no mundo afora no campo organizacional, é fornecida por Reed (2005), ao fazer uma análise minuciosa do *status* recente da “virada realista” da teorização organizacional<sup>26</sup>. Não só no campo organizacional, mas de maneira geral, é possível constatar que o realismo crítico é uma vertente específica da filosofia da ciência relativamente ainda pouco difundida, parecendo ter pouca dispersão fora do Reino Unido (VANDENBERGHE, 2010a). Uma passagem emblematicamente ilustrativa dessa situação é fornecida por Vandenberghe (2010a, p. 15-16).

[...] Habermas nunca se refere ao trabalho de Roy Bhaskar, o fundador do realismo crítico. Apesar de os realistas críticos terem escrito extensivamente sobre a principal figura da segunda geração da Escola de Frankfurt (Keat, 1981; Stocman, 1983; Outhwaite, 1994). Habermas parece nem mesmo saber da existência do realismo crítico [...] Margaret Archer, a principal representante do realismo crítico na sociologia (que estudou com Bourdieu na École des Hautes Études em Sciences Sociales em Paris, no final dos anos 1970), desenvolveu uma sólida crítica da teoria da estruturação (Archer, 1988; Archer, 1995), mas nem o trabalho de Bhaskar nem a teoria morfogénica de Archer parecem ser bem conhecidos fora do Reino Unido.

A despeito da promessa do realismo crítico desenvolver, de forma mais elaborada, uma explicação sobre as estruturas, seus poderes causais e os mecanismos

---

<sup>26</sup> Apesar de sua relativa escassez já é possível observar a existência de trabalhos de orientação realista crítica em diferentes áreas da sociologia das organizações e da administração: desde a transposição da preocupação em relação ao domínio ontológico para o contexto das organizações (cf. FLEETWOOD, 2005), passando pela releitura de diversas áreas como marketing, recursos humanos, estratégia, etc. e até temas mais adjacentes como empreendedorismo, etc. chegando até as implicações da adoção de tal perspectiva nos estudos organizacionais. Para ver esse mapeamento, cf. cap. 4 desta tese.

que governam a manutenção e a modificação da realidade, essa promessa carece ainda de esforços<sup>27</sup>. Há muitos estudos que se propõem a aplicar e a desdobrar as ideias realistas em novos campos e subcampos científicos, porém, contrariamente a essa recente dispersão, ainda se verifica uma escassez de trabalhos explorando um aprofundamento vertical da proposta filosófica geral numa área específica, por meio do desenvolvimento de teorias próprias (RADUESCU; VESSEY, 2008).

O realismo crítico, como uma perspectiva filosófica particularmente atrelada ao campo da filosofia da ciência, emergiu no plano internacional em meados da década de 1970 – embora suas formulações iniciais já viessem sendo elaboradas desde a década de 1960 –, o que possibilitou, apenas no último quarto do século XX, a sua efetiva aplicação em outras áreas e campos do conhecimento. Segundo Jessop (2005), dentre esses campos, seguramente, o da teoria social foi aquele que sofreu a maior influência do realismo crítico.

Mesmo com relativa assimilação do realismo crítico pela teoria social, que ocorreu em particular no contexto da década de 1980 em diante, vemos que as principais contribuições dos teóricos sociais inspiradas pelo realismo crítico surgiram apenas no fim da década de 1980 e início dos anos 1990. Ao serem formuladas, então, as bases da transposição teórica do movimento realista crítico para a teoria social, de forma ampla, por meio da releitura de conceitos como estrutura social, por exemplo, foi possível, num segundo momento, ampliar a base de difusão do movimento realista crítico para outras áreas, em especial para ciências sociais aplicadas, gerando, assim, desdobramentos em subcampos científicos do domínio social.

Neste contexto, o subcampo interdisciplinar de estudo das organizações (que na sociologia é dado pela sociologia das organizações), cujas aplicações e elaborações teóricas são banhadas pelo oceano da teoria social, foi igualmente influenciado pelos desdobramentos da aplicação e transposição dos princípios filosóficos do realismo crítico para a teoria social, e desta para a sociologia das organizações. Depois dos desenvolvimentos iniciais de uma teoria social realista crítica, suas bases foram sendo paulatinamente reapropriadas e situadas no contexto dos estudos organizacionais (REED; HUGHES, 1992; REED, 1997). Porém, apenas em fins da década de 1990 e, de

---

<sup>27</sup> A maioria das publicações sobre o realismo crítico se dirige a aspectos filosóficos e assuntos conceituais na forma de ensaios teóricos (RADUESCU; VESSEY, 2008; EASTON, 2010). E mesmo os ensaios teóricos, embora em maior número do que aqueles, ainda são bastante inferiores em termos quantitativos em relação às perspectivas tradicionais de pesquisa, sendo produzidos e disseminados em periódicos, eventos e fóruns específicos, ocupando guetos acadêmicos.

forma mais frequente, nos anos 2000 que o esgotamento do potencial explicativo das abordagens pós-modernas e pós-estruturalistas nos estudos organizacionais começou a ser discutido (REED, 2000) e alternativas ontológicas e epistemológicas como o realismo crítico foram gestadas (FLEETWOOD; ACKROYD, 2000; ACKROYD; FLEETWOOD, 2004).

Se tal situação ocorre no próprio plano internacional, no contexto brasileiro, o uso do realismo crítico como perspectiva da filosofia da ciência, embasando a construção teórica nas diversas áreas do conhecimento, é ainda bem mais incipiente, sendo assimilada e trabalhada por poucos pesquisadores. Como consequência direta deste fato, os estudos sob a perspectiva do realismo crítico ainda são quase inexistentes. Nas ciências sociais, que talvez seja a área que mais tenha assimilado as ideias realistas críticas, há apenas três centros de pesquisa no Brasil <sup>28</sup> onde tal temática é abordada e, mesmo assim, de forma não institucionalizada (por exemplo, por meio de grupos e linhas de pesquisa) e sim se concentrado em esforços isolados de alguns pesquisadores.

Assim, se a influência do realismo crítico ainda é fraca no Brasil, no campo dos estudos sobre as organizações (que é um subcampo menor dentro do campo da teoria social), o que se observa é que ainda são mais escassos os estudos sob a perspectiva do realismo crítico. Portanto, outra possível contribuição advogada desta tese seria a possibilidade de alinhar a perspectiva dos estudos organizacionais em plano nacional com os recentes desenvolvimentos no plano internacional, contribuindo, assim, para conferir um “salto qualitativo” à abordagem sociofilosófica do estudo das organizações.

Além da escassez de estudos endereçados à sociologia das organizações sob esta perspectiva, é necessário notar o seu atual estágio de estagnação em termos de desenvolvimento teórico. Reed (1999), ao considerar que a teoria organizacional é um campo historicamente contestado, assinala a falta de um consenso unificador em termos dos elementos centrais ou estruturantes dos estudos organizacionais, assim como as distintas abordagens utilizadas para se estudar as organizações, mostrando, com isso, a

---

<sup>28</sup> Um desses centros é o Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Pernambuco, representado pela professora Cynthia Hamlim e, o outro, o Instituto de Estudos Sociais e Políticos (IESP), da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, que tem na figura do professor Frédéric Vandenberghe um dos grandes expoentes e interlocutores acerca desta temática. Adicionalmente, vale mencionar a existência de um terceiro eixo, na Universidade Federal Fluminense, no seu programa de pós-graduação em economia, que, por meio dos professores Mário Duayer e João Leonardo Medeiros, entre outros, realiza uma leitura especificamente econômica e materialista do realismo crítico (Vandenberghe, em 28/03/2011, informação pessoal fornecida via e-mail).

natureza altamente fragmentada e conflituosa da sociologia das organizações, cujo domínio é exercido apenas momentaneamente por uma escola ou corrente de pensamento.

Sendo igualmente reivindicada por outras correntes que, de modo geral, são igualmente incapazes de cristalizar sua visão de mundo por meio de um paradigma forte e permanente, a teoria das organizações tem sido caracterizada por uma série de distintas e, em grande medida, díspares – até mesmo contraditórias – versões teóricas que, sucessivamente e contextualmente, são substituídas por outras, num movimento de novas inflexões e inversões de sentido, cuja única certeza é seu caráter modista, precário e inconsistente (REED, 2005).

Do ponto de vista prático, a relevância deste estudo pauta-se na possibilidade de, caso seja bem sucedido, identificar adequadamente as estruturas gerativas e os mecanismos causais que possibilitam a emergência e a constituição das organizações como agentes coletivos e, com isso, identificar e avaliar as possibilidades de intervenção social na realidade, de forma a contribuir para superar obstáculos existentes e promover a emancipação humana.

Em particular, cabe ressaltar aqui que, sublinhando a contribuição pragmática desta pesquisa, está a própria pressuposição de que as organizações têm a capacidade (ou poder causal) de ampliar a força humana (ou o poder de ação humana), tornando possível a execução de ações e atividades que, individualmente, (ou de outra forma, não organizada) seria improvável ou, mesmo, impossível. Desse modo, um entendimento mais apurado das organizações, suas propriedades emergentes e as condições necessárias e suficientes para a sua atualização nos remete, de forma indissociada, à ação humana no mundo, tomando-a aqui como num sentido equivalente à noção marxista de práxis.

De modo adicional, outras duas implicações podem ser elencadas. A primeira refere-se às consequências desse processo, ou seja, o exercício do poder político se faz na esfera pública e requer, necessariamente, uma entidade coletiva organizada, que atue como sujeito na sua manifestação discursiva e representação política de um grupo de atores. Entidade esta que, por sua vez, requer uma agregação de pessoas em torno de um ponto comum, constituindo, assim, uma identidade coletiva, bem como compartilhando um espaço comum, seja face a face, seja mediado tecnologicamente. Outra questão reside no tocante ao exercício político dessas organizações na esfera pública (e também privada) e aos seus desdobramentos para a gestão de bens e recursos coletivos, assim como do próprio espaço público e para o desenvolvimento.

Quanto à originalidade, a inovação proposta aqui reside no fato de trazer o realismo crítico para o debate dos estudos organizacionais, somando-se aos (ainda incipientes, mas já existentes) esforços no plano internacional e contribuindo para a sua introdução e difusão no plano nacional. De outro modo, especificamente no tocante à teoria e à sociologia das organizações, pretende discutir as bases ontológicas assim como as propriedades e as consequências das organizações como atores coletivos.

Essa questão é mal colocada no âmbito das filosofias da ciência não realista crítica, pois elas não conseguem situar nem articular os diferentes níveis da realidade do mundo social entre si, nem destes em relação aos outros extratos da realidade – natural prático e social – (ARCHER, 2000, p.162). É negligenciada, contornada e não tratada no âmbito da sociologia neoclássica, como, por exemplo, em Giddens e Bourdieu que, ao desenvolverem suas versões da mesma praxiologia estruturacionista (PETERS, 2006), passam da agência à estrutura sem o desenvolvimento adequado de estruturas intermediárias (onde a filosofia da ciência realista crítica situa o nível institucional e organizacional do mundo social).

Tampouco a própria teoria organizacional tem discutido efetivamente e avançado sobre esta questão, já que a epistemologia hegemônica no cenário contemporâneo, positivista e antirrealista, tende a “dissolver” as coletividades, as estruturas e os sistemas sociais em interações dialógicas diretas, pois não consegue explicar e, portanto, prefere não reconhecer a existência dos níveis de realidade extradiscursivos.

Assim, se pudéssemos identificar um elemento inovador nesta proposta, acreditamos que o mesmo seria a tentativa de atacar o problema da estruturação da ação coletiva a partir de uma perspectiva diferente daquela em que frequentemente é tratada, tentando utilizar, para isso, a noção de organização como elemento central e mediador das relações sociais, como propõem e Fleetwood (2008b) e Elder-Vass (2010), e cujas características de sua estrutura interna, ao serem identificadas e analisadas, podem trazer contribuições no sentido de prover fundamentos que auxiliem a sistematização e a possibilidade de uma convergência teórica a partir de algumas das principais características e elementos da TO com o RC, produzindo assim (condições para) uma nova síntese teórica da sociologia das organizações.

Por fim, além dessa pretensa contribuição (e inovação) de cunho filosófico para o campo do estudo das organizações, este trabalho pretende trazer uma proposta teórica singular de releitura, discussão e explicação da própria noção de organização, como



processo e como entidade – que é tema central dos estudos organizacionais e da sociologia das organizações –, pela introdução do espaço físico e simbólico e da identidade como estruturas gerativas da organização que, por sua vez, fundamenta o exercício do poder.

Cumprir mencionar aqui, além do exposto, a possibilidade de visibilidade do estudo. Considerando os motivos acima delineados – aqueles referentes ao desenvolvimento de estudos sob a perspectiva do realismo crítico no cenário internacional e nacional, e, sobretudo, no contexto organizacional –, justifica-se o possível espaço de grande visibilidade deste estudo junto à comunidade acadêmica nacional, bem como a possibilidade de sua inserção e alcance de visibilidade no espaço acadêmico internacional, contribuindo, assim, para o aumento da inserção de pesquisas brasileiras – e também da Universidade Federal de Juiz de Fora / UFJF – neste último.

### **1.5 Estrutura da Proposta**

Esta tese está organizada em nove capítulos, que estão agrupados em quatro partes. A primeira parte, que reúne os capítulos 1 e 2, trata da colocação e da apresentação do estado da arte do campo de estudo do objeto “organizações”, cuja síntese é fornecida por meio de uma revisão panorâmica da teorização deste campo. No primeiro capítulo, que é esta introdução, são explicitados o problema, os objetivos e os elementos centrais da tese, bem como a justificativa para a sua realização e as pretensas contribuições originais deste estudo. Sua função é introduzir, apresentar e delimitar o problema norteador do estudo, a saber, a questão da organização. No segundo capítulo trata-se da revisão teórica dos estudos sobre as organizações, em que se busca traçar um panorama atual da área, a fim de identificar sua evolução, suas lacunas e possibilidades de avanço. Eses dois primeiros capítulos são constituintes da primeira parte desta tese, que se preocupa com a colocação do problema fundamental identificado na literatura: a questão da organização.

A segunda parte desta tese abrange o terceiro e o quarto capítulos e versa sobre considerações intermediárias, não essencialmente específicas, mas necessárias para o desenvolvimento ulterior do trabalho. A ideia é fornecer um panorama razoável, ainda que de forma propedêutica, acerca do realismo crítico, apenas para situar o estudo no âmbito da filosofia para a ciência específica. Assim, enquanto no terceiro capítulo faz-se

uma revisão mais geral sobre as bases filosóficas do realismo crítico, no quarto capítulo busca-se evidenciar a transposição das ideias desse movimento para o campo da teoria social contemporânea. O argumento desta segunda parte gira, então, em torno da ideia do estabelecimento das bases do realismo crítico enquanto fundamento e condição necessária para se operar o reestabelecimento de novas bases e operar a passagem para uma nova concepção de organização.

A terceira parte desta tese congrega uma série de três capítulos que visam reexaminar criticamente e propor novas bases para a leitura da ação coletiva organizada. No quinto capítulo, argumenta-se que a realidade material é fonte inicial e primária que de qualquer relato que pretenda fazer referência às estruturas ônticas das entidades da realidade. Logo, esse relato deve estar presente, como condição necessária, na discussão sobre as organizações. No sexto capítulo, por sua vez, trata-se da emergência da realidade ideal, como condição necessária para a constituição da atividade simbólica para a formação de uma coletividade. Já no sétimo capítulo aborda-se a dimensão do poder como um tipo de entidade presente na forma da realidade social, que precisa estar embasado nas condições necessárias e precedentes do espaço e da identidade coletiva, mas que adiciona a elas uma camada de propriedades específicas. Esses três argumentos, em conjunto, propõem uma revisão crítica e a reconstrução ontológica e epistemológica da TO por meio de uma análise dialética dos momentos da análise morfogênica e morfostática de estruturação dos sistemas sociais de ação coletiva elaborados e defendidos nesta tese.

Por fim, na quarta e última parte dedica-se à elaboração e à apresentação de uma proposta síntese desenvolvida nesta tese: o *framework* morfogênico realista crítico de análise das organizações. No oitavo capítulo busca-se, especificamente, a partir dessa série morfogênica de argumentos crítico-reconstrutivos da leitura, numa perspectiva realista crítica das organizações, dar conta dessa elaboração sintética do modelo e, por último, no nono capítulo faz-se um fechamento geral da tese, com as conclusões finais a que foi possível chegar, em especial, evidenciando as contribuições do modelo apresentado e sua advogada capacidade de superação das atuais limitações da TO.

**Quadro 01: Resumo e lógica da tese**

| Teoria realista crítica das organizações | Capítulo 1  | Capítulo 2  | Capítulo 3   | Capítulo 4  |
|--|---|---|--|---|
|  | Introdução  | O estado da arte da teoria organizacional   | Notas sobre os fundamentos filosóficos do realismo crítico   | Teoria Social e Teoria Social Realista  |
| <b>Problemática</b>                      | <i>(Como é possível a organização? Como a realidade tem que ser para que a organização exista?)<br/>Quais são e como se manifestam as estruturas gerativas e suas tendências (poderes causais), em conjunto com as circunstâncias em que elas são ativadas (mecanismos causais), que permitem a emergência e a existência das organizações como entidades (socialmente reais) de ação coletiva?</i> |   |  |   |
| <b>Questões de pesquisa subsequentes</b> | <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Como delimitar o estudo da organização?</li> <li>▪ Como a organização se situa na sociedade?</li> </ul>  | <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Como surgiu, se desenvolveu e se encontra hoje a teorização sobre as organizações?</li> <li>▪ Quais seus problemas?</li> <li>▪ Qual a sustentação ontológica e epistemológica dessa teorização?</li> </ul> | <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Que filosofia da ciência pode fornecer um relato da ciência não relativista, verificável, que acumule e integre os conhecimentos, mas não incorra nos erros do positivismo ingênuo?</li> <li>▪ Como podemos conceber uma ciência realista da realidade humana e social sem deixar de lado a sua produção histórica e contextual?</li> </ul> | <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Como o realismo crítico pode fundamentar a teorização social, em geral, e a teorização das organizações, em particular?</li> <li>▪ Que elementos do realismo crítico permitem uma adequada colocação e delimitação do problema da estruturação da ação coletiva?</li> <li>▪ Que teoria poderia embasá-lo?</li> </ul> |
| <b>Fio condutor</b>                      | Asserção da dimensão ontológica e da estratificação onto-epistemológica da realidade fornecida pelo realismo crítico  |   |  |   |
| <b>Fases correspondentes da pesquisa</b> | Objetivos específicos traçados na tese.   | Contato preliminar com a literatura da área objeto de pesquisa.   | Estudos ontológicos-epistemológicos sobre filosofia da ciência, em geral, e sobre o RC, em particular.   | Estudos sobre teoria social, sociologia das organizações e ação coletiva.   |
| <b>Descritor</b>                         | Contextualização sumária, histórica e atual da questão da organização, visando situá-la na realidade social.  | Reconstituição retroductiva da trajetória da TO, visando identificar estruturas gerativas e extrair seus princípios.  | Reconstituição da trajetória do RC, visando identificar os princípios centrais capazes de sustentar um relato realista não positivista.  | Delimitação do problema da ação coletiva na teoria social, em termos de níveis da realidade e suas formas de manifestação.  |
| <b>Objetivos</b>                         | <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Apresentar o tema da organização como objeto de estudo no âmbito da teoria social.</li> <li>▪ Identificação de uma possível lacuna de estudos.</li> </ul>  | Identificar a evolução histórica da teorização organizacional e as bases ontológicas e epistemológicas em que se apoiaram.  | <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Compilação das contribuições e progressos do RC e mapeamento dos seus principais elementos constituintes.</li> <li>▪ Fornecer um panorama do RC.</li> </ul>   | Identificar e delimitar de que forma o problema da ação coletiva organizada pode ser tratado na teoria social, com foco no RC.  |
| <b>Bases teóricas</b>                    | Teoria social clássica – a organização e a complexificação da sociedade em Durkheim.  | Análise da evolução epistemológica da teoria social, segundo Buckley.   | Realismo crítico de Bhaskar, com foco na sua 1ª fase – argumento transcendental e sua derivação para   | Derivação do RC para a teoria social, feita pelo próprio Bhaskar.   |

|   |   |   |   |  |
|---|---|---|---|--|
|   | <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ A racionalização em Weber e a emergência da sociologia das organizações.</li> <li>▪ A teoria social neoclássica – a constituição da sociedade e a estruturação da ação social (Giddens, Bourdieu e Habermas).</li> <li>▪ A lacuna da organização (ação coletiva) nas teorias sobre agência-estrutura.</li> <li>▪ O realismo crítico e a adequada identificação dos níveis da realidade e suas interfaces.</li> </ul> | <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Resgate da trajetória histórica da TO, de Taylor ao realismo crítico.</li> <li>▪ Classificação e periodização da TO, segundo suas influências epistemológicas, realistas e antirrealistas.</li> <li>▪ Análise temática da evolução da TO, segundo Friedberg.</li> <li>▪ Debate sobre o estatuto ontológico das organizações, segundo Paço-Cunha.</li> <li>▪ Sociologia das organizações via RC e ontologia estratificada.</li> </ul> | <p>as ciências humanas.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Contribuições realistas de seguidores como Archer, Elder-Vass, Fleetwood, Vandenberghe, Jessop, Manicas, Porpora, Corrales, etc.</li> </ul>  | <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Teoria social realista de Archer.</li> <li>▪ Extensões da teoria social realista de Bhaskar e Archer, feitas por Fleetwood, Vandenberghe, Elder-Vass e Jessop.</li> <li>▪ Teoria realista crítica das subjetividades coletivas de Vandenberghe.</li> <li>▪ Estratificação e níveis da realidade de Vandenberghe e Brante.</li> </ul>  |
| <b>Paradigma</b>                          | Realismo crítico  |   |   |  |
| <b>Metodologia</b>                        | -   | Conceitual  | Conceitual  | Conceitual   |
| <b>Métodos</b>                            | -   | Revisão de literatura   | Revisão de literatura   | Revisão de literatura  |
| <b>Amostragem de material de pesquisa</b> | -   | <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Literatura de teoria das organizações.</li> <li>▪ Indutiva e seletiva dos principais teóricos dos períodos e tradições selecionados.</li> </ul>  | <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Literatura de teoria das organizações.</li> <li>▪ Exaustiva e geral, com base em todo material disponível no Brasil e em bases de livre acesso no plano mundial, de 03/2011 a 09/2012.</li> </ul>  | <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Literatura de teoria das organizações.</li> <li>▪ Específica sobre as teorias sociais realistas com foco na ação coletiva e na organização.</li> </ul>  |
| <b>Argumento (mensagem)</b>               | <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ A “organização” é uma questão subteorizada e subdesenvolvida na teoria social e sua adequada compreensão pode fornecer um desenvolvimento teórico para a sociologia das organizações e um melhor entendimento da relação entre os diferentes níveis da realidade social, no plano da teoria social.</li> </ul>   | <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ A teorização organizacional é esparsa, divergente e não cumulativa, sendo influenciada por modismos, já que não consegue identificar as estruturas gerativas que subjazem às organizações.</li> <li>▪ Toda teorização produzida, seja na vertente realista ou antirrealista, está embasada em e comprometida com uma ontologia plana da realidade, que impede a adequada identificação e resolução dos problemas e,</li> </ul>       | <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ O realismo crítico é uma filosofia da ciência que se põe como metarrelato científico, na medida em que consegue integrar as contribuições das filosofias precedentes e superar seus obstáculos, a partir de uma concepção mais acurada da realidade, dada pela compreensão de sua ontologia estratificada.</li> <li>▪ Todas as outras vertentes da filosofia da ciência compartilham de</li> </ul> | <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ A teoria social realista e a teoria das subjetividades (TSC) podem fornecer as bases para uma possível teoria das organizações (TO) realista, pois permite identificar os níveis, as passagens (emergências) e os tipos de objetos da realidade, bem como suas formas de manifestação, que estão envolvidos no processo de estruturação da ação coletiva, fornecendo, assim, uma base teórica mais promissora para o</li> </ul> |

|                                 |   |   |  |   |
|---------------------------------|---|---|--|---|
|                                 |   | consequentemente, seu avanço teórico.   | uma raiz comum que é sua ontologia plana, sendo, portanto, limitadas.  | desenvolvimento de uma teoria específica sobre esta questão no âmbito da sociologia das organizações.   |
| <b>Contribuição</b>             | <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Identificação de uma lacuna na teoria social.</li> <li>▪ Proposição de uma delimitação e forma de preenchimento desta lacuna.</li> </ul> | <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Identificação do padrão de evolução correlativo entre TO e teoria social.</li> <li>▪ Identificação e localização das vertentes epistemológicas subjacentes a TO.</li> <li>▪ Evidenciação da unidade ontológica da TO.</li> <li>▪ Prospecção dos elementos da TO necessários para a identificação de estruturas gerativas da ação coletiva, potencialmente úteis à revisão realista crítica.</li> </ul> | <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Desenvolvimento de uma ampla compilação sobre o RC que poderá servir para sua popularização para além do solo anglo-saxão e, em especial, nos países de língua latina.</li> <li>▪ Difusão do RC na sociologia e sua introdução na academia brasileira de administração e outras disciplinas, onde ocorre a discussão sobre organizações.</li> </ul> | <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Ampliação dos modelos de teoria social realista que tratam da ação coletiva a partir da identificação de atuais limitações e proposição de sua superação.</li> </ul> |
| <b>Publicações já efetuadas</b> | -   | -   | <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Artigo Enanpad 2011.</li> <li>▪ Artigo em avaliação na RAC 2012.</li> </ul>   | <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Artigo EnEO 2012a – subjetividades coletivas.</li> <li>▪ Artigo EnEO 2012b – sociologia francesa das organizações e RC.</li> </ul>                                   |
| <b>Publicações visadas</b>      | -   | <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Artigo sobre coevolução epistemológica entre teoria social e teoria das organizações.</li> <li>▪ Artigo sobre TO e realismo crítico.</li> <li>▪ Livro sobre trajetória da TO.</li> </ul>   | <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Artigo na RAC 2013 ou 2014.</li> <li>▪ Livro sobre “O que é Realismo Crítico” (Introdução ao Realismo Crítico).</li> </ul>  | <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Conversão dos artigos EnEO 2012a /b em publicações definitivas.</li> <li>▪ Publicação de artigos no ALAS, ANPOCS e ANPAD de 2013.</li> </ul>                         |

Fonte: elaborado pelo autor a partir de Walsh (2009).

**Quadro 01: Resumo e lógica da tese**

| Teoria realista crítica das organizações | Capítulo 5  | Capítulo 6  | Capítulo 7  | Capítulo 8  | Capítulo 9  |
|--|---|---|---|---|---|
|  | M1 – Espaço   | M2 – Identidade   | M3 – Poder  | Modelo Teórico  | Conclusão   |
| <b>Problemática</b>                      | <i>(Como é possível a organização? Como a realidade tem que ser para que a organização exista?)<br/>Quais são e como se manifestam as estruturas gerativas e suas tendências (poderes causais), em conjunto com as circunstâncias em que elas são ativadas (mecanismos causais), que permitem a emergência e a existência das organizações como entidades (socialmente reais) de ação coletiva?</i> |   |   |   |   |
| <b>Questões de pesquisa subsequentes</b> | <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Que estruturas gerativas são responsáveis pela realidade material?</li> <li>▪ Como a realidade tem que ser para que as coisas se manifestem materialmente?</li> <li>▪ Quais as implicações da realidade material sobre as demais entidades (materiais ou não) da realidade?</li> </ul>   | <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Que estruturas gerativas são responsáveis pela realidade ideal?</li> <li>▪ Como a realidade tem que ser para que as coisas se manifestem idealmente?</li> <li>▪ Quais as implicações da realidade ideal sobre as demais entidades (ideais ou não) da realidade?</li> </ul> | <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Que estruturas gerativas são responsáveis pela realidade social?</li> <li>▪ Como a realidade tem que ser para que as coisas se manifestem socialmente?</li> <li>▪ Quais as implicações da realidade social sobre as demais entidades (sociais ou não) da realidade?</li> </ul> | <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Como componentes /entidades de diferentes níveis e formas de manifestação na realidade podem ser relacionados num quadro teórico explicativo no âmbito da ação coletiva organizada?</li> <li>▪ Como tal quadro pode contribuir para a explicação da passagem do nível micro para o nível macrosocial?</li> </ul> | -   |
| <b>Fio condutor</b>                      | Asserção da dimensão ontológica e da estratificação onto-epistemológica da realidade fornecidas pelo realismo crítico   |   |   |   |   |
| <b>Fases correspondentes da pesquisa</b> | Crítica e revisão ontológica-epistemológica das estruturas gerativas materiais  | Crítica e revisão ontológica-epistemológica das estruturas gerativas ideais   | Crítica e revisão ontológica-epistemológica das estruturas gerativas sociais  | Inter-relação dos resultados dos objetivos específicos precedentes  | Síntese dos trabalhos da tese                         |
| <b>Descritor</b>                         | Reconstituição explicativa do funcionamento e das condições de atuação da estrutura material (espaço-temporal) na realidade   | Reconstituição explicativa do funcionamento e das condições de atuação da estrutura ideal (simbólico-identitária) na realidade  | Reconstituição explicativa do funcionamento e das condições de atuação da estrutura social (das relações de poder) na realidade   | Elaboração de um modelo próprio de explicação da estruturação da ação coletiva organizada   | Fechamento da tese e resposta do problema de pesquisa |
| <b>Objetivos</b>                         | ▪ Resgatar os estudos precedentes que abordam a estrutura espacial da realidade, a fim de   | ▪ Resgatar os estudos precedentes que abordam a estrutura simbólico-identitária da realidade, a fim   | ▪ Resgatar os estudos precedentes que abordam a estrutura social das relações de poder da realidade, a fim  | ▪ Elaborar um modelo explicativo da ação coletiva organizada que integre os diferentes níveis e formas de   | Fechamento da tese                                    |

|   |  |   |   |   |  |
|---|--|---|---|---|--|
|   | identificar princípios que uma explicação realista precisa dar conta.<br>▪ Fornecer uma releitura da questão a partir do RC.   | de identificar princípios que uma explicação realista precisa dar conta.<br>▪ Fornecer uma releitura da questão a partir do RC.   | de identificar princípios que uma explicação realista precisa dar conta.<br>▪ Fornecer uma releitura da questão a partir do RC.   | manifestação na realidade.<br>▪ Auxiliar na explicação da passagem do nível micro para o nível macrosocial.   |  |
| <b>Bases teóricas</b>                     | <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Teorias sobre a estrutura espaço-temporal na física, de Newton a Einstein.</li> <li>▪ Teorias sobre espaço-tempo na filosofia, de Kant a Bachelard.</li> <li>▪ Teorias sobre espaço-tempo na teoria social, de Simmel a Bourdieu.</li> <li>▪ Espaço-tempo na teoria social realista, de Archer e Jessop.</li> <li>▪ Estrutura espaço-temporal como estrutura material e suas propriedades e implicações sobre as demais entidades (materiais ou não) da realidade.</li> </ul> | <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Teorias sobre identidade na filosofia, de Heráclito a Heidegger.</li> <li>▪ Teorias sobre identidade nas ciências sociais, de Mauss a Du Gay e Hall.</li> <li>▪ Teorias de identidade na TO e no universo das organizações, de Albert e Whetten a Hatch &amp; Schultz.</li> <li>▪ Identidade na teoria social realista, de Archer e Vandenberghe.</li> <li>▪ Estrutura identitária (simbólica) como estrutura ideal e suas propriedades e implicações sobre as demais entidades (ideais ou não) da realidade.</li> </ul> | <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Teorias sobre a estrutura relacional de poder na filosofia, de Hobbes a Rousseau.</li> <li>▪ Teorias sobre poder na teoria social, de Marx a Bourdieu.</li> <li>▪ Teorias sobre poder nas organizações, de Weber a Crozier.</li> <li>▪ Estrutura relacional do poder como estrutura social e suas propriedades e implicações sobre as demais entidades (sociais ou não) da realidade.</li> </ul> | <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Estratificação, emergência e diferenciação dos níveis da realidade humana.</li> <li>▪ Realidade em nível mesossocial – organizações e instituições.</li> <li>▪ Conceito de campo para delimitação da ação coletiva.</li> <li>▪ Análise morfogênética dos momentos – espaço, identidade e poder – correlacionada com as formas de emergência e manifestação das entidades na realidade.</li> <li>▪ Sequência morfogênética como necessária ao processo de estruturação da ação coletiva.</li> </ul> | Toda elaboração e revisão teórica precedente |
| <b>Paradigma</b>                          | Realismo Crítico   |   |   |   |  |
| <b>Metodologia</b>                        | Conceitual   | Conceitual  | Conceitual  | Conceitual  | -  |
| <b>Métodos</b>                            | <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Revisão de literatura</li> <li>▪ Construção teórica</li> </ul>  | <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Revisão de literatura</li> <li>▪ Construção teórica</li> </ul>   | <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Revisão de literatura</li> <li>▪ Construção teórica</li> </ul>   | <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Construção teórica</li> </ul>  | -  |
| <b>Amostragem de material de pesquisa</b> | <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Indutiva e seletiva das principais teorias na literatura sobre espaço-tempo, desde a física até a sociologia.</li> </ul>  | <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Indutiva e seletiva das principais teorias na literatura sobre identidade, desde a filosofia até a sociologia.</li> </ul>  | <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Indutiva e seletiva das principais teorias na literatura sobre poder, desde a filosofia até a sociologia.</li> </ul>   | <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Seletiva e construtiva a partir da identificação de conceitos das teorias anteriores, combinados com a lógica de estratificação e emergência do RC.</li> </ul>   | -  |

|                                 |   |   |  |  |  |
|---------------------------------|---|---|--|--|--|
| <b>Argumento /mensagem</b>      | <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ A realidade material é uma condição necessária (mas não suficiente) para a emergência da ação coletiva.</li> <li>▪ Toda entidade que se manifesta materialmente precisa fazê-lo espaço-temporalmente. Isso se dá através da incorporação (incarnação).</li> <li>▪ Em especial a estrutura espacial é importante porque localiza e fixa as demais entidades (coisas) estabelecendo seus contornos e limites, i.e., sua separação em relação às demais coisas da realidade.</li> </ul> | <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ A realidade ideal é uma condição necessária (mas não suficiente) para a estruturação da ação coletiva. Ela surge da cognição e do pensamento humano.</li> <li>▪ Toda entidade que se manifesta idealmente recorre a uma descrição identitária.</li> <li>▪ Na realidade humana, a estrutura simbólico-identitária importa porque permite a construção de uma nova entidade (coletiva), maior do que e independente de cada indivíduo em si isoladamente.</li> </ul> | <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ A realidade social é uma condição necessária (mas não suficiente) para a estruturação da ação coletiva. Ela surge das relações e práticas decorrentes das interações sociais repetidas.</li> <li>▪ Toda entidade que se manifesta socialmente precisa se fundar sobre práticas sociais.</li> <li>▪ As interações baseiam-se em acesso e uso desigual de recursos e engendram práticas sociais de poder.</li> <li>▪ A estrutura relacional do poder canaliza e direciona ações num dado sentido, criando uma “ordem”.</li> </ul> | <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ A realidade é estratificada e, para compreendê-la e explicá-la é preciso recorrer às distintas entidades e aos diferentes níveis em que elas se apresentam.</li> <li>▪ Há uma relação de precedência e emergência entre diferentes tipos de entidades e suas formas de manifestação na realidade.</li> <li>▪ No caso da organização, i.e., uma forma de atividade humana, parece haver um sentido de estruturação que vai da recorrência a elementos da realidade material, passando pela ideal até chegar à social.</li> </ul> | <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ O modelo proposto inova em trazer a ontologia para a teoria social.</li> <li>▪ Produz uma explicação detalhada e supostamente adequada à estruturação da ação coletiva, separando, classificando e atribuindo lugar e peso específicos aos diferentes elementos que aparecem ao mesmo tempo numa realidade complexa.</li> <li>▪ A integração desses níveis e entidades, que pode ser feita pelo RC, permite entender a estruturação da ação coletiva, sem recorrer a reducionismos/conflações.</li> </ul> |
| <b>Contribuição</b>             | <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Reinserção da ontologia na teoria social e na TO.</li> <li>▪ Identificação e localização da realidade material e seu estatuto ontológico.</li> <li>▪ Proposição do espaço como categoria real cujos efeitos (poderes causais) impõem adaptações seletivas aos seres humanos.</li> </ul>  | <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Identificação e localização da dimensão simbólico-identitária na realidade humana.</li> <li>▪ Sua adequada relação com a dimensão ontológica-material.</li> <li>▪ Evidenciação de sua necessária contituição para a elaboração social.</li> </ul>  | <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Identificação e localização das atividades sociais e das relações de poder como ulteriores às estruturas materiais e simbólicas.</li> <li>▪ Identificação do poder causal das organizações como necessário e distinto dos demais tipos (graus anteriores) da ação coletiva e necessário à estruturação social (nível macrossocial).</li> </ul>  | <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Elaboração de um modelo teórico que integra diferentes entidades (que se manifestam de formas diferentes) e níveis da realidade, de forma mais precisa, e sem incorrer em erros de redução/conflação.</li> </ul>  | -  |
| <b>Publicações já efetuadas</b> | -   | -   | -  | -  | -  |
| <b>Publicações visadas</b>      | <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Artigo sobre ontologia e estrutura espaço-temporal.</li> </ul>   | <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Artigo sobre teoria identidade e realidade ideal.</li> </ul>   | <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Artigo sobre poder e realidade social na teoria</li> </ul>  | <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Artigo sobre modelo análise morfogênica na</li> </ul>   | -  |



|  |   |   |  |  |  |
|--|---|---|--|--|--|
|  | <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Artigo sobre espaço tempo e teoria social.</li> <li>▪ Canais de publicação a definir.</li> </ul> | <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Artigo sobre identidade e ação coletiva.</li> <li>▪ Canais de publicação a definir.</li> </ul> | <ul style="list-style-type: none"> <li>social.</li> <li>▪ Artigo sobre poder e TO.</li> <li>▪ Canais de publicação a definir.</li> </ul> | <ul style="list-style-type: none"> <li>TO.</li> <li>▪ Livro sobre tese.</li> </ul> |  |
|--|---|---|--|--|--|

**Fonte:** elaborado pelo autor a partir de Walsh (2009).

## 2 O ESTADO DA ARTE DA TEORIA ORGANIZACIONAL OU DOS PROBLEMAS NOS ESTUDOS ORGANIZACIONAIS CONTEMPORÂNEOS

**Resumo:** Neste capítulo os objetivos são (1) difundir o debate sobre realismo crítico (RC) na comunidade acadêmica brasileira e (2) vislumbrar as possíveis aplicações e implicações desta perspectiva filosófica para os estudos organizacionais (EOR), sobretudo no contexto brasileiro. Para tanto, realizou-se uma revisão teórica sobre o RC, considerando sua proposta como filosofia *para* a ciência e como programa de pesquisa em ciência. Em seguida, o texto traz uma síntese da trajetória do movimento realista crítico, situando suas principais fases e expoentes, além de algumas filosofias concorrentes com o realismo e sua refutação transcendental desses relatos. Na terceira seção distingue-se o RC de outras perspectivas de realismo científico e também internamente àquelas ramificações que foram se desenvolvendo a partir das proposições *bhaskarianas*. Posteriormente, são apresentadas as dimensões ontológica, epistemológica, metodológica e a *rationale* segundo o RC, bem como seu modelo de ciência. A penúltima seção trata das principais críticas de diferentes autores, internos e externos ao RC, bem como suas respostas a tais problemas. Conclui-se apontando as principais implicações do RC, como programa de pesquisa, para as ciências humanas e sociais, ponderando, sobretudo, sobre suas possíveis implicações para os EOR.

**Palavras-chave:** Ontologia. Filosofia da ciência. Realismo crítico. Sociologia das Organizações. Teoria organizacional.

### 2.1 Introdução

O objetivo, neste capítulo, é realizar uma revisão teórica sobre a teoria das organizações (TO), a fim de rastrear sua trajetória intelectual e de identificar, por um lado, seus principais avanços e contribuições e, de outro, suas atuais limitações e questões a serem resolvidas. Especificamente, busca-se aqui, ao se fazer essa reconstrução histórica, identificar, analisar e avaliar os paradigmas da ciência subjacentes à evolução teórica do campo organizacional. A partir dessa análise, pretende-se identificar em que medida os tradicionais paradigmas da ciência têm fundamentado a TO e quais as suas implicações, no tocante às possibilidades de teorização e explicação científica deste campo.

A premissa assumida neste ensaio é a de que o paradigma científico hegemônico – caracterizado por aquilo que Kuhn (1962) denominou de ciência normal – positivista, que tem dominado as ciências, naturais e humanas, aproximadamente nos últimos 250

anos (SANTOS, 2005), não é capaz de fornecer uma base adequada para a explicação científica sequer no campo das ciências naturais (HARRE, 1989; HARRE; MADDEN 1998; BHASKAR, 1998[1979]; 1989; etc.) e muito menos no campo das ciências humanas – o que inclui, portanto, a teorização organizacional.

Essa crítica se estende à versão antirrealista daquele paradigma que congrega, em variados graus e formas de interpretativismo, as abordagens ditas “pós-modernas” do construtivismo, do feminismo, do construcionismo social, dentre outras. Apesar de estas, em geral, se caracterizarem pelo tom de crítica e contraposição a algumas categorias e elementos centrais do positivismo, Bhaskar e outros<sup>29</sup> evidenciam que todas elas compartilham, junto com o positivismo, as premissas do mesmo modelo de ciência [sendo fundado na concepção] da física mecânica newtoniana, cujas bases se assentam sobre a regularidade empírica dos eventos, tal como foi emblematicamente ilustrado na obra de Hume<sup>30</sup> e na absolutização das leis científicas<sup>31</sup> que descartavam as interferências locais e contextuais sobre a experimentação científica.

O argumento defendido aqui é o de que a TO nasceu e se desenvolveu, até agora, sob um único e mesmo paradigma [embora tenha experimentado seus dois lados: realista e antirrealista]: o positivista. E, em virtude disso, ela tem lacunas intrinsecamente relacionadas aos limites deste paradigma. Porém, com o esgotamento da sua capacidade explicativa [dado pela profusão de anomalias em seu seio], somente a partir da emergência de um novo paradigma que ultrapasse as limitações do anterior e que, portanto, (re)fundacione o edifício científico sobre novas bases que ampliem sua capacidade e permitam melhor e mais acurado conhecimento (HARRE, 1989), é que se pode avançar na teorização e explicação científica, preenchendo as lacunas existentes e resolvendo os até então insolúveis.

Como será demonstrado, em detalhes, nas etapas posteriores desta tese, sustento que o realismo crítico proposto por Roy Bhaskar, Margaret Archer e seus seguidores cumpre o papel de [candidato a] paradigma emergente no cenário atual, pois, além de se contrapor ao positivismo pelas tradicionais críticas que lhe são imputadas desde o ponto de vista [interno, isto é,] epistemológico ao metodológico, é o único programa contemporâneo de pesquisa científica a sustentar de forma plausível e contundente uma

---

<sup>29</sup> Inclusive não realistas, por exemplo, Santos (2005).

<sup>30</sup> HUME, Davis. *Investigação Acerca do Entendimento Humano*. Trad. Anoar Aiex. [Versão eBooks Brasil]. S/L: Edição ACRÓPOLIS, 2006. Disponível em: [br.egroups.com//group/acropolis/](http://br.egroups.com/group/acropolis/). Acesso: 01 jan 2011.

<sup>31</sup> Sobre este aspecto cf. Santos (2005).

crítica ao positivismo também [sob o ponto de vista externo, isto é,] no plano ontológico, e, além disso, a propor uma alternativa a este último, pautada nestes três níveis: ontológico, epistemológico e metodológico, sendo, portanto, a opção mais plausível de um novo paradigma *in statu nascendi*.

Um dos principais sinais do esgotamento do paradigma positivista no tocante à teoria das organizações consiste na dificuldade de integração, sistematização e unificação das teorias administrativas e sobre as organizações<sup>32</sup>, o que denota a fragilidade em relação a uma produção efetivamente teórica e aplicada (à prática<sup>33</sup>) – o que, inclusive, dá margem para que alguns autores, como Kuhn (1962), considerem as ciências sociais, o que inclui a administração, como ciências pré-paradigmáticas.

Além disso, e talvez de forma mais importante, se coloca a questão da renovação e da capacidade de aprofundamento e resolução de novos problemas. Segundo Ackroyd (2000), a TO contemporânea, em ambas as suas versões positivistas, realista e antirrealista, encontra-se em um estágio letárgico de ausência de teorização, efetiva e substantiva, capaz de sustentar a manutenção do antigo paradigma ou, mesmo, dar conta, de forma plausível, de sua substituição por um novo. Em lugar disso, o que se assiste é a profusão de “microescolas” ou vertentes pós-modernas que radicalizam ainda mais os aspectos da crítica irracionalista (antirrealista) ao positivismo, em particular, e da ciência, em geral, numa espécie de relativismo absoluto e total, sem, contudo, propor<sup>34</sup> qualquer teorização efetivamente sólida e/ou integradora capaz de substituir o paradigma vigente.

Na verdade, nenhuma das abordagens pós-modernas pode fazê-lo – nem a integração ao paradigma positivista nem a sua substituição por outro –, pois, de um lado, elas não são capazes de sustentar (e dar conta) qualquer concepção realista da realidade, ou seja, qualquer manifestação extradiscursiva (e, portanto, não humana<sup>35</sup>)

---

<sup>32</sup> As críticas de vários autores se unem nesse aspecto, embora elas partam de diferentes pontos e posicionamentos ontológicos e epistemológicos – inclusive sobre a própria ideia de unidade da ciência. A esse respeito, cf. Fleetwood (2005), no âmbito de uma TO realista crítica; Paço-Cunha (2009), numa crítica marxista aos estudos organizacionais; Friedberg (1996), na sua síntese qualitativa-interpretativa-realista; Silverman (1971) e Weick (1971), na crítica antirrealista ao *main stream* positivista e Donaldson (2005), que diagnostica a situação até mesmo a partir de uma visão interna às correntes do positivismo.

<sup>33</sup> Sobre este aspecto conferir Marsden e Townley (2009[1996 – ano 1ª Ed original em inglês]).

<sup>34</sup> Esse aspecto não propositivo é explicitamente denunciado por Jose Henrique de Faria, Ana Paula Paes de Paula, na sociologia brasileira, Gilberto Felisberto Vasconcellos, etc..

<sup>35</sup> Esta crítica se estende a Latour, que visa justamente humanizar a natureza e naturalizar os humanos (VANDENBERGHE, 2012).

não tem lugar se não for mediada pelos seres humanos e reduzida à ordem social<sup>36</sup>. Por outro, como são ontologicamente mudas (REED, 2005), essas abordagens são empírica, pragmática e, mesmo, [eu diria principalmente] politicamente descomprometidas<sup>37</sup> com qualquer mudança ou intervenção na realidade, já que, em sua visão relativista, qualquer julgamento valorativo, moral ou ético, ao final, seria tão bom ou válido quanto outro (BHASKAR, 2008[1975]).

Mas, se para atingir o objetivo delineado, é preciso recontar a história da TO, como recontar essa história? Como recontar uma história que não é única, linear e nem sequer coesa a ponto de ser identificada, pelos diferentes atores que pretendem contá-la, como a mesma história que versa sobre o mesmo objeto? Sobretudo uma história que já é tão frequentemente recontada? Como fazê-lo de um jeito inovador ou, pelo menos, sem cair no diletantismo acadêmico da reprodução indefinida pela simples lógica da reprodução?

A esse respeito, porém, tratando de recontar a história da sociologia mundial no último século, Vandenberghe (2009) instrui que uma história pode ser contada de muitas formas: cronológica, temática, geograficamente ou, ainda, a partir das principais figuras do campo. Cada forma dá ênfase em um aspecto em detrimento de outros e, portanto, cada um delas prioriza um determinado prisma ou ângulo de visão [o que, por oposição, deixa o outro a descoberto e nos leva à inferência de que todas elas são, ao menos parcialmente, incompletas].

Admitindo tal limitação, mas, ao mesmo tempo, tentando reduzi-la, pretendo cruzar mais de uma dessas características, a fim de produzir um relato supostamente mais profundo e profícuo. Especificamente, pretende-se realizar aqui o mapeamento do campo dos estudos sobre organização, no âmbito da TO, tomando como referência uma leitura cruzada da caracterização cronológica elaborada por Freddi (1998[1983]), da

---

<sup>36</sup> Essa crítica é feita pelo movimento realista crítico, em geral. Para conferir as particularidades e as nuances dos argumentos, veja: Bhaskar, no âmbito da filosofia da ciência; Archer, no âmbito da sociologia; Fleetwood, no âmbito das organizações, etc. Mas, fora do RC ela também está presente. Para conferir, por exemplo, uma crítica não realista crítica às abordagens pós-modernas, veja Castañon (2005; 200X; tese).

<sup>37</sup> Apesar de Vandenberghe (2012) afirmar que o pós-modernismo traz em seu seio uma leitura politicamente democrática, ao reconhecer e estimular a proliferação de vozes que emitem suas opiniões (ou produzem discursos) a respeito de qualquer assunto, o que em tese conferiria um “ar” democrático a este movimento; na prática, observa-se uma falha deste argumento visto que, reconhecidamente dentro desta visão (cf. LACLAU; MOUFFE, 1987), os discursos têm pesos diferentes e enredam uns aos outros em movimentos rumo a uma hegemonia. Assim, há um sofisma por trás desse raciocínio, em que a questão da suposta democratização das vozes não se resolve pelo simples reconhecimento da diversidade e diferença. Estas não apagam as relações de poder nem a ordem dos discursos.

caracterização temática proposta por Friedberg (1992; 1993; 1996), cujo entrelaçamento e os nós serão atados a partir das principais figuras do campo [em institucionalização] organizacional, ao longo dos últimos 150 anos. Alinhado com essa disposição, e com a tese aqui defendida, valho-me da utilização clássica obra de Walter Buckley, *A Sociologia e a Moderna Teoria dos Sistemas*, como pano de fundo sobre o qual pretendo analisar e sustentar o argumento defendido neste capítulo.

Buckley (1971[1967]), ao fazer um resgate das duas principais correntes identificadas na sociologia no início do século XX, a abordagem mecânica e a orgânica, as analisa por meio das obras de seus principais expoentes, Talcott Parsons e George Homans, comparando-as entre si e contra a teoria dos sistemas adaptativos complexos, oriunda da teoria dos sistemas e da cibernética, sustentando que esta última é capaz de fornecer um quadro explicativo mais adequado às estruturas sociais, devido aos seus processos de morfogênese e morfoestase.

Assim, tendo em mente essa diversidade de opções – e a consideração de que todas elas são partes de uma mesma história – aliada ao fato de importarem, para o presente estudo, os aspectos centrais das principais contribuições teóricas da TO, recorro aqui à estratégia utilizada por Buckley (1971[1967]), Silvermann (1971) e Friedberg (1993), entre outros, de fazer uma leitura “seletiva”, resgatando os clássicos e tentando avaliar suas contribuições para a TO.

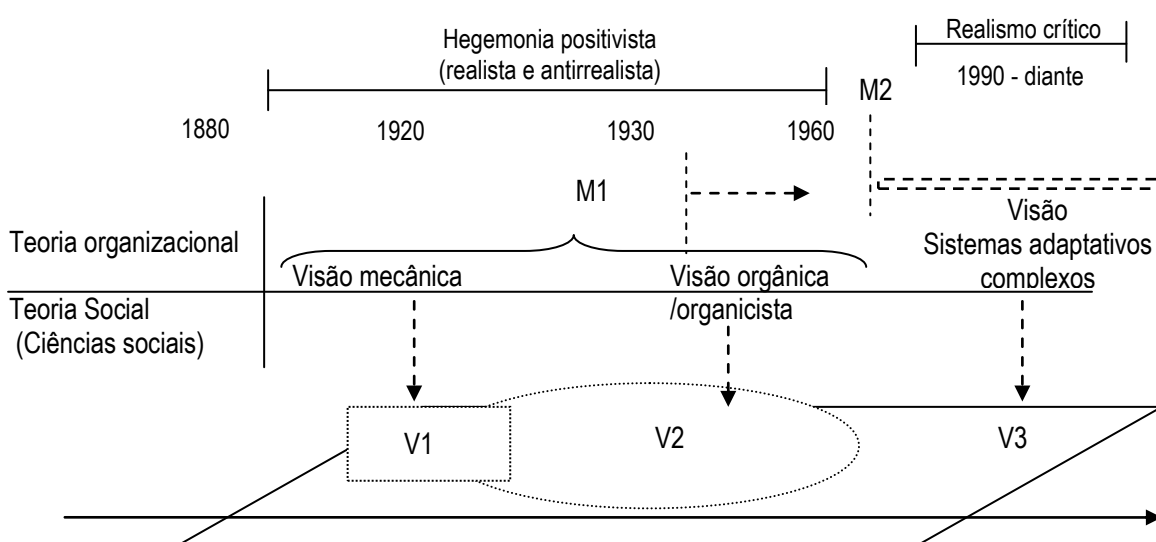


Figura 01: Representação esquemática de integração entre fases da teoria social com a teorização organizacional e suas epistemologias fundacionais, a partir da classificação da teoria social em três fases, proposta por Buckley (1967[1971]).

Fonte: Elaborado pelo autor.

Nesse sentido, e em virtude de as ciências da administração estarem imersas nas ciências sociais – podendo ser considerada uma ciência social de segunda ordem<sup>38</sup> (FREDDI, 1998[1983]) – e, portanto, compartilharem com estas as mesmas premissas e pressupostos ontológicos e epistemológicos, é que defendo que a TO, em suas distintas abordagens e escolas, assim como as ciências sociais, permaneceu, até a década de 1970, sob o domínio do mesmo paradigma positivista. [A querela dos últimos trinta anos pode ser interpretada, como de fato o é, por alguns como um movimento pós-modernista alternativo ao projeto positivista, mas aqui argumentarei que, na verdade, é apenas sua continuidade e extensão, por meio da ampliação para incorporação de uma série de elementos, em um novo formato, mas que funcionam sob as mesmas regras de regularidade científica humaniano-positivista.] Na verdade, especificamente no campo organizacional, [afirmo ainda que] o domínio deste se estende até o fim da década de 1990 e início dos anos 2000, quando se começa alguma teorização realista crítica<sup>39</sup>.

Para alcançar o objetivo visado, organizo o texto, para além desta introdução, nas seguintes seções: inicialmente, discute-se a evolução da moderna TO em duas fases, a clássica e a neoclássica, aqui distintas, porém, vistas, contra o pano de fundo do cenário das ciências sociais de Buckley, como contínuas e complementares. Num segundo momento, descreve-se e analisa-se a TO contemporânea a partir do ponto de inflexão de sua crise no final da década de 1970 e início de 1980, quando se manifesta, de forma mais acentuada e sistemática, o ataque às abordagens de matriz positivista e, para seu lugar, uma série de propostas, então emergentes, de caráter pós-moderno, começa a ser sugerida. A seguir, discute-se pontualmente a querela entre as duas vertentes concorrentes e contra-hegemônicas ao positivismo, que despontam, na última década, como favoritas à grande rival e sucessora do positivismo: o construcionismo social e o realismo crítico. Na quarta seção, abordam-se, criticamente, quatro grandes questões que perpassam toda a TO, desde os clássicos aos contemporâneos, para as

---

<sup>38</sup> No sentido de ser derivada das ciências sociais e, em último caso, fazer referência a estas. “Sua [a da teoria da organização] matriz teórica é, pois, a mesma das ciências sociais, as primeiras que entraram sistematicamente na pesquisa de campo para chegar a generalizações validadas pela verificação das hipóteses, ou seja, a do empirismo e, a nível mais específico, conforme a escola e as tendências científicas, a do comportamentismo, do neopositivismo, e da concepção estrutural-funcional do agir social” (FREDDI, 1998[1983], p. 864).

<sup>39</sup> Por razões já mencionadas acima, a crítica pós-moderna empreendida ao positivismo não a coloca fora dele, mas deve, na verdade, ser vista como um prelúdio à anulação do esgotamento dos limites deste paradigma e à formação de elementos que serão sintetizados, por outras bases, em um novo (paradigma).

quais proponho a integração de uma nova categoria – já existente, porém, até então despercebida ou negligenciada –, a dimensão espacial. Ao cabo, sugere-se uma síntese provisória baseada nas três estruturas gerativas das organizações então apontadas e que serão aprofundadas nos capítulos posteriores deste estudo.

## **2.2 A Teoria Organizacional Moderna e Contemporânea: ruptura e continuidade**

Segundo Freddi (1998[1983]), há um problema inicial de definição quando se aborda a “teoria da organização”. Em sua visão, o termo “teoria” não é utilizado na acepção própria das ciências físicas, segundo a qual uma teoria não é apenas uma sólida estrutura lógica com referências empíricas, mas o é de tal sorte que poderá ser refutada caso algum dado empírico a contradiga.

Neste contexto, ao contrário, quando se trata da TO, o termo teoria costuma ser utilizado para designar “[...] um conjunto de esquemas conceituais, complementares ou alternativos, cujo objetivo, não necessariamente alcançado, é o de nos deixar em condições de podermos descrever, interpretar, possivelmente prever e eventualmente controlar, os fenômenos organizativos” (FREDDI, 1998[1983], p. 864).

A expressão teoria da organização é demasiado ampla e indefinida para se prestar a uma definição sintética e substantiva. De fato, dadas a amplitude e a indeterminação terminológica da expressão, tal vocábulo é, na visão do autor, inteiramente reservado à tentativa de definir analiticamente, de uma perspectiva histórico-crítica, o que vem a ser teoria da organização.

Numa primeira análise diremos que a Teoria da organização é uma ciência social que estuda *todas* as organizações, fazendo-o desde uma perspectiva *interdisciplinar*; é uma disciplina social, por assim dizer, de segunda geração, cujos antecedentes imediatos se encontram, por um lado, no recente e autoconsciente progresso das ciências sociais e, por outro, na consolidação dos estudos de organização empresarial e de ciência da administração (FREDDI, 1998[1983], p. 864 – itálicos no original).

As tendências que acabamos de indicar têm uma perspectiva comum: consideram a organização como um sistema, como uma realidade cujas partes se dispõem obedecendo a relações sistemáticas, sendo constituídas por pessoas. Em suma, a dimensão da organização que aqui se acentua é a que a caracteriza como estrutura



social, como instituição humana<sup>40</sup>.

Comumente, os termos qualificativos (administrativa, complexa, burocrática, formal, em larga escala) que são aplicados ao vocábulo “organização” têm a particularidade de se referirem a experiências humanas realizadas no âmbito de estruturas orgânicas preeminentemente caracterizadas como tipos peculiares de sistemas sociais, ou seja, caracterizadas por: a) uma rede de relações prescritas por uma autoridade, b) por valores mais ou menos amplamente interiorizados, conquanto sempre setoriais e específicos, c) por processos de socialização e de diferenciação dos participantes e, particularmente, por d) funções que tendem a ser minuciosamente circunscritas, relativamente estáveis e explicitamente definidas. Assim, esses qualificativos empregados referem-se, antes, à fundamentação teórico-metodológica a que se vincula uma dada abordagem do que efetivamente aos atributos (necessários) para distinguir organizações concretas (FREDDI, 1998[1983]).

### *2.2.1 Teoria Organizacional Moderna*

A teoria da organização moderna deriva de um breve, rápido e intenso processo, em que é possível distinguir, generalizando e sintetizando, duas escolas ou movimentos de características e objetivos bem diversos (FREDDI, 1998[1983]). Essas duas concepções, [aparentemente] mutuamente excludentes, foram propostas em relação ao fenômeno organizativo desde o momento em que, nas ciências sociais, se começou a fazer das organizações o objeto de uma especulação autônoma. Por um lado, a organização foi analisada com referência a um modelo racional, tributário de Saint Simon; por outro, com referência a um modelo natural, derivado da interpretação de Auguste Comte.

De um lado, tem-se a teoria da organização que, hoje, é costume apresentar como teoria clássica ou ortodoxa, cujas origens remontam a um movimento contextualizado nos anos 1930, em especial nos Estados Unidos e liderado por autores como Gulick e Mooney, além de seu predecessor o emblemático Frederick Taylor; movimento esse cujas principais características são uma interpretação racionalista da

---

<sup>40</sup> Cf. PORPORA, D. V. Four concepts of social structure. (pp.339-355). In: ARCHER, M.; BHASKAR, R.; COLLIER, A.; LAWSON, T.; NORRIE, A. **Critical Realism**: essential readings. 1<sup>st</sup> Ed. USA/Canada: Routledge, 1998.

organização. De outro lado, aquela que hoje é definida como teoria neoclássica (mais comumente conhecida como movimento das “relações humanas”), expressão típica da concepção natural e organicista da organização, cujo êxito está intimamente associado às pesquisas e aos escritos de Elton Mayo (FREDDI, 1998[1983]).

Enquanto, para a primeira vertente, a organização é um instrumento, uma máquina racional construída pelos seres humanos para potencializar a sua capacidade de ação, para a segunda vertente, ao contrário, a organização é um organismo dotado de vida própria, (auto?) interessado em manter um equilíbrio interno e externo que lhe possa garantir mais eficazmente a sobrevivência e o desenvolvimento. Assim, como se pretende evidenciar com mais detalhes adiante, essas duas concepções estão relacionadas e enraizadas em duas visões mais gerais, no âmbito da sociologia, uma mecanicista e outra organicista, tal como demonstrado por Buckley (1967[1971]). Mas, no fundo, são duas versões ligeiramente diferentes de um mesmo relato científico cuja matriz (ou eixo de convergência central) reside nas premissas do paradigma humeniano-positivista, a saber a regularidade empírica dos eventos e a generalização por meio de leis científicas dadas pelo embasamento na noção de (mono)causalidade linear.

#### 2.2.1.1 Teoria Clássica: as concepções mecanicistas na TO

A Teoria da Administração, como forma sistemática de pensamento científico, tem suas origens nas ideias de racionalização no campo do trabalho, iniciadas, sobretudo, a partir do final do século XIX e início do século XX. Tais ideias foram influenciadas, em grande parte, pelo contexto sócio-histórico e cultural da época, do qual emergiam vários fatores que provocaram profundas mudanças nas relações sociais e na dinâmica dos indivíduos e grupos no interior da nascente sociedade industrial ocidental (PIMENTEL et al., 2006).

Dois deles merecem ser destacados. O primeiro, de cunho teórico, foi a consolidação do Iluminismo e de suas ideias centrais: o racionalismo, como meio de guiar a conduta do homem em sociedade e o cientificismo, como quadro conceitual explicativo dos fenômenos naturais e sociais. O segundo refere-se às inovações tecnológicas proporcionadas pela segunda Revolução Industrial, como a eletricidade, o motor a combustível, o aperfeiçoamento de máquinas, etc., que transformaram o modo de vida das pessoas e suas relações sociais. Assim, a crença na ciência

instrumentalizada pelo estudo rigoroso e meticuloso sobre determinado assunto possibilitou a substituição do antigo paradigma teológico por um novo, filosófico, o do racionalismo como forma de estudo e explicação do mundo e suas constantes mudanças (HOBSBAWN, 2009).

Nesse contexto, surgiu, no campo do trabalho, um conjunto de pessoas (Taylor, Fayol, Ford, Barnard, Gulick e Mooney, etc.) preocupadas com o desenvolvimento de mecanismos racionais para melhorar o processo produtivo e aumentar sua eficiência. A metáfora<sup>41</sup> mecanicista, de influência da física social em sua concepção positivista do fim do século XIX, cuja ênfase assentava-se na regulação mecânica da sociedade, então, tornou-se uma referência quase que automática para os estudos da organização daquele período, conformando-se a uma referência do que mais tarde viria a se chamar de teoria da organização [ou da administração] clássica ou ortodoxa (MOTTA, 1983; FREDDI, 1998[1983]), como é de costume corrente classificá-la.

Taylor (1995) pregava que a administração científica era uma filosofia que visava substituir a antiga administração por tarefas. Seus estudos baseavam-se numa perspectiva racional e indutiva para aumentar a eficiência dos trabalhadores (e das empresas), a partir do estudo dos processos de produção. Já Fayol (1990), baseando-se numa perspectiva racional dedutiva sobre os estudos do trabalho e do processo de administração das empresas, passou a observar suas características e leis gerais.

Assim, por meio da pretensa ou suposta universalidade de princípios elaborados, originou-se uma filosofia de trabalho ancorada na racionalidade (FREDDI, 1998[1983]), na divisão do trabalho, no estabelecimento de regras, na seleção dos funcionários, na padronização de ferramentas, na busca por métodos científicos (TAYLOR, 1995) e no estudo da administração como algo que pudesse ser transmitido, com o objetivo de formar chefes para assumirem a direção das indústrias (FAYOL, 1990).

Ford (1954) também se dedicou ao estudo sistemático da empresa, a fim de aprimorar o modo de produção por meio da padronização das peças e equipamentos, da produção em larga escala, do estímulo aos trabalhadores, etc. Uma característica peculiar foi sua preocupação com o contexto interno [micro] da organização, isto é, ele

---

<sup>41</sup> Uso o termo metáfora não como paradigma, em seu sentido kuhiano, mas como uma concepção relativa ao âmbito das diferentes “escolas” ou “abordagens” dentro de um mesmo paradigma (MORGAN, 2005). Para uma abordagem geral sobre as distintas metáforas que podem ser utilizadas para se enquadrar e estudar as organizações, cf. Morgan (1986; 2002). Para uma análise da relação entre metáforas e paradigmas, cf. Morgan (2005).

começa pensar a organização de dentro para fora e, aos poucos, com o crescimento de sua companhia, ele desenvolveu o modelo de verticalização da produção (FORD, 1954). Já numa vertente oposta à adotada por Ford (1954), Sloan (1965) evidencia um contexto macro do mundo dos negócios, estabelecendo pontos cruciais à Teoria da Administração a partir de seu “Estudo da Organização”, cujas observações e aplicações práticas originaram o conceito de estrutura multidivisional (M), já no então nascente capitalismo monopolista<sup>42</sup>.

Assim, estes pioneiros pensadores da Teoria da Administração<sup>43</sup> estabelecem que a administração consiste na análise e na interpretação das diferentes circunstâncias, a fim de encontrar a melhor solução para a empresa. Para isso, dever-se-ia seguir um conjunto de princípios, sendo o principal deles o da racionalização do trabalho, visando uma maior eficiência da organização. Sobre esta ideia é que se funda a base da administração científica, que estabelece uma equivalência entre o modo de organização racional do trabalho e a ciência – ou o fato de vê-lo como científico, a partir desse ângulo (PIMENTEL et al., 2006). E, para que a ideia de racionalização do trabalho se sustente, outra ainda mais profunda se faz necessária: uma concepção de indivíduo racional, calculista, capaz de saber com exatidão o que quer, dominar todas as informações disponíveis no ambiente, comparar todos os diferentes cursos de ação possíveis e tomar a decisão mais acertada.

Embora tenha sofrido um ponto de inflexão com a escola de relações humanas (cf. próxima seção), a teoria clássica da administração, com suas principais premissas e conceitos basilares, foi erigida e permaneceu sendo orientada por uma noção de racionalidade. A despeito de uma crítica levantada pela escola de RH à estreiteza de visão a que se remetia a aplicação e observação deste princípio pela escola de administração científica, aquela não rompe, nem mesmo propõe, em nenhum momento, a ruptura com os critérios de eficiência e racionalidade econômica. Em vez disso, visa alargar a análise da dimensão formal da organização para a consideração dos aspectos informais e a sua catalogação/inventariação e manipulação/gestão pela organização. O que, ao ser pacificado, retornará a análise para o aspecto estrutural e formal das organizações. Porém, se, no primeiro momento, a racionalidade é vista como sendo da

---

<sup>42</sup> Para uma descrição apurada deste período que, portanto, pode lançar luzes para uma compreensão mais contextualizada sobre as inovações de Alfred Sloan, conferir LENIN, V. *Imperialismo: fase superior do capitalismo*. São Paulo: Global Editora Ltda, 1979[1917].

<sup>43</sup> Como se verá adiante, há distinções semânticas profundas entre os vocábulos “teoria da administração”, “teoria da organização”, “estudos organizacionais” e “sociologia das organizações”.

organização como um todo ou do sistema, racional em si, num segundo momento, essa ideia evoluiria para o indivíduo, o tomador de decisões, complexificando a análise das organizações para um emaranhando de relações de decisão, mediadas por informação, onde se põe em relevo o papel do decisor, sobretudo o da alta cúpula, na organização.

Ramos (1983) ressalta que a racionalidade desse tipo de organização é diferente da racionalidade do indivíduo, pois, enquanto a primeira está calcada na ação racional funcional (ou instrumental), a segunda poderia se nortear por diversos tipos de racionalidade (funcional ou substantiva) ou até pela irracionalidade (emoções, sentimentos, etc.). Assim, a organização burocrática se legitima pela consecução de determinados fins, com máxima eficiência e menor esforço (MOTA *et alli*, 1986), surgindo daí a sua principal característica: a funcionalidade.

Contudo, para que a organização siga esse modelo de racionalidade funcional, uma questão central é a necessidade de legitimação, ou seja, de aceitação, de alguma forma, por parte dos subordinados, das ordens que lhes são dirigidas. Essa legitimação das ordens (regras ou regulamentos) se daria de três formas: a carismática, a tradicional e a racional-legal ou burocrática (WEBER, 1982). Para Etzioni (1965) a legitimidade é um elemento central de discussão, pois, apesar de não aumentar o interesse dos indivíduos nem de lhes tornar as ordens mais “agradáveis”, seria essencial na consecução da racionalidade funcional, promovendo uma justificativa plausível (por exemplo, a da competência técnica) que levaria a uma diminuição dos conflitos e contestações, e a um aumento de eficiência.

Etzioni (1965) põe como central na organização, entendida como sistema social, a reelaboração do conceito weberiano de autoridade, isto é, do poder que é legítimo aos olhos dos destinatários. Ele sustenta, de fato, que o elemento que caracteriza toda a organização é o controle que dentro dela se exerce, e que este controle assume formas e características diversas, de acordo com a relação que existe entre as modalidades de articulação da autoridade da organização e a expectativa dos que nela participam.

A questão da racionalidade, de uma forma mais ampla, está atrelada ao modo de dominação e legitimação existente nas sociedades, e pode ser de diferentes tipos. Especificamente, ao analisar cada um desses tipos e trazer à tona a emergência do tipo de dominação racional-legal, estruturada sobre o modelo burocrático de organização, Weber (2004) forneceu a matriz mais usualmente utilizada, e quiçá autorizada ou legítima, para a análise das organizações realizadas ainda hoje.

O modelo weberiano tem inspirado, direta ou indiretamente, toda a literatura sociológica da teoria da organização<sup>44</sup>, como se observa desde uma vertente mais funcionalista, encontrada em Parsons e seus seguidores, a uma vertente mais crítica, como se vê na sociologia francesa das organizações de Crozier e Friedberg. Parte dessa literatura não atinge o núcleo essencial da metodologia weberiana, quando se aventura a refutar a validade do modelo burocrático, baseando-se na divergência empiricamente demonstrada, entre as características do modelo e as características das organizações concretas [o que origina as chamadas disfunções burocráticas]. No entanto, esta crítica pode ser considerada secundária, já que o modelo weberiano parte justamente da elaboração de um tipo ideal que, portanto, não existe na realidade. E, nesse sentido, alguns autores parecem confundir – ou, como Freddi (1998[1983]) sugere, não alcançar o cerne da proposta weberiana – a descrição com a prescrição e, dessa forma, “forçarem” uma justaposição que não encontra respaldo concreto na realidade.

Ao contrário da crítica, Freddi (1998[1983]) afirma que o importante é que muitas das contribuições científicas mais significativas dos últimos anos se devem a autores que fizeram da teoria weberiana o motivo da sua inspiração. Esta foi a base para a elaboração teórica sobre as organizações entendidas como sistema social, emblematicamente apropriada, elaborada e desenvolvida por Parsons, no segundo quarto do século XX, quando o centro de referência mundial em termos de conhecimento – inclusive na sociologia e por extensão na TO – é deslocado da Europa para os EUA, em virtude da segunda guerra mundial (IIGM) (ROCHER, 1988[1972]; VANDENBERGHE, 2009).

A partir dessa nova adaptação e reelaboração teórica, já transplantadas para uma sociologia das organizações, as organizações são vistas como sistemas sociais que funcionam no contexto mais amplo e abrangente da sociedade global, com a qual mantêm relações de interdependência extremamente estreitas. Esta orientação, centralizada na figura de Parsons, mas aos poucos pulverizada para toda a sociologia e também a TO estadunidense [e depois para a TO mundial], apresenta uma definição de organização que indica sua orientação essencial à consecução de um fim específico como elemento que a distingue de outros tipos de agregado social. Esta consecução é

---

<sup>44</sup> No campo da teoria moderna da organização, as contribuições quantitativamente mais relevantes e, quiçá, essencialmente mais significativas, são, podemos sem dúvida afirmar, de origem sociológica. Também aqui abundam as diferenças de tendências e de método, mas é sempre possível identificar suas bases principais de pesquisa, inspiradas, respectivamente, no modelo burocrático de organização e no modelo de organização como sistema social (FREDDI, 1998[1983]).

um *output* que, de um lado, é visto como um *input* para outras organizações e, de outro, é entendida como uma ação funcionalmente referida à sociedade como um todo (FREDDI, 1998[1983]).

Surgiu, assim, a abordagem estruturalista que estaria preocupada com os aspectos formais da organização, a sua estrutura, as normas e os papéis estabelecidos dentro dela, etc., a fim de se tentar verificar de maneira explícita a eficiência organizacional (ETZIONI, 1965). Essa abordagem retoma os estudos sistemáticos de Max Weber (1982) sobre o surgimento de um tipo de organização, denominada por ele de burocrática, que representava uma nítida (re)afirmação e expansão do sistema econômico vigente, devido à sua característica central: a busca racional de adequação dos meios aos fins, o que lhe permitiria o alcance de maior controle das situações, maior previsibilidade e, portanto, maior eficiência em relação a outras formas de organização.

#### 2.2.1.2 Teoria Neoclássica: as concepções organicistas na TO

A teoria neoclássica, embasada numa metáfora organicista a respeito da teoria das organizações, se desenvolveu, segundo Freddi (1998[1983]), por dois motivos principais. Primeiro, do ponto de vista metodológico, por ter realçado a função essencial da psicologia, da psicologia social e da sociologia no estudo das organizações e/ou instituições enquanto “entidades” ou estruturas sociais. Em segundo lugar, é preciso lembrar os resultados fundamentais, de caráter cognoscitivo, originados deste movimento: é com a teoria neoclássica que se dá uma sistemática relevância aos aspectos sociais, informais e de motivação no funcionamento organizacional.

Partindo das premissas da racionalização e da eficiência da organização, Mayo (1959) tentou verificar relações entre eficiência e as condições ambientais de trabalho. Contudo, os resultados levaram-no a reconsiderar suas proposições iniciais e a necessidade de mais informações, a fim de tentar explicar o fato de a produção aumentar, independentemente das mudanças introduzidas pelos pesquisadores. Assim, sugeriu-se que haveria alguma variável não prevista interferindo no resultado do grupo estudado, designada como mudança de atitude mental do grupo, derivada de um sentimento de pertencimento a um grupo informal, que levaria a um aumento de “moral” e satisfação, e a um aumento de produtividade.

White (1975) afirma que tal descoberta levou ao estabelecimento de três

proposições centrais do que então passou a se chamar Escola de Relações Humanas: a) o incentivo financeiro não é a única nem a principal motivação dos indivíduos; b) o operário não reage isoladamente, mas de acordo com o grupo e c) a especialização funcional não necessariamente é a mais eficiente para a organização.

Surgem, então, as duas principais linhas para investigar o fenômeno em questão: a da liderança, partindo da ideia de que o controle formal ao ser substituído pelo informal, participativo e “democrático” geraria maior produção e a dos grupos de trabalho, focada na associação informal de trabalhadores (PERROW, 1991).

De modo geral, a grande contribuição da Escola de Relações Humanas foi considerar como o aspecto das interações sociais pode influenciar os resultados da organização (MAYO, 1959; HOMANS, 1975; MOUZELIS, 1975; PERROW, 1991). Além disso, ao se focar os indivíduos e os grupos organizacionais, formais e informais, se evidencia a complexidade das variáveis que se articulam mutuamente nas relações de trabalho, extrapolando a visão determinista a respeito das motivações, estritamente financeiras, e suas consequências no desempenho organizacional – ainda que se considere a relação entre moral e produtividade.

Porém, algumas críticas foram levantadas contra a Escola de Relações Humanas, como, por exemplo, o foco excessivo na análise micro-organizacional, isto é, no indivíduo e nos pequenos grupos, e a desconsideração de seus conflitos; as variáveis contextuais ou situacionais (PERROW, 1991) que não podem ser generalizáveis e a estreiteza da perspectiva ao se “esquecer” de que empresa é uma organização econômica, com problemas específicos, estrutura de poder e divergência de interesses que levam ao conflito. Assim, “não é por acaso que muitas técnicas e experimentos das “relações humanas” atraíram sobre si a acusação de favorecerem a uma direção manipulatória dos participantes da organização e uma visão mistificante das relações industriais” (FREDDI, 1998[1983], p. 866), provavelmente devido à sua dificuldade em transpor a crítica feita à teoria clássica para uma ruptura epistemológica.

Em síntese,

A teoria neoclássica pode ser interpretada, em muitos dos seus aspectos, como uma refutação polêmica da teoria clássica. [...] Não obstante, **através da teoria neoclássica perpassa o mesmo fio que costura conjuntamente as diversas partes da teoria clássica**: é o caso de sublinhar especialmente a contínua ênfase dada aos valores do conhecimento científico, da produtividade e da eficiência. Por isso se pode dizer que **a estratégia imanente à escola neoclássica consiste em colocar os fenômenos não racionais, espontâneos e informais, por ela convertidos em objeto de conhecimento sistemático, sob o controle de uma racionalidade que visa**



à **eficiência** (FREDDI, 1998[1983], p. 866 – negrito adicionado).

Se uma das consequências da abordagem das relações humanas, ao não conseguir explicar e eficiência organizacional por meio da análise do desempenho individual e grupal, foi o retorno à estrutura organizacional formal como unidade de análise (MOUZELIS, 1975), o estudo das organizações burocráticas, por sua vez, trouxe para a administração a contribuição de considerar a eficiência organizacional como critério norteador das ações administrativas, baseadas na ação racional orientada para fins. É precisamente a partir dessas premissas que se desenvolve o trabalho de Simon (1965), porém, a partir da perspectiva do Behaviorismo.

### *2.2.2 Teoria Organizacional Contemporânea: acentuação dos sinais da crise paradigmática do positivismo na TO*

Embora sem ter necessariamente conduzido à ruptura e ao abandono do paradigma precedente em favor de um (“completamente”<sup>45</sup>) novo, a teoria organizacional contemporânea teve início com a emergência de movimentos que promoveram uma profunda revisão nas teorias precedentes. Nas ciências sociais (BUCKLEY, 1971[1967]), em geral, e nas ciências da administração (FRIEDBERG, 1996), em particular, três “escolas” de pensamento marcaram o início da segunda metade do século XX, dialogando interdiscursivamente, de maneira opositiva, com o positivismo. São elas: 1) a escola da tomada de decisão, originada nos trabalhos pioneiros de Herbert Simon que, progressivamente, através de seus próprios trabalhos e de seus seguidores, caminhou para a aproximação da teoria cibernética; 2) a teoria geral

---

<sup>45</sup> Mesmo nas ciências naturais não há sucessão inteiramente nova dos paradigmas, mas sim a resignificação, por parte do novo paradigma, de parte dos eventos e teorias passadas. Essa é uma questão especial das ciências humanas e sociais, conforme observa Kuhn (1962), pois, diferentemente das ciências naturais, em que há a possibilidade de acumulação e evolução do conhecimento da ciência normal, em função do desenvolvimento de aparelhos tecnológicos e métodos de observação que permitem obter maior acuidade e precisão na observação dos fenômenos, as ciências humanas e sociais não têm, de forma inequívoca, meios de elaborar equipamentos e métodos que elevem o grau de precisão na observação e análise dos fenômenos, já que estes mantêm interseção (ao menos parcial) com o próprio elemento observador, dificultando assim a possibilidade de isolamento pleno do objeto e consequentemente deixando sempre em aberto a hipótese levantada por Einstein de que os nexos causais que estabelecemos entre as coisas que chamamos realidade podem, na verdade, não passarem de fruto de nossa percepção subjetiva. Em razão destes e de outros fatores, a questão de *se* a análise desenvolvida por Kuhn, sobre as revoluções científicas, cabe ou não às ciências humanas permanece em aberto.

dos sistemas (ou teoria dos sistemas), cuja extensão se encontra na teoria da contingência, que trouxe à tona uma tentativa de sistematizar as visualizações até então parcelares e setoriais das organizações e 3) a abordagem dos modelos de ação organizacional, baseados nas teorias da ação social, que mudou o foco da discussão do ambiente para as capacidades organizacionais internas e sua manipulação e criação ativa do ambiente. Nesta última, também, a orientação epistemológica começou a ser reorientada, de uma maneira mais explícita, para uma perspectiva mais fenomenológica.

#### 2.2.2.1 Simon e a Teoria da Decisão

Sem dúvida, o trabalho de Herbert Simon foi um divisor de águas na teoria da administração<sup>46</sup>. O modelo do processo decisório, escola que se tornou conhecida no fim da década de 1940, com os trabalhos de Simon, coloca no centro do funcionamento organizacional o processo de formação de decisões – *decision making* – cujas características mais marcantes são “[...] a ênfase dada aos aspectos racionais e intelectivos do comportamento organizacional, onde se ressalta a influência dos economistas e psicólogos da comunicação, e a adesão programática às orientações próprias do neopositivismo lógico” (FREDDI, 1998[1983], p. 866).

Friedberg (1996) explica que o modelo empírico da racionalidade limitada (ou relativa) proposto por Simon, em substituição àquele do modelo clássico, tem seu mérito devido ao fato de ter fixado as bases decisivas para renovar por completo nosso raciocínio sobre a racionalidade. O ponto de partida para a criação deste novo modelo foi duplo: por um lado, o sentimento de Simon de que a TO só teria utilidade caso se admitisse que a racionalidade humana estivesse sujeita a limitações, sendo dependente do contexto organizacional em que se situa o decisor e, de outro, devido à sua insatisfação em relação ao que considerava ser uma tendência irracionalista das ciências do comportamento de então. Em sua opinião, elas se satisfaziam facilmente com a demonstração de que os comportamentos humanos não correspondem ao modelo de

---

<sup>46</sup> “Simon e sua escola criaram uma estrutura conceptual (sic) [...] baseada em opções precisas a nível filosófico-metodológico (distinção entre fato e valor, correlação entre meios de organização e fins institucionais, clara adesão à concepção científica de ação organizacional com o intuito de melhorar a eficiência), na reelaboração crítica de temas tradicionais (comunicação, autoridade, especialização), na possibilidade de considerar e avaliar os aspectos afetivos, informais e espontâneos do comportamento organizacional e, conseqüentemente, na aceitação em clave diversa, das contribuições da escola neoclássica” (FREDDI, 1998[1983], p. 866).

racionalidade perfeita, em vez de procurarem saber o *porquê* disso.

Contrariamente ao modelo de racionalidade clássica então vigente, que se assentava nas premissas de: (1) que o decisor detém todas as informações e consegue lidar com todas elas; (2) que ele busca (e consegue encontrar) uma solução ótima entre todas as opções possíveis e (3) que ele tem uma ideia clara quanto às suas preferências, que são estáveis, coerentes e hierarquizáveis, a crítica deflagrada por Simon se centrou sobre as duas primeiras premissas, levando-o a propor uma linha de investigação e reflexão sobre: a) as condições contextuais (ou organizacionais e sociais) da tomada de decisão, isto é, como a estrutura do campo de ação, quais as características, as regras, os equilíbrios de poder e os sistemas de alianças e como esses elementos condicionam a percepção e, por conseguinte, a racionalidade dos decisores e b) os critérios de decisão, ou as preferências<sup>47</sup> que os decisores utilizam, evidenciando que suas preferências não são precisas, coerentes e unívocas, mas adaptativas e sujeitas a modificações endógenas, em suma, produzidas pela e durante a situação de escolha (FRIEDBERG, 1996).

Assim, para ele, a informação é sempre incompleta e é impossível, então, chegar a uma decisão ótima. Assim, ao observar as falhas das teorias anteriores no processo de explicação e proposição de princípios para a ciência administrativa, Simon (1965) propôs, como tese central de seu trabalho, a análise das decisões racionais para compreender aquilo que ele denomina de processo administrativo. Os processos administrativos são processos de decisão que se desenvolvem em um contexto de racionalidade limitada e [se articulam em escolhas entre alternativas sucessivas, que, uma vez levadas em consideração as premissas organizativas da decisão (estruturais, funcionais e comportamentais, etc.)] se orientam para a realização de fins fixados (FREDDI, 1998[1983]).

Para Simon (1965), o objetivo da organização é alcançar a eficiência que só pode ser atingida por meio de uma ação racional orientada por fins, considerando-se as diversas possibilidades de ação que se têm em um dado contexto. Contudo, existe uma diferença entre o número de possibilidades ideais e reais para um determinado curso de ação. Visto que o decisor não conhece todas as possibilidades de um determinado curso de ação, seu papel seria o de exercer uma “adequação” à situação real, ao analisar o melhor curso de ação a partir das informações e do conhecimento disponível em uma

---

<sup>47</sup> Essa análise segue as conclusões de Festinger (1957) a respeito da “dissonância cognitiva”, supostamente aprofundando esse veio de estudos.

dada situação (SIMON, 1965). Assim, ele partiria de determinado(s) pressuposto(s), a fim de escolher racionalmente aquele curso de ação que contemporizaria a eficiência organizacional - já que não seria possível maximizá-la em sua plenitude.

Apesar da racionalidade exigida no processo de escolha racional, esta última sempre levaria em conta o seu conteúdo subjetivo, uma vez que seria realizado a partir de determinados pressupostos, não podendo ser totalmente objetivo porque isso implicaria necessidade de se conhecer todas as opções da realidade. Assim, o administrador nunca poderia ter acesso a todas as consequências possíveis de um dado curso de ação a ser tomado, pois esse conhecimento restrito seria uma limitação da sua própria condição humana. Ao considerar o fato racionalidade limitada, Simon (1965) busca aporte explicativo na psicologia, afirmando que o ambiente psicológico é que definiria os limites dessa racionalidade.

O trabalho de Simon sobre a racionalidade limitada dos decisores, e de forma geral a própria abordagem “behaviorista” que se nutriu e desenvolveu a partir dele, gerou completa renovação do modo de raciocínio empregado para se analisar a questão da racionalidade (FRIEDBERG, 1996). Dentre as inúmeras contribuições trazidas à teoria organizacional, cumpre destacar: a necessidade de se considerar o contexto no qual se tomará uma decisão, pois este contexto é que, de certa forma, limitaria um conjunto de conhecimentos acessíveis ao tomador de decisão e o retorno ao foco na estrutura organizacional por parte das pesquisas empíricas.

Como resultado dessa crítica e reformulação emergiu o conceito, elaborado por Simon, de “racionalidade limitada” (SIMON, 1965), enfatizando a natureza essencialmente contingente e oportunista do comportamento (CROZIER; FRIEDBERG, 1977), sendo sempre o produto simultâneo de um efeito de disposição e de um efeito de posição (BOUNDON, 1986). As características do contexto de ação presentes tornam-se importantes quanto ao passado (valores, normas e experiências) para compreender o comportamento humano. Elas permitem relativizar o papel das intenções e dos cálculos no comportamento humano porque só raramente os indivíduos têm preferências ou objetivos claros e, mesmo assim, eles nem sempre têm tempo suficiente para calcular suas atitudes em função dessas preferências. Daí, segundo Simon, a necessidade de afrouxar os laços entre o comportamento de um indivíduo e suas preferências, representações e propósitos, devendo-se aceitar visão menos intencional da ação humana e também reformular as concepções normativas.

Na análise de Friedberg sobre o trabalho de Simon, é ilusório considerar o comportamento humano como sempre refletido, com objetivos previamente fixados. Basta analisá-lo como ativo, seja como uma escolha efetuada sob pressão dentre um conjunto de oportunidades presentes num dado contexto ou até a adaptação ativa e razoável às oportunidades e pressões existentes em um dado contexto (CROZIER; FRIEDBERG, 1977; BOUDON, 1986). Contudo, segundo o autor, isso não implica “se desfazer do bebê da ação racional com a água de banho do utilitarismo de vistas curtas”; ao contrário, é conveniente sublinhar o alcance heurístico do que se pode designar por uma verdadeira desconstrução da noção de preferência.

Ao tornar passíveis de uma análise racional todos os comportamentos humanos, sem tecer juízos prévios sobre a origem, a substância ou o conteúdo de sua racionalidade, esta visão abrangente da racionalidade permite estabelecer um utilitarismo metodológico (Friedberg, 1988), isto é, um método de análise das organizações e da ação organizada que recorre à hipótese de uma racionalidade utilitária ou ‘estratégica’ dos comportamentos para descobrir, através dos desvios desta racionalidade, os elementos racionais e irracionais (afetivos, ideológicos, culturais etc.) da estruturação do campo, ou seja, as características do jogo ou dos jogos em que os indivíduos estão envolvidos (Crozier e Friedberg, 1977). (FRIEDBERG, 1996, p. 383).

Por outro lado, segundo Freddi (1998[1983]), a crítica tem insistido no fato de que ficam excluídos do modelo decisório aspectos (da fenomenologia organizacional) como a modificação de objetivos para fins de sobrevivência ou expansão e a interação com seu ambiente, bem como seus efeitos sobre os sistemas institucionais e ideológicos.

Assim, se sua orientação é descobrir os modos pelos quais os processos decisórios ficam cada vez mais lógicos e racionais, e com isso aprofundar o processo de racionalização (incluindo cada vez mais a dimensão dos domínios afetivos e aleatórios), pode-se ver uma tendência progressiva à simplificação das decisões e sua programação, via utilização de *softwares* de computador, como, inclusive, foi feito pelo próprio Simon.

Se até este momento a teoria das organizações era vista de forma setorial, isto é, tratada apenas com referência a determinados temas – racionalidade, estrutura, relações humanas e afetivas. A teoria da racionalidade limitada, ao trazer à tona a dimensão contextual e limitada do conhecimento local das opções disponíveis, coloca em cena a necessidade de dialogar com a dimensão externa da organização, impelindo, assim, a TO a estudar o processo da tomada de decisões, em particular, e o contexto que as envolve, em geral, culminando assim, supostamente, num visão das organizações na sua

totalidade. Como consequência, dois ramos se originaram e foram desenvolvidos nesse contexto, ambos tomando em grande parte as discussões sobre a racionalidade limitada: um deles, que iria florescer via os trabalhos de Luhmann (1997), com base na cibernética e na teoria computacional, onde o papel da informação adquire centralidade na discussão. O outro se deu via teoria dos sistemas, onde a questão da racionalidade foi incorporada à discussão dos requisitos funcionais necessários à operação do sistema. Desse modo, a racionalidade (limitada) cognitiva individual é submetida a uma racionalidade sistêmica e impessoal maior, responsável pela adequação do sistema ao meio e sua consequente manutenção e sobrevivência<sup>48</sup>.

#### 2.2.2.2 A Teoria Geral dos Sistemas e a Teoria da Contingência

Outra abordagem desenvolvida no contexto de meados do século XX, no âmbito da administração, foi a teoria dos sistemas que, originalmente, foi elaborada na área das ciências naturais (biologia), mas sob uma perspectiva diferente em relação ao conhecimento científico, na qual se pregava sua transversalidade e unidade com distinções e/ou divisões conceituais a partir da categoria central de sistema. Há várias diferenças em relação aos métodos e às vertentes teóricas desenvolvidas dentro da TS – há obras de tendência racionalista, em especial de inspiração na cibernética<sup>49</sup> e outras de cunho organicista, em especial de inspiração na psicologia<sup>50</sup> – o que contribuiu para dificultar a análise do movimento.

Apesar das diferenças no que diz respeito aos métodos e tendências conceituais, há características que contribuem para dar um tom unitário ao movimento. Além da insistência geral em analisar as organizações como sistemas de variáveis interdependentes, podem-se indicar também alguns temas comuns estudados pela teoria dos sistemas, como os agregados de indivíduos inseridos no sistema, as interações entre os indivíduos e o ambiente do sistema organizacional, as interações entre os indivíduos dentro do sistema e as condições necessárias para garantir a estabilidade do sistema

---

<sup>48</sup> Buckley (1971[1967]) analisa, em detalhes, a teoria dos sistemas em suas distintas facetas (mecanicista, organicista e adaptativa complexa), ressaltando a evolução ou passagem da primeira para a segunda, em meados do séc. XX, que passa a dominar a sociologia naquela época, bem como a emergência da terceira e sua relação com a cibernética, os fluxos de informação e a racionalidade.

<sup>49</sup> Cf. Luhmann op. cit.

<sup>50</sup> Cf. Katz e Khan em *Psicologia Social das Organizações*.

(FREDDI, 1998[1983]).

Do ponto de vista metodológico, há uma grande influência da sociologia e da cibernética sobre este modelo. A Teoria dos Sistemas (*Systems Theory*) apresenta uma característica bastante peculiar, já que seu argumento central é o de que

[...] os sistemas possuem características genéricas comuns e que, por isso, a pesquisa científica, qualquer que seja o campo de aplicação (da física à biologia, da economia à sociologia), poderá encontrar no conceito de sistema significados e orientações universais. [...] [assim] quando se fala de *systems theory*, trata-se de um movimento que propugna a unidade da ciência (FREDDI, 1998[1983], p. 867 – itálicos no original).

O foco central da Teoria Geral dos Sistemas, de Von Bertalanffy (1973), é a análise das interações dinâmicas entre os componentes da organização para estabelecer um padrão de ação que configuraria a própria organização. Assim, a análise organizacional volta-se para os sistemas sociais e sua estrutura.

De acordo com a Teoria Geral dos Sistemas, a organização deve ser vista como um sistema de energia *input-output*, no qual o resultado da produção de energia reativa o sistema. As entradas e as saídas de energia no sistema, bem como o seu processamento e a reconversão de energia produzida pelo *output* em um novo *input*, dependem do ambiente no qual a organização está inserida. Essa premissa é o que difere esta concepção de organização das demais, caracterizando-a, dessa forma, como um sistema aberto, no qual as variáveis do meio influem diretamente no processo produtivo. Além disso, os sistemas sociais se constituiriam de atividades padronizadas, repetidas numa certa constância, de modo a proporcionar estabilidade às organizações e, conseqüentemente, a sua perpetuação.

O refinamento teórico da Teoria Geral dos Sistemas é atingido a partir dos conceitos de Katz e Kahn (1976) que especificam os processos de manutenção do sistema por: a) pressões ambientais, b) valores e expectativas compartilhados e c) imposição de regras. Tais elementos contribuem para a diminuição da variabilidade do padrão de interação dos atores sociais envolvidos, elevando a coesão. Esses conceitos são ainda especificados, no âmbito intraorganizacional, pela noção de papéis, normas e valores que se referem à justificação de um dado padrão de interação esperado, diferindo apenas no seu grau de abstração e aplicação.

De acordo com Silvermann (1971), o modo pelo qual o sociólogo trata o relacionamento entre organização e o ambiente deriva diretamente de sua decisão sobre se é melhor ver as estruturas sociais como “imanescentes” ou “transcendentais”. A primeira

posição sustenta que o relacionamento emerge dos significados que os indivíduos fixam aos comportamentos dos outros, aos processos que eles desenvolvem sobre esses significados e que são suscetíveis de serem mudados pelas pessoas envolvidas. Esses processos não estariam separados nem acima dos indivíduos. A segunda visão está relacionada a processos impessoais, refletidos na ação dos indivíduos, mas que seriam razoavelmente separados de suas intenções.

Uma implicação imediata da teoria Geral dos Sistemas, ao pregar a interdependência da organização para com o ambiente externo, fez com que pesquisadores como Woodward (1977) e Chandler (1976) buscassem observar relações entre a influência do ambiente sobre aspectos internos da organização, como tecnologia e estratégia, respectivamente. Contudo, é com o trabalho de Lawrence e Lorsch (1993) sobre a variação da estrutura organizacional em relação às influências do ambiente organizacional que esta variável entra em cena, desenvolvendo-se de modo mais expressivo com a teoria contingencial.

A “ascensão da contingência” amplia o escopo da Teoria dos Sistemas para a Abordagem Contingencial, o que, por sua vez, gerou várias implicações na maneira de se entender, estudar e abordar as organizações. Uma delas foi o fato de perceber esse ambiente como mutável e em constante instabilidade, levando as organizações a buscarem formas de “adaptarem”, seja em termos de sua estrutura, de seus produtos, da minimização dos custos, da inovação ou por legitimação institucional. De qualquer modo, a questão central é a exigência de tomada de decisão com base em uma situação específica, o que, possivelmente, tenderia a levar o decisor a considerar todos os aspectos das abordagens anteriores, sendo, portanto, a Abordagem Contingencial uma abordagem integradora.

A crítica simples e fundamental que se pode tecer à teoria contingencial é que ela escamoteia uma característica central da organização: a sua capacidade de resistência ou recalcitrância de que as organizações dão prova em face das pressões com vistas à adaptação, mudança e *performance* (desempenho). Essas dinâmicas endógenas tomam como base as estruturas e os mecanismos de cooperação. Elas são, ao mesmo tempo, expressão e condição da autonomia das organizações como elaborações humanas, isto é, culturais. Os primeiros a colocar em relevo as dinâmicas endógenas dos círculos viciosos ou efeitos organizacionais foram os estudos sobre a burocracia (FRIEDBERG, 1996).



Apesar de sua proposta de renovação conceitual e prática trazida por esta abordagem, Friedberg (1966) tece-lhe três principais críticas. A primeira é em relação à concepção objetivista e sua inclinação mecanicista, que exclui da reflexão os atores que tratam desses problemas. Isso porque, em sua visão, este raciocínio sedutor, por sua clareza, baseia-se em duas hipóteses que não resistem à análise: por um lado, uma delas superestima a incidência da estrutura organizacional sobre sua performance e, por outro, atribui-se ao mercado, como mecanismo de sanção do contexto, uma capacidade de ação e seleção que ele não possui.

A segunda crítica refere-se, como foi identificado posteriormente em outros trabalhos, ao fato de que muitas estruturas organizacionais diferentes se adéquam ao mesmo ambiente. Como se pode ver em todos os estudos dessa vertente, numa mesma amostragem, existem organizações muito competitivas e de outras que sobrevivem num nível subótimo sem, contudo, serem eliminadas. Há, portanto, uma diferença entre o nível de *performance* ótimo e o nível que conduz à sua eliminação. Essa faixa de tolerância ou de indiferença do contexto dentro do qual uma organização está livre para fixar seus objetivos e “viver”, de algum modo, independentemente das exigências do contexto.

Além disso, uma terceira questão é colocada. Qualquer que seja a sofisticação alcançada, nenhum modelo de adaptação simples das organizações aos problemas, exigências ou características do contexto está sujeito a explicar a complexidade das relações e dos fenômenos das organizações, em face dos respectivos contextos. A influência do contexto não se exerce nem de forma unívoca nem de forma mecânica. Por ter ignorado isto e ter se mantido num esquema de adaptação simples de adaptação seleção darwiniana, explica-se a natureza pouco conclusiva da corrente (sucessora) chamada de ecologia populacional.

### 2.2.2.3 A Teoria Política da Ação Organizacional da EFSO: uma primeira síntese teórica

Segundo Crozier e Friedberg (1995), a sua contribuição sobre a análise das organizações foi forjada a partir de uma fusão assaz particular entre a sociologia das organizações francesa e estadunidense. Desta foram tomados por empréstimo os conceitos de relações de poder (e jogo) e de racionalidade limitada. Aliados a esses

conceitos, uma forte dose de observação empírica, comumente utilizada nos EUA, também foi decisiva para caracterizar a nova abordagem proposta por esses dois autores. Mas, estes “empréstimos conscientes” não foram ‘transplantados’ mecanicamente, e sim contextualizados em relação aos problemas práticos da pesquisa empírica em solo francês.

Vale ressaltar, no entanto, que essa abordagem proposta por Crozier e Friedberg, apesar de seus “empréstimos conceituais”, se especificou e distanciou gradativamente daquela sociologia organizacional estadunidense, na medida em que a diferenciação temporal e contextual encaminhou cada uma rumo a uma direção. [Além disso, a própria realização das pesquisas e a comunicação de seus resultados possibilitaram a estes autores a reflexão sobre seus métodos e sua renovação, culminando com o que eles viriam a denominar mais tarde de uma “abordagem clínica de pesquisa”, marcadamente de natureza compreensiva e qualitativa<sup>51</sup>.]

A lógica desta abordagem foi inspirada, inicialmente, pelas análises fundadoras das organizações burocráticas francesas, empreendidas por Michel Crozier, na década de 1960. Em seguida, com o auxílio do discípulo e colega Erhard Friedberg, eles iniciaram uma elaboração teórica mais abrangente, focalizando as organizações como modalidades e meios de ação coletiva. Tal teorização culminará com a elaboração de um programa de pesquisa sobre os sistemas sociais de ação coletiva, dentro do qual as organizações, em especial as organizações formais, não ocupam mais do que uma modalidade da ação coletiva, que ocorre em diferentes graus de estruturação - ou formalização (FRIEDBERG, 1993).

Assim, “[...] as organizações são consideradas como um processo através do qual as interações estratégicas entre um grupo de atores situados num dado campo<sup>52</sup> de ação, e mutuamente dependentes da solução de um ‘problema’ comum são estabilizadas e estruturadas em ordens locais e contingentes” (CROZIER; FRIEDBERG, 1995, p.135-136 – tradução livre).

---

<sup>51</sup> Aqui reside, por exemplo, a influência da sociologia europeia, implicitamente, por meio da abordagem metodológica claramente, embora não exclusivamente, inspirada pela sociologia weberiana.

<sup>52</sup> A noção de campo na escola francesa de sociologia das organizações parece aludir explicita e diretamente à noção de campo em Pierre Bourdieu. Embora os autores não citem Bourdieu diretamente em seus trabalhos, devido ao contexto da época, em que a sociologia francesa e a mundial se tornavam cada vez mais influenciadas pela figura de Bourdieu além da lógica explicativa utilizada por Crozier e Friedberg, é possível inferir, ainda que implicitamente, uma filiação destes autores em relação àquele. No entanto, um trabalho de rastreamento dessa vinculação teórica ainda precisa ser feito. Tal tarefa, contudo, está além do escopo desta tese.

Basicamente, como apontam Crozier e Friedberg (1995), os conceitos centrais de sua abordagem se resumem nas noções de:

- 1) ator estratégico – que está intimamente relacionada com o conceito de racionalidade limitada, tomando por empréstimo de Simon. Compreender as organizações significa compreender a ação e, mais especificamente, a ação coletiva. É por isso que, na visão dos autores, não se pode ignorar o papel do ator que gera uma ação qualquer. Assim, da ação de vários atores, colocados numa situação de interação interdependente, é que emerge a ação coletiva, organizada. Sua organização significa que a ação coletiva emergente assumiu uma determinada forma, uma direção, um padrão. Este é dado pela coalizão dominante. Todos os atores se posicionam de uma determinada maneira, a fim de perseguirem seus interesses próprios, pois todos eles são interessados na solução do ‘problema’, embora cada um possa ter um interesse distinto. Devido ao fato de que todos seriam interessados, os autores consideram que há um ‘instinto estratégico’ (p.138) em seu comportamento;
- 2) sistema de ação concreto – que é acrescentado à noção anterior para contextualizar e delimitar empiricamente um sistema social da realidade. O ator faz referência, uma vez que está inscrito, a um sistema local de interação relativamente autônomo (em referência aos mecanismos de regulação global e cujas características e regras do jogo são sempre permeadas por constrangimentos psicológicos e sociais). Essa noção de sistema é utilizada de modo muito particular, somente como “[...] um instrumento de análise permitindo servir à ideia de racionalidade limitada e contingente dos atores para descobrir as propriedades e características do contexto sistêmico de onde veem seus recursos e constrangimentos” (CROZIER; FRIDBERG, 1995, p.141 – tradução livre). Sua função é mostrar que, em qualquer sistema<sup>53</sup>, há um mínimo de grau de coerência e ordem. Se o sistema local de interação se refere ao contexto de interdependência e interação estratégica entre atores, formando a estruturação de um campo, por meio das regras do jogo, é necessário considerar que, na maior parte do tempo, em qualquer campo de ação, há vários jogos

---

<sup>53</sup> Diferentemente da sociologia funcionalista estadunidense, em que a teoria dos sistemas é desumanizada e esvaziada de seu caráter real, sendo estudada abstratamente, aqui os autores usam a noção de sistema de maneira heurística, não compreendendo nenhuma delimitação ou localização *a priori*, mas sim, sempre, de maneira empiricamente dada (a partir da localização de um problema, percebido coletivamente em um campo de ação específico) (CROZIER; FRIDBERG, 1995).

simultaneamente, cuja articulação supõe uma regulação de segunda ordem. Esta é considerada um sistema de ação concreto, que é conceituado como um “metajogo”, integrando os jogos operacionais cuja articulação é regrada por ele;

3) poder como capacidade de ação – medeia e articula as noções de ator e sistema. A concepção de interação humana é mediada por relações de poder, ou seja, relações de troca desequilibradas que implicam uma negociação. O poder é definido como uma troca estruturalmente desequilibrada de possibilidades de ação entre um número de atores individuais e/ou coletivos<sup>54</sup>. Como consequência, ela coloca ênfase sobre a natureza relacional do poder. Ele não é um simples exercício; ele se localiza nas estruturas preexistentes do espaço de ação e, acima de tudo, na assimetria de acesso aos recursos. É inseparável da relação por meio da qual ele é exercido e tira seus recursos. A segunda consequência é que ela sublinha os laços irreduzíveis entre poder e (inter)dependência, entre poder e cooperação, em que se vê a dimensão instrumental do poder. A terceira implicação remete à natureza bilateral (mais frequentemente multilateral) do fenômeno: o poder não pode ser imposto, pelo que o detêm, àqueles que não o detêm. Ele é inseparável de um processo de troca, que deve ser compreendido como processo de negociação mais ou menos explícito em torno de condições que estruturam essa troca. Sob esse ângulo, “[...] pode-se definir o poder como a capacidade de estruturação de processos de troca favoráveis a seus interesses [...]” (CROZIER; FRIDBERG, 1995, p.148 – tradução livre), em que todos os participantes ganham alguma coisa, mas alguns se beneficiam mais do que outros. Essa capacidade de influenciar a seu favor vem de duas fontes: a) pertinência dos atores para a realização de seus objetivos e b) autonomia de cada um, que determina a sua previsibilidade de ação.

Segundo Crozier e Friedberg (1995), o alcance teórico alcançado pelo desenvolvimento da abordagem de análise estratégica das organizações se aplica tanto ao estudo das organizações quanto ao das instituições, haja vista que esta trataria dos múltiplos jogos, permeando um dado campo de ação (sistema de ação concreto),

---

<sup>54</sup> “O poder entra em cena porque existe uma interdependência entre atores e porque suas preferências e seus projetos respectivos não convergem ou não se ‘alinham’ (*recoupent*) automaticamente: se os atores desejam alcançar seus objetivos, eles não têm outra escolha senão a de tentar influenciar o comportamento daqueles cuja contribuição lhes é indispensável.” (CROZIER; FRIDBERG, 1995, p.148 – tradução livre).

enquanto aquela estaria centralizada sob o foco de um único (ou prioritário) jogo do sistema de interação local. Além disso, devido à sua pretensa amplitude e capacidade de diálogo e integração em relação aos demais níveis sociais, micro e macro, ela fornece, no nível mesossocial (o das organizações), um modo para a análise da criação, desenvolvimento e manutenção de regras sociais.

Concretamente, ao situar sua análise sobre contextos locais de ação empiricamente observáveis e com uma atenção focalizada em suas questões intrínsecas, esse tipo de abordagem se apoia em estudos de casos clínicos no quadro de um projeto de pesquisa comparativo. Teoricamente, ela pode ajudar a desenvolver modelos descritivos e interpretativos da ação organizada, mas que visam apenas ao conhecimento local.

Assim, se, por um lado, seus resultados são passíveis de crítica da metodologia indutivo-qualitativa, por outro, a utilidade de sua análise depende do seu valor pragmático. Em síntese, segundo os autores, esta perspectiva encerra uma visão mais humana e realista da realidade, na medida em que situa de forma concreta e aplicada na produção de conhecimento local, que pode ser utilizado para a mudança, num processo progressivo de aprendizagem coletiva e evolução desses sistemas sociais.

É justamente neste caráter mais aplicado e intrinsecamente relacionado com o campo – seja na recolha de dados seja na restituição da análise feita pelo pesquisador, mas, sobretudo, com o compromisso de um estudo pontual de caráter intervencionista e transformador – é que se pretende aprofundar nas próximas seções.

### *2.2.3 Desdobramentos Recentes: da teoria da organização aos estudos organizacionais*

Segundo Freddi (1998[1983]), ainda até há poucos anos, as generalizações propostas por um ou outro autor derivavam de pesquisas que, embora esquematicamente bem elaboradas e metodologicamente aprofundadas, se limitavam à observação intensiva de casos singulares, sendo, portanto, capazes de levar a resultados apenas válidos para o caso considerado e nunca aplicáveis a outras situações. Os que propugnam um conhecimento das organizações baseado na análise comparada pretendem eliminar ou reduzir algumas das deficiências apontadas por Friedberg na seção anterior.

Assim, ao longo do desenvolvimento dos estudos em TO, foi se acumulando, por um lado, um grande número de estudos concernentes a organizações de todo o tipo, mas, especialmente, a organizações de caráter industrial ou comercial. Estes estudos foram adquirindo um cunho acentuadamente intracultural, o que traz como consequência o fato de apropriarem-se, muitas vezes, tais generalizações de critérios de avaliação ideológico-normativa, de uma forma acrítica. Por outro lado, existe uma segunda corrente, que estuda, de preferência, organizações públicas, numa perspectiva comparada intercultural (FREDDI, 1998[1983]).

Dessa forma, afirma Freddi (1998[1983]), pode-se inferir que parece ser ilusório pensar alcançar, como creem numerosos autores rigorosamente neopositivistas, uma teoria da organização absolutamente abstrata, unificada e isenta de valores. Isto porque o conceito de organização se refere, como constatou Paço-Cunha (2010a; b), a entidades que não existem em estado natural, não sendo, portanto, categorias do mundo real, mas sim conceitos abstratos elaborados pelos homens para mediar suas relações com este mundo. Freddi (1998[1983]) acrescenta que as organizações só existem em sociedades caracterizadas por certo nível e certo tipo de desenvolvimento: daí se segue que as organizações estão infiltradas e impregnadas dos valores predominantes na sociedade em que atuam.

### 2.3.1 A crítica realista

Considerando o que foi descrito na seção anterior sobre a teoria das organizações, nesta seção apresenta-se a introdução do movimento realista crítico no subcampo da sociologia das organizações (teoria das organizações), realizando, para isso, uma caracterização inicial da “virada realista” na teoria das organizações e, após esta contextualização, o desenvolvimento de um modelo próprio de análise morfogenética das mesmas. Este último está organizado em três subseções: as premissas inerentes à proposição; o processo de estruturação dos coletivos (ou grupos sociais), com seus distintos estados de agregação e formalização até se chegar às organizações e, por último, as implicações conceituais, analíticas e metodológicas deste modelo.

De fato, as organizações são tipos específicos de sistemas de ação social coletiva (FRIEDBERG, 1991). Acompanhando o movimento realista crítico<sup>55</sup> que surgiu e se desenvolveu no horizonte da teoria social contemporânea ao longo das últimas três décadas, a teoria das organizações também, recentemente, tem ingressado nesta que se convencionou chamar de “virada realista” (REED, 2005).

Enquanto os social-construcionistas radicais têm defendido que “as organizações são construções discursivas e formas culturais sem nenhum status ontológico ou significância epistemológica além de sua existência criada e mediada textualmente” (REED, 2005, p. 1622; ELDER-VASS, 2010, p. 144), outros teóricos organizacionais têm apontando os limites da redução dos diferentes tipos de realidade a uma única dimensão da realidade, a discursiva ou social (FLEETWOOD, 2005), ou, de forma mais ampla, da redução ontológica da organização à sua dimensão epistemológica (ACKROYD; FLEETWOOD, 2000; REED, 2000; FLEETWOOD; ACKROYD, 2004; REED, 2005; JESSOP, 2005; FLEETWOOD, 2005; 2008).

A evidenciação dessa “falácia epistêmica” (BHASKAR, 1998[1979]; ARCHER, 2000; REED, 2005; ELDER-VASS, 2010, entre outros), bem como de suas consequências – no limite, o conformismo dado pela errônea suposição de impossibilidade de manipulação da realidade extra discursiva (simplesmente por não crer nela) – tem estimulado uma reação contra este posicionamento daqueles que defendem bem mais do que uma existência monoplanar limitada pelo discurso. Isso não implica que a contraposição ao social-construcionismo seja, necessariamente, dada apenas pelo realismo crítico<sup>56</sup>, mas sim por perspectivas realistas (ACKROYD; FLEETWOOD, 2000).

Porém, dentro das alternativas realistas da contemporaneidade, o realismo crítico ocupa posição de destaque. Nesse sentido, uma série de estudos organizacionais tem sido realizada explícita ou implicitamente sob a perspectiva do realismo crítico, buscando não só reverter essa miopia organizacional temporária, como também, e principalmente, expandir as possibilidades de análise e explicação dos fenômenos organizacionais à luz de um arcabouço ontológico, epistemológico e teórico mais

---

<sup>55</sup> Movimento esse que, de forma mais ampla, evidencia os quadros teórico-empíricos que embasam distintas modalidades de ação coletiva, em cujo contexto um destaque recai sobre a relação agência-estrutura (ELDER-VASS, 2010).

<sup>56</sup> Contudo, o realismo crítico se mostra como solo mais adequado para isso. Bhaskar, em todos os seus escritos, tem arguido enfaticamente sobre as limitações do antirrealismo, em que ele inclui tanto o positivismo quanto a hermenêutica, visto que é em contraposição a esse discurso da filosofia da ciência que se erige o realismo crítico.

robusto, que seja capaz não só de explicar a realidade no estrato organizacional, mas também de integrá-la aos outros estratos da realidade.

Vários são os exemplos dos estudos realistas críticos referenciais nas organizações<sup>57</sup>, todos eles relativamente recentes. Apenas para citar alguns, vale mencionar aqui o trabalho seminal de Fleetwood e Ackroyd (2004), em seu livro *Aplicações realistas críticas nos estudos organizacionais e de gestão (Critical realist applications in organisation and management studies)*, cuja principal contribuição foi compilar um conjunto de estudos realistas críticos no âmbito das organizações e fornecer, assim, um dos primeiros (senão o primeiro) marcos referenciais de aplicação do realismo crítico para o campo da sociologia organizacional.

Em paralelo aos trabalhos de Ackroyd e Fleetwood, Michael Reed começara, ainda ao longo dos anos 1990, a demonstrar seu descontentamento com a então “virada linguista” – decorrida da virada cultural – que então dominava os estudos organizacionais. Isso se tornou explícito numa série de trabalhos – individuais ou em coautoria – produzidos por ele, que passaram gradativamente de uma crítica aberta ao construcionismo social radical (ou forte) à defesa embrionária de elementos do realismo crítico (REED, 2000), até chegar ao seu posicionamento explícito em favor desta última perspectiva (REED, 2005).

Porém, de todos os teóricos organizacionais contemporâneos, talvez aquele que mais tenha dedicado atenção de forma mais contínua e perene ao projeto do realismo crítico nas organizações seja Steve Fleetwood que, desde o seu doutoramento, em meados da década de 1990, tem realizado intervenções no âmbito acadêmico a partir daquela perspectiva. Diferentemente da maioria dos outros teóricos organizacionais – e até mesmo sociais – que tiveram contato e/ou foram influenciados, de maneira geral, pelos escritos realistas críticos oriundos da sociologia, Fleetwood mantém um forte diálogo com a economia, devido ao seu doutoramento em economia, em 1994, na Universidade de Cambridge, sob a orientação de Tom Lawson, com quem teve oportunidade de entrar em contato com o realismo crítico<sup>58</sup>. Desde então, Fleetwood tem trabalhado na interface entre economia e organização, efetuando. Recentemente.

---

<sup>57</sup> Embora o movimento realista crítico ainda seja contra-hegemônico na teoria social contemporânea, e mais incipiente ainda na teoria organizacional, conforme será explicitado nos capítulos seguintes (cf. capítulos 3 e 4 desta tese).

<sup>58</sup> O seminário de tese de Fleetwood, intitulado “*Marx, Hayek e Realismo*” [*Marx, Hayek and Realism*], ocorreu em 28 de novembro de 1994 (CAMBRIDGE, 2011). Sua tese de doutorado foi publicada no ano seguinte, como livro. Cf. FLEETWOOD, S. *Hayek's Political Economy, the Socio Economics of Order*. Routledge: London, 1995.



uma aproximação maior em relação à teoria social, o que nos permite situar sua obra dentro de uma perspectiva da sociologia econômica das organizações, mas sempre a partir de uma leitura realista crítica.

Após ter introduzido, juntamente com Stephen Ackroyd, de maneira “oficial” e sistêmica – ao que poderíamos acrescentar, quase canônica (já que sua obra constitui uma referência incontornável para os estudos realistas críticos sobre as organizações) –, o debate sobre realismo crítico nas organizações, sua agenda de pesquisa tem, desde então, se pautado pela busca sistemática na especificação e aprofundamento de questões, sobretudo teóricas e, em menor parte, empíricas, da aplicação da teoria realista crítica nas organizações. Talvez seu trabalho mais contundente seja “A ontologia da organização e dos estudos de gestão: a abordagem realista crítica” [*The ontology of organisation and management studies: a critical realist approach*], de 2005, no qual explicita, de maneira formal, os principais pressupostos teóricos, elementos necessários e possibilidades de aplicação do realismo crítico nos estudos organizacionais.

Em 2008, novos trabalhos de peso, como “Instituições e estruturas sociais: algumas clarificações” [*Institutions and social structures: some clarifications*] e “Estrutura, instituição, agência, hábito e deliberação reflexiva” [*Structure, institution, agency, habit and reflexive deliberation*] viriam a aprofundar teoricamente o debate iniciado, fornecendo contribuições específicas no sentido de estudar e aplicar o realismo crítico nas organizações por meio (em relação respectivamente aos trabalhos supracitados) de:

- a) uma especificação teórica da relação entre estruturas sociais e instituições, em que o autor defende que ambas seriam estruturas ontologicamente distintas e, portanto, irreduzíveis umas às outras, porém, estas seriam produto da formação de um padrão de interações no nível inferior, isto é, no das organizações. Ou seja, as instituições seriam, ao menos em parte, um produto das organizações (ou grupos fortemente estruturados, como entendido nesta tese);
- b) uma proposição de resgate da noção de *hábito* (em analogia direta a *habitus*), via leitura econômica de Hodgson – mas explícita e fortemente influenciada por Bourdieu –, em que o autor propõe uma leitura mais flexível da noção de agência [assim como defende Vandenberghe (2009)] via aplicação de noção de deliberação reflexiva do modelo de Margaret Archer, o que, supostamente, daria conta de explicar o processo de

habitualização (proposição central do artigo de Fleetwood), que seria o elo chave (até então não desenvolvido) na relação entre agência e estrutura.

Trabalhando numa perspectiva própria, porém próxima à de Fleetwood, Dave Elder Vass endereçou esforços, durante os últimos oito anos (2003-2011), que lhe renderam sua tese de doutoramento<sup>59</sup> e seu estágio pós-doutoral, para o desenvolvimento do programa de pesquisa realista crítico no seio das ciências sociais, em que tentou empreender uma solução própria a partir da noção de emergência, dentro da perspectiva realista crítica, para o problema da agência-estrutura.

Em seu recente livro, “Os poderes causais das estruturas sociais” [*The causal powers of social structures*], Elder-Vass (2010) expõe em detalhes seu modelo explicativo para o problema agência-estrutura. Defendendo uma noção específica do conceito de emergência, a relacional<sup>60</sup>, seu argumento central é o de que, em vez de atribuir significância causal à noção abstrata de estrutura social ou ao conceito monolítico de sociedade, deve-se reconhecer que “são grupos específicos de pessoas que possuem poder estrutural social” (ELDER-VASS, 2010, p. 4). Assim, em sua concepção:

[...] o mundo social é composto de muitos grupos sobrepostos e interseccionados, cada qual com seu poder causal de influenciar os indivíduos. Mas, em cada caso, estes poderes dependem de interações entre os membros individuais e o grupo, e este argumento depende de que a atividade humana – agência – também possui poder causal. Os eventos sociais são produzidos por ambos: os poderes causais agenciais e estruturais (ELDER-VASS, 2010, p. 4).

Assim como Fleetwood, embora partindo de uma linha de argumentação ligeiramente diferente, Elder-Vass (2010) sugere explicitamente (esta é sua tese) que os grupos sociais são os responsáveis pelo processo de estruturação social. Dito de outro modo, são os grupos sociais, fruto de um conjunto de componentes<sup>61</sup> (indivíduos) que

---

<sup>59</sup> Elder-Vass, D. *The theory of emergence, social structure, and human agency*. Unpublished PhD thesis, Birckbeck College, London, 2006.

<sup>60</sup> O que outros autores consideram como versão fraca de emergência.

<sup>61</sup> Esta terminologia é adotada em função da teoria (filosófica e social) da emergência, que postula a emergência e a existência de níveis superiores das coisas (i.e., da realidade), com base na existência de estruturas inferiores e suas interações, assumindo uma configuração específica. Ou seja, na análise ‘*emergentista*’, três elementos são centrais: **estruturas** (hierarquicamente de ordem ou estrato inferior), a relação ou **interação** entre essas estruturas (que se darão em função das propriedades intrínsecas de cada uma, e sua tendência a se manifestarem ou não, caso sejam anuladas por contra-tendências), e a **configuração específica** ou padrão assumido pelas relações entre as estruturas previamente envolvidas no

ao interagirem, numa forma específica, formam uma configuração própria, cuja resultante será uma nova estrutura social de ordem superior, que existe somente em função deste padrão específico de interação de estruturas inferiores, numa dada ordem de relações, também chamado de configuração. E, segundo ele é a partir desses grupos sociais que se pode e deve estudar a relação agência-estrutura, pois eles seriam a instância adequada de mediação entre a agência (*stricto sensu*) e os constrangimentos de ordem ‘maior’ (ou a estrutura), formando, assim, a estrutura social.

Cabe mencionar aqui, contudo, que o relato de Elder-Vass (2010), apesar de acertado em termos de identificação do problema, carece de um ‘retoque’, pois, para que sua noção *emergentista* da estrutura social seja plenamente adequada, é necessário que os constrangimentos que se coloquem em interação com os indivíduos (componentes), para se formar uma estrutura social, sejam de tal ordem que: a) sejam também outros indivíduos ou b) sejam tipos de componentes (ou estruturas inferiores) diferentes dos indivíduos. No primeiro caso, entretanto, se ambos os componentes são de natureza igual, então, o padrão de interação específico não poderia resultar de outra forma que não seja especificamente humano. E os constrangimentos estruturais à agência se colocariam aos indivíduos na forma de outras agências (i.e. de outros indivíduos) e, portanto, sua explicação de uma estrutura social como nível de ordem superior poderia ser reduzida ao nível dos componentes da ordem inferior (i.e. dos indivíduos). Portanto, logicamente, não poderia haver a criação de uma ordem superior. Por exemplo, se interagíssemos uma estrutura (ex.: leite) com ela mesma (leite), teríamos a mesma estrutura (leite) e não uma nova estrutura de ordem superior. Assim, a opção (a) parece ser inadequada para sustentar o relato produzido por Elder-Vass.

Porém, se, por outro lado, os componentes (indivíduos) interagem com outros componentes (ex.: estrutura materiais, temporais, artefatuais, etc.), poderíamos ter a produção de uma nova estrutura de ordem superior, irreduzível a qualquer uma das partes (componentes) do nível inferior bem como a sua relação, sendo necessária e suficientemente um produto de ambos. Assim, por exemplo, se a estrutura A (ex.: leite) interagisse com outra, B (ex.: café), de outra natureza, tem-se uma solução cuja estrutura é diferente e irreduzível a qualquer uma das partes (componentes), bem como a

---

nível inferior. Dos três elementos, o último – a configuração – é, se houver um, o mais importante, pois dele emerge a nova estrutura de nível superior. Ou seja, ele é o poder causal ativado e resultante do mecanismo causal (gatilho) que são as interações.

sua interação<sup>62</sup>. Portanto, logicamente, aqui se pode sustentar o relato *emergentista* proposto por Elder-Vass, com o qual a presente proposta de tese se afina, mediante, porém, este adendo. Embora o autor não atente para este fato, esse argumento será imprescindível ao argumento (A1), elaborado na seção seguinte.

Apesar de não focalizar especificamente a sociologia das organizações, como implicação direta de seu argumento central, ao propor a centralidade dos grupos sociais como categorias de análise, Elder-Vass (2010) realiza uma ‘protoanálise’ morfogenética das organizações, passando por três momentos centrais: a) o grupo interativo (ou interação grupal), em que, em função dos constrangimentos contextuais, os indivíduos entram em interação e mutuamente se autorregulam a partir das normas previamente existentes e institucionalizadas que servem de guia pré-reflexivo para o seu comportamento; b) a associação, que seria um grupo num estado mais estruturado, deliberadamente criado pelos seus membros em função de interesses comuns e/ou afinidades eletivas entre eles e c) a organização, que surge como um grupo altamente estruturado, formal e hierarquizado, derivado da diferenciação funcional em termos de papéis dos membros e da necessária delegação funcional (e consequentemente representação política) entre eles.

Vale ressaltar que esta análise é muito próxima daquela realizada por Vandenberghe (2010g) acerca da teoria da subjetividade coletiva, que propõe uma análise morfogenética da estruturação dos coletivos constituída de três momentos: comunidade simbólica, grupo quase-mobilizável e o coletivo estruturado ou a organização.

A despeito das iniciativas, o foco de nenhum dos dois autores reside especificamente nas organizações. Ao contrário, a argumentação de ambos busca, de forma mais geral, tratar do problema da ação coletiva, o que os leva, tangencialmente, a considerar as organizações como uma das possibilidades de tratamento da questão. Porém, se as propostas de ambos os autores fornecem uma visão panorâmica do processo de estruturação dos grupos sociais de Elder-Vass (ou coletivos na linguagem de Vandenberghe), por outro lado, elas carecem de uma especificidade e aprofundamento justamente no tocante a cada um desses momentos morfogenéticos,

---

<sup>62</sup> Embora se possa argumentar aqui que esta seria uma *estrutura emergente resultante* (cf. ELDER-VASS, 2010, p. 22), portanto, sem propriedades ou poderes causais próprios, este argumento é suficiente aqui para ressaltar a condição necessária de interação de estruturas de diferentes naturezas para a emergência de outras novas, num nível ou estrato superior da realidade.

assim como dos processos de morfostase que permitem a sua estabilização. Tais questões são explicitamente reconhecidas por Elder-Vass (2010, p. 160) que, inclusive, sugere a necessidade de estudos para aprofundamento e elaboração de um modelo de análise morfogenética das organizações, *strictu sensu*.

Esta tarefa pretende ser desenvolvida aqui, ainda que inicialmente. É justamente nesse sentido que se insere esta tese, que visa especificamente continuar o debate iniciado pelos autores acima mencionados, em especial Fleetwood, Vandenberghe e Elder-Vass, continuando assim o debate realista crítico sobre as organizações, a partir da elaboração de uma proposta específica de análise morfogenética das organizações.

## **2.3 “Problemas nos ‘Estudos Organizacionais’ Contemporâneos”<sup>63</sup>**

### *2.3.1 A questão dos “estudos”...*

Teoria da administração, teoria da organização, sociologia das organizações, estudos organizacionais... Afinal (diante de tantas e variadas classificações), qual o ponto de referência comum em torno do qual se estruturam as tentativas de teorização sobre o fenômeno organizacional? Há um ponto comum? Qual o objeto de estudo desta área e o seu estatuto?

Questões semelhantes a estas têm atravessado o campo organizacional desde a sua constituição e, até o presente momento, inexistem uma única definição ou explicação consensual sobre este problema. Desde cedo, estas questões foram formuladas no sentido de fornecer um enquadramento (paradigmático), na tentativa de promover a unificação e a homogeneização do campo, bem como propiciar as bases para a teorização organizacional e a acumulação de conhecimento – assim como nas ciências naturais –, seguindo os moldes de ciência estabelecidos pelo positivismo.

A análise da evolução das diversas nomenclaturas utilizadas na administração, bem como seus questionamentos subjacentes, nos fornece indícios das mudanças ocorridas ao longo do tempo nesta área do conhecimento e, mais especificamente, das

---

<sup>63</sup> Em alusão ao título do capítulo 2: “Problems in contemporary organization theory”, de Karl Weick (1969).

guinadas e inflexões semânticas que adquiriram o estudo do objeto e das práticas consideradas importantes para este subcampo científico.

A passagem da teoria da administração para a teoria da organização, na década de 1950, por meio dos trabalhos de Simon, levou a uma substituição do foco nas tarefas ou funções administrativas, bem como da sua racionalidade mecânica subjacente, para o estabelecimento de um foco na organização em si, como entidade coletiva, mas frouxamente articulada por um conjunto de processos funcionais amarrados por uma racionalidade limitada dos decisores.

Enquanto esta passagem conduziu a mudança, no âmbito da teorização, do indivíduo para o sistema, e a consolidação de um objeto de pesquisa, a organização, ao contrário, a passagem da TO para os estudos organizacionais representa uma relativa flexibilização e fragmentação, tanto do objeto (o que é a organização?) quanto da forma de se estudar este objeto, que deixa a predominância da análise estrutural funcionalista para incorporar crescentemente visões epistemológicas alternativas (FRIEDBERG, 1986), o que implica um deslocamento teórico-metodológico e a inclusão de vertentes que até então não eram “oficialmente” consideradas, como as visões das diferentes subculturas organizacionais e dos indivíduos<sup>64</sup>, por exemplo.

Mas, o que está, de fato, subjacente ao guarda-chuva da denominação de EOR? Recentemente, alguns estudos (PAÇO-CUNHA, 2010a; 2010b) têm resgatado a necessária discussão epistemológica acerca das organizações e da teorização organizacional, a fim de analisar e avaliar, de forma mais precisa, o posicionamento e o estatuto da teorização organizacional.

Embora, talvez, a maioria desses estudos possa ser vinculada, de alguma forma, à tradição marxista, devido ao fato de os estudos filiados a esta tradição pregarem uma necessária retomada da racionalidade (e realidade) nos estudos organizacionais, isto não exclui a existência de estudos neopositivistas, desejoso da reafirmação e da manutenção da antiga hegemonia positivista, ou dos interpretativistas, em suas múltiplas variações, que tentam manter a sua atual posição hegemônica, defendendo o relativismo e a comensurabilidade absolutas, bem como a irracionalidade decorrente de tais asserções epistemológicas.

---

<sup>64</sup> A esse respeito, cf. MARTIN, J. *Cultures in organizations: three perspectives* Oxford: Oxford University Press, 1992.

Procedendo a uma análise abrangente, no âmbito da teoria social, Vandenberghe (2012) localiza a origem e a introdução dos *studies* (estudos) no cenário mundial, no início de década de 1980, ao mesmo tempo em que os sociólogos neoclássicos apresentavam suas teorias gerais do mundo social. Porém, contrariamente a essas teorias, que de algum modo tinham um cunho mais estruturalista, os *studies* estavam comprometidos e profundamente enraizados no pós-modernismo que, ao entrar em cena, se tornou a “*mania*” ou moda intelectual (PAÇO-CUNHA, 2009), a partir dos anos 1980.

Ainda, segundo Vandenberghe (2012), as raízes do pós-modernismo jazem na crise intelectual do marxismo ocidental. Como um sintoma de seu tempo, ele expressa

[...] uma descrença geral nas filosofias da história que prometem um futuro radiante, que ainda são cúmplices na perpetuação do presente. O pós-modernismo evita qualquer referência a “mecanismos causais” subjacentes que produzem fenômenos, às “estruturas profundas” que controlam os eventos ou a “grandes narrativas” que conduzem a história. Evitando a profundidade e promovendo a superficialidade, ele se prende à superfície das coisas e dos discursos, coisas-como-textos, e permanece aí. Apesar de sua repetitiva denúncia de todos os discursos autoritários, ele baseia-se fortemente numa série de injunções antifilosóficas que vão contra o espírito do realismo crítico [...] (VANDENBERGHE, 2012, p. 9 – tradução livre).

Como benefício da retrospectiva, nós podemos, agora, entender o “pastmodernism” (sic), movimento iniciado na arquitetura e nas artes, como uma tentativa sistemática de trazer assuntos estéticos para dentro da filosofia, em geral, e para a epistemologia, em particular. O problema, em sua visão, é que, quando essa motivação estética, que considera toda representação como uma possível representação da realidade, é estendida às ciências, a ontologia resvala na ‘filosofia decorativa’ em que a realidade não é tida como uma pressuposição da ciência, mas um ‘pro-jeto’ (*project*) e ‘produto’ de suas re/presentações. Como nas artes, os discursos científicos (textos sem autores) são ditos/tidos como performativos da realidade que eles mesmos descrevem. Debaixo do discurso, fora do texto, nas entrelinhas, não há nada, de acordo com os pós-modernistas, mas no texto (VANDENBERGHE, 2012, p. 9-9).

Se o *leitmoif* da virada pós-modernista é de cunho estético (CONNOR, 1989; VANDENBERGHE, 2012), o veículo que aporta a sua chegada à filosofia e às ciências humanas reside na psicologia e na literatura. Na primeira, devido à crítica da desconstrução do sujeito moderno; neste processo, o reexame do sujeito sai da concepção de racionalidade identificadora de um sujeito uno e vai sendo fragmentado e

radicalizado na busca dos (múltiplos) “sujeitos” [(ou das múltiplas identificações)] que o compõem (HALL, 2005). Na segunda, em função da radicalização da hermenêutica, em que o discurso e os textos ganham papel privilegiado, como guia metodológico das ciências, invertendo, assim, a tradicional lógica das ciências, físicas e humanas, a ponto de colocar a primeira como um caso especial desta última.

A crítica à visão da psicologia modernista pauta-se nos pressupostos de que (1) a realidade é dinâmica, não possuindo qualquer essência ou lei imutável; (2) o conhecimento como apenas uma construção social, como qualquer outra, é baseado em comunidades linguísticas e (3) o conhecimento tem consequências sociais, e são estas que devem determinar se ele é válido ou não (CASTAÑON, 2005).

Contrariando a visão da ciência “modernista”, fundamentada no realismo ontológico, no otimismo epistemológico, no método empírico, na regularidade do objeto e no progresso científico, a virada pós-moderna, no campo da psicologia, nega estas ideias e as substituí por seus opostos (CASTAÑON, 2005). Tomando como referência a recente área de estudos sobre a ciência (*science studies*), Vandenberghe (2012 p. 12) afirma que tal operação foi efetuada

[...] através de uma série bem ordenada de deslocamentos concertados, os protagonistas moveram seu cursor de investigação científica da prescrição para a descrição, do internalismo ao externalismo, das lógicas para a dinâmica, da teoria para as práticas, bem como do transcendental para o histórico, do global ao local, do macro para o micro, do racional ao irracional e além. Se eles tinham uma missão, esta era a de desmascarar qualquer filosofia da ciência prescritiva e empiricamente demonstrar que a Lógica, Razão, Realidade, Verdade e Progresso, e assim por diante, dificilmente são responsáveis pelas práticas científicas.

Assim, o programa de pesquisa da psicologia construtivista pós-moderna, em suas diferentes ramificações, foi pautado por um conjunto de características, como: a) dissolução do objeto tradicional da psicologia, a realidade da mente e do comportamento, substituindo-o pelas convenções e recursos linguísticos que constroem socialmente o mundo; b) o abandono da busca por propriedades universais na pesquisa psicológica e a adoção da reflexão histórica e contextual como centro de atividade da psicologia; c) a marginalização do método e sua classificação, nas versões mais radicais, como um truque retórico e d) o abandono da grande narrativa de progresso da ciência rumo a uma verdade objetiva para a adoção de uma concepção de conhecimento fragmentário e contingente, histórica e socialmente (CASTAÑON, 2005).



Tais características impulsionaram uma nova concepção de sujeito, descentrado e fragmentado, que, aos poucos, concomitante e convergentemente à própria ascensão do pós-modernismo ao *status* de *mainstream* filosófico no panorama intelectual pós 1980 (ARIENTI, 2009), tornou-se a referência dominante para a teorização nas ciências humanas, nas suas mais diferentes áreas. Nas ciências sociais, a desconstrução do sujeito moderno chega via leitura do marxismo cultural de Gramsci e da genealogia de Foucault sobre os chamados «Estudos», influências que, segundo Vandenberghe (2012), dificilmente poderiam ser subestimadas. Na administração, sobretudo no contexto brasileiro, a presença de estudos pós-modernistas nos últimos 40 anos é crescente e notória (DAVEL; ALCADIPANI, 2003), em especial aqueles de inspiração foucaultiana, como se vê em Souza; Machado; Bianco (2008) e Souza; Petinelli-Souza; Leite-da-Silva (2011), entre outros.

Como identifica Castañon (2005), o pós-modernismo está fundamentado na emergência da matriz epistemológica construtivista (piagetiana), cuja dispersão da psicologia para as demais áreas das ciências humanas esteve associada a uma proliferação de sentidos e interpretações em torno do sentido do termo construtivismo. Dentro dessa matriz epistemológica construtivista há diferentes versões que se resumem, grosso modo, em uma vertente mais radical e outra menos radical. Enquanto a primeira sustenta que o sujeito constrói o conhecimento por meio da linguagem e com nada além dela, a linguagem se constitui na realidade mesma para o sujeito, não existindo realidade além da linguagem construída pelos sujeitos por meio de suas interações sociais. A segunda versão admite que a teoria construída sobre os objetos do conhecimento por meio da linguagem que intermedeia a relação entre o sujeito e o mundo, porém, de forma impermeável, de modo que a realidade objetiva, independente do sujeito, pode até existir, mas é (e será) sempre inacessível. Assim, esta segunda vertente, apesar de não aderir a um antirrealismo ontológico, atrela-se a um pessimismo epistemológico (CASTAÑON, 2005).

No tocante à radicalização da linguagem, segundo pilar da concepção pós-moderna, é possível identificar que, apesar das aparências, o prefixo 'pos' do pós-modernismo (pós-estruturalismo e outros “pós-ismos”) não é tanto temporal quanto efetivamente um marcador espacial. O prefixo indica o que acontece quando a teoria social francesa<sup>65</sup> cruza o Atlântico e a filosofia decorativa (estética) entra nos

---

<sup>65</sup> CUSSET, F. *French Theory*. Barcelona: Editorial Melusina, 2005. Citado em Vandenberghe (2012a/b).

departamentos estadunidenses de literatura comparada. Quando o mesmo processo de deslocamento ocorre nas ciências sociais, os diversos “pós-ismos” da filosofia procriam um rapsódia de investigações pós-disciplinares baseadas no nexos poder/discurso - os chamados 'estudos' que entram em concorrência direta com as ciências sociais e podem até mesmo jogá-las em desordem (como evidenciado pela crise da antropologia) (VANDENBERGHE, 2012).

Assim, de acordo com o discurso pós-moderno, apenas o texto existe. E a realidade se resume ao texto e/ou a tudo aquilo que pode ser textualizado. Se alguma coisa pode ser textualizada, e performada (realizada) simbolicamente, ela existe. Caso contrário, não é real (VANDENBERGHE, 2012).

Nada, mas textos, discursos e sinais que são proliferados e disseminados. Discursos e textos sem referências, mas cheios de referências e referências a outros textos. Desconstruída e destruída, a realidade (sem aspas) é textualizada e reaparece como "realidade". De acordo com aftermodernists [sic], a realidade é, na melhor das hipóteses, uma *Ding an sich* [(coisa em si)] a qual não temos acesso; e na pior das hipóteses, a reificação do discurso que se apresenta como a natureza e, assim, proíbe a proliferação de outros discursos, e desse modo, proíbe [interdita] a proliferação de outros discursos e a percepção de outros mundos (VANDENBERGHE, 2012, p. 9-10 – tradução livre, itálico no original).

Além de evidenciar as raízes intelectuais do pós-modernismo, seu *ethos* estético, seu comprometimento filosófico idealista com a (redução do mundo à) linguagem e o descentramento (e apagamento) do sujeito da ação social, importa aqui ressaltar também: a) o seu anticienfiticismo via colapso da ciência com os demais gêneros textuais, b) a confusão entre ontologia e epistemologia, e suas implicações tortuosas para a ação política no mundo real e c) a politização das leituras textuais da realidade (VANDENBERGHE, 2012).

Ao dispensar uma teoria da correspondência, o pós-modernismo também exclui explicitamente as teorias discursivas de verdade. Assim, em vez de considerar visões alternativas da realidade como diferentes visões da mesma realidade, há uma multiplicação de relatos sobre distintas realidades (VANDENBERGHE, 2012). E se apenas eu vejo a minha realidade, nela qualquer coisa vale. Sem um compromisso com a discussão, diálogo e consenso, a "fusão de horizontes" que marca cada tentativa genuína de compreensão do universo paralelo está bloqueada. Portanto, entre as comunidades de idiomas diferentes, não há nenhuma ponte e reinam apenas a incomensurabilidade e a incomunicabilidade. Em suma: se não há uma realidade

exterior ao discurso e todo argumento é tão bom quanto qualquer outro, por que deveríamos adotar o discurso pós-moderno? Por que deixar-nos convencer por um discurso que sequer é capaz de advogar (e justificar) sua supremacia sobre qualquer outro? (CASTAÑON, 2005).

Segundo as perspectivas realistas da ciência (FLEETWOOD; ACKROYD, 2000; 2004), em especial o realismo crítico, a confusão de registros e gêneros que ocorre no pós-modernismo inverte os domínios ôntico e epistêmico. Quando os textos científicos são lidos como qualquer outro gênero, a distinção entre ciência e literatura colapsa. Como consequência, as leituras pós-modernistas da prática científica levam à confusão entre os registros filosóficos (científico) e (sociais) políticos, como se o politicamente correto pudesse ignorar a incorreção epistêmica (VANDENBERGHE, 2012).

Para os pós-modernistas, qualquer afirmação científica ou filosófica (etc.) deve ser vista como uma afirmação política. O ponto de todo o exercício interpretativo dos “Estudos” parece consistir em uma exposição de como o gênero, classe e/ou raça aparecem e se cruzam nas fendas do discurso.

Na tentativa de promoverem uma suposta democratização em termos de abertura a possibilidade de manifestação e circulação de discursos, os pós-modernistas saúdam a proliferação de textos como um ato transgressor de libertação e assumem que isso seja, do ponto de vista teórico, politicamente democrático e tendencialmente igualitário (no sentido de uma horizontalização dos focos de emergência dos discursos). Porém, há certa dificuldade quanto à hegemonia de alguns discursos que reprime e tolhe a proliferação desenfreada de mundos.

Nas leituras textuais, politizadas, da “realidade”, sempre há um subtexto político que é reprimido e que pode ser encontrado nas margens, possibilitando que se releia o cerne do texto de uma perspectiva oposta. Quando a inclusão universal é recodificada como uma forma de exclusão da particularidade, a ‘jaula de ferro da razão’ começa a desmontar nas emendas. Visões alternativas da realidade revelam mundos diferentes daqueles que as versões hegemônicas da realidade permitem. Quando a hegemonia é então invocada como uma força repressiva que inibe a proliferação de mundos, a injunção só pode ser a de se recusar o Um, liberar os Muitos e dar voz ao Outro da Razão (VANDENBERGHE, 2012b, s/p).

Apesar de ontologicamente mudos (REED, 2005), pela orientação epistemológica e teoricamente crítica e desconstrutiva, os chamados “Estudos”, mesmo com raízes numa tradição diferente (estudos culturais britânicos e pós-estruturalismo

francês), podem, na visão de Vandenberghe (2012, p. 11), ser enquadrados como continuadores da teoria crítica, [...] embora sem a sofisticação filosófica da primeira geração da Escola de Frankfurt, o compromisso moral da segunda e o compromisso com a análise sociológica da terceira”. Ao fim, este autor avalia que a indignação moral e de denúncia política se tornou a marca registrada da função dos “Estudos” apenas como uma justificação velada de ressentimento e raiva, e, ao em vez disso, propõe uma nova leitura realista crítica, o realismo metacrítico (*metacritical realism*) [numa perspectiva próxima à do projeto de resgate de uma hermenêutica, de Boaventura de Sousa Santos, porém, inscrita no âmbito do programa realista crítico].

Uma vez evidenciada a raiz pós-modernista dos “estudos”, nas ciências sociais, de modo geral, é possível inferir, sem muitas dificuldades, o que se passa com a teoria das organizações, quando a mesma é rebatizada “de estudos organizacionais”, não coincidentemente no mesmo período (último quartel do século XX), e que acaba instaurando, para usar a feliz expressão empregada por Vandenberghe (2012), uma espécie de “novo consenso ortodoxo”, forjado na aliança hermenêutica das diferentes (micro)teorizações relativistas, impregnada por um forte componente de crítica social destilado (talvez de maneira suspeita) da teoria crítica (PAES DE PAULA, 2008), que levaria aos poucos o pós-modernismo ao posto de paradigma (ou moda intelectual) contra-hegemônico dominante (e posteriormente hegemônico, entre as diferentes nuances do suposto consenso).

A discussão nos EOr ficou terminantemente moldada pelo debate epistemológico e, assim, abriu-se mão das orientações investigativas que colocassem em pauta o modo de ser dos objetos aos quais tais estudos se referem. Mas não é privilégio dos EOr [...] [isso] é mais bem o resultado de quase um século inteiro dominado pela questão epistemológica e que agora cede lugar para uma não menos obscura discussão sobre a estética que, mais uma vez, não ajuda a especificar a efetividade das organizações, seu desenvolvimento, nem seu significado na história da humanidade (PAÇO-CUNHA, 2009, p. 10).

Esse novo “consenso” foi baseado na ideia de “conversações”. Uma “[...] série de conversações, especialmente daqueles pesquisadores dos estudos organizacionais os quais ajudam a constituir as organizações por meio de termos derivados de paradigmas, métodos e pressuposições derivados de conversações anteriores [...]” (CLEGG; HARDY, 1996, p. 3; PAÇO-CUNHA, p. 12).

Como a maioria das traduções/deslocamentos/incorporações feitas e assimiladas pela TO, esta também foi feita, majoritariamente, de forma acrítica e o suposto

‘consenso’ foi outorgado/imposto, pelos teóricos críticos radicais do centro (da academia mundial, i.e., aquela dos países centrais), como um consenso baseado em “conversações” de diferentes discursos (epistemologias, teorias, metodologias) de diferentes posições e baseado em diferentes princípios/critérios/fundamentos. [Ao que eu acrescentaria, diferentes conversações a respeito de diferentes realidades. Logo, como não há um idioma e um vocabulário comuns, seria possível, de fato, falar de conversações? Ou não seriam im-posições<sup>66</sup> baseadas na classificação e na di-visão<sup>67</sup> sustentadas hegemonicamente por um novo grupo que acedeu ao poder?]

Contudo, se há certo consenso por parte das teorias ditas não positivistas, em especial o pós-modernismo e a teoria crítica, em torno de um mesmo elemento comum, a crítica ao inimigo externo (o positivismo), não se segue daí necessariamente existência de consenso interno em relação às abordagens pós-modernistas e muito menos entre a aliança [conjuntural ou situacional] pós-modernista e a teoria crítica, havendo, entre essas, muito mais diferenças do que convergências (PAES DE PAULA, 2008).

Desse modo, constata-se que os “estudos organizacionais” são uma ficção forjada para elevar um movimento contra-hegemônico ao poder. São uma ficção em termos de homogeneidade e consenso, pois é impossível estabelecer uma conversação a partir de uma pressuposição (e posição) ontológica de incomensurabilidade da realidade. Aliás, sequer há uma realidade sobre a qual conversar, já que toda realidade, em sua concepção, reduz aquilo que o homem consegue pensar dela e, portanto, torna-se uma *pro-posição* solipsista e insustentável (a si e a qualquer relato coerente da realidade).

Há outra implicação, especificamente para a TO, desta ficção e “rebatizamento” dado pelos EOR. É uma ficção que, no limite, não diz nada; é muda. Essa ficção pós-moderna camufla e não resolve o problema do “estatuto ontológico” (PAÇO-CUNHA, 2008) da organização porque, simplesmente, não trata dele. Na verdade, a estratégia (discursiva) utilizada é outra: deslocar a discussão para outras bases, saindo do domínio ontológico (onde tem pouco a dizer) para o domínio epistemológico (onde supostamente teria algo a dizer), procedimento este que é efetuado por meio da nova nomenclatura (“estudos”), forjando, assim, uma posição pseudoconsensual e, dessa forma, postergando o debate sobre a natureza real das organizações, suas características e

---

<sup>66</sup> Em sentido *bourdieusiano*, cf. O poder simbólico.

<sup>67</sup> Op. cit.

propriedades intrínsecas que a fazem existir como uma “coisa” (entidade) própria da realidade.

Mas, quais seriam, então, as bases reais da teorização organizacional? Uma análise extensiva da influência do pós-modernismo sobre a TO ainda está por ser feita, contudo, “pistas” importantes podem ser encontradas em trabalhos que questionam os limites dessa abordagem antirrealista e relativista da ciência na administração. Um exemplo disso é a acurada leitura (crítica) que Paço-Cunha (2009) realiza a respeito do desenvolvimento dos estudos organizacionais. Em sua visão, estes estudos estão confinados/enquadrados/pautados e são tributários (e, portanto, estão, de algum modo, presos, já que, necessariamente, remetem àquelas bases) de três condições intelectuais e objetivas, respectivamente, que, de acordo com a análise marxista, formam juntas, e indissociavelmente, a práxis do mundo real:

[...] i. a abstração da organização no interior do tipo ideal weberiano; ii. a constatação teórica de uma sociedade formada por organizações; iii. a especificação da organização como um universo social particular. [...] ia. O processo de abstração real da indústria e do Estado, iib. a constituição efetiva de uma sociedade na qual a vida individual e a existência da humanidade é mediada por organizações de diferentes tipos e iiic. o desenvolvimento das ciências humanas, particularmente em relação à crítica ao estrutural-funcionalismo. (PAÇO-CUNHA, 2009, p. 1).

Com relação ao primeiro argumento, o autor mostra que a teoria da administração, que emergia no início do século XX, a partir de diferentes bases/disciplinas, e seus respectivos enfoques, para analisar/tratar a questão da coordenação, somente consegue uma base “sólida”, sobre a qual possa se erigir de maneira razoavelmente unificada, quando ela é desenvolvida na esteira daquilo que se convencionou chamar de sociologia das organizações, inaugurada por Max Weber. Isso porque, segundo o autor, é justamente a partir e por meio dos procedimentos epistemológicos (delimitação de uma forma, no caso a fenomenológica, de se conhecer a realidade) e metodológicos (a elaboração de um método de conhecimento da realidade: o tipo ideal) é que se tornou possível consolidar abstratamente a figura do que é uma organização, já que, no mundo real, concreto e histórico, ela se apresenta(va) de muitas formas [o que dificultava a sua visualização]. Em suas palavras,

[...] a ‘organização burocrática’ é uma abstração no interior de um procedimento epistemológico, uma abstração que não corresponde apenas a uma idealidade aqui característica do tipo ideal, mas a uma abstração que

significa, em uma direção muito específica, o ‘livrar-se’ da ideia de ‘organização’ de suas formas específicas (PAÇO-CUNHA, 2009, p. 5).

Isso só teria sido possível para Weber devido ao fato de este estar situado num contexto histórico (final do século XIX) no qual a indústria e o Estado entravam numa dinâmica ascendente, no sentido de “emancipação” de suas raízes locais e contextuais, tornando-se próximos à sua forma “pura”. E é justamente por meio da percepção desse movimento crescente de racionalização e emancipação das formas clássicas de organização, observadas por Weber, que se pode originar um método capaz de seu isolamento contextual e sua consequente idealização/conceitualização abstrata.

Quanto ao segundo argumento – a constatação teórica de uma sociedade formada por organizações que está baseada na identificação empírica de uma sociedade na qual a existência humana é mediada por diferentes organizações –, Paço-Cunha (2009) pontua que tal constatação no plano empírico forneceu a justificativa para o desenvolvimento teórico de estudos sobre esses objetos e que os de Weber sobre a burocracia tiveram o impacto sobre os estudos organizacionais, na medida em que se constituíram no primeiro esforço sistemático de descrição, compreensão e explicação (prescrição) diretamente voltado para esses objetos, e que mais tarde seria continuado por outros teóricos da sociologia das organizações, como Merton, Gouldner e Crozier.

A terceira ideia apresentada deriva no plano concreto da crítica científica elaborada (inicialmente) no seio das ciências humanas ao estrutural-funcionalismo e que levará, nos estudos organizacionais, à proposição de uma alternativa teórica (o “Esquema de referência baseado na ação” [*Action frame of reference*]), que culminaria com a individualização das organizações, como um universo social particular (PAÇO-CUNHA, 2009).

Ainda que o foco de análise seja o aspecto micro-organizacional, uma implicação direta dessa corrente (que fará a “ponte” com o pós-modernismo) é a consideração das organizações como quase “indivíduos<sup>68</sup>” ou “superpessoas” – como se vê, por exemplo, em Czarniawska (1998; 2004). Nessa análise, as relações e os processos por meio dos quais os atores interagem simbolicamente produzindo, compartilhando e redefinindo os significados (legitimados e institucionalizados), resultarão na produção social dos objetos – inclusive as organizações – com existência

---

<sup>68</sup> Paço-Cunha (2009, p. 11) considera tal procedimento de abstração e conversão da organização um sujeito como uma mistificação.

concreta e, dessa forma, passíveis de serem analisadas empiricamente. Para exercer esse processo e seu resultado concreto, Paço-Cunha (2008b; 2009) denuncia que a estratégia é a recorrência ao método (arbitrário) analítico e individualizante do estudo de caso.

Se a caracterização das três condições intelectuais e objetivas, necessárias, mas não suficientes, para o desenvolvimento dos estudos organizacionais apontadas por Paço-Cunha (2009), são, de um lado, acuradas ao identificar a raiz desses estudos em termos de sua vinculação a uma epistemologia construtivista [e, dessa forma, segundo o realismo crítico, ligadas umbilicalmente ao positivismo, já que compartilham dos mesmos pressupostos humenianos de causalidade (item indispensável para a elaboração de qualquer proposição sobre as leis científicas)], por outro lado, o seu prognóstico não é o único possível, nem necessariamente o mais acertado.

[...] o estudo organizacional somente pode se realizar adequadamente enquanto um tipo de estudo não parcelar, pois **não se trata de interpenetração de esferas distintas** organizacional e social, mas do reconhecimento de que não há organização real e empírica sem as condições sociais que a tornam possível [...] **não se trata de especificar ou reconhecer a interpenetração sistêmica, multinível, etc., entre coisas distintas**, entre esferas desconectadas, pois apenas se pode juntar aquilo que é separado, mas a certeza sensível de que não há qualquer organização particular fora de um modo geral de organização da vida humana, e, portanto, de que a organização singular, não é mais do que o momento particular do universal. (PAÇO-CUNHA, 2009, p. 14 – grifo adicionado).

Embora se concorde aqui que as organizações devem ser estudadas para além da “sociologia parcelar”, entendida aqui como a sociologia das organizações de matriz epistemológica construtivista, não se segue que não haja uma diferenciação ontológica entre as diferentes coisas (entidades) que existem na realidade e que atuam em diferentes níveis. Não é porque é parcelar que diz respeito a esferas distintas da realidade; é parcelar porque se restringe a uma visão da realidade míope que não consegue captar, compreender e explicar aquilo que está além de sua capacidade de ver ou conhecer. Dito de outro modo, é possível reconhecer uma diferenciação e uma estratificação ôntica das entidades reais, sem necessariamente incorrer numa sociologia parcelar. É justamente a tentativa de se demonstrar isso a proposta desta tese.

Quando não reconhecemos a diferenciação e a estratificação ôntica, incorremos no risco tentar captar a especificidade da realidade a partir de categorias universais, que tratam da totalidade, mas que, por isso mesmo, não podem explicar o “momento particular”. Neste caso, o perigo é incorreremos numa explicação tautológica



escamoteada pela dimensão temporal que atribui uma resposta (ou visão dela) diferente, segundo o momento em que observamos a realidade.

Além disso, importa reconhecer que, para a investigação realística de como as coisas se apresentam (são/estão) no mundo, em seus diferentes domínios do real, efetivo e do empírico, qualquer pesquisa precisa dar conta de identificar e delimitar, com a maior precisão possível, o campo ou a área de incidência das estruturas gerativas que permitem a emergência das (novas) entidades [mesmo se estas forem consideradas momentos particulares do universal].

Por fim, importa marcar aqui outra distinção, enquanto o autor desconsidera a possibilidade de uma sociologia das organizações não parcelar, pois, em sua visão a sociologia das organizações está para a sociologia assim como os estudos organizacionais estão para a vida organizada (PAÇO-CUNHA, 2009). Devido à leitura realista crítica, a qual baliza todo o presente estudo, e cujo mote justamente é introduzir na filosofia das ciências a discussão ontológica de uma maneira crítica e reflexiva, por meio da sua estratificação, defende-se aqui a possibilidade de uma sociologia das organizações baseada numa teoria social para além da weberiana, pois esta é apenas uma parte da história (um momento do particular) não superior às outras.

Se a sociologia das organizações se deu, até hoje, a partir de uma matriz teórico-epistemológica construtivista weberiana foi porque *zeitgeist* (o espírito do tempo) não permitira, até então, a emergência de uma filosofia realista não positivista e de uma teoria social naturalista crítica que pudessem embasar a especificação de uma análise transfactual das organizações mais efetivamente próxima do domínio do real, em que as estruturas gerativas atuam e permitem a emergência dos eventos e suas manifestações empíricas.

Assim, é preciso refazer as fundações da sociologia das organizações, orientando-a para uma leitura realista crítica, que a supere e a liberte de suas atuais limitações. Para isso, recorro aqui à análise da escola francesa de sociologia das organizações, cuja contribuição foi a realização de uma primeira grande síntese teórica contra-hegemônica (ao positivismo), mas que, por estar ainda enraizada em solo ontológico da ciência tradicional, não conseguiu efetuar, de fato, uma ruptura científica completa (isto é, ontológica, epistemológica, teórica e metodológica) e, portanto, efetiva.

A despeito disso, a sua síntese teórica parece ser a mais bem acabada dentro das correntes predecessoras ao realismo crítico. É por isso que se visa aqui identificar seu

projeto de elaboração teórica, a fim de compreendê-lo, questioná-lo e ressitua-lo a partir das fundações ontológicas do edifício filosófico-científico do realismo crítico, pois, dessa forma, acredita-se ser possível introduzir o relato realista crítico na sociologia das organizações, criando uma versão não “parcelar” (como obliterado por Paço-Cunha, 2009) nem ontologicamente muda (como obstado por Reed, 2005) da sociologia das organizações. Por outro lado, esta última poderá contribuir para adicionar uma nova clarificação na teoria social, especificamente aquela referente ao nível meso da estratificação (teórica) realidade – tal como proposta por Vandenberghe (2007) e Brante (2001) –, possibilitando, assim, uma compreensão mais curada dos mecanismos integrativos dos diferentes níveis de emergência da realidade humana.

### *2.3.2 Os Quatro Pilares de Friedberg (1996)*

Ao longo de toda a história recente (séc. XIX ao XXI) das organizações e sua teorização, diferentes sistematizações, tipificações e sínteses foram propostas, como observam SILVERMAN (1971) e FRIEDBERG (1992; 1993; 1996), dentre outros. Porém, devido às suas diferenças, em termos dos pontos de partida, pressupostos e meios de investigação, e pontos de chegada entre elas, nenhuma dessas propostas foi capaz de ser legitimamente reconhecida de forma consensual. No entanto, a leitura histórica de Friedberg (1996), que foi sendo depurada ao longo do tempo a partir de trabalhos precedentes (FRIEDBERG, 1992; 1993), ao destilar quatro pilares centrais que sustentam o edifício da teoria das organizações, permite, talvez, o retrato mais fidedigno que se tenha disponível até o momento.

Em sua visão, o conhecimento sobre as organizações esteve associado a quatro questões que são: (1) o ator individual e sua ação, (2) a integração das ações individuais, (3) as fronteiras organizacionais e (4) a autonomia organizacional e seus efeitos sobre o ambiente, que surgem em momentos distintos. Isto é, não são concomitantes nem no nascimento nem no desenvolvimento, e cuja trajetória mostra uma evolução ambígua em termos de uma crescente abrangência e complexificação do objeto social, por um lado, e de sua relativa banalização em termos da perda de sua especificidade como objeto de estudo, por outro.

Partindo de uma visão puramente instrumental das organizações como objeto social e chegando, aos poucos, à problematização do fato organizacional, que

transcende a todas as tipologias para se situar num nível mais geral, o das condições de emergência e de manutenção dos mecanismos que asseguram a cooperação e a ação coletiva dos homens. A análise das organizações vai ao encontro de uma reflexão mais geral sobre a ordem social que traz, de resto, uma contribuição importante (FRIEDBERG, 1996, p. 376).

### 2.3.2.1 O problema da ação humana e dos comportamentos nas organizações

Quanto ao primeiro aspecto, Friedberg (1992; 1993; 1996) identifica duas evoluções distintas e complementares que marcam o quadro de referência sobre o problema da ação humana e dos comportamentos dos indivíduos e grupos nas organizações, bem como eles foram e têm sido explicados. Por um lado, houve uma ampliação progressiva das concepções motivacionais do homem no ambiente de trabalho, que se estendeu daquela baseada estritamente no dinheiro àquelas que englobam as suas necessidades psicológicas e sociais, culminando com uma noção de homem complexo – tal como proposta por Warren Bennis, já nos idos de 1966<sup>69</sup>. E, de outro, teria havido, sobretudo a partir dos trabalhos de Herbert Simon, a relativização da noção clássica de racionalidade deixando de ser uma noção de racionalidade da teoria da escolha racional “onisciente” – orientada pelo determinismo e individualismo econômico – para ser formulada uma teoria mais contextual e limitada, baseada na teoria dos sistemas de informação e da cibernética.

Em sua visão, cada uma dessas duas evoluções trouxe implicações próprias para a teoria das organizações. A introdução das abordagens psicológicas no estudo das organizações permitiu uma evolução da visão de “homem manipulado” para a de “homem complexo”, dentro das organizações. Isto é, permitiu reconhecer outros aspectos extraeconômicos que codeterminavam a sua satisfação e produtividade no ambiente de trabalho. Isso porque, na teoria da administração<sup>70</sup>, em sua versão clássica<sup>71</sup>, tanto anglo-saxônica quanto francesa, o comportamento humano não é um

---

<sup>69</sup> BENNIS, W. *Changing Organizations*. New York, McGraw-Hill, 1966 apud FRIEDBERG, E. *Le Pouvoir et la règle: dynamiques de l'action organisée*. Paris: Editions du Seuil, 1993. 404p. (Sociologie).

<sup>70</sup> Note-se aqui a distinção com que emprego os conceitos de “teoria da administração”, “teoria das organizações”, “sociologia das organizações” e “estudos organizacionais”.

<sup>71</sup> Taylor, Fayol e Ford. As periodizações sobre a história da teorização sobre administração e organizações abundam na literatura especializada, sem, contudo, haver um consenso definitivo. Apesar disto, há relativa concordância sobre os principais períodos, as teorizações daquele contexto e as inflexões ou passagens de um a outro. Para uma síntese, em português, razoavelmente abrangente e supostamente crítica, conferir PRESTES MOTTA, F. C. *Teoria geral da administração: uma introdução*. 5ª Ed. São Paulo (SP): Pioneira, 1976.

problema. A visão estabelecida é a de que o homem é um ser racional, cujo comportamento se baseia “racionalmente” na busca pela maximização dos ganhos e minimização das perdas, operação cujo saldo poderia ser objetivamente mensurado por meio das recompensas materiais, especificamente em termos financeiros. Por outro lado, o comportamento “irracional” (ou desviante) não era resultado de irracionalidade, mas de estruturas de trabalho mal concebidas e administradas, mas o fruto de patologias que eram imputadas aos trabalhadores<sup>72</sup>.

A questão começa a tomar novos contornos quando uma série de experiências, pensadas sobre as premissas das teorias clássicas então vigentes, efetuadas por Elton Mayo, no ambiente fabril da Western Electric Company, em Hawthorne (EUA), evidenciaram a existência de outros elementos para além das recompensas materiais, que afetavam a produtividade dos funcionários. Isso levou a uma momentânea “refutação” das premissas clássicas então vigentes e à posterior revisão e flexibilização de suas fronteiras, com a ampliação e a reformulação das mesmas, a fim de incorporar outros elementos, mas seguindo a mesma lógica de raciocínio.

Original e inovadora para a época foi a descoberta de que, além do apetite pelo ganho, há também uma motivação pela afetividade e por suas necessidades psicológicas mais ou menos conscientes. Essa nova visão do trabalho promoveria, aos poucos, o enriquecimento do trabalho, por meio da execução de um conjunto de tarefas, no âmbito de uma função, correlacionada com e interdependente da execução de outros trabalhadores. [A visão anterior pregava o parcelamento máximo do trabalho em tarefas tão diminutas quanto possível (que permitia a qualquer trabalhador, independente do seu grau qualificação, a capacidade de executá-las)]. Ela deu origem à corrente de investigação e de ação: movimento das relações humanas, explorando o universo paralelo dos sentimentos e como isso influencia o funcionamento das organizações, o que metodologicamente se materializou por meio de investigações empíricas de cunho antropológico. Seus resultados, hoje “clássicos”, demonstram a realidade das relações informais que se estabelecem e se ocultam por trás das estruturas formais.

Em contrapartida, as contribuições dadas no plano conceitual e intelectual, sobretudo em termos de raciocínio organizacional, acabaram por se revelar decepcionantes. A verdade é que ele permanece prisioneiro da visão tayloriana de um indivíduo passivo no trabalho, respondendo de forma estereotipada aos estímulos a que é submetido. Aos estímulos econômicos

---

<sup>72</sup> Um exemplo claro e clássico da questão encontra-se em Taylor (1990, p. 34-35), quando este analisa as causas da “vadiagem” no trabalho e os desperdícios decorrentes disso.

havam-se limitado a acrescentar os estímulos afetivos. A considerável complexidade que a introdução dessa afetividade no raciocínio implica é contrabalanceada e, de algum modo, disciplinada pelo postulado de uma 'natureza humana', cujas propriedades e necessidades são inventariáveis, previsíveis e, logo, influenciáveis também (FRIEDBERG, 1996, p. 379-380).

Se, por um lado, a introdução da dimensão psicológica nos estudos sobre as organizações, segundo Friedberg (1996), teve o mérito de aceitar a multiplicidade de motivações, por outro, ao trabalhar com a ideia de que essas necessidades são hierarquizadas em função das etapas de desenvolvimento individual e social, sendo relativamente estáveis e uniformes num determinado momento do tempo, ela se torna redutora e normativa, ao postular, para os indivíduos e as organizações, um modelo único e ideal de “saúde psicológica”<sup>73</sup> (GAULEJAC, 2007).

Nesta visão, as dificuldades e conflitos têm sua origem numa congruência insuficiente entre as necessidades e as oportunidades e restrições impostas pelas estruturas organizacionais. Isso explica o viés manipulador e conservador dessa corrente, acusada por sindicatos e estudiosos. Adicionalmente, critica-se a redução à psicologização dos estudos das organizações (influyente nos meios de gestão e nas *business schools*), cujo apogeu se deu na década de 1960.

Ainda no âmbito da ação humana nas organizações, um segundo desenvolvimento observado por Friedberg (1996) é aquele referente à flexibilização e à contextualização (ou “limitação”) da noção de racionalidade<sup>74</sup>. Ela teria ocorrido por meio da substituição do modelo clássico pelo empírico de racionalidade limitada ou relativa. Essa evolução, cujo ponto de partida, fixado por Herbert Simon, é duplo: (1) reside na necessidade de se admitir alguma de racionalidade por trás dos empreendimentos coletivos, combatendo assim a tendência irracionalista nas ciências do comportamento e nos estudos sobre organização e especificamente e (2) uma racionalidade cujo grau de aplicação/execução nunca pode ser total ou onisciente, teve o mérito de ter fixado as bases decisivas para renovar por completo nosso raciocínio sobre a racionalidade.

---

<sup>73</sup> Para uma visão dos estudos que tratam a gestão sob os aspectos de saúde ou patologia social, ver GAULEJAC, V. de. *Gestão como doença social: ideologia, poder gerencialista e fragmentação social*. Aparecida (SP): Idéias & Letras, 2007. 334 p. (Coleção Management; 4).

<sup>74</sup> Essa discussão encontra-se detalhada neste capítulo, na subseção 2.2.2.1 *Simon e a Teoria da Decisão* (pp.61-65).

### 2.3.2.2 O problema da integração organizacional

Na medida em que as concepções de racionalidade têm repercussões diretas sobre a forma como se pode conceber a existência das organizações, isto é, a agregação e a coordenação dos comportamentos de seus membros, não surpreende que se assista a uma evolução ou a uma complexificação equiparáveis, quando se passa ao problema da integração organizacional (FRIEDBERG, 1996). Tal problema encontra-se no cerne da reflexão sobre o fato organizacional, pois, nesse ínterim, assistiu-se à relativização e à explosão da própria noção de organização, que é agora vista como um conjunto no qual se opõe e se confronta uma multiplicidade de racionalidades, cuja convergência nada tem de espontâneo, sendo o resultado de uma construção e uma ordem.

De certo modo, o problema não existe no início, mas emerge e se torna visível com o desenvolvimento das teorias sobre a organização.

[No começo] a organização é encarada como um todo unificado e coerente, inteiramente estruturado por propósitos predeterminados e estabelecidos em definitivo, ao serviço dos quais ela se encontra e em relação aos quais ela é, por assim dizer, totalmente transparente. Numa visão puramente instrumental, considera-se que sua integração é assegurada por seus fins que encarnam a racionalidade do conjunto. [...] [No final, ao contrário, ela] não é mais do que uma arena política ou um mercado no qual se trocam comportamentos e se perseguem estratégias de poder específicas e cujas características (fins, estruturas, regras do jogo, 'cultura') são, por sua vez, o mero produto dessas permutas e desses conflitos (FRIEDBERG, 1996, p. 384).

O problema da integração organizacional está relacionado a dois aspectos: por um lado, a relativização da coerência organizacional e, de outro, a regularização e a estabilização das relações de cooperação que permitem a manutenção da ação coletiva.

Quanto ao primeiro aspecto, ao ressaltar a multiplicidade das motivações, os estudos empíricos sobre o trabalho e a burocracia, conduzidos pela escola de relações humanas, foram os primeiros a enfatizar os limites e o caráter redutor da concepção unitária e instrumental das organizações e, logo, a natureza problemática da noção de objetivos ou de fins organizacionais. Ao se reconhecer que as motivações múltiplas entram em conflito com a racionalidade econômica (tradicional), tornou-se forçoso reconhecer também que as organizações não eram esse instrumento passivo e transparente a serviço de objetivos que lhes eram exteriores e anteriores. Ao contrário,

seu funcionamento depende de como uma organização consegue motivar seus membros a participar, isto é, a aceitar os fins da organização e a contribuir para a sua realização<sup>75</sup> ou, ainda, do modo como ela obtém e legitima o “cumprimento” por parte de seus membros<sup>76</sup>. Isso porque, numa visão não funcionalista<sup>77</sup>, apenas os indivíduos têm objetivos e os fins de uma organização devem ser entendidos como produto de um compromisso no seio de uma coligação dominante, capaz de impor suas preferências (CYERT; MARCH, 1954; 1955).

Compartilhando da mesma linha de raciocínio, Crozier (1961; 1964b) afirma que a estrutura formal deve ser entendida como resposta aos problemas colocados pela gestão do controle hierárquico, do poder e da dependência. Ela não tem personalidade nem objetivos próprios; ao contrário, é, sim, o universo de permuta e conflito, arena onde se tomam decisões; é uma estrutura de jogos cujas características e regras formais e informais canalizam e regularizam simultaneamente estratégias de poder dos diferentes participantes, de que constituem, elas próprias, o processo e o resultado.

Nesse sentido, segundo Friedberg (1996), a organização deixa de ser entendida em termos de uma visão estrutural-funcional, na qual é tida como o conjunto de mecanismos organizados e postos em movimento ou um conjunto natural cujas necessidades ou imperativos funcionais de sobrevivência e de adaptação assegurariam os ajustes necessários, e passa a ser vista como de forma mais complexa e conflitual, em que a estrutura é o resultado de um processo de construção social, e cuja coesão, coerência e integração são, por outro lado, precárias e frágeis. Frágeis porque são profundamente marcadas por um conjunto (quadridimensional) de ambiguidades, em termos de: a) vínculos causais, b) dos acontecimentos, c) das sequências entre meios/fins e d) das significações<sup>78</sup>. Precárias porque estão constantemente ameaçadas de erosão [por isso, elas têm que ser reforçadas continuamente], já que

---

<sup>75</sup> March e Simon (1958).

<sup>76</sup> Etzioni (1961).

<sup>77</sup> Uma característica central do funcionalismo, consensualmente observada por defensores e críticos, refere-se ao fato de que essa abordagem considera como imperativas funcionais e necessárias a existência e a reprodução dos sistemas, determinados requisitos, e ao fazê-lo, em algum medida, imputa, assim, à coletividade um caráter de “agente”, isto é, de algum modo o sistema passa a atuar como um “grande sujeito” que age, independentemente das ações individuais que o compõem.

<sup>78</sup> Especificamente, (1) ambiguidades das preferências dos atores, (2) ambiguidade de pertinências (March, 1988), que perturbam e invertem as relações pretensamente claras e unívocas que ligam as atividades às políticas, às soluções, aos meios/fins, enfim, às ações de uma parte às de outra parte das organizações; (3) da história, do significado atribuído aos eventos do passado, isto é ao modo como o passado é interpretado e que perturba o modo como a aprendizagem é feita hoje e (4) das interpretações,

[...] cada participante, na medida em que sua capacidade de negociação com os outros está ligada à incerteza que ele controla face a eles, isto é, em última análise, à imprevisibilidade (pelo menos potencial) de seu comportamento, procurará proteger, ou até aumentar, sua margem de manobra pessoal ou, visto de outro modo, reduzir a interdependência funcional que o liga aos outros (FRIEDBERG, 1996, p. 386).

Uma consequência da trajetória do modo como o problema da integração organizacional foi percebido e estudado reside no fato de que as organizações passaram a ser vistas como extremamente vulneráveis às tendências de seus membros de tirarem partido das assimetrias de informação existentes a seu favor, a fim de construir nichos próprios e se protegerem contra os controles da organização. Esse caráter fluido da organização é dado pela desconexão de certos elementos e/ou eventos em relação a outros, por meio da redundância e do *slack*<sup>79</sup> organizacional (CYERT; MARCH, 1963). March e Olsen, em seu estudo sobre as “anarquias organizadas”, mostram como as organizações são, todas elas, em função de algumas de suas características, “sistemas de ligação frágil (ou sistemas fragilmente interligados)” (*loosely coupled systems*), para utilizar a linguagem posteriormente elaborada e desenvolvida por Weick (1976), nesta linha de raciocínio.

Se, por um lado, há uma relativização da coerência organizacional, por outro, as organizações, para que sejam capazes de atuar na realidade, têm que conseguir modular, regularizar e estabilizar as relações de troca. Dito de outro modo, a tendência predominante nas organizações deve conduzir à produção e à manutenção de certa ordem. Isso porque, por mais anárquicas que possam parecer, as organizações não deixam de ser “[...] instrumentos de cooperação e de ação coletiva, isto é, capazes de impor um mínimo de ordem de previsibilidade, e de regularidade num turbilhão de estratégias de poder, individuais e coletivas, que se manifestam em seu interior.” (FRIEDBERG, 1996, p. 387). A ordem não deixa de existir e deve ser explicada quanto aos seus mecanismos de criação e subsistência. Basicamente, essa ordem predominante

---

que se ligam ao caráter não unívoco da comunicação, ou seja, ele serve para comunicar ordens/tarefas e para falar por falar à toa, interação informal entre participantes.

<sup>79</sup> Este termo foi cunhado por Cyert e March para descrever o caráter relativamente (comparativamente às engrenagens mecânicas, i.e., aos acoplamentos das partes nos sistemas fechados) “fluido” ou “frouxo” das junções ou interseções que unem as partes e as componentes da ação coletiva, mantendo-as integradas. Ao propor este termo, a ideia era demonstrar a inexistência de um padrão unívoco como propunha Taylor e, justamente ao contrário, relativizar a maneira como se dão as ligações, mostrando que elas são, na verdade, diversificadas e tênues e que cada ligação específica é apenas um caso (ou uma possibilidade) do real.



pode ser visualizada a partir de três lentes teóricas, que não se excluem entre si: o contrato, a norma e a socialização, e o poder e a troca.

A primeira concepção é considerada, pela literatura, como teoria do “contrato”. Sua fonte de inspiração vem, sobretudo, dos trabalhos de Chester Barnard, Herbert Simon e dos teóricos do equilíbrio da organização. O argumento básico que sustenta esta linha é a noção de que, implícita ou explicitamente, há contribuições solicitadas e retribuições oferecidas pela organização, de onde cada participante tenta obter uma recompensa pela sua contribuição. Aqui, a organização pode ser vista como uma “balança”, que mediria a participação de cada membro no resultado coletivo e lhe forneceria o retorno equivalente. No entanto, questões relacionadas à justiça ou à assimetria das contribuições ou retribuições permanecem não resolvidas por esta teoria.

A segunda concepção refere-se ao que se convencionou denominar “norma e socialização”. Esta perspectiva de cunho estrutural-funcionalista, elaborada por Parsons, também desenvolvida pela corrente da sociologia organizacional estadunidense (Merton, Gouldner, Etzioni, Katz e Khan, etc.), opera com a ideia de que as organizações são vistas como sistemas de funções apoiadas por um conjunto de normas e valores integrativos, que assegura a sua reprodução. Tal perspectiva de socialização, em que indivíduos podem ser moldados por normas que definem suas funções, sendo as normas reforçadas pelas expectativas dos parceiros e apoiadas na existência de valores integrativos, enfatiza, assim como na teoria do contrato, o aspecto harmônico ou “reprodutivo” do sistema social, indo além daquela apenas no sentido de flexibilizar ou fornecer mais nuances para este processo a partir de uma explicação culturalista e, portanto, mais fluida e menos rígida.

Friedberg (1996) critica a primeira como “trivial” porque, em sua visão, cobre apenas parte da verdade, já que essa conceitualização demasiado racional das funções não está necessariamente atrelada a uma coerência interna suficiente e não se articulam entre si numa ordem sem fissuras ou numa estrutura que resultaria dos fins e dos valores institucionalizados que serve. Para ele, o comportamento do indivíduo não é redutível a um balanço comercial, mas permanece potencialmente imprevisível durante todo o tempo que permanecer na organização. Além disso, ela é tautológica porque estabelece como resolvido aquilo que deveria explicar, ou seja, pressupõe um princípio unificador, uma estrutura alicerçada neste princípio que medeia as relações do contrato.

A segunda corrente o autor imputa à crítica de se basear numa problemática unívoca, a da adaptação. Para satisfazer a enunciados formais/normativos, reduz o

comportamento dos membros às expectativas associadas a suas funções, como se fossem prisioneiros de suas posições<sup>80</sup>. Assim, em sua visão, essa teoria estreita escamoteia as capacidades de resistência dos indivíduos, por exemplo, às pressões dos papéis que desempenham e às expectativas de seus parceiros.

Ambas as abordagens, Friedberg as considera como integrativas (funcionalista) e, nesse sentido, com uma inclinação para harmonia e consenso e incapacidade de lidar com conflitos, cujo maior inconveniente seria o de não permitir avançar na compreensão do fenômeno da organização como fenômeno de ordem autônoma. Mas, então, por que processos os indivíduos recalcitrantes são motivados a se conformarem as normas?

Há uma única forma de evitar essa visão unilateral: inverter a perspectiva e interrogarmo-nos não sobre os processos através dos quais uma dada estrutura consegue obter a conformidade dos membros respectivos, mas sobre as “razões válidas” que têm os membros de uma organização para não abusarem das margens de liberdade e das oportunidades à sua disposição e para aceitarem, ou até criarem, reagras e coações através de suas próprias interações (FRIEDBERG, 1996, p. 389).

A noção de troca e poder, proposta pelos trabalhos de Crozier e Friedberg, coloca-se como uma terceira concepção. Esta perspectiva teórica enraizada nas teorias da troca propõe que

Uma organização seja vista como uma rede estruturada de relações de poder e dependência através das quais os indivíduos e os grupos negociam a permuta de comportamentos de que cada um tem necessidade para levar a cabo as suas tarefas, defendendo seus interesses para atingir seus objetivos, por muito vagos e intuitivos que sejam. Nessa perspectiva, o poder de cada um é função da incerteza que é capaz de controlar e de dominar face a seus parceiros/adversários [...] (FRIEDBERG, 1996, p. 390).

Assim, a organização é uma estrutura de poder em que todos os participantes dispõem de certa capacidade de negociação, mas em que, também, alguns, porque são capazes de controlar incertezas mais cruciais para o conjunto, são capazes de estruturar negociações a seu favor.

A canalização e a regularização dessas negociações não são aqui remetidas a uma estrutura que lhes é extrínseca. Em vez disso, tem sua origem e fundamentação na

---

<sup>80</sup> Sobre a possibilidade de entrada e saída dos sistemas, ver HIRSCHMAN, A. O. *Exit, voice and loyalty*. Cambridge: Harvard University Press, 1970. 162p.

própria dinâmica das relações de poder em que os atores estão envolvidos. Numa situação de negociação, um ator não poderá explorar as vantagens inteiramente a seu gosto. Só pode fazê-lo de certa maneira e dentro de certos limites porque, para continuar a ter esses benefícios, é preciso manter a relação, o que significa que deverá responder, ao menos em parte, às expectativas e às necessidades dos outros na relação.

Como não podemos alcançar os objetivos sem os outros, entramos, necessariamente, numa situação de coação e se estabelece, entre os atores envolvidos, um interesse comum implícito de permanência da relação (CROZIER, 1973). Todos se tornam prisioneiros de suas estratégias. Segue-se, então, que cada um dos participantes – em particular aqueles que se encontram em uma posição favorável – tenha que aceitar, em maior ou menor grau, que um determinado número de regras de jogo, destinadas precisamente a assegurar a preservação da relação e, nessa medida, a possibilidade de cada um de continuar a jogar venha a limitar a sua discricionariedade e regular suas negociações com os outros (FRIEDBERG, 1996).

A análise da dinâmica colusiva das relações de poder e dos limites decorrentes daí leva-nos a outro conceito para explicar a vida nas organizações – jogo: como mecanismo fundamental da estruturação das relações de poder (FRIEDBERG, 1996). Em vez de produto da adaptação, a organização é o resultado de um conjunto de jogos dos quais participam os diferentes membros e cujas regras formais delimitam um leque de comportamentos racionais. O jogo é muito mais do que uma imagem; é um mecanismo concreto de estruturar a ação coletiva, conciliando liberdade e restrição. Cada jogador é livre, porém, se quiser ganhar, terá de adotar um comportamento racional, em função na natureza do jogo e respeitar as regras.

O fenômeno sociológico da integração é analisado não como consequência da aprendizagem, mas como resultado indireto da limitação fundamental que obriga os participantes a levarem, em conta pelo menos em curto prazo, as regras e as exigências e assim contribuir para a realização dos objetivos organizacionais (FRIEDBERG, 1996). É provável que a aprendizagem das limitações de um dado jogo seja acompanhada da aquisição das normas e valores correspondentes, ou seja, que estruturas de jogos estáveis deem origem a processos de socialização. Todavia, eles não são necessários ao jogo. A noção de jogo sublinha o caráter disciplinado e preestruturado da ação organizada e trata o comportamento como afirmação de uma opção dentro de um conjunto de opções possíveis.

### 2.3.2.3 O problema das fronteiras organizacionais

O terceiro aspecto observado por Friedberg (1996) refere-se ao “contexto” organizacional ou ao problema das fronteiras organizacionais. Segundo o autor, esta é uma questão relativamente recente nos estudos sobre as organizações, cuja emergência data do início da década de 1950. Isso não significa que a questão não estava presente nos estudos, teóricos ou empíricos, nas décadas precedentes, mas sim que a análise desse contexto estava ausente. Os estudos daquele período se concentravam nos processos internos, mas sua orientação clínica e quase etnológica não permite abstrair totalmente o contexto externo. As ligações entre a estrutura e o funcionamento das organizações e as diferentes características de seu contexto não constituíam objeto de estudo nem eram tematizadas explicitamente. Assim, a questão é que o contexto era estudado apenas de forma indireta.

Somente em meados de 1960 o tema surgiu na agenda de pesquisas e na literatura científica da área, trazido pela nova corrente da contingência estrutural, que também se colocava em ascensão e dominou a reflexão organizacional, de forma contundente, nos dois decênios seguintes. Essa escola buscou inventariar e descrever as principais dimensões da influência exercida pelo contexto organizacional sobre o funcionamento das organizações. Para isso, limitou-se a estudar as organizações formalizadas, definidas, em termos clássicos, como entidades estruturais dotadas de fins explícitos, estrutura formalizada e corpo de regras com o propósito de modelar comportamentos.

Grosso modo, a análise então emergente do problema das fronteiras organizacionais começa a ser visualizada de duas formas distintas: a) da perspectiva do impacto das exigências do contexto socioeconômico e b) posteriormente, ao contrário, pelo modo como a organização era capaz de influenciar o seu próprio contexto. Os estudos de Burns e Stalker (1961), de Lawrence e Lorsch (1967)<sup>81</sup>, bem como os de

---

<sup>81</sup> Estudo pioneiro de Burns e Saltker (1961) situado na confluência dos estudos clínicos (do antigo paradigma) e do novo paradigma estrutural e quantitativo. Estes autores estudaram vinte firmas britânicas, em diferentes contextos socioeconômicos. Nesse estudo foram encontrados dois tipos ideais, o *modelo mecânico* e o *modelo orgânico*, de organização, cada qual adaptada a um contexto. [É impossível não perceber a analogia com Durkheim]. Lawrence e Lorsch (1967), saindo de outro ponto de partida, chegaram a conclusões semelhantes sobre a necessidade de diferenciação *vs.* a de integração organizacional, o que os levou a concluir que existe relação entre variáveis externas (incerteza,

Joan Woodward (1977) e Emery e Trist (1965), entre outros, ao trazerem o ambiente externo como foco de análise organizacional, chegaram a conclusões semelhantes, descobrindo que o ambiente parecia influenciar os tipos de organização, sua estrutura, suas estratégias e, até mesmo, as tecnologias utilizadas por elas. Desse modo, não era mais possível definir de forma abstrata e universal uma medida exata de combinação de cada um desses componentes que pudesse ser empregada em qualquer organização. Mas, estes elementos continuavam influenciando as organizações, porém, dependiam do contexto organizacional específico em que cada “firma” estava inserida e por isso apresentava-se como uma variável contingente (não é aleatória). Era, então, preciso relativizar *the one best way* de Taylor.

Para completar esse raciocínio é preciso ver como as organizações, por meio de sua capacidade de opção estratégica, atuam neste ambiente, ou seja, é preciso ver como a organização também estrutura seu contexto. Isso foi feito pela corrente da dependência de recursos que conceitua as organizações como ativas, responsivas e antecipadoras dos problemas do ambiente. Isso porque, para gerir suas atividades, elas têm que tentar controlar as incertezas que rodeiam as suas atividades, visando reduzir sua dependência do contexto.

Essa vertente, da dependência de recursos, concebe as organizações como, de algum modo, “naturalmente” compelidas à redução dessa dependência. Mas, por um lado, situam essa possibilidade de escolha apenas no topo das organizações, como se a reação da organização às características do ambiente fosse unicamente um problema de tomada de decisão estratégica, isto é, da alta cúpula. Porém, segundo Friedberg (1993), ela ainda continua prisioneira de uma concepção em que as pressões e exigências são tratadas como dados objetivos estáveis, cuja percepção e compreensão não seriam problemáticas.

A assunção básica dessa linha reside na tese de que o modo como a organização é gerida não é apenas resultado da coligação dominante ou do topo. É resultado do modo como ela, em seu conjunto, percebe, analisa e se comporta no ambiente. O contexto não é dado objetivamente, tampouco é estável. Ele não pode ser pensado independentemente das condições de ação dos membros da organização por meio da

---

diversidade e a natureza das pressões do ambiente), as circunstâncias internas de diferenciação e de integração e os processos de resolução de conflito.

qual ele é, de certo modo constituído (*enacted*), para retomar a expressão utilizada por Weick (1969; 1971).

A reflexão de Weick, que se apoia no interacionismo simbólico, parte da ideia de que a organização só pode reagir a dados ou problemas previamente reconhecidos, isto é, instituídos mediante a sua integração nos mapas mentais traçados por seus membros por meio de suas experiências. [Esta linha de pensamento, por outras vias, vai ao encontro das reflexões sobre a racionalidade limitada dos atores, mas pretende também estendê-la aos processos de poder e de troca que estruturam a instituição, ou *enactement* dos atores.] Os membros de uma organização interagem com um número restrito de interlocutores concretos, com os quais se estabelecem relações mais permanentes de troca e de poder e que acabam por personificar por completo segmentos de contexto no seio dos quais constituem algum modo de intermediar a organização. Esses intermediários filtram e selecionam as informações, moldando, assim, a percepção que é construída na organização.

Para Friedberg (1996), em lugar da organização adaptativa simples, devem-se compreender os mecanismos de regulação entre a organização e seu contexto em seu conjunto e que condicionam as respostas da organização e seus membros. Estes podem trazer às restrições e oportunidades que detectam em seu contexto de ação comum. Há duas consequências do deslocamento desse objeto que são: a) alterar a separação aparentemente clara e estável entre um interior e um exterior implica a relativização e problematização da própria noção de fronteira organizacional e b) permite relativizar o próprio *status* da organização formalizada como objeto de estudo privilegiado.

Enquanto a fronteira organizacional não opera, *a priori*, com critérios formais, como o pertencimento ou não pertencimento, mas deve ser determinada na própria investigação, quando se tiver compreendido a “esfera de competência” de uma organização sobre sua elasticidade, ou seja, os mecanismos e os processos existentes que permitem mobilizar os membros, a relativização do seu status como sistema unívoco, em si, também deve ser revisto, e a organização pode ser estudada por si própria ou como matéria de introdutória de um sistema mais vasto, do qual constitui um segmento particularmente mais visível, normalizado e consciente. Abre-se a compreensão, então, para a dinâmica das redes interorganizacionais.

Esses estudos são importantes porque levaram a uma renovação das formas de raciocínio centradas em torno dos problemas de troca e de poder e a se interessarem por uma renovação das lógicas e redes institucionais que moldam as organizações assim

como os processo políticos. Representam, ainda, um dos veículos privilegiados de extensão do raciocínio organizacional a outros campos, como da economia, da política pública, dentre outros, fornecendo elementos para pensar os sistemas complexos de atores individuais e coletivos, que embasam e dão vida aos mercados, aos processos de elaboração e execução de políticas públicas, etc.

#### 2.3.2.4 O problema da autonomia da ação organizacional

O problema da autonomia da ação organizacional está relacionado com as dinâmicas endógenas, dos círculos viciosos ou efeitos organizacionais, que tomam como base as estruturas e os mecanismos de cooperação. Elas são, ao mesmo tempo, expressão e condição da autonomia das organizações como elaborações humanas, isto é, culturais.

A abordagem dos efeitos organizacionais tem início nos estudos sobre a burocracia, de Max Weber, cujo postulado de uma forma emergente superior, em termos de eficácia, derivada da despersonalização e padronização das atividades humanas segundo uma dada racionalidade, resultou num vasto número de estudos empíricos sobre as organizações burocráticas. Apesar da dada superioridade teórica do tipo ideal weberiano, na prática, os estudos empíricos sobre as burocracias mostravam que estas tinham um funcionamento pesado, falta de maleabilidade, comportamentos rígidos, etc., que traziam consequências disfuncionais ou contrárias aos fins pregados.

A burocracia permite a redução da tensão das tensões interpessoais. Mas, em vez de associar o surgimento dessas tensões ao que designa de forma crítica por fator ‘factual’, que ainda é muito corrente, Crozier (1973; 2000) as explica por meio das dificuldades gerais referentes à cooperação, na medida em que esta é sempre conflitual e implica o confronto de dependências e relações de poder, ou seja, a burocracia não é disfuncional. Sua funcionalidade/racionalidade “reside no fato de permitir a gestão dos problemas afetivos e emocionais suscitados pela confrontação, consubstancial à cooperação humana dos membros de uma organização, face à dependência, ao poder e à arbitrariedade pessoais.” (FRIEDBERG, 1996, p. 401).

Assim, uma organização, sua estrutura e seu modo de funcionamento, em última análise, o conjunto dos mecanismos por meio dos quais são articulados e integrados os comportamentos divergentes dos participantes, não constituem simplesmente uma

resposta técnica a problemas técnico-econômicos, mas também um instrumento cultural para tratar um problema humano, que é o da estruturação, regularização e cooperação conflitual dos participantes. Nessa medida, remetem às capacidades pessoais distintas de que dispõem os participantes para se confrontarem e conviverem com essa cooperação conflitual.

Os modos de funcionamento já instituídos podem e devem ser analisados como uma capacidade coletiva propriamente organizacional que circunscreve certa racionalidade de ação e certo campo de experimentação. Tal capacidade permite que os membros de uma organização possam cooperar e resolver, à sua maneira, os problemas objetivos de uma dada situação, mas também constitui uma barreira cognitiva, um obstáculo à aprendizagem individual e coletiva.

Daí resulta que essa capacidade vai dar origem a dinâmicas endógenas, a efeitos propriamente organizacionais, cuja dinâmica de certo modo natural é a da automanutenção e da reprodução. A mudança organizacional não é natural, é uma construção (Crozier e Friedberg, 1977; Norman, 1977), o produto de uma perturbação seguido de um processo de aprendizagem organizacional (Argyris e Schön, 1978) através do qual são inventadas e fixadas coletivamente novas regras de jogo, novas maneiras de jogar o jogo da cooperação conflitual. (FRIEDBERG, 1996, p. 402).

A natureza cultural não significa redução a uma contingência cultural. É enorme a tentação de estabelecer correspondências entre culturas nacionais e estilos de gestão, em que uma explica a outra. Mas, essa perspectiva confronta-se rapidamente com seus limites. Não se deve substituir o determinismo técnico-econômico por uma de ordem cultural. Esse é o erro da maior parte das abordagens culturais, trabalhadas sob o guarda-chuva do simbolismo organizacional, que se tornou moda a partir da década de 1980. Essa corrente assume a atitude de um contramovimento em oposição ao racionalismo tecnicista e economicista dominante. Mas, concentrar-se excessivamente só nesta variável pode levar ao erro de reificar a cultura e, assim, afirmar uma dimensão puramente ideológica da organização.

Não é possível apreender a organização de forma isolada, autônoma e direta porque se trata do caráter relativamente indeterminado e aberto do fenômeno organizacional como processo de integração dos comportamentos, como fenômeno de ordem local. Esse caráter remete a sua autonomia e contingência. Ela não é total e variará em função dos dados da situação contra os quais a organização se constitui.



Assim, ao final da análise desses quatro grandes problemas, Friedberg (1992; 1993; 1996) considera que, embora haja uma possível impressão de unidade, de continuidade e de cumulabilidade no que toca à evolução da reflexão organizacional, essa impressão revela-se totalmente ilusória, devido à rápida sucessão de correntes teóricas, para não dizer “modas intelectuais”. Ainda em sua visão, embora possa haver relativa unidade e cumulabilidade no que tange à teorização francesa sobre as organizações, derivada dos clássicos e que foi progressivamente desenvolvendo uma abordagem política das organizações e da ação organizada, essa se torna menos visível e mais fragmentária quando se pensa a teorização organizacional no plano mundial, sobretudo incluindo as correntes anglo-saxãs.

O autor adverte que se deve, portanto, desconfiar de uma visão demasiado idílica da evolução da reflexão organizacional. Ela é fragmentada por uma competição de perspectivas. Assim, o autor sugere que se assistem mais a retrocessos e a regressões científicas do que, necessariamente, a evolução e a acumulação do conhecimento.

Apesar disso, ele percebe a existência do que chama de duas linhas de força (fios condutores) que conduzem, e sobre as quais se estrutura, toda a reflexão organizacional: por um lado, a banalização como objeto de estudo porque se perde, aos poucos, por meio do questionamento da fronteira organizacional, o que construía a sua unidade e especificidade, ou seja, a relação clara entre interior/exterior. E a complexificação porque houve a passagem gradual de um conjunto de noções simples e coerentes para uma noção simultaneamente fluida e complexa de uma “arena”<sup>82</sup> social.

Assim, em sua visão, é mais fácil falar da emergência de uma “ordem local” do que uma organização formal, monolítica ou desenraizada, nas palavras de Paço-Cunha (2009), universal e abstrata. Tal ordem local é resultado dos processos de interação e negociação e, como tal, precária e contingente, porque ameaçada por uma limitação dupla: a da racionalidade dos participantes, por motivos cognitivos e contextuais só são passíveis de serem locais e relativas e da interdependência funcional dos participantes, que procuram restringir suas dependências recíprocas, e ao fazê-lo acabam por desatrelar pelo menos em parte sua função e sua tarefa da dos outros. E a da integração normativa dos participantes, devido à natureza incompleta e precária da legitimidade do

---

<sup>82</sup> Contexto de ação em que se processam e entrecrocamos uma multiplicidade de estratégias de comportamento a serviço de uma multiplicidade de interesses divergentes, quando não contraditórios.

conjunto, que está sempre ameaçada de erosão por fidelidades parciais ou setoriais (e temporárias).

Assim, a rota intelectual construída ao longo deste caminho foi o que permitiu a Friedberg (1996) propor o entendimento da organização como um sistema de ação (social), ou melhor, um subsistema social cuja configuração específica é o resultado dos distintos graus de estruturação da ação coletiva. Enquanto o sistema social comporta diferentes tipos de ação coletiva, em diferentes formatos, a organização formal, burocrática, como referência clássica à teorização organizacional, deve ser vista como um caso específico, uma modalidade, da ação coletiva, cujas características apontam para um elevado grau de estruturação, formalização, racionalização, etc.

Os problemas de ação humana e do comportamento nas organizações, da coerência e da integração organizacionais, das fronteiras organizacionais e da autonomia da ação organizacional, e tantos outros elementos, fazem com que a distinção entre organização formalizada e estruturas de ação coletiva mais difusas deixe de ser de natureza, mas apenas de grau. As organizações constituem apenas a forma mais artificial e, logo, mais visível e mais fácil de estudar empiricamente da classe geral das estruturas de ação coletiva geradoras de ordem a que, na esteira de Crozier e Friedberg (1977), pode-se chamar de sistemas de ação concretos.

Como consequência dessa leitura de Friedberg que leva à teoria das organizações a ser colocada como uma modalidade específica de uma teoria mais ampla de ação coletiva, há a necessidade de consciência de aceitação do caráter local e contingente do conhecimento a que a análise das organizações e da ação organizada dá lugar. Disso decorre, necessariamente, uma postura metodológica mais inclinada para a pesquisa qualitativa, cuja “fecundidade heurística” é advogada como justificativa suficiente para sua adoção, aliada a uma crescente modéstia nas pretensões normativas da disciplina, trazendo a baila uma visão menos positivista e mais realista da ciência, em geral, e da teorização organizacional, em particular.

### 2.3.2.5 Críticas à leitura de Friedberg

Seja por (a) retomar diretamente os escritos de Weber e completar a sua colocação como um problema legítimo e importante no seio das ciências sociais; (b) dialogar, mas não de forma acrítica, com tradições distintas, em termos

epistemológicos, teóricos e metodológicos; (c) fazer uma ponte e atualização de propostas de lapso temporal e localização geográfica distinta ou, ainda, por propor (d) uma certa “unificação” – sem, contudo, apagar as diferenças –, não só em termos de uma coerência interna à teoria organizacional, mas também, e sobretudo, em termos de sua integração ao quadro mais amplo da teoria social (a saber, via sua integração junto à teoria da ação coletiva), a primeira e única verdadeira e grande síntese realizada nos estudos sobre as organizações, até o momento, sem dúvida, foi aquela elaborada pela escola francesa de sociologia das organizações.

Apesar de promover avanços significativos, em termos de uma proposta de ruptura e superação, tal síntese, contudo, ainda esbarra em conflitos internos e externos que impedem o seu pleno desenvolvimento. Isso porque, como foi demonstrado até aqui, apesar da série de “viradas”, inversões e reversões que a teorização administrativa e organizacional apresentou no último século, existe um fio condutor que subjaz a todas essas tentativas de teorização, pois reside no plano da filosofia da ciência monoplanar<sup>83</sup>.

E este problema não é alheio à teorização organizacional da escola francesa de sociologia das organizações. Na verdade, ele está pressuposto nesta teorização, pois ela, ao eleger a epistemologia weberiana como base de sustentação para elaboração de suas categorias teóricas, não rompe com o cordão umbilical do empirismo científico humeniano, mas apenas troca a sua verificação causal, em termos de uma base realista-objetivista, para outra obtida em termos de uma base fenomênica-subjetivista, mas ligada pelos mesmos requisitos da ciência monoplanar.

É esta a crítica de fundo, original, que se pretende fazer à escola francesa de sociologia das organizações. Crítica esta que, justamente por ser epistemológica, e mais do que isso, uma crítica ontológica, propositiva de uma ruptura com aquele cordão umbilical e uma restauração ontológica também realista, mas fundamentada num naturalismo crítico, implica uma série de desdobramentos (também em forma de críticas) nos planos epistemológico, teórico e metodológico.

---

<sup>83</sup> Esta é a mesma filosofia de realista-empirista de Hume, que parte do princípio de uma causalidade nomológica, baseada na regularidade de eventos para sustentar todo o seu empreendimento científico. Embora Weber tateie e até sugira a pluralidade causal dos fenômenos das ciências histórico-culturais, sua base filosófica-científica reside na compreensão das leis como regularidade de eventos, que embasa o relato positivista da ciência a partir de uma visão monoplanar da realidade e que só pode ser superada pela visão estratificada da realidade. Essa discussão será levada adiante, com mais detalhes, nos próximos capítulos (3) *Realismo Crítico nos Estudos Organizacionais: notas sobre seus fundamentos filosóficos* e (4) *Teoria Social e Teoria Social Realista: situando as bases para uma sociologia realista das organizações* desta tese.

Neste momento, basta apenas indicar como esses desdobramentos ocorrem em cada um desses domínios. Uma vez identificada a ontologia realista empírica (acrítica ou ordinária) humeniana que sustenta a visão positivista de ciência – em suas diferentes versões ou metáforas –, é possível observar como ela condicionará a epistemologia, das ciências sociais, em geral, e da sociologia das organizações, em particular, de matriz weberiana, que efetua um duplo deslocamento: a) um epistemológico, de uma apreensão realista do mundo, para uma fenomênica (ou fenomenológica) b) e outro metodológico [(fundamento e justificado pela característica do objeto (social) estudado)] ,em termos do campo da objetividade para a subjetividade<sup>84</sup>.

Porém, este deslocamento lateral epistemológico não efetua uma revisão ou ruptura ontológica com o positivismo, o que manterá a orientação filosófica da ciência dessa corrente teórica atada ao positivismo lógico, porém, numa vertente antirrealista, como se viu acontecer na sequência dos anos 1980, sobretudo a partir dos estudos (linguísticos, culturais, organizacionais, etc.), cuja base de raciocínio de apreensão da realidade é simbólico-discursiva, portanto, interpretativo-hermenêutica.

No plano teórico, isso traz consequências graves para o modelo proposto por Crozier e Friedberg. Apesar de sua ousadia, sua teorização padece de dois problemas. De um lado, num nível macro e global do modelo (isto é, em termos de sua posição no sistema mais amplo da teoria social), o modelo teórico (ator-sistema de ação-poder) apresenta apenas esboço de uma proposta integrativa de articulação e estruturação explicativa de categorias retiradas de empréstimo de diferentes teorias (e corentes de pensamento, inclusive com vinculações epistemológicas distintas) – sem, contudo, se aprofundar nas relações explicativas causais dos componentes, elementos/conceitos secundários, desenvolvendo um quadro teórico mais amplo. Na verdade, apesar de uma proposta geral interessante de articulação dos elementos necessários à teorização organização, no plano de uma sociologia específica, ainda há falhas, rachaduras e fissuras que impedem a integração e desenvolvimento pleno da proposta.

Por outro lado, num nível micro (isto é, interno ao modelo), a noção de “sistemas de ação concretos”, como categoria nuclear da proposta, que, inclusive, aponta a ligação com a teoria social mais ampla, não está suficientemente delimitada, explicada e teorizada de forma a suportar (ou abarcar) a resolução de problemas num

---

<sup>84</sup> Ação social dotada de sentido, Weber (2004).

novo e mais profundo nível, tal como advogado. Há apenas um deslocamento lateral, similar àquele que acontece nos estudos organizacionais, em que tudo que “não coube” no modelo é colocado para ser explicado nessa categoria. O mesmo processo ocorre com as noções de “jogo” e “campo”, que não apresentam uma definição, uma localização e uma função claras, específicas e observáveis no modelo, mas, antes, são utilizadas recorrentemente de maneira metafórica e ilustrativa.

Metodologicamente, ao ver com reservas a aplicação da pesquisa quantitativa e, dessa forma, se calcar preponderantemente numa abordagem qualitativa, ancorada no método indutivo, a escola francesa de sociologia das organizações pende para uma versão de mais fraca do positivismo, já que, neste tipo de método, se torna mais difícil estabelecer e demonstrar, sem sombra de dúvidas, as relações de causalidade – segundo a concepção de regularidade de eventos – a que ainda se mantém vinculada.

Os problemas aqui mencionados, segundo a análise empreendida, residem, sobretudo, numa inadequada operação de transposição/transusão/transplante e junção de diferentes teorias, conceitos e métodos, cujas orientações filosóficas se pautavam em bases distintas<sup>85</sup>. Assim, o resultado final, apesar de ter sido uma proposta inovadora, não conduz a um avanço, em termos de aprofundamento da TO, pois não pode completar o projeto idealizado. Para completar essa operação é necessária uma revisão das fundações ontológicas da organização, cujos desdobramentos incidirão em todos os demais níveis e, por isso mesmo, esta deve ser a tarefa inicial para uma verdadeira proposição científica de alguma teorização organizacional.

Tal empreitada, realizada (ou pelo menos iniciada) por este estudo, propõe não apenas uma revisão ontológica, mas uma efetiva e adequada proposta teórica, na forma de um modelo original que, embora dialogue com os desenvolvimentos úteis e efetivos das tentativas de teorização antecedentes, traz consigo a inserção de uma dimensão/categoria até o momento apenas “tateada” pelas propostas teóricas mais próximas da realidade, mas sem, efetivamente, ter sido alcançada.

A categoria originalmente nova aqui inserida trata-se da dimensão espacial, visto que ela é responsável pela expressão, direta ou indireta, da estrutura e do caráter ôntico da realidade. [É necessário, entretanto, ter em mente que o real não se resume no material.] Isso porque, se, de um lado, nem tudo o que existe, como entidade, é

---

<sup>85</sup> Como os próprios autores identificam em CROZIER, M.; FRIEDBERG, E. *Notre Contrivution a Sociologie des Organisations*. In: CROZIER, M. *A Quoi Sert La Sociologie des Organisations?* Théorie, Culture et Scoieté. Paris: Éditions Serli Arslan, 2000.

materialmente localizado no espaço, por outro lado, seus efeitos, como expressão de sua eficácia ou do poder causal de sua estrutura gerativa, necessariamente, o são. Assim, é a partir e por meio dessa estrutura (gerativa) “original” e basilar, embora frequentemente “esquecida” (ou omitida), que se deve iniciar toda e qualquer tarefa de teorização da realidade.

#### **2.4 Conclusão: por uma nova síntese paradigmaticamente alternativa**

Através deste capítulo foi possível resgatar, ainda que indutiva e seletivamente, devido ao amplo volume de trabalhos sobre o assunto, a trajetória da teorização organizacional e, desse modo identificar, analisar e avaliar os paradigmas da ciência subjacentes à evolução teórica do campo organizacional. Adicionalmente, foi possível identificar, por um lado, seus principais avanços e contribuições e, de outro, suas atuais limitações e questões que se colocam para serem resolvidas.

Ao longo da trajetória reconstituída foi possível identificar, em termos da sociofilosofia – ou da conexão entre filosofia da ciência e as ciências sociais, operacionalizado através da noção de causalidade –, a existência de um único paradigma, o positivista, que embasa e sustenta, em diferentes versões, como a positivista realista empírica ou a positivista idealista fenomênica, e por meio de uma mesma noção de causalidade, entendida como uma conjunção regular de eventos, um mesmo relato ontológico (i.e. sobre o que é, ou deve ser, a realidade), cujas consequências se desdobram em relatos epistemológicos (i.e. as possibilidades e formas de apreensão dessa realidade) distintos, realista e antirrealista, que, por sua vez, se traduzirão formas metodológicas (i.e. de apreensão e verificação efetiva, através de parcelas ou exemplos, dessa realidade) próprias que, por seu turno, conduzirão a teorizações variadas, em função dos aspectos seletivamente priorizados (e da combinação deles) entre essas três dimensões precedentes.

O mesmo e único paradigma positivista, que se desenvolve no campo da teorização administrativa e organizacional ao longo do século XX, é, na verdade, precedentemente, elaborado no plano filosófico e experimentado (ou aplicado) no plano teórico e metodológico via ciências sociais, que se constituirão num verdadeiro laboratório de “testes” para sua verificação, refutação e refinamento. Como uma extensão, ou uma circunscrição delimitada e específica, do universo e da teorização

social, a análise organizacional sofrerá, conseqüentemente, as ondas de difusão, assimilação e replicação das propostas gestadas na teoria social, mais ampla.

Assim, tomando como exemplo fecundo a leitura de Walter Buckley sobre a evolução da teoria social até a década de 70 do século XX, a qual identifica três grandes linhas teóricas com suas respectivas orientações epistemológicas subjacentes, foi possível estabelecer um paralelo com as abordagens (ou teorias) organizacionais, no sentido de identificar em que, se e como estas se aproximavam daquelas linhas teóricas. Adicionalmente, devido ao lapso temporal do trabalho de Buckley, tais linhas foram complementadas e atualizadas pela análise da virada linguística e cultural pós-moderna que culminou com a difusão e a proliferação do termo “estudos” em âmbito mundial, na teoria social e na teoria organizacional.

Essas linhas são identificadas pela: a) teoria dos sistemas sociais de Talcott Parsons, cuja analogia para o plano de referência analítico é a concepção de sistemas sociais como fechados ou mecânicos; b) teoria dos sistemas sociais de George Homans, cuja analogia para o plano de referência analítico é a concepção dos sistemas sociais como sistemas abertos ou orgânicos e pela c) concepção da moderna teoria dos sistemas, de inspiração na teoria cibernética, cuja analogia para o plano de referência analítico é a concepção dos sistemas sociais como sistemas, também abertos, mas culturais (em vez de orgânicos) ou simplesmente sistemas adaptativos complexos.

Desse modo, foi possível observar que a história da teorização organizacional está enraizada e dominada pela tradição positivista, na qual os modelos de análise mecânica das organizações, que inicialmente predominavam (assim como na teoria social, e que corroboram o fato de refletirem a inspiração desta) foram, aos poucos, em meados do século XX, sendo acompanhados (sem serem, no entanto, substituídos) por outros novos, de inspiração orgânica, como, por exemplo, se verifica nas abordagens propostas pela teoria dos sistemas de inspiração biológica de Katz e Khan ou na teoria. A manutenção dos modelos de origem mecânica se verifica na continuidade das linhas, na segunda metade do século XX, embora com menos fôlego e adesão de novos praticantes, da teoria dos sistemas de Luhmann, na teoria da decisão e programação de Herbet Simon e na teoria da ecologia populacional, de Lex Donaldson, que continuou as teses centrais da teoria contingencial. Todas essas teorizações, independente de sua especificidade teórica, estão unidas umbilicalmente por uma versão realista do relato positivista da ciência.

Também as novas teorizações que surgiram, sobretudo a partir de 1970, como a teoria da ação de David Silvermann, bem como as demais interpretações e extensões pós-modernas que se seguiram após 1980, ou mesmo a proposição sintética “original” da escola francesa de sociologia das organizações, de Michel Crozier e Erhard Friedberg, se mantêm ligadas à concepção positivista da ciência, em termos de sua explicação causal e geração de leis científicas. Mas, ao contrário destas, adotam uma orientação antirrealista (ou idelista), cujo foco reside não na observação empírica da realidade objetiva (e externa), suas estruturas e conexões entre os fenômenos observados empiricamente, e sim numa leitura subjetiva e interna (aos indivíduos), que tenta apreender a percepção variada dos atores de uma mesma realidade, suas interpretações desses fenômenos e uma possível estrutura de causalidade (perceptiva/da) a partir desses atores (e/ou mediada por eles). Posteriormente, esta vertente será radicalizada pelos chamados “estudos” organizacionais que, seguindo a orientação de uma agenda pós-moderna enfatizará, numa versão mais forte ou radical, a realidade reduzida ao discurso ou, numa versão mais *soft*, a realidade reduzida a tudo que podemos representar discursivamente. (No quadro a seguir tenta-se ilustrar, simplificadamente, a trajetória aqui efetuada).



Quadro 02: Localização dos autores, correntes e teorias na TO.

| <i>Periodização</i>         | <i>Paradigma (questão da causalidade)</i> | <i>Subtipo</i>                                  | <i>Orientação</i>         | <i>Analogia</i>  | <i>Teoria Social</i>                                | <i>Teoria organizacional</i>   |
|-----------------------------|---|---|---------------------------|--|---|--|
| <b>Teoria moderna</b>       | Positivista                               | Positivismo empírico                            | Realista                  | Mecânica   | Saint Simon, Durkheim, Parsons;                     | Teoria clássica (Taylor, Ford, Fayol, etc.) e Teoria neoclássica (Relações Humanas)                                  |
| <b>Teoria contemporânea</b> |   | Neopositivismo                                  |                           | Mecânica   | Teoria dos sistemas de:<br>- Parsons;<br>- Luhmann. | - Teoria organizacional de Parsons;<br>- Teoria organização de Luhmann;<br>- Teoria da decisão/programação de Simon. |
|                             |   |   |                           | Orgânica   | Teoria dos sistemas de:<br>- Parsons.               | Teoria dos sistemas:<br>- Katz e Khan;<br>- Teoria da contingência de Burns e Stalker                                |
|                             |   | Análise estrutural fenomenologia / hermenêutica | Idealista (antirrealista) | Orgânica-social/cultural (sistemas adaptativos complexos?) | Teoria da Institucionalização e Berger e Luckmann   | - Teoria da ação de Silverman;<br><br>- Teoria do ator estratégico, de Crozier e Friedberg                           |
|                             |   |   |                           |  |   | Abordagens discursivas pós-modernas  |

Fonte: elaborado pelo autor.

Até aqui foi possível identificar, por meio de diferentes relatos, teorias, escolas e movimentos, a variada (e variante) trajetória histórica e espacial percorrida pela teorização administrativa-organizacional. Espacial porque está localizada em determinadas regiões do globo – embora suas preocupações, achados e teorias tentassem se valer (ou se impor) para o resto do mundo –, cuja centralidade no panorama teórico mundial se alternava à medida que injunções contextuais deslocavam o eixo de referência entre os países. Histórica porque mostra como cada época foi marcada por um conjunto de problemas considerados mais importantes a serem resolvidos e que dominaram a centralidade da discussão. Variada porque, além de ser a montante das contribuições de muitas áreas do conhecimento e disciplinas específicas, é também diversificada em suas respostas aos problemas analisados, não encontrando, ainda, até o século XXI, uma convergência teórica que pudesse justificá-la sob o termo “teoria” (FREDDI, 1998[1983]). [E variante devido às inúmeras inflexões, viradas e reviradas ocorridas ao longo de sua trajetória (REED, 2005), como sinteticamente pode-se observar pela variação terminológica e semântica dos termos utilizados: teoria da administração, teoria da organização, sociologia da organização, estudos organizacionais, isto apenas para citar as mais comuns ou consensuais].

## **PARTE 2: CONSIDERAÇÕES INTERMEDIÁRIAS**

**DO ESTABELECIMENTO DAS BASES DO REALISMO CRÍTICO  
ÀS BASES PARA O  
REESTABELECIMENTO DE UM NOVO MODELO DE ORGANIZAÇÃO**

### 3 REALISMO CRÍTICO NOS ESTUDOS ORGANIZACIONAIS: NOTAS INTRODUTÓRIAS SOBRE SEUS FUNDAMENTOS FILOSÓFICOS

**Resumo:** Este ensaio visa a) introduzir o debate sobre realismo crítico (RC) na comunidade acadêmica brasileira de administração e b) vislumbrar as possíveis aplicações e implicações desta perspectiva filosófica para os estudos organizacionais (EOR), sobretudo, no contexto brasileiro. Para tanto, realizou-se uma revisão teórica sobre o RC, considerando sua proposta como filosofia *para* a ciência e como programa de pesquisa em ciência. Em seguida, o texto traz uma síntese da trajetória do movimento realista crítico, situando suas principais fases e expoentes, além de algumas filosofias concorrentes ao realismo e sua refutação transcendental desses relatos. Na terceira seção distingue-se o RC de outras perspectivas de realismo científico e também internamente àquelas ramificações que foram se desenvolvendo a partir das proposições *bhaskarianas*. Posteriormente são apresentados as dimensões ontológica, epistemológica, metodológica e a *rationale* segundo o RC, bem como seu modelo de ciência. A penúltima seção trata das principais críticas de diferentes autores, internos e externos ao RC, bem como suas respostas a tais problemas. Conclui-se o texto apontando as principais implicações do RC, enquanto programa de pesquisa, para as ciências humanas e sociais, ponderando, sobretudo, sobre suas possíveis implicações para os EOR.

**Palavras-chave:** filosofia da ciência; realismo crítico; teoria organizacional; ontologia.

#### 3.1 Introdução

A teoria das organizações e administração tem sofrido uma série de inversões, reversões ou redirecionamentos intelectuais, em sua curta e controvertida história (REED, 2005). Desde meados dos anos 1980 tem predominado, nas ciências sociais e na teoria social, o que se convencionou chamar virada cultural e linguística, dentro de uma perspectiva mais ampla de antirrealismo, em que as matizes do pós-estruturalismo e do pós-modernismo surgem como discursos emergentes e concorrentes em busca pela hegemonia e a legitimidade científica (FLEETWOOD, 2005; REED, 2005).

Tais abordagens pós-modernas e pós-estruturalistas têm mudado a visão objetiva por meio da insistência de que as organizações são “[...] construções discursivas e formas culturais que não têm status ontológico ou significância epistemológica além de sua existência criada e mediada textualmente [...]” (REED, 2005, p.1622), o que tem implicado numa reformulação profundamente antirrealista do sentido e das práticas das

organizações. Entretanto, para este autor, dois dos problemas centrais dessa vertente filosófica são seu caráter essencialmente nominalista e sua posição ontologicamente ‘muda’.

Essa perspectiva antirrealista diz que todas as formas de conhecimento determinam, exclusivamente, o conteúdo e os limites do objeto de domínio aos quais estão relacionadas. Além disso, que o conhecimento é alcançado por meio de imposição de categorias teóricas, regras epistemológicas e construções discursivas, por meio das quais o que pode ser conhecido e como pode ser conhecido é trazido à tona. Conseqüentemente, nos estudos organizacionais, essa teoria do conhecimento prega a visão de que a organização não passa de um texto, denotando um sintoma da filosofia do construcionismo social, em sua vertente forte ou radical, que tem se tornando hegemônica nas últimas décadas (REED, 2005). Porém, ela tem dificuldades (senão incapacidade) de reconhecer a existência da realidade extradiscursiva, isto é, aquela fora do texto, o que implicaria numa reificação da linguagem (BHASKAR, 1989; 1998).

Assim, posicionando-se contra tal reducionismo linguístico – o que Bhaskar (2008[1975]; 1989; 1998) denomina de *falácia epistêmica* – e visando recuperar a realidade extradiscursiva é que se insere esta, relativamente recente (EASTON, 2010), discussão do realismo crítico (RC) ou realismo transcendental, cujo mote central é a reivindicação do domínio ontológico. Tal discussão, em última instância, se trava no âmbito da filosofia e se pauta em argumentos verdadeiramente filosóficos, já que não pode nunca ser verificada. Mesmo assim, esse papel da filosofia é crucial, já que essa disciplina se coloca como base de fundamentação de todas as outras formas de conhecimento científico, bem como para as formas de se posicionar e agir no mundo. Segundo Bhaskar (1989, p.1), “nós precisamos considerar seriamente a filosofia porque ela é a disciplina que tem tradicionalmente *subscrito* ambos, tanto o que constitui a ciência ou conhecimento quanto quais práticas políticas são consideradas legítimas”.

Para Corrales (2004; 2007), o RC surge como este outro – e novo – paradigma filosófico e científico, capaz de fornecer explicações mais adequadas para os questionamentos levantados pelas práticas correntes de investigação científica. Ao prover uma maior e mais aprofundada fundamentação filosófica sobre e para as ciências, em diferentes níveis e formas, o RC ressalta e potencializa a capacidade de explicação trazida pelas ciências em geral, e mesmo de intervenção racional e emancipação, trazidas, em especial, pelas ciências sociais e humanas. Mas, elas farão isso racionalmente somente com a condição de que elas interpretem o mundo

corretamente (BHASKAR, 1989). Para tal interpretação, é fundamental ter acesso mais preciso ao que se constitui a realidade em si e, portanto, é aqui que se insere a discussão sobre o domínio ontológico.

De fato, sua dispersão e crescimento têm sido observados em diferentes áreas desde as ciências sociais, bojo do movimento a partir do naturalismo crítico (BHASKAR, 1989; 1998; HAMLIM; 2000; CORRALES, 2004; 2007; JESSOP, 2005), passando pela economia (FLEETWOOD, 2005), direito (PENSILVANYA LAW REVIEW), sistemas de informação (DOBSON, 2002), serviço social (HOUSTON; 2001), enfermagem (McEVOY; RICHARDS, 2006), linguística (CORSON, 1997), estudos interdisciplinares (DANERMARK, 2001), estudos organizacionais (REED, 2005), estratégia (KWAN; TSANG, 2001), treinamento e formação em administração (SAYED; MINGERS; MURRAY, 2009), empreendedorismo (LECA; NACCACHE, 2006), história econômica das organizações (CLARCK; BLUNDEL, 2006) e métodos de pesquisa (DOWNWARD; FINCH; RAMSAY, 2002), entre outros.

No que tange especificamente ao campo dos estudos organizacionais, foco central deste trabalho, Reed (2005), ao fornecer uma exposição da virada realista – ainda em processo, e restrita ao cenário internacional – nos estudos contemporâneos de administração e organização, avalia suas implicações, sublinhando os princípios e as práticas explicativos que deveriam sustentar os estudos de administração e organização como um campo científico social, num contexto intelectual em que ontologias e epistemologias antirrealistas ainda têm sido dominantes. Para o autor, esta nova e promissora forma de se fazer ciência cria um espaço e uma oportunidade intelectual significativa, em que a sociologia histórica da dinâmica das formas organizacionais e dos regimes de controle gerenciais (administrativos) pode ser redescoberta e renovada.

Assim, para alcançar o objetivo declarado de introduzir o debate sobre RC no campo da sociologia das organizações no Brasil, bem como evidenciar algumas aplicações e possíveis implicações desta perspectiva filosófica para os estudos organizacionais, em especial no contexto brasileiro, realizou-se aqui uma revisão teórica – tão ampla quanto o possível – sobre o tema, considerando sua proposta como filosofia *para* a ciência e como programa de pesquisa em ciência, sobretudo nas ciências sociais e humanas, assim como suas fases de desenvolvimento cronológico e seus principais expoentes. Acredita-se que este texto possa trazer à tona um debate fecundo sobre a produção do conhecimento científico e, sobretudo, como diferentes campos científicos podem se apropriar deste novo paradigma científico, ampliando qualitativa e

quantitativamente seus horizontes explicativos, avançando assim na acumulação e na integração do conhecimento.

Este capítulo está organizado como segue: após esta breve introdução, analisam-se algumas filosofias concorrentes ao realismo e mostra-se a refutação transcendental apontada por Bhaskar a esses relatos. Em seguida, traça-se uma breve trajetória do movimento realista crítico, situando suas principais fases, em especial focalizando sua vertente original baseada nas contribuições de Bhaskar, cujas formulações originaram a possibilidade de comensurabilidade científica a partir do domínio ontológico. Num terceiro momento, faz-se a distinção entre o realismo crítico e outras perspectivas de realismo científico, desenvolvidas no contexto posterior à segunda metade do século XX. Na quarta seção, são apresentados os principais elementos do RC em sua versão original, considerando, para isso, dimensões e categorias como ontologia (com destaque especial aqui, devido ao seu caráter estruturador das demais dimensões), epistemologia, metodologia, forma de raciocínio lógico-formal e um modelo de ciência e de pesquisa científica, bem como seus desdobramentos e implicações. Na penúltima seção são apresentadas as principais críticas de diferentes autores, internos e externos ao movimento do RC, bem como suas respostas e limitações a tais problemas. Por fim, evidenciam-se as principais implicações do RC como programa de pesquisa, para as ciências humanas e sociais, ponderando, sobretudo, sobre suas possíveis implicações para os estudos organizacionais e apontando algumas implicações da adoção desta proposta para construção teórica e verificação da realidade.

### **3.2 O Movimento *Critical Realism* e a Refutação Transcendental da Ciência Normal**

Nesta seção busca-se apresentar os principais argumentos de que o realismo transcendental lança mão em sua crítica ao paradigma científico humeano, seja em sua vertente tradicional hegemônica positivista, seja em sua vertente contemporaneamente hegemônica antirrealista de relato da ciência. Para tanto, apresenta-se aqui uma síntese do contexto histórico de emergência do realismo transcendental, em face dos limites científicos da época.

Segundo Vandenberghe (2007), o realismo crítico é um movimento na filosofia e nas ciências humanas, de caráter interdisciplinar e internacional, cuja formulação

inicial e estabelecimento de suas principais teses se devem aos trabalhos de Roy Bhaskar e seu esforço de introduzir, ainda no início dos anos 1970, reflexões sólidas e solidamente argumentadas sobre a questão ontológica, tanto no domínio da filosofia quanto – na sua posterior transposição para o – no das ciências humanas.

Seu interesse pela filosofia não se deu de imediato. Tendo iniciado sua preocupação central com a questão da relevância da teoria econômica para os países subdesenvolvidos, ainda durante a elaboração de sua tese de doutorado, no final dos anos 1960, orientado pelo expoente filosófico Rom Harré, Bhaskar começou a se deparar com o problema de intervenção humana no mundo real (WIKIPEDIA, 2010; BHASKAR, 2010). Porém, devido à ausência de parâmetros seguros para tal intervenção – o problema de ausência de compreensão correta da realidade –, ele deslocou o foco de sua atenção para o domínio filosófico, em que se fazia necessário, naquele momento, resgatar e reconstruir uma base sólida sobre o que *é* a realidade, a fim de que se pudesse, em seguida, compreender – e, eventualmente, mudar – tal realidade (BHASKAR, 1989; 1988a).

Devido ao corpo, à abrangência e aos desdobramentos que o movimento do realismo crítico tomou, pode-se caracterizá-lo em fases, que representam, grosso modo, os principais avanços realizados em certo período de tempo e sob uma orientação específica. Além disso, como pondera Jessop (2005, p.40 – tradução livre, *itálicos no original*),

Embora o termo ‘realismo crítico’ seja relativamente recente e a bagagem de ideias vinculadas à ‘escola bhaskariana’ seja certamente distintiva e tenha sua própria lógica, muitos dos conceitos e princípios explanatórios envolvidos no realismo crítico possuem uma longa história [...] Enquanto o inicial *revival* do interesse filosófico nas possibilidades do realismo crítico nas ciências sociais nos últimos 30 anos está fortemente (e legitimamente) associado a Bhaskar, seu próprio trabalho moveu-se [das bases analíticas transcendentais kantianas] em uma complexa análise filosófica e metodológica da dialética (como em *The pulse of freedom*) e, então, no que muitos consideram como uma errônea e tardia virada teológica.

Assim, a principal marca de seu trabalho é a asserção da dimensão ontológica, como premissa fundamental do conhecimento e, em especial, do conhecimento científico, pois, para o autor, o objeto – com suas propriedades e características – é que define e exige um modo específico de olhar para ele.

O desenvolvimento da estratificação ontológica da realidade e sua conseqüente aproximação das dimensões intransitiva e transitiva constituíram a primeira fase do



realismo transcendental (BHASKAR, 1989). Esta fase foi caracterizada pela adesão de um grande número de estudiosos e outros proponentes na Grã Bretanha, que estavam envolvidos com a filosofia radical e outros movimentos correlatos, mas dispersos e que, ocasionalmente, encontravam no *Journal of Radical Philosophy* um dos, então, poucos veículos para extravasar a crítica intelectual às vertentes filosóficas e científicas hegemônicas, tendo sido nele publicados os primeiros escritos sobre (ou relacionados ao) realismo crítico (RC). Ainda nesta fase defendia-se uma abordagem objetivista realista da ciência, baseada no estilo kantiano da análise transcendental da atividade científica experimental (WIKIPEDIA, 2010).

A segunda fase do RC ocorreu em fins de 1980 e início da década de 1990, tendo como marco o lançamento da obra *Dialética: o pulsar da liberdade* [*Dialectic: the pulse of freedom*], em 1993, conquistando novos seguidores e também novos críticos para o movimento. Nesta fase, Bhaskar propôs a dialetização do RC por meio de uma elaborada (re)leitura de Hegel e Marx. Defendendo junto a Marx, e contra Hegel, que as conexões dialéticas, as relações e contradições são elas mesmas ontológicas – isto é, objetivamente reais –, o autor desenvolveu o conceito de ausência real, o qual, afirmava-se, poderia prover uma fundação mais robusta da realidade e objetividade dos valores e crítica. Bhaskar buscou, ainda, desenvolver e incorporar a agência humana racional e crítica na proposta dialética, com sua quarta dimensão da dialética, enquanto fundamentando um modelo sistêmico de prática transformativa emancipatória racional (WIKIPEDIA, 2010).

Uma terceira fase da obra (e da carreira) de Bhaskar, mas que, de certo modo, se separa do movimento do RC em si, foi sua ‘virada espiritual’, ocorrida com a publicação do livro *Do leste para oeste: a odisseia da alma* [*From east to west: the odyssey of soul*], em 2000, no qual Bhaskar expressa suas ideias relativas a valores espirituais. Esta incorporação o levou a uma fase final do realismo considerada como Realismo Crítico Dialético Transcendental. Porém, esta obra, assim como as que se seguiram, foram altamente controversas, levando-o a uma situação de ruptura, em certo sentido, em relação ao movimento do RC em si, que ele próprio originara. Enquanto alguns seguidores consideraram esta nova fase como mais uma extensão do movimento, os críticos – inclusive internamente – consideraram-na como uma ruptura que punha em jogo a seriedade do movimento realista crítico. Assim, nos seus escritos seguintes – como em *Reflexões sobre meta realidade* [*Reflections on meta reality*] (2002) – o próprio Bhaskar se afasta, em certa medida, do realismo e considera para si um novo

ponto de partida filosófico, que ele próprio denomina filosofia da Metarrealidade (WIKIPEDIA, 2010).

Como aponta Jessop (2005), o trabalho de Bhaskar deu uma justificativa inicial para uma posição realista, mas não pode justificar qualquer posição realista em particular. De fato, dado seu ponto de vista *underlabourer*, ele não tentou fazer tanto. Seus argumentos rejeitam incisivamente ontologias alternativas (i.e. não realistas), mas ele não podia simplesmente escolher uma variante do realismo e excluir todas as outras. Por isso, por um lado, ele fez um balanço, algo que daria uma justificativa transcendental para a superioridade do RC como relato geral do mundo e das condições de investigação científica e, de outro, ele estabeleceu a superioridade desta ontologia, epistemologia e metodologia sobre as demais, ao elaborar um *framework* sobre o RC.

Ainda segundo este autor, em contraste, as elaborações mais detalhadas dos argumentos do RC, o desenvolvimento de análises crítico-realistas particulares e sua aplicação em problemas explanatórios e práticos têm envolvido muitos outros teóricos que, indiscutivelmente, têm feito contribuições cruciais para o florescimento do RC nas ciências sociais (JESSOP, 2005). Vale ressaltar que é necessário distinguir-se entre as posições do RC, do geral para o particular, e os argumentos desenvolvidos com (ou compatíveis com) este quadro teórico geral. A fim de evitar possíveis confusões quanto ao sentido empregado pela terminologia em fases diferentes, atém-se aqui ao resgate das ideias principais da fase inicial do realismo transcendental, que forjou uma nova visão paradigmática sobre a filosofia da ciência.

Fazendo uma retrospectiva quase autobiográfica de sua própria trajetória pessoal e intelectual, Bhaskar (1989; 1988b) aponta que a elaboração de sua perspectiva realista transcendental se deu no intuito de combater um duplo problema que assolava as perspectivas filosóficas até então vigentes. De um lado, seu combate se tratava em relação ao empiricismo, manifestado na ideologia do então chamado ‘novo realismo’ (cf. próxima seção), que foi ganhando corpo, sobretudo, na década de 1980. E, noutra frente de batalha, o combate se dava em relação ao idealismo, manifestado, em suas formas de funcionamento, por meio de perspectivas relativistas, como o pós-estruturalismo e o pós-modernismo.

Além disso, um problema de fundo orienta a preocupação de Bhaskar no seu empreendimento de reconstrução do edifício filosófico: a tentativa de ajudar a empoderar as ciências e, especialmente, as ciências humanas, pois, em sua concepção,

elas seriam uma condição necessária, porém insuficiente, para esclarecer e gerar projetos de autoemancipação humana (BHASKAR, 1989; 1988b).

Segundo o próprio autor, o problema com o qual a filosofia da ciência se deparava, no contexto histórico do início dos anos 1970, estava caracterizado em duas principais linhas de crítica ao então hegemônico relato positivista de ciência. De um lado havia uma vertente antimonística, tipificada pelos trabalhos de Popper, Lakatos, Feysabend, Sellars e Kuhn, entre outros, que focalizava o caráter social da ciência e sublinhava o fenômeno da mudança científica e do desenvolvimento. E, de outro lado, havia uma vertente antidedutivista, representada por filósofos como Scriven, Hesse e Harré, que se debruçavam sobre questões como a noção do papel dos modelos e as analogias na ciência, sustentando certa noção de estratificação do conhecimento científico (BHASKAR, 1989; 1988b).

Como estas duas linhas enfrentavam problemas de limitações internas, devido, principalmente, às restrições de suas próprias premissas, Bhaskar construiu sua perspectiva a partir de uma síntese de ambas as vertentes, em que a cada uma ele atribuiu um peso e um papel. Enquanto retira da primeira o seu caráter dinâmico e mutável, gerando, assim, o lado ‘transitivo’ ou dimensão epistemológica no seu relato de filosofia da ciência, Bhaskar extrai da segunda vertente a característica que lhe forneceu uma linha de base distintiva e inconfundivelmente demarcadora de seu trabalho, o lado intransitivo ou a dimensão ontológica da filosofia da ciência (BHASKAR, 1989; 1988b).

Em síntese, como manifesta o próprio autor,

Eu desenvolvi um momento antidedutivista na obra *Um Teoria Realista da Ciência (A Realist Theory of Science – TRS)*, tornando-se claro que havia dois principais aspectos [em minha teoria]:

1) A crítica da ausência de *suficiência* do critério Humeano para as leis, do critério Hempeliano de explicação (e do critério Nageliano para redução e assim por diante), lançando luz sobre a falha do relato positivista para sustentar a *necessidade* do conhecimento nomológico ou parecido com leis científicas.

2) A crítica da ausência de *necessidade* do critério Humeano para as leis, do critério Hempeliano para explicação (e do critério Nageliano para redução e assim por diante), lançando luz sobre a falha do relato positivista para sustentar a universalidade – ou, como eu coloco a questão, a *transfactualidade* – do conhecimento nomológico ou parecido com leis (universais). (BHASKAR, 1989, p.180-181 – itálicos no original, tradução livre).

Enquanto o primeiro aspecto foi tradicionalmente manifestado em problemas notórios da filosofia da ciência, tais como o da indução, o segundo é visto na aplicabilidade de nosso conhecimento em sistemas abertos, ou no que, subsequentemente, o autor chamou de problema de ‘transducção’. O passo decisivo, na sua visão foi este último, pois, para ele, este passo marcou a diferença entre, de um lado, a rejeição explícita e a aceitação tácita da ontologia empirista do realismo empírico – na crítica que ela faz do empirismo – e, de outro, a diferença entre o realismo transcendental e o idealismo transcendental do tipo representado por Harré – seu ex-mentor intelectual (BHASKAR, 1989).

Pelo desenvolvimento da linha da crítica em (2) tornou-se possível isolar o domínio crucial do não-actual (e conseqüentemente do não empírico) real (ver RTS p.56) e identificar as 3 fases do esquema de desenvolvimento científico, no qual as ciências passam interativamente através dos estágios empiricista, kantiano e realista (transcendental) (BHASKAR, 1989, p.181).

Vandenberghe (2007) comenta que, contrariamente ao positivismo, o realismo transcendental ressalta que o mundo não é uma concatenação de eventos e experiências empíricas casualmente ligadas entre si numa sucessão invariável (se A, então B), mas sim um conjunto de estruturas reais, transfactuais e casualmente eficazes. Contrariamente ao que rogam os positivistas desde Hume, a tarefa da ciência não seria estabelecer leis universais, concebidas como uma conjunção constante de eventos ou uma sucessão invariante de eventos, mas, sim, demonstrar a existência de um ou vários mecanismos causais que estão na base das regularidades empíricas observadas ou observáveis, produzindo-os e explicando-os.

Jessop (2005) pondera que o trabalho de Bhaskar ofereceu uma prova transcendental – baseada na falseabilidade científica bem sucedida em um mundo (sistema) aberto – para a existência de objetos reais com propriedades naturalmente necessárias e tendências que existiam, não obstante, somente como tendências, mas que, mesmo assim, dependem de serem sempre atualizadas para serem acessíveis às observações científicas.

Assim, de acordo com Bhaskar (1989), por meio dos dois passos citados – sobretudo pelo segundo – é que se tornou possível constituir uma ruptura metaepistemológica na filosofia contemporânea da ciência. Esta tem sido a principal marca de seu trabalho: a asserção da dimensão ontológica, como premissa fundamental do conhecimento, e em especial do conhecimento científico, pois, para o autor, o objeto

[com suas propriedades e características específicas] é que define como e requer um modo específico de se olhar para ele.

Bhaskar (1989), lembrando que seu antigo mentor, Rom Harré, utilizou a expressão ‘revolução coperniqueana’ na filosofia da ciência ao propor a inversão do relacionamento padrão entre esqueleto dedutivo e modelo animação (da agência humana), mostra que esta proposta apresenta falhas, sendo suscetível ao ataque do empiricismo. Assim, Bhaskar aceita e toma emprestada a expressão utilizada, porém, ressignificando-a dentro de sua obra, a qual, segundo ele, é verdadeiramente capaz de sustentar tal revolução.

Referindo-se a sua obra com o termo ‘revolução coperniqueana’, Bhaskar (1989; 1988b) considera a metáfora em dois sentidos: (1) um geral, sinalizando o desvio *dentro da ontologia* a partir de eventos, do estado de coisas e de estruturas e mecanismos generativos que os geram e (2) um significado específico, assinalando o desvio *dentro da filosofia*, de uma epistemologia para uma ontologia, ou a partir da transição de uma ontologia implícita para uma ontologia explícita. Como consequência, a ‘revolução coperniqueana’ aqui proposta foi qualificada em termos da irredutibilidade da ontologia e no isolamento do erro de categoria fundamental da ‘tradição epistemológica’, a saber, “o erro da falácia epistêmica da definição do ser em termos do conhecimento que se tem dele [...] ou, um deslocamento disto, em termos de linguagem e discurso, a *falácia linguística*”, possível devido ao relato atual da ruptura com as leis gerais coperniqueanas (BHASKAR, 1989, p.181).

Para Bhaskar (1989), foi um pequeno passo daqui para se passar a falácia ôntica na ontologização e, conseqüentemente, naturalização (e, conseqüentemente, eternalização) do conhecimento, e sua compulsiva determinação pelo ser. Segundo Bhaskar (1975), é esta falácia que Rorty percebe em sua filosofia e espelho da natureza. Mas Rorty mantém-se preso à falácia epistêmica da visão da ciência. Na visão de Copérnico, então, nos movemos, assim como Copérnico, mas diferente de Kant, para uma concepção da realidade, incluindo a realidade cognoscível, como somente contingencialmente, parcialmente e localmente humanizada. Assim, para reafirmar e recuperar a realidade, é preciso, em primeiro lugar, desantropomorfizá-la: deixá-la ser (não codeterminada como nós).

### 3.3 Distinguindo Realismos

Nesta seção, o objetivo é realizar um movimento de dupla distinção acerca do realismo. Em primeiro plano, busca-se apresentar a distinção feita por Bhaskar (1988a; 1989) entre sua filosofia do realismo transcendental e o movimento externo a ela, emergente no contexto europeu dos anos 1980, intitulado ‘novo realismo’. Em seguida, num segundo plano, o objetivo é apresentar distinções internas dentro do movimento do RC (ou transcendental) bhaskariano, em suas vertentes apontadas por Bhaskar e também pelos desdobramentos de especificidades apontadas por seguidores. Para isso, a linha de argumentação adotada aqui será a de apresentar as principais ponderações e argumentos desenvolvidos pelo próprio autor, bem como por alguns de seus principais comentadores, sobre os traços distintivos subjacentes ao realismo transcendental que, por oposição, colocam-no de modo frontal ao novo realismo.

Bhaskar (1988b; 1989, p.183 – grifos no original) considera que é possível fazer uma distinção entre “[...] uma filosofia *da* ciência ou [o que ele chama de] filosofia cientificamente-orientada de uma filosofia *para* a ciência ou um realismo científico”. Segundo o autor, a maioria das filosofias não são realismos científicos, pois para tanto uma filosofia deveria ser demarcadamente consistente com o conteúdo substantivo das ciências e orientada para o seu ‘florescimento’, em vez do mero reconhecimento da existência da ciência.

No ensaio intitulado *Realismo crítico, relações sociais e defesa do socialismo*, apresentado em 1988, por ocasião da 2ª Conferência Socialista sediada em Chesterfield, Bhaskar (1988b) chama a atenção – explicitamente – para o que ele considera como ‘novo realismo’:

O tão chamado ‘novo realismo’ meramente reflete e acomoda o [adjetivo] novo e rapidamente modifica as formas superficiais da sociedade contemporânea capitalista em casa e fora. Alardeado assim como atrasado ajustamento aos fatos da vida política, o ‘novo realismo’ é realmente um realismo empiricista [ou empírico]. Ele é uma forma de realismo que falha em reconhecer que há estruturas duráveis e mecanismos generativos subjacentes [ocultos] e produzindo eventos e fenômenos observáveis. Em outras palavras, seu realismo é aquele do tipo mais superficial (BHASKAR, 1989, p.2).

Prosseguindo em sua argumentação, Bhaskar (1989, p. 2) pondera que “deveria ser apreciado que todas as filosofias, discursos cognitivos e atividades práticas pressupõem um realismo – no sentido de que alguma ontologia ou uma descrição

(relato) geral do mundo – de um tipo ou de outro. A questão crucial é: de que tipo?” O realismo científico, transcendental e crítico proposto pelo autor concebe o mundo como sendo estruturado, diferenciado e mutável.

Vandenberghe (2007) explica que Bhaskar, aproveitando as bases estabelecidas por Harré, conceitua as ‘leis naturais’ em referência ao poder causal dos mecanismos generativos como tendências ou disposições naturais das coisas, cuja estrutura intrínseca seria responsável por essa capacidade [poder causal] que, sob certas condições e circunstâncias, poderia ser ativado e/ou exercido. Assim, torna-se implicitamente claro o papel que a estrutura ôntica dos elementos assim como a disposição espaço-temporal ou contextual desses elementos ganha realce, na medida em que ela é vista como catalisadora-viabilizadora ou retardadora-restritiva do exercício de tais propriedades, podendo até mesmo ser anuladas pelos poderes causais de outros elementos dispersos no contexto, o que é postulado como contratendência.

O realismo transcendental pode ser compreendido, de forma bastante sintética, a partir de suas duas teses principais: “(1) a da reivindicação da ontologia, como teoria do ser, distinta e irreduzível à epistemologia e (2) a proposição de uma ontologia estratificada compreendendo mecanismos geradores ativos (ou não) dos eventos observáveis (ou não) e dos fatos observáveis (ou não)” (VANDENBERGHE, 2007, p.494). Assim, os fenômenos sociais (assim como a maioria dos fenômenos naturais) são produto de uma pluralidade de estruturas. Mas, tais estruturas podem ser hierarquicamente ranqueadas em termos de sua importância explicativa. Tal abordagem permite evitar os erros do cru determinismo e do indiferenciado ecletismo (BHASKAR, 1989).

Ao fazer tal distinção, a preocupação central de Bhaskar (1989; 1988a) é a de enfatizar – e demarcar – a fronteira entre o realismo transcendental e os demais tipos de filosofias disponíveis nas prateleiras. Pois, se colocando de modo oposto ao empiricismo, ao pragmatismo e também ao idealismo, os realistas críticos não negam a realidade dos eventos e dos discursos (cf. próxima seção); ao contrário, eles insistem sobre sua existência, mas sustentando que as estruturas e os mecanismos causais são irreduzíveis aos padrões de eventos e discursos. Estas estruturas “não são espontaneamente aparentes no padrão observável dos eventos; elas podem somente ser identificadas através do trabalho teórico e prático das ciências sociais” (BHASKAR, 1989, p.2), cujo mote é, além de gerar a identificação das estruturas em funcionamento

que produzem aqueles eventos, fornecer, ainda que de modo não definitivo, meios para se entender – e então mudar – o mundo social.

Enquanto o ‘novo realismo’ apenas retoma o sentido empírico do positivismo fazendo frente às abordagens antirrealistas da ciência, o realismo transcendental destila uma abordagem científica inteiramente diferenciada, tanto para as ciências naturais quanto para as ciências sociais e humanas, mas, em especial, para estas últimas, ao propor a possibilidade de explicação científica baseada numa ontologia comum, mas diferenciada epistemológica e metodologicamente, segundo os objetos de conhecimento.

De acordo com o naturalismo não positivista desenvolvido aqui, os *predicados* que aparecem na explicação do fenômeno social serão diferentes daqueles que aparecem na explicação científica natural e os *procedimentos* usados para estabelecê-los serão, em certos aspectos, vitais, diferentes também (sendo contingentes em consequência de [sobre], e determinados pelas propriedades dos objetos sob estudo); mas os *princípios* que governam sua produção permanecerão substancialmente os mesmos (BHASKAR, 1998[1979], p.20 – itálicos no original, tradução livre).

Bhaskar rejeita o ‘novo realismo’ – ou realismo [apenas] empírico –, já que este se basta apenas no domínio de observação dos fenômenos. A ontologia deste novo realismo estaria assentada no domínio do empírico. Este seria apenas um nível, mais superficial e imediato, da realidade estratificada proposta pela filosofia da ciência de Bhaskar. Jessop (2005) resume bem tais níveis ao apontar que o domínio do (1) *real* corresponde às estruturas generativas ou mecanismos causais; (2) o *actual* se refere aos eventos, resultando de várias tendências reais e contratendências em condições iniciais específicas e (3) o *empírico* se ateria às observações e medições de eventos atuais e, em algumas circunstâncias, sublinhando estruturas ou mecanismos.

Assim, Bhaskar reconhece a existência de outros tipos de realismo científico, embora pondere que o realismo transcendental seja a versão mais bem desenvolvida, mas com análises da ciência fundamentalmente diferentes. Um deles atribui uma superavaliação e/ou importância na explicação histórica; outra ‘cientisticamente’ identifica o domínio da verdade com o que pode ser conhecido pela ciência e um terceiro prega a possibilidade, além de identificar e conhecer a verdade, de redutivamente levá-la a uma ciência em particular como a física.

Em contraposição a estas visões de realismo científico – que talvez estejam mais próximas de uma filosofia da ciência ou cientificamente-orientada do que de uma



filosofia *para* a ciência ou realista-científica –. O realismo transcendental defende que a ciência não é a medida de todas as coisas. O realismo transcendental pode sustentar uma orientação crítica, um número de bases para a prática científica existente, em particular rejeitando o nominalismo sobre a ciência, e criticando a prática de uma ciência por meio de uma lacuna de cientificidade. Desse modo, o programa do realismo transcendental, como filosofia orientada para a ciência,

[...] como foi desenvolvido nos últimos 15 anos [1973-1988], fornece um relato adequado da ciência – mais precisamente, das ciências, em todas as suas diferenças e especificidades assim como em sua unidade – em três principais dimensões: a dimensão intransitiva ou ontológica; a dimensão transitiva ou epistemológica, e a dimensão metacrítica ou do domínio da teoria crítica” (BHASKAR, 1989, p.183 – tradução livre).

A última deveria ser estendida para incluir (a) pressuposições e comprometimentos substantivos, assim como aquelas filosóficas e sociológicas e (b) das práticas históricas das ciências, assim como suas desconstruções e reconstruções filosóficas.

Um segundo plano ou nível de distinção é aquele feito dentro do próprio movimento do RC. Aqui vale a pena ressaltar a própria distinção conceitual que Bhaskar (1989; 1988b) faz acerca dos termos empregados por ele próprio: realismo transcendental, naturalismo crítico e RC. Enquanto o primeiro se refere ao seu relato de filosofia orientada para a ciência, o segundo fornece uma aplicação das bases dessa filosofia para o contexto específico das ciências sociais. Com o tempo, seus seguidores passaram a elidir as duas expressões, cunhando, então, o termo “realismo crítico”, o qual foi aceito por Bhaskar, que ponderou que, de fato, há mais convergências do que divergências entre as terminologias e que, portanto, o naturalismo crítico, como caso especial do realismo transcendental, poderia ser bem acomodado dentro dessa nova expressão sintética (e metonímica) para se referir a ambos os elementos de sua obra.

Assim, questões como *como a ciência tem que ser para que ela seja possível?* conduzem a tese do autor, ao inaugurar um tipo de raciocínio retroductivo (cf. próxima seção), que alimenta um novo tipo de explanação:

Se, por outro lado, as leis [científicas] são não mais uma constante conjunção de eventos puntiformes, mas tendências transfactuais de estruturas relativamente duradouras, e se o modelo nomológico-dedutivo é não somente inaplicável, mas falso, e se o objetivo da ciência não é a predição e controle, mas a explicação e o esclarecimento, então, como eu tenho pontuado alhures, há no mínimo uma chance ‘de que as ciências humanas possam ser ou se tornar ciências no mesmo sentido, mas pensadas, é claro, não nos mesmos

moldes [ou da mesma forma] ... como as ciências experimentais da natureza', (BHASKAR, 1998, p.67; BHASKAR, 1989, 184). Foi esta chance que eu explorei em PON através das deduções transcendentais das propriedades que as sociedades e as pessoas devem (tem que) ter, se elas são (estão para ser) (ou demarcam estes lugares de) possíveis objetos de conhecimento. Este foi o movimento que eu denominei de naturalismo crítico nas ciências sociais, em distinção das ciências psicológicas [...] (BHASKAR, 1989, p.184 – destaque no original, tradução livre).

Para as ciências sociais, Bhaskar (1989) desenvolve um naturalismo antipositivista, propondo que sejam adotadas como unidade de análise as relações entre os objetos – tanto para as ciências naturais quanto para as ciências sociais. Da combinação de tais objetos, isto é, das relações (ou interações) que eles mantêm entre si, é que emergiriam os poderes causais, levando assim a manifestação de um dado fenômeno. A principal – e advogada superior – diferença relacional é que os objetos do conhecimento científico, embora existam intransitivamente, são casualmente interdependentes do conhecimento do qual eles são os objetos. Isso leva imediatamente à diferença crítica, que se torna uma ruptura, por meio do conceito de crítica explicativa, do padrão distintivo fato/valor e teoria/prática, num modo que tem sido parcial e fracamente (feito de modo) análogo à esfera das ciências naturais.

Se for possível demonstrar a (contingencialmente necessária) suficiência de uma estrutura [estado de coisas, padrão ou conjunto de circunstâncias] para uma crença falsa, inadequada ou parcial, então se pode passar direto, *ceteris paribus*, para a avaliação negativa daquela estrutura (ou o que quer que seja) e *ceteris paribus* para uma avaliação positiva de uma ação racionalmente direcionada, removendo, transformando ou dissolvendo isso [aquela crença] e então *ceteris paribus* para aquela ação (BHASKAR, 1989, p.186-7 – destaque no original, tradução livre).

Essa manobra inicial e fundante das análises bhaskarianas o levou a uma concepção de ciência distinta, cujo modelo baseia-se em três elementos: identificação, construção de modelos hipotéticos de explicação e teste.

A ciência identifica um fenômeno (ou um conjunto de fenômenos), constrói explanação para ele e empiricamente testa suas explicações, levando à identificação dos mecanismos (causais) generativos no seu trabalho (processo), os quais, agora, se tornam o fenômeno a ser explicado, e assim por diante. Neste contínuo processo, como os níveis mais profundos ou os estratos da realidade são sucessivamente não dobrados (*un-folded*), a ciência deve construir e testar suas explicações com os recursos cognitivos e as ferramentas físicas que tem à sua disposição, as quais, durante este processo, são progressivamente transformadas, modificadas e refinadas (BHASKAR, 1998[1979], p.189 – destaque no original, tradução livre).

Vale ressaltar, ainda, que, dentro do próprio movimento do realismo transcendental, a profusão de seguidores que passaram a acompanhar Bhaskar após suas proposições iniciais, testando, expandindo e, eventualmente, modificando seus argumentos, contribuiu para a geração e a dispersão de outras vertentes de realismo – conforme será explorado em outros trabalhos (posteriores a esta tese) –, mas ainda compartilhando das mesmas premissas da escola bhaskariana (cf., por exemplo, Margareth Archer, Bob Jessop, Christopher Norris, etc.).

### **3.4 O Realismo Crítico: proposições e elementos centrais**

A despeito da pluralidade de ideias, conceitos e teses propostas e desenvolvidas no âmbito que se convencionou chamar de realismo transcendental, partindo da escola bhaskariana, muitos desdobramentos ocorreram, conforme pontuado anteriormente e, por isso, devido à impossibilidade de se esgotar todo o assunto neste único ensaio, é que recorreremos à estratégia de apresentar, de forma sumarizada, as principais categorias que devem ser observadas dentro da perspectiva realista transcendental. Fazendo coro com a proposta de Jessop (2005), optou-se, aqui, por sistematizar o núcleo duro do movimento, em sua ‘versão tradicional’, a fim de se evitar disparidades ou desvios introduzidos por abordagens específicas. Portanto, nos ateremos aqui às principais ideias da 1ª fase do RC, em virtude do relativo consenso existente dentro do movimento sobre tais teses.

De forma geral, como apontado anteriormente, o realismo transcendental trabalha com duas teses principais: (1) a da reivindicação da ontologia e sua irreduzibilidade à epistemologia e (2) a estratificação desta ontologia, a partir de mecanismos generativos ativos, dos eventos e dos fatos observáveis, que podem se manifestar ou não (VANDENBERGHE, 2007). Porém, em decorrência disso, várias propostas alternativas sobre epistemologia, metodologia, procedimentos de racionalização científica (*rationale*), assim como o próprio modelo de ciência, são reformuladas, a fim de comportar a dimensão ontológica ou intransitiva da realidade e suas implicações. Esses serão os critérios abordados a seguir.

A ontologia refere-se ao domínio da realidade propriamente dita, na acepção de realidade ou do objeto em si, sendo este possuidor de propriedades e características intrínsecas que orientariam o processo de investigação, delineando até que ponto e de

que maneira ele poderia ser feito. O RC adota como posição a ontologia realista, em que a realidade é vista como algo ou entidade que existe ‘lá fora’, isto é, de modo exterior e independente do ser humano ou do conhecimento que ele possa ter ou vir a ter da realidade.

Segundo Bhaskar (1989), este domínio ontológico – ou dimensão intransitiva, já que ele *é/existe* por si só, independente de complemento – é constituído de diferentes estratos ou níveis, aos quais se pode (ou não) ter acesso e gerar conhecimento: o empírico, que é o mais superficial estrato da realidade e constitui-se das manifestações empíricas de um dado fenômeno e que, portanto, podem ser observadas; o estrato atual, que seria um segundo estrato da realidade e empírico, não necessariamente observado, referente aos eventos ou à ocorrência de sucessivas transformações na realidade e o estrato do real, terceiro e mais profundo nível da realidade, que remeteria às propriedades internas e intrínsecas de cada entidade – ou coisa em si – e que seria responsável por desencadear a atuação das manifestações de um fenômeno, nos demais níveis, já que aqui neste nível é que residiram, de forma imanente – os poderes causais das entidades, sendo ativados mediante a sua exposição a determinadas circunstâncias (JESSOP, 2005; VANDENBERGHE, 2007).

Fleetwood (2005, p. 199) ainda acrescenta que uma “*entidade é tida como sendo real se ela tiver uma eficácia causal, um efeito sobre o comportamento, [se ela] fizer alguma diferença*”. A confusão que geralmente é feita baseia-se na aceção tomada literalmente e acriticamente de uma (errônea) equivalência entre o ‘real’ e a ‘existência material’ ou física de uma entidade e, por oposição, a equivalência (também errônea) entre o ‘não real’ como sendo entidade ‘não-material’ ou sem existência física. Além disso, há que se considerar, segundo o mesmo autor, que as entidades reais podem sobrepor dois modos distintos ou, mesmo, passar de um modo a outro, já que, tipicamente, elas estão sempre em evolução e mudança.

Contrariamente a essa visão superficial e acrítica, os realistas críticos apontam que muitas coisas são reais, mas de diferentes modos, sendo possível identificar pelo menos quatro formas de realidade que são: (1) *a material*, que se refere a entidades materiais como a água ou a terra, que existem independentemente do que os indivíduos ou comunidades façam, digam ou pensem; (2) *a ideal*, se refere a entidades conceituais tais como discurso, gênero, símbolos, etc., que podem ser entendidas como entidades discursivas, e que têm eficácia causal e que podem ter (ou não) um referente que pode ser idealmente real (ou não); (3) *a artefactual*, refere-se a entidades – tais como

cosméticos ou computadores – que são uma síntese de entidades física-ideal-socialmente reais e (4) *a social*, que se refere a práticas, estados de coisas, estruturas sociais que constituem organizações humanas (FLEWTWOOD, 2005).

Segundo Bhaskar (1989, p.185), “[...] outra diferença além da dependência social-relacional das estruturas sociais, são as suas dependências práxis-conceitual e sua relativamente grande especificidade material espaço-temporal ou geo-historicidade substantiva”. Uma estrutura ou um poder podem ser reproduzidos sem estar sendo exercido, mas somente em virtude das práticas humanas que sustentem aquela estrutura na sua existência.

Jessop (2005) comenta que Bhaskar enfatiza a natureza relacional dos três estratos da realidade, ou seja, as relações internamente necessárias e/ou externamente contingentes que se obtêm dentro dessas dimensões. Em particular, as propriedades necessariamente naturais do real podem (ou não) ser atualizadas em condições iniciais específicas e/ou por meio de (não)intervenções específicas. Nesse sentido, a aparência de tais propriedades não é garantida, mas somente tendencial. Assim, os realistas críticos observam as propriedades e eventos, ambos como necessariamente contingentes e como contingencialmente necessários.

Em primeiro lugar, os eventos são necessariamente contingentes porque tendências são, apenas e sempre, tendenciais, ou seja, elas podem vir a ser exercidas, mas nada garante que serão. Além disso, elas podem ser opostas por contratendências. Ambas são identificadas e esclarecidas apenas se totalmente situadas em condições históricas específicas. Tendências são tendenciais porque sua operação depende, sobretudo, da reprodução de relações sociais e processos que as geram. Porque esta reprodução não pode ser *taken for granted* (naturalizada), o quão distante uma tendência opera depende da extensão em que as suas próprias condições de existência tendem a ser reproduzidas. Em segundo lugar, os realistas críticos assumem que os eventos são contingencialmente necessários porque uma combinação particular de tendências e contratendências em um contexto histórico particular tipicamente produz um resultado (ou um conjunto de resultados) ao invés de outro necessário.

Uma implicação dessa posição realista crítica para as ciências sociais é que, ontologicamente, argumenta-se que as formas sociais pré-existem aos indivíduos e esta existência é uma condição necessária para sua atividade – excluindo o erro do voluntarismo. Porém, as formas sociais *não existem separadas* da concepção dos agentes do que eles estão fazendo e, nesse sentido, são discursivas, assim como

materiais. As ações sociais reproduzem ou transformam as formas sociais, o que exclui a reificação da sociedade. Assim, esta última seria definida como “[...] um conjunto articulado de tendências provisórias e poderes que existem somente enquanto, e pelo menos, alguns deles estão sendo exercidos via atividade intencional dos seres humanos [...]” (JESSOP, 2005, p.44).

Um segundo elemento central dentro do RC é a *dimensão transitiva* do conhecimento – ou *epistemológica* – que, em vez de orientar o processo de descoberta científica, passa a ser orientada pela dimensão intransitiva ou ontológica. Para Bhaskar (1989), uma das características mais significantes das ciências sociais é que o fenômeno social ocorre somente em sistemas abertos, enquanto na esfera natural há a possibilidade de fechamento artificial desses sistemas, como observado na física ou na química, e de fechamento parcial, gerando sistemas quase fechados na biologia, mas com alto grau de controle das variáveis. Daí segue-se que situações decisivas de teste são impossíveis. Então, o critério de escolha de uma teoria ou desenvolvimento teórico deve ser exclusivamente explicativo e não preditivo.

Como consequência, haveria duas posições extremas do fato de se ter sistemas abertos: uma seria a possibilidade de se negar qualquer controle *a posteriori* numa teoria, independente de sua aplicação prática, o que ressaltaria o caráter de impossibilidade de teste preditivo. A outra seria a observação do uso de uma bateria de técnicas estatísticas como mais ou menos adequada para tentar substituir o fechamento experimental, o que negligenciaria os limites qualitativos da medição e a probabilidade de variação dos sistemas abertos. Porém, é necessário esclarecer que isso não implica em jogar fora as previsões condicionais na ciência social. Além disso, uma teoria explicativa poderosa seria capaz de situar possibilidades mesmo antes de elas serem manifestadas, conferindo, assim, uma função prognosticativa no domínio social à teoria.

Outro ponto fundamental, no que tange à dimensão epistemológica, é que os objetos intransitivos da investigação social são, em si mesmos, dotados de significados ou emergem, em parte, das relações entre ações plenas de significados. Isso implica uma dupla hermenêutica, em que o que a ciência pretende interpretar é isso mesmo pré-interpretado. O que resulta que a ciência social pode dar *feedback* para a realidade social e, assim, adquire autorreflexão pelos cientistas. Daí resulta que as boas explicações combinam explicativo (causal) e interpretativo (hermenêutica). Há duas razões para isso: o RC rejeita o modelo humeano e razões podem ser causas (BHASKAR, 1998), o que traz implicações diretas para a ciência e a prática social.

Jessop (2005) afirma que o conhecimento – domínio transitivo – é feito por meio de um processo contínuo de confrontação entre *hipóteses* teóricas *retrodutivas* sobre os objetos intransitivos e *demonstrações evidentes* (ou evidenciáveis), geradas por meio da investigação transitiva. Estas demonstrações são mediadas pelo resultado da investigação científica e nunca refletem diretamente o domínio real ou o fenômeno atual (domínio atual).

O problema, então, de como resolver qualquer inconsistência entre hipóteses e evidência seria determinado dentro do paradigma prevalecente (hegemônico), com suas regras da ciência. Mas, para que estas regras sejam aceitas como científicas elas devem prover uma base para julgamento racional entre diferentes reivindicações. Essas regras pertencem ao aspecto transitivo da ciência e por isso estão sujeitas à revisão e ao desenvolvimento. Assim, o relativismo epistemológico aqui empregado pelo realismo não se confunde ou compartilha do relativismo julgamental (i.e., a visão de que qualquer julgamento pode ser tão bom quanto qualquer outro). Afirmativas competitivas sobre o mundo intransitivo são frequentemente possíveis (mas não sempre) de serem feitas (JESSOP, 2005).

Assim, chega-se a um terceiro elemento central do RC: o processo de *racionalização científica (rationale)*. No RC, a busca pela racionalização e explicação científica percorre um caminho diferente do paradigma convencional. Com questões como “como o mundo/realidade tem que ser para que ele seja passível de conhecimento por nós?” e “que propriedades possuem as sociedades que podem torná-las possíveis objetos de conhecimento para nós?” (BHASKAR, 1998, p.1), Bhaskar inverte a tradicional lógica de questionamento, passando da ênfase na agência (como eu conheço o mundo?) para a ênfase no objeto ou coisa em si (como ele é ou deve ser para que possa ser conhecido?) e, com isso, mudam o sentido e a orientação do raciocínio filosófico e científico – no realismo transcendental –, gerando o que ele chama de *retrodução (retroduction)*.

A retodução é um tipo de raciocínio lógico-filosófico (passível de ser transposto para campo científico) que embasa o pensamento dentro deste paradigma. Ela formula um questionamento que visa reconstituir a trajetória de formação de uma entidade a partir de seu estágio atual, em direção ao passado. Por exemplo: *Como teria que ser X para que se tornem objetos de conhecimento para nós? Que propriedades teriam o objeto X para que ele se tornasse objeto de conhecimento para nós (fosse possível ser conhecido)?* Este tipo de operação “[...] envolve um questionamento do que

o mundo real deve ser para que um *explanandum* específico seja atualizado e, como tal, difere da indução empírica e da dedução lógica” (JESSOP, 2005, p.43 – itálicos no original, tradução livre).

Tal procedimento é de caráter geral – assim como a indução ou a dedução e, portanto, não requer uma técnica específica para a sua aplicação. Ao contrário, pode recorrer tanto à experimentação como à medição, à observação, etc., sendo sempre contingentes, falíveis e, talvez, corrigíveis” (JESSOP, 2005, p.43 – itálicos no original, tradução livre). Por esta razão, o RC abraça o relativismo epistemológico.

Segundo Jessop (2005), *metodologicamente*, o RC aponta para a necessidade de descobrir quais são as condições necessárias e suficientes para um dado *explanandum*. De acordo com Bhaskar (1998, p.20-22 – itálicos no original, tradução livre), as “[...] simples generalizações empíricas somente são aceitáveis na ausência de conhecimento sobre os poderes causais ou mecanismos e outras condições que formam a melhor base para a *retrodução* descobrir os mecanismos e obter as condições que os geram”.

Isto é ilustrado pelo registro de Lawson na economia, quando ele fala de semirregularidades ocorridas num espaço físico. A identificação destas certas regularidades é facilitada por meio da comparação, do estudo de crises econômicas e das análises contrafactuais. Geralmente, a explicação adequada é somente relativa a um dado *explanandum* e isso pode mover do abstrato para o concreto, isto é, pelo aumento gradativo da concretização/materialização de um dado fenômeno (ex.: de *comodities* em geral para força de trabalho como uma *comoditie* fictícia, da relação salarial para os salários nominais...) e do simples para o complexo, em outras palavras, pela introdução de outras (novas) dimensões de um dado fenômeno (JESSOP, 2005). Dessa forma, reconhece-se que nenhuma explicação é sempre e totalmente completa. Ela pode ser sempre redefinida ou questionada fazendo-se o *explanandum* mais concreto e/ou complexo.

Uma implicação direta para as ciências sociais é que “[...] enquanto os poderes causais básicos e leis do mundo natural têm sido constantes desde a formação do universo, o mundo social exhibe poucas constantes e correspondentemente maior variação em emergentes propriedades reais através do tempo e do espaço” (JESSOP, 2005, p.44 – tradução livre). Assim, os cientistas sociais precisam considerar a especificidade histórica e a espacialidade das formas sociais e a transformação de suas propriedades sociais. Neste particular é importante para disciplinas e pesquisas a preocupação com a distintividade e particularidade de eventos ou processos, que serão



engajados em raciocínios probabilísticos e contrafactuais aplicados a condições internas e externas do fenômeno em questão.

Embora reconhecendo a necessidade de procedimentos metodológicos eventualmente distintos entre as ciências sociais e as naturais, o RC não especifica que técnicas podem ou devem ser utilizadas e quais não podem ou não devem, deixando a questão aberta à própria verificação transfactual na realidade. Bhaskar (1998, p.129) gera um modelo de explicação científica em sistemas abertos, composto por quatro fases, que são:

- (1) *Resolução* de um evento complexo em seus componentes (análise causal).
  - (2) *Redescrição* das causas componentes.
  - (3) *Retrodiction* a possíveis causas (antecedentes) de componentes via afirmações nórnicas validadas de modo independente.
  - (4) *Eliminação* de causas alternativas possíveis dos componentes.
- (BHASKAR, 1998, p.129 – itálicos no original, tradução livre).

Este modelo, denominado de modelo RRRE de explicação em sistemas abertos, reconhece a multiplicidade e a pluralidade de causas nos passos 1 e 4, respectivamente. Além disso, nas fases 2 e 3 é sublinhado o papel chave desempenhado pelas atividades científicas de redescrição e aplicação transfactual do conhecimento, sendo ambas estritamente incompatíveis com o relato humeano (BHASKAR, 1998).

No modelo positivista, a explicação meramente generaliza o problema, enquanto na vida científica e cotidiana ele resolve este problema, via introdução de um novo (solucionador de problema, explicativo) conceito. Isso envolve um trabalho não lógico (imaginativo). O realismo transcendental e o idealismo concordam com a necessidade de, mas discordam na natureza, tal trabalho. O realismo o vê como prático e, ao mesmo tempo, simbólico, com explicações construídas na imaginação científica sujeita não apenas às restrições cognitivas de coerência e plausibilidade, mas também às condições materiais de teste empírico. Além disso, este trabalho não lógico (ou imaginativo) distingue o momento da teoria e aquele de sua aplicação em sistemas abertos. O idealismo nota corretamente que as explicações estão situadas no tempo e no espaço; que elas são formas de intercâmbio (e de produção) social, não descrições de um dado mundo. Mas, o realismo insiste que este processo social transmite a importação de uma carga ontológica, e o observa como sujeito a controles objetivos tanto quanto intersubjetivos.

### 3.5 Limitações e Questões para Debate

O RC não é uma filosofia *para* ciência sem críticas e críticos. Tais críticas podem ser agrupadas em dois níveis: um externo, isto é, de fora do movimento, visando desconstruí-lo e destituí-lo da posição emergente que vem assumindo e outro interno, feito pelos seus próprios seguidores, mas com desenvolvimentos específicos às concepções iniciais.

Muitas dessas críticas vieram junto com as suas formulações originais, com o lançamento do livro *Uma teoria realista da ciência* [*A realist theory of science*], em 1975. Em sua argumentação em defesa de um denominador comum entre as ciências – que seria sua dimensão ontológica –, Bhaskar coloca ênfase no objeto em si e na realidade, o que implica, pelo menos, duas coisas: por um lado, uma desantropomorfização das ciências e, por outro, tomar o relato das ciências naturais como trilha original, a qual servirá de guia para se produzir as adaptações necessárias para gerar o conhecimento científico das ciências humanas.

Porém, para Ted Benton e Alan Chambers, ao fazer isso, Bhaskar estaria fundamentando seu relato essencial e exaustivamente na física e na química, como se quisesse espalhar suas premissas e modos de operação para todas as ciências. Assim, para esses autores, o relato *bhaskariano* seria passível de crítica por se aproximar demasiadamente das ciências naturais. Porém, Bhaskar se defende argumentando que tomou a física e a química como exemplos, devido ao fato de representarem o núcleo duro das ciências na versão tradicional, isto é, da ciência normal positivista.

As críticas externas ao realismo, isto é, vindas de outras posições filosóficas, estão, em grande medida, associadas ao construcionismo social, visto que esta tem sido a posição não ortodoxa (isto é, não positivista) hegemônica no cenário atual. A principal crítica desta corrente ao realismo é a de que ele seria apenas mais um relato da realidade, um jogo de linguagem ou discurso especializado baseado em uma ontologia fundamentacionista (Gergen *apud* REED, 2005). Porém, em ambos os casos tem-se um argumento essencialmente filosófico porque ele visa mostrar a plausibilidade e a superioridade de uma dada filosofia sobre outra.

Internamente ao RC também há várias críticas, feitas por diferentes seguidores, mas que, em vez de tentar desconstruir o movimento, visam estender determinadas

reflexões, fazer pontes com outras teorias ou rever e situar em novas bases determinadas posições e argumentos intermediários, mas não suas premissas fundacionais.

Dentre tais críticas, Corrales (2004) sintetiza bem alguns pontos que ainda carecem de desenvolvimento e melhor fundamentação – apesar de reconhecer que este processo encontra-se em curso e que várias lacunas têm sido preenchidas pelos desdobramentos dos seguidores a partir das proposições iniciais de Bhaskar – em três pontos.

O primeiro deles, segundo Corrales (2004), refere-se ao fato de que, quando Bhaskar discute o problema do conhecimento (ou como podemos conhecer a) ad sociedade, ele não faz uma distinção clara entre a ontologia filosófica, a ontologia social e a epistemologia social que esta implica. Para Corrales (2004), para se entender a realidade, são necessárias categorias, uma produção mental de conhecimento que nos permita gerar as condições da inteligibilidade do conhecimento, o que ocorreria, segundo este autor, de maneira confusa na obra de Bhaskar, ao combinar a ontologia filosófica com ontologia social.

Outra questão diz respeito à necessária, porém, não suficiente, diferenciação entre o RC e o marxismo. Ao assumir uma posição claramente socialista, Bhaskar está comprometido com a construção de um projeto intelectual de hegemonia socialista, voltada para a transformação social e emancipação (BHASKAR, 1989), porém, se aceitarmos o relativismo epistêmico, tal como proposto pelo RC, e a possibilidade de falibilidade de qualquer teoria, é necessário ver claramente uma leitura crítica de Marx e de suas contribuições para o próprio RC, abrindo a possibilidade para que o realismo possa ser fundamentado ou pensado em outras bases (CORRALES, 2004).

Um terceiro aspecto, de certo modo uma extensão do argumento anterior, refere-se a certas noções, como a primazia da ontologia de algumas estruturas da sociedade sobre outras, que necessita ser desenvolvida para iluminar as ‘velhas’ discussões marxistas sobre o predomínio da base econômica na superestrutura.

Por fim, como aponta Corrales (2004), outro problema do RC é que ele não desenvolveu completamente novas metodologias e técnicas de investigação em ciências sociais. Tal ‘esterilidade’ tem deixado o realismo à mercê de ressignificações de metodologias tanto positivistas como não positivistas, o que pode trazer o risco iminente de que esses antigos movimentos outrora hegemônicos busquem, dentro do realismo, recuperar seu espaço perdido, travestindo-se das premissas realistas, mas mantendo-se,

na prática, comprometidos com os modos positivista e antirrealista de produção do conhecimento.

Visando responder e avançar nestes e em outras questões, vários estudos foram e têm sido feitos para avançar na perspectiva do realismo, desde a clássica questão entre estrutura e agência – que concentra a maior parte dos debates –, como visto em Archer (2007) e Jessop (2005), passando pela questão dos elementos condicionantes (restritivos e habilitadores) espaço-temporais, tal como em Jessop (2005), pela questão metodológica (SAYER, 2001), até chegar às verificações realistas com suas explicações transfactuais dos fenômenos, entre outros desdobramentos.

### **3.6 Considerações Preliminares**

Este ensaio teve a finalidade de introduzir o debate sobre RC na comunidade acadêmica brasileira de ensino e pesquisa em administração, além de lançar questões sobre seu potencial explicativo para os estudos organizacionais. Acredita-se que tal objetivo tenha sido alcançado, na medida em que podemos, de algum modo, fornecer um panorama – ainda que introdutório e, evidentemente, não exaustivo – do assunto, mas que, por si, já representa um avanço, no sentido de tentar inovar e trazer à tona uma discussão (não tão nova, mas) ainda despercebida no cenário brasileiro, apesar de suas importantes contribuições e desdobramentos no cenário internacional.

O relato realista, seja na sua forma mais ampla – a do realismo transcendental – aplicada às ciências, seja na sua forma específica – do naturalismo crítico – aplicada às ciências humanas, é, antes de tudo, uma proposta de convergência, por meio das sínteses de elementos centrais das tradições dos relatos positivista/empirista e hermenêutica/idealista das ciências, e ampliação de uma filosofia *para* a ciência, que propõe uma comensurabilidade ontológica enquanto reconhece as especificidades epistemológicas e metodológicas requeridas por cada objeto do conhecimento.

Essa tentativa de construção de um metarrelato filosófico *para* as ciências, por si só, já representa um esforço e uma contribuição – ainda que passível de uma explicação retroductivamente mais plausível e concorrentemente mais poderosa por parte de outro projeto filosófico, que futuramente venha a existir – para as ciências, no sentido de que, arrojadamente, fornece o estímulo necessário para a superação de tradicionais dicotomias e limites paradigmáticos estabelecidos pelos cânones das antigas tradições.

Assim, como pontua Corrales (2004; 2007), ao lembrar Kuhn (1962; 2006), somente a emergência de um novo paradigma consegue explorar e resolver os problemas de fronteira do conhecimento que as teorias consagradas de um campo paradigmático não conseguem resolver. Quando este novo paradigma emerge, inexoravelmente promove consigo o avanço do conhecimento científico a um novo patamar.

O RC não é uma proposta acima de qualquer crítica, como foi apontado anteriormente; pelo contrário, ainda há muitas lacunas – como em qualquer paradigma emergente – que precisam ser preenchidas pelo trabalho de vários estudiosos que se dediquem à resolução de problemas neste campo. No campo organizacional, apesar de vários trabalhos endereçados à questão terem sido desenvolvidos no âmbito internacional, Vandenberghe (2007) aponta uma ontologia dos coletivos que poderia ser objeto de investigação e lançar luzes sobre a verificação e a explicação realista da ciência, como tentado nesta tese, em futuros estudos.

## 4 TEORIA SOCIAL E TEORIA SOCIAL REALISTA: SITUANDO AS BASES PARA UMA SOCIOLOGIA REALISTA DAS ORGANIZAÇÕES

**Resumo:** este trabalho foi realizado com o objetivo de explorar as interfaces e as possibilidades de diálogo e fundamentação da teoria das subjetividades (TSC) para a teoria das organizações (TO). Para isso, contextualizou-se o naturalismo crítico dentro da teoria social contemporânea. Localizaram-se os elementos centrais dentro da sociologia que possibilitam a leitura do realismo crítico na teoria social. Depois, apresentou-se a TSC proposta por Frédéric Vandenberghe. Concluiu-se com considerações preliminares de como ambas, a teoria social realista e a TSC, podem fornecer as bases para uma possível teorização organizacional realista.

**Palavras-chave:** filosofia da ciência; realismo crítico; teoria organizacional; ontologia.

### 4.1 Introdução

Neste capítulo, o objetivo é sistematizar e caracterizar a aplicação dos principais elementos da filosofia da ciência proposta pelo realismo transcendental<sup>86</sup> (denominação original do realismo crítico) na teoria social contemporânea, cujo resultado é a geração de uma nova vertente: a teoria social realista, e suas implicações para a sociologia das organizações. Tal procedimento é necessário a fim de se delimitar, de forma mais precisa e adequada, as categorias teóricas sobre as quais a sociologia das organizações (e a teoria organizacional) recorrem dentro da teoria social<sup>87</sup>, no intuito de elaborar suas bases e o seu próprio discurso sobre as organizações.

---

<sup>86</sup> É importante resgatar aqui que a concepção do discurso da filosofia para a ciência proposta inicialmente por Bhaskar é denominada “realismo transcendental” e cuja orientação específica para as ciências humanas é denominada de “naturalismo crítico”. Assim, a elisão dos dois termos (realismo transcendental + naturalismo crítico), sugerida pelos seus seguidores, produziu a terceira nomenclatura: o “realismo crítico”. Porém, esta síntese tem sido utilizada para classificar tanto o seu relato filosófico da ciência, em geral, quanto o das ciências humanas, em particular. Assim, neste capítulo a fim de demarcar claramente tal distinção, será utilizada a classificação original proposta por Bhaskar.

<sup>87</sup> A partir dos trabalhos de Giddens (2003: XVIII), Giddens e Turner (1999:7) e Parker (2000:90), enraizados em solo anglo-saxão, que tratam da distinção entre teoria social e teoria sociológica, Peters (2006, p.27-28) oferece uma síntese, em que **teoria social** é designada para tratar da reflexão intelectual, interdisciplinar dentro das ciências humanas, sobre problemas, explícita ou implicitamente, relacionados à: a) *ontologia* [social], isto é, a natureza da conduta individual e sua relação com as motivações subjetivas, conscientes ou não; as propriedades genéricas da interação social (a relação entre os planos de agência/estrutura, micro/macro) e as fundações conceituais do inquérito científico social; b) *metodologia*,

A tarefa de apresentar a versão sociológica do discurso filosófico do realismo transcendental, expresso pelo naturalismo crítico, consiste, fundamentalmente, em demonstrar o modo pelo qual a teoria social trata de suas questões centrais a partir da perspectiva realista transcendental. Especificamente, pretende-se apresentar e localizar a emergência do naturalismo crítico dentro da teoria social contemporânea, com sua (re)leitura de categorias sociais para a análise dos fenômenos sociais, explicitando a distinção decorrente do uso do realismo transcendental como tomada de posição no campo sociológico em relação às outras abordagens da teoria social que, por sua vez, se ancoram em diferentes perspectivas filosóficas<sup>88</sup>.

Dado que o discurso filosófico é distinto do discurso sociológico, no sentido de que aquele carece de objetos materiais (VANDENBERGHE, 2007a; 2007b; 2009; 2010g), as teses filosóficas propostas no seio do movimento do realismo transcendental situam-se no plano geral do nível abstrato da filosofia e, portanto, ao serem transpostas para os níveis fenomênico e empírico do mundo real, precisam se revestir de camadas conceituais mais densas que, por sua vez, traduzem a expressão de categorias de objetos reais, independente do seu nível de concretude, mas todos eles compartilhando o mesmo ponto comum, que é a necessidade de eficácia causal sobre a realidade (cf. FLEETWOOD, 2005).

Assim, a elaboração e o desenvolvimento sistemáticos de uma teoria social realista situam-se em um plano diferente daquele do discurso filosófico proposto inicialmente pelo movimento filosófico do realismo transcendental. Para isso, uma série de esforços foi empregada, diretamente pelo próprio Bhaskar, assim como pelos seus seguidores, para a transposição do realismo transcendental para as ciências humanas, como a criação da Associação Internacional de Realismo Crítico [*International Association for Critical Realism / IACR*], o Centro para o Realismo Crítico [*Centre for*

---

ou seja, as preocupações epistemológicas no projeto de investigação científica da ação humana, dos significados e representações socioculturais e formações coletivas; os problemas de acesso ao conhecimento das coisas, sua descrição, compreensão interpretativa e explicação em diferentes frentes de pesquisa, e procedimentos pensados como pano de fundo contratativo ou emulativo em relação às ciências da natureza e ao c) *caráter normativo* referente a pressuposições, engajamentos e implicações morais ou prático-políticas das teorias e diagnósticos produzidos no campo das ciências humanas. Já a **teoria sociológica** é direcionada ao estudo sistemático dos marcos estruturais e processos de reprodução do capitalismo e transformação da modernidade, não no sentido histórico-cronológico, mas de identidade situacional e tipo específico de arranjo social e institucional. Nesse ponto é que se desenrolam os debates sobre a suposta transição entre da modernidade clássica para um novo tipo de configuração societal. O presente estudo situa-se, portanto, de acordo com esta distinção, no plano da teoria social, porém, ambos os termos serão usados neste estudo intercambiavelmente, tal como em Peters (2006).

<sup>88</sup> Bhaskar afirma que a filosofia é a disciplina mais importante, pois ela embasa todas as discussões racionais sobre o mundo, o ser no mundo e as relações entre ambos.

*Critical Realism*] e o *Journal of Critical Realism* (inicialmente denominado Aléthia), dedicado exclusivamente ao assunto, etc.

Realizando pesquisas e trabalhos independentes, como Margaret Archer<sup>89</sup>, ou explicitamente continuando, sistematizando e aprofundando o veio explorado por Bhaskar, como Steve Fleetwood, Peter Manicas, Douglas Porpora, entre outros, esses seguidores contribuíram também para a dispersão e a aplicação do realismo transcendental em vários (sub)campos científicos, dentre eles especialmente nas ciências humanas e, com mais ênfase, no campo da sociologia. Ao fim desse processo, culminava-se, assim, na emergência de um novo movimento dentro da teoria social, a teoria social realista, que, no cenário atual da sociologia contemporânea, passaria a se constituir numa referência necessária.

Além dos esforços deliberadamente empreendidos para a concretização do movimento realista crítico nas ciências humanas e sociais, fatores contextuais, como o esgotamento do “novo movimento teórico”, tal como identificado por Jeffrey Alexander (1987), parecem ter contribuído para a emergência da teoria social realista, visto que ela passou a constituir uma alternativa viável para a então estagnação teórica que se apresentava à sociologia (VANDENBERGHE, 2009), em suas diferentes facetas de confluência (ARCHER, 2000), falácias subjacentes (BHASKAR, 1998[1979]), assim como a crescente desintegração teórica e fragmentação identitária do campo (BRANTE, 2001).

Diante desse breve cenário, a aplicação dos princípios da ontologia estratificada, proposta pelo realismo crítico, bem como da comensurabilidade paradigmática entre as ciências – possibilitada pelo compartilhamento do nível intransitivo da realidade – natural e social e a consequente visualização da sociologia em níveis (BRANTE, 2001; VANDENBERGHE, 2006; 2007; 2010) tornam possível localizar as instituições e as organizações num nível intermediário da relação entre agência e estrutura (ARCHER, 2000; ACKORYD; FLEETWOOD, 2004; FLEETWOOD, 2005; 2008a; 2008b; ELDER-VASS, 2010; VANDENBERGHE, 2010) como uma entidade real com existência própria e poderes causais capazes de interferir na realidade, sendo, portanto, uma instância legítima de estudos no âmbito da teoria social – e, por extensão, no

---

<sup>89</sup> Originalmente desenvolvidos de forma independente, os trabalhos de Margaret Archer vieram a se somar ao movimento, contribuindo para a sua consolidação no campo das ciências sociais. Esses esforços, ações deliberadas e convergentes, realizadas por pesquisadores independentes, que foram se agurpando em torno das mesmas premissas ontológicas e epistemológicas, culminaram na formação, ampliação e difusão do movimento do realismo crítico.



âmbito da sociologia das organizações – e um nível supostamente adequado para se aprofundar no conhecimento sobre os processos de constituição da sociedade (ACKROYD, 2000).

Assim, especificamente, considerando as premissas identificadas até o momento, que são:

- (1) a partir da possibilidade de convergência teórica e síntese dada pela ontologia estratificada em níveis, onde as organizações se encontram no nível meso de análise do mundo social;
- (2) aliada ao fato de as organizações serem empreendimentos racionais deliberadamente criados para por em marcha uma ação coletiva;
- (3) as tentativas de explicação da questão central da teoria social – a saber o debate acerca da relação agência-estrutura, como mecanismo de constituição da sociedade, e os diferentes tipos de confluência, ascendente, descendente e central (ARCHER, 2000 ),

então, pretende-se argumentar, neste capítulo, que a focalização do debate a partir da análise das organizações pode ser frutífero para a teoria social, na medida em que a abertura da “caixa preta”<sup>90</sup> das organizações pode revelar processos e mecanismos relacionados à questão da agência-estrutura, já que esta é uma categoria intermediária na relação entre agência e estrutura (FLEETWOOD, 2008b; ELDER-VASS, 2010) e que, até o momento, não tem sido observada com a devida atenção pela teoria social (ACKROYD, 2000).

Isso pode ocorrer justamente pelo fato de a organização se situar como categoria analítica sociológica no meio dessa relação, no nível meso da realidade social (BRANTE, 2001; VANDENBERGHE, 2010g), sendo, necessariamente, uma categoria (e um objeto social real) intermediária, supostamente relacionada a essa passagem das ações individuais para o coletivo, bem como dos constrangimentos coletivos sobre os corpos individuais. Assim, concordando com e retomando a proposição inicial lançada por Ackroyd (2004) é que se considera necessário e potencialmente útil, tanto para a sociologia das organizações, em particular, quanto para a teoria social, em geral, abrir a “caixa preta” do processo de estruturação das entidades coletivas (ou organizações).

---

<sup>90</sup> Bourdieu (2001, p. 223) também usa esse termo para se referir à dificuldade e à inespecificidade dos estudos “tradicionais” de lidar com a estruturação interna do campo social das empresas (ou organizações).

Nesse sentido, serão identificadas, neste capítulo, as bases mais amplas, do ponto de vista da teoria social, que situam e enquadram a sociologia em seus diversos campos e subcampos, incluindo o organizacional, a fim de que possamos, no próximo capítulo, explorar em detalhes e avançar no veio teórico identificado por Fleetwood (2008b) e Elder-Vass (2010), de análise das organizações como entidades mediadoras da relação agência-reestrutura e, portanto, estruturantes da sociedade.

Para isso, de partida, argumentamos, com Vandenberghe (2009; 2010a; 2010c), que a sociologia realista crítica, apesar de enraizada em solo sócio-filosófico anglo-saxão, tem bases iminentes que podem ser derivadas da era dos epígonos – em especial dos monumentos *giddensiano* e *bourdieusiano* –, já que, em ambos os casos, buscava-se produzir uma nova síntese na teoria social (PETERS, 2005; 2006; VANDENBERGHE, 2009; 2010c), superando as dicotomias entre ação e estrutura. E é a partir deste e contra este pano de fundo que ela se posiciona como um projeto próprio, e solidamente fundamentado.

Tanto em Giddens quanto em Bourdieu geraram-se modelos teórico-empíricos de análise do processo de estruturação da relação agência-estrutura, culminando com modelos de estruturação mais ou menos influenciados, ora pela agência ora pela estrutura (PETERS, 2005; 2006). Porém, segundo Archer (2000), ambos “falham” em sua tentativa de solução do problema agência-estrutura, já que tendem, em seus modelos, ao tipo de confluência central (ARCHER, 2000). Visando superá-los, a teoria social realista propõe uma releitura da questão a partir das bases ontologicamente fundamentadas pelo realismo transcendental.

Enquanto Archer (2000) faz uma releitura crítica da teoria da estruturação de Giddens, à luz do realismo transcendental, portanto, num contexto de teoria social *pós-giddensiana* na Inglaterra, Vandenberghe (2010) opta por uma releitura crítica de, simultaneamente com e contra, Bourdieu, introduzindo em seu esquema analítico uma maior margem para a ação, também à luz do realismo transcendental e cuja ênfase pode ser localizada no quadro da teoria social francesa *pós-bourdieusiana*.

Assim, seguindo a trilha aberta por Vandenberghe (2009; 2010a; 2010c), pretende-se seguir aqui a visão da teoria social realista como um “cruzamento” (genético) da teoria social inglesa *pós-giddensiana* com a teoria social francesa *pós-bourdieusiana*, a partir das bases do movimento realista crítico, em que se admitirá que esta conferirá maior potencial explicativo e enquadramento teórico-metodológico para a noção de estrutura – a partir da teoria dos campos sociais e aquela aportará maior

potencial explicativo à teoria social a partir da noção de agência, tal qual como formulada por Archer (2000), em que se visualiza o espaço suficiente para a ação social a partir da noção de conversações internas, que pode preencher as possíveis lacunas no quadro *bourdieusiano*.

Assim, ao situar a teoria social realista como um “híbrido” derivado do cruzamento da sociologia de Bourdieu com a de Giddens<sup>91</sup> – partindo de uma releitura do ponto comum de ambos, que é a elaboração de um modelo *praxiológico-estruturacionista* (PETERS, 2005; 2006) –, à luz do realismo transcendental, pretende-se acentuar aqui o processo de estruturação<sup>92</sup> social, o qual abrirá – seja pela forma como é obtido seja por seu resultado final – uma questão central para discussão, no âmbito da sociologia das organizações (e de sua consequente teorização organizacional), que trata da identificação e da discussão da organização como uma entidade real e um ator coletivo capaz de exercer influência eficazmente causal na realidade, tal como proposto por Vandenberghe (2010g).

Ao replicar esse processo de estruturação da realidade social no plano das organizações – e vê-las como elos centrais na relação agência-estrutura –, pretendemos analisar, de forma específica, o seu processo de estruturação como construção de atores coletivos (ACKROYD, 2000) e, portanto, como entidades coletivas dotadas de uma subjetividade coletiva (VANDENBERGHE, 2010), partindo do pressuposto de sua centralidade na ligação, estruturação e hierarquização dos níveis da realidade social (BRANTE, 2001; VANDENBERGHE, 2010) e, portanto, como elo necessário, embora não suficiente, para a estruturação da sociedade (ACKROYD; FLEETWOOD, 2004; FLEETWOOD, 2005; 2008a; 2008b; ELDER-VASS, 2010). Isso permitiria a

---

<sup>91</sup> Além dessa tentativa de superação, o modo pelo qual eles foram construídos e as bases sobre as quais eles se ergueram evidenciam a compatibilidade de um projeto comum, a saber, o tratamento da questão agência-estrutura e o processo de estruturação (ou constituição) da sociedade. Não é contra essa questão ou contra este processo identificados que o realismo crítico argui, mas sim contra as bases sobre as quais esses empreendimentos foram elaborados. Assim, tentando retomar esse debate e corrigir seus erros, principalmente da falácia epistêmica e da confluência central, a teoria social realista retoma esses trabalhos como ponto de partida, ou um “embrião”, que será adequadamente bem desenvolvido pelo Modelo Transformacional da Ação Social (TMSA) de Bhaskar e da análise morfogênica de Archer. Apesar de seus erros, suas contribuições foram, contudo, inestimáveis para a teoria social e, portanto, permanecem necessariamente como referências incontornáveis. Parafraseando Vandenberghe, pode-se discutir com ou contra Bourdieu, mas não se pode ignorá-lo. Idem para Giddens.

<sup>92</sup> Assumimos aqui, conforme verificado na literatura, que este processo corresponde ao problema da relação estrutura-agência. Para uma recente e adequada colocação deste problema, ver, no plano nacional, Peters (2006, p. 1- 35) e no plano internacional, Elder-Vass (2010). Para uma colocação “tradicional” da questão, cf. (BOTTOMORE; NISBERT, 1980; BOUDON, dicionário crítico de sociologia; BOBBIO, idem).

compreensão e a explicação do processo de estruturação social da realidade para além da falácia conflacionista (ELDER-VASS, 2010).

Assim, pretendo adicionar e defender aqui, numa posição próxima e semelhante à de Fleetwood (2008b) e Elder-Vass (2010), que a estruturação dos coletivos é o que permite integrar a ação individual à estrutura social. Dessa forma, para compreender e fornecer uma explicação adequada para o problema da relação estrutura-agência é uma condição necessária, embora não suficiente, a estruturação da ação social via ação coletiva. Ou seja, o foco aqui, ao situarmos nossa análise nas organizações, será torná-la um microcosmo para a realidade social (CROZIER, 1973). Assim, poderíamos dizer que, situadas dessa forma, as organizações são níveis/instâncias da realidade privilegiadas para se estudar a passagem da ação individual para a coletiva, sendo, portanto, mecanismos estruturadores da sociedade.

Para alcançar o objetivo aqui delineado (de sistematizar e caracterizar a aplicação dos principais elementos da filosofia da ciência proposta pelo realismo transcendental na teoria social contemporânea), recorro, a seguir – conforme nos instrui Vandenberghe (2009; 2010c), apenas propedeuticamente, a uma síntese da trajetória histórica do campo da teoria social no momento precedente à emergência do realismo crítico, a fim de contextualizar temporal e espacialmente a localização deste movimento filosófico e, desta feita, compreender, de forma mais precisa, sua inserção neste (sub)campo filosófico – das filosofias da ciências (HARRÉ, 1989).

Este capítulo está organizado da seguinte maneira: nesta seção introduzimos o assunto, mostrando como, ao longo deste capítulo, será evidenciada a passagem do discurso realista crítico no plano da filosofia da ciência para a teoria social. Para isso, serão efetuados três passos argumentativos. Num primeiro momento (seção 4.2), serão evidenciadas a localização e a contextualização do naturalismo crítico dentro da teoria social contemporânea, sua especificidade, bem como suas principais correntes em relação às quais ele se posiciona dentro do pano de fundo da teoria social contemporânea (pós-moderna e pós-estruturalista). Em seguida, na seção 4.3, os elementos centrais dentro da sociologia, que possibilitam a leitura do realismo crítico na teoria social, a saber: a estratificação ontológica e a emergência em sistemas abertos. Na quarta seção (4.4), descrevem-se os principais modelos até então desenvolvidos, dentro da teoria social realista, para a sociologia e suas principais questões: ação, estrutura e mudança. Na penúltima seção (4.5), resgata-se e apresenta-se sinteticamente a teoria das subjetividades coletivas, proposta por Frédéric Vandenberghe (2007a; 2007b; 2010g),

para evidenciar de que forma ela poderá trazer contribuições para uma possível (teorização ou) teoria organizacional realista. A guisa de conclusão, na seção final (4.6), apresentam-se considerações preliminares a respeito da teoria social realista, em geral, erigida sobre o naturalismo, bem como considerações específicas a respeito da teoria das subjetividades coletivas, ambas, a partir das quais, fornecem as bases – a partir do estabelecimento de elementos centrais que, supostamente, devem estar presentes nas estruturas sociais – para a produção de um relato próprio a ser desenvolvido pela sociologia das organizações.

#### **4.2 O Naturalismo Crítico e a Emergência da Teoria Social Realista na Teoria Social Contemporânea**

Nesta seção mostra-se como a teoria social realista se localiza na teoria social contemporânea e quais das suas bases derivadas da filosofia realista crítica da ciência se dirigem especificamente às ciências humanas, caracterizando, assim, o relato inicialmente formulado por Bhaskar acerca do naturalismo crítico. Para atingir este ponto, desenvolvem-se aqui três momentos: 1) uma caracterização sumária e inicial acerca do panorama atual do estágio de desenvolvimento da teoria social, situando a teoria social realista como parte integrante deste quadro; 2) o resgate dos elementos centrais desenvolvidos por Bhaskar em seu *naturalismo crítico*, como um caso específico do realismo transcendental para as ciências humanas e sociais e 3) uma síntese dos axiomas<sup>93</sup> centrais abraçados pela teoria social realista crítica, a partir de diferentes autores que justamente permitem e sustentam essa perspectiva teórica dentro da sociologia.

A teoria social realista é uma vertente da teoria social contemporânea. Ela emerge aproximadamente na década de 1980, quando a teoria social neoclássica – ou a dos “clássicos modernos” (VANDENBERGHE, 2009) – começou a dar sinais de seu esgotamento diante das tentativas de síntese e superação dos antigos problemas, dentre eles, a relação entre agência-estrutura.

---

<sup>93</sup> Vale resgatar que o postulado fundamental proposto por Bhaskar, que é a asserção da dimensão ôntica da realidade como instância última de conhecimento e que deve ser o objeto de investigação da ciência.

Se, nas palavras de Alexander (1987), o novo movimento teórico – ou a sociologia neoclássica, para usar a expressão de Vandenberghe (2009) – foi caracterizado pelo desenvolvimento de três relatos alternativos para lidar com as grandes questões do universo social, realizados por Bourdieu, Giddens e Habermas, é a partir do esgotamento da sua capacidade de renovação e avanço que irão emergir as novas ramificações ou vertentes da teoria social contemporânea. Todas marcadamente caracterizadas pelo sufixo *pós* (pós-bourdieuianas, pós-giddensianas e pós-habermasianas), tanto em sentido histórico-cronológico, quanto devido ao fato de necessariamente dialogarem com esses três grandes pensadores, seja continuando suas ideais, seja reconstruindo-as criticamente, *mas sempre se posicionando em relação a elas* (VANDENBERGHE, 2010).

Traçando um mapeamento da sociologia contemporânea no cenário mundial, Vandenberghe (2009; 2010c; 2011) identifica que, após o esgotamento da sociologia neoclássica, várias correntes surgiram, na tentativa de resgatar os espólios daquelas versões tradicionais anteriores, cada uma delas associada à tradição de seu contexto de origem. Assim, o autor identifica e associa os desenvolvimentos contemporâneos na teoria social a partir das tradições francesa, alemã e inglesa, a saber:

- a) na França, a sociologia pós-bourdieuiana tem sido dominada pelos seus ex-discípulos e duas vertentes bastante distintas entre si e que mantêm, ambas, certa distância em relação à obra de Bourdieu. De um lado, a sociologia francesa é liderada pelas inovações teóricas de Bruno Latour, com a sua sociologia do ator-rede, que prega a naturalização das relações sociais e a socialização dos objetos e, de outro, Luc Boltanski e Laurent Thévenot, com a sua sociologia pragmática, cuja ênfase reside no nível interacional das relações sociais, focalizando as disputas não violentas acerca da legitimidade e justiça da resolução de conflitos e suas justificativas. Aqui é importante ressaltar que os autores identificam diferentes domínios (ou enclaves) sociais e que a transposição da situação (e dos objetos) de disputa de um domínio para o outro confere, em última instância, o *status* de justiça ou injustiça social;
- b) na Alemanha, também duas correntes sociológicas, atualmente têm se destacado: a primeira delas é encabeçada por Axel Honneth, visto como o sucessor de Habermas, que desenvolve, a partir dos trabalhos deste último, uma sociologia do reconhecimento (que se dá em três esferas: do amor, do

direito e da solidariedade), arguindo que todos anseiam e buscam o reconhecimento social, cuja importância reside no desenvolvimento da subjetividade. A segunda vertente, liderada por Ulrich Beck, busca pensar a política na vida cotidiana a partir da categoria do risco, da sociedade do risco, onde a crise ecológica cria problemas de legitimação da política dentro das sociedades ocidentais, fazendo com que as antigas tradições do passado não sejam mais referências válidas, sendo necessário que os indivíduos construam sua própria história num cenário fragmentado e sem referências, num tipo de tentativa e erro, como se a vida fosse um experimento;

- c) na Inglaterra, a sociologia *pós-giddensiana* foi sucedida por duas correntes: os estudos de governamentalidade e o realismo crítico. A primeira se dedica à releitura do trabalho de Foucault, do final da década de 1970, sobre a *Gouvernementalité*, ou seja, governo de si, dos outros e da sociedade. Esta vertente inicia-se pelo diagnóstico da crise de 1968, da crítica feita ao sistema capitalista e de como este sistema, ao invés de romper, muda e incorpora os problemas e as questões que estavam fora de sua concepção inicial (atrelada à utilidade), como o lazer, a criação, a moda etc. Assim, nesta perspectiva, focaliza-se o poder agindo não contra ou sobre o indivíduo, mas a partir dele, de sua motivação e sua aderência “espontânea” ou consentida ao sistema, tentando não cerceá-lo, mas motivá-lo e, assim, usar suas capacidades controladamente. Ela parte sempre de um problema empírico (ex. AIDS) e busca ver como diferentes agentes interessados em lidar com ele se relacionarão e, com isso, produzirão modulações e farão o poder e o sistema funcionar através deles. Já a segunda corrente faz uma passagem dos princípios ontológicos e epistemológicos do realismo crítico proposto por Bhaskar para a teoria social, sobretudo por meio dos trabalhos do próprio Bhaskar e de Margaret Archer. Estes, fazendo uma crítica aberta a Giddens e sua teoria da estruturação, imputam a ela o pressuposto de aceitação daquilo que consideram como “falácia epistêmica” e, conseqüentemente, a tornam incapaz de lidar adequadamente com o problema da relação agência-estrutura. Ao fazerem isso, propõem uma nova e própria versão teórica para o problema, relendo criticamente Giddens (e Bourdieu), a partir do realismo transcendental.

Diante dessa nova fase da sociologia no cenário mundial, surgem novas fragmentação e divisão, não distintiva, em termos da classificação em micro-macroabordagens, mas, sim, seguindo uma especialização temática, cada uma dessas correntes, com sua especificidade e propondo uma teorização seletiva, microcentrada, sem conexão ou preocupação com uma integração maior das questões mais amplas da sociologia. É justamente nesta paisagem teórica que se destaca a perspectiva do realismo crítico na teoria social, cuja ideia central consiste em pensar e envidar esforços no sentido de promover uma teoria social unificada, a partir da proposta de convergência teórica das microcorrentes num todo maior, tomando-as como estratos diferentes da realidade (ELDER-VASS, 2004; VANDENBERGHE, 2010).

Tal possibilidade só pode ser concebida a partir de uma adequada perspectiva filosófica que se sustente numa categoria de totalidade – a realidade –, cuja decomposição permite enxergar os diferentes estratos ou camadas que se agrupam e, de certo modo, se sobrepõe para formar o todo (BHASKAR, 1998[1979]). E, de modo inverso, quando não conhecemos o todo, supomos a sua existência e partimos das diferentes camadas que conseguimos enxergar, a fim de reconstruir, coerentemente e de forma plausível, a sua interligação e suas conexões até chegar ao todo (supondo a existência de um todo, ou seja, no caso a realidade).

De fato, o relato do realismo crítico aplicado às ciências humanas – inicialmente desenvolvido por Bhaskar na obra *A possibilidade do naturalismo* [*The possibility of naturalism*], em 1979, em que defende um tipo de naturalismo crítico, não positivista e não reducionista, para as ciências humanas e sociais – irá começar a ecoar na teoria social década de 1980 e, daí em diante, de forma cada vez mais robusta, portanto, justamente numa fase em que se opera o esgotamento do novo movimento teórico e se iniciam as trajetórias ou relatos alternativos, como uma busca para a continuidade da teoria social em fins do século XX.

Porém, se, num primeiro momento, o relato realista crítico da ciência, desenvolvido por Bhaskar em *Uma teoria realista da ciência* [*A realist theory of science*], o argumento central da obra residia em demonstrar, dentre outras coisas, que

[...] não só [o argumento de que] uma conjunção constante de eventos não é uma condição suficiente para uma lei científica, mas que não constitui sequer uma condição necessária; e que apenas se pudermos demonstrar esta última [a(s) condição(ões) necessária(s)] é que poderemos fornecer uma justificação adequada para a primeira. Embora tenha sido frequentemente sustentado que uma conjunção constante de eventos é insuficiente, até o momento não foi sistematicamente argumentado [que esta] não é [uma condição] necessária.



Isto, no entanto, pode ser demonstrado através do argumento transcendental da natureza da atividade experimental (BHASKAR, 2008[1975], p.1 – tradução livre).

O argumento transcendental<sup>94</sup> de que Bhaskar se utiliza prova a falseabilidade das premissas positivistas-humenianas das leis científicas, inclusive para as ciências naturais, baseado na refutação transfactural de sua ocorrência em sistemas fechados. Tendo feito isso, em seu lugar ele propõe uma versão realista da ciência que, supostamente, é advogada como mitigadora deste problema.

Tendo demonstrado o argumento transcendental, Bhaskar (1998[1979]) aponta três maneiras pelas quais sua proposta pode fundacionar as ciências humanas: 1) ela pode desbancar a pretensa afirmação de cientificidade feita pelas práticas que são meramente cópias da imagem de ciência projetada pelo positivismo ou uma de suas variantes; 2) ela pode estabelecer os termos para uma análise mais racional dos problemas reais da ciência social em face da permissão de um contraste mais justo, a ser desenhado entre suas condições e possibilidades e aquelas das ciências da natureza e 3) por explorar uma afinidade que a filosofia compartilha com a ciência, em que ambas buscam, pelo menos como parte de seu projeto, identificar e descrever as concepções dos agentes engajados em práticas sociais, o que pode iluminar um modo de descoberta científica semelhante a ambas.

Em seguida, a atenção de Bhaskar (1998[1979]) se volta para a discussão da *Possibilidade do naturalismo* [*The possibility of naturalism*], partindo da conexão entre as ciências sociais e, de forma mais ampla, as ciências humanas e a filosofia. Essa perspectiva foi desenvolvida no âmbito das ciências sociais a partir de um relato específico e propriamente orientado para tal discussão: o *naturalismo crítico*, que pudesse, justamente, fornecer as bases necessárias para a sua sustentação no mundo social e que, simultaneamente, fosse capaz de permitir a comensurabilidade desta em relação ao mundo natural, ambas sustentadas pela mesma filosofia da ciência, mas orientada de forma diversa para aspectos específicos de seus objetos e formas de verificação e estudo. Ou seja, a relatividade epistemologia, do objeto e do método, mas com absolutismo ontológico.

---

<sup>94</sup> O argumento transcendental refere-se à falseabilidade do experimento científico em sistemas abertos e via necessidade de uma estratificação ontológica que seja capaz de integrar os diferentes domínios da realidade (este ponto será retomado na próxima seção). Para aprofundar neste ponto, cf. Bhaskar (1998[1979], p. 9-11).

Assim, o naturalismo crítico, ou realismo transcendental aplicado às ciências humanas, emerge como um relato cuja pretensão é a de fornecer uma solução supostamente superior às demais tradições, para as ciências humanas e, inclusive, as ciências sociais, justamente por partir de bases filosóficas mais amplas que permitem e pressupõem uma comensurabilidade paradigmática de diferentes perspectivas sociais, radicada no ponto comum da ontologia das estruturas (no caso) sociais.

Tentando sintetizar a trajetória percorrida pelo realismo crítico em solo filosófico até chegar às ciências sociais e humanas, talvez uma forma adequada seria sugerir a realização de três passos: a asserção da dimensão ontológica; as implicações derivadas dessa dimensão precedente para as formas de conhecimento (epistemologia) do mundo e, num terceiro momento, as implicações epistemológicas do realismo segundo o conjunto de objetos reais a serem estudados cientificamente, suas características estruturais intrínsecas e as formas específicas da emergência de seus poderes causais e de ativação dos mesmos.

Tomando a peculiaridade dos objetos sociais – e mantendo em mente a questão fundamental de Bhaskar (1998[1979], p. 1), “em que medida a sociedade pode ser estudada da mesma forma que a natureza?” –, a linha de argumentação defendida pelo realismo crítico é a de que, assim como na natureza, seria possível identificar a existência de estruturas do mundo social que permitem a emergência e a manutenção da sociedade. Isso porque haveria, em última instância, uma comensurabilidade ontológica da realidade, apesar de sua estratificação em termos de objetos do conhecimento. Dado o denominador comum ontológico, segue-se, então, uma possibilidade – o que não implica sua efetividade – de conhecimento da realidade.

Assim, no mundo social, os objetos a serem investigados são fundamentalmente, mas não exclusivamente, as estruturas sociais (BHASKAR, 1998[1979]; ARCHER, 2000; ELDER-VASS-2004; FLEETWOOD, 2008a; 2008b; ELDER-VASS, 2010). Na visão de Archer (2000), elas são formadas pela interação de três domínios: o de ordem natural (ambiente ou meio físico), o de ordem prática (das relações materializadas, ou objetificadas, pelas e entre as pessoas) e a ordem social (dada pelas relações culturais, abstratas, entre as pessoas). Portanto, as pessoas e o meio físico em interação formam as estruturas sociais, que são portadas pelas pessoas, mas também as condiciona, na medida em que estão objetivadas fora delas. As estruturas têm poderes causais específicos que são irredutíveis aos seus elementos constituintes isoladamente, de modo

que não existe a possibilidade de regressão infinita do macro ao micro (ARCHER, 2000, p. 162).

Porém, para que o relato realista crítico faça sentido, é necessário adicionar um elemento a esta ideia de estrutura das coisas - inclusive sociais - (FLEETWOOD, 2009), pois, caso contrário, a análise e a explicação de uma estrutura maior poderiam ser reduzidas a seus componentes (também estruturais, porém, verificados apenas em um nível de análise menor ou mais específico) (ELDER-VASS, 2010), repetindo essa operação que tenderia ao infinito e nos remeteria aos relatos (e aos erros) científicos precedentes humanianos-positivistas, tanto do realismo ingênuo como das vertentes antirrealistas, preocupadas com uma concepção restrita das leis causais e, sobretudo, ancoradas numa ontologia plana (BHASKAR, 2008[1975]).

Assim, para se sustentar contrariamente a essa visão e, ao mesmo tempo, ser coerente, o realismo crítico precisa introduzir dois elementos centrais, que são: a) uma visão estratificada da realidade e b) a noção de emergência, como elo de passagem e comunicação entre os diferentes estratos da realidade.

Simplificadamente, pode-se dizer que, enquanto a noção de estratificação da realidade sustenta que, para compreendermos a realidade, precisamos ver o mundo em diferentes níveis de análise, os quais não podem ser reduzidos uns aos outros, nem são (mono)causalmente determinados pelos anteriores, e que são percebidos de um determinado modo e apreendidos devido à sua disposição, a noção de emergência adiciona o elemento necessário à comunicação entre os níveis e sua intelegibilidade, tornando a realidade estrutura possível, em termos de funcionamento e, inclusive, de ser percebida de diferentes graus, dependendo da lente ou do foco utilizado.

Acontece alguma coisa na passagem de um nível ao outro da realidade que não se reduz ao nível anterior, que faz com que não se possa reduzir a explicação do nível maior aos fatores do nível menor. Existem mecanismos ativadores ou causais contextualmente localizados em cada nível que permitem a emergência ou não das propriedades. Elder-Vass (2004) sugere que isso seja a organização (ou disposição numa ordem específica) das coisas em cada determinado nível.

Elaborando suas ideias a partir dos argumentos estabelecidos por Hodgson (2004), no campo da economia, e de Archer *et al.* (1998), no campo da sociologia, a fim de produzir um refinamento teórico e, dessa forma, avançando na delimitação mais clara e precisa dos conceitos teóricos erigidos sobre a perspectiva realista crítica nas ciências humanas, Steve Fleetwood (2008a, p. 243-245) produziu uma síntese, em oito

asserções, dos axiomas centrais estabelecidos pelo realismo crítico, que fundamentam e estruturam o projeto do RC nas ciências humanas, a saber:

- 1) *diferenciação ôntica entre agentes, estruturas sociais e instituições;*
- 2) *diferenciação ôntica entre propriedades dos agentes e das estruturas sociais e das instituições;*
- 3) *a dependência das estruturas sociais e instituições em relação aos agentes;*
- 4) *a dependência dos agentes em relação a estruturas sociais e instituições;*
- 5) *a rejeição do individualismo metodológico e ontológico;*
- 6) *rejeição do coletivismo metodológico e ontológico;*
- 7) *a prioridade das estruturas sociais e instituições sobre qualquer agente individual;*
- 8) *similaridade ôntica entre estruturas sociais e instituições.*

Com relação ao primeiro axioma – a diferenciação ôntica entre agentes, estruturas sociais e instituições –, o realismo crítico nas ciências humanas (ou o naturalismo crítico, segundo Bhaskar) propõe que os agentes, de um lado, e estruturas sociais e instituições, de outro, são tipos de “coisas” fundamentalmente diferentes. Enquanto as estruturas sociais e instituições são um fenômeno não agencial, os agentes são um fenômeno não estrutural e não institucional (FLEETWOOD, 2008a). Dito de outro modo, as primeiras têm capacidades fixas ou estáticas de configuração e cristalizam de uma dada ordem e posição (forma) no espaço (físico e social), mas, por outro lado, não possuem a capacidade de ação; enquanto os últimos são dotados de capacidade de ação (de reprodução, reificação ou mudança e transformação social), mas não têm uma capacidade de fixação e estabilização.

Como uma extensão da diferenciação ôntica entre agentes, estruturas sociais e instituições, o segundo axioma (*Diferenciação ôntica entre propriedades dos agentes e das estruturas sociais e das instituições*) trata das propriedades de cada uma dessas entidades. Segundo Fleetwood (2008a), os hábitos são disposições incorporadas ou internalizadas, capacidades ou poderes, e, como tais, são propriedades dos agentes. As influências causais que geram os hábitos podem bem restar (direta ou indiretamente) no fenômeno como estruturas sociais e instituições que são externas aos agentes, mas, uma vez incorporadas ou internalizadas, elas se tornam propriedades emergentes dos agentes.

Assim, a *dependência das estruturas sociais e instituições em relação aos agentes* (axioma 3) enfatiza que as estruturas sociais e instituições não existem por si

sós, mas existem apenas e somente via ações intencionais e não intencionais dos agentes humanos, sendo, portanto, uma consequência parcial necessária da ação humana (FLEETWOOD, 2008a). Hodgson (2004) afirma que as estruturas sociais não existiriam se os indivíduos tivessem sua existência interrompida. Seu argumento é o de que os indivíduos, por meio de suas ações, podem criar, confirmar, reproduzir, replicar ou destruir as estruturas sociais, seja intencional ou não intencionalmente. Desse modo, as estruturas sociais não podem ser reduzidas às ações humanas, já que possuem elementos não humanos que transcendem a existência desses (axioma 5).

Mas, por outro lado, existe, segundo o realismo crítico, uma *dependência dos agentes em relação a estruturas sociais e instituições* (axioma 4). Isso porque, para a sua socialização, sobrevivência e interação, os agentes (humanos) dependem de estruturas sociais e instituições, já que seu comportamento é significativamente influenciado por este contexto sócio-estrutural (HODGSON, 2004).

Essa situação de interdependência mútua, do ponto de vista estrutural e agencial, é parcialmente sustentada pelo axioma 5 (*A rejeição do individualismo metodológico e ontológico*), cuja asserção é a de que as estruturas sociais e instituições são irreduzíveis, em um sentido ontológico e explanatório, aos indivíduos, à subjetividade dos indivíduos e à inter-subjetividade (FLEETWOOD, 2008a). Segundo Hodgson (2004), as estruturas sociais não podem ser inteiramente explicadas em termos das ações individuais e de suas relações, pois elas não são redutíveis, em sentido ontológico ou explanatório, aos indivíduos sozinhos. Esta é uma rejeição do tipo que Archer (1995, p.84 et seq.) chama de “conflação ascendente”.

Por outro lado, o axioma 6 (*Rejeição do coletivismo metodológico e ontológico*) sustenta que as ações individuais são irreduzíveis, tanto no sentido ontológico como no sentido explanatório, às estruturas sociais (FLEETWOOD, 2008a). Quanto a esse aspecto, Hodgson (2004) afirma que os comportamentos individuais não podem ser completamente explicados em termos das estruturas sociais em que eles estão inseridos. Tais explicações reducionistas são inválidas. Essa seria uma doutrina errônea resultante precisamente da redução de ações e intenções individuais a estruturas sociais. A esse tipo de redução Archer (1995, p.81 e segs.) denomina “conflação descendente”.

A penúltima asserção (axioma 7) prega que as estruturas sociais e as instituições pré-existem a qualquer episódio particular da ação humana. Isso ocorre porque as estruturas sociais e as instituições podem ser alteradas, mas o ponto de partida não é de nossa escolha (FLEETWOOD, 2008a). Essa assimetria temporal e o peso do passado

sobre a conduta humana têm sido observados ao longo da história do pensamento sociológico desde Comte, Marx, Durkheim e outros, cujos *insights* significativos apontavam para o fato de que os seres humanos são coprodutores da história, porém, nascem num mundo já habitado e em movimento, com um conjunto de estruturas sociais e instituições que não foram fruto de sua produção. Isso mostra o peso da história sobre as expectativas, as escolhas e as ações individuais.

Ainda segundo Hodgson (2004, p. 180 – tradução livre, itálicos no original)

embora as estruturas [sociais] dependam de um *grupo* de indivíduos para a sua existência, para cada indivíduo *em particular*, várias estruturas precedem sua agência [...] este *insight* exclui a confluência central de Giddens (1984), em que ator e estrutura são vistos como facetas de um [mesmo] processo combinado. A teoria da estruturação de Giddens trata estrutura e agência não somente como mutuamente constitutivas, mas também como [elementos] unidos ou combinados. Ao contrário, enquanto as pessoas podem mudar as estruturas [sociais] e serem mudadas por elas, elas não escolhem ou criam as condições as estruturas [sociais] e instituições em que nasceram. Agentes e estruturas [sociais] não são diferentes *aspectos* das mesmas coisas (ou de uma mesma coisa), mas *entidades* diferentes.

Assim, esta clivagem temporal estabelece as estruturas sociais e a sociedade como entidades distintas dos indivíduos (ou meros agregados de indivíduos), ao menos por causa do legado estrutural transmitido pelos antepassados, e separa estrutura e agência como objetos de investigação distintos mas interconectados.

Por fim, o oitavo axioma (*similaridade óptica entre estruturas sociais e instituições*) foi desenvolvido especificamente por Fleetwood (2008a), no intuito de clarificar e conferir maior precisão à teoria social realista. Seu argumento é o de que o que torna as estruturas sociais e as instituições similares é o fato de que ambas são erigidas, reproduzidas ou transformadas por agentes humanos. Porém, ele estabelece uma diferenciação entre estruturas sociais, consideradas como “um emaranhado de relações internas entre entidades que podem habilitar e constranger (mas não transformar) as intenções e ações dos agentes que reelaboram, reproduzem e/ou transformam estas relações” (FLEETWOOD, 2008a, p. 259 – tradução livre) e instituições<sup>95</sup>, conceituadas como

---

<sup>95</sup> “Tudo o que tem sido dito acima sobre estruturas sociais e instituições, sustenta-se também para regras, convenções, normas, valores e costumes, mas *não* para leis, regulações, práticas, rotinas e precedentes (estabelecer precedentes. Ex. fulano estabeleceu o precedente de sempre fazer isso...), ou papéis e eu quero eliminar este último grupo da análise em 3 passos” (FLEETWOOD, 2008a, p. 245). 1º - elimina práticas, rotinas e precedentes no solo porque eles não são condições para a ação eles são a ação. 2ª - elimina os papéis no solo em que eles são propriedades das organizações, não instituições. Agentes são

um sistema de regras estabelecidas, convenções, normas, valores e costumes que se torna incorporado ou internalizado nos (ou dentro dos) agentes como um hábito ou *habitus*, via processo de habituação assentado/enraizado no sistema nervoso, para ajudar na capitulação/interpretação (relativamente) predizível, as intenções e ações dos agentes que elaboram, reproduzem ou transformam sobre este fenômeno, enquanto simultaneamente reproduzindo e transformando eles mesmos (si mesmos) e que (eles) podem, via processo de causação descendente reconstitutiva, ter suas intenções e ações transformadas (FLEETWOOD, 2008, p. 254 – tradução livre).

Os pontos precedentes (anteriormente mencionados), encapsulados no modelo Transformacional da Ação (atividade) Social e na abordagem morfogenética, desenvolvidas, respectivamente, por Roy Bhaskar e Margaret Archer, constituem uma (contra)versão atualizada e mais sofisticada, não somente da *Teoria da Estruturação* de Giddens, mas, de forma mais geral e ampla, do quadro teórico-explicativo da relação agência-estrutura. Embora esta versão seja mais acurada, ela é mais embaraçosa ou incômoda para se referir ao quadro teórico da categoria “instituição”, na relação agência-estrutura o que requer esforços – ainda em desenvolvimento<sup>96</sup> –, pelos seguidores do realismo crítico, para a sua clarificação.

As bases dessas duas abordagens críticas realistas é que, para se capturar (até mesmo a mais insignificante) ação social, os agentes não têm escolha, mas (consciente e/ou inconscientemente) se engajam nas estruturas sociais e instituições que pré-existem a eles. Para assegurar uma conversação, os agentes têm que se engajar nas regras de uma gramática institucional, e a convenção de quão distante se manter em relação ao seu interlocutor. Assim, o exemplo formulado por Fleetwood (2008a, p. 244 – tradução livre, *italicos no original*) é bastante esclarecedor:

Para entrar numa relação de emprego [trabalho], e dessa forma vender sua força de trabalho para aqueles que possuem o capital, os agentes têm que se engajar numa estrutura social de classes. Pelo engajamento nestas instituições e estruturas, os agentes *reproduzem* ou transformam estas estruturas e/ou instituições e, eles mesmos são reproduzidos e transformados neste processo. Estruturas sociais e instituições são as *condições* para a ação humana. Elas tornam possível a ação humana, mas elas não são o seu resultado e, então, não podem ser *padrões* de ações.

---

obrigados a realizar um conjunto particular de práticas quando eles estão tomando suas posições dentro de uma organização. 3º - elimina leis e regulações no solo em que, ao invés de serem tipos de regras, elas são: a) explicitamente e conscientemente especificadas e identificadas; b) frequentemente voltadas para sanções formais e c) em virtude de (a) e (b) são, mais uma vez, propriedades das organizações e não de instituições. Pelo processo de eliminação, então, fica-se aqui somente com regras, convenções, normas, valores e costumes e estas formarão a base para a sua análise das instituições.

<sup>96</sup> Tentativas neste sentido estão sendo desenvolvidas por Fleetwood e Elder-Vass, atualmente. Comunicação pessoal.

Assim, há mais coisas aqui do que agentes interagindo (intersubjetivamente) com outros agentes. agentes não somente interagem com outros porque eles podem interagir com fenômenos não-agenciais. Além disso, tomando as afirmações prévias em conjunto, nós podemos dizer que os agentes, as estruturas sociais e as instituições, independentes no sentido de serem diferentes entre si, são, contudo, mutuamente dependentes. Sem agência não há estrutura ou instituição e sem estrutura ou instituição não há agência (FLEETWOOD, 2008a).

Considerando a síntese realizada na seção anterior sobre as principais “adaptações” conceituais específicas que a ontologia realista implica para a teoria social, observa-se que tais proposições da teoria social realista são erigidas a partir dos pressupostos da filosofia do realismo transcendental como um todo, em que três categorias teóricas centrais são recorrentes, devido à sua necessidade causal: o conceito de estrutura, o conceito de estratificação e o conceito de emergência. Uma vez identificadas as estruturas (indivíduos e entidades coletivas) para que essas asserções façam sentido e sejam concordantes com a realidade, o realismo crítico pressupõe uma estratificação da realidade, que é seguida do conceito de emergência dos poderes causais das estruturas gerativas.

### **4.3 Ontologia Estratificada, Emergência dos Poderes Causais e Realidade Social**

#### *4.3.1 Diferenciação Ontológica, Estratificação e Emergência*

Retomando o argumento iniciado na seção anterior, de que o naturalismo crítico desenvolvido por Bhaskar compartilha da ontologia realista transcendental, e de que esta prevê a diferenciação e a estratificação do conhecimento em dois domínios, o intransitivo e o transitivo, segue-se daí que o mundo existe anteriormente aos indivíduos e independente do conhecimento deles sobre ele, e que esse conhecimento é temporal, contingencial e relativo.

Mas, para que esta distinção entre domínios da realidade e a sua correspondente crítica da relato humeniano-positivista da ciência seja possível, Bhaskar precisa fornecer



um modelo explicativo alternativo que seja capaz de fornecer um relato adequado (ou pelo menos, plausível) da existência da realidade extra (ou além de) empírica, ou seja, transcendental. É isso o que ele faz inicialmente com a tese da distinção entre os domínios ontológico (intransitivo) e epistemológico (transitivo) e seu conceito subordinado, adjacente, extensivo e necessário de estratificação.

Em sua obra *A realist theory of science*, Bhaskar argui, a partir da inteligibilidade da atividade experimental, que “há uma distinção *ontológica* entre leis científicas e padrões de eventos” (BHASKAR, 1978, p.12). Tais leis dependem da existência de ‘mecanismos naturais’ e

“somente se nós fizermos a assunção da independência real de tais mecanismos em relação aos eventos que eles geram é que nós estaremos justificados a assumir que eles perduram e vão agindo em seu caminho normal fora das condições experimentais dos sistemas fechados, que nos capacitam a identificá-los empiricamente” (BHASKAR, 1978, p.13).

De modo similar, “[...] os eventos obrigatoriamente precisam ocorrer de modo independente das experiências nas quais eles são apreendidos. Estruturas e mecanismos, então, são reais e distintos do padrão de eventos que eles geram, do mesmo modo como os eventos são reais e distintos das experiências em que eles são apreendidos. Mecanismos, eventos e experiências assim constituem três domínios sobrepostos da realidade, nomeadamente os domínios do *real*, do *fenomênico* e do *empírico*” (BHASKAR, 1978, p.56). Assim, Bhaskar (1994) pressupõe, a partir da diferenciação dos domínios, os fenômenos de estratificação e de emergência como condição necessária para a integração dos três níveis da realidade.

O conceito de estratificação refere-se à disposição do domínio intransitivo da realidade (i.e., da ontologia) nos níveis do real<sup>97</sup>, o atual e o empírico e remete à eficácia causal simultânea desses diferentes níveis (ou estratos da realidade) emergentes (IRWIN, 1997). Elder-Vass (2004) aborda a estratificação do mundo intransitivo em níveis – o atômico, o molecular, o biológico, etc. Esta estratificação depende do fenômeno de emergência, que é mais simplesmente descrito como “o relacionamento que torna possível para um todo ser mais do que a simples soma das partes.” (ELDER-VASS, 2004, p. 3). Isso é o que tornaria possível o funcionamento do mundo, por meio

---

<sup>97</sup> Segundo Bhaskar (SRHE 27), o real consiste de mecanismos causais que geram fenômenos no nível do atual, que podem ou não podem ser observados no nível do empírico.

de padrões e conformações verificadas empiricamente, da regularidade de eventos e, sobretudo, da existência de “leis” ou tendências inerentes às propriedades e estruturas de cada substância que são emanadas e adquirem certa regularidade no mundo natural, devido à ausência de tendências contrárias capazes de impedir a manifestação daquela.

A estratificação implica a ideia de diferenciação, que diz respeito à existência de sistemas abertos e fechados e suas implicações. Diferenciação implica que as leis e as ações não têm efeitos uniformes, daí a origem do termo. A distinção entre os mecanismos e os eventos que eles geram (ou podem gerar), que diz respeito à estratificação, é necessária para explicar por que o mundo é diferenciado em sistemas abertos e fechados (BHASKAR, 2008[1975], p. 19).

Elder-Vass (2004) sugere que o termo estratificação, assim como outras questões dentro do próprio realismo que carecem de maior refinamento conceitual, possui certa ambiguidade na literatura do realismo crítico e que, portanto, ele deve ser entendido, em sua visão, como a divisão do mundo em níveis explicativos emergentes, ao contrário daqueles que o empregam no sentido da divisão da ontologia em diferentes domínios, como eventualmente se verifica na literatura realista crítica.

Concordando com Elder-Vass (2004), para quem tem havido uma profusão de ambiguidade na interpretação de conceitos da filosofia realista crítica, é preciso, aqui, esclarecer algumas das possíveis orientações ou sentidos<sup>98</sup> em que o termo estratificação tem sido utilizado<sup>99</sup>. É possível constatar, pelo menos, três sentidos em que o termo estratificação tem sido utilizado. São eles:

- 1) um primeiro, mais geral, relacionado à filosofia da ciência e sua premissa central – tal como colocado pelo realismo crítico – de diferenciação entre existência e consciência, ou melhor, entre o domínio intransitivo (ou ontológico) da realidade e o domínio transitivo (ou epistemológico) (BHASKAR, 1998[1979]). O termo estratificação, quando usado neste contexto, refere-se a diferenciar e especificar a tradição filosófica realista crítica das demais tradições concorrentes – as tradições humaniano-positivistas –, evidenciando seu traço distintivo e singular de sustentação da asserção necessária do domínio ontológico e suas

---

<sup>98</sup> Neste momento, nos atemos aqui somente à constatação – tal como observado durante a revisão da literatura – das possibilidades semânticas de sua utilização, no intuito único e exclusivo de situar e alertar o leitor sobre diferentes usos possíveis e, conseqüentemente, das nuances implicadas em cada um. Portanto, por ora, não nos preocuparemos em escolher uma definição ou uso em particular.

<sup>99</sup> Com argumento semelhante, sobre a necessidade de clarificação de conceitos no realismo crítico, Fleetwood (2008a; 2008b, 2009; 2011) tem desenvolvido uma série de trabalhos visando suprir algumas dessas lacunas.

implicações na prática científica. A estratificação aqui é feita no âmbito da filosofia da ciência e diz respeito ao domínio intransitivo ou ontológico (da existência das coisas em si) e ao domínio transitivo ou epistemológico (da possibilidade e da forma de conhecimento das coisas em si);

- 2) o segundo sentido, mais específico, está relacionado à especificação do tipo de constituição das entidades e suas estruturas e da forma como elas se manifestam e podem ser passíveis ou não de conhecimento científico, por exemplo, por meio dos níveis atômico, molecular, biológico, social (ELDER-VASS, 2004). A esse respeito, Vandenberghe (2010g) propõe uma classificação considerando: natureza, da vida, da psique e da sociedade, cada estrato emergindo do estrato anterior e possuindo seus próprios poderes causais e irreduzíveis. Portanto, esta segunda acepção pressupõe e considera a estratificação da dimensão intransitiva, ou seja, das entidades em si, segundo o tipo, a composição e a forma de apreensão segundo o estágio evolutivo dos equipamentos científicos humanos (HARRE, 1988), mas refere-se à estrutura das entidades, sua atualização e manifestação empírica, portanto, perpassa os três níveis do real, do actual e do empírico;
- 3) um terceiro sentido empregado pelo termo estratificação refere-se aos níveis ou estratos da realidade, a saber: real, actual e empírico (BHASKAR, 1998[1979]). Portanto, já parte da pressuposição ôntica de uma realidade qualquer, e apenas especifica os “tipos” de realidade segundo a sua forma de manifestação e possibilidade humana de apreensão, seja dos mecanismos causais (poderes causais, tendências ou o que comumente é conhecido por leis), dos eventos (sobreposição temporal de ações humanas e não humanas) e experiências (manifestação empírica, concreta e espacializável de ações). Cumpre ressaltar que este é o sentido originalmente cunhado por Bhaskar e, portanto, mais recorrente na literatura realista crítica.

Vale ressaltar que há uma diferença significativa da primeira em relação à segunda e à terceira acepções, notadamente de uma relação macro e externa, da forma de pensar o que é o real e como conhecê-lo para uma relação micro e interna (a esta primeira asserção), de especificação do(s) tipo(s) de realidade e da(s) de forma(s) de se conhecê-la. A segunda e a terceira acepções mantêm entre si a diferença de estratificação temática; enquanto a segunda se dirige à estratificação da ontologia, ou

seja, de fazer o estabelecimento e a categorização da realidade em níveis verticais, a terceira foca na estratificação epistemológica (ou dos níveis de conhecimento) em que se manifesta a realidade e, portanto, que nos permite conhecê-la. E, ao fazer isso, propõe uma estratificação horizontal.

Irwin (1997) fornece uma interpretação semelhante, porém, ligeiramente diferente. Ele utiliza o termo diferenciação. Ao tratar dessas questões, o autor considera que, de modo mais geral, a estratificação é associada a uma analogia vertical que Bhaskar emprega ao longo de sua obra e que é relacionada à estrutura causal. Já a diferenciação estaria associada a uma analogia horizontal empregada por Bhaskar ao longo de sua obra, especificamente em relação à eficácia causal de mecanismos geradores em sistemas abertos e fechados (SRHE, 40). Eficácia causal que é denominado de "transfactual".

Como correlato ao fenômeno da estratificação, o fenômeno da emergência é uma condição necessária para a integração dos níveis da realidade dentro da perspectiva filosófica do realismo transcendental. Bhaskar (1994, p. 73) define emergência como “o relacionamento entre dois termos, de tal sorte que um, diacronicamente, ou talvez sincronicamente, levanta/suspende/eleva ao outro, mas é capaz de reagir de volta no primeiro e é em qualquer evento causalmente e taxonomicamente irreduzível a ele (o primeiro termo), como a sociedade é em relação à natureza ou a mente em relação à matéria”.

Buscando refinar o argumento bhaskariano acerca da natureza de uma realidade estratificada baseada na emergência (de poderes causais), mas que segundo Collier (1994, p. 130 citado por Elder-Vass, 2004, p. 4) é relativamente pouco desenvolvido no que tange à questão da estratificação, Elder-Vass (2004) propõe uma versão ligeiramente diferente, não contrária, e sim corroborativa ao argumento de Bhaskar e de outros realistas críticos, e em sua visão, mais precisa e refinada.

Partindo da questão inicial de “como o fenômeno da emergência é possível?”, Elder-Vass (2004, p. 4) levanta uma nova questão: “se nós aceitarmos que as totalidades emergentes são mais do que a simples soma das partes, então, de onde é que esse ‘maior do que’ surge?” Seu argumento é o de que a emergência surge da **organização**<sup>100</sup> das

---

<sup>100</sup> Este argumento é originalmente desenvolvido por Walter Buckley (1971[1967]), a partir de sua proposta de transposição dos conceitos cibernético e da teoria dos sistemas para a sociologia e, posteriormente, estendido, no âmbito do realismo crítico, por Margaret Archer (1988; 1995), em sua análise do sistema educacional e sua proposta de teoria social realista, respectivamente.

partes [em uma disposição ou arranjo novo, diferente e particular em relação ao estado anterior e, que ao fazer assim, torna possível uma nova entidade] da manutenção de um estável conjunto de relações entre as partes que as constituem dentro de um tipo particular e específico de [nova] totalidade.

Assim, é o fato de que uma entidade de mais alto nível é composta de uma *organização particular estável* de entidades de mais baixo nível, que confere a ela a possibilidade de exercer uma influência causal em seu direito próprio (ELDER-VASS, 2004). Em outras palavras, é o conjunto de relações entre entidades de baixo nível que torna possível o fenômeno de emergência de uma totalidade “maior do que a soma das partes”. Somente quando este tipo particular de partes está presente em um conjunto específico de relações entre si é que se torna possível a existência de uma entidade de alto nível; e somente quando este tipo particular de partes está presente num conjunto de relações entre si específico é que esta tem o impacto causal que caracteriza as entidades de alto nível (estrato mais elevado).

A origem das coisas com um grau de autonomia causal forma o nível causal existente a partir do qual se originaram. Autonomia causal impede as entidades emergentes de serem redutíveis a que a partir do qual surgiu. As propriedades de uma “coisa”/entidade emergente não são previsíveis a partir das propriedades do nível inferior (BHASKAR, SRHE, p. 104). Por exemplo, em geral, as propriedades sociais só podem ser explicadas em termos de outras propriedades sociais. Pode haver leis sobre a biologia que não são redutíveis às leis da física. Isso não exige alguma substância especial mental ou espiritual que tenha propriedades sobre ou acima das propriedades físicas. A autonomia causal exige apenas que entidades biológicas tenham propriedades que não podem ser inteiramente reduzidas a propriedades mecânicas, nem propriedades eletromagnéticas, nem às propriedades gravitacionais, etc., mas são formadas a partir de interações complexas destas.

Segundo Irwin (1997), todos esses fenômenos físicos podem interferir nos efeitos dos outros, por exemplo, como quando um ímã impede de cair alguma coisa. Do mesmo modo, as entidades biológicas podem ser capazes de explorar possibilidades reais na natureza que não estão disponíveis para as entidades sujeitas apenas às propriedades da mecânica ou, apenas, às do eletromagnetismo, etc. As propriedades complexas a partir de todos os fenômenos físicos separados podem conspirar de uma maneira que transcende os efeitos de qualquer um ou vários deles, sem ter que postular qualquer outra força misteriosa. As propriedades emergentes exploram as possibilidades

na natureza, que não estavam sendo explorados no nível inferior, do qual essas propriedades emergiram. Da mesma forma, a estrutura atômica envolve a atualização de forças da natureza (as forças fraca e forte no núcleo) que não estavam envolvidas nos componentes dos prótons e nêutrons, antes da formação dos átomos. Novos poderes que surgem só são possíveis em virtude do maior nível de organização da matéria que evolui (BHASKAR, DPF, p. 51).

Segundo Bhaskar (apud IRWIN, 1997), um argumento transcendental de nossa experiência mostra que isso é correto, no que diz respeito à irreducibilidade de atividade social. Esta é a condição para a existência dos nossos produtos sociais dos quais somos agentes causais e cujas razões são causas autônomas. As origens das ações humanas podem ser explicadas apenas por referência a formas sociais; os efeitos das ações humanas podem ser explicados apenas por referência aos efeitos causais das crenças.

É importante ressaltar a diferença entre reducionismo e determinismo. Segundo Bhaskar (RR 114), a redução se relaciona a que nível de mecanismos causais (físico, biológico, etc.) estão operacionais, enquanto o determinismo relaciona-se a se aqueles mecanismos estão operando em sistemas abertos ou fechados. A noção de emergência é consistente com um relato causal diacrônico de como a entidade emergente se desenvolve a partir de um nível pré-emergente do mundo.

A ascensão da realidade social pode ser rastreada em uma cadeia causal de uma realidade pré-existente e não-social, mas, uma vez que existe, a realidade social não pode ser reduzida de forma sincrônica à parte não-social da realidade (BHASKAR, SRHE, p. 113). Autonomia é exemplificada pelo fato de que a explicação de certos estados físicos (ou seja, aquelas que são o resultado da atividade humana intencional) exige referência irreduzível a crenças (BHASKAR, SRHE, p. 117).

Archer mesmo afirma que “as propriedades emergentes são, portanto, relacionais: elas não podem conter os elementos em si mesmas, mas não podem existir a parte deles” (ARCHER, 1982, p. 475). É necessário observar que uma entidade de alto nível (estrato mais elevado) é emergente somente quando isso acontece exatamente dessa forma, ou seja, quando um conjunto/configuração de entidades de nível/estrato inferior está tão organizado a ponto de criá-la, a entidade resultante tem um impacto causal consistente que não é um simples somatório dos impactos de suas partes separadas.

Assim, a proposição explicativa de Elder-Vass (2004) acerca do conceito de emergência assume um caráter inerentemente composicional, no sentido de que as

entidades de nível superior sempre emergem da coleção das entidades [pré-existent] de nível inferior, que são sempre, portanto, seus componentes ou suas partes<sup>101</sup>.

#### 4.3.2 Estratificação e Emergência na Realidade Social

Partindo da convicção de que a sociologia contemporânea precisa de uma filosofia da ciência que contribua para a sua estabilização e de que o seu “calcanhar de Aquiles” consiste no fraco desenvolvimento teórico, Brante (2001) propõe o realismo causal, entendido por ele mesmo como uma vertente do realismo crítico, como uma metateoria ou filosofia da ciência constituída, cujos conceitos centrais, em sua visão, são os de *causalidade* (é a resposta à questão do objetivo último da ciência, que é o de fornecer explicações causais de efeitos) e o de *mecanismos* – gerativos – “visto que a realidade encerra uma infinidade de processos causais [...], o objetivo das ciências [naturais e sociais] não é mais do que procurar identificar os mecanismos básicos e duradouros nos quais assentam os fenômenos observados” (BRANTE, 2001, p. 9 – itálicos no original).

Como os mecanismos são incorporados nas estruturas, isto é, ‘estruturalmente dependentes’. Uma estrutura é a configuração de elementos relativamente duradoura. Uma configuração específica de elementos determina que alguns acontecimentos sejam possíveis, prováveis ou necessários, enquanto outros são impossíveis ou improváveis (BRANTE, 2001, p. 9).

Assim, segundo Brante (2001), um mecanismo, nas ciências naturais, é aquilo em que se baseia e sobre o qual se debruça uma lei natural, portanto, está na base de

---

<sup>101</sup> Elder-Vass (2004, p. 4) especifica que, embora, às vezes, alguns realistas críticos adotem a definição composicional de emergência (cf. Collier, 1994, p. 264), outras vezes ela é negada (Collier, 1994, p. 169), sendo, portanto, esta questão – assim como muitas outras dentro da proposta teórica geral do realismo crítico – carente de especificação e aprofundamento. O autor defende sua posição, justificando-a pelo seu mérito de estabelecer um claro relacionamento entre emergência e seu uso teórico primário (sustentar a coerência de uma visão de mundo estratificada, mas não reducionista) e pelo grau de simplicidade e clareza que atribui ao conceito de emergência.

Elder-Vass (2004, p. 4), em nota de rodapé, especifica que, apesar de Bhaskar usar os termos nível superior e inferior, ele o faz em sentido oposto ao empregado por Elder-Vass. Este autor sustenta o uso do termo entidades de “nível inferior” como componentes de entidades de “nível superior”, nesta “ordem direta”, a fim de manter a clareza e a consistência com a maioria das proposições de outros realistas críticos e suas contribuições/trabalhos sobre emergência. Este é o mesmo sentido adotado aqui.

uma associação estatística; porém, nas ciências sociais, pode ser definido como o *modus operandi* que faz com que uma situação se transforme (ou não) numa outra.

Ao contrário da concepção positivista da realidade, como plana e homogênea, constituída de fenômenos observáveis de uma maneira sistemática e relativamente pouco problemática, e verificada apenas no nível empírico, o realismo crítico, em decorrência da estrutura estratificada da realidade, complexa e profunda, que deve ser verificada através dos níveis empírico, fenomenológico e (actual) e real (dos mecanismos causais), propõe uma visão da realidade em níveis (BHASKAR, 1998[1979]; 2008[1975]; 2008[1993]; ARCHER, 2000; BRANTE, 2001; VANDENBERGHE, 2010a; 2010g).

Embora ela já tenha sido desenvolvido de maneira parcial e assistemática, esse argumento não é essencialmente novo, tendo sido esboçado no próprio campo da sociologia (GURVICTHC, 1968[1950], THOMPSON, 2007), bem como em outros campos, como, por exemplo, na geografia (LACOSTE, 2008). A própria sociologia, tradicionalmente, tem reconhecido três níveis, micro, mesmo e macro. Porém, a diferença é que com o realismo há a ligação desses níveis, que antes eram separados por uma incomensurabilidade paradigmática e que, além de integrados, a ciência pode explorar as relações e as formas de integração entre eles, por meio dos mecanismos causais e das propriedades emergentes, compreendendo e explicando a realidade complexa de forma mais profunda e acurada.

Realizando uma classificação historicamente fundamentada, com base nas áreas de pesquisa em que a sociologia tem, ao longo do tempo, se organizado, Brante (2001, p.12-13) propõe cinco níveis<sup>102</sup>.

*Nível internacional.* Trata das relações entre componentes tais como as nações, as empresas e organizações multinacionais, frequentemente abordadas numa perspectiva global. Este nível tem sido desenvolvido através de investigações sobre os conflitos de paz, o sistema-mundo, a globalização, as relações entre centro e periferia, a dependência, o imperialismo e o colonialismo. Shmuel Eisenstadt Immanuel Wallerstein, Theda Skocpol, Charles Tilly e Manuel Castells constituem bons exemplos de sociólogos influentes neste nível.

---

<sup>102</sup> Vale ressaltar que a classificação proposta pelo autor é provisória e ele próprio sugere a possibilidade de inserção de novos níveis, aumentando assim a diferenciação dos estratos; bem como a própria revisão dos níveis propostos – possivelmente, em consequência daquela inserção. Adicionalmente, o autor também sugere a possibilidade de se cruzar, junto aos níveis, a aplicação de conceitos tais como de estrutura social, estrutura cultural e ação, a fim de produzir campos da sociologia que inserissem os lados objetivo e subjetivo da sociologia na forma de uma matriz do ‘sistema-estrutura-agente’ (ou estrutura-discurso-ator) (cf. BRANTE, 2001, p. 14).



*Nível Interinstitucional* (na prática, sobrepõe-se geralmente ao nível *nacional*). Estuda as relações entre componentes tais como as instituições ou organizações, quase sempre a partir de teorias sobre o desenvolvimento histórico ou social. O objectivo [sic] é assim descrever e, em traços gerais, identificar lógicas institucionais numa perspectiva societal. São por exemplo, analisadas estruturas econômicas, políticas ou ideológicas, através dos conceitos de modo de produção e formação social, ou das relações entre estado, mercado e sociedade civil, ou ainda através do estudo das funções das instituições, como no esquema ‘AGIL’ de Talcott Parsons ou no modelo de ‘*grid-group*’ de ligações entre a lógica institucional e a cosmologia, da autoria de Mary Douglas. Inúmeros autores clássicos elaboraram trabalhos sobre este nível, nomeadamente, Norbert Elias, Jürgen Habermas e Niklas Luhmann.

*Nível institucional*. Analisa as relações entre componentes tais como as posições de *status*, formais e informais, os papéis sociais e as posições em todo tipo de redes sociais desde complexas hierarquias das empresas ou do setor público, a grupos e famílias. A teoria burocrática de Max Weber deu origem a uma linha de pesquisas, designada por sociologia das organizações, que procura dar conta das relações internas e externas, bem como dos mundos de funcionamento das organizações. A teoria contingencial, a teoria tecnológica, a teoria *garbage can* ou o neo-institucionalismo são bons exemplos deste tipo de pesquisas. Algumas figuras proeminentes a este nível são Pierre Bourdieu, Robert Merton, Joan Woodward, Charles Perrow, James March, Johan Olsen e Mark Granovetter.

*Nível interindividual*. Inclui as relações entre indivíduos em interacção [sic] direta face-a-face. Apesar dos primeiros desenvolvimentos a este respeito terem surgido pela mão do interacionismo simbólico, a ‘descoberta’ deste nível, bem como a principal elaboração teórica sobre os seus mecanismos fundamentais devem ser atribuídos a Erving Goffman. Segundo Goffman, a interacção [sic] é responsável por uma ordem *sui generis*, regulada por leis e estruturas específicas. Assim, as interacções [sic] podem ser entendidas enquanto rituais, dotados de uma vida própria e que produzem aquilo que Goffman chama de *unio mystico*. Esta tese tem sido abordada em diversos campos, tendo como objecto [sic] de estudo as condições e regras necessárias para a interacção [sic] quotidiana entre indivíduos. Neste sentido, pode-se considerar que o programa de pesquisa de Goffman tem sido continuado por autores como Randall Collins, Anne Rawls ou Jonathan Turner.

*Nível individual*. Debruça-se sobre as relações entre componentes interindividuais e sobre a forma como tais estruturas constituem a base para a autonomia individual e para o desenvolvimento da criatividade. O exemplo mais corrente deste nível são as pesquisas sobre o *self* social, nomeadamente a teoria de Mead acerca das relações entre o ‘eu’, o ‘mim’ e o ‘outro generalizado’ ou a teoria da dissonância cognitiva de Festinger. Neste nível deveriam estar também incluídas as teorias pós-modernas da formação da identidade, bem como as noções de natureza humana e de indivíduo moderno, fundamentais para a sociobiologia e a teoria da escolha racional. Recentes contribuições para o nível individual foram elaboradas por Margaret Archer, Jon Elster e Norbert Wiley, entre outros.

Brante (2001) ainda pondera que os níveis têm existência *sui generis* e, dessa forma, autonomia, mas também que há uma relatividade dos níveis e que os mecanismos (causais) podem classificar-se em dois tipos: de um lado, aqueles que concedem autonomia a cada um dos níveis e, de outro, aqueles que ligam esses diferentes níveis. Além disso, em sua visão, haveria fenômenos que perpassam por mais

de um ou, talvez, até todos os níveis, como, relações de poder, estratificação social, classes, dominação, etc., sendo passíveis de serem estudados em todos os níveis, porém, assumindo expressões distintas em cada um deles.

Corroborando a posição realista crítica, que considera a existência da sociedade como um conjunto relacional, emergente e superveniente no nível sistêmico e que deve ser vista no âmbito de uma ontologia geral estratificada da realidade social, Vandenberghe (2010g) também propõe uma versão própria de estratificação da realidade social, considerando, para isso, a clássica distinção entre os três níveis (micro, meso e macro) da sociedade, porém, intercalados/subdivididos em cinco ordens (individual, interacional, institucional, cultural e social), formando o seguinte esquema analítico: nível micro (ordem individual e interacional), nível meso (ordem institucional) e nível macro (ordem cultural e social).

Especificando as características de cada ordem – que seria a referência para o enquadramento e a realização de estudos, assim como o corte dado pelo conceito de nível adotado por Brante (2001) ou o conceito de campo em Bourdieu -, Vandenberghe (2010g, p. 201 – 203; 2007, p. 504-506) propõe:

(1) Ordem individual: a sociedade existe no nível micro como ideia, conceito ou representação na mente dos indivíduos (e, sem dúvida também, como sensação difusa no seu corpo). Numa retomada realista fenomenológica desse tema weberiano, os conceitos já não são concebidos como construções analíticas e ideal-típicas que o sociólogo constrói e impõe, mais ou menos arbitrariamente, à realidade para compreender os sentidos que orientam a ação dos indivíduos. As categorias e conceitos do analista têm de estar reflexivamente ligadas àquelas que os atores estão utilizando para conferir sentido à sua ação em uma situação. As categorias do analista podem ser consideradas uma explicitação pragmática das categorias do ator. Os conceitos são fundados na realidade e ligados de modo mais ou menos sistemático entre si, formando uma espécie de mapa da sociedade. Embora partilhado pelos membros da sociedade, esse mapa pode ser vago e até errado. Além dessa representação aproximativa da sociedade, o ator dispõe ainda de um conhecimento tácito ou explícito das regras e das convenções sociais e sabe utilizá-las na prática. Formam uma espécie de gramática dos conceitos. Juntos, o mapa e a gramática constituem as estruturas do mundo da vida. Como tal, são objeto de uma protossociologia fenomenológica do conhecimento (Berger; Luckmann, 1967; Schutz; Luckmann, 1973).

(2) Ordem interacional: a sociedade existe no nível micro como interação ou associação de indivíduos ligados entre si por uma conexão mental. Formam uma unidade, constituem uma sociedade, no sentido de Simmel e também de Husserl, que designa a comunidade psíquica como uma ‘pessoa de ordem superior’. Como associação (Vergesellschaftung), a sociedade pode ser compreendida como um ‘sujeito plural’ (Gilbert). Apesar de os sujeitos plurais se originarem na díade, a sociedade só começa, como sabia muito bem Simmel (1995: 96-121), a partir do número três, ou seja, do trio. Na medida em que as interações ‘com, para e contra os outros’ (Husserl, Simmel) estão sujeitas a regras e convenções normativas que são próprias do domínio do inter-humano e o regulam, a associação se deixa analisar numa

perspectiva micro-durkheimiana como ordem de interação *su generis* (Goffman, 1983; Rawls, 1987; Collins, 2004).

(3) Ordem institucional: a sociedade existe no nível institucional como conjunto normatizado de ações e interações repetidas e recursivas. A repetição no tempo e a recursividade no espaço impelem a instituição para além da ordem interacional. Duas pessoas que, juntas, escrevem um texto para uma conferência ou que se encontram num jantar de família agem no nível institucional, mesmo que certas ações suas sejam de ordem interacional. As organizações formam um subtipo das instituições. Criada para a realização mais eficaz de uma finalidade específica, a organização compõem-se de membros e dispõem de procedimentos e regras mais ou menos formais que permitem mobilizar e coordenar os esforços dos indivíduos, dos grupos e dos subgrupos da organização a fim de perseguir um objetivo coletivo e corporativo. Mais adiante, há uma análise mais detida do papel constitutivo do porta-voz que representa a organização na estruturação do coletivo como grupo organizado.

(4) Ordem cultural: a sociedade existe no nível macro como conjunto de relações estruturadas entre ideias, no sentido amplo do termo. As normas, os valores, as regras e as ideias que regem os comportamentos institucionais ou organizacionais não são imanentes à situação de ação, mas formam um conjunto estruturado e sistêmico que transcende as situações e as instituições. O conjunto de regras, normas, valores e ideias forma um sistema, o sistema cultural que existe no nível macro. Ao contrário do que sugeriram os funcionalistas – Parsons, em particular, mas a mesma observação vale para os marxistas que analisam a cultura por referência à ‘ideologia dominante’ –, o sistema cultural não constitui forçosamente um sistema integrado. A exemplo da ordem social, ele contém falhas e tensões e, por vezes, contradições.

(5) Ordem social: a sociedade existe no nível macro conjunto de relações internas entre posições sociais. Como já vimos, é a definição dada por Bhaskar, Bourdieu e outros dialéticos de inspiração marxista. Diferentemente do sistema cultural, que é o sistema de ideias, o sistema das posições decorre da ordem material.

Segundo Vandenberghe (2010g), à medida que são transpostos os patamares sucessivos da realidade social as relações entre as partes, produzem efeitos de emergência nos níveis micro, meso e macro. Os efeitos não intencionais das ações e das interações se ligam num sistema e as relações de primeira ordem se substituem sucessivamente por relações de segunda ordem (relações entre as relações) e, até, de terceira ordem (relações entre as relações de relações).

Por exemplo,

as relações entre as posições sociais (a de patrão-empregado, por exemplo) aparecem primeiro como resultado emergente, mas não intencional, das interações interpessoais que ocorreram anteriormente em microssituações de ação. Ora, uma vez instaladas, elas condicionam as interações ulteriores e podem, por sua vez, ocasionar a emergência de instituições e de organizações, bem como de relações de segunda ordem entre estas. [...] Enfim, as relações entre organizações e instituições podem levar a relações de terceira ordem (VANDENBERGHE, 2010g, p. 207).

A partir daí, forma-se então o nível macrosociológico, no qual a sociedade emerge como formação social global.

Ambos os autores situam organização e instituição no meso nível. Essa proposta de níveis formulada por Vandenberghe (2010g) parte do princípio de que eles são frouxamente acoplados e integrados, portanto, sua descrição separada é apenas analítica. Do mesmo modo, Brante (2001) sugere uma relativa flexibilidade na classificação dos níveis, podendo estes serem alterados, a fim de incorporarem novos estratos. Porém, diferentemente uma da outra, cabe mencionar que a classificação dos níveis proposta por Brante (2001) parece considerar como referência, preponderantemente, o “tamanho” das estruturas sociais em relação à escala espacial de ocorrência dos fenômenos, enquanto a de Vandenberghe parece sugerir um aumento no grau de complexidade das estruturas implicadas, passando de interações de primeira ao terceiro nível.

Ambas, no entanto, não são mutuamente excludentes, mas, devido ao raso aprofundamento em cada uma delas, é necessário e pertinente aprofundar no sentido de mostrar em que medida elas podem ser convergentes (ou divergentes) e quais as implicações de adoção de diferentes referenciais para a classificação dos níveis. Um caminho promissor pode ser uma síntese superior dessas proposições.

#### **4.4 Modelos de Relação Agência-Estrutura**

##### *4.4.1 Modelo Transformacional da Ação Social (TMSA) de Bhaskar*

Segundo Jessop (2005), Bhaskar introduz o modelo transformacional de atividade social de modo similar a Giddens, na restrição do relato de estruturação. Porém, diferentemente de Giddens, Bhaskar desenvolveu seu modelo em linhas novas e mais compreensíveis.

Para tanto, inicialmente, ele trata do problema diferindo em termos ontológicos entre sociedade e pessoa. Em seguida, rejeita as três posições ‘centrais’: atomismo social e individualismo metodológico; reificação social e coletivismo metodológico e a visão comprometida de que indivíduos criam a sociedade e sociedade produz indivíduos em processo dialético contínuo (ARCHER et al., 1998, p.212-13).

Assim, como Archer procede no foco da mediação contingencial por meio de práticas específicas que são capacitadas, assim como constrangidas, pelas posições sociais que pessoas enquanto agentes ocupam. “Sociedade é um conjunto de estruturas, práticas e convenções com suas próprias propriedades emergentes e seus efeitos materiais; mas, estas propriedades e efeitos distintivos não são permanentes e sua reprodução (ou transformação) requer o desempenho de práticas apropriadas” (JESSOP, 2005, p.47).

Correspondentemente, enquanto os atores são [considerados como seres] distintos destas estruturas (e podem, portanto, refletir sobre elas e buscar transformá-las), sua capacidade de agir e o impacto de suas ações dependem das posições específicas que eles ocupam nestas estruturas, dos recursos que elas controlam, sua capacidade de monitorar o que elas estão fazendo e seus efeitos e, é claro, as ações específicas que elas desempenham”. (JESSOP, 2005, p.47).

É advogada a superioridade deste modelo em relação ao de estruturação apresentado por Giddens porque ele capacita a análise da efetividade material das propriedades emergentes das estruturas, incluindo a divisão do trabalho e a alocação de recursos. A mediação entre estrutura e agência de Giddens fica flutuando livremente enquanto a de Bhaskar tem pontos certos e fixos de contato e é diferencialmente distribuída e corretamente alocada.

Sociedade é ambos, a sempre presente condição (causa material) e o resultado continuamente reproduzido pela agência humana. E a práxis é ambos os trabalhos, ou seja, a produção consciente, e a reprodução (normalmente inconsciente) das condições de produção, ou seja, a sociedade (Archer *et al.*, 1998, p.215 apud JESSOP 2005, p. 47).

Jessop diz que tem notado menos diferenças entre Giddens e Bhaskar do que Archer mostra neste trecho. Para Jessop, a defesa de Archer do modelo transformacional de Bhaskar não está correta dentro dos próprios termos do realismo crítico porque ela prioriza a questão temporal e negligência, em certa medida, a questão do espaço e trata os polos da agência e da estrutura, em termos de um relativamente indiferenciado conceito de sociedade e pessoas, em vez de engajar este conceito em um específico de constritores estruturais e tipos de forças sociais. Jessop (2005) afirma, no entanto, que o TMSA é monoplanar e unilinear, em vez de complexo e estratificado.

#### 4.4.2 Modelo de Análise Morfogenética e Morfostática (M/M) de Archer

De forma independente e autônoma, embora compartilhando uma série de premissas comuns em relação ao movimento realista crítico, o que lhe permitiu sua aproximação e diálogo com Bhaskar e, posteriormente, sua integração neste movimento (JESSOP, 2005), um segundo modelo endereçado a tratar da relação entre agência e estrutura e, dessa forma, conceber e explicar as relações sociais como propriedades emergentes em diferentes níveis, com resultados irreduzíveis aos níveis anteriores, foi desenvolvido pela socióloga Margaret Scotford Archer – uma das fundadoras da teoria social realista, ex-presidente (1986-1990) da Associação de Sociologia Internacional (*International Sociological Association* – ISA) e um dos líderes do Centro do Realismo Crítico (*Critical Realism Centre* – CRC).

O principal conceito de Archer foi esclarecer como a ontologia estratificada realista crítica poderia sustentar o princípio da emergência, o qual, por sua vez, suportaria a clivagem entre estrutura e agência, cunhando a noção *archeriana* de ‘dualismo analítico’<sup>103</sup> (RADUESCU; VESSEY, 2008). O dualismo analítico é possível enfatizando-se as diferenças temporais na existência de estruturas e sua apropriação por agentes humanos. Introduz uma dimensão temporal mais explícita em sua análise morfogenética. Ela afirma que morfogênese acorda plenamente com o significado da escala de tempo, por meio da qual estrutura e agência, elas próprias emergem, entrelaçam e redefinem umas as outras” (JESSOP, 2005, p. 48). Ela usa esta noção visando explicar como a mudança (morfogênese) ou a reprodução (morfostase) ocorrem na realidade social.

A concepção de Archer acerca do ciclo morfogenético se deu a fim de demonstrar a natureza estratificada da realidade social e mostrar como mecanismos causais podem operar em vários níveis da realidade. Archer (1995, p.135) desenvolveu o ciclo morfogenético para fechar a lacuna entre a ontologia realista e a teoria social prática. A concepção de ciclo morfogenético envolve duas dimensões, uma dinâmica e uma estática, ambas ligadas num constante processo dialético de transformação. Segundo a autora, a morfogênese refere-se ao processo que tende a “elaborar ou

---

<sup>103</sup> Fazer referência ao realismo analítico de Parsons (ver em particular, e esse respeito, *The Structure of Social Action*, chap. XIX, notadamente pp.728 à 731) e em que medida Archer retoma elementos do funcionalismo. Por exemplo, até que ponto a noção de realismo analítico e a de dualismo analítico se aproximam.

transformar a forma dada de um sistema, estado, ou estrutura”, enquanto morfostase se refere ao processo que tende a “manter a forma dada de um sistema, organização ou estado” (ARCHER, 1995).

Para Archer (1995; 2000), qualquer fenômeno social pode ser analisado utilizando-se um ciclo morfogenético, o qual envolve três fases temporalmente separadas: 1) condicionamento estrutural, 2) interação social e 3) elaboração social.

Assim como Bhaskar, e em oposição frontal a Giddens, Archer afirma que estrutura e agência são independentes e não idênticos (ARCHER, 1995; 2000; JESSOP, 2005; RADUESCU; VESSEY, 2008; VANDENBERGHE, 2010h). Como na concepção *bhaskariana*, a abordagem morfogenética sustenta que as estruturas não determinam a agência, elas simplesmente constroem ou possibilitam as possibilidades abertas aos agentes, que possuem, de fato, a capacidade (ou poder causal) de reproduzi-las ou modificá-las. Desse modo, durante qualquer interação social, os agentes não constroem novas estruturas; ao contrário, eles transformam ou reproduzem estruturas existentes.

Estruturas emergem num ponto do tempo baseadas em ações passadas de agentes sobre estruturas anteriores e exercem influências causais sistemáticas nas ações subsequentes. Esses efeitos podem ser atribuídos às propriedades emergentes das estruturas anteriores. As principais características dessas propriedades são sua permanência e durabilidade, necessidade natural e posse de poderes naturais.

Durante o processo de condicionamento estrutural, as estruturas existentes num ponto do tempo (T<sup>1</sup>) são emergentes e produtos necessários resultantes das ações passadas de [outros] agentes. A interação social é caracterizada pela ação recíproca entre estrutura e agência. Durante a interação social, os agentes não constroem novas estruturas; eles transformam ou reproduzem as estruturas pré-existentes. Do ponto no tempo (T<sup>2</sup>) ao subsequente (T<sup>3</sup>), a ação recíproca entre estrutura e agência resulta na transformação ou reprodução das estruturas. [E] Nós observamos que os resultados do processo de transformação ou reprodução em T<sup>4</sup> (RADUESCU; VESSEY, 2008, p.8-9).

“Uma estrutura é uma propriedade relacional que tem a capacidade generativa de modificar os poderes desses objetos e exercer influências causais” (RADUESCU; VESSEY, 2008, p.9). Entretanto, os objetos têm relações que são externas e contingentes, o que significa que a existência desses objetos não depende destas relações. Há a necessidade de conceitos mediadores para explicar como a estrutura é impingida nos agentes e como estes reagem, reafirmando-as ou modificando-as.

Porque as propriedades emergentes estruturais dependem primariamente de recursos materiais, sucede que as estruturas contêm relações entre componentes, como

teorias, crenças, valores ou suas ligações. Assim, no caso das estruturas sociais, por exemplo, a cultura tem uma existência objetiva e suas propriedades referem-se ao mundo das ideias, crenças e teorias.

Cultura é diferente da agência, por causa da existência de relações lógicas entre os componentes da cultura, enquanto as relações causais existem entre os agentes. Relações causais são contingentes, isto é, elas podem pertencer, como relações lógicas e, quando internamente e necessariamente relacionadas, elas constituem propriedades culturais emergentes (ARCHER, 1995, p.179).

Agentes são vistos como sendo responsáveis por causalidade eficiente. Não é suficiente focar na regra da mediação, entretanto. Onde a mediação que conduz tanto a morfogenesis ou a merphostasis ocorre também é importante. O lugar onde a mediação entre estrutura e agencia ocorre é importante.

Esta localização representa o ponto de contato entre estrutura e agência. Nos termos de Bhaskar (1989), o local representa o 'sistema de mediação' (ou o que Archer chama de 'sistema de posição-prática') que consiste de '*posições*' (lugares, funções, regras, dúvidas, direitos, etc.) ocupadas (preenchidas, assumidas, engajadas/encarnadas, etc.) pelos indivíduos, e '*práticas*' (atividades, etc.), nas quais, em virtude de sua ocupação destas posições (e vice-versa), eles se engajam. (RADUESCU; VESSEY, 2008, p. 10 – itálicos no original).

Archer refina o termo posição, ao lhe dar o duplo sentido de papéis desempenhados pelos indivíduos e as situações contextuais em que eles se encontram. Ela prefere usar o termo 'mediador' para falar da ligação estrutura agência, do que o termo mecanismo.

Qualquer análise social que procura explicar as origens dos efeitos implica o envolvimento de alguma forma de elaboração social da estrutura, cultura e/ou agência. A abordagem de Archer requer o exame da interação social responsável pela elaboração a fim de localizar as origens no contexto da estrutura precedente que levou à transformação da estrutura e condicionou quem estava envolvido e como eles passaram pelo processo. Desse ponto de vista, o relato histórico é fundamental.

Precisamos usar argumentos transcendentais para identificar estruturas enquanto entrevistamos pessoas para determiná-las. Archer não desenvolve um modelo de pesquisa. Archer sugere que a explicação profunda que as estruturas e suas propriedades emergentes devem se basear está na identificação e utilização de argumentos transcendentais.



Segundo Raduescu e Vessey (2008, p.12), a aplicação prática do ciclo morfogenético às estruturas é derivada de quatro proposições:

- i. identificar as relações internas e necessárias dentro da estrutura social e entre as estruturas sociais existente, ou seja, identificar as propriedades emergentes estruturais via um argumento transcendental (por exemplo, questionando sobre o que é preciso para gerar o caso, o que é preciso ser para apresentar X ser tal como se apresenta, e não o que as pessoas dizem, pensam ou acreditam sobre isso);
- ii. procurar influências causais exercidas pela estrutura sociais na interação social;
- iii. procurar por relacionamentos causais entre vários tipos de agentes no nível das interações sociais;
- iv. identificar como a interação social elabora sobre a composição das estruturas sociais pela modificação das correntes relações estruturais internas e necessárias e introduz novas no caso da morfogênese. A congruência entre ambos os tipos de poderes causais (estrutural e das pessoas) resulta na transformação, enquanto que se a interação social reproduz as relações estruturais internas e necessárias já existentes, então ocorre a morfostase. Se ambos os tipos de poderes causais foram incongruentes, então a mudança não ocorre.

Apesar de suas contribuições, certamente bastante coerentes e solidamente desenvolvidas, para o tratamento da questão estrutura-agência, o trabalho de Archer tem sido criticado, mais do ponto de vista interno (do movimento realista crítico, ou seja, no sentido de refinar suas proposições ao invés de desconstruí-las) do que externo, teórica e empiricamente. Em relação a este último, ela não especifica que passos devem ser seguidos em estudos empíricos (RADUESCU; VESSEY, 2008), limitando-se a sugerir passos, em termos genéricos, sobre o que deve ser feito na análise empírica dos fenômenos.

Do ponto de vista teórico, Jessop (2005), por exemplo, afirma que, embora Archer tente desenvolver princípios teóricos novos, ela o faz em termos de ‘velhas’ taxonomias generalizadas das formas possíveis de integração social e sistêmica, restringindo-se ao uso de exemplos de cruzamento de dados nacionais apenas de seu próprio país. Isso, certamente, requer esforços adicionais no sentido de especificar categorias teóricas de segunda e terceira ordem, a fim de fornecer coerência, coesão e

robustez ao seu modelo teórico, o que tem suscitado, em grande parte surtido efeito, contribuições de outros estudiosos do tema, a fim de aprofundar e refinar suas proposições (cf. ELDER-VASS, 2010, 2011; 2012).

Outra questão carente ainda de ser mais elaborada refere-se ao fato de que, segundo Jessop (2005), sua abordagem sofre, assim como a do Modelo Transformacional da Ação Social (TMSA), de uma ontologia espaço-temporal relativamente plana (operando no passado, presente e futuro), negligenciando complexas espaço-temporalidades de estruturas, contextos estratégicos e práticas sociais e sua articulação contingente.

#### *4.4.3 A Abordagem Estratégica-Relacional (SRA) de Jessop*

A abordagem estratégica relacional proposta por Jessop busca inserir, de forma mais contundente e precisa, a dimensão espaço-temporal na análise da estruturação da sociedade, dentro da perspectiva da teoria social realista. Isso porque ela parte da premissa de que a discussão espaço-temporal realizada nos modelos centrais de explicação da atividade social, dentro do realismo crítico, não leva em consideração tal, ou fazem-na de maneira pouco profunda. Assim, o autor propõe um modelo que dê conta da análise das estruturas sociais e dos agentes, considerando seus respectivos poderes e mecanismos causais, aliados à sua inserção de um dado contexto espaço-temporal, ou seja, em relação a uma estrutura espaço-temporal, que também possuiria seus respectivos poderes e mecanismos causais.

Em seu modelo, as estruturas são tratadas como estrategicamente seletivas em sua forma, conteúdo e operação; e ações são, do mesmo modo, tratadas como estruturalmente estrangidas, mais ou menos contextualmente sensitivas, e estruturantes (JESSOP 2005). Tratar estruturas como estrategicamente seletivas envolve examinar como uma dada estrutura pode privilegiar certos atores, certas identidades, certas estratégias, alguns horizontes espaços-temporais, e algumas ações em detrimento de outras.

Para tratar ações como estruturalmente estrangidas, é preciso explorar os caminhos, caso haja, pelos quais os atores individuais ou coletivos levam em conta seus privilégios diferenciais por meio da análise estratégico-contextual, quando subjacente (tomadas em relação) a um curso de ação. Isso não significa que os atores estejam

fazendo constantemente escolhas estratégicas autorreflexivas e/ou colocando em marcha uma conversação interna – como arte própria de uma conversação interna e/ou para o benefício significativo de outros – sobre seus reais motivos de ação.

O conceito de seletividade estrutural sublinha a tendência por estruturas específicas e configurações estruturais de, seletivamente, reforçar formas específicas de ação, táticas ou estratégias e desencorajar outras. Já o conceito de cálculo estratégico estruturalmente orientado sublinha a possibilidade de reflexão dos atores sobre seletividades estratégicas inscritas dentro de estruturas que, em seguida, passam a orientar suas estratégias e táticas em termos do seu entendimento corrente da conjuntura e de seu ‘sentir o jogo’. Isso pode, mas não precisa ser, estendido como a autorreflexão sobre as identidades e interesses que orientam suas (aquelas) estratégias (dos atores). Indivíduos e organizações podem ser reflexivos, podem reformular, dentro dos limites possíveis, suas identidades e podem engajar em cálculo estratégico sobre interesses ‘objetivos’ que fluem dessas identidades alternativas em conjunturas específicas. Coerência estruturada (ou estabilidade) envolve uma seletividade estratégica estruturalmente inscrita que recompensa ações compatíveis com reprodução recursiva de estruturas e questão.

Figure 1: A Strategic-Relational Approach to Structure and Agency

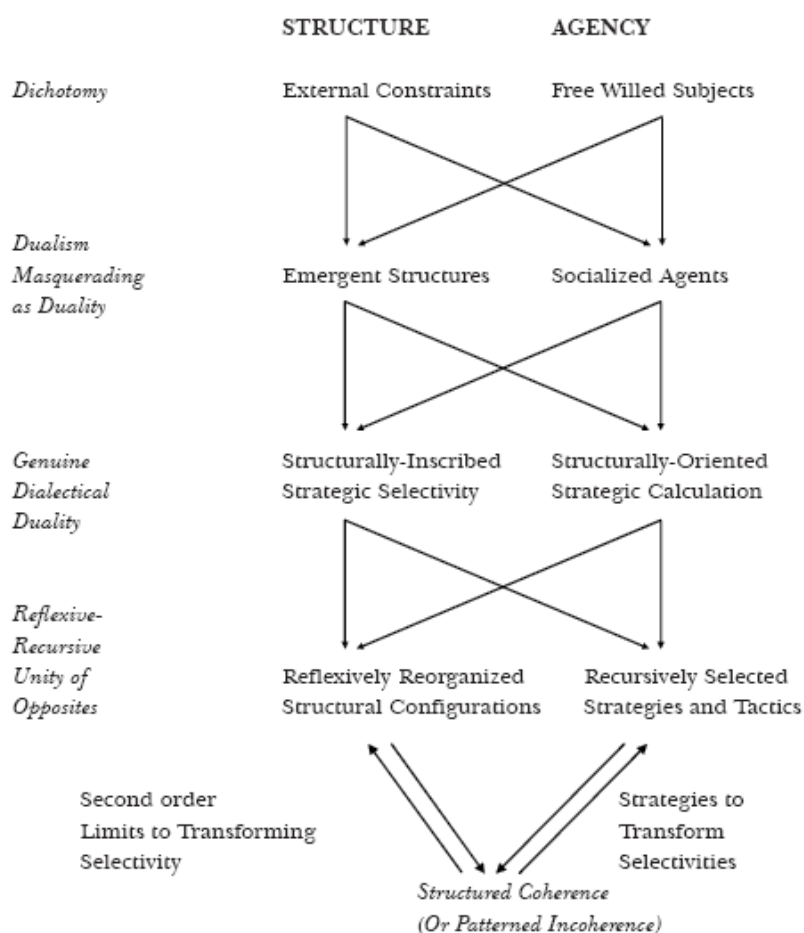


Figura 02: Modelo da abordagem estratégico-relacional da agência-estrutura.  
 Fonte: Jessop (2005, p. 50).

A abordagem estratégica relacional está focada nas relações entre seletividades estratégicas estruturalmente inscritas e (diferencialmente reflexivas) no cálculo estratégico estruturalmente orientado.

- 1) Linha 1 – apresenta a inadmissível dicotomia (absoluta) entre constritores externos e a (incondicional) livre vontade de ação interna.
- 2) Linha 2 – apresenta o que Bhaskar chama de identificação ilícita de indivíduo e sociedade (e o que Archer chama de elisionismo ou confluência central), gerando falsa dialética porque, visando ir além do voluntarismo e da reificação, acontece somente a combinação deles. Na visão de Jessop (2005), o modelo de Giddens também poderia ser situado nesta fase. Segundo Jessop (2005), Bhaskar e Archer também deveriam ser enquadrados aqui, pois, no caso de Bhaskar, as estruturas emergentes

e agentes socializados permitem mútua transformação ao longo do tempo e, no caso de Archer, porque introduz um grande fundo temporal em sua análise de interação.

- 3) Linha 3 – visualiza conjunturas particulares, incluindo espaço-temporalidades seletivas distintas de estruturas e horizontes espaço-temporais diferentes, e capacidades de ação de agentes individuais e coletivos.
- 4) Linha 4 – refere-se à Abordagem Estratégica Relacional (SRA) de sucessivas conjunturas e, portanto, traz à tona a natureza evolucionária, assim como radicalmente e metodologicamente relacional da Abordagem Estratégica Relacional (SRA).
- 5) Linha 5 – indica o possível resultado da interação recursiva entre seletividades estratégicas de estruturas e comportamento reflexivo dos agentes. É aqui onde a Abordagem Estratégica Relacional (SRA) faz, segundo o autor, a sua mais distintiva contribuição ao realismo crítico. A emergência de uma coerência relativamente estruturada fora uma complexidade potencialmente não estruturada pode ser entendida em termos de uma interação contínua entre reorganização reflexiva de seletividades estratégicas e a seleção recursiva e a retenção de (ou estabilização evolucionária) de estratégias específicas e táticas orientadas para aquelas seletividades.

A maior vantagem da Abordagem Estratégica Relacional (SRA), segundo Jessop, é sua preocupação explícita com a espaço-temporalidade das estruturas, agentes e agência e sua integração na apresentação inicial dos conceitos centrais ao invés de sua subsequente introdução numa base *ad hoc*. Estas propriedades espaços-temporais podem ser descobertas por meio da retrodução do real – movimento que Giddens rejeita como receio de reificar as estruturas.

Em primeiro lugar, as estruturas emergem em lugares e tempos específicos, operam em uma ou mais escalas particulares e com horizontes temporais de ação específicos, têm seus próprios modos específicos de articulação, entrelaçam seus vários horizontes espaços-temporais de ação, desenvolvem suas próprias capacidades específicas para estender as relações sociais e para comprimir eventos no espaço-tempo e, como consequência, têm seus próprios ritmos espaços-temporais. Tais características

não são acidentais ou secundárias, mas propriedades constitutivas que ajudam a distinguir uma organização, instituição, ordem institucional, ou configuração institucional de outra.

Em segundo, todas as estruturas privilegiam a adoção, como condição de sucesso, de horizontes espaços-temporais de ação, visando controlar, resistir, reproduzir ou transformá-lo. Assim, seletividade espaço temporal envolve modalidades por meio das quais horizontes de ação espaços-temporais em diferentes campos são produzidos, ritmos são criados e práticas e estratégias são privilegiadas, tornando outras mais difíceis ou incomuns.

Matrizes espaços-temporais são sempre diferencialmente distanciadas e comprimidas; e estratégias e táticas podem ser orientadas aos horizontes espaços-temporais mais adequados, para mudar as formas de governança espaço-temporal, a narração reflexiva do passado e presente para mudar o futuro, e assim por diante (JESSOP, 2005, p. 51).

Em terceiro lugar, as restrições de curto prazo para um agente podem se tornar uma oportunidade conjuntural sobre um horizonte de longo prazo se há um salto na estratégia.

Observando a dimensão espacial dos contextos estratégicos, os agentes podem ser capazes de operar por meio de escalas espaciais variáveis, assim como de vários horizontes temporais, restrições espaciais estruturais e oportunidades conjunturais, que também são determinantes no modo estratégico relacional. Neste contexto, pode-se estudar a dialética espaço-temporal envolvida na estratégia e táticas, e também a trajetória de dependência e a formação da trajetória (*path-shaping*). Trajetória de dependência implica que prioridade do desenvolvimento da estrutura da forma ao corrente e futura trajetória e possibilidades de transformação estrutural e inovação.

Igual a outras versões do realismo, o SRA compartilha das principais teses do movimento. Mas, se diferencia por: (1) desenvolver a interação dialética entre estrutura e agência de uma maneira mais complexa; (2) ir além das abordagens alternativas em sua forma presente, por arguir explicitamente a facticidade e a fixidade das estruturas que não têm significado fora do contexto de agentes específicos perseguindo estratégias específicas e (3) conferir maior atenção às propriedades espaço-temporais emergentes inicialmente elaboradas por Bhaskar e Archer, ao desenvolver de maneira mais

elaborada uma forma de observá-las, considerando as seletividades espaço-temporais e os horizontes de ação espaço-temporais.

Jessop (2005) ainda ressalta três avanços teóricos: interpreta estruturas em termos de estruturalmente inscritas seletividades estratégicas espaço-temporalmente e estruturalmente inscritas inerentes a padrões particulares de relações sociais. Examina os atores em termos de sua capacidade de se engajar na análise de contextos estratégicos (*analysis strategic-contex*) para refelexivamente reorganizar estruturas. E evidencia como a recursiva seleção de estratégias e estruturas produz relativamente configurações estáveis com coerência estrutural e mutuamente reforçando padrões de conduta. Assim, o autor sugere que a ênfase na emergência de estruturas estáveis não somente envolve a conduta dos agentes, mas suas identidades, estratégias e interesses.

#### **4.5 Teoria das Subjetividades Coletivas**

Nesta seção apresenta-se a proposta teórica elaborada por Frédéric Vandenberghe (2007a; 2007b; 2010g) sobre a teoria das subjetividades coletivas<sup>104</sup>, cujo mote central é a provisão de um arcabouço teórico sobre os coletivos – ou grupos estruturados – como agentes capazes de desempenhar ação social e, portanto, mediadores da relação estrutura-agência. Tal desenvolvimento teórico será fundamental para o próximo capítulo, onde se pretende recuperar em parte seu argumento e, a partir dele, propor um refinamento do mesmo, adicionando a dimensão espaço-temporal e redirecionando-o explicitamente ao estudo das organizações.

Em um trabalho recente e seminal, Vandenberghe (2007a; 2007 b; 2010) se propõe a preencher o que considera um hiato entre as categorias sociais (ou coletivos taxonômicos) e o conceito de redes, a partir da introdução dos grupos estruturados como entidades coletivas, reais, dotadas de eficácia causal e, portanto, como elementos centrais para a teoria da ação coletiva. Para isso, ele propõe a tese de que a estruturação dos coletivos segue um processo morfogênico triplo de *identificação simbólica*, *mediação tecnológica* e *representação política*, como diferentes momentos que

---

<sup>104</sup> Em toda a argumentação desta seção serão utilizados, como referência, estes três trabalhos do referido autor, que são, de fato, versões de uma mesma e única elaboração teórica, porém, republicadas em diferentes veículos e em diferentes contextos. Por isso, a fim de evitar redundância, abster-me-ei de repetir citações, salvo quando forem estritamente necessárias.

estruturam e transformam dialeticamente o coletivo taxonômico em uma comunidade imaginada<sup>105</sup> (pela emergência da identificação simbólica), a comunidade imaginada ao quase grupo mobilizável (via mediação tecnológica), e este último em um grupo organizado (por meio da representação política), capaz de representar seus membros ausentes.

Seguindo a linha de raciocínio do realismo crítico, ele defende

a tese coletivista de que a sociedade existe em todos os níveis da realidade social e que as ordens sociais representam ordens emergentes e, portanto, relativamente irreduzíveis umas às outras. Como sistema de relações internas entre posições e ideias, a sociedade existe e subsiste como ordem social e cultural, ordens macrossociais que formam condições de possibilidade necessárias mas não suficientes das ordens institucionais, interacionais e individuais que mediatizam e atualizam, recunduzem ou transformam os efeitos sistêmicos no âmbito do mundo da vida (VANDENBERGHE, 2010g, p. 211-212).

Para tratar do primeiro momento do processo morfogenético triplo da teoria das subjetividades coletivas, Vandenberghe (2010g) recorre à diferenciação que Harré elabora entre aquilo que ele considera como coletivos taxonômicos e os grupos. Harré (citado por VANDENBERGHE, 2010g), partindo de uma ontologia construtivista-realista<sup>106</sup>, considera que os poderes causais da sociedade devem ser analisados em última instância em relação aos indivíduos e, portanto, nega a possibilidade de existência de qualquer entidade coletiva, acreditando estas serem um ‘mito’ e uma ficção teórica. Partindo desse prisma, Harré distingue aqueles que são constituídos por uma estrutura de relações pelas quais os indivíduos vêm a possuir suas próprias propriedades definidoras, o que ele denomina de grupos relacionais estruturados e aqueles em que os indivíduos que formam um grupo porque cada membro tem uma propriedade que é semelhante à de cada um dos outros membros, o que ele chama de coletivos taxonômicos (ou categorias).

---

<sup>105</sup> O conceito de comunidades imaginadas é retirado de Benedict Anderson (1983) e remete àquelas comunidades compostas por pessoas que partilham características em comum; sem, no entanto, estabelecerem relações diretas. O exemplo clássico é dado pelo nacionalismo. Mas, o termo é estendido e utilizado por Vandenberghe para incorporar o conceito a classes, minorias, etc., enfim, agregados coletivos de uma forma geral, que não são grupos, mas quase grupos.

<sup>106</sup> O realismo crítico recebe críticas dos construcionistas, como: “os coletivos teóricos – que reagrupam atores sociais ‘pré-agrupados’, os quais ocupam uma posição social similar em uma estrutura social e cuja localização involuntária explica porque eles tendem a ‘se assemelhar e se reunir’ (*resemble and assemble*) em grupos para defender seus interesses, compartilhar suas ideias ou expressar suas identidades – existem apenas ‘no papel’ (Bourdieu: 1984d: 40)” (VANDENBERGHE, 2010g, p. 216).



Harré considera, então, que os agrupamentos humanos ou coletivos são constituídos de duas formas distintas (mas sempre redutíveis aos indivíduos, não existindo *per se*, como entidades próprias): de um lado, os agregados (ou coletivos taxonômicos) que, em sua visão, seriam aquelas categorias teóricas formadas a priori pelo pesquisador e que, portanto, não encontram necessariamente respaldo na realidade, sendo, provavelmente, mais aquilo que o pesquisador quer ver (ou projeta de si) do que um dado empiricamente concreto. Do outro lado, haveria os grupos empiricamente observados (ou entidades empíricas) como as organizações, instituições, etc.

Porém, Vandenberghe (2010g) considera que sua análise, apesar de tocar numa questão pertinente, é falha ao confundir grupos relacionais com redes, reduzindo estas aos primeiros. Isso porque o critério de categorização utilizado por Harré ao fazer sua diferenciação dos coletivos pauta-se no grau de estruturação das relações entre os membros do grupo. Assim, ele é levado a se comprometer com uma posição restrita acerca dos coletivos como grupos relacionais estruturados, que o impele a descartar as redes e as categorias, já que estas possuem (ou podem possuir) graus de estruturação mais flexíveis ou frouxos.

Assim, é justamente neste ponto que reside a crítica de Vandenberghe a Harré, pois o primeiro visa inserir os coletivos taxonômicos (categorias), onde há efetivamente um baixo grau de estruturação e relação direta, como ‘grupos potenciais’ mas que estão em estado latente. Assim, o seu argumento vai no sentido de tornar mais flexível a análise de Harré, a fim de, dialeticamente, considerar os distintos graus de estruturação dos coletivos como passagens, realizadas por meio da ativação dos poderes causais emergentes em cada um dos níveis ou estados (que correspondem à dialética dos momentos: *identificação simbólica*, *mediação tecnológica* e *representação política*), de um estado de menor estruturação para um estado de maior estruturação (de suas relações) (VANDENBERGHE, 2007a; 2007b; 2010g).

A análise de redes<sup>107</sup> em que se inspira insiste nas relações estruturais, mas não define sua estrutura. Estas são concebidas como estruturas abertas que podem se expandir no espaço. Assim, o grupo apareceria como um tipo especial de redes fortemente demarcado. Segundo o autor, Harré levanta uma questão real, mas que

---

<sup>107</sup> Vandenberghe (2010g) define redes como conjunto de laços ligando os membros (membros chamados de nós para evitar identificação com indivíduos) de sistemas sociais ao longo ou através de categorias sociais ou grupos demarcados. Esta definição, ao enfatizar o conjunto de nós, deixa em aberto a sua morfologia, a natureza de seus laços e suas fronteiras, o que permite, segundo o autor, a sua argumentação no sentido proposto em seu trabalho.

precisa ser flexibilizada. Vandenberghe, então, propõe retomá-la nos seguintes termos, reformulando a questão e mantendo as teses de que: a) os coletivos são reais e b) existem como grupos virtuais cujo poder causal se manifesta progressivamente conforme são estruturados em grupos capazes de produzir movimento social, gerando impactos em toda a sociedade<sup>108</sup>. Assim, ele argumenta

1) que categorias devem ser entendidas como grupos potenciais que podem ser organizar e atualizar a si mesmos; 2) que essas categorias se manifestam, de fato, no mundo da vida; 3) e que devemos investigar essa passagem da *potentia* ao *actus* – a *passage à l'acte* – como um processo praxiológico de estruturação por meio do qual categorias sociais são progressivamente organizadas em grupos (Giddens, 1980: 105-117). Tal como os pássaros, os coletivos assumem múltiplas listras e cores, de povos, nações, raças, gêneros, classes, partidos e grupos de *status* até a humanidade (e, talvez mais além, até as associações cósmicas interestelares de espíritos). Minha entrada na questão se dá via classe e movimentos sociais (VANDENBERGHE, 2010g, p. 215).

Assim, o autor evidencia que uma ontologia realista dos coletivos poderia facilmente integrar ontologias performativas dos construtivistas, como a teoria do ator-rede, em uma análise dinâmica e processual da estruturação dos coletivos. Devemos conceder aos construtivistas que estes coletivos não são dados como entidades acabadas, mas como produtos sociais que são sempre social e localmente construídos em situações concretas de ação; que eles não são coisas mas processos; não reificações, mas realizações.

Uma vez definido que os “[...] coletivos tornam-se grupos ao serem construídos como categorias, bem como de que as categorias taxonômicas referem-se a grupos potenciais que podem transformar ou ser transformados, por meio da pressão externa, em grupos estruturados e organizados, imbuídos de uma consciência coletiva e de uma vontade de agir distribuída entre os membros do grupo” (VANDENBERGHE, 2010g, p. 232), então, os grupos emergem como fruto de um processo de categorização, identificação e a constituição de uma comunidade simbólica, gerando, assim, uma pessoa de ordem superior. A partir daí chega-se ao primeiro momento, que é a análise

---

<sup>108</sup> Segundo Vandenberghe (2010g), mesmo que não sejam ativos ou mobilizados, os coletivos possuem influência real no mundo da vida em virtude de sua mera existência. Só pelo fato de existirem os outros são obrigados a levá-los em consideração. E também porque são coletivos potenciais, já que oferecem esboços e aparições antecipatórios de grupos em formação. Nesse sentido, exercem eficácia causal na realidade, sendo, portanto, reais.

dos coletivos como uma comunidade simbólica por meio da implicação mútua das descrições performativas do coletivo na primeira pessoa do plural.

Na perspectiva realista-construtivista, os coletivos têm uma existência dupla: a) existem objetiva e virtualmente como categorias que abarcam os membros de um conjunto em função da posição social que ocupam na estrutura social e b) existem subjetivamente e intencionalmente como comunidades simbólicas, nas quais os membros estão conectados por meio de uma ligação mental ou espiritual.

Coletivos taxonômicos são constituídos por categorizações alterfenomenológicas; já os grupos o são por categorizações autofenomenológicas, isto é, autoidentificação. O nos é uma personalidade supraindividual<sup>109</sup> social constituída intencional e politeticamente como um coletivo vivo, sendo experienciada como tal por todos os membros do grupo. Isso ocorre devido à consciência mútua de reciprocidade. Os atores podem unificar suas vontades e coordenar reciprocamente suas ações em uma única ação coletiva. Uma vez identificados, interna e externamente, os indivíduos de um coletivo taxonômico passariam, em uma situação de copresença, a realizar rituais de interação, formando um sujeito plural.

Vale ressaltar aqui, como será retomando em detalhes mais adiante, que a situação de copresença física é espacialmente demarcada e seus participantes têm o senso de que está tomando parte na comunicação ou esta sendo excluído. Além disso, partilham um estado comum de humor e de experiência emocional e estão sincronizados uns com os outros através da sincronização de movimentos corporais, do entrosamento rítmico e do estímulo de sentimentos. Essa experiência de efervescência do grupo da origem a emblemas sagrados do grupo, símbolos de identidade, totens, bandeiras, líderes, palavras, slogans, etc. Tais elementos expressariam, condensariam e corporificariam o sentimento de unidade em um objeto material ideal.

Em virtude da unificação dos corpos e ementes, via uma interação comunicativa e numa situação de copresença, espacial ou virtual, que ocorre nos rituais de interação

---

<sup>109</sup> Segundo Husserl, é uma pessoa de ordem superior graças à comunicação. Ela está fundada sobre uma intersubjetividade pelo ego transcendental, via estabelecimento de uma relação real, efetiva, interespiritual e intercorpórea entre os sujeitos que se desenrola no mundo da vida. Em uma única cadeia operativa, minha ação apoia a ação do outro e torna-se complementar e formamos uma subjetividade coletiva com a intencionalidade coletiva. Transfere a análise proto-habermasiana de Husserl da comunicação de duas pessoas para várias pessoas, o que permite a investigação de grupos estruturados. Uma consciência supraindividual é formada, mas que vive em cada um dos indivíduos. Resulta daí a unificação. Fundado sobre unificações individuais, é ato sintético, uma unidade superior, mas distribuída em todas as pessoas.

realizados pelos sujeitos plurais, emergem componentes como as emoções, a cinestesia, um sentimento de pertencimento e uma necessária delimitação do grupo cujo resultado último desse caldeirão será a geração de uma comunidade simbólica.

Um coletivo se constitui como uma comunidade simbólica frente a outra, da qual quer se diferenciar<sup>110</sup>. Assim, “para consolidar o processo de construção do coletivo como um grupo autofenomenológico, a identificação necessita de um ‘outro’, um ‘exterior’, que é ‘constitutivo’ da identidade do grupo.” (VANDENBERGHE, 2010g, p. 227).

Por serem sempre consituídas em referência a um outro exterior – que está incluído no interior do coletivo, afetando a sua identidade a partir de dentro –, as fronteiras simbólicas entre os grupos são necessariamente permeáveis. Desse modo, os fechamentos dos grupos só podem ser provisórios, sendo, portanto, necessária uma permanente reconstrução dessas fronteiras para a demarcação dessa comunidade simbólica. Uma possível das comunidades simbólicas é sua transformação numa máquina de guerra, caso haja um fechamento do grupo em si, e uma negação de tudo que lhe é alheio (isso é comumente visto em conflitos étnicos, religiosos e fundamentalistas, de modo geral, em que há um acirrado fechamento da comunidade simbólica e uma necessária exclusão sistemática – via eliminação física – do outro). Para evitar isso, duas estratégias são utilizadas: de um lado, uma política de alargamento das fronteiras da comunidade simbólica, a fim de permitir cada vez mais o acesso de pessoas de pessoas diferentes, por meio da flexibilização dos critérios de entrada e participação na comunidade e, de outro, uma permissão mais livre do fluxo de pessoas por essas fronteiras, desde que obedçam aos critérios impostos (o que implica a manutenção dos critérios de demarcação).

Em síntese, este primeiro momento apresenta a estruturação de uma categoria (ou coletivo taxonômico) a partir da emergência de seus poderes causais até o ponto de se formar uma comunidade simbólica, cuja principal característica é a identidade como traço da organização social.

---

<sup>110</sup> Emoções e cinestesia da fenomenologia da intersubjetividade de Husserl permitem ver a consituição dos grupos como unificação de mentes e corpos. “Um sentido de pertencimento é essencial para a constituição de um grupo, mas também o é sua delimitação em relação a outros grupos” p. 225. A identificação é contra um terceiro ... usa teoria de sujeito plurais de Gilbert. “ ‘os seres humanos X, Y e Z constituem uma coletividade (grupo social) se, e apenas se, cada um concebe uma corretamente a si mesmo e ao outro, tomados juntos, como um nós’ (Gilbert, 1989: 147)”. Nós contra eles.

O segundo momento da dialética proposta por Vandenberghe refere-se às mediações do coletivo, em que as comunidades imaginadas, via mediação tecnológica, são elevadas a um grau maior de estruturação e culminam na construção do *quase-grupo*. Isso porque

a autoidentificação dos membros é uma condição necessária, mas não suficiente da estruturação dos coletivos. Um coletivo que deseje agir e intervir no mundo da vida para transformar o sistema (ou se opor à sua transformação) necessita da intervenção e de uma 'mediação tecnológica' que transforme a comunidade simbólica em um quase-grupo, bem como de uma 'representação política' que transforme o quase-grupo em um grupo organizado (VANDENBERGHE, 2010g, p. 234).

O processo de mediação é duplo: ele tem um lado logístico, relativo à organização tecnológica da matéria e que é expresso por todo tipo de meio físico (estradas, portos, tecnologias de informação e comunicação, internet, etc.) passível de transmitir uma comunicação e um lado estratégico, relativo à organização das pessoas em uma rede e à forma como elas pessoas se dispõem.

Como a identidade do grupo é, em larga medida, imaginária, ela pressupõe sua representação simbólica por meio de uma linguagem que projete a sua unidade. Para isso, ela é composta de colagens de diversas imagens retiradas dos seus membros, mas cujo resultado final representa um mosaico que transcende qualquer imagem individual de cada membro. Mas, ao mesmo tempo, é capaz de assegurar que eles individualmente se reconheçam nessa imagem maior, a do mosaico.

Assim, os meios de comunicação servem para a mediação simbólica, mas também são maquinarias de mediação sociotécnica. Mídias funcionam como sistema sociotécnico de integração social. Os meios de comunicação têm poder e impõem certas possibilidades e restrições aos seus donos/usuários e aos outros, do mesmo modo que a imprensa no século XVIII foi instrumental na superação do caráter episódico e localizado do protesto popular, facilitando a formação de coalizações em escala nacional. Um exemplo é dado pelo autor, tomando como referência a internet, meio este cujas novas possibilidades e restrições conferem novas opções de interação social, favorecendo, por exemplo, a construção de redes mais amplas, extensas e capazes de serem estruturadas e organizadas, no sentido de produzir ações efetivas na realidade. Assim, quando as redes estão interligadas em coalizões e a ação coletiva destas coalizões é, por sua vez, coordenada num nível mais alto, uma mudança de escala ocorre.

O terceiro momento morfogenético proposto por Vandenberghe refere-se à passagem do quase grupo mobilizável (estado atingido pela emergência do poder causal da mediação tecnológica) ao grupo estruturado, que é fruto da emergência do poder causal da expressão política. Para se tornar um grupo com “triplo I” – identidade, ideia e interesse –, o quase grupo precisa de uma estrutura organizacional que transforme o grupo mobilizável em um grupo mobilizado, capaz de agir como um único homem.

Seu argumento é o de que, ao se organizar o grupo se estabiliza, canaliza e externaliza suas energias. O coletivo cria uma inércia artificial que o protege da ameaça do prático-inerte. Essa inércia artificial é a organização. Vandenberghe relembra que Sartre a pensa como entidade, mas ele sugere que se pode pensá-la como processo que reforça a identidade comum ao mesmo tempo em que unifica a sua estrutura.

Assim, segundo o autor, a organização soluciona e dissolve o problema de Harré: ela efetivamente transforma categorias de pessoas que compartilham alguma característica em comum em redes de pessoas ligadas umas às outras, direta ou indiretamente, por um tipo específico de ligação interpessoal. Se, primeiro momento, a identidade das categorias (coletivos taxonômicos) tem como elemento subjacente uma alta categoricidade e, no segundo momento, o quase-grupo mobilizável já tem uma estrutura de integração, via mediação, em rede, esta ainda é de baixa ou média densidade. É, portanto, no terceiro momento, quando da emergência do porta-voz coletivo, que surge a transformação do quase grupo em um grupo do triplo I; fortemente organizado ou empiricamente existente com uma instituição, organização, ou corporação nos níveis meso e macro da sociedade, é resultado do trabalho de representação política. É aqui que será possível a realização performativa do coletivo.

A representação é, em larga medida, metonímica. Ela condensa a rede na pessoa que a corporifica e apresenta forte efeito performativo, que acrescenta seu próprio poder simbólico ao grupo. Por delegação, ela torna o coletivo visível, quase tangível e afirma e defende suas ideias, interesses e identidades em público. Da a ele visibilidade permanente e o traz à existência empírica permanente. A visibilidade da formação de um coletivo, grupos designados por um único substantivo, é o resultado final de um longo e paciente trabalho de objetivação que, finalmente, canaliza as representações mentais, sociais e legais do grupo para a sua representação política, fazendo-o por meio da delegação, legalmente reconhecida pelo estado como agente social capaz de agir como pessoa supraindividual.

As organizações existem no espaço e perduram no tempo. Se os coletivos existem em potência em nível macro, as organizações existem, em *actu*, em nível meso. “Ninguém, nem mesmo o positivista mais radical ou o empirista bem financiado, negaria sua existência - o que não significa, é claro, que sua legitimidade tenha de ser aceita de modo acrítico” (VANDENBERGHE,2010g, p. 249). Como representante do coletivo, ela age também em microssituações.

A organização é personificada e mediada na figura do porta-voz, que age como se fosse um mega-ator. Como indivíduo corporativo ele pode mobilizar recursos organizacionais importantes e cujas decisões localmente situadas transcendem as situações locais de ação.

É devido ao fato de que a porta-voz é uma intermediária entre o grupo e seus membros que ela pode funcionar como mediadora entre os níveis micro e macro da sociedade. Como personificação do poder causal do coletivo, ela corporifica e representa a organização do coletivo e, falando em seu nome, representa, realiza e reifica performativamente o coletivo (VANDENBERGHE,2010g, p. 250).

O coletivo já existia potencial e virtualmente, mas é atualizado via porta-voz, “aparecendo na sociedade como uma comunidade organizada que pode ser mobilizada ocasionalmente e mobilizar seus membros como um grupo em fusão, o coletivo aparece agora ‘como se’ sempre houvesse existido como corpo organizado capaz de ação coletiva comum” (VANDENBERGHE,2010g, p. 250).

Deve-se analisar não tanto as condições de impossibilidade da representação democrática do poder, mas as condições procedimentais de possibilidade de instituição de um poder legítimo que não confiscaria a voz do povo, mas a exprimiria, de modo contrafactual e representativo, ao se colocar a serviço do interesse geral. Ao reformular a análise bourdieusiana da porta-voz em uma perspectiva realista e radicalmente democrática, pode-se mostrar como ela consulta os membros, como eles alcançam um consenso que ‘articula’ a vontade coletiva e como essa prática discursiva não apenas legitima a porta-voz, mas também contribui performativamente para a organização política do coletivo que busca reformar democraticamente a sociedade e eliminar as estruturas de dominação que não tanto exprimem como reprimem o interesse geral dos adeptos (VANDENBERGHE,2010g, p. 252).

Em síntese, a teoria das subjetividades coletivas traz elementos importantes a serem considerados, dentro da perspectiva do realismo crítico, sobre o debate da relação estrutura-agência, em geral, assim como sobre a teoria da ação coletiva e também sobre as próprias organizações – tema central desta tese.

Vandenbrghe (2007a; 2007b; 2010g) tem o mérito de trazer à tona o debate sobre a ação coletiva dentro da perspectiva do realismo crítico, complementando, assim, esforços já endereçados por outros estudiosos – inclusive por ele mesmo – nas extremidades dos níveis da realidade social, seja no nível micro (cf. ARCHER, 2000; 2002) seja no nível macro (cf. BHASKAR, 1998[1979]). Além de endereçar esforços no nível meso de análise da realidade social, que parece ser o mais subdesenvolvido teoricamente até o momento, ele toca numa questão verdadeiramente pouco discutida, que é a estruturação deste nível intermediário, conforme observou Ackroyd (2004).

Porém, apesar de sua brilhante contribuição ao relacionar os coletivos taxonômicos (agregados coletivos) aos grupos estruturados, via o que considera como processo morfogenético triplo e, com isso, tocar direta e insistentemente na questão das organizações, o próprio autor parece estar menos preocupado com o papel delas e as implicações de sua proposta teórica sobre as mesmas, do que com a relação que este nível meso estabelece com o nível macrosociológico, no qual reside sua preocupação central<sup>111</sup>.

Além disso, resgatando a observação crítica que Jessop (2005) dirige ao realismo crítico em geral, pode-se observar que, também no caso particular da teoria proposta por Vandenberghe, há uma desconsideração em relação à dimensão espaço-temporal da atividade humana nos coletivos taxonômicos, em geral e da sua interação, seja nas comunidades imaginadas, seja nos quase-grupos ou, mesmo, nos grupos estruturados (ou organizações). Assim, apesar das dimensões temporal, simbólica e tecnológica serem adequadamente teorizadas, parece haver uma lacuna no que tange à dimensão espacial, que é subteorizada, como se todo esse processo ocorresse no vácuo, e também quanto à dimensão política, já que o autor restringe sua análise à delegação do poder do grupo para o porta-voz, não adentrando questões mais específicas, como as relações entre os agentes.

Adicionalmente, sua proposta teórica carece de investigação, a fim de ser testada e analisada contrafactual e retroductivamente, em face da sua operação na dinâmica dos sistemas abertos, o que demanda investigações empíricas, seja sobre sua proposta analítica como um todo, seja para verificar partes de seu esquema teórico, mas que, de todo modo, dirijam a atenção a ação social coletiva, especificamente desempenhada no

---

<sup>111</sup> Em comunicação pessoal, via e-mail, Vandenberghe (2011) afirma que sua teoria das subjetividades coletivas não foi desenvolvida para tratar da especificamente das organizações.



nível meso social, a partir da análise da estruturação dos coletivos e das organizações (ou grupos estruturados, como ele os designa).

#### **4.6 Considerações Preliminares**

Retomando o objetivo deste capítulo, que foi o de situar como é sistematizar e caracterizar os principais elementos da filosofia da ciência proposta pelo realismo transcendental aplicado na teoria social contemporânea, pode-se observar que a teoria social realista se coloca como um projeto significativamente particular de teoria social, fornecendo as bases solidamente fundamentadas, tanto para o desenvolvimento de um projeto próprio e original de sociologia – o que já vem sendo feito ao longo das últimas duas ou três décadas –, como traz implicações profundas para as ciências humanas e sociais.

Uma dessas implicações, talvez a principal delas, no plano da teoria social é a possibilidade advogada e devidamente justificada, fornecida pelo naturalismo crítico, de desenvolver uma teoria social integrada – como defendem, por exemplo, Brante (2001) e Vandenberghe (2010) – que ultrapasse as atuais teorizações segmentadas e sectárias, integrando-as por meio de um ponto comum (uma ontologia social) em um metarrelato constituído de diferentes níveis e com capacidade de sustentar as diferenças específicas entre cada um deles. Isso seria assegurado pela autonomia relativa e pelas propriedades emergentes relativas às estruturas intrínsecas de cada entidade, em cada nível, devido ao seu estágio de organização da matéria (configuração material).

Do ponto de vista específico das organizações, tema central desta tese, a estratificação da realidade social em níveis e a consideração explícita das organizações como um nível próprio dessa realidade fornecem o reconhecimento adequado e necessário para a investigação dessa estrutura ôntica, como objeto legítimo no campo da teoria social, em geral, e da sociologia das organizações, em particular. E, ao fazê-lo, abre as condições necessárias para o desenvolvimento da explicação realista crítica para as propriedades emergentes desse tipo de estrutura real, com suas tendências, seus mecanismos causais e, acima de tudo, a sua irredutibilidade às interações humanas dos níveis inferiores. O que requer e implica, necessariamente, a teorização e a explicação dos fenômenos coletivos de ação social por referência própria à sua organização coletiva. E, desse modo, recai-se na necessidade de investigação sobre a estruturação

das organizações (ou coletivos), como já identificado por Ackroyd (2004) e evidenciado neste capítulo pela teorização seminal recentemente elaborada por Vandenberghe. É justamente neste veio analítico que se insere esta tese, que será especificamente desenvolvida no próximo capítulo.

## **PARTE 3: CRÍTICA E RECONSTRUÇÃO**

### **MOMENTOS DA ANÁLISE MORFOGENÉTICA E MORFOSTÁTICA DE ESTRUTURAÇÃO DOS SISTEMAS SOCIAIS DE AÇÃO COLETIVA**

## 5 MOMENTO 1 (M1) – ESPAÇO: DE COLETIVOS TAXONÔMICOS A GRUPOS INTERATIVOS VIA COMPARTILHAMENTO DA REALIDADE MATERIAL

*O espaço e o tempo são a estrutura em que toda a realidade está contida. Não podemos conceber qualquer coisa real exceto sob as condições do espaço e do tempo. Nada no mundo [...] pode exceder suas medidas e estas são limitações espaciais e temporais. Cassirer<sup>112</sup>*

**Resumo:** Neste capítulo, o objetivo é identificar e analisar a estrutura da realidade material, entendida como a condição primeira de sustentação de qualquer relato científico realista, a fim de extrair os princípios ou as estruturas gerativas das entidades materialmente reais cuja forma de manifestação é condição necessária para a emergência de outras (novas) entidades, manifestadas em formas. Para tanto, buscou-se aqui realizar um estudo de corte teórico, retroductivo, desde a física até a teoria social, para identificar as estruturas ônticas acessíveis (ou mais próximas possível disso), dado nosso atual estágio de desenvolvimento técnico-científico. Como resultados, observou-se que a dimensão espaço-temporal – ou espacial e temporal – como estrutura gerativa ôntica básica de toda a realidade possui propriedades intrínsecas imanentes e precedentes as demais estruturas da realidade. A partir daí, resgatou-se, dentro de uma perspectiva orientada pelo realismo crítico, as principais tendências (ou poderes causais) desta estrutura e suas implicações para a realidade humana. Concluiu-se, então, que a estrutura espaço-temporal, em especial a dimensão espacial, tem a capacidade de fixar as demais coisas/entidades da realidade em “pontos” discretos do espaço, o que, por sua vez, condiciona tais entidades a contatos e interações seletivas e limitadas em função da proximidade de outras entidades. Disso resulta uma espécie de enquadramento espacial que funciona como aquilo que Archer denomina de “condicionamento estrutural”. O conhecimento desses condicionamentos permite uma adequada avaliação das possibilidades de ação numa dada situação ou contexto.

**Palavras-chave:** Ontologia. Espaço. Tempo. Realidade material. Grupos interativos. Fixação. Enquadramento.

---

<sup>112</sup> CASSIRER, ERNST. *Ensaio sobre o Homem: introdução a uma filosofia da cultura humana*. São Paulo: Martins Fontes, 1994.

## 5.1 Introdução

Desde a física à astronomia, da filosofia à matemática, da medicina às humanidades, a questão do espaço e do tempo sempre se fez presente sob a forma como o homem compreende (o), se relaciona (com) e se posiciona no mundo. Embora nem sempre esta discussão tenha sido o alvo específico de análise em cada um desses campos do saber – já que seu significado e sua importância parecem ter matizes segundo o grau mais ou menos explícito e abrangente de suas aplicações e implicações –, ainda assim essa questão permeia, seja sob a forma de uma reflexão própria, como acontece na física, seja indireta e subentendidamente, como ocorre nas ciências humanas, todos os domínios do conhecimento. Isto porque a discussão acerca do espaço e do tempo está, em última instância, intrinsecamente relacionada com a própria noção (e discussão daquilo que chamamos) de realidade (EINSTEIN, 2006 [1936]).

A despeito da relevância da consideração e do adequado entendimento do espaço e do tempo para qualquer empreendimento do conhecimento humano, sobretudo aqueles racionais e sistemáticos como a filosofia e a ciência, poucas tentativas de teorização têm sido consagradas ao entendimento efetivo dessas dimensões basilares da concepção e da experiência humana, talvez devido à aridez e incompletude que toda e qualquer investigação relacionada a este tema suscite (BHASKAR, 2008 [1993]).

Nos distintos campos do conhecimento, enquanto discussões áridas e hercúleas sobre temas como espaço e tempo são escassas, abundam livros, revistas e artigos científicos sobre as últimas aplicações derivadas do acréscimo da variável “X” ao sistema teórico “Y”. Embora a tarefa da ciência vise um conhecimento seguro, por meio do qual o seu emprego correto permitirá a própria intervenção na realidade, tornando-a mais favorável à existência humana, toda aplicação deriva da base do conhecimento (e do conhecimento de base) cuja segurança (grau de adequação à realidade) é condicionada pela adequada compreensão das próprias substâncias<sup>113</sup> (entidades ou

---

<sup>113</sup> Em toda a trajetória filosófica do mundo ocidental, tomando como ponto de partida o nascimento da filosofia na cultura helênica, a posição “substantivista” (ou essencialista) da realidade sempre esteve presente através da defesa do argumento de que as substâncias (ou entidades, isto é, aquilo que existe) se expressa através de uma essência. A nomenclatura prevalecente para designar aquilo que existe na realidade é dada pelo termo “substância”. Toda substância possui uma forma, que retém (“aprisiona”) seu conteúdo (ou essência). No realismo crítico o termo substância é substituído por “coisa” ou “entidade” e as “essências” são entendidas como “propriedades”, “forças” ou “poderes” inerentes às estruturas gerativas das coisas.

“coisas”) e suas relações, ou seja, das estruturas e mecanismos que jazem no âmago da própria realidade.

A discussão sobre espaço e tempo refere-se, embora não exaure, à própria discussão sobre a realidade. Isso porque o estabelecimento de um “mundo externo real” [isto é, uma realidade exterior independente da concepção humana que medeia a relação do homem com essa realidade] repousa na necessária concepção do conceito de “objeto corpóreo”, aliado ao fato de “[...] que atribuímos significados em grande medida independentes ao conceito de objeto corpóreo em nosso pensamento (determinante de nossas expectativas) e às sensações causadoras deste conceito.” (EINSTEIN, 2006 [1936], p. 1).

É isso que queremos dizer quando associamos uma “existência real” ao objeto corpóreo. A legitimidade desta associação repousa unicamente sobre o fato de que, com o auxílio de tais conceitos e das relações mentalmente estabelecidas entre eles, podemos nos orientar por entre o emaranhado de sensações. É por este motivo que estes conceitos e relações – embora livres de definições do pensamento – parecem-nos mais firmes e imutáveis que a experiência sensível única, cujo caráter nunca poderemos com segurança deixar de atribuir à ilusão ou à alucinação. Por outro lado, conceitos e relações, em particular o estabelecimento de objetos reais ou mesmo de um “mundo real”, só são justificáveis na medida em que estão associados a experiências sensíveis<sup>114</sup> entre as quais [se] criam associações mentais (EINSTEIN, 2006 [1936], p. 1).

Se a existência de um mundo externo real depende da necessidade de um objeto corpóreo e se um objeto corpóreo necessariamente tem que ser constituído, ou pelo menos mediado, por uma entidade material, e se toda e qualquer entidade material pressupõe a existência do (ou só pode existir associada ao) espaço e tempo, então, estas duas dimensões (além da própria matéria) têm que ser levadas em conta em todo e qualquer relato fidedigno daquilo que chamamos de realidade<sup>115</sup>.

Nesse sentido, aceitando-se aqui a conversão científica da dimensão epistemológica para a ontológica como fronteira última do conhecimento, segue-se, então, que as dimensões espaço-temporais, intransitivas por natureza, são estruturas

---

<sup>114</sup> O autor acrescenta a necessidade de se notar que “[...] a diferenciação entre impressões sensíveis (sensações) e representações não é conhecida, ou ao menos não o pode ser com segurança” (EINSTEIN, 2006 [1936], p. 1).

<sup>115</sup> A física, como modelo de ciência erigido a partir do renascimento filosófico, tornou-se (e ainda é) o modelo hegemônico, universalmente aceito, a partir do qual as outras ciências se inspiraram e continuam tomando como referência. Ela ocupa-se diretamente apenas com as experiências sensíveis e com a compreensão das relações entre elas (EINSTEIN, 2006[1936]). Espaço-tempo, matéria-energia e movimento-reposo constituem as estruturas binárias [ou dialéticas?] da trindade básica e universal do credo da física (RAY, 1993).

gerativas necessárias, sozinhas ou em conjunto com outras estruturas, para a transformação e a reprodução de qualquer evento ou manifestação empírica. Assim, como a ciência, desde a sua constituição, esteve ligada à tarefa de desvendar a realidade, ela sempre se manteve atada ao axioma (ainda não superado) das experiências sensíveis, tal como postuladas pela física<sup>116</sup>. Portanto, no âmbito da ciência – e, portanto, no âmbito da busca por explicações reais, fenomênicas (efetivas) e empíricas –, a dimensão espaço temporal reside na última fronteira disponível para qualquer relato sobre a realidade.

Isso significa não só trazer à tona a necessidade de reafirmação da dimensão ontológica, como o faz Bhaskar, no âmbito do domínio da filosofia da ciência, mas, além disso, significa incluir, deliberada e explicitamente, essa dimensão ontológica na forma de conhecer a realidade (epistemologia), na forma de teorização da realidade (gnoseologia) e na forma de apreensão (metodologia) dessa realidade. Se, para empreender um trabalho científico, é preciso lidar necessariamente, em algum grau, com a realidade; logo, qualquer que seja o tipo de experiência e sua forma de manifestação, ela deve fazer referência, de algum tipo, e explicar, de alguma maneira, como as estruturas e os mecanismos causais ocorrem espaço-temporalmente. Nesse sentido, é importante ressaltar que o próprio espaço e o tempo atuam como estruturas gerativas com efeitos causais, passivos ou ativos, sobre as demais estruturas.

No âmbito da filosofia da ciência, Baskar (1998[1979]; 2008[1975]) estabelece as bases para a integração metateórica entre as ciências, naturais e humanas, a partir da comensurabilidade ontológica, ou seja, de um compartilhamento comum que é a dimensão intransitiva da realidade. O domínio ontológico refere-se à realidade, nas diferentes formas que esta pode assumir: material, artefactual, ideal e social (FLEETWOOD, 2005). Porém, há uma gradação entre os tipos de realidade em termos de seu grau de abstração. Em última instância, os graus menos abstratos precedem estes últimos e, portanto, a realidade material é uma condição *sine qua non* para a existência e a manifestação da realidade social. Dito de outro modo, é preciso haver a natureza para a sociedade possa emergir.

---

<sup>116</sup> Outras formas de conhecimento, embora também matizadas pelas formas acadêmicas ou escolásticas que possam assumir, tais como a filosofia e a teologia, não se atêm à necessidade de estudar as experiências sensíveis e suas relações. Embora se possa argumentar que, em algum grau, essas formas de conhecimento também se vinculem a tais experiências posto que, pelo menos, são mediadas pela realidade material. A esse respeito, cf. os modos de realidade de Fleetwood, a seguir, na seção 3 (et seq.). Portanto, essa é uma questão ainda está em aberto.

Ao passo que, nas ciências naturais, a realidade externa e objetiva sempre se mostrou mais saliente e passível de ser identificada, devido ao desacoplamento das experiências sensíveis que assumiam a forma de objetos corpóreos distintos e independentes; nas ciências humanas e sociais, devido à interdependência daquelas experiências em termos de seu acoplamento ao **mesmo objeto corpóreo**, a identificação dessa realidade exterior e independente sempre se mostrou menos saliente e explícita (i.e. mais difícil) de ser adequadamente efetuada e, conseqüentemente, investigada, compreendida e manipulada. Apesar disso, do mesmo modo, a ciência humana e social continua dizendo respeito à realidade e se submetendo às suas tendências e poderes causais (BHASKAR, 1998[1979]).

De acordo com o naturalismo não positivista [...], os *predicados* que aparecem na explicação do fenômeno social serão diferentes daqueles que aparecem na explicação científica natural e os *procedimentos* usados para estabelecê-los serão, em certos aspectos vitais, diferentes também (sendo contingentes em consequência de [sobre], e determinados pelas propriedades dos objetos sobre estudo); mas os *princípios* que governam sua produção permanecerão substancialmente os mesmos (BHASKAR, 1998[1979], p.20 – itálicos no original).

Dessa forma, considerando a omissão à referência da dimensão espaço-temporal na filosofia da ciência, em geral, e nas ciências humanas e sociais, em particular, assim como o seu caráter necessário para uma adequada teorização sobre a realidade (já que tal dimensão remete ao domínio ôntico), neste capítulo, o objetivo é propor a dimensão espacial como um momento do processo de estruturação da ação coletiva, que é condição necessária, embora não suficiente, para a emergência de atores coletivos (ou dos grupos sociais) efetivos, enquanto uma entidade de ordem superior, autônoma e dotada de poderes causais.

Especificamente, busca-se evidenciar que o espaço, como base efetiva da existência ou, mesmo, para a manifestação de toda e qualquer entidade real, é o ponto de partida para o estudo científico de qualquer fragmento da realidade, pois é nele e a partir dele que os diferentes tipos de “coisas” (entidades) existentes se manifestam e podem entrar em contato e interação, possibilitando, assim, os fenômenos de emergência que originam novas entidades, dotadas também de estruturas gerativas e poderes causais próprios, que produzirão novos estratos da realidade.

Para tanto, tomando como ponto de partida a equivalência parcial entre o domínio ôntico e a dimensão espacial, de modo que apenas por meio de uma



manifestação espaço-temporal a existência de alguma entidade possa ser verificada ou presumida, argumenta-se aqui que o espaço tem um duplo papel no que tange à sua influência sobre a realidade social: de um lado, o espaço como entidade com estrutura gerativa própria, dotada de uma estrutura gerativa intrínseca, com determinados poderes causais, apresenta-se necessariamente como elemento comum à livre existência das demais entidades na realidade e, dessa forma, restringe ou potencializa (catalisa) o comportamento das demais “coisas”. De outro lado, o espaço absorve (via sua deformação, pelo menos em parte) a manifestação, em seus diferentes níveis, dos poderes de causais/tendências das “coisas”.

Se for correto o argumento de que todas as coisas só podem existir na (ou por meio da) dimensão espaço-temporal, então, essa dimensão deve possuir uma propriedade seletiva de enquadramento, funcionando como uma moldura a partir da qual as coisas podem existir e serem percebidas. Se for assim, isso será particularmente importante no que tange à realidade humana e social, pois o espaço, em seus diferentes níveis de existência, manifestação, percepção e representação, exerce sua tendência de enquadramento e fornece os limites dentro dos quais (ou aos quais) uma determinada entidade (ou seus efeitos/propriedades) está associada e é passível de ser perceptível. Outras entidades adicionais precisam estar dentro de tais limites para que ocorra uma interação. A contiguidade é a propriedade necessária à interação. A interação permite a combinação e a recombinação de “coisas” (entidades) em novas configurações, cujos resultados permitem a emergência (criação) de novas entidades. Esse processo pode ser espontâneo ou deliberado.

Para lograr a argumentação proposta, efetua-se, em primeiro lugar, uma revisão seletiva (i.e., não exaustiva) sobre as formas sob as quais a discussão acerca do espaço (e do tempo) se desenvolveu desde a filosofia, passando pela física, até chegar à teoria social. A fim de convergir e ser capaz de sustentar um relato unívoco sobre a realidade [intransitiva] e a possibilidade do conhecimento científico – embora considerando as especificidades “transitivas” deste em relação a diferenciações em termos de objetos e de sua apreensão –, recorre-se aos estudos sobre ontologia propostos no âmbito da filosofia *para* a ciência do realismo crítico, em particular ao trabalho de Fleetwood (2005) sobre os *modos* de realidade. Uma vez que esses modos sejam identificados, bem como suas formas de emergência e sua necessária relação com a realidade material (primária), cuja forma de manifestação se dá em associação com a estrutura espacial, parte-se para a explicação das dinâmicas que justificam a seleção dos fatores e das

causalidades propostos. Em seguida, evidenciam-se o escopo de aplicação deste momento, sua ligação necessária com o momento seguinte, no âmbito da estruturação da ação coletiva, bem como as principais limitações e possíveis objeções encontradas até o momento em relação ao modelo. Por fim, sintetiza-se o capítulo resgatando-se o argumento central desenvolvido, bem como sua necessária consideração para uma teorização social efetiva, em geral, e para a elaboração de um modelo morfo genético e morfostático de ação coletiva organizada, em particular.

## **5.2 A Trajetória do Pensamento sobre as Questões de Espaço e Tempo: ou das dimensões espaço e tempo à dimensão espaço-tempo**

### *5.2.1 Espaço (e Tempo) na Física e na Filosofia*<sup>117</sup>

#### 5.2.1.1 A concepção intuitiva do espaço e do tempo

Embora toda realidade seja espaço-temporalmente definida, há, de certo modo, uma visão “naturalizada” (*take for granted*) a respeito desses conceitos. Seja pela aparente obviedade e opacidade com que essas questões se apresentam na realidade, seja pela dificuldade de se compreendê-las efetivamente, o fato é que a preocupação com as questões de espaço e tempo já foram tratadas desde o início da filosofia grega (e provavelmente mesmo antes disso) e, mesmo após cerca de vinte séculos, ainda são conceitos sem uma solução.

Os problemas filosóficos com essas concepções – de espaço e tempo – surgem quando se levantam questionamentos a respeito da existência de um instante inicial do tempo ou sobre a finitude (da extensão) do espaço. Apesar das várias caracterizações

---

<sup>117</sup> “A física e a filosofia conviveram desde o seu nascimento: às vezes misturadas, outras vezes cooperando entre si e frequentemente lutando uma contra a outra. Desde os pré-socráticos até Einstein e Heisenberg, não houve grande físico que não sofresse o fascínio e não se sentisse em parte motivado pela filosofia. De Aristóteles a Whitehead e Russel não houve grande filósofo que não tivesse meditado sobre a física, não utilizasse alguns de seus resultados e não se inspirasse, às vezes, em seus métodos. É verdade, as incursões filosóficas dos físicos, assim como as filosofias da física excogitadas por filósofos, foram, amiúde, obra de amadores. Ainda assim, foram de interesse e, muitas vezes, fecundas e, de todo modo, não é possível ignorá-las.” (BUNGE, 2000, p. 9).

disponíveis acerca do que se entende por espaço e tempo, via de regra, quando se abordam tais conceitos no âmbito da filosofia, em geral, e da filosofia da ciência, em particular, nenhuma qualificação sobre os mesmos é feita, o que torna o discurso vago e, de certa forma, impreciso (COSTA; KRAUSE, 2011).

Assim, na maioria das vezes, corriqueiramente, essas noções, quando são manipuladas, o são a partir da ótica do conhecimento ordinário, isto é, do senso comum. Segundo Costa e Krause (2001), o conceito intuitivo de espaço é o de um local em que as coisas e eventos se realizam, um palco no qual a peça teatral da ciência se desenrola. Já o tempo, por sua vez, é “algo” que passa, e que podemos contar em nossos relógios. No entanto, os problemas filosóficos aparecem quando nos perguntamos se houve um instante de tempo inicial ou se o espaço se estende indefinidamente.

Um dos primeiros (talvez o primeiro de destaque) a se preocupar com a ideia de espaço e tempo foi o filósofo pré-socrático Zenão de Eleia, um povoado ao sul da Itália, que se tornou reconhecido por levantar cinco questões paradoxais sobre espaço, tempo e movimento, a partir de sua análise em pequena escala a respeito das propriedades dessas dimensões. Basicamente, os paradoxos de Zenão giram em torno do questionamento a respeito da estrutura espacial em pequena escala, se ela seria (ou poderia ser) contínua ou se seria indivisivelmente atomística e discreta. “Se o espaço tridimensional é um *continuum*, então podemos contínua e indefinidamente subdividir suas partes. Mas, se o espaço e o tempo são de alguma forma discretos, qualquer processo de subdivisão teria uma limite definido.” (RAY, 1993, p. 17 – itálico no original).

Encontramos uma explicação detalhada dos cinco paradoxos, cuja síntese é reproduzida a seguir, em Ray (1993 p. 19-25):

1. Aquiles e a tartaruga (ou paradoxo da ocupação do espaço) – numa corrida imaginária entre ambos, em que é concedida a vantagem à tartaruga, Aquiles precisará sempre alcançar “o ponto” em que a tartaruga esteve antes de ultrapassá-la. Porém, ao chegar a este ponto, ela já terá se movido para um ponto posterior, e assim sucessivamente. Então, no raciocínio de Zenão, Aquiles nunca poderia alcançar, e muito menos ultrapassar, a tartaruga, pois sempre estaria a um ponto atrás na escala da tartaruga – já que ambos nunca poderiam ocupar o mesmo espaço –, mesmo considerando o encurtamento crescente dessa distância [lembrando que a análise de Zenão se refere à microescala de divisibilidade (ou indivisibilidade) do espaço].

2. A pista de corrida (ou o paradoxo da dicotomia) – Zenão defende a ideia aqui de que um atleta não só jamais conseguiria terminar uma corrida, por exemplo, de 100 metros, como nem sequer a começaria. Isso porque para alcançar o ponto final, ele deveria passar pelo ponto dos 50 metros e, tendo uma vez chegado aí, ele deveria alcançar a marca dos 75 metros e, depois, um novo ponto intermediário (entre os 75 e 100 m: o ponto 87,5 m) e assim sucessivamente. Como sempre haveria um novo ponto intermediário para se passar antes de chegar ao ponto final, nunca seria possível chegar ao ponto dos 100 metros. O atleta sempre chegaria perto, mas nunca atingiria o ponto final, pois sempre haveria novos pontos intermediários (sempre com um progressivo encurtamento da distância) antes do ponto final.
3. A flecha (ou o paradoxo da sucessão de movimento no espaço) – numa fotografia de alta velocidade tirada de uma flecha em movimento, a flecha, segundo Zenão, ocuparia exatamente o espaço que corresponde a sua forma e tamanho. Na fotografia vê-se a flecha num instante do tempo e, nesse instante, a flecha está imóvel. E, se não fosse assim, o instante de tempo poderia ser subdividido: estando a flecha ora aqui, ora ali, e assim por diante. Porém, todo o percurso da flecha poderia ser capturado em uma série de fotografias instantâneas. Em cada instante, a flecha se encontra imóvel. Não há tempo entre os instantes para que a flecha se mova para o próximo instante, pois este tempo também seria composto por instantes. Sendo assim, como um objeto sempre imóvel pode se mover?
4. As fileiras em movimento ou o estádio (ou paradoxo da mudança de posição sem passagem por ponto intermediário) – duas fileiras (X e Z) passam por uma fileira estacionária Y, como mostra o diagrama;  $X^1$  e  $Z^1$  estão em colunas adjacentes,  $X^1$  à esquerda e  $Z^1$  à direita. No instante posterior,  $X^1$  e  $Z^1$  trocam de posição, de modo que continuam em colunas adjacentes, mas agora  $X^1$  à direita de  $Z^1$ , como mostra o diagrama inferior. O problema de Zenão é: quando e onde  $X^1$  e  $Z^1$  estão em alinhamento vertical? Visto que a mudança de posição se deu no menor tempo possível (isto é, se cada soldado – que corresponde a uma letra – for considerado como uma unidade mínima indivisível do espaço), não se pode dizer que estiveram alinhados em metade desse tempo. E, porque a mudança de posição envolve a menor distância

possível, não podemos dizer que estiveram alinhados quando atravessaram metade desta distância.

5. O comprimento da parte e do todo (ou paradoxo da pluralidade) – de acordo com Simplício, Zenão pergunta como até mesmo um número infinito de distâncias sem extensão pode totalizar uma distância finita, e como um corpo dotado de extensão pode consistir em um número infinito de partes (ou pontos geométricos) que em si mesmas não possuem extensão. Tal distância ou tal corpo precisam ser infinitamente pequenos, isto é, devem ser assim como suas partes constitutivas: sem extensão. Contudo, se aceitarmos que essas partes constitutivas tenham algum tamanho finito – por pequeno que seja – então, o corpo precisa ter tamanho infinito.

Segundo Ray (1993), Zenão tenta ilustrar o absurdo da crença de que uma linha possa ser dividida em porções progressivamente menores *ad infinitum*. Em qualquer deslocamento do ponto A para o B, há, necessariamente, a passagem por um ponto intermediário, não importa a quantidade de vezes em que se divida o trajeto. Zenão alerta contra a suposição de que, cedo ou tarde, devemos chegar à menor distância indivisível possível. Mas, por sua vez, também essa visão discreta do espaço (e do tempo) gera problemas, como demonstrado pelo quarto paradoxo. O quinto paradoxo não anima a considerar o resultado final de uma subdivisão contínua nem como uma quantidade sem extensão, como um ponto, nem uma quantidade com alguma extensão definida, ainda que diminuta. Assim, o mundo de Zenão é um corpo único que não pode ser subdividido de forma alguma, sem que se corra o risco do absurdo<sup>118</sup>.

Segundo Alves-Ferreira et al, (2009), em Aristóteles, o espaço é concebido como *lugar*, ou seja, *posição* de um corpo em relação aos outros (ABBAGNANO, 2003), não sendo matéria ou forma, de modo que *o limite primeiro imóvel do*

---

<sup>118</sup> Sobre as implicações desse aspecto na física e na filosofia, cf. Duhem e Quine: “[...] teorias físicas podem estar em desacordo umas com as outras e, no entanto, compatíveis com todos os dados físicos, mesmo no sentido mais amplo.” (QUINE, 1970 *apud* RAY, 1993, p. 35). Ray (1993, p. 38 – destaques no original), em nota de fim, explica: “A origem da tese pode estar nas ideias de Pierre Duhem em (1906), *La theorie physique: son objet et sa structure*, Paris. A citação feita é de Quine, W. V. O. (1970), “On the reasons for indeterminacy of translation”, *Journal of Philosophy* LXVII 6, pp.178-183 [...]” Acrescento que não se pode deixar de notar em Duhem e Quine um alinhamento ao relativismo filosófico, cujos frutos serão colhidos ao final do século XX, ao sabor do pós-modernismo. Também é preciso notar que esse caráter paradoxal do espaço parece ecoar na física einsteniana, quando se admitem soluções múltiplas para as equações de campo, denotando, assim, múltiplas realidades possíveis, das quais a realidade conhecida pelo ser humano não é senão uma possibilidade.

*continente, eis o que é o espaço* (ARISTÓTELES, 1931, IV, 211). Ou seja, trata-se da *região ocupada pelo corpo, seu contorno externo e o contorno do corpo maior onde ele está contido* (CHAUI, 2002, p. 411). Compreende-se, pois, que Aristóteles não pensa o espaço como *vazio e homogêneo*, visões que se tornarão hegemônicas no pensamento moderno. O tempo, por sua vez, está relacionado à ideia de movimento: *o tempo é a medida do movimento segundo o antes e o depois* (ARISTÓTELES, 1931, IV, 17).

De certo modo, a noção intuitiva, do homem comum, acerca de espaço e de tempo é incorporada na concepção de ciência, presente na física clássica newtoniana por meio da concepção de espaço e tempo absolutos, em que o espaço não muda e o tempo flui de modo independente do que se passa com os corpos que ocupam o espaço e que perduram no tempo (COSTA; KRAUSE, 2011).

#### 5.2.1.2 A concepção absolutista-newtoniana de espaço e tempo

De acordo com os comentadores Alves-Ferreira et al. (2009), no pensamento de Newton, o espaço é compreendido como *receptáculo* que abriga os objetos materiais, ideia à qual se adiciona a característica de *absoluto* – diferenciável do espaço relativo –, pavimentando, assim, a concepção central da física clássica newtoniana, que também viria a se tornar um marco incontornável para a filosofia dos séculos seguintes.

O espaço absoluto, por sua própria natureza, sem relação com qualquer coisa que seja exterior, permanece semelhante e imóvel. O espaço relativo é a dimensão móvel ou a medida do espaço absoluto; nossos sentidos o determinam por sua posição em relação aos corpos, sendo, muitas vezes, confundido com o espaço móvel (NEWTON, 2010 [1759], p. XX; ALVES-FERREIRA et al., 2009, p. 5; PORTO; PORTO, 2008, p. 3).

Newton parece sustentar a concepção de espaço como uma realidade em si, independente dos movimentos e, mesmo, dos princípios (ou propriedades) dos objetos que se encontram nele. O espaço não pode ser entendido como um acidente das substâncias (entidades ou “coisas”) e os corpos, portanto, não podem ser pensados como espaciais, mas como se movendo no espaço (BETTENCOURT, 2008).

Do mesmo modo, o tempo é visto como absoluto, no sentido de que é independente das substâncias (entidades ou “coisas”) em si. Ou seja, na visão newtoniana, enquanto as coisas mudam, o tempo absoluto permanece inalterado, pois

ele é anterior a qualquer substância ou, mesmo, a qualquer medida temporal. Tanto o espaço como o tempo são entendidos, no esquema newtoniano, como perfeitamente homogêneos, na medida em que nenhuma de suas partes difere qualitativamente de qualquer outra. Assim, o (espaço e) tempo não exerce nenhuma ação causal sobre as substâncias, sendo indiferente a elas e às mudanças que nelas ocorrem, em virtude de sua incrustação (i.e., das substâncias) no espaço e no tempo (BETTENCOURT, 2008).

O tempo absoluto, verdadeiro e matemático, por si mesmo e por sua própria natureza, flui uniformemente sem relação com nada externo e também é chamado de duração. O tempo relativo, aparente e comum, é uma medida sensível e externa da duração por meio do movimento (seja exata, seja desigual), a qual vulgarmente se usa em vez de tempo verdadeiro, como são a hora, o dia, o mês, o ano (NEWTON, 2010 [1759], p. 52; ALVES-FERREIRA et al., 2009, p. 5).<sup>119</sup>

Segundo Porto e Porto (2008), a física *newtoniana* é coerente e estruturalmente dependente da ideia de um espaço absoluto, na medida em que distingue entre dois tipos de observadores: aqueles chamados de inerciais, para os quais são válidas as três leis fundamentais da mecânica<sup>120</sup>, e os não inerciais, para quem os fenômenos não obedecem às Leis de Newton. Esta concepção de espaço absoluto, baseado numa existência independente da matéria, sofreria críticas severas, dentre outros, por parte do Leibniz.

Se antes, ao permitir, em seus escritos de juventude, uma interpretação do espaço como distinto do próprio corpo (portanto, próxima à posição de Newton), nos escritos de sua maturidade, Leibniz procura negar uma realidade independente do espaço (BETTENCOURT, 2008). Para Costa e Krause (2011), Leibniz sustentava uma posição oposta a de Newton, afirmando que o espaço e o tempo são *relativos*, pois dependem das substâncias (entidades/ “coisas”) materiais. Ou seja, para Leibniz, espaço e tempo não existem fora do universo material. Eles (espaço e tempo) seriam dados por certa ordem das coisas, uma ordem da existência das coisas notada na simultaneidade delas e, dessa forma, não existiriam independentemente das coisas.

---

<sup>119</sup> NEWTON, I. Princípios matemáticos & O peso e o equilíbrio dos fluidos. São Paulo: Abril Cultural, 1974. (Coleção Os pensadores v. XX).

<sup>120</sup> Lei I: Todo corpo continua em seu estado de repouso ou de movimento uniforme em uma linha reta, a menos que seja forçado a mudar aquele estado por forças aplicadas sobre ele. Lei II: A mudança de movimento é proporcional à força motora imprimida, e é produzida na direção de linha reta na qual aquela força é impressa. Lei III: A toda ação há sempre uma reação oposta e de igual intensidade: ou as ações mútuas de dois corpos um sobre o outro são sempre iguais e dirigidas em direções opostas.

Assim, ao situar o eixo fundamental de sua análise na concepção relacional (ou relativa) entre os corpos [(ou substâncias) que se manifestam materialmente)], Leibniz parece antecipar uma concepção dialética das dimensões espaço e tempo, propondo o entendimento do espaço como uma ordem de coexistências, simultânea, entre corpos distintos, enquanto o tempo seria dado por uma ordem das sucessões (ou da coexistência das coisas que não são simultâneas). Assim, o espaço é feito da relação entre as substâncias (entidades ou “coisas”) cuja extensão de seus corpos (materiais) se manifesta espacialmente e, dessa forma, o espaço não pode existir na ausência delas. O mesmo ocorre com o tempo, e não poderia haver tempo anterior à primeira coisa, pois o tempo diz respeito à sucessão no estado das coisas.

[...] o espaço assinala em termos de possibilidade, a ordem daquelas coisas que existem no mesmo tempo, enquanto estas [coisas] existem juntas. [...] Eis como os homens chegam a formar o conceito de espaço. Eles consideram que mais coisas existem juntas, e encontram entre estas uma ordem de coexistência, de acordo com a qual a relação de umas com as outras é mais ou menos simples: é sua situação ou distância (ROVIGHI, 2002, p. 406 apud BETTENCOURT, 2008, p. 30).

Segundo Bettencourt (2008), para Leibniz, se o espaço, assim como a extensão, é apenas a ordem das coisas, então ele pressupõe a existência de coisas (ou substâncias) para que ele possa ordenar, pois, para Leibniz, só as substâncias são reais. Assim, se não houvesse uma substância a ser ordenada, no tempo e no espaço, essas categorias existiriam, na visão de Leibniz, apenas na ideia de Deus. Seguindo este raciocínio, para se ter uma ideia do espaço não seria preciso pensar em nenhuma realidade absoluta, mas sim nas relações entre os corpos e suas regras de mudança. Dessa forma, o movimento seria a variação das distâncias obtida pela mudança na relação entre os corpos coexistentes sincronicamente (simultaneamente no espaço) ou diacronicamente (sucessivamente no tempo).

Afirma-se que o espaço não depende da situação dos corpos. Respondo ser verdade que ele não depende de tal situação dos corpos, mas que é essa a ordem que faz com que os corpos sejam situáveis e pela qual têm uma situação entre si ao existirem juntos, como o tempo é essa ordem com referência à posição sucessiva dos mesmos. Se não houvesse, porém, criaturas, o espaço e o tempo não existiriam senão nas ideias (sic) de Deus. (LEIBNIZ, 1974, p.422 apud BETTENCOURT, 2008, p. 30).



É interessante notar que Leibniz não apenas adota uma posição oposta à de Newton, como ele a radicaliza sua própria posição refutando a ideia de espaço absoluto, mesmo que não fosse considerado como substância, mas apenas como uma propriedade absoluta. [Adicionalmente, não se pode deixar de notar como essa posição relativista será estendida, via Mach, na física, e Quine e Duhem, na filosofia; passando por Cassirer e Weber, entre outros, até desembocar nos *pós-ismos* de Derrida, Foucault, Lyotard, Gergen e no *superantropofornismo* dos estudos da ciência de Bruno Latour].

Para refutar a imaginação dos que julgam o espaço uma substância, ou ao menos como um ser absoluto [...]. Digo, portanto, que, se o espaço fosse um ser absoluto, sucederia alguma coisa de que seria impossível possuir uma razão suficiente, o que é ainda nosso axioma. Eis como provo. O espaço é algo absolutamente uniforme; e, sem as coisas postas nele, um ponto do espaço não difere absolutamente nada de um outro ponto. Ora, disso se segue (suposto que o espaço seja uma coisa em si mesmo fora da ordem dos corpos em si) ser impossível que haja uma razão por que Deus, conservando as mesmas situações dos corpos entre si, os tenha colocado assim e não de outro modo, e por que tudo não se fez ao contrário (por exemplo) trocando-se Oriente e Ocidente. Mas, se o espaço não é mais que essa ordem ou relação, e não é, sem os corpos, senão a possibilidade de aí os por, estes dois estados, um tal como é, e o outro suposto ao contrário, não difeririam entre si. Mas, na verdade, um seria justamente a mesma coisa que o outro, como são absolutamente indiscerníveis; e por conseguinte, não se poderá perguntar a razão de se preferir um ou outro. (LEIBNIZ, 1974: p. 413 apud BETTENCOURT, 2008, p. 31).

O embate de pensamento entre Newton e Leibniz, indiretamente mediado pelo discípulo daquele, Samuel Clarke<sup>121</sup>, foi fundamental para a história da ciência, em geral, e da física, em particular, pois marca, em definitivo, a provação e a resiliência da teoria *newtoniana* que se afirmou no século seguinte como paradigma científico dominante na física e na filosofia, já que implicou em desdobramentos que atingiam o modo de pensar filosófico e reorientavam suas questões centrais. Sobre a influência de Newton na filosofia *kantiana*, principal expoente filosófico do século seguinte, Anton Koch (2009, p. 66-67) afirma que

[...] Kant teria podido antecipar de modo a priori o pensamento básico da relatividade geral, sem prejudicar substancialmente sua própria teoria. Porém, [...] à época de Kant a autoridade de Newton era inquestionável e o que valia era a concepção do espaço contínuo, plano, infinito e tridimensional da geometria euclidiana. Caso um filósofo tivesse querido se contrapor à tal

---

<sup>121</sup> Apesar de não entrarem em discussão direta, as ideias de Newton e Leibniz foram postas em confronto, por diversos de seus seguidores, em especial pelo discípulo de Newton, Samuel Clarke, que trocou uma série de correspondências com Leibniz, a fim de aprofundar e justificar a visão de mundo newtoniana, tentando, assim, minimizar o impacto da crítica leibniziana (BETTENCOURT, 2008).

concepção, teria enfrentado uma situação extremamente difícil e sofrido muita pressão. A teoria newtoniana da Física teria de ser primeiramente abalada, antes que os filósofos, a partir de razões filosóficas genuínas, permitissem a si mesmos ousar, imaginar e exigir algo melhor.

Assim, uma vez estabelecidas as bases, na física, que durariam (pelo menos) pelos próximos duzentos anos, restava à filosofia a difícil empreitada de elaborar reflexões que sustentassem e explorassem, adequando-se, àquela concepção. Tal tarefa foi assumida por Kant (1724-1804), na segunda metade do século XVIII, que efetivamente “colocou no mapa” da filosofia a discussão sobre espaço e tempo, como duas categorias “*a priori*” necessárias à relação dos homens com o mundo e, conseqüentemente, ao entendimento humano.

Tal asserção fora, até então, na maioria das vezes, considerada de forma naturalizada (ou como algo “dado”), resultando no estabelecimento de certo senso comum a respeito da questão, com pouca margem para uma especulação filosófica ou teórica aprofundada. Devido ao destaque e à profundidade que tais questões assumem em seu sistema de pensamento, é possível afirmar que, ao final, Kant operou uma verdadeira “revolução” na filosofia de seu tempo, por meio de seu sistema filosófico, em geral, e acerca da abordagem do problema do espaço e tempo, em particular (BETTENCOURT, 2008; BRITO, 2011; BRITO, 2012).

[...] antes do que foi chamado de filosofia moderna não seria possível apontar um traço compartilhado por todas as concepções nem de tempo nem de espaço, ainda que tratadas separadamente. Mesmo depois de Descartes não podemos dizer que tempo e espaço estiveram sempre associados ou pensados com uma origem em comum. É apenas com Kant que esta discussão ganha uma nova perspectiva [...] O que Kant propõe então é que interpretemos o espaço e o tempo não como reais e nem apenas como ideais. O tempo e o espaço não devem ser pensados como derivados da experiência nem como objetivos. Não são substância, coisa em si, propriedade das substâncias nem simples relações (BETTENCOURT, 2008, p. 95; 96).

Como pondera Bettencourt (2008), a revolução da perspectiva *kantiana* sobre o tempo e sobre o espaço pretende evitar os problemas causados, principalmente, pelas teorias de Newton e Leibniz, isto é, procura fugir do embaraço de estabelecer o tempo como condição de toda e qualquer existência, mesmo a de Deus, o que seria inevitável se ambos fossem entendidos com as formas das coisas pensadas nelas mesmas. E, ainda, não quer confiar a certeza matemática a meras generalizações retiradas da experiência, como decorreria se o tempo e o espaço fossem apenas relações de percepções.

É importante notar que o sistema filosófico *kantiano* emerge como uma configuração própria, fundada interdiscursivamente de maneira opositiva, em relação ao empirismo e ao racionalismo. Hassen (2000) especifica que esse contexto de transição<sup>122</sup> de valores e convicções milenares para novas e imprevisíveis situações se baseava numa amálgama de teorias contraditórias que coabitam o mundo intelectual europeu, em que Bacon (1561-1626) e Descartes (1596-1650), principais articuladores do empirismo e racionalismo iniciais, respectivamente, mantêm suas reflexões ligadas ao modo de pensar da tradição, especialmente no que tange aos conceitos de espaço e tempo. O elemento comum entre eles é a confiança absoluta e irrestrita no poder da razão, no sentido de conhecer o que há. A divergência reside no modo de como é possível conhecer<sup>123</sup>. Kant, então, se lança a uma crítica ferrenha aos excessos cometidos pela razão no empreendimento do conhecer.

Ainda para o autor, Kant argumentará que o conhecimento é sempre conhecimento através de conceitos, e que a estes, necessariamente, corresponde uma intuição sensível e uma referência advinda da experiência. A razão tem um aparato cognitivo e constitui a sua estrutura que faz da relação que é o conhecimento um momento criativo e construtivo próprio da razão, na medida em que esta produz e aproxima referências, traduzindo-as na forma de conceitos, gerando, assim, o conhecimento.

“Espaço e tempo são elementos que fazem parte desse aparato da razão e que tornam possível o próprio conhecimento; sem eles não é viável qualquer tipo de conhecimento. Eles se encontram no âmbito da sensibilidade, pois são os elementos que permitem o contato da razão com o que há e que primeiro organizam a experiência advinda da relação cognitiva; o espaço como organização externa e o tempo como organização interna dos objetos do conhecimento. [...] Nesse prisma, Deus, liberdade e imortalidade da alma não

---

<sup>122</sup> Grosso modo, podemos identificar preponderantemente duas interpretações sobre o espaço na filosofia moderna: uma que concebe a sua existência como algo real, ou do modo que diria Kant mais tarde, como coisa em si; e outra que pensa o espaço apenas com uma realidade ideal, ou melhor, como algo que existe apenas como ideia, podendo isso significar que seria tratado somente como uma relação entre coisas reais ou como algo não sendo propriamente uma substância. À primeira interpretação sobre o espaço pode-se chamar de uma análise anacrônica ou realista, enquanto à segunda, por oposição, poderíamos denominar de diacrônica ou idealista (BETTENCOURT, 2008).

<sup>123</sup> No empirismo de Bacon, o conhecimento ocorre num dado lugar e tempo específicos por meio de experiências. Cabe à razão moldar-se ao material advindo delas. A razão tem função próxima à de um receptáculo de experiências, reproduzindo em si uma ordem que já existe na própria natureza. No racionalismo cartesiano, a razão é a efetiva fonte de conhecimento, pois é ela que dá, por meio da dedução que permite fazer as ideias inatas, certeza e validação àquilo que conhecemos. E porque somente na razão encontramos a confiabilidade necessária ao verdadeiro conhecimento é que podemos prescindir da experiência para chegar às verdades fundamentais. Por esse motivo, espaço e tempo podem ser matematicamente formalizados e representados graficamente.

atendem à condição de serem conceitos, por isso não podem ser objetos do conhecimento. Ora, se sou capaz de pensá-los e falar sobre eles, faço-o porque são ideias possíveis à razão e esta, da qual sou partícipe enquanto ser humano, não se atém apenas ao nível do conhecimento. Tentar chegar a um conceito de deus é equivoco, já que isso é postulado da razão prática. Quando um ser humano dotado de razão se lança ao empreendimento de conhecer, ele vai se deparar com algo que há e que vai se manifestar a ele. Essa relação estabelecida entre o ser humano racional e esse algo que não é uma relação neutra ou sem vida, onde a razão se põe como uma tábula rasa na qual são impressas as percepções que viram referências e representações.” (HASSEN, 2000, p. 63).

Em Kant, os conceitos de espaço e tempo são desenvolvidos na primeira de suas três grandes críticas, a *Crítica da Razão Pura*, de 1781. Nela, ele se propõe a investigar os limites da possibilidade de conhecimento, tarefa para a qual se torna imprescindível a reflexão filosófica acerca das noções de espaço e tempo (HASSEN, 2000; ELIAS, 2011). Ele inicia seu percurso no sentido de dar conta das questões que são fundamentais para a espécie humana, e que ele mesmo apresenta (KANT, 1985, p. 223): “todo o interesse de minha razão (tanto o especulativo quanto o prático) concentra-se nas três seguintes perguntas: 1) Que posso saber? 2) Que devo fazer? 3) Que me é permitido esperar?”. É à primeira questão que ele se empenhará em responder nesta obra.

Em sua análise especificamente dedicada à questão do espaço e tempo na filosofia *kantiana*, Bettencourt (2008) evidencia todo o percurso percorrido pelo filósofo, desde suas primeiras concepções no período pré-crítico, passando pela sua evolução na *Estética Transcendental* e, posteriormente, na *Lógica Transcendental*, até culminar com a sua primeira antinomia, dando origem, enfim, a uma concepção singular de espaço e tempo. Elias (2011) esclarece que os termos “estética” e “transcendental” são empregados sob os significados, respectivamente, de “teoria da percepção” e “a priori”, possibilitando, assim, a chave de leitura daquilo que é percebido antes mesmo da própria experiência<sup>124</sup>.

Espaço e tempo são intuições puras “a priori” à experiência, mas também condições da possibilidade de qualquer experiência. Assim, eles são, para Kant, transcendentais, ou seja, independem do homem para existirem como tais. Mas, por outro lado, o homem (ou sua consciência) e, mesmo, a sua existência dependem,

---

<sup>124</sup> Por experiência, em Kant, “[...] entende-se tudo aquilo que fornece ao espírito humano a possibilidade de conhecer [...]”. (ELIAS, 2011, p. 4).

necessariamente, dessas intuições puras. Ou seja, sua existência só é possível a partir desse substrato.

E, de fato, é essa a noção que Kant tem acerca das categorias de espaço e tempo, ou seja, as intuições puras “a priori”, necessárias e universais da percepção – e, portanto, da possibilidade de conhecimento –, bem como são condições de possibilidade para o desenrolar das experiências. Visto que a primeira relação do homem no mundo se dá por meio dos sentidos e, conseqüentemente, das experiências que o constituem, o espaço é a condição de possibilidade para que sejamos afetados pelos objetos dados pela nossa sensibilidade e experimentação num dado tempo para, posteriormente, aplicarmos a razão e aprofundarmos nosso conhecimento, conhecimento este que ocorre “a posteriori” (BETTENCOURT, 2008).

Para nós é completamente desconhecida qual possa ser a natureza das coisas em si, independentes de toda receptividade da nossa sensibilidade. Não conhecemos delas senão a maneira que temos de percebê-las; maneira que nos é peculiar; mas que tão pouco deve ser necessariamente a de todo ser, ainda que seja a de todos os homens. É a esta maneira de perceber que nos ateremos, unicamente. Tempo e espaço são as formas puras desta percepção, e a sensação, em geral, a sua matéria. Só podemos conhecer “a priori” as formas puras do espaço e do tempo, quer dizer, antes de toda percepção efetiva, e por isso se denomina intuição pura; a sensação, pelo contrário, é que faz ser o nosso conhecimento “a posteriori”, quer dizer, intuição empírica. Aquelas formas pertencem absoluta e necessariamente à nossa sensibilidade, e qualquer espécie que sejam as nossas sensações; estas podem ser mui diversas. Por mais alto que fosse o grau de clareza que pudéssemos dar à nossa intuição, nunca nos aproximaríamos da natureza das coisas em si; porque em todo caso só conheceríamos perfeitamente nossa maneira de intuição, quer dizer, nossa sensibilidade, e isto sempre sob as condições de tempo e espaço originariamente inerentes no sujeito. O mais perfeito conhecimento dos fenômenos que é o único que nos é dado atingir, jamais nos proporcionará o conhecimento dos objetos em si mesmos (KANT, *Crítica da Razão Pura*, p. 8).

O tempo e o espaço, como intuições puras *a priori*, são as formas da sensibilidade e, portanto, são determinantes de maneira como algo nos seja dado aos sentidos, isto é, para que se torne sensível ou empírico. Por extensão, são condição indispensável para a experiência ou para o conhecimento dos objetos (BETTENCOURT, 2008). Dito de outro modo, a separação entre matéria e forma estabelecida por Kant na “estética transcendental” e desenvolvida ao longo da *Crítica da razão pura* indica que uma pode ser considerada abstraída da outra, todavia, isso não significa que a forma deva preceder a matéria no tempo ou no espaço ou que a matéria deva preceder a forma. Assim, ser condição formal para o conhecimento não implica ser antecedente.

Está claro que as representações do espaço e do tempo são intuições puras *a priori* e também que estas são as formas necessárias da sensibilidade. Todavia, Kant acrescenta que o tempo e o espaço são subjetivos, isto é, que suas representações têm origem não na natureza das coisas como fenômenos nem como coisas em si, mas sim na natureza da nossa sensibilidade (BETTENCOURT, 2008).

Koch (2009) esclarece que um fenômeno ou aparência é um objeto real que se manifesta, e na medida em que se manifesta. Em virtude do manifestar-se, ele está essencialmente relacionado com a subjetividade cognoscente, na qual, por sua vez, é manifestação de uma pluralidade de pessoas no espaço e no tempo. Como fenômeno, o real não está, portanto, fechado em si, mas acessível, de um ponto de vista epistêmico e pode se tornar conteúdo de representações sem prejuízo de sua objetividade, ou seja, de sua independência frente às representações subjetivas. Mas, o que existe apenas como conteúdo de representações é algo ideal, não real e objetivo, independente e autônomo.

Assim, a filosofia *kantiana* do conhecimento estabelece um diálogo necessário com aquilo que será designado por objetos do conhecimento, ou pela “filosofia da natureza”, que é uma parte da teoria *kantiana* do conhecimento dedicada à elaboração de uma ciência pura que almeja conciliar uma abordagem física dos fenômenos com os princípios de uma teoria do conhecimento<sup>125</sup>. É por meio desta conceitualização que a natureza associa-se ao processo subjetivo de construção de juízos, possibilitando-nos desenvolver uma ciência pura da natureza.

Ele buscará habilitar a matemática como uma (ou “a”) forma pela qual é possível aos seres humanos interpretar os fenômenos. Essa escolha não é aleatória, mas, ao contrário, está estreitamente ligada às intuições puras do espaço e do tempo, indispensáveis para a organização e a captação dos dados empíricos e um dos melhores exemplos de conhecimento sintético *a priori*, pois, em sua visão, a matemática é a intuição pura por excelência. Mas, a matemática, bem como as definições de natureza<sup>126</sup>, não é suficiente para estabelecer a ligação entre o processo subjetivo de

---

<sup>125</sup> Esta ciência se diferencia da física propriamente dita porque não se baseia meramente na observação do mundo empírico para uma interpretação matemática dos fenômenos, mas leva também em consideração os princípios que originam a formação dos conceitos no sujeito cognoscente.

<sup>126</sup> Para isso, o filósofo define o que é natureza: é “a *existência* das coisas enquanto determinadas por leis universais” (KANT, 1980, p. 35). Mas, faz-se necessária ainda uma definição que nos forneça a base para a construção de leis universais que descrevem o mundo físico, uma definição que nos leve a considerar a natureza como possuidora de um conteúdo que pode ser observável. Para tanto ele define a natureza como “materialiter é o conjunto de todos os objetos da experiência” (KANT, 1980, p. 36; BRITO, 2012, p. 143), ou seja, é o pressuposto para a apreensão dos objetos do mundo, i.e., para que haja a matéria do fenômeno.

construção de juízos e as proposições derivadas da física. “É somente esta ligação que torna real a construção de uma ciência pura da natureza que na física *newtoniana* aos princípios gerais do entendimento. E o eixo de tal mediação é o conceito de matéria” (BRITO, 2012, p. 143).

O conceito de matéria é significativo, pois fornece o conteúdo empírico do qual as representações dos objetos serão formadas, tornando também possível a aplicação da matemática na doutrina dos corpos, isto é, a utilização da matemática na quantificação do movimento, da força e da própria matéria. Sem esta aplicação torna-se muito difícil, senão inviável, a construção de uma ciência da natureza. Tudo o que se pode pensar, *a priori*, acerca da matéria e da construção matemática que objetiva interpretá-la, pode ser dado como um objeto determinado (KANT, 1980). Portanto, o conceito de matéria deve submeter-se às quatro funções das categorias do entendimento, cada qual especificando uma característica ou propriedade da matéria e lhe acrescentando uma nova determinação<sup>127</sup> em relação à precedente.

1. *Movimento como um puro quantum*. Examinando sua composição, mas omitindo toda qualidade móvel, a definição de matéria aludida às categorias da quantidade a considera como o que é móvel no espaço. Essa concepção influencia a compreensão do movimento e também a própria ideia de espaço, pois, assim definida, considera o espaço como móvel, como subordinado a um referencial material que utilizamos para descrever um dado movimento. É preciso notar que essa definição de espaço não se enquadra naquela outrora fundada de uma intuição pura. Na sua filosofia da natureza, o espaço é o eixo no qual são percebidos a matéria e o movimento e são estes que determinam a extensão do espaço observado. Então, pode-se dizer que, por causa da matéria, o espaço é considerado como relativo e só podemos pensá-lo como absoluto quando o imaginamos como a limitação dos diferentes espaços relativos.
2. *Movimento como pertencente à qualidade da matéria, quando relacionada originariamente com uma força motriz*. A implicação deste segundo ponto

---

<sup>127</sup> Admitindo que a determinação essencial de um objeto dos sentidos externos deveria ser o movimento, já que é só mediante ele que os sentidos podem ser afetados, Kant fundamenta a filosofia da natureza em uma teoria pura ou aplicada do movimento. Os quatro grupos de categorias se relacionarão ao princípio básico do movimento e são as 4 etapas dadas pelas 4 tábuas de categorias que, na obra *Princípios metafísicos da ciência da natureza* são refletidos em 4 capítulos (ELIAS, 2011).

é a categoria de qualidade. Matéria é o móvel que enche o espaço. A nova propriedade acrescentada – a de preenchimento – significa que a matéria resiste a todo móvel que se esforça, graças a seu movimento, por penetrar num certo espaço, ou seja, a matéria pode resistir a um movimento no interior de um espaço relativo.

3. *A matéria, quando relacionada a uma força motriz, tem uma relação recíproca devido ao seu próprio movimento.* A propriedade de força motriz é a implicação decorrente que se acrescenta à segunda característica. Ela é essencial para que se possa imaginar a matéria como capaz de comunicar movimento a outra matéria. Essa definição só a qualifica quando a consideramos como massa formadora de um corpo.
4. *Determinação do estado de movimento ou repouso da matéria.* Segundo a relação que ela possui com o modo de representação, isto é, considerada como fenômeno do sentido externo. Necessita de definição que considere tais conceitos como derivados de uma observação fenomênica. “A matéria é o móvel na medida em que, enquanto tal, pode ser objeto da experiência.” (KANT, 1990, p. 105).

É importante observar, como sugere Brito (2011; 2012), porque são feitas determinadas definições de matéria para cada grupo específico da tábua de categorias. Por que não é formada apenas uma definição para ser assimilada pelos diferentes momentos? A “dissecação” da matéria, em termos de suas características (ou propriedades), parece estar associada a – ou, além disso, ser guiada por – uma preocupação metodológica, no sentido de tornar possível o processo de verificação e conhecimento dessa matéria, em que a matemática, como intuição pura “original” ou por excelência, é eleita como elo mediador e promotor dessa operação. Segundo Brito (2012), o esquema básico adotado é o número, unidade de síntese do múltiplo de uma intuição; é a unidade dentro de uma linha reta infinita que representa o espaço.

Considerar o número como um meio de adequação da sensibilidade às categorias é o começo para entendermos a matemática não meramente como algo abstrato desligado do mundo, mas como uma ciência pura capaz de ser utilizada para a interpretação do fenômeno. Esta consideração acerca do número ganhará novos contornos com a primeira definição de matéria, pois quando a entendemos como o que é móvel no espaço, a entendemos como a condição para concebermos o movimento como um puro *quantum*. Porém, para considerarmos o movimento desta maneira temos que pensar em um



meio de quantificá-lo, sendo exatamente aqui a abertura para concebermos o número como uma unidade quantificadora. [...] o número é também responsável por descrever quantitativamente o movimento, relacionando-o tanto com tempo quanto com o espaço relativo. Observemos que a concepção de espaço relativo descrita na filosofia da natureza o tem como tridimensional, sendo esta especificidade do espaço que nos leva a considerarmos um número como essencial para descrevermos a matéria no espaço, já que somente mediante ele podemos dizer onde a matéria, que é móvel, se encontra em um determinado tempo (BRITO, 2011, p. 211; 2012, p. 143).

Assim, o procedimento argumentativo utilizado por Kant para unir a sua filosofia do conhecimento – em que aparecem fortemente as questões de espaço e tempo – à sua filosofia da natureza (ou dos objetos) – em que surge, de forma correlata e conectiva, a discussão acerca da matéria – parece seguir a trilha daquela concepção inicialmente forjada por Newton, porém, tentando aprofundá-la e dotá-la de um matiz mais propriamente filosófico e menos científico.

De forma análoga, em termos de seus resultados, porém, sem o mesmo interesse específico na sua dissecação e condução filosófica, emerge o trabalho de Hegel, cuja concepção de espaço e tempo parece ser uma versão dialeticizada – e adaptada ao seu sistema filosófico – da discussão *kantiana* sobre a questão.

Segundo Hassen (2000), embora não discuta os conceitos de espaço e tempo, Hegel (1770-1831) se vale dos mesmos para ancorar seu sistema filosófico e, como tal, pode ser tomado como exemplo de uma abordagem substancial dos referidos conceitos. A pretensão de Hegel, manifesta em sua obra *Ciência da Lógica*, é tentar pensar tal qual o Ser pensou no primeiro momento, antes mesmo de criar o mundo, com vistas a descrever o movimento lógico que levou o Ser a se efetivar inicialmente como natureza e, mais tarde, como história através do homem.

Especificamente, Hegel trata do espaço e do tempo muito concisamente em apenas três parágrafos no início de sua obra principal, *Filosofia da Natureza*, na Enciclopédia de 1830 (KOCH, 2009). Antes, na introdução dessa mesma obra, ele afirma:

A natureza mostrou-se como a ideia na forma do *ser-outro*. Visto que a *ideia* é assim como o negativo dela mesma ou *exterior a si*, assim a natureza não é exterior apenas relativamente ante esta ideia (e ante a existência subjetiva dela mesma, o espírito), mas a exterioridade constitui a determinação, na qual ela está como natureza (Hegel, 1997, p. 26 (§247) apud KOCH, 2009, p. 58 – destaques no original).

O fundamento elementar das relações da natureza consigo mesma e com a “Ideia” são as relações logicamente existentes do outro e de si consigo e com algo idêntico a si mesmo. O outro de si é, por um lado, o seu outro, porém, exatamente idêntico a si mesmo; por outro lado, a alteridade permanece em sua autorrelação, o que ela é: a negatividade logicamente existente e não livre, um constante *sair-de-si* em ou ao lado de algo idêntico a si.

“A determinação primeira ou imediata da natureza é a abstrata *universalidade* de *seu ser-fora-de-si*, a equivalência dele sem mediação, *o espaço*. Ele é totalmente ideal *ao lado-um-do-outro*, porque é o ser fora-de-si e simplesmente contínuo, porque este fora-um-do-outro ainda é totalmente *abstrato* e não tem em si nenhuma diferença determinada.” (Hegel, 1997, p. 47 (§245) apud KOCH, 2009, p. 58 – destaques no original).

Ainda na leitura de Koch (2009) sobre Hegel, na condição de um diverso indiferente (ou puro) destituído de mediação e, ao mesmo tempo, universal e abstrato, a natureza não se revela e não pode efetivamente se revelar. O que nela corresponde a esta descrição é justamente o puro espaço, mas o espaço enquanto algo abstrato, sem aquilo que o preenche como algo ideal, isto é, como algo que existe apenas como suprasumido, não ainda também como algo independente (como se vê em Kant). Em seu caráter abstrato ele é, além disso, um *continuum*, porque ele não tem ainda nenhuma diferença em si que pudesse levar a alguma ruptura de conexão.

Na *Ciência da Lógica* Hegel apresentou o caráter do diverso indiferente, contínuo, ideal e abstrato do espaço como um exemplo de quantidade pura. Entretanto, o espaço é a quantidade pura não mais como determinação lógica, mas como existindo de modo exterior e imediato e, assim, a seu ver, o que faz dele um algo logicamente transitório, porém, temporalmente permanente. A natureza, prossegue ele, diferentemente do pensar puro, “[...] por isso não começa com o qualitativo, mas com o quantitativo, pois sua determinação não é, como é o ser lógico, o abstratamente primeiro e imediato, mas essencialmente o é já em si imediato, ser-exterior e ser-outro.” (Hegel, 1997, p. 48 apud KOCH, 2009, p. 59).

Mas, se a natureza não começa com o qualitativo, algo de qualitativo brota mediatamente nela, pois não é simplesmente o espaço abstrato e contínuo (i.e. o espaço geométrico), mas o espaço físico e preenchido. Ela dispõe de um conteúdo rico, porque ela é a Ideia ou o Espírito, embora estas últimas na forma do ser-outro ou do ser-fora-de-si. Este é o primeiro parágrafo em Hegel; nos dois seguintes, ele tenta deduzir as

dimensões do espaço da natureza da Ideia (i.e., do conceito) e, ao mesmo tempo, realizar uma transição ordenada e lógica para o tempo como elemento subsequente (KOCH, 2009).

Nessa empreitada, Hegel descreve o processo dialético que se passa com o Ser sob o ponto de vista interno (lógica) e sob o ponto de vista de sua exteriorização (história). No interior do sistema engendrado por Hegel, espaço e tempo têm um duplo significado: por um lado, na perspectiva histórica, enquanto lugar e momento no qual o Ser se efetiva, são elementos que viabilizam, como condição de possibilidade, a própria diferenciação do ser em seu movimento dialético; por outro lado, na perspectiva da totalidade do Ser e de seu movimento, eles nada mais são do que parte da substância constitutiva do Ser, ou seja, o Ser é espaço e tempo (HASSEN, 2000).

Hegel se empenha em dissolver este enigma e conciliar o espaço e tempo discursivamente. O espaço é infinito porque a Ideia é infinita, cuja forma do ser-outro ele apresenta como exterioridade recíproca abstrata. Ele é plano e contínuo porque “esta exterioridade recíproca ainda é completamente abstrata e não contém nenhuma diferença determinada” (Hegel, 1997, p. 47 (§ 254)). Permanece a tridimensionalidade, cuja necessidade, afirma Hegel

[...] repousa sobre a natureza do conceito, cujas determinações, aliás, nesta primeira forma do fora-um-do-outro, [isto é] na quantidade abstrata, são de todo apenas superficiais e uma diferença plenamente vazia. Não se pode dizer de que modo altura, comprimento e largura se distinguem entre si, porquanto elas apenas devem ser diferentes, mas não são nenhuma diferença; é plenamente indeterminada a classificação de uma direção como altura, comprimento ou largura (Hegel 1997, p. 50 (§ 255 obs.) apud KOCH, 2009, p. 58 – destaques no original).

Hegel passa a tratar, então, brevemente (no último dos três parágrafos dedicados ao espaço) da diferença das dimensões também em seu aspecto qualitativo. Ele mostra como surge a tridimensionalidade do espaço: 1º) do ponto enquanto da negação (ela própria espacial) do espaço, 2º) da linha enquanto do primeiro ser-outro do ponto e 3º) da superfície enquanto a negação desta negação, a qual, na verdade, em sentido negativo, é uma ulterior “determinidade frente à linha e ao ponto” e, em sentido afirmativo, porém, “superfície encerrante” e, “com isso, o restabelecimento da totalidade espacial” (Hegel, 1997, p. 50/51 (§ 256) apud KOCH, 2009, p. 58 – destaques no original).

Ele determina, in concreto, o tempo como a mesma “negatividade, que se refere como ponto ao espaço”, apenas agora como existindo “para-si [...] na esfera do ser fora-de-si” (Hegel, 1997, p. 53 (§ 257). De um modo teórico fértil ele supera, neste caso, representações kantianas habituais, afirmando que ele determina o tempo como “o ser que, enquanto é, não é, e, enquanto não é, é”, como “vir-a-ser intuído” (Hegel, 1997, pp. 54/55 (§ 258). De acordo com as representações habituais, o discurso do transcurso do tempo é uma metáfora infundada e fática. O tempo, assim afirma Kant, “em que toda a mudança dos fenômenos deverá ser pensada, permanece e não muda...” (KrV B 224 seq.; Kant, 2001, p. 212; ver A 144/ B 183). Hegel, por sua vez, possibilita aprofundar teoricamente o fenômeno do transcurso do tempo e se distanciar das representações habituais. Como, porém, o tempo pode ser limite permanente, ou seja, medida do transcurso e, ao mesmo tempo, fluxo, Hegel deixa em aberto. (KOCH, 2009, p. 58 – destaques no original).

A concepção substancial do espaço e do tempo implica, dentre outras coisas, a conferência de um status ontológico a ambos que os torna quase sagrados; como se fossem entidades a existir independente da razão. Daí que, hoje, uma interpretação substancial do espaço e tempo tende a articular um discurso muito próximo do misticismo e da dimensão religiosa. A existência do ser humano e de tudo o que há nada mais é, em última análise, do que a potência divina transformada em ato no intuito de um autorresgate da identidade inicialmente desconhecida e que, aos poucos, vai sendo recuperada. Numa perspectiva otimista, somos deuses em plena realização, como partes de um processo absoluto que teve um alfa e que terá um ômega; numa ótica mais pessimista, somos instrumentos de uma divindade que freudianamente faz o uso de nós para certificar-se de sua identidade, valendo-se de espaço e tempo como divãs para a consecução dessa terapia (HASSEN, 2000).

Um déficit estrutural de sua concepção é que o espaço e o tempo conservam seu lugar fixo no sistema justamente no começo da Filosofia da Natureza, na seção da “Mecânica”. O conceito integral tanto do espaço quanto do tempo não pode ser desenvolvido independentemente dos temas da Filosofia do Espírito. Para isso, a referência ao sujeito de ambos os conceitos que Kant traz à tona quando fala das formas da intuição sensível é de suma importância. Em cada momento, eu, como sujeito empírico, corporal e livre, oriento-me de modo *a priori* no espaço e no tempo e estabeleço, com isso, diferenças qualitativas entre as quatro dimensões espaço-temporais em sua totalidade e suas respectivas direções. Assim, altura, largura e profundidade são definidas e orientadas originariamente por meu corpo em um sistema de coordenadas egocêntricas e informais e o futuro é objetivamente diferenciado do passado, de modo originário, por meio de minhas ações livres. De fato, como já

mencionado, trata-se de transcender este estado de coisas e a ciência teórica por meio de sua indexicabilidade.

Kant e Hegel veem naturalmente estas estruturas marcadas abundantemente por este caráter indicador e tentam levá-las em conta contra a arquitetura de seus respectivos sistemas. Kant acredita, assim, poder encontrar a seta do tempo na causalidade natural e Hegel também fala, na sua “Mecânica”, de fatos relativos ao tempo que não dizem respeito ao pensamento de que o tempo tem três modos – Hegel fala de “dimensões” – presente, futuro e passado (Hegel, 1997, p. 39 (§ 252)). O parâmetro  $t$  da Física teórica é, porém, a série  $C$  do tempo que, conceitualmente, é de todo reduzida e para a qual os modos do tempo não desempenham nenhum papel. Portanto, por mais que seja compreensível que Hegel se ancore em um conceito mais rico de tempo, tanto menos é aceitável que o local para este conceito seja, efetivamente, o começo da Filosofia da Natureza.

### 5.2.1.3 A concepção complexa relativista-*einsteiniana* de espaço-tempo

A física *einsteiniana*, em especial a Teoria da Relatividade, provocou uma profunda mudança na compreensão do espaço e do tempo. Para Einstein, o espaço e o tempo formam um *contínuo quadridimensional*, formulado a partir do acréscimo da coordenada temporal às coordenadas utilizadas por Descartes (eixos  $x$ ,  $y$  e  $z$ ). Assim, tecnicamente, na física clássica, espaço e tempo são representados por uma entidade matemática denotada por  $R^4$ , que significa o conjunto das quádruplas de números reais, objetos da forma  $(x, y, z, t)$ , em que as três primeiras coordenadas dizem respeito à posição de um ponto no espaço *euclidiano* ( $R^3$  – com altura, largura e profundidade) em um instante de tempo  $t$ , dado por um número real (a quarta componente).

O nosso espaço físico, conforme considerado através de objetos e seu movimento, tem três dimensões e as posições são caracterizadas por três números. O instante de um acontecimento é o quarto número. Quatro números definidos correspondem a todo acontecimento; um acontecimento definido deve corresponder a quatro números quaisquer. Portanto: o mundo dos acontecimentos forma um *contínuo quadridimensional*. [...] o físico clássico divide o contínuo quadridimensional em espaços tridimensionais e no contínuo de tempo unidimensional. O físico antigo se preocupa apenas com a transformação do espaço, porquanto o tempo é para ele absoluto. Acha natural e conveniente a divisão do contínuo quadridimensional mundial em espaço e tempo. Mas, do ponto de vista da teoria da relatividade, tanto o espaço como o tempo se alteram ao passar de um SC [sistema coordenado]

para outro, e a transformação de Lorentz considera as propriedades de transformação do contínuo quadridimensional de espaço-tempo de nosso quadridimensional mundo dos acontecimentos. [EINSTEIN e INFELD, 1962, p. 170-171; *grifo* do original apud ALVES-FERREIRA et al. 2009, p. 6).

Esta mesma noção de espaço e tempo é utilizada na mecânica quântica não-relativista, ou seja, aquela parte da teoria quântica que não envolve a relatividade restrita<sup>128</sup>. Einstein retoma a noção clássica de espaço como lugar, integrando tal grandeza ao tempo. A grande “inovação” está na modificação do conceito de simultaneidade<sup>129</sup>. Apesar destas considerações, a compreensão do espaço se transforma, distanciando-se ainda mais da tradição, na TRG, na qual se introduz a ideia de *campo*, âmbito no qual são representados os fenômenos físicos — por exemplo, os fenômenos gravitacionais passam a ser entendidos a partir de alterações na estrutura métrica do campo (ALVES-FERREIRA et al. 2009, p. 6).

Na relatividade restrita, proposta por Einstein, em 1905, espaço e tempo são tratados não mais como independentes, mas como um só conceito. O que resulta de sua teoria é que espaço e tempo tornam-se conceitos relativos, porém, distintos do sentido leibniziano, aos sistemas inerciais considerados. O espaço-tempo da relatividade restrita é o espaço-tempo de Minkowski, que se distingue do espaço e tempo absolutos de Newton. Na relatividade geral, a mudança é mais complexa, não há forças atuando sobre os corpos e, dessa forma, serão os próprios corpos que determinarão a estrutura do espaço-tempo, curvando-o. Nesse sentido, a estrutura (tecido ou malha) do espaço-tempo parece se movimentar.

---

<sup>128</sup> Na física, ainda não se sabe como conciliar a mecânica quântica com a relatividade restrita. Na física clássica, duas partículas nunca podem ocupar simultaneamente a mesma posição no espaço. Os objetos clássicos são impenetráveis. Porém, na mecânica quântica, dois objetos quânticos podem se superpor, entrando em um estado de “superposição”, que não tem análogo clássico na física. Esta, inclusive, seria a característica fundamental da mecânica quântica, segundo a posição de Schrödinger, um dos fundadores desta teoria (COSTA; KRAUSE, 2011).

<sup>129</sup> Os postulados de Einstein – de que as leis da Física são as mesmas em todos os sistemas inerciais, inexistindo, portanto, um sistema inercial preferencial e de que a velocidade da luz no vácuo tem o mesmo valor em todos os sistemas inerciais – implicam na *relatividade da simultaneidade*, segundo a qual *dois eventos que são simultâneos em um referencial, em geral, não são simultâneos quando observados em um outro referencial inercial que esteja em movimento em relação ao primeiro*. Em eventos separados, “um evento ocorrendo em um tempo  $t_1$  e posição  $x_1$  é simultâneo a um evento ocorrendo em um tempo  $t_2$  e posição  $x_2$ , se sinais luminosos emitidos em  $t_1$  de  $x_1$  e em  $t_2$  de  $x_2$  chegarem, simultaneamente, ao ponto médio entre  $x_1$  e  $x_2$ , medido geometricamente, onde se localiza um observador que vê os dois eventos acontecerem simultaneamente. Assim, a simultaneidade é explicada por Einstein como dependendo da posição ( $x_1$  e  $x_2$ ) e do tempo ( $t_1$  e  $t_2$ ), não sendo um conceito absoluto, independente da localização no espaço, como o é na física clássica (ALVES-FERREIRA et al. 2009, p. 6).

Porém, a teoria da relatividade não é suprema nem se aplica a tudo. Costa e Krause (2011) afirmam que há diferentes teorias e, mesmo dentro de uma mesma teoria, há uma gama de possibilidades, mas isso não implica o relativismo, ou seja, não se pode escolher qualquer noção que lhe pareça conveniente. As diferentes teorias são usadas para diferentes finalidades (ex.: para construir uma ponte, usa-se a física *newtoniana*; para descrever o movimento de satélites ao redor da Terra, a elevadas velocidades, lança-se mão da teoria da relatividade). Assim, não se podem assumir as noções de espaço e tempo que desejar, mas sim aquelas teorias adequadas ao objeto em estudo.

Koch (2009) afirma que a tese do espaço e do tempo como formas da intuição humana não deve ser entendida como se houvesse mundos possíveis nos quais existissem tanto homens quanto outros seres com outras formas de intuição. Em um único mundo não há lugar para formas de intuição divergentes do ponto de vista transcendental, pois, graças às nossas formas de intuição, encontramos-nos em uma relação de dependência recíproca e essencial com o nosso mundo, cujo sistema espaço-temporal está assentado em uma posição originária ideal e neutra na forma como nós seres humanos imaginamos, tal sistema em uma intuição *a priori* e em que os desvios da posição originária resultam da repartição correspondente da matéria no espaço e no tempo.

Assim, prossegue o autor, o essencial na doutrina *kantiana* é que nossa representação espacial seja uma intuição e, com isso, uma representação singular, específica e determinada universalmente e que nada possa permanecer indeterminado, no que toca à evidente curvatura do espaço. O que, por outro lado, efetivamente dissipa a aparência de uma refutação da ‘Estética Transcendental’ pela teoria da relatividade geral é a tese esquemática de que a geometria euclidiana é falsa do ponto de vista metafísico-necessário e verdadeira, do ponto de vista transcendental-necessário e que ela, além disso, vale, em cada mundo possível, para o caso-limite fundamental, porém, não verificável, em que o espaço seria vazio (KOCH, 2009).

O espaço e o tempo são, de acordo com Kant, as formas universais das intuições e, ao mesmo tempo, as formas através das quais nós, seres humanos, intuimos de modo sensível. Tudo aquilo que sai de *seu ser-em-si* fechado em si e entra nas intuições tem de se adequar ao filtro do sistema espaço-temporal ancorado nas dimensões espaço

(altura largura e profundidade) tempo<sup>130</sup> [filtro que este sistema, todavia, também influencia como reação ao kantismo literal] e tudo o que os homens imaginam e intuem sensivelmente, intuem, quer dizer, imaginam como extensos no espaço e como perseverando no tempo (KOCH, 2009).

A seguir, buscamos evidenciar como, e em que medida, a teoria social incorpora a discussão acerca do espaço e tempo, assim como a própria discussão que lhe é subjacente: da estratificação da realidade em níveis. Na sequência, buscar-se-á apresentar a estrutura e as propriedades do espaço-tempo aplicadas à realidade social e, especificamente, em seu nível mesossocial institucional, com vistas a derivar implicações para a construção de um esquema de análise morfogênético (e morfostático) da emergência e estruturação da ação coletiva organizada.

### *5.2.2 Espaço e Tempo na Teoria Social*

Na teoria social, as reflexões sobre espaço chegam via reflexões filosóficas cujas conexões com outros ramos disciplinares fornecem um panorama/pano de fundo mais amplo para o questionamento acerca da realidade, sua mediação material e a possibilidade de conhecimento. Como um dos mediadores desse debate, Bachelard cumpre um papel importante ao traduzir as implicações dos achados da moderna teoria da física quântica para questões filosóficas subjacentes, assim como para outros ramos das ciências, dentre eles a teoria social.

Seja devido à sua aparente opacidade e obviedade, que tendem a reduzir qualquer aproximação inicial a uma mera descrição topológica dos objetos no espaço (desconsiderando, portanto, a estrutura espacial e suas propriedades sobre os objetos), seja pela disciplinariedade da especialização científica estabelecida com a emergência da modernidade – em que a questão espacial ficou relegada ao domínio geográfico (e a temporal ao domínio da história) –, a reflexão sobre as noções de espaço e tempo são infrequentes e esparsamente presentes na teoria social (ZIELENIEC, 2007; PIMENTEL, 2008).

---

<sup>130</sup> Koch (2009) acrescenta que o parâmetro  $t$  da Física teórica é, porém, a série  $C$  do tempo que conceitualmente é de todo reduzida e para a qual os modos do tempo não desempenham nenhum papel.



Quando presentes, sua entrada, via de regra, se dá pela conexão estabelecida com a reflexão filosófica, em geral, e com aquela fornecida pela filosofia da ciência, em particular, a partir das quais, respectivamente, levantam-se questionamentos sobre o que é a realidade, suas características, bem como suas implicações inerentes para a *possibilidade de conhecimento*, em especial o científico, acerca daquela realidade.

Apesar das limitações apontadas, alguns célebres expoentes, filósofos e teóricos do pensamento social mundial do século XX dedicaram parte de sua atenção à problematização das questões do espaço e tempo na filosofia, em conexão com a teoria social. Dentre eles, Zieleniec (2007) destaca as contribuições de Simmel e Lefebvre, às quais gostaria de acrescentar o papel da análise morfológica de Gurvitch, bem como (o esquema estrutural de análise do campo) a proposta de análise topológica de Pierre Bourdieu.

Se, historicamente, a concepção filosófica (e sociológica) marxista parece orientar as análises socioespaciais da primeira metade do século XX, introduzidas no início do século por Simmel ou redescobertas por Gurvitch, nos EUA, e/ou estendidas por Lefebvre, na Europa, na segunda metade do século, sofrendo as influências de uma renovada concepção do espaço fornecida pela física contemporânea, a orientação da análise espacial na teoria social parece sofrer uma significativa alteração – não tanto em virtude de uma alteração em relação ao quadro de influência marxista, que continua vivo na obra de Bourdieu, mas em relação à lógica de sua utilização, em que o conceito de “campo” e a sua lógica de estrutura e funcionamento internos parecem fornecer um modelo de relações causais e integração dinâmica dos fenômenos diferenciados, inspirado, sobretudo, pelo racionalismo crítico de Bachelard (cujo pensamento, bem como sua posição como professor e orientador, certamente influenciou, de forma marcante, os esquemas de raciocínio de Pierre Bourdieu).

#### 5.2.2.1 A análise microssociológica (corporal) de Georg Simmel e a ideia de espaço intermediário

Entre as degenerações mais frequentes do impulso humano causal está a cessação das condições formais, sem as quais determinados eventos não podem ocorrer para manutenção de seus motivos positivos e produtivos. O exemplo típico é o poder do tempo – uma linguagem que sempre defrauda-nos de pesquisar os motivos reais para a

mitigação ou o resfriamento de sentimento, razão para processos de cura mental ou hábitos firmemente estabelecidos (SIMMEL 2009[1908], p. 544). Com a significância do espaço não é diferente.

Quando a teoria estética declara que a tarefa essencial das artes plásticas é tornar o espaço perceptível para nós, ela interpreta (*misunderstands*) erroneamente que nosso interesse está somente na forma particular das coisas, e não no espaço em geral ou na espacialidade, que constitui somente sua *conditio sine qua non*, e nem sua essência especial ou seu fator gerativo (SIMMEL, 2009[1908], p. 543).

As pessoas não podem estar perto ou longe umas das outras sem o espaço emprestar sua forma para isso, e mais do que aqueles processos que se queira atribuir ao tempo podem ocorrer fora do tempo (SIMMEL 2009[1908], p. 544). Logo, qualquer que seja o tipo de experiência e sua forma de manifestação, ela deve fazer referência de algum tipo e explicar, de alguma forma, como as estruturas e os mecanismos causais ocorrem espaço-temporalmente. Nesse sentido, é importante ressaltar que o próprio espaço e o tempo atuam como estruturas gerativas com efeitos causais, passivos ou ativos, sobre as demais estruturas.

Espaço e tempo são conceitos (camadas) muito estratificados que podem ser usados formalmente, como Lefebvre faz, para definir diferentes modalidades de espaço (físico, social, psicológico) ou empregado metaforicamente para modelar a relatividade epistêmica no espaço-tempo na realidade física. Neste caso, o caráter irreversível dos processos causais pode prover um realismo ontológico análogo, que é em parte homeomórfico [homeomorph], considerando que a causalidade (ou sua ausência) é o critério mais geral para atribuição da realidade das coisas (BHASKAR, 2008, p. 239).

Simmel (2009[1908], p. 544) considera que “o espaço é, em geral, somente uma atividade da psique, somente um meio humano de limitada ligação de afeição sensorial numa perspectiva integrada, [é] especificamente refletida na necessidade de funções psicológicas para as formas históricas individuais do espaço”. Apesar disso, a ênfase na importância espacial não é injustificada. Isso, porque, segundo o autor, a interação social entre seres humanos é – fora tudo o mais que ela é – também experimentada (experenciada) como uma percepção espacial.

Detalhando sua análise da interação espacial, indivíduos e interação social, acrescenta:

Se um número de pessoas, dentro de um limite espacial, vive isoladas umas das outras, então, cada um delas simplesmente preenche seu próprio espaço imediato com a substância de sua atividade; e [o que resta] entre este espaço e o espaço exatamente contíguo é um espaço não preenchido; praticamente exposto: nada. No momento em que dois destes [indivíduos] entram em interação social, o espaço entre eles aparece preenchido e animado. Isto é claro, jaz sobre o duplo significado do entremeio (*betweenness*): que o relacionamento *entre* [*between*] dois elementos, [...] é em um e no outro imanentemente um movimento ocorrendo ou modificando o *entre* eles, no sentido de uma intervenção espacial. [...] O entremeio como meramente uma reciprocidade funcional, cujo conteúdo continua em cada um dos seus portadores pessoais, é também na realidade percebido aqui como uma afirmação do espaço existindo entre os dois; o que sempre ocorre *entre* ambos os pontos do espaço, com a observação de que ambos, um e outro, têm seus lugares designados para isso, preenchido por cada um só (SIMMEL, 2009[1908], p. 545 – itálicos no original).

Assim, a análise de interação social mediada pelo espaço deve levar em conta não somente o espaço em si, com seus referentes materiais que constroem a ação humana, mas o espaço intermediário, o entremeio, da interação humana, aquele espaço que não pertence a nenhum dos indivíduos exclusivamente, mas também não existe (é o nada) sem a animação das partes envolvidas. É um espaço que emerge como espaço simbólico ou afetivo, que originará a comunidade imaginada de Benedict Anderson (cf. Vandenberghe, 2010g), mas também que apresenta uma raiz (encontra-se radicado) no espaço físico (cf. Simmel, 2009[1908]). A esse respeito, Simmel (2009[1908]) falará da diferenciação entre a emergência dos grupos sociais intrinsecamente vinculados ao espaço, como o Estado (cujo espacial físico necessário a sua concepção é o território) e aqueles que não exigem uma vinculação específica ao espaço físico (mas apenas abstratamente fazem referência a ele), como é o caso da igreja e sua dispersão para vários espaços semelhantes.

Simmel parece atrelar essa diferenciação a uma polaridade entre espaços dominados pela lógica científica ou econômica (isto é, de racionalização) e aqueles dominados pela religião ou afetividade (i.e., pelo simbólico), polarização esta que ocorre em função das propriedades relativas à forma e à função do espaço. Assim, se a forma parece ser mais relevante no primeiro caso, em que a vinculação ao espaço físico é mais premente, a função parece se sobressair no segundo, no qual ocorre a dispersão por espaços semelhantes.

Sugestivamente, uma passagem a seguir resume a influência do espaço na dimensão sociológica da associação humana, que parece emergir estimulada pela situação de proximidade espacial, dada desde a Antiguidade pelos elementos de

referência comum que colocam os indivíduos em uma situação de copresença e, portanto, de ‘entremediação’.

Os “bens comuns naturais” [*natural commons*], ou seja, a união de habitações em uma vila, a proteção comum de muralha e fosso; a magistratura da cidade, por qual a comunidade se tornou uma pessoa coletiva, a associação da igreja de habitantes nas paróquias. Estes são três temas totalmente diferentes que procedem a uma combinação de uma e da mesma coleção de pessoas e dentro de um mesmo pedaço de terreno (SIMMEL, 2009[1908], p. 544).

Qualquer que seja o erro de ambiguidade que a análise espacial relacionada à análise sociológica possa nos levar, ainda assim, a dimensão espacial é um assunto pleno de significado sociológico. De acordo com Simmel (2009[1908]), Kant define o espaço como possibilidade de estar junto, o que o torna alguma coisa para nós preenchermos. Portanto, a associação, nos vários tipos de interação entre indivíduos, traz diferentes possibilidades de estar junto, algumas das quais são percebidas de tal modo que a forma do espaço em que elas tipicamente ocorrem justifica sua ênfase na dimensão espacial.

Visando penetrar as formas de associação, em geral, e as circunstâncias espaciais do processo de associação, em particular, Simmel (2009[1908], p. 545-587) apresenta cinco características centrais do espaço: (1) a exclusividade do espaço; (2) a irredutibilidade do espaço; (3) a forma do espaço e sua influência sobre seus conteúdos; (4) a relação exterior do espaço, como estrutura material, sobre os demais fenômenos manifestados por meio de uma realidade ideal ou social e (5) a configuração do espaço e sua influência sobre as estruturas sociais (realidade social) da humanidade.

A exclusividade do espaço deriva da concepção de existência de somente um único espaço universal, do qual todos os espaços individuais são porções; então, cada porção do espaço tem um tipo de unicidade para a qual é difícil ter uma analogia.

A qualidade ou a propriedade de distanciamento<sup>131</sup> se refere à fixação de um objeto num ponto único do espaço que não pode ser reduzido a outro ponto único. Tais pontos só podem ser aproximados, portanto, existe uma separação ou distância entre eles. Essa qualidade do espaço vitalmente afeta os padrões de interação social e é manifestada pela forma como o espaço é dividido (e também divide, isto é, impele-nos a

---

<sup>131</sup> Bhaskar (2008) usa o termo *tensed process* (processo de estiramento, extensão ou estiramento do espaço – e do tempo), mas parece ser no mesmo sentido de estabelecimento de separação física, via distância, entre pontos únicos do espaço, tal como proposto aqui por Simmel (2009[1908]).

fazer essa separação), para nosso uso prático, em porções que operam como unidades (como causa e como efeito) e são cercadas por limites.

[...] a extensividade do espaço acomoda a intensidade das relações sociológicas, como a continuidade do espaço, precisamente porque não contém subjetivamente nenhum limite absoluto de qualquer tipo, simplesmente permite que, em seguida, uma tal subjectividade de prevalecer por toda parte. Como quanto a natureza está em causa, cada colocação limite é arbitrário, mesmo no caso de uma situação insular, porque de fato, em princípio, mesmo o mar pode ser "tomado posse." Precisamente por causa desta falta de preconceito espacial na natureza, **a nitidez**, apesar do seu vigor e incondicionalidade **do limite físico, uma vez que é fixo faz com que o poder de associação social e de sua necessidade, originário internamente**, [se tornem] **especialmente** vivos. [...] A Fronteira não é um fato espacial com efeitos sociológico, mas uma realidade sociológica com manifestação espacial. (SIMMEL, 2009[1908], p. 551 – tradução livre, grifo adicionado).

A configuração própria assumida pelo espaço influencia os padrões de interação específicos e as formações sociais deles derivadas. Essa relação entre forma e conteúdo, em que ambos se influenciam mutuamente, se dá tornando possível ou restringindo determinadas opções de uso do espaço ou tornando algumas mais convenientes e outras mais difíceis ou, mesmo, impossíveis num dado contexto.

A relação exterior do espaço, como estrutura material, sobre os graus de contiguidade ou distanciamento, é transformada na vitalidade dos padrões sociológicos de interação. Essa influência psicossocial (da vitalidade dos padrões de interação) é oferecida pelo espaço simplesmente através da posição ocupada, de proximidade ou distância perceptível, entre as pessoas que estão em algum tipo de relação umas com as outras.

A capacidade de gerir a tensão espacial em uma associação em condições comuns de sentimento e interesses depende da quantidade de potencial disponível para a abstração. Quanto mais primitiva a consciência é, menos ela é capaz de imaginar a solidariedade espacialmente separada ou a falta de solidariedade dos espacialmente próximos (SIMMEL, 2009[1908], p. 566).

A configuração espacial dentro da estrutura da humanidade, que é distribuída no espaço, da qual os elementos descritos acima (limites e distância, permanência e vizinhança) são como prolongamentos. As formações sociológicas básicas, derivadas das características essenciais de relacionamento com o espaço, e seus constrangimentos, são evidenciadas pelo nomadismo e pelo sedentarismo. Enquanto a primeira centra-se na mobilidade (via migração) e usa como principal estratégia para a manutenção da coesão grupal a estratégia de peregrinação e o sentimento de comunismo 'pré-histórico',

a segunda centra-se no ‘abrigo’ (via fixação) e usa como principal estratégia de padronização da cultura os símbolos objetivos, a fim de fornecer uma consciência de que tudo seria o mesmo em cada ponto do mesmo grupo, mesmo estando em lugares diferentes (SIMMEL, 2009[1908], p. 593).

#### 5.2.2.2 A análise mesossociológica (sistêmica) de Georges Gurvitch e as noções de níveis e integração

A sociologia geral (teoria social), quase enciclopédica, de Gurvitch é particularmente interessante no sentido de fornecer pistas para a leitura da trajetória desses temas na teoria social, pois, devido à amplitude/extensão e variedade de sua análise, cujo esforço de síntese e unificação reside num de seus principais méritos, é possível identificar, pelo menos, dois conceitos chave, o de estratificação e o de morfologia social que, juntos, permitem a leitura de como as questões ontológicas podem se manifestar epistemologicamente aos olhos das “ciências do homem” e suas implicações para o conhecimento sociológico.

De modo convergente a esse esforço, porém, no âmbito da geografia humana<sup>132</sup>, Yves Lacoste trabalha explicitamente a ideia de escala e suas implicações para a ação humana, a partir do desenvolvimento de conceitos como geograficidade (em analogia direta ao de historicidade) e espacialidade diferencial.

Comentando a emblemática obra de Lacoste, *A Geografia - isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra*, que se tornou referência para a geografia política, Vesentini (2008) explicita que, ao questionar para que serve a geografia, ele não quer dizer que ela serve somente para fazer a guerra, mas sim enfatizar apenas o aspecto político e estratégico (ou militar) da atuação humana sobre o espaço, para entender como o espaço condiciona a luta de classes e o exercício do poder, e como ambos se manifestam nele. Ao fazê-lo, o autor fornece basicamente duas interpretações sobre a geografia: de um lado, a acadêmica (dos pesquisadores, professores, das teses, etc.) e

---

<sup>132</sup> Isso não parece ser um problema, pelo menos na visão de Gurvitch (1968), que identifica as relações de proximidade e distanciamento da sociologia em relação às demais disciplinas (campos do conhecimento nas ciências do homem), em particular à geografia humana, uma conexão íntima ao estrato da realidade social que ele denomina de análise morfológica e que corresponde basicamente à análise das disposições humanas e sua relação com o espaço (ou meio natural e urbano). O foco de Gurvitch, no entanto, será a busca pelo estabelecimento do domínio específico da sociologia, para isso, porém, ele assume a tarefa de situá-la em relação às demais.

também a turística e dos meios de comunicação, que naturalizam e camuflam as relações de poder, ao desviar a atenção do uso político da geografia para seus aspectos banais e corriqueiros, aparentemente “neutros” e, de outro, aquela fundada na prática militar e estratégica de domínio do espaço.

Assim, a abordagem proposta por Lacoste visa incorporar (e salientar) a primazia do político (não a política, i.e., quem se ocupa dessa atividade), radicada na dimensão do exercício de poder pelos grupos sociais. Esta dimensão, além de resgatar a visão dominante, dos fatos históricos e lugares institucionalizados, também dá conta do indeterminado, do poder como relação social das ideias, símbolos e práticas sociais engendradas no espaço. A tarefa da geografia passa, então, a ser a de melhor compreender o mundo para transformá-lo, a de pensar o espaço para nele saber lutar de forma mais eficaz (VESENTINI, 2008). (LACOSTE, 2008)

Lacoste (2008) questiona qual a expressão ontológica do (ou de qualquer) espaço a ser tematizado. Em sua visão, a ontologia do espaço é radicada, elaborado por ele mesmo, de “geograficidade”, que se define essencialmente com referência à cartografia, e, em especial, à noção de escala. Para si, o real, o espaço geográfico, é tão somente aquilo que pode ser mapeado. [É possível ver aqui a aproximação epistemológica, decorrente dessa operação efetuada por Lacoste, em relação à concepção de Bourdieu, tal como observado por Vandenberghe (2010), para quem também o real é relacional. Dentro do realismo crítico, tendo em conta especialmente a questão dos modos de realidade (FLEETWOOD, 2005), é possível relacionar isso com o real no sentido de físico, de Bhaskar e também com o real no sentido de simbólico, i.e., dos efeitos que algo imaterial/intangível tem sobre o real físico].

Mas, o que caracteriza especificamente ou quais são os critérios da geograficidade? De forma análoga ao conceito de historicidade – que desde o século XIX e, sobretudo, no final da primeira metade do século XX, foi sendo desenvolvido pelos historiadores, como um resultado de sua percepção mais fina das diferentes formas de apresentação e percepção da dimensão temporal, e da necessidade de se levar em consideração categorias de fenômenos cada vez mais numerosas, que seus predecessores haviam negligenciado ou afastado –, Lacoste (2008) propõe também o termo *geograficidade*, a fim de dar conta dessas também numerosas e sutis

diferenciações espaciais que, grosso modo, foram sendo despercebidas ao longo da história e que se manifestam em diferentes escalas espaciais<sup>133</sup>.

Segundo Lacoste (2008), se, outrora, um tempo antigo, a maioria dos homens vivia ainda para o essencial, e a quase totalidade de suas práticas se inscrevia no quadro de um espaço único, relativamente limitado, o do *terroir*<sup>134</sup>, com a divisão do trabalho, as pessoas cada vez mais diferenciadas profissionalmente são individualmente integradas em múltiplas teias de relações sociais que funcionam sobre distâncias mais ou menos amplas. No espaço, essas redes possuem contornos não idênticos ao espaço físico e recobrem territórios muito diferentes.

A diversificação das práticas sociais implicou a expansão e a diferenciação do número de conjuntos espaciais<sup>135</sup>, com contornos e dimensões bem diferentes um do outro, nos quais os indivíduos se inserem corporalmente. Hoje, as práticas sociais são multiescalares e os diferentes papéis sociais se inscrevem em “migalhas” de espaço.

O desenvolvimento do processo de espacialidade diferencial<sup>136</sup>, ligado às transformações econômicas, sociais, culturais e políticas, sobretudo depois do século XIX, se traduz pela proliferação de todas as espécies de representações espaciais, mais ou menos confusas, que têm ligações mais ou menos frágeis com diversas práticas, ou que são imagens impostas pelos *mass media*.

O processo de espacialidade diferencial corresponde à necessidade de se referir a conjuntos cada vez mais numerosos (mais ou menos mal construídos) para poder se orientar, ir trabalhar, se deslocar, se distrair, conceber uma estratégia, etc. eles constituem um instrumento indispensável para pensar e para se expressar (LACOSTE, 2008, p. 190).

---

<sup>133</sup> Não as julgando dignas de serem vistas e de fazer parte da história. Conceito-obstáculo: a região personagem, p.59). La Blache – descrições regionais. Nega os problemas de espacialidade diferencial. Geografismos – metáforas que transformam em atores as porções do espaço. Eles designam implicitamente os homens que vivem neste espaço, mas camuflam tais relações. Em si mesma, a análise das formas de diferenciação espacial da crise constitui um saber estratégico extremamente útil, portanto, extremamente perigoso. Mérito – mostrar que o espaço físico é dimensão material dos entrelaçados dispositivos de dominação e exercício do poder.

<sup>134</sup> Pequeno pedaço de terra, torrão natal, onde o camponês vive está ligado umbilicalmente por questões sentimentais e de sobrevivência.

<sup>135</sup> ...

<sup>136</sup> A espacialidade diferencial feita de uma multiplicidade de representações espaciais, de dimensões diversas, que correspondem a uma série de práticas e ideias, mais ou menos dissociadas: a) as diversas representações do espaço (escalas) cobrem distâncias do espaço geográfico (material) distintas; b) as configurações espaciais das diferentes redes das quais dependemos objetivamente, mesmo sem saber (atendimento de saúde pública setorizado em bairros, a divisão administrativa da cidade, a localização dos supermercados, etc); c) o *mass media* que impõe uma gama de representações espaciais (país, norte-sul, Europa do leste, paisagens turísticas, etc), entre outras. Essa multiplicidade de representações perturba a coerência de inscrição pessoal (corporal) do indivíduo num dado conjunto espacial e, desse modo, afeta (desestabiliza) sua capacidade de ação nesse espaço.



Hoje, é preciso, para viver em sociedade, utilizar um grande número de conjuntos espaciais, mais ou menos bem definidos. Captar a espacialidade diferencial é substituir uma representação do mundo construída pela combinação de conjuntos espaciais que se montam intelectualmente e que mostram as múltiplas faces da realidade. Essas representações, distintas e imprecisas, proliferam à medida que os fenômenos relacionais se multiplicam. A inscrição (cognoscente) humana no espaço, por meio dos fenômenos relacionais, gera espacialidade diferencial que, por sua vez, implica a proliferação de representações espaciais.

O desenvolvimento do processo de espacialidade diferencial levará, em nível coletivo, à evolução de um saber pensar o espaço, isto é, um instrumental que permite articular as múltiplas representações espaciais. Alguns atores privilegiados – como o próprio estado, que tem acesso a essas informações<sup>137</sup> – têm consciência das estruturas de poder e das formas de mascarar a organização do espaço, em contraposição aos que estão fora desse sistema ou não têm acesso a ele.

A diferenciação dos níveis de análise espacial está ligada às extensões do tamanho desigual e são representadas por cartas diversas. Nessas cartas de tamanho desigual não há diferenças apenas quantitativas, mas também qualitativas, “pois um fenômeno só pode ser representado numa determinada escala; em outras escalas ele não é representável ou seu significado é modificado”. (LACOSTE, 2008, p.74). A “realidade” aparece diferente segundo a escala das cartas<sup>138</sup>, segundo os níveis de análise. Não somente o dos lugares específicos, mas também o do problema de poluição, que aparece de maneira bem diferente segundo a escala que se observa, no nível de uma casa, do bairro, da cidade, da região, etc.

---

<sup>137</sup> Num Estado, quanto mais o sistema político se tornou complexo, mais as formas de poder se diversificaram e mais se emaranharam os limites das circunscrições administrativas... uma das funções das múltiplas estruturas do Estado é de recolher informações, permanentes.

<sup>138</sup> “Cada qual sabe bem que uma carta não é o território, mas sua representação, construída a uma certa escala de redução. Acima de tudo, a carta não é, evidentemente, a representação da totalidade do real, de tudo aquilo que se poderia recensear, inventariar sobre uma porção do território. Aquilo que figura sobre uma carta é o resultado de uma série de escolhas, mais ou menos conscientes, de um lado, em função das possibilidades gráficas, estas sendo, em grande parte, determinadas pela escala; de outro lado, em função de certas preocupações particulares que fazem com que se represente somente certas categorias de fenômenos (donde cartas geológicas, cartas climáticas, cartas demográficas, etc.). Toda carta é, enfim, um documento datado: não somente porque o mundo muda e os fenômenos se transformam a um ritmo mais ou menos rápido, progressiva ou bruscamente, mas também porque uma carta resulta de técnicas e de preocupações de uma certa época” (LACOSTE, 2008, p. 212, em nota de rodapé).

Imaginemos um conjunto de fotografias e mapas — se isto fosse uma aula, eu traria alguns acetatos — que correspondem aos cinco níveis da sociologia que enunciei. Primeiro, pensamos assim numa imagem correspondente ao nível individual: um lisboeta típico sentado na esplanada do café A Brasileira, junto à estátua de Fernando Pessoa, no centro da cidade. A fotografia número 2 mostra, entre a multidão que atravessa o Rossio, dois transeuntes que se encontram e param para conversar, protagonizando assim ‘um encontro face-a-face, um ritual de interação’. A figura 3 é um mapa da cidade de Lisboa, onde se pode ver a sua organização institucionalizada: emergem os padrões de ruas, prédios, parques, pontes e rios — a estrutura espacial da cidade torna-se visível. A figura 4 diz respeito a um mapa de Portugal, no qual Lisboa é assinalada e ligada ao resto do país por estradas e autoestradas. Por fim, a figura 5 é um mapa-mundo em que Portugal e Lisboa são ligados ao resto do mundo por rotas aéreas ou marítimas, por satélites ou outros meios de comunicação, incluindo a Internet, a televisão e os telemóveis. A questão um pouco disparatada que se coloca é: qual das imagens é mais verdadeira? Qual delas representa um retrato mais adequado de Lisboa? A resposta é, obviamente, que todas são verdadeiras, todas representam a realidade e aquela que é mais adequada depende dos objectivos e interesses específicos. Nenhuma das imagens pode ser ‘reduzida’ a outra [...] (BRANTE, 2001, p. 29-30 – nota de fim).

Escolha de diferentes espaços de conceituação, tudo aquilo que tem significância espacial, a natureza das observações que podem ser efetuadas, a problemática que pode ser estabelecida, os raciocínios que podem ser construídos, é função do tamanho dos espaços considerados e dos critérios de sua seleção. O problema das escalas é primordial para o raciocínio geográfico. Ao contrário dos geógrafos, que falam que se pode estudar o fenómeno geográfico em diferentes escalas, Lacoste diz que eles são apenas apreendidos em diferentes níveis de análise. O espaço – no sentido real e ontológico – é diferente do espaço objeto de conhecimento – conceito, diferentes representações. Assim como os diferentes tempos – ou ritmos (LEFEBVRE, 2004) –, os diferentes níveis de análise do espaço geram as diferentes espacialidades. As observações e os raciocínios geográficos são função da medida do espaço.

As diferentes ordens de grandeza são refletidas nos diferentes níveis de análise espacial. “A mudança de escala é uma condição necessária, mas não suficiente, da pluralidade dos espaços de conceituação; ela é o resultado da vontade de apreender os espaços de tamanhos diferentes, na realidade”. (LACOSTE, 2008, p.88). Não é a mesma coisa descrever um subconjunto regional da URSS<sup>139</sup> e uma região francesa. É preciso classificar essas diferentes categorias (conjuntos geológicos, climatologia, etc.) de subconjuntos espaciais, não em função das escalas de representação, mas de suas

---

<sup>139</sup> União das Repúblicas Socialistas Soviéticas.

diferenças de tamanho, na realidade. Para isso propõe diferentes ordens de grandeza<sup>140</sup> que se medem pela ocupação do espaço geográfico (material).

Ao considerar as interseções de múltiplos conjuntos espaciais, Lacoste (2008) afirma que lugares vizinhos podem oferecer, na realidade, condições bastante diferentes. Por isso, considera que o método de pensar eficaz e estrategicamente a complexidade do espaço é o das interseções dos conjuntos espaciais que são conjuntos definidos, cada qual não somente por elementos e suas relações, mas também pelo seu traçado. Para examinar as múltiplas interseções com precisão, podem-se superpor decalques diferentes, cada qual a uma carta especializada. Observando-se o entrecruzamento dos conjuntos espaciais, podem-se ver convergências, inclusões e exceções. Representação mais operacional do espaço não é a divisão em regiões, mas sua superposição em quebra-cabeças.

A questão de formação do objeto de pesquisa, o estabelecimento dos recortes e conjuntos da realidade por parte do pesquisador a partir de uma problemática real, que envolve relações sociais específicas e materializadas aproxima, como veremos adiante, o ferramental analítico geográfico de *lacostiano* daquele desenvolvido por Bourdieu, no âmbito da teoria social.

### 5.2.2.3 A dialética (sócio)espacial de Henri Lefebvre

A visão de Lefebvre, marcada por uma influência de crítica marxista, tem ênfase, especialmente, na questão da produção do espaço. Em sua análise, Lefebvre (1999) estabelece uma distinção entre a natureza como um contexto ingenuamente dado e aquilo que se pode denominar de a “segunda natureza”, a espacialidade transformada e socialmente concretizada que emerge da aplicação do trabalho deliberado. É essa segunda natureza que se transforma no sujeito e no objeto geográfico da análise histórica materialista, de uma interpretação materialista da espacialidade.

---

<sup>140</sup> Lacoste (2008) enumera sete ordens de grandeza: 1. *conjuntos espaciais*, 2. *conjuntos de milhares de quilômetros*, 3. *conjuntos de centenas de quilômetros*, 4. *conjuntos de dimensões de dezenas de quilômetros*, 5. *conjuntos cujas dimensões se medem em quilômetros*, 6. *conjunto de coisas que se medem em centenas de metros*, 7. *conjuntos de metros*. Enquanto, por um lado, os *conjuntos espaciais* são aqueles de maior dimensão, cujo tamanho se mede em dezenas de milhares de quilômetros, como, por exemplo, os continentes, oceanos, grandes zonas climáticas, etc., por outro, os *conjuntos de metros* referem-se aos objetos que se manifestam em escala próxima às dimensões do corpo humano.

O espaço não é um objeto científico afastado da ideologia e da política, sempre foi político e estratégico. Se o espaço tem uma aparência de neutralidade e indiferença em relação a seus conteúdos e, desse modo, parece ser “puramente” formal, a epítome da abstração racional, é precisamente por ter sido ocupado e usado, e por já ter sido foco de processos passados cujos vestígios nem sempre são evidentes na paisagem. O espaço foi formado e moldado a partir de elementos históricos e naturais, mas esse foi um processo político. O espaço é político e ideológico. É um produto literalmente repleto de ideologias (LEFEBVRE, 1999, p. 101).

Assumindo, então, que o espaço – e sua organização, ordenação e reorganização – é um produto social, isto é, que emerge de um conjunto de práticas sociais e com as quais mantém estreitas relações de continuidade e descontinuidade<sup>141</sup>, a questão central que se delineia não é a de ele ser uma estrutura segregada e autônoma, mas sim a relação de interdependência desta categoria em relação a um contexto social mais amplo. Nesse sentido, o que se torna relevante é a interação do espaço social (ou seja, espaço construído) e organizado e as demais estruturas, segundo determinado modo de produção. O espaço e sua organização política expressam relações sociais, embora também reajam contra as mesmas (LEFEBVRE, 1999).

Desse modo, observa-se que há uma possibilidade de compreender o espaço a partir de uma dialética socioespacial, funcionando numa estrutura da base econômica, em contraste com a formulação materialista vigente, que encara a organização das relações espaciais apenas como uma expressão cultural restrita ao âmbito da superestrutura. Devido ao fato de Lefebvre fornecer uma crítica às correntes anteriores<sup>142</sup>, Soja insiste que a ‘interpretação materialista da espacialidade’ não pode ser assimilada por nenhuma dessas tradições, devendo ser retomada a partir do ponto de referência *lefebvrino*.

Soja (1985, 1999) tem utilizado o termo *espacialidade* para se referir especificamente ao espaço produzido socialmente. Ainda de acordo com este autor, nem todo o espaço é produzido socialmente, mas toda a espacialidade o é. Essa noção de espacialidade proposta por Soja (1998) incorpora elementos da produção do espaço já proposta por Lefebvre (1991), no que se refere à tentativa de compreensão do espaço social. Gomes-da-Silva e Wetzell (2006), baseando-se nas três diferentes dimensões de

---

<sup>141</sup> A questão da continuidade e da descontinuidade é um traço marcante presente na sociologia de Gurvitch e derivada da concepção dinâmica da vida em sociedade, inspirada pela análise dialética marxista, fonte comum, da qual ambos os autores compartilham inspirações que marcaram seus trabalhos e que, portanto, permite uma leitura (não oportunizada aqui, pois requer uma atenção específica para a sua realização – o que não é o foco do presente trabalho –) cruzada e aproximativa entre a questão espacial na teoria social de Gurvitch e Lefebvre.

<sup>142</sup> O existencialismo e a fenomenologia, o estruturalismo e o estrutural marxismo.

análise da produção do espaço propostas por Lefebvre (1991) – as *práticas espaciais*, que se referem à percepção dos indivíduos sobre a dinâmica de produção do espaço, no que tange aos fluxos, transferências e interações físicas; as *representações do espaço*, que correspondem às representações e significações do espaço, elaboradas por meio de signos e o *espaço representacional*, que envolve a relação como o indivíduo atribui significado a sua experiência – elaboram um quadro analítico sobre as relações sociais no espaço potencialmente útil para a análise socioespacial nas organizações.

#### 5.2.2.4 A análise macrossociológica (estrutural) de Pierre Bourdieu e as ideias de campo e posição

Apesar de seu rigor intelectual na composição e na seleção e cruzamento precisos de uma ampla variedade de conceitos e referências de distintas tradições filosóficas e do pensamento social, vários comentadores sustentam em comum que o sistema referencial *bourdieusiano* é relativamente “simples”, constituindo-se de um núcleo estruturante de três, ou talvez quatro, conceitos: campo, capital, *habitus* e violência simbólica, em torno do qual gravitam categorias secundárias, cuja função é especificar e conferir maior acuidade, aumentando o potencial explicativo de seu sistema teórico (JENKINS 2006[1992]; THIRY-CHERQUES, 2006; VANDENBERGHE, 1999; 2009; 2010b).

O universo social – ou a teoria dos campos sociais, como é designado por muitos que reconhecem o campo como o aspecto determinante de seu trabalho – é construído por campos, microcosmos ou espaços de relações objetivas, cada qual com uma lógica própria, que não pode ser reduzida à de outros campos. O campo social pode ser visto, de forma simplificada, como um sistema de relações entre posições (que é a face objetiva do campo, o lugar na hierarquia social que cada agente ocupa no campo), disposições (que são a face subjetiva do campo, dada pelo *habitus* e pela propensão dos agentes a agir de acordo com o que lhes foi internalizado) e tomadas de posições (que remetem a uma postura, nas quais aquelas posições são expressas e cujo princípio encontra-se na estrutura e no funcionamento do campo) (VANDENBERGHE, 2010b).

Segundo Vandenberghe (2010b), a teoria do campo é a realização concreta do pensamento relacional em uma esfera particular de ação. Ela surge da tentativa de superação da oposição entre subjetivismo e objetivismo, mediante uma relação

suplementar vertical, que medeia o sistema de disposições subjetivas – de indivíduos e coletividades - e posições objetivas no espaço social (THIRY-CHERQUES, 2006).

A concepção de campo esteve, desde o início, ligada a uma visão altamente conflitual do mundo, como uma batalha permanente por poder, prestígio e toda espécie de capital (VANDENBERGHE, 2010b), sendo um espaço de relações objetivas entre indivíduos e instituições que competem pela dominação de um cabedal específico (THIRY-CHERQUES, 2006). A metáfora do campo é invocada no sentido de uma arena social dentro da qual ocorrem lutas e manobras para se ter acesso a recursos específicos (JENKINS 2006[1992]). Ela refere-se a um campo de forças – assim como na física – dado por uma estrutura, pré-existente, que constrange – devido à existência limitada de recursos e do próprio espaço (físico e social) onde se situam os agentes envolvidos, levando-os, necessariamente a engajarem-se em lutas sociais, conforme suas posições relativas no campo, com vistas a ter ou a aumentar o seu acesso aos recursos (ou capitais) existentes no campo, o que culminará com a conservação ou a transformação de sua estrutura inicial (BOURDIEU, 1996, p.50).

Dentro da perspectiva do estruturalismo genético de Bourdieu, é preciso reconhecer que o foco central de investigação reside na análise de estruturas objetivas, mas não de uma forma fixa e estanque, como no estruturalismo clássico de Strauss, mas, sim, vinculando a análise das estruturas ao sistema de relações, que é localizado espaço-temporalmente. Sua análise estuda o campo como produto de uma gênese, ou seja, da incorporação de estruturas pré-existentes. Assim, a estrutura do campo designa uma exterioridade (o que não é o campo) e uma interioridade (as instituições e agentes que existem e subsistem pela diferença). Ela é dada pelas relações de força entre os agentes e as instituições que lutam pela hegemonia no interior do campo, isto é, o monopólio de autoridade que outorga o poder de ditar regras (THIRY-CHERQUES, 2006).

Devido à sua análise objetiva das relações estruturais estabelecidas, de modo pressuposto por Bourdieu, os campos podem ser analisados independentemente da característica de seus ocupantes, ou seja, como um sistema de relações objetivas. Porém, os campos sociais não são estruturas fixas, espaços estruturados de posições em um determinado momento (JENKINS 2006[1992]). Pelo contrário, são produtos da história de suas posições e disposições que os reproduzem. “Nossa posição em um campo designa a forma como consumimos não só as coisas, mas também o ensino, a política, as artes. Determina, igualmente, a forma como as produzimos e acumulamos.” (BOURDIEU, 1984, p. 210).

Segundo Bourdieu e Wacquant (2005), os campos resultam dos processos de diferenciação social, da forma de ser e de (re)conhecer o mundo, embebidos num processo de constante evolução da sociedade que faz com que surjam novos campos num processo de diferenciação continuado. Desse modo, todo campo é produto histórico e, portanto, possui um *nomos* (conjunto de leis que o regem) distinto. O que determina a existência de um campo e demarca seus limites são os interesses específicos, os investimentos econômicos e psicológicos realizados pelos diferentes agentes, dotados de um *habitus* específico convergente com aquele campo, e as instituições nele inseridas e que almejam um retorno, nas diferentes formas de capital, relacionado ao capital dominante naquele campo.

Desnecessário dizer que todo jogo pressupõem regras e, nesse sentido, os agentes do campo, tacita ou explicitamente, compartilham um consenso sobre a *doxa* do campo (BOURDIEU; WACQUANT, 2005). Apesar de cada campo criar – ou melhor, institucionalizar – seu próprio objeto e seu princípio de compreensão, os campos sociais não são autoevidentes e precisam ser definidos como tais, o que requer a observação e a delimitação analítica do pesquisador sobre um determinado segmento do mundo social.

Os campos sociais têm propriedades universais e características próprias, o que não impede que Bourdieu defenda a homologia estrutural entre os campos. Todos os campos têm: a) *habitus*, da classe e subclasse em que se posiciona o agente que é, ao mesmo tempo, uma predisposição para agir de acordo com o que ele assimilou ao longo do seu processo de aprendizado; b) uma estrutura, que se refere ao sistema “objetivo” de relações entre os agentes, identificadas no espaço social; c) a *doxa*, ou opinião consensual (substitui o conceito marxista de ideologia), e remete àquilo sobre o que todos os agentes estão de acordo, sendo, portanto, oposto ao científico, e contempla tudo aquilo que é admitido como “sendo assim mesmo” e d) o *nomos*, que diz respeito às leis (e as racionalidades?) específicas que o regem (THIRY-CHERQUES, 2006).

### **5.3 As Características e Propriedades do Espaço e suas Implicações para a Estruturação dos Coletivos no âmbito da Realidade Social**

Considerando o exposto até aqui, sobretudo as implicações filosóficas da física teórica, é possível notar que o conceito de estratificação da realidade, em níveis ou camadas, bem como o conhecimento diferencial desses níveis e (seus) objetos

componentes, parece ser central nos desenvolvimentos recentes da física contemporânea. Embora a realidade seja composta pela agregação dos diferentes níveis, cada uma das camadas parece ter tendências (de atuação) próprias derivadas dos poderes causais de seus objetos específicos. [A questão da integração entre os diferentes níveis ainda não é totalmente clara e solúvel e é mais ou menos complexa segundo cada passagem específica de um nível a outro e o conhecimento acumulado existente/disponível sobre cada passagem].

Isso implica dizer que, na física, enquanto a realidade terrena cotidiana é regida pelas “leis” da física *newtoniana*, um outro nível da realidade (por exemplo, da velocidade próxima à da luz) é explicado segundo as “leis” da relatividade geral e restrita einsteiniana. Dito de outro modo, há diferentes tipos de teorias na física que, embora ainda não sejam plenamente integradas entre si, têm a capacidade de explicar com propriedade, segundo suas tendências próprias inerentes aos objetos estudados e suas estruturas gerativas intrínsecas, e os aspectos específicos dos diferentes estratos da realidade.

Na filosofia, o realismo crítico é a posição filosófica que adequadamente entende e capta esse aspecto ontológico da realidade, pois sustenta a diferenciação ôntica dos objetos e a estratificação epistêmica da realidade integrada (ou passível de ser conhecida) por meio do fenômeno de emergência. Cada estrato tem uma teoria que mais se adéqua à explicação própria daquele nível, pois é capaz de apreender com mais precisão a configuração específica daquela realidade, bem como suas propriedades e efeitos gerativos. Ou seja, assim como na física contemporânea, os diferentes níveis da realidade são explicados por teorias diferentes, adequadas à captação e à explicação dos objetos daquele nível, não sendo, portanto, (necessariamente) adequada a outros níveis (inferior ou superior) da realidade (apesar de poderem fornecer elementos para sua explicação), o que implica a inexistência de uma teoria única e geral que dê conta de explicar a realidade em sua totalidade.

Portanto, em consonância com as observações, evidências e desenvolvimentos teóricos da física contemporânea, bem como alicerçada [e sem contradizer?] nas bases filosóficas prévias, embora até então subdesenvolvidas teoricamente – provavelmente devido à falta de aparatos capazes de aguçar e potencializar a observação (e por extensão a reflexão sobre) da realidade, como ocorre na física (HARRÉ, 1989) –, sustento aqui a posição realista crítica da comensurabilidade ontológica da realidade aliada à sua diferenciação intransitiva (ou ôntica) e à estratificação transitiva (ou



epistêmica), segundo os objetos do conhecimento que se manifestam (ou podem se manifestar) segundo diferentes tipos de realidade<sup>143</sup>, a saber: material, ideal, artefactual e social (FLEETWOOD, 2005).

Segundo o realismo crítico, os diferentes objetos (ou coisas) existentes, bem como as suas quatro diferentes formas de manifestação na (única e mesma) realidade, remetem ao domínio intransitivo (ou ontológico). Enquanto isso, as diferentes formas como conseguimos perceber, explicar e lidar com a realidade, e que variam historicamente segundo o nosso grau de conhecimento e aprofundamento no descobrimento de (novas) camadas da realidade, diz respeito ao domínio transitivo (ou epistemológico). Portanto, embora os objetos sejam diferentes, não há uma única maneira de classificar essa diferenciação, já que a sua agregação em estratos depende de nossa possibilidade de conhecimento deles, e varia segundo o nosso grau de capacidade de apreensão e acuracidade dos mesmos. Por sua vez, a seleção de um conjunto de objetos específicos, bem como suas diferentes (uma ou mais) formas de manifestação na realidade, segundo um determinado nível específico da realidade, cujas relações causais de relacionamento entre (ou com outros) objetos, suas estruturas gerativas, tendências e fenômenos emergentes são tarefas de teorização.

Nesse sentido, considerando a teorização do espaço a partir de sua estrutura gerativa e de suas propriedades, seja como substância ou como propriedade da realidade, busco, a seguir, apresentar um conjunto de três argumentos relativos às propriedades da dimensão espacial, como um momento e uma condição necessários à estruturação dos coletivos, isto é, das estruturas sociais, em geral, e das organizações, em particular, a saber: (1) sua propriedade de fixação (“moldura”) das demais coisas (objetos ou substâncias) da/na realidade e seu conseqüente efeito de enquadramento; (2) as propriedades de deformação da estrutura espaço-temporal, torção e tensionamento (estiramento ou compressão) e, conseqüentemente, a alteração de suas propriedades (ou efeitos delas), segundo a alteração das condições ou os diferentes tipos de realidade –

---

<sup>143</sup> A diferenciação ôntica não significa necessariamente diferenciação entre o tipo de manifestação da realidade, ou seja, ambas não devem ser tomadas como sinônimos. Um estrato da realidade pode conter e combinar diferentes tipos de manifestação real dos objetos, ou seja, diferentes tipos de realidade [por exemplo, numa organização – portanto, nível meso-institucional, segundo classificação de Vandenberghe (2010) – há diferentes tipos de objetos que se manifestam em termos de tipos de realidade distinta, como cadeiras (realidade material), computadores (realidade artefactual), normas e valores (realidade ideal) e papéis das pessoas (realidade social)]. E, por outro lado, os tipos de manifestação da realidade (ou os tipos de realidade) perpassam os estratos da realidade, não havendo uma forma específica e única que corresponde a um estrato em particular, mas sim estando todas as formas presentes em todos os estratos ou camadas da realidade.

alteração do comportamento do espaço segundo as propriedades dos objetos de realidade artefactual e (3) a dimensão espaço-temporal (“R4”– X, Y, Z, W) como propriedade absoluta na vida cotidiana e sua implicação em termos de *embodiment* (incorporação segundo algum tipo de manifestação da realidade), para a constituição de objetos corpóreos<sup>144</sup>, visíveis ou não, cujos efeitos de sua existência, em todo o caso possam produzir rebatimentos na estrutura espaço-temporal.

### *5.3.1 O necessário compartilhamento da situação espacial de copresença, física ou virtual, para qualquer tipo de interação*

Embora o espaço-tempo não seja exclusivamente uma realidade material (ou pelo menos esta questão ainda esteja em aberto), é fato que ele, ao menos em parte (conhecida por nós, ou que podemos conhecer, até o momento), se manifesta dessa forma. Neste capítulo, em geral, e nesta seção, em particular, privilegiam-se as entidades e as propriedades cuja realidade se manifesta materialmente, entre as quais o espaço-tempo está inserido.

A situação espacial de copresença, física ou virtual, é necessária para qualquer tipo de interação, inclusive social, segundo a concepção humana de realidade. Logo, o compartilhamento espacial é uma etapa precedente (isto é, necessária, mas não suficiente) da interação social e, conseqüentemente, da comunicação e da identificação simbólica, que leva à formação do estado de um grupo de interação<sup>145</sup>. Dito de outro modo, a realidade material é necessária e precedente a qualquer um dos demais tipos de manifestação da realidade, tal como apontado por Fleetwood (2005), embora estes últimos não possam ser reduzidos àquela (devido ao fenômeno de emergência).

---

<sup>144</sup> Acesso indireto do conhecimento da realidade, material ou não (lembrando que matéria e energia são a mesma coisa em estados diferentes, portanto, não há problemas em afirmar que, em último caso, a realidade tem que ser, de algum grau, manifestada ou suportada indiretamente pela matéria) via “efeitos” de deformação da estrutura espaço-tempo. Como afirma Fleetwood (2005, p. 201), é preciso aceitar que há limites para a interpretação e que tais limites são frequentemente estabelecidos pela materialidade de uma entidade em si mesma; embora o realismo crítico seja materialista, nesta questão e em outras similares, o reconhecimento de que as entidades materiais são conceitualmente mediadas o previne contra (e distancia de) qualquer materialismo vulgar.

<sup>145</sup> Apesar disso, essa lógica, originalmente desenvolvida por Buckley (1969[1971]), já foi também empregada, de maneira similar, por outros autores, no campo da teoria social, como Archer e Elder-Vass. Como o foco deste trabalho reside especificamente na questão das organizações, refiro-me aqui especificamente ao modelo elaborado por Vandenberghe (2007a; 2007b; 2010) em sua “teoria das subjetividades coletivas”, já que o mesmo, além de adotar a perspectiva realista crítica, elabora uma proposta específica de análise morfogênica de estruturação dos coletivos.

De fato, por serem imprescindíveis e pré-existentes, a própria estrutura espaço-temporal torna-se o *locus* (repositório) onde se manifestam<sup>146</sup>, bem como o meio de atuação e manifestação de qualquer propriedade emergente ou poder causal das demais estruturas gerativas. Além disso, de fato, o espaço e o tempo são os elos por excelência, os elementos condicionantes da interação entre quaisquer estruturas, visto que elas, para interagirem, precisam ter algum ponto de contato<sup>147</sup>. Este, em último caso, é dado pelo compartilhamento espaço-temporal (espacial – ao mesmo tempo, ou temporal – no mesmo espaço). Assim, a dimensão espaço-temporal reside na última fronteira disponível para qualquer relato sobre a realidade.

Simmel (2009[1908], p. 544) considera que “o espaço é, em geral, somente uma atividade da psique, somente um meio humano de limitada ligação de afeição sensorial numa perspectiva integrada, [é] especificamente refletida na necessidade de funções psicológicas para as formas históricas individuais do espaço”; a despeito disso, a ênfase na importância espacial não é injustificada. Isso, porque, segundo o autor, a interação social entre seres humanos é – fora tudo o mais que ela é – também experimentada (experenciada) como uma percepção espacial.

Assim, a análise de interação social mediada pelo espaço deve levar em conta não somente o espaço em si, com seus referentes materiais que constroem a ação humana, mas o espaço intermediário<sup>148</sup>, o entremeio, da interação humana, aquele espaço que não pertence a nenhum dos indivíduos exclusivamente, mas também não existe (é o nada) sem a animação das partes envolvidas. É um espaço que emerge como espaço simbólico ou afetivo, que originará a comunidade imaginada de Benedict Anderson (cf. VANDENBERGHE, 2010g), mas também que apresenta uma raiz (encontra-se radicado) no espaço físico (cf. SIMMEL, 2009[1908]). A esse respeito, Simmel (2009[1908]) falará da diferenciação entre a emergência dos grupos sociais intrinsecamente vinculados ao espaço, como o Estado (cujo espacial físico necessário à sua concepção é o território) e aqueles que não exigem uma vinculação específica ao espaço físico (mas apenas abstratamente fazem referência a ele), como é o caso da igreja e sua dispersão para vários espaços semelhantes.

---

<sup>146</sup> Propriedade 1, exclusividade e precedência, apontada por Simmel (2009[1908]).

<sup>147</sup> Propriedade 2, de contiguidade, apontada por Simmel (2009[1908]).

<sup>148</sup> Propriedade 3, fixação e distanciamento, e 5, graus de contiguidade, apontadas por Simmel (2009[1908]).

Segundo Fleetwood (2005), para os realistas críticos, uma entidade é tida como sendo real se ela possui “eficácia causal”, ou seja, se ela exerce algum efeito sobre o comportamento das coisas (outras entidades)<sup>149</sup>. Contudo, confusões acerca da interpretação do que é real ocorrem, frequentemente, por uma interpretação equivocada das entidades “reais” como sendo sinônimo de entidades materiais e/ou, complementarmente, pela consideração errônea das entidades não materiais, como sinônimo de entidades não reais (irreais, que não existem).

Embora muitas coisas sejam reais, elas são reais de diferentes formas ou modos. A confusão surge do não reconhecimento, ou da não especificação, deste diferentes modos da realidade. É possível identificar ao menos quatro modos de realidade, ou seja, quatro formas sob as quais as entidades exercem seu poder causal sobre outras entidades e dessa forma podem ser percebidas: material, ideal, artefactual e social. Concentraremos, por ora, nos tipos material e artefactual, os demais serão tratados nos próximos capítulos.

As entidades podem ocupar uma posição intermediária entre dois modos. Elas estão, tipicamente, sempre passando por evolução e mudança (num processo de transformação, de vir a ser, de se tornar algo diferente) e disso pode resultar que uma entidade mude de posição entre diferentes modos.

O termo materialmente real refere-se a entidades tais como oceanos, o clima, a lua e as montanhas, que podem existir independentemente do que os indivíduos ou comunidades fazem, dizem ou pensam. Em alguns casos, as entidades materialmente reais são afetadas por nossas ações – daí o reconhecimento da posição intermediária (*straddling*) mencionado acima – mas, tais ações são contingentes e as entidades materialmente reais continuarão a existir, mesmo se os seres humanos desaparecerem. Em alguns casos, pode ser mais apropriado classificar o que parece ser, à primeira vista, uma entidade materialmente real como um artefato, isto é, uma entidade artefactualmente real, por exemplo, um cosmético ou um livro. Isso dependerá do contexto (FLEETWOOD, 2005).

Mas, a categoria “materialmente real” permite-nos lidar com entidades que existem independentemente de nós, do que nós fazemos, dizemos ou pensamos. Embora elas possam existir, independentemente de nossa identificação, às vezes nós as

---

<sup>149</sup> “Deus pode ou não ser real, mas a *ideia* de Deus é tão real quanto o monte Everest, porque ela exerce influência (faz diferença) nas ações das pessoas” (FLEETWOOD, 2005, p. 199 – tradução livre, itálicos no original).

identificamos de tal sorte que podemos nos referir a elas como sendo conceitualmente mediadas. É preciso perceber, no entanto, que o fato de poderem ser conceitualmente mediadas não altera seu *status*; elas se tornam apenas “entidades materiais conceitualmente mediadas”.

Assim, quando Simmel levanta a questão do espaço como estrutura contingente da ação e interação humana, ele inaugura, na teoria social, uma primeira aproximação para se pensar a interface entre os diferentes modos de realidade – material e social – e como eles se afetam mutuamente. Embora sua análise não tenha sido exaustiva sobre a questão, mesmo porque hoje temos o benefício do ponto de partida realista crítico com sua visão mais profunda da realidade, as bases foram importantes para inspirar questionamentos e reflexões sobre o assunto.

O fato de o espaço não ser necessariamente visível, já que está sempre imbricado/impregnado por outras entidades materialmente reais (e/ou seus modos derivados), não implica que ela não seja materialmente real. Isso porque, resgatando a definição de real – como aquilo que exerce influência sobre as demais entidades –, a dimensão espaço-temporal tem uma estrutura própria que, embora não seja “vista” empiricamente, tem efeitos sobre as demais entidades e, além disso, pode ser (como de fato são) percebida e identificada pelos seres humanos, podendo ser considerada como *entidades materiais reais conceitualmente mediadas*.

Assim, muito do que será dito aqui considerará o espaço como entidade *material real conceitualmente mediada*, a partir do exercício de suas tendências (poderes causais), identificadas na física, na filosofia e na teoria social, por meio de suas propriedades (por exemplo, como foi resumido anteriormente, pelo trabalho de Simmel).

Embora Archer tenha entendido adequadamente a importância dessa categoria, e inclusive teorizado sobre ela em sua abordagem morfogenética da estrutura social, o destaque atribuído por ela reside na consideração do tempo variável central de seu modelo, deixando de lado, parcialmente omitida, a sua dimensão complementar do espaço.

Para um efetivo e adequado entendimento do funcionamento da estrutura espaço-temporal sobre os demais níveis e modos da realidade, é preciso, portanto, (re)considerar o papel específico (e complementar) do espaço em qualquer teorização sobre a realidade, sobretudo, social. Portanto, nos ateremos aqui, de forma mais

incisiva, na explicitação da estrutura gerativa espacial, suas propriedades e tendências (quando) em relação (com) às demais entidades reais.

### *5.3.2 A mediação tecnológica como caso particular de extensão da situação de copresença física*

De acordo com o realismo crítico, os objetos, instrumentos de trabalho, equipamentos tecnológicos, enfim, os artefatos construídos pelo homem são um caso especial de entidades materialmente reais. Tais artefatos materiais são um híbrido formado por elementos materiais e dispostos numa configuração peculiar específica, intencionalmente elaborada pelo homem, caracterizando-se, portanto, como um caso típico do processo de transformação (migração) das entidades entre os diferentes modos da realidade, isto é, do constante vir a ser das entidades (FLEETWOOD, 2005).

De um lado, tais artefatos são constituídos por elemento materiais, mas, de outro, sua configuração é realizada de tal sorte que só pode ser feita pelo homem, isto é, são entidades necessariamente mediadas pela ação humana, que não existem independentemente dela, não sendo, portanto, encontradas na ausência do homem, tal como ocorre com as entidades materialmente reais.

O termo “artefatualmente real” refere-se a entidades como cosméticos e computadores. Os computadores, por exemplo, são uma síntese de entidades materialmente, idealmente e socialmente reais. Devido ao fato de tais entidades serem conceitualmente mediadas, nós as interpretamos de várias, e frequentemente diversas, formas. Por exemplo, violinos podem ser interpretados como instrumentos musicais ou como raquetes de tênis de mesa. Mas, a menos que nós estejamos preparados para aceitar que qualquer interpretação (e, portanto, a ação subsequente) é tão boa quanto qualquer outra, ou seja, que a interpretação do violino como uma raquete de tênis de mesa é tão boa como a sua interpretação como um instrumento musical, então, nós temos que aceitar os limites da interpretação. E estes limites são frequentemente estabelecidos pela materialidade das próprias entidades (FLEETWOOD, 2005, p. 201).

Assim, quando grupos utilizam artefatos deliberadamente construídos pelo homem para reduzir as restrições que a realidade material impõe a si e, portanto, ampliar a sua capacidade de lidar com ela, tais artefatos passam a ser utilizados, segundo as propriedades que possuem, para mediar a relação do homem com a natureza

e do homem como seus semelhantes. De modo geral, as propriedades das entidades artefaturalmente reais “subvertem”, ou melhor, criam condições artificiais, que alteram as tendências (poderes causais) das entidades materialmente reais, que agiriam “normalmente” sobre as demais entidades, criando, assim, efeitos, por exemplo, no tocante ao espaço, de “deformação”, “extensão” ou “dilatação” de sua estrutura e, portanto, de modificação (anulação/suspensão ou modificação do grau, intensidade ou ordem) de suas tendências. Por exemplo, uma geladeira cria um sistema de condições artificiais que reproduz o poder causal do gelo (i.e. sua tendência de resfriamento) e/ou reduz/suspende/anula as propriedades termodinâmicas de troca de calor, entre sistemas de diferentes temperaturas, até o alcance do equilíbrio homeostático devido ao isolamento térmico produzido por um sistema quase-fechado revestido por materiais isolantes.

Assim, no tocante ao papel que os artefatos, ou as entidades artefaturalmente reais, desempenham juntamente com as entidades materialmente reais sobre os seres humanos e suas interações, seja por meio de restrições ou de habilitações, é importante notar que a mediação tecnológica, tal como proposta por Vandenberghe (2010g, p. 234-243), pode ser considerada um caso particular de extensão da situação de copresença física, via tecnologia, para a copresença virtual. Mas, de todo modo, pressupõe a situação de copresença física, seja por meio do homem ou de seu artefato, que é, por si mesma, radicada numa relação espaço-temporal.

Em sua análise sobre a estruturação dos coletivos, Vandenberghe (2010g) propõe, como momento intermediário desse processo, a “mediação tecnológica”. Seu argumento é o de que, para que um coletivo se constitua num grupo estruturado, capaz de ação coletiva, é necessário, além de uma identidade coletiva, que

[...] os membros presumidos deste grupo em potencial sejam capazes de entrar em contato uns com os outros e formar uma rede comunicativa virtual; em segundo lugar, eles têm de ser representados por um porta-voz que fale em seu nome e atualize o coletivo como um grupo organizado que existe **no espaço e no tempo** (VANDENBERGHE, 2010g, p. 234 – destaque adicionado).

O ponto de divergência aqui não é tanto o conteúdo, mas, sim, o posicionamento deste momento como uma etapa intermediária entre a formação de identidade coletiva e a manifestação de uma representação política do grupo. Isso porque, contrariamente a esse entendimento, sugiro que a mediação tecnológica, embora necessária à estruturação

e à manutenção dos coletivos, é um caso específico de estiramento (extensão), no sentido proposto por Bhaskar (2008), da dimensão espacial. Ou seja, mais especificamente, as propriedades ou as tendências da estrutura espacial física (i.e. no sentido da realidade material de Fleetwood) de exclusividade e fixação dos objetos a um ponto discreto do espaço, cuja interação com outro ponto só pode ocorrer em situação de contiguidade é alterada por uma contratendência, liberada pelas estruturas artefatuais da realidade que permitem um efeito de “encurtamento” da distância espacial física ou a criação de uma situação de contiguidade artificial, por meio da qual as interações podem ocorrer.

Isso é possível, como explica Simmel (2009[1908], p. 593 e segs.), por meio da desvinculação entre forma e conteúdo (ou função) do espaço e do estabelecimento diferenciado de interações sociais em relação a cada uma dessas esferas. Assim, se, para a noção de Estado, o estabelecimento de uma interação social, ainda que mediada simbolicamente, com a dimensão espacial, em sua forma (física), é o mais importante e prevalece sobre sua função; no caso de outras organizações, como a igreja, por exemplo, o conteúdo da interação manifestada no espaço assume maior relevância em relação à sua forma (física), podendo ser destacado dele, o que permite a reprodução artificial dessa comunidade simbólica (inicialmente vinculada a um espaço) em outros locais semelhantes, por meio de reprodução de objetos materiais e de uma face objetiva da cultura, que “padroniza” diferentes ambientes, conferindo, assim, um sentimento ao grupo de homogeneidade, independente de onde estiverem fisicamente.

Se o exemplo da carta, utilizado por Simmel (2009[1908], p. 594), é válido como meio de solidariedade, de ligação e de integração dos membros fisicamente dispersos, podemos estender a lógica desse recurso tecnológico à realidade virtual da internet. É importante ressaltar, contudo, que tanto a carta quanto os computadores em rede da internet existem física e materialmente e estão localizados no espaço e no tempo.

Se, numa interação social qualquer, é preciso pelo menos duas pessoas em uma situação de copresença física, em que o *betweenness* cumpre o papel de elo físico e simbólico que emerge como produto diferente de cada uma das partes e pode ser localizado no espaço, no caso de estiramento dessa dimensão espacial, para que a interação ocorra, é preciso que outro meio material substitua o espaço físico ou, então, que uma das partes da interação seja substituída por algum elemento que a represente.



Em todo caso, a tríade do processo – componentes ou partes, interação e configuração ou resultado – é uma condição necessária para a sua emergência e, portanto, existência.

Para retomar o exemplo *simmeliano*, no caso de uma carta, uma das partes, bem como sua subjetividade (que segundo Simmel seria depositada no espaço do *betweenness*), é colocada em um pedaço de papel, que a representará e a substituirá no momento da “interação” física. Assim, quando uma carta chega ao seu destinatário, ela entra em contato com outra parte ou componente da interação, que ocorrerá em um determinado espaço físico (diferente e distante de onde a carta foi escrita). O mesmo processo ocorre em relação à internet, embora sua velocidade de interação e *feedback* seja mais elevada. Mas, os constrangimentos impostos pela mediação, bem como a dependência de meios artefatuais e, sobretudo, físicos (do lá e cá), são uma condição *sine qua non* de toda e qualquer interação.

### 5.3.3 A necessária aquisição de embodiment para atuação na realidade material

Chegamos, aqui, a um ponto de vital importância para a elaboração do modelo proposto nesta tese. Especificamente, no tocante à realidade humana e social, quando tratamos das interações sociais nos distintos tipos de agrupamentos humanos, a realidade torna-se conceitualmente mediada e, mesmo que a partir/ou pela introdução do elemento humano e dos demais modos de realidade (ideal e social) que ele suscita na realidade material, quaisquer coisas, sejam seus atos (aquilo que fazem/práticas), sejam seus discursos (aquilo que dizem) ou mesmo suas representações (aquilo que pensam), para existir (se manifestar na realidade, visivelmente ou não, exercendo seus poderes causais) precisam ser mediadas pela realidade material ou artefactual.

Este princípio pode ser radicado (ou conectado à) naquilo que Einstein chamou de “objetos corpóreos” (cf. seção 1 deste capítulo) e que fundamenta toda a possibilidade de uma ciência, a partir de uma perspectiva realista, pois. Somente por meio daquilo que pode ser identificado, seja pela ocupação do espaço, pela sua matéria ou energia intrínseca ou, ainda, por seu movimento/deslocamento (espaço-temporal) e, conseqüentemente, dos efeitos perceptíveis que se manifestam em cada uma ou em várias dessas dimensões, é que podemos atribuir, com o mínimo de segurança, algum grau de realidade àquela entidade presumida.

Desse modo, fazendo coro com essa ideia, porém, especificamente no tocante à realidade social, dos agrupamentos humanos, é que se sugere que tais coletividades, para que se tornem efetivamente reais e atuem nos demais (diferentes) níveis da realidade, precisam adquirir, em algum grau, o *status* de objeto corpóreo – que aqui substituiremos pela ideia de *embodiment* (incorporação), já que esta noção já tem sido, embora esparsa e de forma pontual, introduzida na literatura da teoria social com contornos muito próximos aos que se pretende aduzir aqui.

Em geral, o *embodiment* ocorre nos diferentes modos da realidade: ideal (através de ideias e discursos), social (por meio de práticas) e artefactual (via equipamentos tecnológicos ou não, como computadores, celulares ou cartas). De todo modo, ele se manifesta, necessariamente, de alguma forma, na realidade material. E, seja por meio de uma ideia, de uma pessoa ou de um artefato é que se constrói uma figura coletiva independente e externa (exterior) aos indivíduos que a compõem.

Os grupos estruturados precisam adquirir *embodiment*, isto é, precisam ser incorporados. Todo grupo social tem como condição necessária, embora não suficiente, para a sua existência uma interação social. Toda interação social tem como condição necessária, embora não suficiente, o compartilhamento de uma situação de copresença (marcada pela contiguidade espacial de dois pontos – como partes únicas do espaço – distintos). O espaço é a dimensão ôntica por excelência.

Devido à necessidade de existência material, os grupos sociais, principalmente aqueles mais estruturados, precisam ser incorporados materialmente. Isso significa se revestir de camadas materiais para adquirir uma existência efetiva e independente da realidade ideal de seus membros individuais (apenas da consciência do grupo) e, com isso, alcançar formas de intervenção eficazes na realidade. O processo de *embodiment* guarda relação direta com a estruturação dos coletivos. Quanto mais estruturado, mais elevado tende a ser o grau de incorporação, sendo, num extremo, os agregados coletivos (coletivos taxonômicos) desprovidos de *embodiment* e, num outro polo, as instituições o mais alto grau de *embodiment*. Assim, quanto mais perto deste último, mais independente, autônomo e eficazmente real – pois atingiria o nível de existência empírica e, portanto, maior é sua capacidade efetiva de agência (coletiva) no mundo real – tende a ser o efeito de *embodiment*.

Considerando a análise levada a cabo por Simmel (2009[1908]) sobre o processo de interação social no espaço, em que as duas partes (indivíduos) que ocupam respectivamente dois pontos únicos e discretos no espaço entram em interação, devido à

sua contiguidade (física ou virtual), um terceiro ponto no espaço, entre essas partes, vem à tona e adquire especial importância: o espaço intermediário ou entremeio (*betweenness*) da interação, que não pertence a nenhuma das partes isoladamente e tampouco possui significado ou relevância sem elas. Assim, este espaço intermediário que não se reduz a nenhum dos componentes nem a sua interação é convergente com o relato emergentista do realismo crítico.

As considerações sobre a incorporação em si são significativas na literatura social, sobretudo entre os de tendência conflacionista ascendente, porque assumem que os indivíduos incorporam as forças sociais que só existem e se expressam neles e por meio deles. Harré (citado em VANDENBERGHE, 2010g) pode ser considerado um exemplo para esta questão, pois, ao defender que as estruturas sociais não têm existência própria, ele explica a atuação das ‘forças sociais’ sobre os indivíduos, recorrendo à incorporação daquelas dentro destes, sustentando que toda interação macrosociológica (e, por extensão, seus constrangimentos) é ou pode ser reduzida a interações individuais diretas, ou seja, face a face, em que as pessoas envolvidas expressam metonimicamente poderes supostamente atribuídos às entidades coletivas (estruturas sociais).

Em menor escala, contudo, observa-se o relato de *embodiment* fora desse contexto. O trabalho de Bourdieu talvez seja o exemplo mais emblemático de desenvolvimento e uso extensivo do conceito de *embodiment*. Porém, sendo classificado por outros autores dentro do estruturalismo (JENKINS 2006[1992]; WACQUANT, 2002; THIRY-CHERQUES, 2006; VANDENBERGHE, 1999; 2010b; ELDER-VASS, 2010), seu trabalho escapa do conflacionismo ascendente, embora, segundo Archer (CRER), ela caia no conflacionismo central.

Dentro do realismo crítico também o conceito de *embodiment* é tratado com especial destaque, para uma releitura adaptada da noção *bourdieusiana* empregada ao mesmo (FLEETWOOD, 2008; HODGSON, 2004, entre outros). Em sua análise morfogenética da sociedade, Archer fala da questão temporal para tratar da incorporação do passado pelos indivíduos atualmente viventes, como se fosse uma correia de transmissão, promovendo, assim, a continuidade, seja por meio da manutenção ou da mudança da sociedade.

Porém, se a dimensão temporal ganha destaque no relato *archeriano*, o mesmo não se pode dizer em relação à dimensão espacial. Com uma preocupação central em ligar o antes e o agora, pouca atenção é dada ao modo pelo qual as práticas individuais

no presente se manifestam espacialmente ou, em sentido *simmeliano*, como o espaço influi nas possibilidades de ação dos indivíduos. Assim, é preciso tratar de forma específica também a questão espacial que, mais precisamente, parece convergir com o aspecto da morfostase da sociedade e, com o surgimento de um terceiro espaço *entre* os indivíduos (*betweenness*), se coloca como *locus* onde se localiza a interação, como uma estrutura específica que é produto materializado de componentes e sua interação.

Assim, dentro dessa perspectiva é que defendo e trato do processo de incorporação das estruturas sociais, por meio dos diferentes tipos de realidade, desde seu aspecto material até o ideal. Como caso específico da dimensão espacial da estruturação dos coletivos, e mais especificamente da sua manifestação artefactual, argumentarei, em seguida, que a mediação tecnológica é uma situação de extensão da situação de copresença física da dimensão espacial (requisito necessário à interação) que permite a sustentação e a manutenção do coletivo.

#### **5.4 Lógica do M1 – de Coletivos Taxonômicos a Grupos Interativos**

Tendo apresentado até aqui os argumentos (i) da existência de uma realidade material como condição ontológica em essência, (ii) da situação espacial de copresença para qualquer interação, (iii) da mediação tecnológica como um caso especial de extensão artificial da situação de copresença e (iv) da necessidade de *embodiment* para a estruturação dos grupos sociais, importa, agora, sintetizar a sequência lógica das relações causais de tais elementos e ilustrar como os mesmos entram no âmbito das organizações.

Como um agregado de indivíduos se torna um grupo organizado e coeso, uma entidade coletiva capaz de agir como uma superpessoa? O que permite essa transformação? Que elementos propiciam, restringem e condicionam tal processo? Refletindo sobre estas questões é que tomamos em consideração, analiticamente, como primeiro elemento, a estrutura espacial na qual se insere esse conjunto de indivíduos. Portanto, de forma precedente àquelas questões, é preciso indagar: como esses indivíduos estão dispostos no espaço? Há contiguidade entre eles? Como a estrutura espaço-temporal permite que eles entrem em contato? Como essas interações tomam lugar? Face a face ou indiretamente mediadas por artefatos?

Como questão chave do esquema teórico aqui desenvolvido, consideramos que o espaço é o ponto de partida para a análise social. Isso porque a vida humana em sociedade pressupõe a interação e a interação só pode ocorrer mediante o contato entre indivíduos. Tal contato entre entidades, no caso, seres humanos, se dá por meio da propriedade espacial e contiguidade, que permite a duas (ou mais) entidades entrarem em contato, sem ocuparem o mesmo espaço nem se anularem (isto é, sem, no entanto, entrar no estado quântico de superposição), mediante uma situação de copresença. Nesse sentido, a categoria teórica “espaço” pode ser verificada analiticamente e materialmente (ou empiricamente) via disposição de entidades numa “situação de copresença”.

Devido à impossibilidade de libertação da matéria de seu continente espacial, ou dito de outro modo, devido ao fato de toda matéria estar necessariamente incrustada na estrutura espacial (em função da propriedade de fixação desta última), decorre daí, então, que a estrutura espacial funciona como um meio circundante sobre o qual e com o qual, necessariamente, as entidades materialmente reais têm de lidar. A sua fixação numa estrutura, externa, independente e coercitiva condiciona as possibilidades de ação limitada pelo espaço no qual está inserido. Dessa forma, as propriedades das entidades incrustadas no espaço sofrem interferências das tendências dessa estrutura, que pode anular, limitar ou até catalisar as propriedades das entidades materiais.

Um exemplo da coerção ou condicionamento que a estrutura espacial impõe às entidades materialmente reais aparece por meio do efeito de contiguidade, isto é, as entidades devem estar suficientemente próximas umas das outras, para que suas tendências sejam exercidas. A estrutura espacial funciona como conector que transmite as tendências. Essa distância, em geral, é suficientemente pequena, a ponto de permitir o contato entre as entidades, mas ela pode variar e, em alguns casos, não operar pelo contato físico direto. Nesses casos, contudo, em que a distância entre as entidades é alargada a ponto de não requerer um contato físico, a estrutura espacial, bem como suas tendências, ainda continua operando, porém, elas são (ou podem ser) ligeiramente modificadas pelas próprias tendências das entidades. Assim, a necessidade de contato, via contiguidade da estrutura espacial, ainda persiste, mas, ao invés de ela se dar via elementos materialmente reais, ela pode ocorrer via outros modos da realidade, como elementos de realidade artefactual (ou ideal ou social) que transmitem suas tendências, a rigor, via estrutura espacial, porém, de forma diferente.

O limite da distância necessário para o exercício das tendências de determinadas entidades é dado pela noção de campo, que surge na física, mas também é, posteriormente, trabalhada na teoria social.

Assim, no caso da interação humana, é preciso considerar os agentes dispostos em espaços contíguos para que ocorra a possibilidade de contato direto ou em espaços suficientemente próximos – aqui poderíamos recuperar a ideia de campo – para que a possibilidade de contato e interação ainda ocorra, mesmo que mediada por elementos da realidade artefactual. [Como este último é um caso especial da situação de copresença, nos ateremos, neste momento, à teorização desta última apenas.] À propriedade/tendência da estrutura espacial de fixação e incrustação das demais entidades e seu efeito subsequente de disposição em contiguidade (ou não) destas denominaremos de situação de copresença, e a consideraremos como um momento inicial da toda a interação social (Momento 1). Este momento é uma condição necessária, embora não suficiente, para a existência da interação e de suas subsequentes causações (emergência de novas entidades e níveis da realidade).

Segundo Elder-Vass (2010), o primeiro passo para entender a ontologia das organizações é a identificação das situações de interação. Aqui chamaremos tal situação de situação de copresença, devido ao radical espacial que subjaz ao efeito de interação. Ainda segundo o autor, a vasta maioria das interações sociais parece se conformar a este modelo. Seu argumento é o de que, ao menos em algumas situações de interação, os participantes podem formar um grupo com poderes causais emergentes e, então, estes poderes serão referência para o grupo de pessoas envolvidas em uma situação de interação, como um grupo de interação.

Uma vez dispostos numa situação de copresença, dois ou mais<sup>150</sup> indivíduos entram, necessariamente, em contato e podem vir a (e em geral o faz) desencadear algum tipo de interação. O contato, mesmo visual e a distância, gera estímulos e reações, fazendo com que o indivíduo tome consciência da existência de outrem. Uma vez consciente, com base em conhecimentos prévios ou não, o indivíduo busca formar uma opinião e um subsequente modo de ação para lidar com esta situação. Em cada um dos indivíduos se desenrolará o mesmo processo e, com base na opinião formada, aliada a *feedbacks* de ação deste outro indivíduo no espaço e na relação com as demais entidades materiais nele dispostas (paus, pedras, alimentos, etc.) em percepção, cada um

---

<sup>150</sup> A sociedade começa com três indivíduos (Gilbert citado em Vandenberghe, 2010).

se ajustará mutuamente, mapeando o espaço compartilhado, a presença de o outro significativo (i.e., elemento de referência) e na disposição e alteração/variação das demais entidades presentes neste espaço.

Ao abordar especificamente a questão organizacional, a partir dos grupos de interação, é possível ver, em Elder-Vass (2010), como a questão espacial está presente na estruturação das interações sociais. Para ele, em uma situação de interação, duas ou mais pessoas interagem de uma maneira conformada por seus entendimentos convencionais da situação e do modo apropriado de comportar-se em situações desse tipo. Sua explanação recorre ao exemplo fornecido por Nicos Mouzelis, a respeito da fila e do enfileiramento. Uma fila pode ser um grupo de interação, mas fazer a fila é uma instituição social normativa, endossada e reforçada por mecanismos normativos usuais. Quando indivíduos não se conformam a estas normas (fila), em situações nas quais outros esperam sua conformação, eles são postos diante de severas sanções negativas, particularmente daqueles que já estão na fila, mas, por vezes, também daqueles que esperam pelo serviço.

Aqui, Elder-Vass (2010) falará de um comportamento inicial de autoajuste, mas também considerando a presença de instituições (convenções) pré-existentes que terão papel crucial na formação de opiniões e na subsequente ação humana. Contudo, esta posição traz a instituição (e a institucionalização) como um elemento necessário para a explicação do surgimento do comportamento coletivo organizado. Isto, porém, é o que se quer explicar. Logo, esta parece não ser uma saída adequada para a análise da estruturação dos coletivos.

A despeito de o autor recorrer ao processo de institucionalização ou, mais precisamente ao uso dos círculos normicos, para explicar este processo de autorregulação dos indivíduos<sup>151</sup>, formando, assim, um grupo de interação; a situação

---

<sup>151</sup> Segundo Elder-Vass (2010), essas crenças (sobre as normas relevantes) são o resultado, em parte, de influências causais prévias da propagação dos círculos de normas em questão. Assim, o grupo de interação é casualmente dependente do impacto prévio do círculo de normas nessas crenças, mas isso não implica que o círculo de norma é parte do grupo de interação, nem que o grupo de interação é parte do círculo de norma: as duas estruturas são ontologicamente distintas, apesar de elas compartilharem algumas de suas partes – os indivíduos que são membros de ambos. Fleetwood (2008) discorda dessa linha de argumentação que recorre à instituição (estrutura social de ordem superior) para explicar a emergência dos grupos sociais, e em especial das organizações (estrutura social de ordem inferior à instituição), apresentando uma análise que trata especificamente da diferenciação das estruturas sociais e que coloca – ao meu ver, corretamente – a análise das instituições como um processo emergente de estruturas de ordem inferior, como as organizações. Poderíamos, talvez, dizer que filas são instâncias de instituições de formação de fila, a qual fornece um lugar para a sanção e reforço das normas em questão.

espacial de copresença física coloca-se como elemento central da questão, não somente desencadeando o processo como também moldando, implícita ou explicitamente, as possibilidades de autorregulação dos membros. Reconhecemos a existência desse aspecto e sua importância, mas queremos mostrar a possibilidade de sua explicação, sem recorrer à institucionalização – que em nosso argumento é um resultado do processo de estruturação dos coletivos – através de uma adequada consideração da dimensão espacial (para além da temporal como o faz corretamente Margaret Archer).

Dada uma determinada situação de constrangimento espacial – inerente à própria estrutura espacial –, por exemplo, a indisponibilidade de atendimento de todas as pessoas simultaneamente para a utilização de um serviço qualquer, os indivíduos se autorregulam<sup>152</sup>, utilizando, para isso, os demais elementos materiais dispersos no espaço e as relações que cada indivíduo estabelece com eles e com o espaço, em face do constrangimento espacial, no sentido de adotarem uma postura padrão para a solução do problema, a qual todos os demais indivíduos tendem a seguir de maneira mais ou menos irrefletida e, portanto, inconscientemente (ou não intencional e racionalmente deliberada, em sentido *archeriano*).

O espaço tem a característica de limitar as possibilidades de ação, limitando a quantidade de coisas que podem estar simultaneamente numa situação de copresença. Mas, por outro lado, ele impõe também certa dinâmica entre tais entidades, visto que, estando dentro de um mesmo raio de ação (campo), suas tendências operam umas sobre as outras, produzindo necessariamente efeitos, indesejados ou não, uns sobre os outros.

Assim, seja pelo contato direto com outros agentes, seja pelo contato com outras entidades, o espaço restringe as possibilidades de exercício das tendências a certos limites concretos ou materiais. Essas restrições são dadas pelos objetos dispostos em situação de contiguidade/copresença. Por exemplo, um agente não pode lançar mão de meios (recursos) os quais não estão disponíveis em seu campo (raio) de ação – a menos que consiga estender artificialmente este raio, mas esta situação não será considerada neste momento, como foi dito anteriormente, para efeitos de simplificação e clarificação do raciocínio. É isto o que Marx quis dizer quando assinalou que os homens fazem a

---

<sup>152</sup> Na perspectiva de Elder-Vass (2010), essa autorregulação se dará a partir de concepções institucionalizadas previamente. No entanto, na perspectiva defendida aqui, as concepções institucionalizadas são produto de outro momento, a seguir, mais elaborado, rumo ao processo de estruturação dos coletivos: o de compartilhamento da realidade ideal. É neste segundo momento que “nascem” as convenções e, portanto, as concepções tornam-se, a partir daí, gradativamente, institucionalizadas.



história, mas não nas circunstâncias em que escolheram. Ou seja, não poderemos alterar arbitrariamente a realidade à nossa volta, pois estamos tolhidos em nossas ações pelos limites impostos por ela.

Desse modo, a estrutura espacial do campo nos fornece senão possibilidades restritas de acesso a determinados recursos (outras entidades) que estão também ali presentes. Disso resulta a configuração altamente dinâmica e disruptiva (corretamente) observada por Bourdieu, no tocante ao universo social. Há uma luta constante pela ocupação de espaços e a conseqüente possibilidade de uso dos recursos que estes meios oferecem. Assim, a autorregulação que emerge como padrão de interação entre os indivíduos deriva de um equilíbrio ténue realizado numa série de tentativas de ensaio-erro, cuja configuração predominante é apenas uma das múltiplas possíveis e não necessariamente a melhor ou a mais correta.

A autorregulação aqui não significa equilíbrio e, sim, uma certa constância na repetição das relações, que podem ser de diferentes tipos: de luta e violência, via imposição da força (física ou mental), de reciprocidade e troca, de afinidade e colaboração.

O que está em jogo, neste momento, é que o contato é mediado pelo espaço e o espaço torna-se o elo de percepção e reconhecimento da existência do outro, que passa a ser, então, considerado numa relação ou, mesmo (apenas cognitivamente<sup>153</sup>), num ato isolado. Tal percepção torna-se, então, em primeira instância, elemento de comunicação – e mediação via estrutura espacial – que irá me fornecer parâmetros, juntamente com os outros elementos do espaço, para minha orientação e ação neste mundo (na realidade).

Neste momento o autor sugere, pelo menos implicitamente, a relação entre um constrangimento externo, isto é, no ambiente natural (ARCHER, 2000) e sua relação com as interações sociais, pois, dado aquele constrangimento é que os indivíduos irão se posicionar e agir de um determinado modo específico (segundo suas convenções prévias, por exemplo, formando a fila. É válido notar, como bem ressalta o autor, que, em contextos culturais distintos, o padrão resultante da interação dos indivíduos poderá ser diferente).

---

<sup>153</sup> Ou seja, minha ação, mesmo que individual, passa a ser orientada pelo (reconhecimento da existência) outro (e sua necessária consideração, já que este poderá restringir minha ação seja via alteração do espaço e seus elementos materiais, seja via ação diretamente sobre mim). Creio que foi isso o que Weber quis dizer quando cunhou o termo ação social, no sentido de que é orientada pelos outros.

Contudo, mesmo tendo considerado aqui a relevância da situação espacial de copresença física, isso ainda não é o suficiente para tratar adequadamente do aspecto espacial da estruturação dos coletivos. Ainda é preciso ressaltar, dentro dessa rubrica, o efeito de *embodiment* ou incorporação em objetos e elementos materiais. Como diz Simmel (2009[1908]), sua estabilização local não era como a de um objeto material, que estaria sempre no mesmo lugar, mas como um objeto realmente ideal, que é base que mantém um sistema de elementos a uma distância particular, num contexto social de interação, em **dependência mútua**. A importância de uma relação sociológica como pivô atribuído à localidade fixa, especialmente onde o contato ou a montagem podem ocorrer, apenas em um lugar especial para os elementos de outra forma, independente de um ou outro.

Grandes organizações, como tais, requerem um ponto médio espacial, porque elas não conseguem gerenciar sem dominação e subordinação, e o comandante deve [precisa], como uma regra, ocupar uma posição fixa a fim de, por um lado, ter subordinados à sua disposição e, assim, por outro lado, para eles saberem onde, em qualquer momento, eles podem encontrar o chefe. (SIMMEL, 2009[1908], p. 564).

Assim sendo, o primeiro momento (M1) na estruturação de entidades coletivas é dado pela dimensão espacial por meio de sua imposição de uma situação de copresença que condiciona, constrange e catalisa o contato e a interação social, colocando, assim, necessariamente, os indivíduos em situação de interação e interdependência (medida pelos elementos materiais e espaciais, sobretudo os recursos). Como consequência desse contato e interação, decorre, então, algum tipo de posicionamento e, conseqüentemente, uma associação coletiva (por afinidade entre si ou distanciamento em relação a outros) designada por identificação simbólica (próximo momento).

Ou seja, é por meio do espaço – de onde emerge a propriedade de contato e reação – e do compartilhamento de uma situação de copresença que indivíduos inicialmente isolados passam a grupos interativos (que começam a se polarizar em entidades agregativas, mais ou menos deliberadas ou intencionais e que vão formar, mais adiante, entidades de um nível/ordem superior).

### **5.5 Quem, Quando e Onde? Restrições e Validade de M1**

Apesar da amplitude que a questão espacial pressupõe, a teorização apontada até aqui, neste capítulo, ainda carece de verificação empírica, no nível mesossocial da realidade, em particular na ordem institucional – e em seus subníveis agregativo, associativo e organizacional. Apesar do esforço hercúleo envolvido nesta tarefa de sistematização e integração de teorias de diferentes domínios, filosófico e social, e subdomínios, referentes aos estratos e suas ordens e às ramificações laterais/horizontais dentro da teoria social, ainda é provável que novas revisões sejam realizadas, no intuito de aprimorar esta proposta.

Tais revisões devem envolver maior detalhamento do modelo, que será em parte alcançado pela realimentação de informações e *insights* advindos da pesquisa empírica. Por outro lado, esforços no sentido de aprimoramento e clarificação dos conceitos, nexos causais e relações de ordem e hierarquia (sobretudo quando houver acréscimo de novos fatores ou devido a um detalhamento mais específico) serão frutíferos e bem – vindos, a fim de corroborar, validar e aumentar o poder explicativo do esquema aqui delineado.

Neste capítulo apresentamos apenas o primeiro momento da análise morfogenética proposta por esta tese, ao qual deverão ser acrescentados os demais momentos, para uma visualização panorâmica do quadro teórico-empírico da realidade que se apresenta ao pesquisador.

Mesmo considerando possíveis restrições que podem surgir em relação ao argumento apresentado referente o momento 1 da análise morfogenética dos sistemas sociais de ação coletiva, a análise espacial não pode ser ignorada. Ao contrário, o sucesso de sua consideração, em outras áreas, tem evidenciado como a ciência pode avançar num determinado campo do conhecimento e produzir acumulação de conhecimentos, sólidos e válidos, que, no futuro, conforme o descobrimento de novos níveis e propriedades da realidade, podem ser integrados a um quadro explicativo mais amplo da realidade.

Além disso, a miopia da consideração apenas de um tipo da realidade (ideal ou discursiva) como frequentemente é feito, sob o argumento de que as ciências humanas dizem respeito a um objeto do conhecimento de natureza distinta, que só pode ser estudado via métodos que captem esse modo de realidade ideal, incorre no erro de desconsiderar os outros modos de realidade que mantêm contato, interferem e, mesmo, subjazem às entidades idealmente reais (realidade ideal).

## 5.6 Conclusão

Neste capítulo, vimos, na física e na filosofia, basicamente, três grandes concepções, ou visões de mundo, que orientaram, informaram e afirmaram posições sobre a natureza da realidade, sua estrutura e propriedades. A preocupação com a dimensão ontológica parece ser tarefa central, tanto na filosofia quanto na ciência, pois dela derivam implicações epistemológicas, teóricas, metodológicas e técnicas (ou aplicadas) nos diferentes e demais níveis da realidade, inclusive social (humana). Em tal dimensão há, basicamente, três pares de “coisas” centrais que remetem à estrutura e a propriedades ônticas: 1) o espaço-tempo, 2) a matéria-energia e 3) o movimento-reposo. [É válido notar que se pode supor uma dupla dialética da totalidade, tomando como referência as dialéticas internas entre os pares antinômicos (de polaridades) supracitados, bem como uma dialética – ou melhor, trialética – entre as três antinomias, formando, em última instância, tudo aquilo que se pode pensar e denominar, até hoje, de realidade].

Toda ciência, como mostra a mais antiga delas, em seu empreendimento pela busca de conhecimento da realidade, se orienta, necessariamente, de modo mais ou menos explícito, direto ou indireto, pelo conhecimento possível nos diferentes tipos e configurações da realidade acerca daquilo que está no espaço-tempo, que se manifesta através da matéria ou energia e que se movimenta ou perdura inerte. Todas as afirmações ulteriores, em qualquer nível ou configuração da realidade, necessariamente pressupõem e fazem referência, mais ou menos explícita, a essa totalidade da realidade, da qual todas as especificidades não são mais do que particularidades de uma forma possível, momentânea, da realidade total.

A centralidade das questões de espaço e tempo – além das de matéria e movimento – se faz pertinente porque, direta ou indiretamente, tudo o que existe (inclusive a matéria e o movimento) ocupa um lugar no espaço-tempo e, mesmo que sua existência não possa ser senão presumida, tal presunção só é possível se a “coisa” existente exercer algum efeito de deformação no espaço-tempo. De modo que, então, tais categorias são necessárias a qualquer relato da realidade. Conseqüentemente, o relato científico, ao visar uma pretensão de verdade ou legitimidade em relação às suas asserções sobre a realidade, deve se ater às restrições impostas e se vincular à dimensão

espaço-temporal. Isso traz implicações para todas as formas de conhecimento científico, inclusive a das ciências do homem.

Se a primeira concepção, ainda intuitiva, do espaço e tempo, originada num período de relativa indiferenciação entre a física e a filosofia, não consegue ir além da consideração do caráter mais opaco ou superficial da estrutura espaço-temporal ou, mesmo, apenas suscitar questões paradoxais a respeito das “situações-limite” de análise do espaço e do tempo, a concepção newtoniana, por outro lado, fornece, filosófica e empiricamente fundamentado, um arcabouço teórico e prático capaz de explicar e lidar com tais questões na dimensão mesoescalar da física e também da realidade (cotidiana) social. Apenas para as “situações-limite” (tanto a quântica quanto à astronômica), segundo as escalas da física, a concepção *einsteniana* parece se aplicar de forma mais precisa. Não que ela não se aplique à escala meso, ao contrário, é devido à sua capacidade de aprofundamento/detalhe que ela se torna própria para níveis mais profundos da realidade, sendo desnecessariamente supérflua para os estratos intermediários, já que os fenômenos de configuração em escala macrossuperficial podem ser adequadamente descritos pelo aparelho de análise newtoniano.

O problema é que as equações de Einstein não têm solução única e, conseqüentemente, haverá diversas formas que podem ser assumidas pelo nosso universo. Costa e Krause (2011) afirmam que há diferentes teorias e, que mesmo dentro de uma mesma teoria, há uma gama de possibilidades, mas isso não implica o relativismo, ou seja, não se pode escolher qualquer noção que lhe pareça conveniente. As diferentes teorias são usadas para diferentes finalidades (e.g. para construir uma ponte. usa-se a física *newtoniana*; para descrever o movimento de satélites ao redor da Terra, a elevadas velocidades, lança-se mão da teoria da relatividade). Assim, não se podem assumir as noções de espaço e tempo que desejar, mas sim aquelas teorias adequadas ao objeto em estudo. E não há teoria física que prescindia das noções de espaço e tempo; ou são assumidas como na mecânica *newtoniana*, ou são construídas de alguma forma.

Apesar de um consenso e um conceito unificador sobre espaço e tempo, ou espaço-tempo, talvez a implicação mais importante desse relato de sua trajetória até aqui seja a clara diferenciação e estratificação da realidade em níveis, o que parece ser verificado empiricamente pela física e também condizente com outros tipos de realidade, como a humana e a social, tal como formulado e apresentado por Gurvitch (1968).

Desse modo, a visualização de uma realidade estratificada em níveis parece contribuir para a compreensão de cada nível em profundidade, bem como da extensão e da diversidade da realidade total. Contudo, apesar de não necessariamente aplicáveis aos objetos de escala intermediária na realidade, a concepção de Einstein pode servir heurísticamente para orientar a pesquisa científica rumo a uma precisão e detalhamento maior em relação à realidade, nos seus diferentes níveis. Dentre todas as filosofias da ciência disponíveis, o realismo crítico é aquela capaz de fornecer um relato adequado aos requisitos ônticos de diferenciação e estratificação (e emergência), de forma coerente com as observações empíricas realizadas pela física, mas, ao mesmo tempo, criticamente orientada pela reflexão racional e a busca da emancipação humana, fazendo, assim, uma ponte entre os diferentes tipos de realidade, física e social, e as formas pelas quais se manifestam por meio de objetos diferenciados.

Tendo, então, adicionado a dimensão espaço-temporal, sugiro o momento de identificação simbólica e de expressão e representação política já apresentados por Vandenberghe como os outros dois momentos necessários para a efetivação/realização da estruturação das organizações (dos grupos estruturados).

## 6 MOMENTO 2 (M2) – IDENTIDADE: DE GRUPOS INTERATIVOS ÀS ASSOCIAÇÕES MEDIANTE O COMPARTILHAMENTO DA REALIDADE IDEAL

*A identidade é a condição necessária para a constituição da realidade ideal e do mundo social.*

**Resumo:** neste capítulo o objetivo é apresentar e explicar o segundo momento do processo de estruturação da ação coletiva defendido nesta tese. Busca-se explicar como se dá a passagem de grupos interativos, baseados numa estrutura de interação quase autorregulada e fortemente dependente do espaço e dos objetos materialmente reais, à associação, como estado de estruturação da ação coletiva predominantemente fundamentado pela constituição de uma identificação simbólica entre os membros do grupo e a constituição de objetos e de uma realidade extraindividual idealmente real. Defende-se o argumento de que a identidade (social) é que emerge da configuração específica de um conjunto de componentes (entidades), atores sociais em interação num determinado espaço, como uma nova entidade (objeto) da realidade dotada de uma estrutura gerativa dotada de poderes causais próprios e que se manifesta também sob uma nova forma: a de entidade idealmente real. Para isso, partimos da premissa de que há uma relação entre a dimensão espacial-material e a identitária-simbólica, em que cada uma dessas dimensões opera de acordo com um tipo de manifestação de objetos na realidade e cada uma corresponde também a um nível ou estrato da realidade, que estão integrados pelo fenômeno daquilo que o realismo crítico entende por emergência. Além disso, estes diferentes estratos da realidade estão hierarquicamente integrados segundo critérios de necessidades e complexidade dos tipos de objetos/entidades que eles reúnem.

**Palavras-chave:** identidade; filosofia; teoria social; associação/coletivos; identificação simbólica; realidade ideal.

### 6.1 Introdução

Neste capítulo trataremos da questão da identidade, em geral, e da identidade coletiva, em particular. Isso porque entendemos aqui que a identidade é um fenômeno distinto que emerge da realidade material, mas cria e se situa em um novo nível da realidade, o ideal. Assim, embora ela dependa e faça referência a elementos materiais, a

identidade é um **objeto/estrutura (com poderes causais)** distinto, concebido e explicado em termos de categorias de objetos também ideais.

A identidade é uma questão antiga, um problema que remete aos primeiros pensamentos filosóficos. De forma geral, o cerne de toda e qualquer discussão sobre identidade – desde a física e filosofia até as ciências sociais – reside no questionamento, sincrônico e diacrônico, de como se pode saber que uma coisa é ela mesma e não outra (ao invés de outra). Como aquilo que nós delimitamos, por meio de nossos sentidos e consciência, pode ser entendida e distinguida como uma coisa em si, uma coisa própria, separada e, portanto, diferente das outras coisas? E mais, podemos afirmar que uma coisa que consideramos como única continua sendo única e, além disso, ela mesma, em momentos diferentes?

O tema da identidade é tão vasto e polissêmico quanto a multiplicidade de objetos e níveis (ou focos) de análise que a ele se pode associar. Sua extensão recobre uma gama de domínios que se estende desde a física (KRAUSE; BECHER, 2006), em que o termo é utilizado para se referir aos princípios de individuação e localização dos objetos corpóreos (corpos, moléculas ou objetos materiais), passando pelo domínio biológico (HASELAGER; GONZALEZ, 2003), no qual a identidade está ligada ao corpo humano e às suas propriedades de ‘propriocepção’, estendendo-se ao âmbito da psicologia e da filosofia da mente (PRATA, 2010; SEARLE, 1992), em que a questão é tratada sob o prisma do indivíduo e sua consciência, culminando, ainda, nas ciências sociais, com as concepções de identidade social, a qual se caracteriza pela discussão do aspecto interacional e imagético – isto é, a projeção de uma imagem que funciona como um aspecto balizador para o (auto)ajuste e adaptação do indivíduo na cena social, em suas diferentes nuances – personagem, consciência, jurídica, metafísica – (LOPES, 2002) e identidade coletiva, na qual o acento é colocado sobre a emergência de uma identidade grupal, exterior e independente da dos indivíduos que fazem parte do grupo (MELUCCI, 1989; ALONSO, 2009).

Se, por um lado, há uma polissemia relacionada à questão, por outro, é possível identificar, em qualquer domínio ou prisma em que a questão seja considerada, que aquilo que designamos por identidade, invariavelmente, está associado a uma entidade (estrutura gerativa). Tal entidade pode se manifestar na realidade sob diferentes modos ou formas, tal como identificado por Fleetwood (2005), com determinados poderes ou



tendências que se mostram pela sua eficácia causal e que pode ser identificada espaço-temporalmente<sup>154</sup>.

Especificamente, no que tange às ciências humanas, a identidade é uma questão chave na teoria social. Diz respeito a elementos internos e externos do objeto referido, portanto, estabelece a ligação entre a realidade interna e externa de um objeto, entre a dimensão objetiva e subjetiva, revelando, assim, um processo interativo e relacional. A identidade é um fenômeno da realidade humana e social que traduz o fato de, no mundo real, os indivíduos agirem em conjunto, nas suas diferentes formas de manifestação e nos mais variados tipos de grupos sociais. Ela classifica, individualiza e visualiza o objeto/entidade definido e, ao mesmo tempo, o contrasta em relação a uma série de outros objetos/entidades.

A identidade social e coletiva foi tratada na literatura clássica da teoria social sob as rubricas da “solidariedade”, da “coesão social” e do “consenso”. Na literatura sociológica clássica, a questão subjacente que perpassa todo o espectro daquilo que designaríamos por identidade pauta-se em descobrir o processo de integração dos indivíduos isolados em uma unidade de nível (escala) superior, ou seja, em interrogar: o que mantém os indivíduos unidos, agindo de forma cooperativa uns com os outros, em torno de um elemento comum? Esta preocupação esteve e está presente em todas as tentativas de explicação da realidade social<sup>155</sup> e, portanto, qualquer relato com pretensão de explicar tal realidade deve ser capaz de dar conta desta questão.

A identidade na teoria social é observada, especialmente, no âmbito da ação coletiva. A ação coletiva pode ser entendida como uma forma de ação organizada, cujo grau de estruturação varia desde um nível menos estruturado, que diz respeito aos movimentos sociais, a um nível mais estruturado, que se refere às organizações formais.

---

<sup>154</sup> O princípio da incerteza, de Heisenberg, que trata da improbabilidade/impossibilidade de localização precisa de partículas subatômicas, bem como as teorias contemporâneas da física quântica, onde um dos tópicos de maior importância é a questão da identidade e da individualidade das entidades quânticas (ou, simplificada, os *quanta*), focalizam a discussão num nível da realidade no qual as teorias precedentes não conseguem explicar a continuidade *trans-temporal* das entidades, donde se leva à suposição de inaplicação dos princípios de individuação e, por extensão, de identidade, das entidades *quanta*. Segundo Krause e Becker (2006), não existem explicações satisfatórias, até o momento, sobre o funcionamento da realidade nesta escala. Há várias linhas de investigação, inclusive filosóficas, relacionadas a essas questões, que vão desde a busca por um princípio de ‘individuação’ para essas entidades – ou a indagação sobre o sentido de se poder sustentar se há um – até o questionamento das bases lógicas e matemáticas usualmente utilizadas para tratar de (entidades) *quanta* indiscerníveis. Eu adiciono que, talvez, a hipótese mais pertinente, dada uma leitura realista crítica da realidade, seja a investigação sobre a(s) possibilidade(s) de conversibilidade (e reconversibilidade) – e, portanto, emergência – de diferentes tipos de entidade em outros novos, bem como seus contextos e condições.

<sup>155</sup> Classe social e consciência de classe em Marx; tipos de solidariedade e autoridade e formas de organização social em Weber; representações coletivas e divisão do trabalho em Durkheim.

De todo modo, em ambos os casos, e em qualquer variação dentro desse espectro, para que qualquer ação coletiva aconteça, há, necessariamente, que se ter um padrão mínimo de organização e coordenação de esforços, cuja base reside na identificação simbólica dos membros entre si e com algo que lhes é maior e exterior a qualquer um deles, i.e., com uma ideia em torno da qual eles se afiliam, mas que não se reduz a nenhum dos indivíduos isoladamente.

No campo organizacional, Hatch e Shultz (2004) consideram que o estudo de identidade é importante por diversas razões, dentre as quais se destacam não só a capacidade de aprimoramento na interação social, por meio de criação de formas ou melhorias nas formas (canais) de interação social, mas também pela possibilidade de reconhecimento e emancipação social humana que a autoconsciência e a consciência do pertencimento a uma classe ou grupo social permitem, estabilizando, assim, o aspecto cognitivo da mente (individual) humana e ligando-a a uma consciência (ideia) extraindividual, superior e transcendente (ideologia ou cosmologia) que lhe assegura sentido e coerência, por mais fragmentária, errática e mutante que seja sua existência.

Nesse sentido, considerando o amplo contexto em que se insere a questão da identidade – bem como sua multiplicidade de análise e perspectivas, aliadas especificamente à questão da identidade (social) coletiva, isto é, à preocupação e à busca pelo entendimento de como é possível à integração simbólica e material de esforços de entidades conscientemente autônomas e isoladas –, neste capítulo o objetivo é apresentar e explicar o segundo momento do processo de estruturação da ação coletiva defendido nesta tese. Isto é, busca-se explicar como se dá a passagem de grupos interativos, baseados numa estrutura de interação quase autorregulada e fortemente dependente do espaço e dos objetos materialmente reais, à associação, como estado de estruturação da ação coletiva predominantemente fundamentado pela constituição de uma identificação simbólica entre os membros do grupo e a constituição de objetos e de uma realidade extraindividual idealmente real.

Especificamente, busca-se evidenciar que a identidade (social) é que emerge da configuração específica de um conjunto de componentes (entidades), atores sociais em interação num determinado espaço, como uma nova entidade (objeto) da realidade dotada de uma estrutura gerativa dotada de poderes causais próprios e que se manifesta também sob uma nova forma: a de entidade idealmente real.

Para isso, partimos da premissa de que há uma relação entre a dimensão espacial-material e a identitária-simbólica, em que cada uma dessas dimensões opera de

acordo com um tipo de manifestação de objetos na realidade e cada uma corresponde também a um nível ou estrato da realidade, que estão integrados pelo fenômeno daquilo que o realismo crítico entende por emergência. Além disso, estes diferentes estratos da realidade estão hierarquicamente integrados segundo critérios de necessidades e complexidade dos tipos de objetos/entidades que eles reúnem.

O argumento aqui defendido é o de que, o processo de identificação simbólica – colocado em marcha por meio do contato entre entidades distintas, fornecido pela situação de copresença<sup>156</sup> – é uma condição necessária, embora não suficiente, para a constituição destes novos objetos (entidades) que emergem em um novo nível e se manifestam em novas formas de realidade, isto é, para a emergência de atores coletivos (ou dos grupos sociais) efetivos, como uma entidade de ordem superior, autônoma e dotada de poderes causais. A identidade social, então, é uma estrutura gerativa própria que emerge como entidade própria a partir da emergência do nível social, por meio da forma da realidade ideal.

A identidade – inclusive a concepção de identidade relativa a objetos materiais – é uma ideia, um pensamento e, como tal, radica sua origem na dependência da realidade humana. Isso não impede que se tenha uma estrutura gerativa, dotada de poderes causais, àqueles objetos que possuem identidade, mas que a própria concepção de identidade em si só pode ser pensada a partir da realidade humana, não exclusivamente material. Dito de outro modo, a identidade, ou a capacidade de identificarmos seletiva e parcialmente e particularmente a delimitação e distinção dos objetos/entidades dentro da totalidade do universo, radica no domínio epistemológico (transitivo) da realidade, a partir do qual, via consciência e razão, podemos formular ideias e pensamentos sobre a própria totalidade (ou que tentam dar conta também, ainda que por aproximação e inferência, da dimensão intransitiva ou ontológica). Assim, a identidade é uma propriedade de objetos de existência idealmente real.

A contribuição que se espera alcançar com este capítulo é dupla: de um lado, a teorização de concepção de identidade situada e específica por meio de sua vinculação

---

<sup>156</sup> Esta é fundamentalmente uma situação estruturada pelos constrangimentos espaço-temporais e materiais dos objetos e que os seres humanos em uma posição de interdependência interativa, onde a simples os objetos no espaço, do próprio espaço e presença do outro nos geram impressões e afinidades/afastamentos, impelindo-nos a tomar uma posição (agir num dado contexto). Como o espaço constrange a todos os objetos corpóreos, incluindo os indivíduos, a uma situação de enquadramento, a simples presença e compartilhamento do espaço impede a indiferença. No caso das entidades da realidade social, i.e. dos seres humanos, a própria ausência de atitude implica a tomada de posicionamento, no caso complacente, à tendência constrangedora da situação.

com determinados níveis, objetos e formas de manifestação na realidade podem nos permitir um aprofundamento da questão com mais detalhe e precisão e, de outro, uma adequada teorização a respeito da identidade social coletiva nos ajuda a ampliar o entendimento acerca daquilo que tradicionalmente tem sido estudado na sociologia por solidariedade e coesão social. Esta questão – a saber: o que mantém os indivíduos unidos, agindo de forma cooperativa uns com os outros, em torno de um elemento comum? – esteve e está presente em todas as tentativas de explicação da realidade social e, portanto, qualquer relato com pretensão de explicar tal realidade deve ser capaz de dar conta desta questão.

Para lograr a argumentação proposta, efetuo, em primeiro lugar, uma revisão seletiva e não exaustiva acerca do tema identidade, desde a filosofia até a teoria social. Em seguida, recorro aos *modos* de realidade, de Fleetwood (2005), para apresentar a questão da identidade como um fenômeno idealmente real e, assim, balizar, de forma fundamentada no realismo crítico, as características e propriedades da “identidade”, bem como suas implicações para a estruturação dos coletivos no âmbito da realidade social. Uma vez identificadas tais características e princípios, bem como suas formas de emergência e sua necessária relação, em algum grau, com a realidade material (primária), cuja forma de manifestação se dá em associação à estrutura espacial, parte-se para a explicação das dinâmicas que justificam a seleção dos fatores e das causalidades propostos. Em seguida, evidencio o escopo de aplicação deste momento, sua ligação necessária com o momento seguinte (representação e delegação política), no âmbito da estruturação da ação coletiva, bem como as principais limitações e possíveis objeções encontradas, até o momento, em relação ao modelo. Por fim, sintetizo o capítulo resgatando o argumento central desenvolvido, bem como sua necessária consideração para uma teorização social efetiva, em geral, e para a elaboração de um modelo morfogenético e morfostático de ação coletiva organizada, em particular.

## **6.2 A Trajetória do Pensamento sobre as Questões da Identidade: de atributo à constituição emergente**

### *6.2.1 O Problema da Identidade na Filosofia*

### 6.2.1.1 A concepção dicotômica (antinômica) de identidade

Ésther (2007) considera que a palavra *identidade* é utilizada no cotidiano para responder à pergunta “Quem eu sou?” A resposta, segundo o autor, é a descrição de uma personagem cuja biografia aparece numa narrativa. Apesar de ser cotidiana e comumente utilizada, a noção de identidade tem uma raiz remota e longínqua. Alguns autores, como Caldas e Wood Jr. (1997), apontam que a questão da identidade tem as raízes fundadas no pensamento clássico, sendo um tema tão antigo quanto a própria lógica, a álgebra e a filosofia.

No âmbito da lógica, por exemplo, a questão de identidade seria, *per se*, um dos axiomas da matéria, uma vez que seria tomada como a igualdade entre duas expressões representadas pelo mesmo número (ou objeto). Ou seja, uma determinada entidade seria idêntica a si mesma sempre que, para qualquer “x”, o resultado fosse (constantemente) igual a “x”. De acordo com Caldas e Wood Jr. (1997), teria sido no campo da filosofia que tais ideias foram alvo de um impulso intelectual reflexivo, que estimulou a sua propagação e assimilação por diversas áreas e formas do conhecimento, tanto em seu uso pela cultura popular quanto na reflexão filosófica e intelectual dos séculos ulteriores.

Machado (2001), fazendo uma retrospectiva sobre as bases filosóficas do conceito de identidade, afirma que foi Parmênides de Eleia (540-450 a.C.) quem definiu o princípio da identidade, ao anunciar que *o que é é* e que uma coisa idêntica seria aquela em que *uma coisa é igual a si mesma*. Nesse sentido, a ideia de identidade funda-se no princípio tautológico, em que uma coisa só poderia ter existência e significado por si e em si mesma.

Isto sugere um radicalismo na autodefinição das entidades, das coisas e dos seres humanos. Ou seja, nessa acepção de identidade, os atributos de cada coisa, ou indivíduo, seriam tão exclusivos que só se poderia pensar neles a partir deles mesmos e, para além disso, estariam a falta (ou incapacidade) de percepção e a tomada de consciência das coisas.

Ainda segundo Machado (2001), o princípio da identidade, nesta concepção, estaria baseado nos atributos *unicidade, continuidade, imobilidade (estabilidade), infinitude, eternidade, homogeneidade* (no sentido de não variação) e *indivisibilidade*. Tais atributos, nessa configuração específica em que se encontram, é que seriam

responsáveis por conferir à identidade justamente essa característica tautológica e autodefinida.

Foi com o filósofo Heráclito de Éfeso (540/480 a.C.), maior opositor intelectual de Parmênides, que o princípio da identidade passaria a ser universalmente reconhecido e referenciado (CALDAS; WOOD JR., 1997). Heráclito (1980) acreditava que as constantes transformações da (e na) natureza eram justamente a sua característica mais fundamental. Sua concepção filosófica era a de que “tudo flui”, pois todas as coisas da natureza estavam em constante movimento. Seu principal argumento era o de que o mesmo homem não poderia atravessar o mesmo rio duas vezes, pois um e outro estariam mudados na segunda vez em que se encontrassem (HERÁCLITO, 1980).

Acreditando na percepção e nos sentidos do homem para se relacionar com a natureza e interpretá-la, Heráclito (1980) afirma que uma característica comum desta, e da interpretação do homem sobre ela, seria o fato de que, além do caráter contínuo da mudança, o mundo seria impregnado por constantes opostos. A partir dessa perspectiva relacional das coisas é que Heráclito (1980) considera que o homem só poderia perceber as coisas, em sua essência, pelo seu caráter dicotômico e relacional em relação a outras coisas do mundo.

Assim, em sua concepção, o atributo caracterizador daquilo que viria a se chamar de identidade (de uma entidade) seria o próprio caráter de permanente mutação, ou seja, uma tensão existente entre o *ser* e o movimento de *vir a ser*. Ao sustentar o axioma de que a essência das coisas consistiria na sua própria mudança e de que a base de tudo era a luta dos contrários, a partir da qual a sua síntese seria crucial para se interpretar a natureza e relacionar-se com ela, a sua concepção foi embrionária da filosofia dialética.

Em decorrência dessa posição se deu a ruptura com a premissa tautológica de autodefinição da identidade proposta por Parmênides. Em contraposição, Heráclito (1980) apontou como característica central da questão da identidade o seu caráter relacional e dialético, estabelecido pela sua diferença em relação às outras coisas. Assim, para Heráclito de Éfeso, a autodefinição passa a ter menos importância do que a diferença, pois é somente por meio desta que se poderia definir o que é uma coisa. A identidade de uma coisa não seria dada (apenas) por ela mesma, mas por sua diferença

em relação às outras coisas do mundo. Portanto, somente a partir da comparação<sup>157</sup> é que se poderia compreender determinada entidade (coisa ou indivíduo) em sua essência<sup>158</sup>.

Assim, a relevância e a atualidade dos primeiros pensadores é vista por Leão (1980) como a base de fundação do paradigma humanista, pois é por meio dos princípios da filosofia dialética de Heráclito que se funda o combate da identidade nas diferenças – por exemplo, de dia/noite, vida/morte, etc. – e o transporta para a expressão na forma de linguagem e que se pode pensar na compreensão da realidade no seu todo, em que cada parte dos opostos é importante e constitutiva desse todo. Assim, “o combate originário do mundo que instala todas as diferenças nas escalas de suas diferenças” não pode ser terminado ou dominado por nenhum dos polos opostos (LEÃO, 1980, p. 15), pois ambos são necessários para a constituição do todo maior<sup>159</sup>.

Foi na filosofia dos séculos XIX e XX que se discutiu, de modo aprofundado, a questão da identidade, seguindo essa mesma linha de análise. Heidegger (1979) afirma que o princípio da identidade é abstrato e só se manifesta na singularidade. Esta, por sua vez, poderia ser vista pelo homem (e suas particularidades) em sua relação/contraposição à coletividade (ou aos outros). Segundo este autor, o termo *identidade* vem do latim (*idem*) e do grego (*tò autó*) e significaria *o mesmo*. Mas, deve-se ressaltar que, diferentemente do tautologismo de Parmênides, o que se entende aqui por identidade não se pauta na igualdade lógica expressa pela fórmula  $A = A$ , mas pelo princípio de que *A é A*, ou seja, “cada A é ele mesmo o mesmo” ou “consigo mesmo é cada A ele mesmo o mesmo” (FRANCISCO, 2003).

A identidade seria um quadro de referência a partir do qual o ser humano se relacionaria com o real, ou seja, a síntese da expressão dialética entre a tensão da história individual inserida (no seu contraponto) na comunidade. Retomando a discussão inicialmente estabelecida nestes termos por Heráclito, Heidegger (1979)

---

<sup>157</sup> Leão (1980), ao referir-se a Heráclito, afirma que considerá-lo pré-socrático, como usualmente é feito (devido à ênfase cronológica), é um erro que deve se corrigir, pois a concepção do prefixo “pré” escamoteia uma perplexidade de pensamento. Sócrates e Platão fundam uma (de)cisão histórica, com base numa diferença metafísica em relação à escola jônica (liderada por Heráclito), fundando a filosofia ocidental. Trata-se de uma perplexidade de pensar a identidade como identidade, e não como igualdade – dificuldade de se encontrar a identidade no seio das diferenças.

<sup>158</sup> Acrescento a necessária importância de se considerar que Heráclito não diz que a identidade não seria dada **somente** por ela mesma, ou seja, não desconsidera a essência da coisa em si, mas acrescenta que essa essência só faz sentido (ou – *kantianamente* – só poderia ser percebida) se a virmos contra aquilo com o que contrasta.

<sup>159</sup> Entendido, na concepção de Heráclito (1980), como as forças da natureza.

considera que a identidade estaria na consciência do sujeito e que, para além disso, estaria o indeterminado, o incognoscível. A partir dessa tensão dialética fundada na relação entre determinado e indeterminado, entre conhecido e desconhecido, e entre compreendido e incompreensível é que surgiria a *diferença* entre o previsível e o imprevisível.

Assim, o jogo de tensões entre a identidade e a diferença manifestadas pela sua relação histórica e contextualmente localizada teria uma relação com as práticas sociais, como a memória e o hábito (tanto individual como social), a variabilidade e a estabilidade linguística e das próprias práticas sociais, os movimentos de continuidade e descontinuidade histórica e a noção de estabilidade e instabilidade do sujeito (FRANCISCO, 2003).

Nesse contexto, a linguagem, entendida como um comum-pertencer ou uma comum-unidade – isto é, *inserido no ser, aberto ao ser* –, estabelece uma relação de manifestação e correspondência plena com a questão da identidade (HEIDEGGER, 1979), tornando-se um elemento central e crucial na forma de apreensão e compreensão das identidades. A identidade seria a continuidade no tempo, a invariância, tempo que se repete como disposição estável do ente em relação a si mesmo, decorrente do comportamento ou hábito, da fidelidade às normas, às regras, às instituições. Esse jogo (mesmidade/semelhança e diferenciação) depende da narração, da narrativa histórica, que repõe a ética para o indivíduo e para a coletividade.

Contudo, a identidade como *mesmidade* e como possibilidade de mudança organiza-se na e pela diferença, o que inclui, fundamentalmente, o Outro, a partir de um jogo entre um mundo próprio, que se dá pela linguagem e narrativa que conta experiências, transmite, inventa e reinventa, inclusive a própria identidade, e um mundo do Outro, que representa o espaço de contraposição e tensão dialética entre aquilo que é o conhecido e o desconhecido, entre a identidade, *mesmidade* e a diferença.

A identidade seria um jogo discursivo, que se expressa como: a) forma de produzir a história que produz continuidades e descontinuidades, valorizando determinados pontos e silenciando outros; b) tipo de produção simbólica interpessoal ou mediática que auxilia e suporta a transmissão de determinadas ideologias que fundamentam, instituem e reproduzem aquele e c) as próprias representações sociais que remetem à forma pela qual os indivíduos comuns repetem, recriam e, ao mesmo tempo, utilizam os elementos circulantes nesse discurso, para efetuarem bricolagens e se autoreproduzirem ou autoproduzir as suas próprias identidades (FRANCISCO, 2003).



A identidade suportaria a sociabilidade de grupos que interferiria na própria possibilidade de constituição dos destinos desses grupos, pelo modo como estes pensam a si mesmos e relacionam-se com o mundo real (a natureza, o Outro e consigo mesmos) e dos valores éticos e morais que decorrem dessas relações (socioculturais, econômicas e políticas) estabelecidas por e entre eles. Desse modo, todos esses elementos conferem um modo de ver a si mesmo como idêntico e o Outro como diferente, mas uma diferença que é estabelecida/concebida em relação à reafirmação de si mesmo. Nesse sentido é que só se pode dizer que uma coisa é ela mesma quando ela é delimitada, ou seja, quando se estabelecem as fronteiras entre ela (a coisa observada) e as demais que com ela mantêm relações.

A partir dessas concepções teóricas desenvolvidas pela e na filosofia é que outros estudos no campo das ciências sociais e, em especial, no campo da psicologia começaram a ser desenvolvidos, tentando verificar como aqueles conceitos teleológicos poderiam ser utilizados e verificados na prática cotidiana dos atores sociais. No item seguinte, busca-se fazer uma breve retrospectiva das principais contribuições do estudo do conceito de identidade na psicologia e na sociologia, pois o desenvolvimento desses estudos é que permitiu sua transposição e aplicação no campo da sociologia organizacional.

### *6.2.2 A Questão da Identidade nas Ciências Sociais*

Com o desenvolvimento dos estudos de identidade na perspectiva da filosofia, o tema “identidade” foi espalhando-se para outros campos do saber, inicialmente nas áreas de humanidades, estando, hoje, virtualmente integrado à quase totalidade das áreas do conhecimento. Dentre essas diversas áreas que incorporaram a discussão da questão da identidade, inserem-se, com grande destaque, o campo da psicologia e o da psicanálise, em que a questão ganhou uma enorme dimensão, o que instigou e possibilitou um salto qualitativo no seu desenvolvimento, durante o século XX.

Machado e Kopittke (2002) e Machado (2003) mostram quatro perspectivas para a sistematização do estudo de identidades: a identidade pessoal, a social, a identidade no trabalho e a identidade organizacional. A primeira delas é a da identidade pessoal, em que a identidade é considerada como a construção do autoconceito ao longo da vida de um indivíduo, por meio de diversos relacionamentos sociais em diversas esferas. Ocorre

em todas as fases da vida, o que leva à conformação do *eu*, em direção ao processo de individuação.

A segunda concepção, a de identidade social, é entendida a partir da formação do autoconceito pela vinculação a grupos sociais, por meio da interação com esses diversos grupos. Ocorre permanentemente na vida do indivíduo, com a finalidade de orientar e legitimar a ação mediante o reconhecimento e a vinculação social.

Já a identidade *no* trabalho refere-se à construção do *eu* pela atividade que se realiza e pelas pessoas com as quais se tem contato, mediante a interação com a atividade e com as pessoas no trabalho, ocorrendo na juventude e na idade adulta, até a aposentadoria. Esta identidade contribui para a formação da identidade pessoal, atuando como fator motivacional.

Por último, a identidade organizacional corresponde à construção do conceito de identidade do grupo social, como se fosse uma entidade autônoma, um sujeito, que vincula e subordina os demais sujeitos participantes do grupo a essa identidade, fazendo-os aceitá-la, pelo menos implícita e tacitamente, ao vincularem-se à organização onde trabalham. Mediante a interação com a instituição (ou uma organização), ocorrendo a partir da juventude enquanto se estiver vinculado a alguma instituição, tem por finalidade incorporar as instituições no imaginário, de forma a orientar a ação nessas organizações.

Wood Júnior e Caldas (1995) consideram que o conceito de identidade, no âmbito da identidade pessoal, baseia-se na busca pelo descobrimento e conhecimento do próprio ser – do *self* –, o que remeteria a três ideias básicas (notadamente desenvolvidas no campo da filosofia): a ideia de (1) *permanência* – representada pela continuidade durante certo período de tempo; a ideia de (2) *singularidade* – expressa pelas particularidades de uma entidade em relação aos seus semelhantes e a ideia de (3) *unicidade* – manifestada pela integridade do próprio ser em si mesmo, na sua totalidade, mantendo-o coeso em relação ao seu exterior.

Em um estudo posterior, Caldas e Wood Jr. (1997), aprofundando sua retrospectiva teórica sobre os estudos de identidade, apontam para a necessidade de se estabelecer uma diferenciação de conceitos entre identidade, *self* e *ego*. Estes autores assumem que tomam, por vezes, o uso indistinto dos dois primeiros conceitos, embora reconheçam a diferença entre eles no que tange à ideia subjacente ao conceito de identidade.

Em sua visão, o conceito de identidade significaria *o mesmo* ou *uma e outra vez* (repetidamente), o que, em sua análise, sugeriria uma noção de atributo ou propriedade, enquanto a palavra *self*<sup>160</sup>, apesar de ter uma origem obscura, pareceria estar vinculada a um vocábulo indo-europeu ligado ao prenome *se-*, significando o “eu de cada um” (CALDAS; WOOD JR., 1997, p. 10). Desse modo, diferentemente do termo *identidade*, o *self* poderia representar a entidade que a incorpora (o conteúdo ou propriedade). Por fim, os autores abordam o conceito de *ego*, que seria o equivalente a *eu*, definido como a concepção que o indivíduo faz de si mesmo. Sua função seria garantir a estabilidade pessoal durante a vida social.

No campo das ciências sociais aplicadas, um dos autores que mais trabalharam e influenciaram o desenvolvimento do conceito de identidade foi Erik Erikson, um importante psicanalista na área de psicologia do desenvolvimento, que desenvolveu sobremaneira o conceito de identidade (CALDAS; WOOD JR., 1997; McKINNEY; FITZGERALD; STROMMEN, 1986).

Foi no campo da psicologia que a identidade ganhou forte impulso com os estudos de Erikson, para quem a identidade pessoal estaria ligada à noção de continuidade histórica, sendo entendida como “um *sentimento subjetivo* de uma *envigorante uniformidade e continuidade*” (ERIKSON, 1976, p. 17, grifo do autor).

Ou seja, nesta visão, a identidade seria um sentimento que emerge como um reconhecimento que se tem de si mesmo mais do que como uma busca de algo que se quer ser ou se tenta ser. Contudo, o autor não descarta a influência de aspectos sociais – do Outro e da comunidade – sobre a formação da identidade pessoal. Pelo contrário, ele a considera um processo complementar e extremamente importante, pois

não podemos separar o desenvolvimento pessoal e a transformação comunitária [...] [pois] os meros ‘papéis’, desempenhados intermutavelmente, as meras ‘aparências’ tímidas ou as meras ‘posturas’ enérgicas não têm possibilidade alguma de ser a coisa autêntica, embora possam ser aspectos dominantes daquilo a que hoje se dá o nome de ‘busca de identidade’ (ERIKSON, 1976, p. 22).

---

<sup>160</sup> O conceito de *self* também pode ser visto, às vezes, como equivalente ao de personalidade. Segundo a teoria interpessoal de Sullivan: “[...] sua premissa básica é que a personalidade consiste em “padrão relativamente duradouro de situações pessoais repetidas que caracterizam a vida humana” (SULLIVAN, 1953, p. 10). Por outras palavras, Sullivan considera que a personalidade consiste principalmente no comportamento interpessoal. Como o indivíduo não pode existir à margem de suas relações com outras pessoas, a definição do eu está vinculada a um conjunto de relações. Cada uma dessas relações recíprocas implicaria um Outro significativo. Também implicaria a autodefinição e compreensão da própria pessoa.

A concepção de Erikson (1976) sobre a noção de identidade está fundamentada nas proposições de dois pensadores importantes do século XX: Freud<sup>161</sup> e James.<sup>162</sup> Em relação ao primeiro, há um resgate de sua concepção de identidade pessoal e cultural no sentido daquilo que Freud teria denominado ‘forças emocionais obscuras’, que assegurariam ao indivíduo justamente a constituição de um elo entre si e a comunidade, tornando, ao mesmo tempo, uno, integral, indivisível e, também, parte de um todo maior, no qual se compartilham elementos comuns com Outros significativos para o reconhecimento e a construção social da sua identidade pessoal. Quanto à influência de James, Erikson (1976) extrai de sua concepção de identidade o *caráter* ou *atributo moral*, derivado da própria autoconsciência do indivíduo de si mesmo. Essas duas concepções ajudariam a compreender esse fenômeno universal, que é a questão da identidade.

Assim, observa-se que a identidade pessoal, derivada de uma autoconcepção e revestida e legitimada por um atributo moral, reflete a formação de um conceito de identidade que contempla o lado psicológico, já que tem origem “interna”, mas, ao mesmo tempo, um componente social, já que é legitimada pelos demais membros da sociedade como atributo moral.

Erikson (1976) reconhece que o processo de formação de identidade tem uma carga afetiva, nomeadamente expressa pelo processo de identificação, que se inicia na socialização primária, o que, por sua vez, implica o conteúdo do processo social (relacional) dessa interação e que vai sendo permeado e preenchido por outras interações sociais que cada indivíduo experimenta ao longo de sua vida, seja com outros indivíduos, seja com grupos sociais ou até com organizações e instituições.

Uma implicação dessa dimensão afetiva pode ser vista do ponto de vista psicológico, ao considerar as experiências em relação aos pais e às figuras de autoridade, e do ponto de vista sociológico, ao considerar a dimensão da interação social, sobretudo a da socialização secundária, pois se reconhece que, além do aspecto afetivo das figuras paternas, haveria também outras figuras (de autoridade) que

---

<sup>161</sup> Erikson (1976, p. 19) retira as ideias de identidade pessoal e cultural como sendo de uma base, uma unidade comum arraigada: “‘forças emocionais obscuras’ [...] [e] a ‘segura intimidade de uma construção mental comum’ [...] [que encerram] não apenas uma profunda comunidade somente conhecida daqueles que dela compartilham e que só é exprimível em palavras mais míticas do que conceptuais” (FREUD, 1926). Ver: FREUD, Sigmund. *Address to the society of B’nai B’rith* (1296), Standard Edition, 20:273, Londres: Hogarth Press, 1959.

<sup>162</sup> *The Letters of Eilliam James*, edição organizada por Henry James (seu filho), vol. I, Boston: The Atlantic Monthly Press, 1920.

influenciariam a formação de uma determinada identidade nos indivíduos. Esse fenômeno é denominado de “relações de transferência”, podendo ser definido como “[...] a projeção pelo indivíduo de um estado afetivo [...] o modo como age, reproduzindo uma atitude antiga em relação a uma figura importante de seu passado” (KETS DE VRIES; MILLER, 1996, p. 104). Sua relevância, na perspectiva da construção da identidade, reside no fato de que ela estabelece uma ponte com o ponto de vista sociológico, pois consegue explicar, até certo ponto, como funcionariam as relações de identificação do indivíduo em relação aos outros.

De forma correlata à afetividade, o reconhecimento da dimensão da alteridade, segundo o próprio autor, remete à questão das ideologias e sua influência na formação da identidade pessoal, pois a ideologia exerceria um papel fundamental ao fornecer uma garantia de estabilidade e segurança para os indivíduos, ao colocarem-nos em certa sintonia (ou semelhança com Outros importantes para o reconhecimento e legitimação pessoal), sendo, portanto, um aspecto indispensável à existência humana, pois “[...] sem uma simplificação ideológica do universo, o ego do adolescente não pode organizar a experiência de acordo com as suas capacidades específicas e o seu envolvimento em expansão” (ERIKSON, 1976, p. 26).

Desse modo, segundo essa corrente da psicologia, a identidade pode ser vista como um processo simultaneamente individual, social, dinâmico e contextual. Individual, porque reside no indivíduo enquanto portador dessa (auto)consciência que o faz identificar-se e reconhecer-se como uno e, ao mesmo tempo, diferente dos seus semelhantes; social, porque esse reconhecimento só pode ser atingido por meio de uma relação dialética baseada na oposição (comparação) com algum outro indivíduo ou grupo social (de referência); dinâmico, porque está sempre em mutação e evolução, permitindo uma ampliação constante e incorporação das opiniões de Outros (indivíduos) que lhe são significativos (para o autorreconhecimento e construção de sua própria identidade) e também porque é um processo que nunca está estabelecido (acabado em definitivo), em virtude de sua alteração segundo a influência do contexto sócio-histórico-cultural no qual ele está localizado e contextual, por constituir um pano de fundo que revela o jogo de uma história cultural que se reflete (nos períodos da) na história individual, por exemplo, no período da infância, que é diferente do da adolescência. Assim, há a necessidade de se considerar o contexto histórico, pois, nessa perspectiva, estão realmente vinculadas a uma espécie de formação de identidade dependente das condições culturais (de uma classe/contexto) e ideológicas.

Em síntese, a noção de identidade para esta corrente de estudos da psicologia é vista como um construto unificador (McKINNEY; FITZGERALD; STROMMEN, 1986), trabalhado por meio da oposição de extremos (opostos), o que implica uma postura dialética na sua apreensão, pois se revelaria em constante tensão entre extremos de comportamento, como rebelião *versus* conformidade e angústia *versus* indiferença. Segundo o próprio Erikson (1976), a identidade referir-se-ia à segurança acumulada de que a coerência e a continuidade interiores elaboradas no passado equivalem à continuidade do próprio significado para os demais. Nesse sentido, ela, necessariamente, envolveria um sentimento de “segurança” e estabilidade, no nível pessoal, o que permitiria a sua transposição para o nível social, manifestada pela coesão social em torno de determinadas referências, explícitas por meio das ideologias.

Ao contrário da psicologia, em que o foco da discussão sobre identidade está na autopercepção do indivíduo sobre o seu sentimento de continuidade histórica e de diferença em relação aos outros, na teoria social, a ênfase dos estudos sobre a identidade está no processo interativo das relações do indivíduo com outros indivíduos e grupos sociais, e no modo como essas interações irão contribuir para manter ou modificar a percepção que o indivíduo tem de si mesmo.

Nesse sentido, a forma como o indivíduo se percebe seria influenciada pela forma como os outros indivíduos e grupos sociais o percebem, atribuem-lhe significados e classificam-no em um universo social já estabelecido, levando-o, em última instância, a adequar-se em relação ao que os grupos sociais dos quais ele faz parte lhe impõem ou esperam dele.

Partindo de uma perspectiva construtivista<sup>163</sup>, Berger e Luckmann (2004) consideram que as teorias sobre identidade estão sempre inseridas em teorias mais amplas da realidade, por exemplo, as teorias psicológicas e sociológicas que interpretam os fenômenos da realidade subjetiva e intersubjetiva, respectivamente.

As teorias de identidade estão sempre encaixadas em uma interpretação mais geral da realidade. São “embutidas” no universo simbólico e suas legitimações teóricas, variando com o caráter destas últimas. A identidade permanece inteligível a não ser quando é localizada em um mundo. Qualquer teorização sobre identidade – e sobre os tipos específicos de identidade – tem, portanto, de fazer-se no quadro das interpretações teóricas em que são localizadas (BERGER; LUCKMANN, 2004, p. 230).

---

<sup>163</sup> Ésther (2007) considera que Berger e Luckmann (2004) adotam uma perspectiva interacionista baseada em George H. Mead, ao defenderem que a identidade seria um elemento-chave da realidade subjetiva e formada por processos sociais, mantendo, portanto, uma relação dialética com a realidade objetiva.

Para esses autores, a psicologia pressupõe sempre a cosmologia, pois aquela depende da definição de realidade do indivíduo, que se encontra inserido num universo social mais amplo. Assim, o estado psicológico é relativo às definições sociais de realidade em geral, sendo ele próprio socialmente definido. A emergência das psicologias introduz uma nova relação dialética entre identidade e sociedade: a relação entre teoria psicológica e os elementos da realidade subjetiva que pretende definir e explicar. Por isso, “o grau de identificação variará com as condições da interiorização [...] dependendo, por exemplo, de realizar-se na socialização primária ou na secundária” (BERGER; LUCKMANN, 2004, p. 235). Assim, seguindo uma concepção dialética, as transformações radicais na estrutura social podem resultar em alterações na estrutura psicológica. Uma psicologia substitui outra quando a identidade aparece como um problema qualquer. As teorias sobre identidade deverão se adequar à nova realidade, sofrendo reformulações no sentido de adequar-se a ela e explicá-la.

No campo da antropologia, Hall (2005) destaca a evolução do conceito de identidade consoante à evolução da própria sociedade, distinguindo três tipos de concepções sobre identidade: a) identidade do sujeito no Iluminismo; b) identidade do sujeito sociológico e c) identidade do sujeito pós-moderno. Segundo Hall (2005), a identidade do sujeito no Iluminismo seria aquela em que predominaria a concepção de um sujeito uno, centrado, com características rígidas e inflexíveis. Já a identidade do sujeito sociológico seria aquela marcada pela consciência de que aquele núcleo interior do sujeito do Iluminismo não era autônomo nem autossuficiente, sendo a sua formação baseada na relação com os outros. Nessa segunda concepção, o sujeito ainda tem uma essência, ou núcleo, interior formado com base na interação com os outros. Por fim, a concepção de identidade do sujeito pós-moderno seria aquela em que

[...] as identidades que compunham as paisagens ‘lá fora’ e que asseguravam nossa conformidade subjetiva com as ‘necessidades’ objetivas da cultura, estão entrando em colapso, como resultado de mudanças estruturais e institucionais. O próprio processo de identificação, através do qual nos projetamos em nossas identidades culturais, tornou-se mais provisório, variável e problemático. (HALL, 2005, p. 12).

Assim, a identidade preencheria o espaço entre o interior e o exterior:

O fato de que projetamos a ‘nós’ próprios nessas identidades culturais, ao mesmo tempo que internalizamos seus significados e valores, tornando-os ‘parte de nós’, contribui para alinhar nossos sentimentos subjetivos com os lugares objetivos que ocupamos no mundo social e cultural. A identidade, então, costura [...] o sujeito à estrutura. Estabiliza tanto os sujeitos quanto os mundos culturais que eles habitam, tornando ambos reciprocamente mais unificados e predizíveis (HALL, 2005, p. 11-12).

É importante salientar aqui que este autor assume uma posição epistemológica de uma identidade móvel, flexível e histórica. Esta concepção contrapõe-se àquela do sujeito do Iluminismo, em que a identidade não pode ser plenamente unificada, completa, segura e coerente, considerando-a como uma fantasia. Essa identidade unificada, ou coerente, desde o nascimento, decorre do fato de o sujeito construir uma cômoda história sobre si mesmo ou uma confortadora e estável narrativa do eu, que possibilitasse uma construção da interpretação segura de si mesmo (HALL, 2005).

Ainda na sociologia, a identidade tem sido vista como um processo eminentemente relacional, em que o papel dos Outros na construção da identidade social é o foco central de análise. Aqui, a base para a construção da identidade é o processo de socialização dos indivíduos em relação aos diferentes grupos com os quais experimentam relações ao longo de sua vida. O foco está no modo como o indivíduo incorpora os elementos, os valores e as classificações propostas pelo grupo social e na forma como esse mesmo indivíduo responde a esse grupo social, por meio da expressão de seus posicionamentos individuais (BERGER; LUCKMANN, 2004).

Para Bauman (2005), a noção de identidade constrói uma interpretação em que tal identidade seria vista como uma invenção social da classe que tem o poder, relacionada com um determinado espaço físico e simbólico, como uma noção de pertencimento a um lugar, estabelecida ou imposta por algum grupo a alguém. Essa noção, segundo ele, estreitamente relacionada à dimensão espacial, seria fruto de um determinado contexto sócio-histórico-cultural, o qual estaria nomeadamente associado à con-formação dos Estados Nacionais.

Nessa perspectiva, a identidade individual e a social seriam um processo de construção social tão naturalizado e incorporado por um dado grupo social como se fosse quase que biologicamente determinado, assim como a identidade étnica. No entanto, o que Bauman (2005) quer trazer à tona com a sua especulação é o fato de que tal naturalização esconde por trás de si, de fato, a determinação do conjunto de interesses de um dado grupo social. Ou seja, a sua naturalização camufla uma dada



construção social que traz em si a defesa de determinados interesses estabelecidos por um grupo. Um exemplo disso é o sentimento de identidade social de um povo (tomada no sentido de pertencimento) e sua vinculação a um dado espaço físico e simbólico que teria sido de fundamental importância para a formação dos Estados Nacionais, pois representava a defesa dos interesses de um grupo social específico na tentativa de consolidação, manutenção e, eventualmente, extensão das fronteiras de um determinado território (BAUMAN, 2005).

Sua manifestação e afirmação estariam estreitamente vinculadas à dimensão espacial, no sentido de que seria por meio desta que ela encontraria os elementos (artefatos) físicos e simbólicos para assegurar a sua expressão. Além disso, cada espaço teria uma função simbólica de ancoragem dos indivíduos no mundo social, provendo uma noção de pertencimento que lhes asseguraria uma espécie de segurança e atribuição de sentido para as suas vidas, fornecendo segurança e coesão social (ao vincular aqueles indivíduos a um determinado conjunto de Outros indivíduos significativos pertencentes ao mesmo espaço social).

Berger e Luckmann (2004, p. 228 – *italicos no original*) explicam o processo de construção social que se refere à identidade, evidenciando que ela é formada por processos sociais.

Uma vez cristalizada, é mantida, modificada ou mesmo remodelada pelas relações sociais. Os processos sociais implicados na formação e conservação da identidade são determinados pela estrutura social. Inversamente, as identidades produzidas pela interação do organismo, da consciência individual e da estrutura social reagem sobre a estrutura social dada, mantendo-a, modificando-a ou mesmo remodelando-a. As sociedades têm histórias no curso das quais emergem particulares identidades. Estas histórias, porém, são feitas por homens com identidades específicas. Se tivermos em mente esta dialética podemos evitar a noção equivocada de “identidades coletivas”, sem precisar recorrer à unicidade, *sub specie aeternitatis*, da existência individual.

Dessa forma, a identidade ancora-se numa perspectiva relacional e comparativa, na qual as pessoas tenderiam a se classificar e a classificar os outros de acordo com várias categorias e papéis sociais já criados pelo grupo social (por exemplo, “bonzinho”; “vilão”, “mundano”). As identidades sociais seriam formadas também por direitos normativos, obrigações e sanções, que acabam por constituir esses papéis ao serem assumidos. Assim, a identidade social é mais do que a concepção individual de si

mesmo, pois esta depende do reconhecimento e da legitimação dos outros que compõem a realidade social do sujeito (BERGER; LUCKMANN, 2004).

A partir das contribuições dos estudos da psicologia e da sociologia, podem-se identificar dois processos complementares de construção de identidade: de um lado, as correntes da psicologia contribuem com a noção de identificação, como um processo eminentemente subjetivo, que se origina do sujeito em relação ao Outro (ou Outros) que lhe são significativos (ERIKSON, 1976) e, de outro, as diferentes correntes das ciências sociais identificam a existência de um processo denominado “socialização”, que faria justamente o caminho inverso da identificação. Ou seja, ele seria constituído pela transmissão de determinados tipos de comportamentos, valores e normas socialmente aceitas e tidas como corretas por um determinado grupo social para um indivíduo ou um grupo (BERGER; LUCKMANN, 2004).

O processo de socialização torna-se uma das mais importantes categorias para a análise e a compreensão da formação e da (re)construção de identidade. A formação de identidades, nesse aspecto, seria um problema crítico e de gerações, no qual a socialização permitiria a transmissão de vivências de mundos/legitimação de uma geração para a outra e entre pessoas de uma mesma geração. Para os autores, haveria certa “responsabilidade” da geração mais “velha”, que consistiria em fornecer ideais poderosos e convincentes para atender à formação de identidade da geração seguinte. Nesse sentido, os ideais fortes e poderosos poderiam ser vistos como determinadas ideologias, ou formas de se ver e relacionar com o mundo, que deveriam ser transmitidas por meio da socialização. Esta teria como função primordial a execução dessa transposição de valores/ideais.

Desse modo, ao considerar os processos de identificação e de socialização como mecanismos privilegiados de compreensão do processo de construção de identidade, pode-se inferir que diversas são as possibilidades e situações em que eles ocorrem, por exemplo, no universo do trabalho, o que inclui o relacionamento com outros indivíduos ou grupos sociais e, também, as organizações. Ao abordar a questão da identidade e sua relação com o trabalho, Erikson (1976, p. 30) ressalta que alguns indivíduos teriam, em todo o contexto histórico, independente do seu desenvolvimento tecnológico, a capacidade e a habilidade de combinar as “[...] técnicas dominantes com o desenvolvimento da sua identidade – e *tornar-se* aquilo que *fazem* [...] [para isso] eles podem firmar-se naquela *consolidação cultural* que lhes assegura a verificação conjunta

e a salvação transitória [...] que consiste em fazer as coisas em comum [...]”. É nesse sentido que se ressalta o estreito elo entre a construção de identidades e as ideologias.

Porém, para considerar esses processos, deve-se compreender como e em que contexto eles são formados. Dessa forma, é preciso compreender o processo de institucionalização da realidade, a fim de entender como a identidade pode ser construída, sobretudo no contexto específico da organização ou de uma instituição, que será o foco desse estudo.

### 6.2.3 A Identidade no Campo Organizacional

Na área dos estudos organizacionais, o estudo sobre a identidade passou a conquistar espaço a partir do artigo seminal de Albert e Whetten (1985), o qual transportou as principais formulações de Erikson (1976) - e de outros estudiosos da psicologia a respeito do conceito de identidade - para o nível organizacional de análise, estabelecendo três critérios clássicos para a sua observação: a) *centralidade*, o que é a essência da organização; b) a *distintividade*, o que a diferencia das demais de um mesmo grupo ou com características semelhantes e c) a *continuidade temporal*, que se referiria à manutenção e à estabilidade de determinadas características ao longo do tempo.

Almeida (2005) pondera que alguns estudos isolados e baseados em perspectivas diversas sobre identidade, imagem e reputação organizacional já vinham sendo desenvolvidos desde a década de 1950, com os estudos clássicos de Boulding (1956) e Martineau (1958). Mas, segundo Almeida e Bertucci (2007), foi somente a partir da década de 1990 que esses estudos ganharam ênfase, o que sugere a relevância do trabalho de Albert e Whetten (1985) para o desenvolvimento de estudos sobre o tema. Nesta época, a questão foi abordada, sobretudo, por meio de temas como valor da marca, na área de marketing, imagem institucional e responsabilidade corporativa, na área de sociologia e estratégias de comunicação, na área de comunicação.

Na busca de um modelo analítico do conceito de identidade e de seus processos de mudança, no âmbito da teorização sobre as organizações, Wood Júnior e Caldas (1995) estabelecem um quadro analógico entre identidade individual e identidade organizacional. Para esses autores, haveria diversos níveis possíveis de definição de identidade e suas possíveis correspondências em âmbito tanto do objeto focal como das

dimensões de análise. Além disso, o conceito variaria de acordo com o “objeto focal” analisado, ou seja, de acordo com o nível de análise – individual, grupal, organizacional, social, etc. –, além de variar conforme sua dimensão conceitual, isto é, como ele se apresenta, internamente – por exemplo, um indivíduo se define, com base no que ele acha que é – e externamente – ou seja, quando ele é definido pelos outros ou com base no que os outros pensam dele.

Em um estudo subsequente, Caldas e Wood Júnior (1997), após uma ampla revisão dos estudos acerca do tema “identidade”, realizaram uma classificação, apontando o que eles identificaram como seis grandes diferentes escolas:

- 1<sup>a</sup>) estudos pioneiros em identidade individual, de Erikson, de origem psicanalítica, em que a identidade é entendida, basicamente, como *self* e como identidade individual expressa (comportamento). A ênfase derivada daqui é a da escola behaviorista;
- 2<sup>a</sup>) estudos em psicologia social, que se referem à identidade como autoconceito (*self-concept*) ou relacionam identidade individual e identidade grupal por meio do conceito de identificação. A identidade é vista como um fenômeno social que deriva dos significados que os indivíduos atribuem à sua interação com múltiplos grupos sociais durante as suas vidas, sendo a identificação a ponte que permite a ligação entre o indivíduo e o grupo social e, conseqüentemente, à formação de uma identidade;
- 3<sup>a</sup>) estudos derivados da identidade individual, de Erikson, mas que incorporam algumas noções de desenvolvimento da psicologia social sobre o tema. A base desta linha de estudos é o trabalho de Albert e Whetten (1985). O que caracteriza esta corrente é seu enfoque mais no campo organizacional. Também a identidade é entendida, basicamente, como *self* e como identidade individual expressa (comportamento), só que da organização;
- 4<sup>a</sup>) estudos do final dos anos de 1980 e início dos anos de 1990, derivados dos conceitos de psicologia social. Eles têm uma ligação com o segundo grupo. A ideia básica é sobre como a organização percebe a si mesma. Desenvolvem estudos sobre a relação entre identificação organizacional e autoconceito individual, bem como sobre a imagem do grupo com a identificação do indivíduo no grupo;
- 5<sup>a</sup>) estudos sobre identidade organizacional como imagem corporativa, oriundos da instrumentalização da análise da identidade como uma perspectiva

externa à organização manipulável, por parte da alta administração. Estes estudos focariam essencialmente a noção de reputação;

- 6<sup>a</sup>) estudos sobre identidade em nível macro, influenciadas por ideias pós-modernistas e pelo questionamento da existência de um *self* humano.

Essa análise mostra um mapeamento das diversas correntes de estudos sobre o tema “Identidade”, em diferentes perspectivas. Dentre essas perspectivas, Caldas e Wood Júnior (1997) ressaltam a divisão: a) estudos que apontam para uma visualização do **objeto focal da identidade** do individual para o coletivo e b) estudos que apontam para um deslocamento da **unidade de observação**, do ponto de vista interno para o ponto de vista externo. Os autores ainda alertam para as limitações do agrupamento proposto por eles no que tange: à exclusão na noção *jungniana* das análises de identidade, às possíveis generalizações e omissões de diferenças internas a cada agrupamento e ao pressuposto do entendimento de identidade como algo central, distintivo e duradouro.

Na seara dos estudos mais funcionalistas, Van Riel (2003) afirma que existem quatro tipos de identidade organizacional: a) *identidade percebida*, que focaliza atributos vistos pelos próprios membros da organização como típicos, ou seja, reconhecidos como seus elementos centrais; b) *identidade projetada*, que seria a própria “autoapresentação” da organização, ou seja, como ela se define e se expressa para os outros, tanto interna quanto externamente; c) *identidade desejada*, que compreende o ponto ou estágio idealizado pela alta cúpula da organização e a d) *identidade aplicada*, aquela dada efetivamente pelos sinais emitidos pela atuação da organização no ambiente em que está inserida. Ainda segundo o autor, esses tipos podem coexistir. É importante observar que essa classificação pode ser vista como enquadrada nos grupos 3 e 5 do estudo de Caldas e Wood Jr. (1997), por se referir à identidade organizacional do ponto de vista de sua autopercepção e da identidade definida externamente (ou seja, como imagem da organização) e, nesse sentido, com um viés mais instrumental do termo.

Almeida (2005) explicita que os estudos sobre identidade podem ser classificados, basicamente, em duas grandes correntes: a) os estudos sobre identidade corporativa, que focam essencialmente os processos de comunicação formal e a manipulação de símbolos por parte da alta administração, visando à construção de uma dada identidade holográfica (ALBERT; WHETTEN, 1985) e b) os estudos sobre identidade organizacional que focam, essencialmente, as crenças e os valores

compartilhados pelos diversos membros da organização, privilegiando a comunicação interpessoal, informal e diagonal entre os diferentes níveis da organização, buscando, em última instância, responder à questão: “Quem somos, como organização?” (ALBERT; WHETTEN, 1985). Nesse sentido,

[...] a identidade corporativa é mais articulada e planejada do que a identidade organizacional, que se relaciona mais à percepção e à forma como os grupos reagem a determinadas situações dentro das organizações (ALMEIDA; BERTUCCI, 2007, p. 3).

Em recente estudo sobre o tema, Wood Jr. e Caldas (2006a) apontam que, depois de transcorridas mais de duas décadas do estudo seminal de Albert e Whetten (1985), muitas linhas de pesquisa foram desenvolvidas, em diversos níveis de análise, passando do estudo da identidade numa perspectiva de ‘identidade de’ para uma perspectiva de ‘identidade dentro’ e de ‘identidade em torno’ das organizações, ultrapassando os limites da clássica definição original.

Com o argumento de que a diversidade na academia, apesar de ser positiva, pode gerar confusão e perda de sentido dos termos quando não mapeada e organizada, e de que as poucas tipologias existentes tendem a encarar o fenômeno de modo parcial e algumas poucas variáveis, Wood Jr. e Caldas (2006a) propõem um mapeamento das diversas definições e correntes existentes para a construção de uma estrutura conceitual composta dos cinco principais elementos constituintes das diversas definições e perspectivas de estudo do termo *identidade*.

Assim, esses autores propõem um modelo de análise de identidade baseado em cinco dimensões (*five ring framework of identity*), fornecendo uma visão panorâmica e sintética daquilo que eles consideram como as cinco principais dimensões de análise do tema identidade nas organizações:

1ª dimensão: *nível de análise ou objeto focal* (WOOD JR.; CALDAS, 1995) – responsável por distinguir a possibilidade de se focar distintos objetos, por exemplo, indivíduos, grupos, organizações, redes de organizações e sociedades. Há que se ressaltar que esta dimensão deve ser vista como um *continuum*, em que há possíveis sobreposições entre os diferentes objetos focais. Como exemplo, pode-se mencionar que a identidade individual é comumente definida com base no conceito de *ego*, enquanto, no nível sociopsicológico, a identidade é vista como um atributo sociocognitivo e um

fenômeno social de identificação e socialização;

- 2<sup>a</sup> dimensão: *unidade de observação* – aqui se distinguem as perspectivas mais elementares, a partir das quais a identidade pode ser analisada, enfim, formas mais elementares nas quais a identidade de um dado nível pode ser conceitualizada. Ou seja, a questão central é: *por quem ou de que forma a identidade está sendo analisada?* Nesse sentido, haveria várias formas de estudar a identidade, podendo compreendê-la como uma capacidade inata tanto do indivíduo quanto da organização (dependeria da definição da dimensão anterior), passando pelo entendimento da identidade como internamente definida (ou seja, autopercebida), até se chegar a sua definição como externamente observada. Nesse caso, a identidade seria vista via imagem corporativa, que é uma dimensão mais instrumental de análise, um guarda-chuva para o entendimento de como gerenciar a imagem externa e de como essa imagem afeta a organização;
- 3<sup>a</sup> dimensão: *critério de centralidade* – aqui se discute a concepção de identidade como uma extensão em um *continuum* entre dois polos: de um lado, a centralidade e, de outro, as múltiplas identidades. Inicialmente, a definição de Albert e Whetten (1985) – derivada de Erikson (1976) – considerava que a centralidade corresponderia à essência da organização; diante das diversas contribuições de estudos posteriores, dentre as quais se destacam as da corrente sociopsicológica, reconheceu-se a noção de múltiplas identidades, a qual prega que a organização pode ter não uma, mas várias identidades, de acordo com a sua relação de significado com os outros. Deriva de uma perspectiva dinâmica de identidade, segundo a qual o caráter mais saliente é o processo de negociação da identidade. Para esta perspectiva, há a mudança da autodefinição da identidade de acordo com o contexto, e as pessoas procuram, com elas mesmas e com os outros, significados para reforçar um padrão de identidades que são apropriadas a um dado contexto;
- 4<sup>a</sup> dimensão: *critério de distintividade* – esta característica, *a priori*, define a diferença de uma organização em relação às outras. Há uma inadequação deste critério clássico para os dias atuais, pois a emergência de formas virtuais vem fazendo com que as fronteiras venham se tornando cada vez mais permeáveis e fluidas. Recentes pesquisas têm focado a questão da

indistintividade das organizações em dado ambiente, derivado das multiplicidades do ambiente (imposição), como, por exemplo, as organizações informais que comercializam produtos de baixo valor agregado e que se concentram nos chamados “conglomerados produtivos” (SOARES, 2006;

5ª dimensão: *continuidade temporal* – pode-se imaginar esta questão também como um *continuum*. De um lado, pode-se observar o entendimento deste critério como uma capacidade da identidade de resistência à erosão ao longo do tempo. De outro lado, surge o conceito de identidade como um processo fluido, como destaca Bauman (2005). Um exemplo é a análise de Hall (2005) sobre o descentramento da identidade do sujeito moderno, que vem se tornando cada vez mais fluido, dinâmico, segundo o aumento da velocidade do tempo de giro da esfera da produção e do consumo (HARVEY, 2000), mediado pela linguagem.

Enquanto as duas primeiras dimensões são ontológicas, as três últimas referem-se a dimensões conceituais. Estas fazem uma distinção entre as diferentes perspectivas de base teórica sobre o construto *identidade*. Segundo Wood Jr. e Caldas (2006a), em seu conjunto, as cinco dimensões fornecem um quadro conceitual mais rico e amplo sobre as abordagens existentes, permitindo aos pesquisadores localizarem-se e, ao mesmo tempo, combinarem as diferentes dimensões, a fim de produzirem novas propostas de pesquisa e, com isso, desenvolverem o campo.



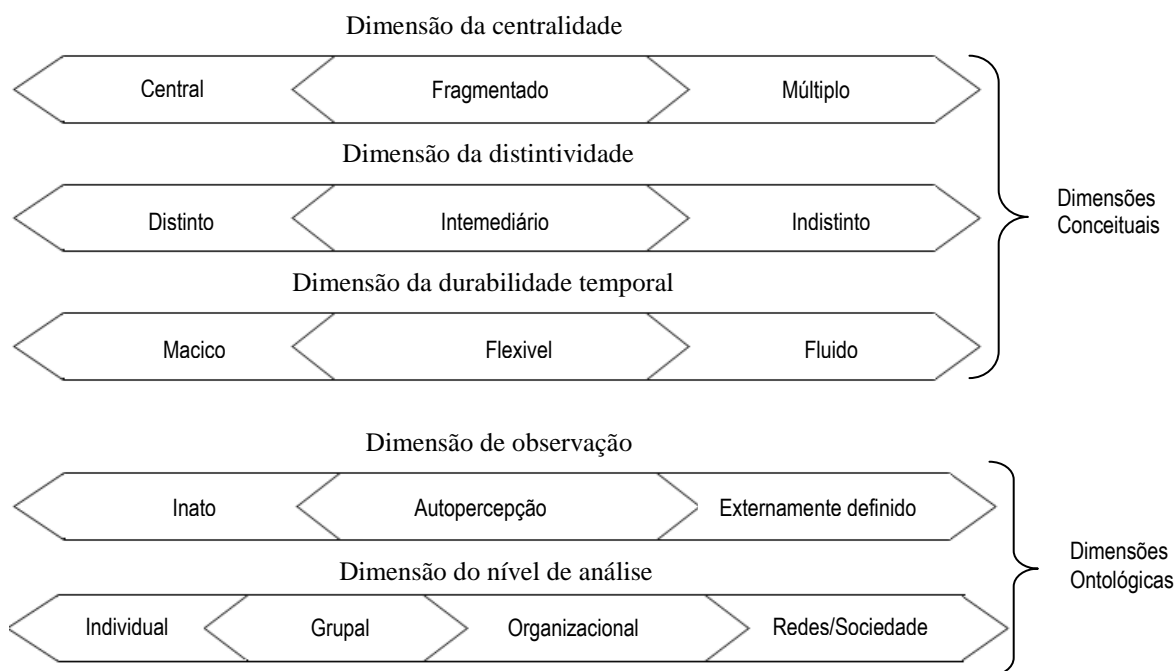


Figura 03: As cinco dimensões de análise da identidade  
 Fonte: adaptado de Wood Jr. e Caldas (2006a, p. 36).

Wood Jr. e Caldas (2006a) defendem que se algum pesquisador alinhasse as dimensões a) o nível organizacional de análise, b) a definição interna de identidade, c) a alta centralidade (ao invés da multiplicidade), d) a alta diferenciação e e) a alta capacidade de resistência ao longo do tempo (continuidade temporal), ele encontraria o clássico modelo de Albert e Whetten (1985). Mas, da mesma forma, outras possibilidades de combinação podem orientar a condução de outros estudos. Por exemplo, a escolha do a) nível interorganizacional, aliada a b) dimensão de múltiplos pontos de vista, c) alta multiplicidade de identidade, d) indistintividade (ou seja, limites confusos e superpostos) e e) a baixa continuidade temporal, levaria a uma situação de análise de conglomerados de organizações indiferenciadas em seu ambiente e em constante mudança na tentativa de se adequar ao ambiente organizacional.

Apesar da contribuição pretendida pelo mapeamento de Wood Jr. e Caldas (2006a), de gerar organização do arcabouço teórico já existente, permitindo aos pesquisadores localizarem-se com maior precisão e observarem as diversas correntes e concepções existentes, bem como os *gaps* e as brechas para futuros estudos, seu estudo – assim como ocorre com outros estudos abrangentes e classificações, cf. Hatch e Schultz (2004) – pode reduzir ou apagar as diferentes perspectivas internas, camuflando

seus nuances e distinções, como os próprios autores reconhecem. Pimentel e Carrieri (2011) exemplificam isso por meio da não diferenciação por parte dos autores dos termos *fragmentado* e *múltiplo*, por exemplo, no que se refere à dimensão *centralidade*.

Além disso, outras críticas têm se seguido ao modelo, como: a) a identificação precisa das fronteiras entre esses vários modos de apreensão de cada uma das dimensões, b) a natureza de cada grupo de autores e suas perspectivas teóricas, c) o não questionamento das assunções básicas a partir das quais se constrói o conceito de identidade e d) a não inclusão de categorias novas.

Com relação, especificamente, a esta última questão, o desenvolvimento do campo a partir de sua ampliação via novas categorias, Pimentel (2008; 2009) e Pimentel e Carrieri (2011) forneceram um *insight* inicial a partir da proposição da incorporação da dimensão espacial na análise do tema. Argumentando uma debilidade dos estudos nas ciências sociais, em geral, e no campo organizacional, em particular, devido à dissociação da dimensão espacial em relação à temporal, em que esta última teria adquirido um tratamento especial, ao passo que aquela teria sido frequentemente negligenciada ou omitida<sup>164</sup>, os autores propuseram a sua consideração para o relato de constituição da identidade (organizacional), a partir da consideração de estudos que embasam a existência dessa relação entre espaço e identidade, em diferentes áreas do saber<sup>165</sup>.

Argumentando que ficou de fora a dimensão espacial, Pimentel (2008) propôs a inclusão da dimensão espacial, sem desprezar aquelas já existentes. Nesta proposta, a categoria espacialidade aparece como um construto teórico que aglutina objetos e sistemas de ação – seguindo a definição de Santos (1979) sobre os mesmos -, que, por sua vez, se expressam por meio a) da forma como o espaço é organizado ou como as coisas e objetos estão dispostos nele, b) de como as coisas, objetos e entidades, circulam neste espaço, c) das práticas e das ações humanas de uso, apropriação e demarcação

---

<sup>164</sup> Um exemplo disso pode ser observado em Pimentel (2008), que identificou a forma “tímida” como a questão tem se colocado nos principais fóruns de debate acadêmico do país. O autor evidenciou, via análise dos trabalhos sobre o tema nos anais do Enanpad, que, de 1997 a 2004, 134 artigos continham alguma das expressões: *espaço*, *espaço social*, *espaço organizacional*, *espaço das organizações*, *espaço nas organizações* e *espaço simbólico*, e em nenhum havia o termo *espaço físico e simbólico*. Contudo, desse montante, apenas 29 trabalhos abordam, efetivamente, o tema em alguma parte de seu conteúdo, de maneira direta ou indireta. E, destes, apenas 5 discutiam, de fato, especificamente, a questão espacial do ponto de vista teórico, a fim de acrescentar, rever ou propor novas formas de teorização sobre o assunto. Nenhum destes trabalhos relaciona o “espaço” à questão da “identidade”.

<sup>165</sup> Na geografia, cf. Lefebvre (1999); Santos (1997); Harvey (2000); na antropologia, cf. Diop (1992); na sociologia, cf. Bourdieu (2002), etc.

desse espaço e, por fim, d) das percepções subjetivas, afetivas e simbólicas atribuídas ou ligadas a esse espaço (conforme demonstrado na Figura 04).

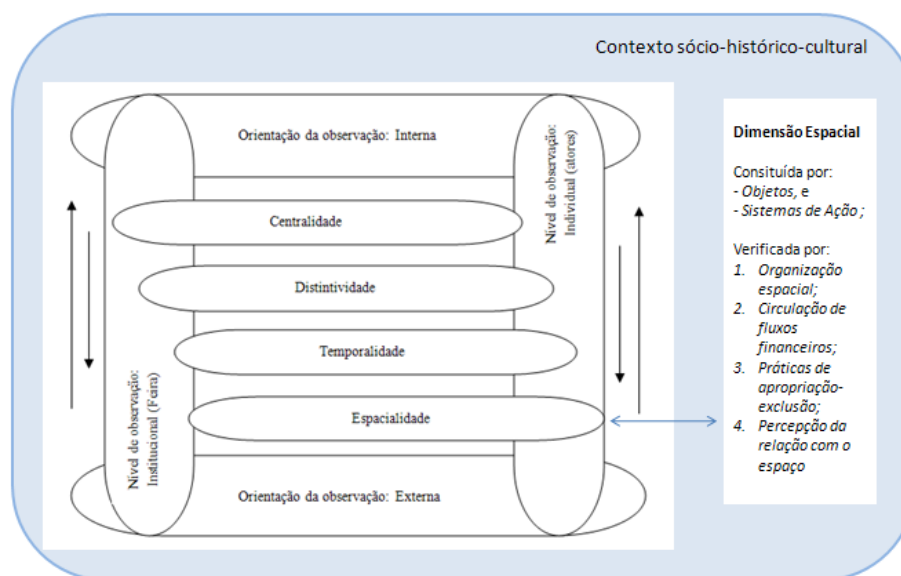


Figura 04 - Esquema teórico de análise de identidade, incorporando a dimensão do espaço.  
Fonte: Pimentel (2008, p.91).

Assim, a espacialidade seria mais uma dimensão conceitual e analítica do conceito de identidade organizacional (ou no processo organizativo) que, por sua vez, poderia ser redefinido da seguinte forma:

- “a) é aquilo que é central – que representa a finalidade essencial do grupo social, a sua razão de existir;
- b) distintivo – isto é, que permite ao grupo social (ou organizacional) se distinguir dos outros grupos que lhes são semelhantes (em parte, devido à sua característica central);
- c) temporal – que se refere ao fato de ter uma relativa estabilidade temporal, a ponto de fornecer uma coerência histórica ao grupo; e
- d) espacial – que diz respeito à configuração da dinâmica de manifestação física e concreta pela qual essa identidade se expressaria, seja pela sua manipulação do espaço físico, por meio de estratégias de apropriação e territorialidade, seja pela sua manifestação simbólica (mas que, em última instância, contribuiria para ordenar a ordem material), que se dá pela percepção do espaço e pelas formas de interação e veiculação de ideias e imagens sobre este.” (PIMENTEL, 2008, p. 235-236; PIMENTEL; CARRIERI, 2011, p.18).

Antes, era possível ver o papel que a análise diacrônica – aquela em que se fixa o parâmetro analítico no desenrolar do tempo – ocupava, como sendo a mais utilizada em detrimento da sincrônica. Esta visa à análise do fenômeno em sua simultaneidade,

isto é, num mesmo corte temporal. Ao se propor o resgate da dimensão espacial, é reestabelecida também a análise sincrônica e diacrônica da realidade, promovendo, assim, uma visão mais ampla e completa do quando social. Assim, seguindo a perspectiva realista crítica, a partir da reconciliação desse duplo aspecto da realidade, são possíveis a reconstituição e o entendimento dos processos de morfogênese e morfostase que originam, sustentam e alteram a realidade social. Portanto, um adequado relato da realidade, neste nível e para esta classe de objetos e seus modos de manifestar, precisa considerar o papel do espaço, como já foi demonstrado no capítulo anterior.

### **6.3 As Características e Propriedades da Identidade e suas Implicações para a Estruturação dos Coletivos no âmbito da Realidade Social**

Se, no espaço, os objetos aparecem segundo os *modos* da realidade material e artefactual, quando passamos a analisar a consciência e interação humana, as coisas (os objetos/entidades) se apresentam de forma diversa, manifestando-se como coisas idealmente reais (FLEETWOOD, 2005).

Entidades materialmente reais *podem, de fato*, existir independentemente de nossa identificação a respeito delas, isto é, de percebermos conscientemente a sua existência no mundo, mas, às vezes, nós (*realmente*) as *identificamos*, e, em função disso, nós podemos nos referir a elas como entidades conceitualmente mediadas. É necessário observar, contudo, que o ato de mediação não altera o seu *status* material (sua condição material): “elas se tornam *entidades materiais conceitualmente mediadas*” (FLEETWOOD, 2005, p.200 – itálicos no original, tradução livre).

O termo “idealmente real” refere-se a entidades conceituais, tais como discurso linguagem, gênero (*genre*), tropos (*tropes*), estilos, sinais (signos), símbolos e entidades ‘semiotizadas’, ideais, crenças, significados, entendimentos, explicações, opiniões, conceitos, representações, modelos, teorias e assim por diante.

Fleetwood se refere a tais entidades como *discurso* ou *entidades discursivas*. Tais entidades são reais porque, como demonstrado acima, elas *têm (exercem) eficácia causal*. Entidades idealmente reais podem ou não ter um referente e este referente pode ser idealmente ou *não* idealmente real. Por exemplo, os discursos sobre gestão ou conhecimento têm, como seus referentes, entidades ideais, tais como conhecimento e entidades não ideais, como os seres humanos (pessoas). Do mesmo modo, os discursos

sobre as mulheres sendo menos inteligentes que os homens não possuem nenhum referente.

Tendo saído do estado de agregados coletivos<sup>166</sup> (ou grupos latentes/em potencial) e alcançado o grau de grupos interativos (autorregulados), devido à situação de compartilhamento espacial, é necessário, no entanto, que tais grupos interativos desenvolvam um novo padrão de interação, do qual emerge, então, um novo momento ou estado de estrutura dos grupos sociais (ou coletivos): a associação. Este novo padrão é caracterizado por relações mais intensas, elevando, assim, o seu grau de solidariedade e, com isso, estabelecendo as bases internas e externas para sua autoidentificação e diferenciação, respectivamente, que o levarão a constituir uma identidade coletiva própria, que é o traço distintivo desse momento.

Isso porque a dimensão espacial – devido à sua estrutura intrínseca de fixação da matéria em pontos discretos e não colusivos do espaço – tem, em si mesma, a propriedade intrínseca de manifestar o poder causal de reação ou sentimento nos indivíduos, mas, de forma alguma, pode sustentar, acentuar ou desenvolver vínculos sociais.

Apesar do seu vigor e de sua incondicionalidade e precisamente por causa desta falta de uma pré-concepção espacial na natureza é que a nitidez do limite físico, uma vez que é fixo, faz com que o poder de associação social e de sua necessidade, originária internamente [no indivíduo], sejam especialmente vivas. [...] A [definição de] fronteira (ou limite) não é um fato espacial com efeitos sociológico, mas uma realidade sociológica com manifestação espacial. (SIMMEL, 2009[1908], p. 551 – tradução livre).

Assim, se uma situação de copresença é capaz de colocar os indivíduos em interação, formando um grupo de interação, mais ou menos autorregulado, algo mais é necessário no sentido de fazer com que esses indivíduos estreitem seus laços de interação e produzam uma nova configuração estrutural, gerando um novo estado ou tipo de estrutura social mais estruturada.

Assim, proponho aqui a ideia de que os grupos interativos, uma vez formados, têm como propriedade intrínseca a capacidade geração/aquisição de uma identidade coletiva, via processos de autoidentificação, isto é, alinhamento de afinidades entre os

---

<sup>166</sup> Para Romano Harré (citado em VANDENBERGHE, 2010g, p. 217), os coletivos taxonômicos (ou agregados coletivos) são conjuntos de pessoas que têm características em comum, mas não estabelecem relações diretas entre si. Portanto, não são grupos sociais, em *strictu sensu*.

membros, do ponto de vista interno e alteridentificação, contraposição e outros objetos materiais e grupos sociais, do ponto de vista externo (VANDENBERGHE, 2010g).

Tais processos, contudo, ocorrem mediante a modificação de seu padrão de interação entre os componentes da nova estrutura (o grupo de interação) e existem como tendência que precisa ser atualizada. Para tanto, é necessária a atuação de algum mecanismo causal, o qual pode ser, por exemplo, modificações na estrutura espacial que alterem a forma como os indivíduos e grupos se relacionam com ele. Novas proximidades ou distanciamentos podem gerar novos sentimentos, racionalizações e ações por parte desses agentes, pois o simples

[...] fato de que notamos as pessoas fisicamente perto de nós desenvolve em todos dois aspectos [...] a impressão de senso de uma pessoa traz em nós sentimentos de desejo e aversão, de um aprimoramento do próprio e, diminuição da excitação ou calma, aparência do outro ou o tom de voz da pessoa, **pela simples presença física no mesmo espaço**. [...]. No sentido contrário, da dimensão do desenvolvimento da impressão sensorial, prossegue, logo que ele se torna o meio de conhecimento do outro: o que eu vejo, ouço, sento do outro é simplesmente a ponte sobre a qual eu posso chegar ao local onde essa pessoa é um objeto para mim. (SIMMEL, 2009[1908], p. 570 – tradução livre, negrito adicionado).

Vandenberghe (2010g, p. 221-233), ao tratar do momento da identificação simbólica, também aponta os elementos da categorização, identificação e constituição da comunidade simbólica como os ingredientes necessários para a construção de uma identidade coletiva. Concordando com seu argumento, “[...] os coletivos são efetivamente constituídos como uma comunidade simbólica através da implicação mútua das descrições performativas do coletivo na primeira pessoa do plural e das descrições estruturais do coletivo na terceira pessoa do plural” (VANDENBERGHE, 2010g, p. 221-222).

A capacidade de gerir a tensão espacial em uma associação em condições comuns de sentimento e interesses depende da quantidade de potencial disponível para a abstração. Quanto mais primitiva a consciência é, menos ela é capaz de imaginar a solidariedade espacialmente separada ou a falta de solidariedade dos espacialmente próximos. (SIMMEL, 2009[1908], p. 566 – tradução livre).

Este autor argumenta que os coletivos têm uma existência dupla: a) objetiva e virtualmente, como categorias que abarcam os membros de um conjunto em função da posição que eles ocupam na estrutura social, mais ampla e b) subjetiva e

intencionalmente, como comunidades simbólicas nas quais os membros estão conectados por uma ligação mental ou espiritual. Recorrendo a Husserl<sup>167</sup>, ele ainda sugere que se pode dizer que o grupo é intencionalmente construído pelos membros como uma ‘pessoa de ordem superior’, em virtude da comunicação que se estabelece entre eles, fundada na elaboração de uma intersubjetividade de um ego transcendental e numa relação real, efetiva, interespiritual e intercorpórea entre os indivíduos que ocorreria no mundo da vida. Contudo, ele ressalta que

A teoria da consciência coletiva intencional de Husserl é essencialmente cognitiva. A despeito de suas nuances durkheimianas, ela desconsidera o fato de que a emergência de pessoas de ordem superior não está baseada apenas em um acordo racional e consciente entre mentes. [...] a comunicação está baseada na sincronização mútua dos participantes e pressupões sínteses passivas de uma natureza mais difusa e emocional [...] as emoções não surgem somente no interior dos corações e mentes dos indivíduos (como ‘estados mentais’), mas também, e primariamente, *entre* atores. Como fenômenos transacionais e transitórios, elas são passivamente constituídas e emergem na e a partir da situação de interação (VANDENBERGHE, 2010g, p. 224 – itálico no original).

Collins (2004)<sup>168</sup>, citado por Vandenberghe (2010g, p. 224), propõe uma cadeia de interação ritual em que duas ou mais pessoas estejam fisicamente reunidas em um mesmo local<sup>169</sup>, de modo que, em função desse compartilhamento espacial, elas se afetam uma(s) à(s) outra(s) em uma situação de copresença, seja no plano de sua atenção consciente (síntese ativa) ou não (síntese passiva). Tal situação de copresença física é espacialmente demarcada e seus participantes possuem o senso de que estão tomando parte na comunicação ou estão sendo excluídos. Como foi demonstrado na seção anterior, Elder-Vass (2010) parece concordar – ainda que implicitamente, já que seu argumento central é direcionado às instituições e círculos nórdicos – com o argumento de constrangimento espacial.

Nesse sentido, o argumento apresentado anteriormente, acerca da dimensão espacial, parece convergir para sustentar a tese de uma interação intercorpórea que pode

---

<sup>167</sup> 1973, II: 165-230

<sup>168</sup> COLLINS, R. *Interaction ritual chains*. Princeton: Princeton University Press, 2004.

<sup>169</sup> Para um maior refinamento desse argumento, ver Simmel (2009[1908]), que sustenta que os indivíduos ocupam pontos discretos no espaço, já que fisicamente dois corpos materiais não podem ocupar o mesmo espaço (propriedade de exclusão), mas, que são contíguos, o que permite a interação. Para simplificação da linha de argumentação, usar-se-á de forma intercambiável o tempo compartilhamento espacial (que confere a ideia de ‘mesmo local’) e contiguidade espacial (que em sentido simmeliano confere a ideia de ‘tangenciamento’ ou ‘proximidade imediata’).

se expandir para graus mais elevados de abstração, culminando e colaborando para a formação da ligação mental ou espiritual e, portanto, da comunidade simbólica. Pois, “assumindo um interesse ativo pelo outro os atores não apenas possuem uma consciência mútua de reciprocidade, mas os atos de um também afetam diretamente o outro, tornando-se assim entrelaçados, os atores podem unificar suas vontades e coordenar reciprocamente suas ações em uma única ação coletiva” (VANDENBERGHE, 2010g, p. 222-223).

Desse modo, argumenta-se que toda ação coletiva é minha ação, mas também ação do outro (outra parte envolvida)

[...] ‘em um sentido fundacional superior’, pois quando, de modo consciente, informado e recíproco, coordenamos nossas ações em uma única cadeia operativa, minha ação apoia a ação do outro e torna-se complementar a ela. Tal como minhas intenções, meus planos e minhas ações se misturam com os dele, chegamos à ação comum e formamos uma subjetividade coletiva com intencionalidade coletiva (VANDENBERGHE, 2010g, p. 223).

Em síntese, partindo de uma situação de copresença espacial, em que os indivíduos são enquadrados (constrangidos/engaiolados/colocados) a levar em consideração o outro que se encontra em espaço contíguo ao seu – dadas as possibilidades de afetação mútua –, ambas as partes geram um sentimento em relação ao outro que, se for positivo, pode levá-los a partilhar um estado comum de humor e de experiência emocional. Assim, iniciado e mediado o contato entre eles via sincronização de movimentos corporais, do entrosamento rítmico e do estímulo de sentimentos, eles podem, em seguida, alcançar novos e mais profundos estágios de comunicação (ex. verbalmente) que, sendo positivos e reforçados, tendem a fazer emergir uma pessoa de ordem superior, uma associação, pautada no sentimento de pertencimento concomitante a própria delimitação e diferenciação do grupo, ou seja, à identidade coletiva em *status nascens*.

É importante ressaltar aqui o papel ativo da comunicação, que permite unir as pessoas simbolicamente através de um fluxo comum de consciência. Além disso, Vandenberghe (2010g) resalta que essa subjetividade comum está distribuída em todas as pessoas que participam da ação conjunta, ao alinharem espontaneamente suas ações intencionais.

No contexto das organizações, esta análise é convergente com o momento de estruturação dos grupos sociais proposto por Elder-Vass (2010), chamado de



associação. Ele a define “como um grupo de duas ou mais pessoas que têm um senso de compromisso contínuo com o grupo assim como, e não apenas, com qualquer instituição normativa que o grupo instanciar” (ELDER-VASS, 2010, p.149). Segundo o autor, a chave pela qual as associações se diferem dos grupos de interação é que, como um resultado deste compromisso o grupo pode persistir além da duração de uma situação de interação única. Uma implicação disso é que há um grau de estabilidade na filiação ao grupo ao longo de um período de tempo, ao passo que associações podem permitir alguma rotatividade dos membros.

No entanto, vale lembrar e acrescentar aqui que a experiência de “efervescência” do grupo dá origem a emblemas sagrados do grupo, símbolos de identidade, totens, bandeiras, líderes, palavras, slogans, etc., que expressam, condensam e corporificam o sentimento de unidade em um objeto material ideal (VANDENBERGHE, 2010g). Outro detalhe digno de nota é que o efeito de causação descendente<sup>170</sup> não apaga, contudo, o nível inferior dentro do nível superior que emergiu. Ou seja, a realidade espacial continua existindo e operando quando o nível da comunidade simbólica emerge na forma de uma identidade coletiva. Assim, a emergência dos níveis tende a acrescentar um processo de complexidade cada vez maior nas interações entre as condições iniciais de emergência (em qualquer nível), os componentes de cada nível, as interações em cada nível e os padrões de configuração (as estruturas emergentes de um nível para o outro).

Assim, junto com a dimensão simbólica do grupo de indivíduos permanece também a dimensão espacial, como dimensão anterior e que continua existindo neste nível superior de estruturação coletiva: a associação. Na verdade, essa dimensão espacial e sua relação com o grupo tendem a ser cada vez mais intensificadas e expandida, em formas distintas, por exemplo, como sugerem Simmel (2009[1908]) e Vandenberghe (2010), por meio da elaboração, por parte dos membros da associação, de artefatos materiais que irão incrementar e/ou potencializar as interações sociais, bem como o controle do grupo social sobre o espaço.

---

<sup>170</sup> Isso é importante, pois mostra, de forma convergente com o relato realista crítico, como um nível superior emergente pode atuar eficazmente de forma retroativa (ou retoralimentada) em um nível precedente, o que é chamado de causação descendente (*downward causation*). Esse tipo de causação ocorre modificando as condições iniciais a partir das quais os componentes e a interação do sistema no nível inferior ocorrem, o que pode levar, conseqüentemente, a modificações no próprio nível, podendo modificar o processo de emergência do nível superior e assim sucessivamente.

A este respeito, é de sua importância o argumento apresentado por Michel de Certeau (1994) a respeito das estratégias e táticas elaboradas pelos atores sociais e sua relação com o espaço, pois, enquanto os atores coletivos formais, institucionalizados e hegemônicos têm o domínio do espaço (que Certeau chama de um ‘próprio’) e adotam estratégias explícitas e formalizadas para levar a cabo a perpetuação de sua dominação, os atores (individuais) contra-hegemônicos ou subordinados, desprovidos de um (espaço) próprio e das capacidades de exploração de seus benefícios materiais e simbólicos, lançam mão de táticas, oportunisticamente desenroladas na dimensão temporal, a fim de subverter, ainda que provisoriamente, a ordem dominante.

Assim, considerando ao papel das estratégias e sua relação com o espaço – assim como o das táticas e sua relação com o tempo –, podemos sugerir que os coletivos, conforme vão adquirindo um estado de estruturação cada vez mais elevada, desenvolvem relações cada vez mais intensas, específicas e abrangentes em relação ao espaço, aumentando, assim, seu grau de dependência em relação a ele e também de influência, controle e dominação que exerce sobre um próprio, em particular, bem como seu raio de influência sobre outros espaços.

Contudo, Elder-Vass (2010) reconhece que há uma zona de sombreamento, ainda não muito clara, na distinção entre grupo de interação e associação, pois, em uma situação de interação, os seus participantes formam um grupo de interação, governado por certas normas, que atua e se desenrola no espaço apenas momentaneamente. Mas, para que essa situação de interação evolua para uma associação, são necessários maiores comprometimento e engajamento, o que parece remeter diretamente ao aumento da frequência de interações e, portanto, à durabilidade temporal. Assim, apesar de os participantes poderem se sentir encorajados (ou não) em se encontrar novamente, para que a associação ocorra, ambas as partes precisam entrar na situação de interação via copresença e estendê-la ou repeti-la ao longo do tempo.

Porém, há uma variedade de razões pelas quais indivíduos podem/devem (*might*) se sentir comprometidos com um grupo, mas, em geral, podemos dizer que é mais comum que esse comprometimento surja quando o membro sente que o grupo dá a ele algum benefício contínuo ou satisfaz a alguma necessidade contínua que eles têm (ELDER-VASS, 2010). Porém, podemos adicionar aqui constrangimentos estruturais de ordem superior, por exemplo, sanções sociais ou econômicas (FLEETWOOD, 1994), que impelem os indivíduos a adotarem um comprometimento (ainda que mínimo) e a se

engajarem na situação de interação de forma repetida, gerando, assim, a estabilidade necessária à associação.

Assim, o “sentido de pertencimento é essencial para a constituição de um grupo” (VANDENBERGHE, 2010g, p. 225), e que também o é para sua delimitação em relação a outros grupos, pode ser gerado tanto por uma escolha racional quanto afetiva, ou, seja por motivações internas ou pressões externas.

[...] as categorias taxonômicas referem-se a grupos potenciais que podem transformar ou ser transformados, por meio da pressão externa, em grupos estruturados e organizados, imbuídos de uma consciência coletiva e de uma vontade de agir distribuída entre os membros do grupo.” (VANDENBERGHE, 2010g, p. 232).

Associações são entidades sociais com poderes causais emergentes. Em outras palavras, elas exercem uma influência causal sobre as atividades de seus membros: um caso de causação descendente (*downward causation*). Este é um poder causal emergente, produzido por um mecanismo que depende de partes da entidade – os membros da associação – e das relações entre eles. Indo além dos grupos de interação, os poderes causais da associação dependem das relações que distinguem associações de grupos de integração: os vários tipos de comprometimento dos membros do grupo.

Segundo Elder-Vass (2010), em certa medida, estes mecanismos são similares àqueles envolvidos em instituições sociais normativas: disposições e crenças sobre os incentivos com que um indivíduo se depara no ambiente social e influenciam o comportamento subsequente, de modo que responde àquela experiência. A diferença é que os incentivos aos quais um indivíduo responde, em uma associação, existe somente porque a associação existe e eles são produzidas por ela. Ao passo que este *status* de um indivíduo na associação é comprometido com a associação, estes incentivos, gerados pela interação aos indivíduos de maior *status* na associação afetarão seu comportamento.

Assim, as associações, tal como definidas por Elder-Vass (2010), são assumidas aqui como possuidoras de um sentido semelhante ou equivalente à noção de comunidade simbólica empregada por Vandenberghe (2010). Contudo elas não emergem nem se desenvolvem ou se mantêm no vazio, mas, sim, de forma estruturalmente localizada em um sistema de relações entre posições (VANDENBERGHE, 2010). Nesse sentido, tanto interna quanto externamente, as associações (ou comunidades simbólicas) de indivíduos se definem pelo

posicionamento de seus membros e de si mesma no espaço, físico e social (ou simbólico), autoafirmando-se e diferenciando-se dos outros e, mais do que isso, dentro de um quadro relativamente limitado (fechado) de opções com recursos, perspectivas, ações, estratégias e táticas possíveis de serem exercidas, assumidas e utilizadas por cada indivíduo e pela associação.

Essa noção de posicionamento é importante também para mostrar como, neste momento, conforme as interações e sua intensidade aumentam, o grupo social começa a se diversificar internamente, gerando relações de segunda ordem, o que abrirá brecha para a necessidade de uma visão dominante que, num momento inicial, é informalmente estabelecida como um meio de assegurar a coesão do grupo. Essa visão e o modo informal pelo qual é expressa, por exemplo, por meio do carisma, representa o embrião do modo de dominação, que sempre está sustentado em uma justificação transcendental<sup>171</sup> (ex. de ordem moral), de acordo com o contexto e, progressivamente, tenderá se formalizar, conforme a complexidade da associação aumenta.

#### **6.4 Lógica do M2 – de Grupos Interativos a Associações**

Este segundo momento da abordagem morfogenética ora proposta caracteriza-se pela emergência de uma identidade social coletiva. Essa identidade se manifesta na realidade pela forma de uma entidade idealmente real, tal como explicado por Fleetwood (2005), podendo ser entendida também, segundo o mesmo autor, como entidades discursivas ou simplesmente discurso.

A identidade coletiva emerge como uma entidade de nível superior, própria e autônoma, a partir da passagem dos grupos interativos – estado menos estruturado da ação coletiva, cuja característica central reside no compartilhamento de uma situação de copresença, isto é, da realidade material espacial – para as associações – estado intermediário no grau de estruturação da ação coletiva, cuja característica central reside no compartilhamento da realidade ideal, no caso, a constituição de uma comunidade simbólica (VANDENBERGHE, 2010) ou imaginada (ANDERSON, 1983). Importa ressaltar que o compartilhamento dessa realidade ideal não substitui nem exclui o da

---

<sup>171</sup> Sugiro aqui, neste primeiro momento, apenas uma alusão direta à obra de Boltanski e Thévenot, *De La Justification*. Porém, este argumento representa uma avenida de estudos por si só e, por isso, deverá ser mais aprimorado em trabalhos posteriores, deste e/ou de outros autores.

realidade material, apenas se sobrepõe a ele, como uma camada, nível ou estrato superior<sup>172</sup>.

Este momento significa, então, a emergência e a constituição de um novo nível da realidade social, que irá reorientar as interações sociais, as expectativas e as ações de cada membro do grupo – e até mesmo fora dele –, especificando externamente as formas pelas quais esse grupo se distingue dos demais e se autoafirma como possuidor de uma identidade própria, ao mesmo tempo em que também impele, internamente, os indivíduos a se diferenciarem em termos de papéis e funções.

O processo de identificação simbólica pressupõe a inserção social (do indivíduo) em um espaço. É pela sua inserção num espaço e numa realidade material que as entidades e os indivíduos se tornam também objetos corpóreos dotados de poderes causais e possibilidades de ação, assim como sofrem constrangimentos inerentes à própria estrutura material da realidade, mediada pelos demais objetos e entidades materiais. Porém, como já foi demonstrado, a estrutura espacial age seletivamente, fixando as entidades em pontos de contato fixos, o que reduz o raio de atuação dos poderes causais dessas entidades, tornando necessária, a uma curta distância (contiguidade), para que as entidades exerçam seus poderes causais umas sobre as outras.

Dessa forma, além de sua inserção no espaço, esse espaço precisa ser finito e delimitado. Somente numa escala espacial reduzida e delimitada é que se torna possível ao ser humano o exercício de seus poderes causais. Esse espaço fornecerá a moldura necessária para o enquadramento da ação, bem como os obstáculos ao seu exercício, ou seja, é por meio de uma relativa proximidade espacial que os indivíduos são colocados em contato, a partir do qual alguma interação pode ocorrer. A essa condição ôptica prévia denominamos situação de copresença.

Uma vez circunscritos e localizados na dimensão espacial e compartilhando uma dada (específica) situação de copresença, a interação social entre dois (ou mais) indivíduos A e B, em se repetindo tempo e no espaço – diacronicamente (i.e. num mesmo espaço, em tempos/momentos diferentes/sucessivos) e sincronicamente (i.e. ao mesmo tempo em espaços diferentes) – tende a evoluir e a aumentar a quantidade (extensão) a qualidade (intensidade) das interações, o que passa a requerer novos

---

<sup>172</sup> Sobre a questão dos níveis (estratos ou camadas) da realidade, a) em uma perspectiva realista crítica, i) na filosofia, cf. Bhaskar (1998[1979]; 2008[1975]), ii) na sociologia, cf. Archer (2000); b) fora do realismo, i) na filosofia em geral, cf. Piaget (XX), ii) na sociologia em geral, cf. Gurvitch (1969).

elementos materiais (artefatos) e ideais (ideias, valores, representações, modelos, sistemas, etc.) para promover a ligação e a interação social nessas novas bases, mais amplas e profundas.

Nesse sentido, os contatos tornam-se interações e estas caminham para se “solidificar” em papéis sociais, que prescrevem um conjunto de expectativas sociais e atividades atreladas a um indivíduo numa dada posição social (i.e. dentro do campo social). Portanto, a delimitação simbólica ocorre como uma etapa/processo possível (i.e., não necessário) e posterior à delimitação espacial e às mudanças nas interações sociais neste âmbito.

A identidade social coletiva surge a partir de um processo geral de identificação simbólica que se constitui, simultaneamente, de um duplo processo de (1) identificação interna e (2) de diferenciação externa, gerados pela proximidade física e simbólica. Vandenberghe (2010g) também admite isso ao trabalhar com os (sub)processos de autoidentificação e pela alteridentificação. Em sua visão, a comunidade simbólica se forma por meio da implicação mútua das descrições performativas do coletivo na primeira pessoa do plural e das descrições estruturais do coletivo na terceira pessoa do plural.

O espaço, físico e material, delimitado, no qual um conjunto de indivíduos se insere, circunscreve o contexto, os recursos e as possibilidades de ação dos indivíduos. A partir da fixação numa estrutura independente, externa e coercitiva – o espaço –, é forjada uma situação de interdependência, na qual os indivíduos se veem forçados a cooperar, ainda que parcialmente, para obter resultados que de outra forma não seriam possíveis. A proximidade simbólica, por sua vez, é dada pela autopercepção do indivíduo em relação às afinidades e às convergências que ele percebe (vê, sente, imagina) ter em relação aos indivíduos e grupos que lhe são significativos. O conceito de Mead (1934) é importante aqui, pois ele fornece uma chave integradora na passagem do individual para o coletivo, do psicológico para o social (SANT’ANA, 2007).

[O interacionismo simbólico é caro tanto à sociologia francesa tradicional e suas tentativas de renovação (DUBET, 2009), quanto à sociologia crítica francesa (VANDENBERGHE, 2010) ou anglo-saxônica (ARCHER, 2000), pois é precursor das formas de integração entre os níveis e micro e macro, lançando-se a investigação de forma aprofundada dessas categorias e conceitos intermediários. Por isso é uma vertente recuperada, no todo ou em parte, por distintas correntes sociológicas, dentre as quais o realismo crítico.]

Por um lado, a identificação interna dos membros ocorre a partir do aumento de interação e da aproximação física e simbólica. A identificação interna dos membros em relação ao grupo emerge a partir de conversações internas realizadas pelos indivíduos/atores que, a partir daí, buscam orientar suas ações rumo à execução de um projeto de vida que eles acreditam merecer ser vivida. Basicamente, há três tipos de indivíduos/projetos de vida: a) os indivíduos afetivos, que buscam o reconhecimento e a afetividade do seu grupo de referência mais próximo; b) os indivíduos pragmáticos, que se orientam pela solução de problemas e c) os indivíduos idealistas, cujas condutas são motivadas pelo alcance de um ideal. Cada indivíduo buscará orientar suas ações tendo em vista o seu projeto de vida e a sua legitimação em relação aos grupos de referência, em contextos específicos, nos quais ela está inserida. Pode-se supor que, nos grupos em que ele encontra mais eco para suas preocupações/projeto de vida, o indivíduo tenderá a se identificar de forma mais coesa.

De outro lado, ao se fundir numa totalidade “artificial”, que reforça a coesão por meio de valores, ideias e discursos – inicialmente espontâneos mas que vão se tornando gradativamente, cada vez mais, normativos – em torno de elementos comuns, a identificação interna suscita, por extensão e oposição, um contraste em relação àqueles indivíduos (com os quais eventualmente mantêm contato, i.e., indivíduos presentes na mesma situação de copresença e que, portanto, compartilham a mesma realidade espaço-material) que não compartilham a mesma realidade ideal. Assim, contrastivamente, começa a surgir uma diferenciação externa, em âmbito grupal, do grupo ao qual um indivíduo A pertence, em relação aos outros grupos a que ele não pertence e que têm como característica própria (ou são guiados) o compartilhamento de uma realidade ideal divergente da daquele grupo.

Contudo, como observa Vandenberghe (2010g), as políticas de identidade dos grupos (de cada grupo) em si não são estanques, rígidas e estáticas, pois cada grupo precisa atrair e reter uma quantidade de membros, a fim de que ele próprio – o grupo – como entidade (a) maior do que, (b) independente dos e (c) irreduzível aos indivíduos isoladamente, possa continuar existindo, mesmo na ausência de um indivíduo específico, em particular.

O que passa a dirigir o grupo é uma subjetividade coletiva, não determinada por um único indivíduo, mas sim uma força própria e autônoma, resultante das múltiplas combinações possíveis, e sempre contextuais, que um arranjo específico de interações

individuais pode gerar, bem como as tendências sensivelmente distintas que decorrerão (da modificação) desses arranjos.

Os grupos, então, passam a adotar “políticas de fronteira”, a fim de permitir o livre “trânsito” (a entrada e a saída de indivíduos do grupo) mediante o pagamento de “pedágios”, isto é, do aceite e da assimilação das normas do grupo, por parte do indivíduo.

Mas, se a diferenciação externa é parte integrante e fundamental do processo de identificação simbólica, para a constituição e a emergência da associação – como um grupo reflexivo<sup>173</sup> – é no processo de identificação interna que a associação caracteriza propriamente o segundo momento da análise morfogenética aqui desenvolvida. Isso porque a identificação interna dos membros do grupo, por meio do compartilhamento de uma realidade ideal, abrirá espaço não só para a elaboração consciente de “artefatos” – entidades artefaturalmente reais – que irão remeter à imagem do grupo, representá-lo e potencializar suas ações, mas, especialmente, porque é a partir dessa delimitação simbólica e espacial de quem faz parte do grupo, sua forma e extensão, que começa a ocorrer progressivamente um processo de diferenciação interna que levará à especialização interna/papéis e posições, tal como foi emblematicamente ilustrado, no âmbito da sociologia das organizações, pelo trabalho de Lawrence e Lorsch (1973).

Por um lado, a normatização inicia-se pela instauração de um discurso (uma visão, uma ideia, um valor, etc.) de alguém que tem características distintivas que o fazem, por algum motivo (retórica, conhecimento, experiência, habilidades pessoais, etc.), ser percebido pelos demais como a interpretação/sugestão mais adequada para lidar com aquela realidade<sup>174</sup>. Dessa forma, os demais indivíduos instaurados numa mesma situação de copresença, de algum modo, aceitam algum grau de diferenciação individual e anuem e legitimam esta diferença. É com base nesta diferença, que supostamente se atrela em uma forma de saber superior para lidar com uma determinada situação-problema, que os embriões daquela que chamamos “papel social” são gerados num dado sistema social de ação coletiva em vias de estruturação (i.e., passando pelo “momento 2” de nossa análise morfogenética aqui desenvolvida).

---

<sup>173</sup> Uso esta expressão para designar e ressaltar a capacidade do grupo, nesse estágio de estruturação da ação coletiva, de se imaginar e ver a si mesmo através da constituição de uma autoidentificação e uma imagem, ao contrário dos “grupos interativos”, cujo fundamento se baseia numa espécie de regulação externa exercida através da mediação do espaço físico.

<sup>174</sup> Aproximo-me aqui da noção weberiana de dominação.



Os indivíduos, ao ocuparem esses papéis e posições diferenciadas, que lhes permitirão condições distintas de acúmulo de capital, poderão influenciar (ou, pelo menos terão a possibilidade de fazê-lo) de forma desigual a elaboração de novas ideias, valores e discursos, enfim, o processo de identificação simbólica que conduz à emergência de uma entidade coletiva de caráter idealmente real.

A noção de acúmulo de capital aqui mobilizada é resgatada da concepção *bourdieusiana* de análise da realidade social, em que, num dado campo social, os agentes, os recursos, as posições, as situações, enfim, o conjunto de elementos (o realismo crítico chamaria de componentes) presentes na cena que irá se desenrolar e que tem a possibilidade de conduzir a diferentes finais, é visto como “naturalmente” (ou intrinsecamente) desigual. Ou seja, assim como no realismo crítico, que advoga que cada coisa/entidade tem uma estrutura gerativa singular dotada de poderes causais específicos e que, portanto, tem capacidades desiguais de exercer sua eficácia causal sobre a realidade, a concepção *bourdieusiana* de universo social também parte, embora por outras vias de justificação, da mesma premissa de capacidades diferenciadas de configuração da realidade, capacidades essas que conduzirão a acúmulos ou a polarizações (econômicas, sociais, simbólicas, materiais, etc.) de recursos e bens e que, por sua vez, reorientarão novas dinâmicas também desiguais.

Assim, a ideia de acúmulo de capital, em particular, e de diferenciação interna, em geral, aqui presente, justifica-se (nos importa) porque é por meio dela que se iniciam, embrionariamente – ainda neste segundo momento do processo de estruturação da ação coletiva –, a ligação e a passagem para o terceiro momento de nossa abordagem.

É por meio da criação dessa realidade ideal, e particularmente pela distribuição e pelo acesso desigual à forma como essa realidade ideal é vivida, experimentada, sentida, manejada e manipulada pelos diferentes atores membros do grupo, que se poderá adiante passar para o nível de emergência de uma entidade (coletiva) política de caráter socialmente real, capaz de ter voz e ação num determinado contexto (isso será discutido especificamente no próximo capítulo). Por ora, basta-nos evidenciar que os mecanismos de diferenciação interna são importantes para criar um grau de complexidade mínima ao sistema social que possibilitará, a seguir, que novas configurações surjam.

Se, por um lado, a elaboração de normas e padronização (ou criação de referências para o comportamento do indivíduo no grupo) é um processo “natural” ou “espontâneo” deliberadamente criado a partir de uma conduta tida como referencial e

balizadora da ação, por outro lado, ela parece também estar atrelada a uma adequação à realidade como ela é. A divisão/segmentação, a especialização funcional e a criação de papéis e posições dentro do grupo parecem seguir também uma espécie de imperativo ou “necessidade” do sistema. Longe do tom positivista e estrutural funcionalista *parsoniano* que esta frase possa parecer soar, antes, trata-se aqui, dentro da visão do realismo crítico, de identificar as condições relações causais necessárias, embora não suficientes, para a emergência e a efetivação de determinados fenômenos e acontecimentos na realidade.

Do mesmo modo, especificamente ao analisar um sistema social, é possível também identificar a existência de requisitos necessários à sua emergência e constituição. Assim, os elementos da cultura material de um determinado sistema social, ou seja, aqueles que foram produzidos por uma associação (grupo que alcançou a *status* de comunidade simbólica), manifestam a ordem e o significado destes requisitos. Em um sistema social de ação coletiva, como já foi identificado alhures, é possível observar a centralidade de um conjunto de categorias expressivas desses elementos de cultura material do grupo, tais como: a) a integração de atividades diferentes sob um mesmo escopo operacional para o desempenho de uma função, b) a integração de funções necessárias à repetição dos processos organizacionais, estabelecendo, assim, um sistema de papéis (impessoais) diferenciados para dar conta da estabilidade e da manutenção (morfoestase) da organização e c) o escalonamento e o posicionamento, físico e prático (ou social), do conjunto de diferentes papéis de forma a convergir os esforços coletivos e canalizá-los, a fim de diferenciar funcionalmente os papéis, em termos de posições no grupo, gerando, assim, a constituição do sistema de cargos (i.e. o atrelamento cartesiano de papéis *versus* posições).

Em síntese, a identificação simbólica explica a emergência da identidade social coletiva e a formação das associações. Ela é o processo pelo qual os indivíduos, ainda no estado de grupos interativos e, portanto, norteados majoritariamente pelo compartilhamento de uma situação de copresença, começam a se polarizar e a se orientar em torno de características e ideias que surgem à medida em que eles aumentam (a quantidade) e intensificam (a qualidade de) suas interações, passando de uma interação autorregulada, a distância, i.e., sem contato físico e sem comunicação direta (ou apenas com comunicação visual e sensorial), para um contato direto com comunicação verbal dirigida diretamente ao outro. Essa mudança na forma de interação permitirá o início da polarização em torno de ideias (entidade idealmente reais),

conduzindo, assim, à identificação simbólica dos indivíduos com determinados grupos e, complementarmente, ao estabelecimento de fronteiras entre os diferentes grupos.

### **6.5 *Quem, Quando e Onde?* Restrições e Validade de M2**

A análise do segundo momento morfogenético empreendida até aqui não é isenta de limitações e, de fato, carece de refinamentos e especificações teórico-conceituais, além de verificação empírica. Mas, quais as restrições desse raciocínio? Por que um grupo interativo viria a se tornar uma associação? Em que condições gerais e específicas? Qual a validade e a legitimidade deste argumento? Tentando antecipar possíveis limitações e críticas ao raciocínio aqui proposto, torna-se importante delimitar os atores, os momentos e os contextos específicos, isto é, as condições específicas que podem originar a emergência da associação.

A análise aqui ofertada não se aplica a todos os tipos de atores, mas, sim, aos atores reais, de um grupo interativo, com possibilidade de identificação, ou seja, com algum tipo de aproximação física e simbólica. Assim, indivíduos isolados, isto é, que não se encontram em uma situação de copresença (compartilhamento espacial), sem nenhum tipo de mediação tecnológica que torne possível a aproximação e a interação social, não podem gerar uma associação, pois não têm a proximidade física que permite o contato e a consequente interação, nem a proximidade simbólica que permite a identificação simbólica, via processos de identificação e diferenciação, interna e externa. Da mesma forma, indivíduos em contato e, mesmo, em interação não necessariamente gerarão uma associação. A proximidade física (compartilhamento de uma situação de copresença) pode gerar apenas contato e interação superficial entre os membros, apenas para executar tarefas ou cumprir ordens, sem, necessariamente, alguma reflexão ou engajamento com o grupo. É o caso, por exemplo, de situações de alienação do indivíduo, provocada pela superdecomposição do trabalho, como se vê em Marx, ou de psicopatologias do indivíduo, geradas por situações de pressão ou extremo desengajamento psicológico desse indivíduo em relação ao grupo, como aparece em Dejours. [Guerreiro Ramos, em sua análise sobre a delimitação dos sistemas sociais, aponta contextos sociais que caracterizam essas situações.]

Outra questão importante parece ser a necessidade de delimitação dos momentos ou situações em que a emergência de uma associação tende, ou não, a ocorrer. Do

mesmo modo que a proximidade física e afetiva (simbólica) é uma condição necessária embora não suficiente, para a emergência da associação, a estrutura temporal parece ser um elemento fundamental. As estruturas temporais – e aí, mais especificamente, a sequência temporal fornecida pela análise de Archer torna-se um exemplo emblemático – evidencia a necessidade de sincronismo das identificações e elaborações discursivas, a fim de produzir uma comunidade simbólica (ou imaginada) efetivamente integrada. Indivíduos que podem entrar em contato, e eventualmente em interação, em épocas diferentes (ex.: retomada de Archer do *insight*, atribuído a Comte, de que os indivíduos/sociedade mantêm mais relação com os mortos) não é uma condição suficiente para a formação de uma associação, pois, neste caso, falta-lhe a capacidade biológica (vida) para o exercício da ação (e interação). A mediação por meio de elementos da cultura material pode suprir, em parte, a representação de um indivíduo, mas não lhe assegura o caráter de reciprocidade, o que, portanto, enfraquece a interação. A identificação pode surgir mais quando há expectativas de medo e insegurança (ex.: o medo de um assaltante nos faz aproximar de outro indivíduo na rua, para buscar proteção) ou em momentos de extrema liberdade (ausência de coação – ex.: entre cidadãos livres da *pólis*) do que quando os indivíduos estão razoavelmente bem situados em sua “zona de conforto”. [Mas, a identificação pode não se traduzir em associação. Esta pode ser temporária, episódica]. Nesse caso, os indivíduos parecem aderir de forma mais passiva ao desempenho de uma atividade em grupo, apenas a fim de integrar-se à sociedade complexa de divisão do trabalho e, com isso, se inserir no sistema de trocas que lhe assegurará sua sobrevivência material.

Um terceiro elemento é importante para contextualizar a análise aqui proposta. A emergência da associação parece ocorrer em contextos nos quais a própria estrutura espacial, o lugar, apresenta um problema ou um obstáculo a ser resolvido. Em locais onde há um problema a ser resolvido e este problema é percebido como algo comum, que em geral transcende a capacidade de ação de um único indivíduo, há a tendência à emergência das associações. Por outro lado, na ausência de problemas comuns, ou percebidos como tal (em geral, problemas cuja solução transcende a ação de um único indivíduo), a associação pode não acontecer ou se tornar um projeto incompleto.

## 6.6 Conclusão

Neste capítulo apresentaram-se os temas da identidade, em geral, e da identidade coletiva, em particular. Isso porque entendemos, aqui, que a identidade humana é um fenômeno distinto da realidade material, que emerge desta mas adquire o *status* de um objeto próprio devido ao fato de possuir propriedades intrínsecas e por se situar em um novo nível da realidade, o ideal.

Assim, embora ela dependa e faça referência a elementos materiais, a identidade é uma estrutura com poderes causais distintos, concebidos e explicados em termos de categorias de objetos também ideais, que depende da realidade material, isto é, da situação de copresença, e é ativada pela interação direta e potencializada por meio da repetição entre os indivíduos, num dado espaço.

Daí decorre que o processo de emergência ocorre por meio de identificação e diferenciação simbólica, que ocorre em dois níveis, internamente ao grupo e externamente, no âmbito intergrupos. Mas, para isso são necessários o compartilhamento de uma situação de copresença e os contatos estabelecidos como fatores precedentes (como condição necessária) para a sua emergência.

Tal processo tem como resultado a formação de uma comunidade simbólica informalmente organizada, com sentimentos de pertencimento e de unicidade, dados por uma representação (ideal) do que é o grupo (entidade coletiva) e manifestado por meio de ideias, valores, discursos (e depois também através de artefatos, práticas, etc.).

A concepção de identidade situada e específica por nível, objeto e forma de manifestação na realidade, além de não negar as concepções de identidade precedentes, permite aprofundamento da questão com mais detalhe e precisão, e incorpora questões não tratadas anteriormente e que permitem avançar para além do conhecimento atual.

Até o presente momento, a questão da identidade dentro da sociologia, em geral, e da sociologia das organizações tem sido tratada como um tema menor e pouca teorização adequada foi produzida a respeito, na maioria das vezes, esparsa e não cumulativa, talvez por falta de uma base sólida que pudesse fornecer uma agenda de pesquisa em longo prazo. Acredita-se que isso possa ser feito a partir da perspectiva realista crítica de que se nutre este estudo.

Assim, as reflexões deste capítulo podem contribuir com os estudiosos da ação coletiva, de movimentos sociais, da sociologia das organizações e das instituições, que poderão utilizar e ampliar essas ideias, a fim de incrementar suas análises, além de verificar, expandir e, eventualmente, alterar e refinar os argumentos aqui arrolados,

especificamente no tocante à questão dos processos internos de identificação e diferenciação, bem como nos contextos e situações reais de sua manifestação.

## 7 MOMENTO 3 (M3) – PODER: DE ASSOCIAÇÕES A ORGANIZAÇÕES MEDIANTE O COMPARTILHAMENTO DA REALIDADE SOCIAL

*O poder entra em cena porque existe uma interdependência entre atores e porque suas preferências e seus respectivos projetos não se alinham automaticamente: se os atores desejam alcançar seus objetivos, eles não têm outra escolha senão a de tentar influenciar o comportamento daqueles cuja contribuição lhes é indispensável (CROZIER; FRIDBERG, 1995, p.148).*

*A aceitação geral da negociação aberta não significa a eliminação do poder; ao contrário, implica a aceitação racional de todos os poderes de fato (CROZIER, 1973 p. 2224).*

**Resumo:** Analisa-se aqui a emergência daquilo que se pode chamar de realidade “social” e demonstra-se que as “coisas” que se apresentam sob esse modo de manifestação na realidade se relacionam com a emergência e a constituição de uma “ordem local”. A partir de uma revisão teórica sobre as variações semânticas do poder desde a filosofia, passando pelas ciências sociais até chegar à sociologia das organizações, pode-se constatar quatro grandes visões: (1) o poder como capacidade relacional que gera uma “ordem” artificialmente construída pelos seres humanos; (2) poder/a ordem como resultado do conflito aberto via imposição de força; (3) o poder/a ordem como processo de integração de diferentes grupos via socialização e (4) o poder/a ordem naturalizado (*taken for granted*) e/ou ignorado pelos atores. O aspecto relacional atrelado aqui às condições contextuais e ao reconhecimento por parte do indivíduo ou do grupo da validade daquela ordem parece ser convergente com (e sustentar) o argumento de que a emergência do poder se dá mediante o compartilhamento da realidade social. Na ação coletiva organizada a existência deste nível ocorre a partir dos mecanismos/processos de delegação e de representação, que conduzem à transformação das associações (como formas da ação coletiva em grau intermediário de estruturação) em organizações (i.e., formas de ação coletiva em grau elevado de estruturação). Estas, por sua vez, detêm propriedades e poderes causais intrínsecos à sua estrutura gerativa que não estão disponíveis às outras formas de ação coletiva precedentes e que lhes habilita a agir no imediatamente superior (nível marcosocial) da realidade humana.

**Palavras-chave:** Poder. Realidade social. Organizações. Delegação. Representação. Expressão política.

## 7.1 Introdução

Neste capítulo, o objetivo é apresentar a emergência daquilo que pode ser chamado de realidade “social” e demonstrar, dentro do relato realista crítico da filosofia da ciência, como as “coisas” (entidades) que se apresentam sob esse *modo* de manifestação na realidade se relacionam, no âmbito da sociologia das organizações (no estudo dos diferentes graus e formas de estruturação da ação coletiva), com a emergência e a constituição de uma “ordem local”<sup>175</sup>.

Especificamente, para alcançar tal intento, realiza-se aqui uma revisão teórica, seletiva e indutiva, sobre a trajetória dos estudos relacionados ao poder, desde a filosofia, passando pela teoria social, em geral, até chegar à sociologia das organizações, em particular, visando traçar um panorama sobre a questão para, em seguida, analisar e extrair seus princípios centrais, que serão objeto de uma releitura e proposta de explicação e teorização realista crítica.

A questão do poder, embora tenha sido tratada sob diversas [às vezes distintas, em outras complementares] rubricas – tais como, ordem, controle, integração, e legitimidade –, permanece sendo um assunto extremamente vasto e complicado. É vasto porque recobre uma gama imensa de áreas/disciplinas, bem como é tratado e visualizado de forma particular e seletiva em cada uma delas. Sua extensão simplesmente recobre todo o domínio do social, ou seja, tudo aquilo que se refere à vida humana em sociedade contém, ainda que implicitamente, alguma discussão, de algum tipo, relativa ao poder. Por outro lado, é um tema árido e complexo, pois suscita diferentes níveis e formas de análise, que se tornam observáveis à medida que são contextualizadas e se apresentam em uma situação real (CROZIER, 1973).

Se o problema do poder surge, originalmente na filosofia, como uma questão de ordem, de saber como e por que motivo os indivíduos aceitam perder parte de sua liberdade total de ação em troca de alguma segurança e estabilidade, é na sociologia que ele vai se tornar uma questão a ser verificada empiricamente, de forma analítica e científica, a fim de se delimitar e aprofundar suas características e modos de funcionamento. [É claro que essa pretensão sociológica também impõe restrições na passagem das definições conceituais àsquelas operacionais (nas quais o grande problema

---

<sup>175</sup> Retomo aqui a feliz expressão de Friedberg em *O Poder e Regra*.



é: como recortar a realidade de modo que eu consiga isolar e analisar apenas aquilo que estou chamando de poder?), não sendo nunca plenamente atingida. Mas, isso não impede a tentativa de delimitações aproximativas.] Mas, se a sociologia tem o mérito de trazer a reflexão à baila em solo empírico, é com a sociologia das organizações, ou mais além, com a teoria das organizações<sup>176</sup>, como campo interdisciplinar de estudos do objeto “organização”, que o problema do poder se torna não apenas empiricamente verificável, mas também delimitável e palpável. Isso porque, enquanto, na sociologia, predominam os relatos de poder teorizados com base no nível macrosocial de análise (instituições, cultura, economia, leis, etc.), [e, por outro lado, no nível microssocial de análise o poder e as relações de poder esvaem-se/tornam-se invisíveis, devido à dificuldade de se observar como os constrangimentos de ordens superiores têm efeitos de causação descendente<sup>177</sup>, ou seja, agem, inclusive, sobre os níveis inferiores, impondo seus efeitos a eles], o nível intermediário de análise – ou mesossocial – coloca-se como espaço privilegiado, pois é onde se reúnem os elementos necessários à passagem do individual ao coletivo, para criação da ordem local, dos fenômenos de consciência coletiva, de valores e ideologias, de estruturas hierárquicas formais, da criação deliberada de artefatos e tecnológicos, etc. Assim, é no âmbito da sociologia das organizações que a questão do poder se presta a uma análise mais acurada, pois é neste *locus* de criação de uma ordem local que emerge e se estabelece a realidade social.

O argumento central deste capítulo é que o problema do poder está associado à emergência de entidades socialmente reais. Especificamente, a emergência do poder se dá mediante o compartilhamento da realidade social que passa a existir neste nível a partir dos mecanismos/processos de delegação e de representação, que conduzem à transformação das associações (como formas da ação coletiva em grau intermediário de estruturação) em organizações (i.e., formas de ação coletiva em grau elevado de estruturação).

Estas, devido à sua estrutura intrínseca altamente estruturada, se revestem de propriedades e poderes causais que não estão disponíveis às outras formas precedentes de ação coletiva. Dito de outro modo, em virtude de sua estrutura gerativa intrínseca, as organizações passam a existir como ação, processo e entidade (FISCHER; PINHO,

---

<sup>176</sup> No sentido definido por Freddi, no segundo capítulo desta tese, “de um conjunto de teorias ou esquemas explicativos [...] sem consenso próprio”.

<sup>177</sup> Elder-Vass (2010) diz que causação descendente é a ação que as entidades de níveis superiores, uma vez emergidas, passam a exercer sobre as de nível inferior anteriormente existentes.

2006), e é justamente esse aspecto “solidificado” alcançado pelas organizações que lhes permite existirem de forma independente dos indivíduos particulares. Assim, essa entidade mesossocial passa a existir e a atuar em níveis/instâncias superiores – ex.: nível macrossocial –, exercendo seus poderes causais de forma efetiva, o que não acontece com as associações ou os grupos interativos. Em suma, para que os grupos interativos ou as associações exerçam sua eficácia causal num dado campo ou num estrato superior da realidade, eles precisam se tornar organizações.

Espera-se que, com as ponderações feitas neste capítulo, possamos avançar na discussão acerca do poder por meio de um passo/processo duplo: de um lado, a partir da identificação do poder como um tipo de realidade social, cuja emergência depende de estruturas precedentes de níveis inferiores (microsocial) e entidades que se manifestam de formas diferentes na realidade (ex.: entidades materiais, artefatuais e ideais). Por outro lado, essa realidade social, expressa por meio de práticas, é suportada pela (e dependente da) atividade humana. Assim, esse tipo de “coisa” só pode existir considerando-se a sua relação com outros níveis e formas da realidade que lhe fornecem o substrato para que, em condições específicas, ele surja. Dessa forma, uma análise adequada e acurada da questão do poder, antes de tratar de sua legitimidade ou ilegitimidade, de sua funcionalidade ou disfuncionalidade, etc., deve endereçar esforços para identificar as práticas, os estados de coisas, e as entidades, além das condições específicas – quem são os atores envolvidos, as atividades desempenhadas, a locação temporal em que elas ocorrem (FLEETWOOD, 20005), ao que eu acrescentaria a estrutura espacial em que se apresenta, bem como os mecanismos gerativos que ativam o poder.

Com raras exceções (cf. JOSEPH, 2002), estudos que atrelam e explicam a dimensão do poder a partir dos níveis e tipos (de coisas) da realidade são bastante escassos na literatura, e mais raros ainda considerando-se sua ligação com a realidade material e espacial<sup>178</sup> (JESSOP, 2005a; 2005b; JESSOP; BRENNER; JONES, 2008), conforme proposto pela abordagem morfogenética desenvolvida nesta tese. Além disso,

---

<sup>178</sup> Jessop (2005a), por exemplo, assinala que a abordagem morfogenética de Archer superenfatiza a dimensão temporal e praticamente deixa de lado a dimensão espacial. Uma exceção relativa a incursões preliminares à categoria do espaço no realismo crítico pode ser encontrada nos trabalhos recentes de Bob Jessop. A esse respeito cf. JESSOP, B. (2005b). Gramsci as a Spatial Theorist. \_\_\_\_\_?; JESSOP, B.; BRENNER, Neil; JONES, Martin. Theorizing sociospatial relations. *Environment and Planning D: Society and Space*, pp.389-401, volume 26, s/n, 2008.

como ressalta Elder-Vass (2010), uma análise realista crítica do poder, sobretudo aplicada á sociologia das organizações, ainda está por ser feita.

Ressalto aqui que não é o intuito deste trabalho realizá-la completamente, mas tão somente iniciar a discussão, na medida em que ela perpassa os demais tipos de realidade, bem como sua ordem de emergência dentro do contexto aqui analisado de estruturação da ação coletiva. Assim, a preocupação aqui reside, antes (e longe) de uma formulação de uma teoria geral realista crítica acerca do fenômeno do poder, na identificação e na especificação das condições e formas de surgimento desta dimensão, em relação às dimensões de identidade e espaço, sobretudo a esta última, cujo papel é central dentro da análise aqui proposta – ao mesmo tempo em que a distingue das outras visões precedentes.

Este capítulo está organizado da seguinte maneira: além desta introdução, na qual se expõem os objetivos, a extensão e a pretensa contribuição do estudo, inicia-se, na segunda seção, uma revisão não exaustiva sobre os estudos do poder, desde o inaugural problema da ordem em Hobbes, passando pelas formas como sua verificação empírica foi tratada na sociologia – tanto nas vertentes funcionalistas como nas críticas –, até culminar com os estudos no âmbito da teoria das organizações, em que a questão de construção de uma ‘ordem artificial’ coloca-se de forma premente, suscitando tanto elementos necessários à sua execução pela imposição quanto maneiras mais tênues de obtenção de adesão, tais como regulamentos, valores e ideologias. Em seguida, recorro aos *modos* de realidade, de Fleetwood (2005), para apresentar o poder como fenômeno socialmente real e assim balizar, de forma fundamentada no realismo crítico, suas características e propriedades, bem como suas implicações para a estruturação dos coletivos no âmbito da realidade social. Uma vez identificadas tais características e princípios, bem como suas formas de emergência e sua necessária relação, em algum grau, com as formas de realidade material (primária) e ideal (secundária), cuja forma de manifestação se dá em associação com a estrutura espacial, parte-se para a explicação das dinâmicas que justificam a seleção dos fatores e das causalidades propostos. Em seguida, evidencia-se o escopo de aplicação deste momento, sua ligação necessária com o nível macrossocial da realidade, em suas diferentes ordens, a partir da estruturação da ação coletiva. Por fim, sintetiza-se o capítulo, resgatando o argumento central desenvolvido, bem como sua necessária consideração para uma teorização social efetiva, em geral, e para a elaboração de um modelo morfogenético e morfostático de

ação coletiva organizada, em particular, bem como as principais limitações e possíveis objeções encontradas em relação a este momento do modelo.

## 7.2 A Trajetória dos Estudos de Poder na Filosofia e na Teoria Social

### 7.2.1 A Questão do Poder na Filosofia

A questão do poder, como será visto mais adiante, remete à própria interação social, na qual os indivíduos acabam exercendo diferentes graus de influências<sup>179</sup> (e expectativas) uns sobre os outros, segundo a capacidade de cada um de acessar e utilizar um conjunto de recursos de que dispõe.

Inicialmente, se pode pensar que o poder é a potência de efetuar um desempenho determinado. Mas, como já alertava Aristóteles, há que se observar a distinção existente entre a potência e o ato, ou melhor, o efetivo. Potência, segundo Max Weber, significa toda oportunidade de impor a sua própria vontade, no interior de uma relação social, até mesmo contra resistências, pouco importando em que repouse tal oportunidade. O poder, por sua vez, inclui ainda um suplemento, ausente da potência. Existe poder quando a potência, determinada por uma certa força, se explicita de uma maneira muito precisa (LEBRUN, 1981). A força, como lembra Lebrun, não significa necessariamente a posse de meios violentos de coerção, mas de meios que permitam influir no comportamento de outra pessoa. O poder, então, se explicita sob o modo da ordem dirigida a alguém que, presume-se, deve cumpri-la. Isto quer dizer, de acordo com Max Weber, dominação, que é “a probabilidade de que uma ordem com um determinado conteúdo específico seja seguida por um dado grupo de pessoas”.

Lebrun (1981) considera que o poder tem dois significados fundamentais: (1) o de *tornar-se ou vir a ser*, indicando uma possibilidade de acontecimento ou o devir de um estado a ser alcançado, desde que encontradas as condições básicas para a transformação e (2) o de *capacidade*, entendido como a potência, em estado latente,

---

<sup>179</sup> Influência pode ser entendida como um “[...] tipo de poder – inconsciente, influência não negociada – que o controle social é exercido e que as regras do jogo, permitindo a sociedade como um todo a continuar funcionando, são impostas, em face das pressões divergentes de todos os diferentes interesses em jogo.” (CROZIER, 1973, p.225).

intrínseca a uma determinada entidade que pode ativá-la/acioná-la a qualquer momento, mediante o seu interesse. Tanto num quanto noutro sentido, a questão radica sua fonte numa possibilidade de acesso diferencial e/ou uso de recursos que se encontram numa dada situação material especificamente. Essa capacidade desigual confere um alto grau de liberdade ao indivíduo, mas, por outro lado, gera incerteza em relação à conduta dos outros para com ele.

Entendida como a capacidade dos homens livres de qualquer constrangimento social (i.e., em estado de natureza) de realizarem toda e qualquer ação que lhes conviesse, desde que estivesse ao alcance de suas forças, a problemática do poder, tal como analisada no âmbito da filosofia, se traduziu, empiricamente, como o problema da construção de uma “ordem” – artificial, externa, superior e coercitiva – aos homens de uma dada comunidade, situada num dado contexto espaço-temporal.

Dessa forma, a questão do poder, na filosofia, sobretudo na filosofia política moderna, foi tratada sob a rubrica da ordem. A marca de nossa modernidade política, dizia Lebrun (1981), é a ideia de uma dominação suprema, um poder constitutivo da Cidade. Com o nascimento da modernidade política, a ideia de uma dominação suprema que a embasa foi exposta por um inglês do século XVII, Thomas Hobbes. Hobbes (1651[2008], p.) confere ao Príncipe legítimo uma potência tal que o exercício do seu poder acha-se liberto de toda norma ou regra, como se vê:

O soberano de uma República, seja ele uma assembleia ou um homem, não está absolutamente sujeito às leis civis. Pois, tendo o poder de fazer ou desfazer as leis, pode, quando lhe apraz, livrar-se desta sujeição revogando as leis que o incomodam e fazendo novas.

Entre 1550 e 1650, produziu-se, na Europa, uma alteração considerável na situação da autoridade política frente ao corpo social: a monarquia tornou-se absoluta e legisladora. E, ao que parece, o que pressionou a produção desta mutação foram fatores essencialmente econômicos. Desde o fim da Idade Média, o desenvolvimento da tecnologia comercial e das transações era pouco compatível com o fracionamento dos poderes locais. Foi no fim do século XIV que nasceu um complexo institucional dotado de poder próprio, encarregado de garantir a segurança e a justiça, e que se outorgou o monopólio da determinação dos direitos e deveres de cada um (LEBRUN, 1981).

Neste contexto, Hobbes define o grande Leviatã, chamando-o de República ou Estado, como um homem artificial, “de maior estatura e força que o homem natural,

para cuja proteção e defesa foi criado” (HOBBS, 2008[1651], p.15). E esta criação deve coincidir plenamente com a criação de um corpo político. Para isso, cada homem deve dizer a cada homem: “cedo e transfiro meu direito de governar a mim mesmo a este homem, ou a esta assembleia de homens, com a condição de que transfira a ele teu direito, autorizando de maneira semelhante todas as suas ações” (HOBBS, 2008[1651], p.131). Para que haja “corpo político”, é preciso que as vontades de todos sejam dispostas numa única vontade, e que exista um depositário comum: “o depositário dessa personalidade é chamado soberano, e dele se diz que possui poder soberano. Todos os restantes são súditos” (HOBBS, 2008[1651], p.131).

Mas, não é a troca de nada que os homens aceitam ser confiados ao soberano, e sim em troca de sua segurança. Então, o soberano tem a tarefa de zelar pela “vida boa e cômoda” dos súditos e pela sua segurança. Ainda, se a soberania pode limitar a discricção das liberdades individuais, nem por isso ela será o exercício de uma força repressiva. Sem esta força, que pode ter efeitos frustrantes ou desagradáveis, não haveria unificação nem “povo”, pois este se forma por aquela ser a única forma eficaz contra a desordem. Assim, Hobbes torna inteligível a cumplicidade inevitável entre súdito e soberano.

Segurança e possibilidade de gozar ao máximo, em paz, a vida, são os dois objetivos que os homens perseguem quando abandonam o estado de natureza e se tornam cidadãos. Este desejo natural de conservar-se, isto é, o que se chama direito, ou *jus* em latim, é uma inocente liberdade de empregar o seu poder e a sua força natural. No estado de natureza, tem-se o “direito” a tudo o que se quer e se pode apoderar de tudo o que é bom, segundo o juízo. O direito é medido pelo útil.

Desse modo, por que haveria o homem de aceitar arbitragens? Por que se respeitaria a decisão de um árbitro “imparcial” e “justo”, se a tanto não fosse forçado? O utilitarismo de Hobbes leva-o, forçosamente, a admitir como necessário um poder, capaz de decidir e legislar, que tenha o seu princípio apenas em si próprio, e que não se refira a nenhuma legislação externa a ele. A única razão que pode “convencer” a obedecer à lei é que ela é a lei e saber que haverá castigo se for infringida.

“Antes da lei, não haveria injustiça”; “uma ação justa é a que não é praticada contra a lei”. Assim, em vez de ser medida por uma justiça preexistente, é a lei da Cidade que constitui a medida do justo. É a autoridade, não a verdade, que faz a lei. A razão, argumenta Hobbes, é sempre a razão do mais forte.

Hobbes afirma que cada homem pensa ter tanto direito quanto qualquer outro de decidir acerca do que é justo ou injusto. Se, de direito, os entendimentos ou as opiniões são iguais, quem poderia, razoavelmente, decidir, a não ser aquele interessado no Bem? Mas, sendo este igual a qualquer outro, como pode saber melhor o que é o Bem? Diante disso, não pode haver solução racional para os conflitos de valores. A recusa de um mundo dos valores, assim, se vincula, para Hobbes, ao postulado da igualdade: “é uma lei da natureza que todo homem reconheça os outros como seus iguais”.

Dessa maneira, para Hobbes, não há justificativa para uma sociedade de classes, por isso ele desconstrói a ideia de uma hierarquia natural. O único tipo de vínculo que pode convir a indivíduos iguais é a associação livremente consentida, concebida por juramentos recíprocos de fidelidade, em que cada homem se compromete a não mais ser agressor: o “consenso” é unânime. A partir desse pensamento de Hobbes, tem-se como efeito o crescimento da importância das relações mercantis e do pressuposto da igualdade entre comprador e vendedor.

Em suma, Hobbes está interessado em construir uma solução que permita integrar elementos separados numa totalidade em que se preserve sua igualdade original. É este o problema que será retomado por Rousseau no Contrato Social. Teórico da soberania absoluta, assim como Hobbes, Rousseau defende o direito absoluto do soberano de castigar, de declarar a guerra, de legislar, etc. Para ele, a “vontade geral”, se não for perturbada pelas facções e pelos *lobbies*, será “sempre reta e pendente sempre ao interesse público. O homem, no estado de natureza, de Rousseau é o bom selvagem, enquanto o de Hobbes é o lobo do homem”.

Segundo Rousseau, deixem que a “vontade geral” se exerça em estado puro e ela só almejará seu bem. A sua vontade decisória é, portanto, a medida da verdade, e os seus decretos, por uma questão de princípio, são sempre justos. Para o filósofo, os conflitos começaram a surgir quando os homens passaram a se diferenciar entre si, sobretudo com o advento e o desejo de propriedade, que vai do amor entre os sexos (e conseqüentemente do ciúme) à posse de bens materiais. Em O Contrato Social, Rousseau (2006[1762], p.28) associou claramente a guerra ao estado civil, e não ao estado de natureza:

[...] a guerra não representa, de modo algum, uma relação de homem para homem, mas uma relação de Estado para Estado, na qual os particulares só acidentalmente se tornam inimigos, não sendo como homens, nem como cidadãos, mas como soldados.

Rousseau considera justa uma sociedade política se esta garantir a paz social e a liberdade de seus associados. Isto é possível se a implantação daquela for a expressão da “vontade geral”. A vontade geral, segundo Rousseau, não é necessariamente a soma das vontades particulares, mas se aproxima da ideia de um interesse comum a toda sociedade, na qual cada particular trata de seus interesses, mas há um interesse que é inerente a todos e que justifica e legitima a formação do Estado. Essa vontade geral não é uma vontade particular que sujeita as outras e põe-nas em um estado de dependência moral. Ela tem o caráter impessoal das forças naturais. Não se é, então, menos livre ao se submeter a ela, mas só ela pode nos garantir contra a servidão.

A força que a vontade geral impõe à sociedade, segundo Rousseau, é mais eficaz para garantir a liberdade no Estado Civil do que a força particular de cada um no estado de natureza. Neste, cada um, individualmente, tenta assegurar a sua própria liberdade, o que pode gerar conflito. Já no Estado Civil, o corpo político deve garantir a liberdade de todos.

O pacto social estabelecido a partir da vontade geral produz

em lugar da pessoa particular de cada contratante, um corpo moral e coletivo, [...], e que, por esse ato, ganha sua unidade, seu eu comum, sua vida e sua vontade. [...] O que o homem perde pelo contrato social é a liberdade natural e um direito ilimitado a tudo quanto aventura e pode alcançar. O que ele ganha é a liberdade civil e a propriedade de tudo o que possui (ROUSSEAU, 1987, p.33; 36).

A liberdade civil, de que fala Rousseau, é aquela “que se limita pela vontade geral” (ROUSSEAU, 1987, P. 36), isto é, como membro da comunidade política não é mais possível ao homem considerar somente sua pessoa, tal como no estado de natureza, mas considerar todos os associados. Não mais obedecer a seus apetites, mas às leis acordadas com todos os demais e que estatui a si mesmo. A liberdade civil é, então, a “única a tornar o homem verdadeiramente senhor de si mesmo” (ROUSSEAU, 1987, p.37).

Assim, não é mais possível ao homem reivindicar liberdade natural no Estado Civil, uma vez que esta ele alienou a si mesmo para colocar-se inteiramente sob a proteção da comunidade política. Reivindicá-la na cidade é fazer de si mesmo seu adversário. Na cidade, gozando da liberdade civil, o homem tem “o direito de



reivindicar direitos”, pois reivindicá-los é pedir que o Estado, isto é, a comunidade política, faça justiça ao contrato originário.

Assim, a questão do poder na filosofia mostra-se, de forma geral, associada ao problema da criação de uma ordem. Embora o poder esteja entrelaçado com a (ou revestido pela) ideia de legitimidade, conferindo a autoridade (validade) do poder num dado contexto a um determinado grupo social, Crozier (1973) considera que o foco excessivo na autoridade, em vez do poder, é um erro, pois são duas questões diferentes da realidade e uma não substitui a outra. Além disso, ele argui que se a autoridade colapsa, as pessoas não se tornam simplesmente livres e transparentes. Se uma velha legitimidade é desfiada, um novo fenômeno de poder emerge e não pode ser ignorado sem criação de irresistível pressão sobre as velhas formas.

Quanto mais se reconhece a fragilidade da velha ordem baseada em nada além de convenções, e se descobre o quão livre nos somos para criar uma nova ordem, mais nós somos obrigados a reconhecer que nós não podemos escapar desse problema, que nós temos que absolutamente tentar achar um meio de regulação do poder nos relacionamentos entre as pessoas, e que todos os outros problemas são meramente as condições ou consequências desta questão fundamental (CROZIER, 1973, p.211-212 – tradução livre).

Portanto, o problema básico de toda a vida coletiva é o problema do poder. Ele, como será visto adiante, pode ser manifestado de diferentes formas e em diferentes contextos, e estar revestido ou associado a outros elementos (influência, dominação, liderança, etc.), mas é, antes de tudo, o ponto central sobre o qual essas distintas camadas e nuances a que se aplicam as definições secundárias têm de (obrigatoriamente) remeter (fazer referência).

## *7.2.2 A Questão do Poder na Teoria Social*

### *7.2.2.1 O problema da ordem empiricamente verificado*

O conceito de poder é central nas ciências sociais. O fenômeno do poder sempre acompanha todos os processos de integração social, e estes são um dos temas principais, senão o principal, da sociologia. Pode-se, mesmo, dizer que sem poder, nem integração nem sociedade são possíveis. De fato, nenhum relacionamento concreto entre quaisquer

indivíduos ou grupos pode ser livre de questões de poder e é somente por meio das ciências sociais que nós podemos avaliar os graus de progresso tornados possíveis pela evolução e julgar a capacidade dos homens de fazer melhores arranjos com o poder no futuro (CROZIER, 1973).

A construção de uma ordem, sempre contextual e artificialmente<sup>180</sup> criada, se coloca, então, como cientificamente verificada a partir de sua localização num dado agrupamento social – de extensão<sup>181</sup> variável – e num dado contexto espaço-temporal. Essas verificações empíricas, devido à multiplicidade de formas com que se apresentavam em (1) lugares (desde antropologia clássica em sociedades antigas à moderna antropologia urbana da escola de Chicago) e (2) épocas específicas (relatos históricos do século XVIII aos relatos contemporâneos) aliadas às (3) formas e métodos (da análise etnográfica à análise estatística para determinação de correlações sobre comportamento social – político, eleitoral, de consumo, etc.) e (4) aos prismas (funcionalista ou crítico) específicos que conduziam cada investigação, resultaram numa infinidade de relatos, cuja extensão e variabilidade estão fora do escopo de análise desta tese<sup>182</sup>.

No entanto, seja na sociologia, na antropologia, na teoria política ou na história, as explicações concernentes à questão do poder e da emergência de uma ordem social parecem variar sobre um *continuum* que vai desde o aspecto coercitivo do conflito aberto, mediado pela disposição diferencial de forças numa realidade material, passando

---

<sup>180</sup> No sentido de que não é um produto da natureza, mas sim humano e sempre sujeito a uma deliberação mais ou menos espontânea, por parte de algum ator. E também sempre sujeito à modificação e à revisão, o que implica, por outro lado, algum dispêndio de energia no sentido de sua manutenção sem (ou com o mínimo de) mudanças ao longo do tempo.

<sup>181</sup> Desde pequenos grupos, cf. Geroges Lapassade (1977), a comunidades regionais ou nacionais, cf. Benedict Andersen (2008), a extensão parece requerer apenas formas e mecanismos diferentes (ex.: uso de artefatos tecnológicos como tecnologias de informação e comunicação / TICs, à medida que os grupos crescem) de integração da comunidade simbólica, criação da coesão e da ordem, sem, contudo, afetar a questão da ordem em si – que é o argumento aqui desenvolvido. Portanto, o tamanho das comunidades é irrelevante, para o momento, para a argumentação proposta.

<sup>182</sup> O conceito de poder é, de fato, extremamente difícil de lidar. Ele é muito vago e ambíguo e facilmente também explica muitos problemas. Ele é difícil de clarificar, devido à sua imprecisão e às contradições que ele suscita, não da incerteza da palavra poder, mas da ambiguidade dos fatos de poder em si mesmos. Crozier (1973) registra que os sociólogos e cientistas políticos têm tido, de longa data, dificuldades com a questão do poder. De um lado, os sociólogos empiricamente orientados, num estreito tipo de cientificismo, desconsideram o fenômeno porque ele é muito impreciso ou porque não pode ser quantificado. Em seu lugar, eles estudam os determinantes das atitudes e comportamentos tomados como os únicos tipos de relacionamentos formais entre pessoas, ou o fenômeno da atração espontânea. Por outro lado, os autores mais clássicos, sociólogos humanistas, têm projetado esquemas interpretativos que eles não puderam desenvolver antes, por meio de teorias da ausência ou distribuição universal do poder. Em sua avaliação, as duas atitudes parecem ser complementares. Apesar desses obstáculos, pondera, ainda, que, nos últimos anos, cientistas sociais têm feito progressos, sobretudo na teoria da decisão, dos jogos, da ciência política e da sociologia das organizações.

pelos aspectos simbólicos de coerção pacífica, via integração ideológica dos atores num sistema considerado legítimo, até culminar com a total dominação não percebida pelos atores em posição subalterna na relação, que ocorre por meio da alienação e da ignorância.

Assim, é com base nesta leitura seletiva e particular da questão do poder, a partir dessa lógica de gradação do exercício do poder, em relações desequilibradas, mas que podem ser percebidas como tal ou não, e que uma vez percebidas, por sua vez, podem ser negociadas ou não, é que as práticas sociais de poder – sempre sustentadas, mantidas e/ou modificadas por seres humanos – vão se colocar como objeto de verificação empírica da ciência, visando seu conhecimento, explicação e intervenção. Dentro desse relato, nos ateremos, especialmente, às discussões da questão no âmbito da sociologia, em geral, e da sociologia das organizações, em particular, para efetuar um passo convergente com a próxima seção deste capítulo e com a argumentação geral da tese.

#### 7.2.2.2 A ordem como resultado do conflito aberto via imposição de força

Como foi demonstrado anteriormente, o poder remete à questão das capacidades de uma entidade. Essas capacidades podem ser efetivas (ou estarem sendo exercidas) ou latentes. As capacidades latentes podem ser efetivadas no longo prazo (probabilidade de ação) ou no curto prazo (potência de ação). Em ambos os casos, no entanto, sobretudo nas situações em que o exercício da capacidade de ação pode ser realizado iminentemente, a questão do poder (e da capacidade de ação de cada indivíduo) pode ser percebida<sup>183</sup> ou não pelos envolvidos numa dada situação.

Quando os envolvidos têm consciência sobre as assimetrias das capacidades dos atores envolvidos numa situação, eles podem entrar em acordo ou não sobre o “valor” das capacidades e a “justeza” (*fairness*) do acesso desigual a recursos e da capacidade de influenciar a situação em prol de um dos lados. Crozier (1973) classificou esse aspecto como dimensão moral do poder. [Nesse ponto ele se alinha a Boltanski e Thévenot (2006), que falaram dos universos de sentido – ou, metaforicamente, das cidades – que regem as possibilidades de percepção de justiça e engajamento dos atores,

---

<sup>183</sup> Fleetwood (2005) utiliza o termo “identificar” para frisar o fato de que existe uma estrutura (ou entidade) por trás daquela relação, independente do grau de conhecimento/percepção dos atores envolvidos e, conseqüentemente, da sua capacidade de identificação dessa estrutura/entidade existente.

numa deliberação percebida como justa ou não. Em geral, em sua visão, as percepções de injustiça referem-se à recorrência aos universos de sentido distintos que os atores fazem para analisar uma dada situação de disputa.] Assim, quando os atores envolvidos numa situação de interação conflitiva, isto é, de disputa, em que não há clara hegemonia de um sobre outro ou em que não há registro histórico de vencedores em lutas precedentes entre eles, eles buscarão medir forças no sentido de impor cada qual a sua visão de mundo sobre a realidade e, com isso, definir os parâmetros do que é legítimo ou não, do que pode ser feito ou não, etc.

É nesse contexto de conflito aberto, em que um não reconhece a hegemonia do outro na relação, que se ilustram-se as abordagens teóricas de autores das ciências sociais que privilegiam o conflito, o jogo e as relações de poder que se instauram entre os indivíduos em determinados contextos. Nelas, há, claramente, uma diferenciação entre vencedores e perdedores, bem como a identificação e a localização explícita dos atores dominantes e também dos mecanismos pelos quais se torna possível sua hegemonia. É importante ressaltar que, de algum modo, existe a participação dos atores dominados na reprodução do sistema, por meio da execução de práticas sociais, por parte dos seres humanos, que sustentam aquele sistema.

Para Crozier (1973), se nós olharmos o poder, não em termos da capacidade individual, mas em termos das relações que se desenvolvem entre as duas (ou mais) partes, “A” e “B”, descobriremos um elemento de *barganha* (ou troca) que altera completamente o significado da “coisa” (poder). As duas partes requerem uma medida de troca e ajuste mútuo.

A responde à demanda de B porque B tem respondido à [demanda] de A, ou, então, porque A pensa que B iria respondê-la. Se as duas partes são completamente livres e se a troca é igual, não se pode realmente falar em termos de poder. Mas, se o equilíbrio se pende [é derrubado] para um lado ou para o outro, e se esta desigualdade corresponde à respectiva situação das duas partes e isso não é o resultado do acaso ou um erro da parte de um deles, então, nós podemos falar de uma relação de poder. (CROZIER, 1973 p. 216-217 – tradução livre).

Assim, na visão do autor, é mais frutífero falar de negociação. Essa concepção de poder não apaga a essência da questão que gira em torno da ideia de “capacidade”, como bem nos mostra Lebrun (1981), mas acrescenta e põe em destaque a sua outra face: seu caráter relacional, que se instaura numa relação concreta qualquer. E é justamente sobre este aspecto relacional que a verdadeira análise sociológica da questão

deve se pautar. [Esse aspecto é fundamental para o desenvolvimento do argumento deste capítulo, pois consideramos aqui o poder como uma capacidade relacional de ação desigual dada numa situação concreta, cuja desigualdade se verifica pelo acesso e uso de elementos da realidade material e cujo reconhecimento depende da inscrição “moral” da troca num dado registro (concepção de mundo ou universo simbólico) que pertence ao domínio da realidade ideal.] A seguir, resgatamos, brevemente, três registros sob os quais a questão do poder tem sido vista do ponto de vista do conflito [em torno do domínio moral, não das regras do jogo].

*a) Marx e as classes sociais*

Dentre esses autores, o mais emblemático nesta arena, sem dúvida, é Marx. A análise marxista parte de uma realidade material (infraestrutura<sup>184</sup>) desigualmente acessada e usufruída pelos indivíduos, o que se replicaria nas relações sociais por meio da imposição de determinadas posições sociais, tipos de trabalho, acesso e apropriação de recursos e riquezas, etc. (superestrutura<sup>185</sup>). Esse tipo de análise abriu caminho para um conjunto de estudos posteriores cujo enfoque priorizava o conflito.

Segundo Hardy e Clegg (2001), as relações de poder em Marx são dadas pelas classes sociais. Estas são definidas e explicadas em termos de sua posição e participação no sistema produtivo da sociedade (VASCONCELLOS, 2004; 2010). Para essa vertente, o sistema de produção é estratégico, pois revela o acesso e a distribuição dos recursos materiais entre os indivíduos de uma dada sociedade (RIBEIRO, 1979; VASCONCELLOS, 2011). Além disso, revela também a reprodução das relações sociais desiguais por meio de elementos de mediação – que funcionam para pacificação do conflito – à medida que aumenta a distância entre o trabalhador e o produto de seu trabalho. Essa separação se dá pela alienação e a apropriação (indevida) privada do

---

<sup>184</sup> Refere-se à base econômica e objetiva (material) a partir da qual os modos de produção (trabalho) são articulados. No marxismo, os fatos objetivos ou materiais, a partir dos quais os modos de produção (trabalho) se desenvolvem, são, ontologicamente, os primeiros dados da realidade. Assim, as relações concretas e necessárias ao trabalho precedem as ideias que representam essas relações, uma vez que o trabalho tem como papel suprir não apenas as necessidades sociais, mas, antes delas, as próprias necessidades biológicas de subsistência (SALAZAR, 2008).

<sup>185</sup> A superestrutura refere-se às ideias e representações criadas a respeito da infraestrutura. Ela é composta pelas representações da religião, das leis abstratas do direito, das ideologias, etc. Nada pode ser feito apenas alterando-se os elementos supraestruturais. Qualquer proposta de mudança social deve passar, necessariamente, por mudanças na infraestrutura (SALAZAR, 2008).

trabalho de outrem (individual ou coletivo), mediante um sistema de trabalho específico dirigido pela obtenção da mais valia; sistema esse que é parte inerente e condição vital de reprodução do sistema capitalista (VASCONCELLOS, 2012).

Segundo Hardy e Clegg (2001), Marx argumentava que os interesses de classe são estruturalmente pré-determinados e que eles derivam das relações concernentes à propriedade e ao controle dos meios de produção. Ainda segundo esses autores, o olhar sobre como o poder é estruturado dentro da organização, seguindo a concepção marxista, deriva do trabalho sobre estruturas de classe. As conceituações desenvolvidas nessa linha residem sobre interesses e mostram a arena da vida organizacional que, basicamente, se questionam: como são as organizações acomodadas às condições gerais de dominação econômica e de subordinação? Na avaliação dos autores, existe apenas um pequeno espaço para o discernimento e para oportunidades de ação estratégica (HARDY; CLEGG, 2001).

Por outro lado, esses autores consideram que Weber alargou essa visão ao considerar tanto as relações na produção quanto as relações de produção. Aceitava que o poder era derivado da propriedade e do controle dos meios de produção, mas não se reduzia exclusivamente às categorias dicotômicas de propriedade e não propriedade. Em sua visão, o poder deriva tanto da propriedade quanto do conhecimento. As estruturas de dominação da organização não dependem apenas do poder econômico para sua construção e permanência (HARDY; CLEGG, 2001).

### *b) Weber e a dominação*

Dois pensadores, Nietzsche e Marx<sup>186</sup>, contemporâneos de Weber<sup>187</sup>, foram determinantes na conformação das proposições weberianas: a análise dos mecanismos psicológicos feita por Nietzsche, na qual as ideias se tornam racionalizações que são

---

<sup>186</sup> Auguste Comte – e de forma geral, o Positivismo – influenciou, de forma bastante significativa, a abordagem metodológica de Weber. Já Kant e os neokantianos, com sua valorização do indivíduo e sua crítica da dominação social, também foram fontes de referência consistentes para Weber. Em particular, a multicausalidade, defendida pelos neokantianos, teve papel fundamental nas construções teóricas de Weber.

<sup>187</sup> Gerth e Mills (1982) dividem a produção de Max Weber em seis grandes “orientações intelectuais” (ou temas): (1) o “confronto” entre Weber e Marx; (2) a discussão sobre a burocracia e o carisma; (3) os métodos da Ciência Social; (4) a sociologia das ideias e interesses; (5) as estruturas sociais e tipos de capitalismo e (6) as condições de liberdade e a imagem do homem.

usadas como formas de aspiração individual e de poder – denominada “vontade de poder”. Nietzsche inspira em Weber, ainda, uma grande preocupação com o futuro do século XX. Eles comungavam da ideia de que os valores, como uma opção individual, acabariam levando à tirania e ao horror – de acordo com Nietzsche – e à alienação burocrática, na visão de Weber. A relação interdiscursiva com Marx foi, entretanto, o balizador de grande parte das proposições de Weber. Divergindo em alguns aspectos, mas concordando em outros, a influência de Marx pairou de forma sistemática sobre a produção intelectual de Weber<sup>188</sup>.

Em Weber, a questão do poder é entendida pela ideia central em sua obra do conceito de dominação. Weber (2004) conceitua dominação como a probabilidade de encontrar obediência para ordens específicas (ou todas) dentro de determinado grupo de pessoas. Não significa, portanto, toda a série de possibilidade de ‘poder’ ou ‘influência’ sobre outras pessoas. Em cada caso individual, a dominação (‘autoridade’), assim definida, pode basear-se nos mais diversos motivos de submissão: desde o hábito inconsciente até as considerações mais puramente racionais, referentes a fins. Para que haja dominação, é necessário certo mínimo de *vontade* de obedecer, ou seja, de interesse (interno ou externo) na obediência. Esse interesse, segundo o autor, faz parte de toda relação autêntica de dominação.

O conceito de relação de dominação não exclui a possibilidade de esta ter surgido em virtude de um contrato formalmente livre: assim, por exemplo, a dominação do patrão sobre o empregador, que se manifesta nos regulamentos. A circunstância de que a obediência em virtude da disciplina militar é formalmente involuntária, enquanto a obediência em virtude da disciplina é formalmente voluntária, nada muda o fato de que também a disciplina na oficina é submissão a uma dominação. A situação de involuntariedade absoluta só existe no caso do escravo. Por outro lado, não se pode

---

<sup>188</sup> A principal divergência entre ambos centrou-se na explicação da evolução até o capitalismo moderno. Enquanto Marx argumentava que o domínio dos meios de produção e a luta de classes foram os determinantes históricos que levaram ao surgimento do capitalismo moderno que, trazia em si, os elementos de conflito que acabariam por levar a seu fim e sua substituição pelo socialismo, para Weber, o materialismo histórico não seria a única causa do capitalismo. Na visão deste, os hábitos, atitudes e crenças do protestantismo (a chamada ética protestante), que favoreciam o trabalho e a acumulação do capital, e que eram predominantes nos países ocidentais que encabeçaram o desenvolvimento capitalista deveriam, também, ser vistos como uma causa do surgimento do capitalismo moderno. Em alguns aspectos, contudo, Weber e Marx concordavam em suas formulações ou concepções de mundo. Além da preocupação da análise do capitalismo, ambos tinham uma preocupação com o destino do homem dentro da moderna sociedade capitalista. Os dois também compartilhavam uma oposição à visão do consenso, defendida por Durkheim, que marcou o início dos estudos sociológicos. Enquanto Weber deu à dimensão individual (a ação do sujeito e sua motivação) papel de destaque em suas análises, Marx atribuiu ao conflito de classes essa função.

chamar de dominação qualquer poder econômico condicionado por situação monopólica, isto é, neste caso, a possibilidade de ditar aos parceiros as condições de troca, assim como qualquer outra influência condicionada por sua superioridade erótica, esportiva, argumentativa, etc. Ou seja, mesmo que se possa exercer certa influência sobre outros, não se pode chamar de dominação, a menos que exista uma relação de obediência imediata, de forma que sejam dadas e controladas em sua execução instruções por sua direção, com a pretensão e a probabilidade de que sejam respeitadas pura e simplesmente como tais.

O que é decisivo para identificar uma situação de dominação é a própria pretensão de legitimidade (ou seja, de convencimento, de fazer com que os outros introjetem essa relação de tal forma que aceitem tal situação como natural), por sua natureza, seja válida em grau relevante, consolide sua existência e determine, entre outros fatores, a natureza dos meios de dominação escolhidos (dominação garantida de modo tão absoluto que a situação de indefesa pode fazer com que o dominador esteja em condições de desdenhar toda a pretensão de legitimidade).

Obediência significa que a ação de quem obedece ocorre substancialmente como se tivesse feito do conteúdo da ordem e em nome dela a máxima de sua conduta, e isso unicamente em virtude da relação formal de obediência, sem tomar em consideração a opinião própria sobre o valor ou desvalor da ordem com tal (agir de modo executivo, sem questionar, apenas cumprindo).

Nem toda dominação se serve de meios econômicos e, muito menos, tem fins econômicos. Mas, toda dominação de uma pluralidade de pessoas requer normalmente (não invariavelmente) um **quadro de pessoas** (quadro administrativo). Isso porque é por meio deste quadro que se dá a probabilidade normalmente confiável de que haja uma ação dirigida especialmente à execução de disposições gerais e ordens concretas, por parte de pessoas identificáveis com cuja obediência se pode contar. A natureza dos motivos pelos quais o quadro administrativo obedece determina em amplo grau ou tipo de dominação.

Motivos *puramente* materiais e racionais referentes a fins da vinculação entre senhor e quadro administrativo significam, aqui, bem como em todos os demais casos, uma relação relativamente instável. Em regra, entram nessas relações também outros motivos – afetivos ou racionais referentes a valores. Em casos extraordinários, estes podem ser os únicos decisivos [...] Mas, nem o costume ou a situação de interesses, nem os motivos puramente afetivos ou racionais referentes a valores da vinculação poderiam constituir fundamentos [únicos] confiáveis de uma dominação. Normalmente, junta-se a esses fatores



outro elemento: a crença na legitimidade. (WEBER, 2004, p. 139).

Nenhuma dominação contenta-se voluntariamente com motivos puramente materiais ou afetivos ou racionais referentes a valores, como possibilidades de sua persistência. Toda dominação procura despertar e cultivar a crença em sua “legitimidade”, que advém de diferentes fontes (WEBER, 2004). Isso asseguraria, de forma mais eficaz, a possibilidade de obediência. Além disso, na realidade de uma situação concreta, as formas de dominação se apresentam, de algum modo, misturadas, sendo sua separação – segundo o emprego do método dos tipos ideais por ele criado – uma forma analítica de se compreender, com mais acurácia, a questão.

O tipo de obediência e o quadro administrativo para garanti-la (e seus efeitos) irão diferir de um caso a outro, dependendo da natureza de legitimidade pretendida. A legitimidade de uma dominação – já que guarda relações bem definidas para com a legitimidade da propriedade – tem um alcance que de modo algum é ideal. Nem toda pretensão convencional ou juridicamente garantida pode ser chamada de dominação. A legitimidade de uma dominação deve ser considerada apenas como uma probabilidade de, em grau relevante, ser reconhecida e praticamente tratada como tal. Nem de longe ocorre que toda obediência a uma dada dominação esteja orientada primordialmente (ou, pelo menos sempre) por essa crença. A obediência de um indivíduo ou grupos inteiros pode ser dissimulada por uma ocasião de oportunidade, exercida na prática por interesse material próprio ou aceita como inevitável por fraqueza e desamparo individuais.

As classes de dominação podem ser distinguidas a partir de suas pretensões típicas de legitimidade. São três as formas de dominação, segundo Weber (2004, p. 141):

A vigência de sua legitimidade pode ser, primordialmente:

1. de caráter *racional*: baseada na crença na legitimidade das ordens estatuídas e do direito de mando daqueles que, em virtude dessas ordens, estão nomeados para exercer a dominação (dominação legal), ou
2. de caráter *tradicional*: baseada na crença cotidiana na santidade das tradições vigentes desde sempre e na legitimidade daqueles que, em virtude dessas tradições, representam a autoridade (dominação tradicional), ou, por fim,
3. de caráter *carismático*: baseada na veneração extracotidiana de santidade, do poder heroico ou do caráter exemplar de uma pessoa e das ordens por esta reveladas ou criadas (dominação carismática).

No caso da dominação carismática, o que importa é como, de fato, essa

qualidade é avaliada pelos carismaticamente dominados – os adeptos.

Denominamos “*carisma*” uma qualidade pessoal considerada extraordinária (na origem, magicamente condicionada, no caso tanto dos profetas quanto dos sábios curandeiros ou jurídicos, chefes de caçadores e heróis de guerra) e em virtude da qual se atribuem a uma pessoa poderes ou qualidades sobrenaturais, sobre-humanos ou, pelo menos, extracotidianos específicos ou então se a toma como enviada por Deus, como exemplar e, portanto, como “*líder*”. (WEBER, 2004, p. 158-159).

Sobre a validade do carisma decide o livre reconhecimento dos dominados, consolidado em virtude de provas (originariamente em virtude de milagres) e oriundo da entrega à revelação, da veneração de heróis ou da confiança do líder. Mas, esse reconhecimento não é a razão da legitimidade. É, antes, um dever das pessoas chamadas a reconhecer esta qualidade, em virtude de vocação e de provas. “Psicologicamente, esse “reconhecimento” é uma entrega crente e inteiramente pessoal, nascida do entusiasmo ou da miséria e esperança” (WEBER, 2004, p. 159).

A associação de dominação comunidade é uma relação comunitária de caráter emocional. O quadro administrativo do senhor carismático não é um grupo de “funcionários profissionais”, e muito menos ainda têm formação profissional. Não é selecionado segundo critérios de dependência doméstica ou pessoal, mas segundo as qualidades carismáticas (ex.: profeta – discípulos, guerreiro – séquito). Não há colocação nem destituição, nem carreira nem ascensão, mas apenas a nomeação segundo a inspiração do líder. Não existe hierarquia, mas somente a intervenção do líder, no caso de insuficiência carismática do quadro administrativo para cumprir as tarefas. Não existe salário nem prebenda, os discípulos vivem com o senhor num comunismo de amor ou camaradagem, a partir dos meios obtidos de fontes mecênicas. Não há regulamento algum, nem formas jurídicas abstratas, o formalmente decisivo são as criações de direito, para cada caso individual e, originariamente, somente juízos de Deus e revelações. Materialmente, porém, aplica-se a toda a dominação carismática a genuína frase: “Está escrito – mas em verdade vos digo”. O profeta genuíno, bem como o príncipe guerreiro genuíno, em geral, anuncia, cria, exige mandamentos novos – no sentido originário do carisma: em virtude de revelação, do oráculo, de inspiração ou, então, de sua vontade criadora concreta, reconhecida, devido à sua origem, pela comunidade qualquer. O reconhecimento é um dever.

Quando duas ordens conflitam (dadas por duas pessoas com pretensões a validade carismática), há uma luta decidida por meios mágicos ou por reconhecimento

por parte da comunidade, em que somente uma será certa e a outra será errada. A dominação carismática, como algo extracotidiano, opõe-se à dominação racional burocrática e à tradicional, pois estas são formas cotidianas, enquanto a carismática é justamente o contrário.

O carisma puro é alheio à economia. Não conhece a apropriação do poder senhorial ao modo de uma propriedade de bens, seja pelo senhor, seja por poderes estamentais, pois só é legítima enquanto e na medida em que vale, ou seja, em que encontra reconhecimento pessoal. Do ponto de vista de economia racional, é uma atitude antieconômica, pois recusa todo o entrelaçamento com o cotidiano. Alguns podem viver de rendas para se despreocupar em relação à provisão de meios materiais cotidianos, mas, para a maioria dos carismáticos revolucionários normais, não se aplicam.

O carisma é a grande força revolucionária nas épocas de forte vinculação à tradição. Diferentemente da *ratio*, que ou atua de fora para dentro – pela modificação das circunstâncias e problema da vida e assim, indiretamente, das respectivas atitudes –, ou então por intelectualização, o carisma pode ser uma transformação com ponto de partida íntimo, a qual, nascida de miséria ou entusiasmo, significa uma modificação da direção da consciência e das ações, com orientação totalmente nova de todas as atitudes diante de todas as formas de vida e diante do mundo, em geral.

Weber (2004) fala em rotinização do carisma quando a relação de dominação carismática não é puramente efêmera, mas assume um caráter de dominação permanente – comunidade de correligionários, guerreiros ou discípulos, ou associação de partido, ou associação política ou hierocrática. A dominação carismática que, por assim dizer, somente *in statu nascendi* existiu em pureza típico-ideal, tem de modificar substancialmente seu caráter: tradicionaliza-se ou racionaliza-se, ou ambas as coisas em vários aspectos. Os motivos que impulsionam para isso são: (a) *o interesse ideal ou material dos adeptos na persistência e reanimação contínua da comunidade* ou (b) *o interesse ideal ou material dos mais fortes, do quadro administrativo em continuar a existência da relação*, de tal modo que seja colocada a posição própria sobre um fundamento cotidiano (estabilidade). Esses interesses tornam-se atuais quando desaparece a pessoa portadora de carisma e surge a questão da sucessão<sup>189</sup>.

---

<sup>189</sup> Segundo Weber (2004), pode haver as seguintes soluções:

a) *escolha nova, segundo determinadas características*, de uma pessoa qualificada para a liderança;

“¶.12 a. Condição prévia da rotinização do carisma é a eliminação de sua atitude alheia à economia, sua adaptação a formas fiscais (financeiras) da provisão de necessidades e, com isso, a condições econômicas capazes de render impostos e tributos” (WEBER, 2004, p. 165).

Em todos os casos, um motivo impulsionador da rotinização do carisma é o empenho por assegurar, por legitimar as posições sociais de mando e as oportunidades econômicas para os sequazes adeptos do senhor. A rotinização não é ocasionada somente pelo problema do sucessor, mas, ao contrário, o problema principal é a transição dos quadros e princípios administrativos carismáticos para os cotidianos. A rotinização não se realiza, via de regra, sem lutas. No início, são inesquecíveis as exigências pessoais em relação ao carisma do senhor, e a luta entre o carisma de cargo ou o hereditário e o pessoal constitui um processo típico na história. Nesse sentido, Weber propõe que haveria uma permanente tensão entre os movimentos carismáticos (formado por líderes e ideias) e a rotinização racional (embasada na durabilidade das instituições e da prevalência dos interesses materiais).

O carisma é um fenômeno inicial típico de dominações religiosas proféticas ou políticas de conquista que, no entanto, cede aos poderes do cotidiano logo que a dominação está assegurada e, sobretudo, assim que assume caráter de massa. Quanto mais desenvolvidas são as dependências intereconômicas da economia monetária, tanto mais forte torna-se a pressão de necessidades cotidianas dos adeptos e, com isso, a tendência à rotinização que atuou por toda a parte e, via de regra, rapidamente venceu.

Uma das formas de rotinização do carisma se deu por meio da sua substituição pela dominação tradicional.

Denominamos uma dominação *tradicional* quando sua legitimidade repousa na crença na santidade de ordens e poderes senhoriais tradicionais (“existentes desde sempre”). Determina-se o senhor (ou vários senhores) em

- 
- b) *escolha nova por revelação*, a legitimidade do portador de carisma está deduzida da legitimidade da respectiva *técnica* (legalização da escolha);
  - c) *por designação do sucessor pelo portador anterior* do carisma;
  - d) *por designação do sucessor pelo quadro administrativo* carismaticamente qualificado;
  - e) *pela ideia de que o carisma seja uma qualidade de sangue* e, portanto, seja inerente ao clã do portador. [...] O conceito de carisma muda de reconhecimento por parte dos dominados para direito próprio de alguém de exercer o poder de mando (mesmo que ele seja desprovido de carisma pessoal) (*princípio da estabilização da sociedade nas bases tradicionais, conseqüentemente, mudança na sua base de dominação*).
  - f) *Pela ideia de que o carisma seja uma qualidade mágica* e de que por meios hierurgicos de um portador dele, *possa ser transmitida* para outras pessoas (Ex.: carisma sacerdotal transmitido por unção).

virtude de regras tradicionais. A ele se obedece em virtude de dignidade pessoal que lhe atribui à tradição. A associação dominada é, no caso mais simples, em primeiro lugar uma associação de piedade caracterizada por princípios comuns de educação. O dominador não é um “superior”, mas *senhor* pessoal; seu quadro administrativo não se compõe primariamente de “funcionários”, mas de “servidores” pessoais, e os dominados não são “membros” da associação, mas 1) “companheiros tradicionais” (§§. 7 a) ou “súditos” (WEBER, 2004, p. 148).

Decisiva é a fidelidade pessoal do servidor. Aqui, não se obedece a estatutos, mas à pessoa, indicada pela tradição. As ordens são legitimadas de dois modos: a) em parte, em virtude da tradição que determina inequivocamente o conteúdo das ordens e da crença no sentido e alcance destas; b) em parte em virtude do livre arbítrio do senhor, ao qual a tradição deixa espaço correspondente (para a reinterpretação das ordens).

Esse arbítrio tradicional baseia-se na ausência de limitações que caracteriza a obediência em virtude do dever e piedade. Dentro da ação do senhor materialmente independente da tradição, o senhor pode manifestar benevolência, segundo livre arbítrio sobre graça ou desgraça, segundo simpatia ou antipatia pessoal, particularmente comprável por presentes.

A natureza efetiva do exercício de dominação está determinada por aquilo que habitualmente o senhor e seu quadro administrativo podem permitir-se fazer diante da obediência tradicional dos súditos, sem provocar resistência. A resistência, quando surge, dirige-se contra a pessoa do senhor ou servidor que desrespeitou os limites tradicionais do poder, e não contra o sistema como tal. Criações efetivamente novas só podem legitimar-se com a pretensão de terem sido vigentes desde sempre ou reconhecidas em virtude do dom de sabedoria.

O senhor domina com o quadro administrativo ou sem ele. O quadro administrativo típico pode ser recrutado a partir de: (a) *pessoas tradicionalmente ligadas ao senhor*, por vínculos de piedade (membros do clã, escravos, funcionários domésticos, clientes, colonos, libertados) e (b) *recrutamento extrapatrimonial* (em virtude de relações pessoais de confiança - favoritos independentes de todas as espécies - pacto de fidelidade legitimado com o senhor - vassalos - e funcionários livres que entram na relação de piedade para com o senhor).

Os tipos primários de dominação tradicional (gerontocracia e patriarcalismo primário<sup>190</sup>) são os casos em que falta um quadro administrativo pessoal do senhor. Ela

---

<sup>190</sup> A gerontocracia é a situação em que, havendo alguma dominação dentro da associação, esta é exercida

atua, primeiramente, nas formas de gestão econômica e só de modo muito geral no fortalecimento e na manutenção das ideias tradicionais. Há assim uma tendência inerente ao patriarcalismo e patrimonialismo à regulação materialmente orientada da economia, por ideais culturais utilitários ou ético sociais ou ainda materiais, e, portanto, o rompimento de sua racionalidade formal, orientada pelo direito dos juristas.

O capitalismo moderno foi preparado nas associações urbanas, especificamente ocidentais, administradas de modo relativamente racional. Os estados patrimoniais da Idade Média distinguem-se fundamentalmente de todos os outros quadros administrativos, em todas as demais associações políticas do mundo, em virtude da natureza formalmente racional de uma parte de seu quadro administrativo (juristas profanos e canônicos).

Já a dominação legal com quadro administrativo burocrático, ou dominação legal, baseia-se nas seguintes ideias entrelaçadas de:

1. *que todo direito, mediante pacto ou imposição, pode ser estatuído de modo racional* – racional referente a fins ou racional referente a valores (ou ambas as coisas) – *com a pretensão de ser respeitado pelo menos pelos membros da associação*, mas também, em regra, por pessoas que, dentro do âmbito de poder desta (no caso de associações territoriais: dentro do território), realizem ações sociais ou entrem em determinadas relações sociais, declaradas relevantes pela ordem da associação;
2. *que todo direito é, segundo sua essência, um cosmos de regras abstratas, normalmente estatuídas com intenções*; que a judicatura é a aplicação dessas regras ao caso particular e que a administração é o cuidado racional de interesses previstos pelas ordens de associação [...] segundo princípios indicáveis de forma geral;
3. *que, portanto, o senhor legal típico, o superior, enquanto ordena e, com isso, manda, obedece por sua parte à ordem impessoal*, pela qual orienta as suas disposições; isso também se aplica ao senhor que não é um funcionário público – ex.: presidente eleito de um Estado;
4. *que quem obedece só o faz como membro da associação, e obedece ao direito*;
5. *que os membros da associação ao obedecerem ao senhor, só estão obrigados à obediência dentro da competência objetiva, racionalmente limitada, que lhe foi atribuída por essas ordens*, pois não o fazem à pessoa deste, mas sim, àquelas ordens impessoais.

As categorias fundamentais da dominação racional são:

1. *exercício contínuo (dentro de determinadas regras) de funções oficiais, dentro de determinada competência*, o que significa: a) um âmbito

---

pelos mais velhos, sendo os melhores conhecedores da tradição sagrada. O patriarcalismo é a situação em que, dentro de uma associação doméstica, muitas vezes primordialmente econômica e familiar, a dominação é exercida por um indivíduo determinado normalmente segundo regras fixas de sucessão. Não é rara a coexistência de gerontocracia e patriarcalismo (WEBER, 2004).

objetivamente limitado (em virtude da distribuição de serviços obrigatórios ou não), b) com a atribuição de poderes de mando eventualmente requeridos, c) com limitação fixa dos meios coercitivos admissíveis e das condições de sua aplicação. Um exercício organizado dessa forma denomina-se “autoridade institucional”;

2. *princípio da hierarquia oficial*, i.e., da organização de instâncias fixas de controle e supervisão para cada autoridade institucional, com direito de apelação ou reclamação das subordinadas às superiores;

3. *as regras segundo as quais se procede podem ser: regras técnicas ou normas* (para atingir a racionalidade plena, é necessária, em ambos os casos, uma qualificação profissional, verificada por meio de comprovação de uma especialização profissional – diplomas);

4. *aplica-se (em caso de racionalidade) o princípio da separação absoluta entre o quadro administrativo e os meios de administração da produção*. Idem para o patrimônio da instituição e o patrimônio privado, bem como o local das atividades e o domicílio;

5. *em caso de racionalidade plena, não há qualquer apropriação do cargo pelo detentor*;

6. *princípio da documentação dos processos administrativos*, fixados por escrito, mesmo quando a prática corrente seja a oral. O escritório se torna o ponto essencial de toda moderna ação de associação.

A dominação legal pode assumir formas diversas, por isso focar-se-á na análise do tipo ideal, entendendo dominação legal como funcionalismo, burocracia. O tipo mais puro de dominação legal é aquele que se exerce por meio de um quadro administrativo burocrático, que se compõe por funcionários individuais, os quais: a) *são pessoalmente livres*, obedecem somente às obrigações objetivas de seu cargo, b) *são nomeados* (e não eleitos) *numa hierarquia rigorosa de cargos*, c) *têm competências funcionais fixas*, d) em virtude de um *contrato*, portanto, (em princípio) *sobre a base livre de seleção*, e) *possuem qualificação profissional verificada* por diploma, f) *exercem seu cargo como profissão única ou principal*, g) *têm perspectiva de carreira*, com progressão por eficiência ou tempo (ou ambos), h) *trabalham em separação absoluta dos meios administrativos* e sem apropriação do cargo e i) *estão submetidos a um sistema rigoroso de disciplina e controle do serviço*.

A autoridade institucional existe em grandes empresas privadas, partidos, exércitos, no Estado, na igreja. Nem toda autoridade institucional tem poderes de mando. A nomeação por contrato, portanto, a livre seleção, é um elemento essencial da burocracia moderna. Quando trabalham funcionários não livres (escravos) (todo o resto permanecendo igual ao tipo ideal), falamos de burocracia patrimonial. O grau de qualificação profissional cresce continuamente na burocracia. Ministros e presidentes dos estados modernos são os únicos funcionários dos quais não se exige formação específica. No topo da administração burocrática existe pelo menos um elemento que não tem caráter puramente burocrático. O salário fixo é o normal. As prebendas, receitas

apropriadas de emolumentos, são normalmente uma categoria de apropriação de oportunidades e de aquisição de cargos. Cargos de profissão acessória ou honoríficos, por sua vez, são exceções. O padrão burocrático é que a pessoa exerça seu cargo como profissão principal.

Administração puramente burocrática é [...] a forma mais racional do exercício da dominação, porque nela se alcança tecnicamente o máximo de rendimento em virtude e precisão, continuidade, disciplina, rigor e confiabilidade – isto é, calculabilidade tanto para o senhor quanto para os demais interessados –, intensidade e extensibilidade dos serviços, e aplicabilidade formalmente universal a todas as espécies de tarefas. (WEBER, 2004, p. 145).

O desenvolvimento do estado moderno aconteceu com base na célula germinativa da administração burocrática.

Toda nossa vida está encaixada nesse quadro. Pois uma vez que a administração burocrática é *por toda a parte – ceteris paribus* – a mais racional do ponto de vista técnico-formal, ela é pura e simplesmente inevitável para todas as necessidades da administração de *massas* (de pessoas ou de objetos) (WEBER, 2004, p. 146).

Do mesmo modo que os dominados só podem defender-se normalmente contra uma dominação burocrática existente criando uma contraorganização própria, também sujeita à burocratização, o próprio aparelho burocrático é obrigado a continuar funcionando em virtude de interesses de natureza material ou puramente objetiva, i.e., ideal. Sem ele, numa sociedade com *separação* dos funcionários, empregados e trabalhadores dos meios administrativos e com indispensabilidade de disciplina e qualificação, a possibilidade de existência moderna acabaria para todos, menos para aqueles que ainda se encontrassem de posse dos meios de abastecimento (os camponeses).

A necessidade de uma administração contínua, rigorosa, intensa e *calculável* criada historicamente pelo capitalismo – não só, mas, sem dúvida, principalmente ele (este não pode existir sem aquela) – e que todo socialismo *racional* simplesmente seria obrigado a adotar e até intensificar, condiciona esse destino da burocracia como núcleo de *toda* a administração de massas. Somente para a *pequena* organização (política, hierocrática, econômica ou de união) poderia de boa medida dispensá-la (WEBER, 2004, p. 146).

A administração burocrática significa dominação em virtude do conhecimento,



derivado do seu caráter racional, além da posição de formidável poder devido ao conhecimento profissional. Tem tendência a fortalecê-la ainda mais, pelo saber prático do serviço.

Superior à burocracia, e relação ao conhecimento – conhecimento profissional e dos fatos, dentro do âmbito de seus interesses –, é, em regra, somente o interessado privado com orientação aquisitiva, i.e., o empresário capitalista, única instância imune à dominação inevitável do conhecimento burocrático racional.

Do ponto de vista social, a dominação burocrática significa:

1. *Tendência ao nivelamento no interesse da possibilidade de recrutamento universal a partir dos profissionalmente qualificados;*
2. *Tendência a plutocratização no interesse de um processo muito extenso de qualificação profissional* (frequentemente até os 30 anos) – só os mais abastados conseguem se manter estudando, sem precisar trabalhar, portanto, tempo;
3. *Dominação da impessoalidade formalista, sine ira et studio* (sem ódio e sem paixão), sob a pressão de simples conceito de dever.

Segundo Crozier (1973), o poder é uma *relação* e um *processo*. Qualquer tipo de poder, independente de seu tipo fonte, legitimidade, ou forma de exercício, implica a possibilidade de ação por um indivíduo ou grupo, em um ou mais outros indivíduos ou grupos. Em sua avaliação, a definição de Weber traz simplicidade, eficácia e elegância, mas seu uso operacional esbarra em três dificuldades.

A primeira delas se relaciona ao fato de que ela não nos capacita a distinguir se o poder (ou dominação) está sendo exercido de forma consciente e intencional, o que implica uma confrontação entre as partes, ou como uma influência involuntária que um ator pode ter sobre outro, sem, necessariamente, estar consciente disso.

A segunda diz respeito à dificuldade de se medir e verificar, numa situação concreta, com clareza, onde começa e onde termina a ação que alguém executa em função de obediência a outro. Ou seja, numa dada relação social, como identificar, com precisão, se a ação de alguém é exercida por vontade (ou deliberação interna do indivíduo) ou se por interesse na própria obediência – como ressalta Weber (2004). Isso varia com a ação demandada, o contexto, etc., sendo uma relação específica verificada concretamente, caso a caso.

O terceiro obstáculo, e de acordo com Crozier o mais importante, refere-se à dificuldade não apenas de se identificar a especificidade, mas, sobretudo, de analisar seu caráter recíproco. “Se A pode fazer B fazer alguma coisa que, de outro modo, ele não

faria [não faria espontaneamente não quereria fazer], é bastante provável que B, por sua vez, seja capaz de fazer com que A faça alguma coisa que ele não poderia ter feito sem a intervenção de B” (CROZIER, 1973, p. 216-217 – tradução livre).

c) *Bourdieu e agentes no campo*

A vigorosa obra sociológica de Bourdieu, cujas ideias centrais foram produzidas num curto período de tempo e depois rigorosa e meticulosamente refinadas ao longo de mais de 40 anos de trabalho, teve como estopim a inspiração numa passagem da obra de Max Weber acerca da análise econômica da religião (VANDENBERGHE, 1999; 2010b). Porém, para Bourdieu, a análise weberiana estava restrita – talvez limitada pelo seu modelo analítico dos tipos ideais –, já que, em sua concepção, os tipos ideais weberianos eram extrínsecos ao mundo social, ao passo que deveriam, segundo Bourdieu, emergir como modelos analíticos a partir de uma situação ou um contexto social determinado (THIRY-CHERQUES, 2006).

Apesar de ser difícil classificar uma obra – já que no próprio sentido *bourdieusiano* atribuído à questão<sup>191</sup>, toda classificação é feita com base em uma (di) visão que estabelece, arbitrariamente e politicamente, seus limites e suas fronteiras – há certo consenso de que o pensamento de Bourdieu e suas obras estiveram ligados ao racionalismo herdado de Bachelard e ao estruturalismo, de sua rápida passagem pela antropologia (JENKINS 2006[1992]; WACQUANT, 2002; THIRY-CHERQUES, 2006; VANDENBERGHE, 1999; 2010b).

Segundo Wacquant (2002, p.98 – itálicos no original),

[...] ele procedeu no sentido de combinar em sua prática de pesquisa, o racionalismo de Bachelard e o materialismo de Marx com o interesse neokantiano de Durkheim pelas formas simbólicas, a visão agonística de Weber sobre os *Lebens-ordnungen* em competição com as fenomenologias de Husserl e Merleau-Ponty.

Thiry-Cherques (2006) acrescenta que (além das influências do racionalismo e Bachelard, da filosofia das formas simbólicas e das formas relacionais do conhecimento

---

<sup>191</sup> Segundo Thiry-Cherques (2006), apesar de herdeiro da filosofia das ciências, Bourdieu se recusa a aplicar esquemas classificatórios e tipologias, pois, em sua visão, isso cristaliza uma situação, o que tenderia a ser arbitrário na medida em que descartaria os tipos que não se enquadrassem nela e os casos de fronteira, isto é, que não estivessem definidos claramente.

de Cassirer, da fenomenologia de Husserl e Merleau-Ponty, e do estruturalismo de Lévi-Strauss, que comporão as bases sobre as quais os elementos centrais do edifício teórico de Bourdieu será erigido) ele dialoga também com alguns de seus contemporâneos, como Althusser, Habermas e Foucault e, em especial, com aqueles vinculados, de alguma maneira, ao marxismo<sup>192</sup>.

Especificamente, o que Bourdieu retira de cada uma dessas correntes para compor o seu quadro analítico pode ser sintetizado em quatro tópicos/pontos centrais (THIRY-CHERQUES, 2006, p.31).

Primeiramente, em relação ao estruturalismo, Bourdieu busca manter sua base, a fim de fornecer o enquadramento/contorno objetivo para sua teoria, mas eliminando alguns dos seus elementos, a fim de conferir certa flexibilidade e maleabilidade à incorporação de elementos subjetivos. Ele se interessa pelas relações de coerção que as estruturas impõem ao sujeito, mas rejeita a redução objetivista que nega a prática dos agentes em sua concepção, assim como o determinismo e a estabilidade das estruturas, defendendo que estas devem ser analisadas pelas práticas e a partir da prática social (BOURDIEU 1992a, p.227; 1996, p.157; 2001, p.193).

Tentando se colocar a meia distancia entre o subjetivismo (que diz que o sujeito é a fonte de tudo) e o objetivismo (de Levi Strauss, por exemplo, que diz que não há sujeito), ele opera com a noção de estruturas não universais, isto é, espaço-temporalmente inscritas, o que confere certa “fluidez” e possibilidade de dinâmica às estruturas, porém, ao mesmo tempo, ele aceita a noção de que o sentido das ações mais pessoais e mais transparentes não pertence ao sujeito que as desempenha, mas, sim, ao sistema de relações no qual elas são possíveis de acontecer.

Assim, ao visar à identificação de estruturas transfactuais (não universais), que escapam à observação empírica, e cujo conhecimento só pode ser obtido graças à intervenção de teorias e arcabouços conceituais, mas considera que as estruturas são determinadas no tempo e no espaço, com o auxílio de métodos empíricos, pode-se ver uma aproximação – como se fosse uma espécie de antecipação – em relação ao argumento de Bhaskar sobre os níveis da realidade, conforme será retomado em detalhes posteriormente.

---

<sup>192</sup> A esse respeito, é conveniente lembrar aqui que a sociologia francesa em geral, e a de Bourdieu, em particular, possuem forte tendência à análise crítica da sociedade, remetendo a uma tomada de posicionamento político e à desnaturalização das estruturas e relações de opressão, podendo ser, nesse sentido, caracterizadas como uma sociologia crítica (VANDENBERGHE, 1999; 2009, 2010b).

Em segundo lugar, em relação à fenomenologia, Bourdieu irá resgatar o rompimento com o senso comum, com as pré-noções, como modo de apreender o mundo e, por extensão, o abandono a “atitude natural” e, mesmo, intelectual, diante do objeto, defendendo uma atitude fenomenológica que entende o objeto como todo e a ele integrando uma reflexão sobre a atitude, dos agentes e dos pesquisadores. Aceita o processo de construção do fato social como objeto e a ideia de que são os agentes sociais que constroem a realidade social. Por outro lado, sustenta que o princípio da constituição dessa realidade é estrutural, e não espontâneo ou voluntário. Também, se afasta da mera descrição do mundo como procedimento recorrente e central na fenomenologia, pois, para ele, esta seria apenas uma etapa da pesquisa.

Em relação ao marxismo, terceiro ponto, Bourdieu também faz uma leitura seletiva dessa tradição, aceita a ideia geral de luta pela dominação e hegemonia por parte de um agente (indivíduo ou instituição) em relação aos recursos limitados existentes e em jogo. Coextensivamente, incorpora a noção de consciência de classe que, em sua teoria, passa a integrar o conceito de *habitus*. Porém, segundo Thiry-Cherques (2006), ele deixa fora de sua seleção aquilo a que se refere como “ilusão racionalista” – tal como se pode encontrar nos escritos de John Rawls ou Jürgen Habermas, entre outros – que se funda nas situações ideais de justiça, diálogo, emancipação, etc.. ou na possibilidade de uma disputa pacífica, isto é, não violenta ou sem o exercício da violência física ou simbólica, tal como visto em Luc Boltanski e Laurent Thévenot em *De La Justification*, pois, em seu entendimento, o conhecimento científico deve estar ancorado em situações reais, contextualizadas espaço-temporalmente, já que é justamente em função dessa sua característica real-material é que o mundo (e os campos sociais) opera segundo a lógica de competição pelo domínio dos recursos (capitais) contextualmente existentes. Bourdieu também se afasta das categorias sociológicas tradicionais do discurso marxista, em especial a de luta de classes (THIRY-CHERQUES, 2006) – como falsa consciência, alienação, mistificação –, procurando estabelecer a sua leitura síntese das mesmas, a partir do conceito central de violência, seja física ou simbólica que, segundo Vandenberghe (2009; 2010b), emerge, em particular no segundo caso, como uma “teoria da ideologia” em Bourdieu.

Quanto ao quarto ponto, o individualismo metodológico, Bourdieu rejeita a ideia de que o fenômeno é unicamente produto das ações individuais. Para ele, a formação das ideias é tributária de suas condições de produção e os atos e pensamentos dos agentes se dão sob condições de constrangimentos estruturais. “Ele entende que não se

pode compreender a ação social a partir do testemunho dos indivíduos, dos sentimentos, das explicações ou reações pessoais do sujeito. Que se deve procurar o que subjaz a esses fenômenos, a essas manifestações” (THIRY-CHERQUES, 2006, p.30). Assim, é possível dizer que Bourdieu adota o estruturalismo mais como método do que como teoria explanatória (THIRY-CHERQUES, 2006), em especial quando se afasta da versão “original” do estruturalismo de Lévi-Strauss e busca criar a sua própria versão do estruturalismo: o estruturalismo genético (ou construtivista) (JENKINS 2006[1992]; WACQUANT, 2002; THIRY-CHERQUES, 2006; VANDENBERGHE, 1999; 2010b). Assim, ele parte de um construtivismo fenomenológico, que busca, na interação entre agentes (indivíduos e grupos) e as instituições, encontrar uma estrutura historicizada que se impõe sobre os pensamentos e as ações.

Mas, a principal dívida de Bourdieu se dá, sem dúvida, em relação ao pensamento de Gaston Bachelard e Ernst Cassirer. Com vistas a identificar tal influência, Vandenberghe (1999; 2010b) rastreia a “dívida” de sua abordagem em relação a Bachelard, seu ex-mentor intelectual, e ao relacionismo de Cassirer, ao realizar uma reconstrução sistemática do pensamento *bourdieusiano*, por meio de uma análise da lógica relacional que permeia todo seu trabalho, a partir de seus escritos epistemológicos, nas décadas de 1960 e 1970.

Segundo Vandenberghe (2010b), o estruturalismo gerativo de Bourdieu pode ser mais bem compreendido como uma tentativa de transpor sistematicamente a concepção relacional de ciências naturais – uma tentativa que toma a forma de uma síntese original entre a sociologia, a fenomenologia, a filosofia linguística e a epistemologia racionalista neokantiana (de Bachelard e Cassirer). O núcleo duro metacientífico e não falseável do programa progressivo de pesquisa de Bourdieu é formado por uma sofisticada síntese entre o racionalismo de Bachelard e o relacionismo de Cassirer, em que “[...] juntas tais perspectivas formam a metateoria do conhecimento sociológico que fundamenta e gera a teoria sociológica dos campos de produção, circulação e consumo de bens culturais” (VANDENBERGHE, 2010b, p.44).

A influência de Bachelard na obra de Bourdieu está presente nos seus principais conceitos<sup>193</sup> – embora isso não deva diminuir o mérito de sua obra – nos quais ele se

---

<sup>193</sup> A respeito dos princípios epistemológicos e metodológicos sobre os quais se fundamenta a sociologia *bourdieusiana*, conferir a obra *O ofício do sociólogo [Le métier du sociologue]*, de autoria coletiva de Bourdieu, Chamboredon e Passeron (1973), em especial, p.15-6, e p.48, em que os autores tratam dos

mantém seguidor da epistemologia *bachelardiana*. Esta se coloca sintética ou, como o próprio Bachelard a considera, dialética e discursiva (VANDENBERGHE, 2010b). Ela é dialética não porque proceda de modo hegeliano em direção a uma totalidade fechada, mas porque o movimento do pensamento é visto como um infindável movimento de englobamento, no qual as limitações de um quadro do conhecimento são integradas e superadas em um novo quadro mais amplo que inclui o aspecto previamente excluído. Ela é discursiva devido à primazia do vetor epistêmico que vai do racional ao real – ao invés do real ao geral – onde o real é, para todos os efeitos, racionalizado. É nesse âmbito fenomenotécnico que os cientistas realizam ou criam tecnicamente o fenômeno, por meio de sua intervenção lógica e abstrata para a delimitação científica do objeto a ser investigado (VANDENBERGHE, 2010b, p.50), e que depende da combinação – espontânea, eclética, porém, rigorosamente meticulosa e controlada – da imaginação construtiva dos idealistas (racionalismo) com a experiência instruída dos empiricistas (realismo), que os filósofos tendem a separar. Daí a posição sintética de Bachelard, que se mostra como um “realismo de segunda posição, um realismo que reage contra a realidade usual um realismo feito de razão realizada e experimentada” (Bachelard, 1991, p. 9 citado em VANDENBERGHE, 2010b, p.51) e que Bourdieu irá resgatar e perpetuar em sua obra.

Se, de um lado, a herança racional vem, em sua maior parte, da fonte inspiradora *bachelardiana*, por outro lado, a primazia das relações entre os objetos sociais vem preponderantemente do manancial *cassireriano*<sup>194</sup>. Na sua visão, a ciência constrói e desconstrói o fenômeno como um tecido entrelaçado de relações, isto é, como uma configuração racional ou de segunda ordem, de atributos relacionais. Por meio dele é que Bourdieu irá postular que o objeto real é inseparável do objeto teórico por meio das relações construídas.

A análise neokantiana do conceito de função desenvolvida por Cassirer é orientada para a elaboração de uma lógica transcendental na qual o objeto não é mais pressuposto pela lógica, mas é, por assim dizer, gerado por ela. Os conceitos científicos não permanecem não relacionados uns aos outros, mas são organizados em “campos” ou “figurações” conceituais coerentes, ou

---

princípios que definem as condições de possibilidade de todos os atos e discursos propriamente sociológicos, e apenas destes.

<sup>194</sup> Segundo Vandenberghe (2010b, p.57) ainda que Bachelard tenha reconhecido princípio das relações, Bourdieu recorre a Cassirer em seu livro seminal, *Substancia e função*, onde analisou a substituição da lógica aristotélica das substancias por uma lógica funcional das relações gerativas que pode ser encontrada na matemática e na física modernas, bem como na geometria e na química; a fim de aprofundar e desenvolver a sua apropriação do princípio relacional para o seu programa de pesquisa.

ainda, para usar a linguagem preferida por Cassirer, em uma série ordenada de “progressões” (*Reichenfolge*) que revela e constitui uma região analítica da realidade de modo sistemático (VANDENBERGHE, 2010b, p.57).

Nesta concepção, o particular não é subsumido no geral, mas uma inter-relação funcional ou dialética é estabelecida entre ambos, de tal modo que o particular, que é sobredeterminado pela teoria, aparece como uma síntese concreta de um conjunto de relações gerais. Tal perspectiva aparece na obra de Bourdieu, por exemplo, por meio de sua postulação sobre a estrutura dos campos sociais, dada pela distribuição do volume de capitais em relação às posições do espaço social ocupadas por diferentes agentes.

Apesar de seu rigor intelectual na composição, na seleção e no cruzamento precisos de uma ampla variedade de conceitos e referências de distintas tradições filosóficas e do pensamento social, vários comentadores sustentam, em comum, que o sistema referencial *bourdieusiano* é relativamente “simples”, constituindo-se de um núcleo estruturante de três, ou talvez quatro, conceitos: campo, (capital), *habitus* e violência simbólica [este conceito será tratado na seção 8.2.2.4 deste capítulo], em torno do qual gravitam categorias secundárias, cuja função é especificar e conferir maior acuidade, aumentando o potencial explicativo seu sistema teórico (JENKINS 2006[1992]; THIRY-CHERQUES, 2006; VANDENBERGHE, 1999; 2009; 2010b).

O universo social – ou a teoria dos campos sociais, como é designada por muitos que reconhecem este como o aspecto determinante de seu trabalho – é construído por campos, microcosmos ou espaços de relações objetivas, cada qual com uma lógica própria que não pode ser reduzida a de outros campos. O campo social pode ser visto, de forma simplificada, como um sistema de relações entre posições (que é a face objetiva do campo, o lugar na hierarquia social que cada agente ocupa no campo), disposições (que são a face subjetiva do campo, dada pelo *habitus* e pela propensão dos agentes a agir de acordo com o que lhes foi internalizado), e tomadas de posições (que remetem a uma postura, nas quais aquelas posições são expressas e cujo princípio encontra-se na estrutura e no funcionamento do campo) (VANDENBERGHE, 2010b).

Segundo Vandenberghe (2010b), a teoria do campo é a realização concreta do pensamento relacional em uma esfera particular de ação. Ele surge da tentativa de superação da oposição entre subjetivismo e objetivismo, mediante uma relação suplementar vertical, que medeia o sistema de disposições subjetivas – de indivíduos e coletividades - e posições objetivas no espaço social (THIRY-CHERQUES, 2006).

A concepção de campo esteve, desde o início, ligada a uma visão altamente conflitual do mundo como uma batalha permanente por poder, prestígio e toda espécie de capital (VANDENBERGHE, 2010b), sendo um espaço de relações objetivas entre indivíduos e instituições que competem pela dominação de um cabedal específico (THIRY-CHERQUES, 2006). A metáfora do campo é invocada no sentido de uma arena social dentro da qual ocorrem lutas e manobras sobre o acesso a recursos específicos (JENKINS 2006[1992]). Ela refere-se a um campo de forças – assim como na física – dado por uma estrutura, pré-existente, que constrange –, devido à existência limitada de recursos e do próprio espaço (físico e social) onde se situam os agentes envolvidos, levando-os, necessariamente, a engajarem-se em lutas sociais, conforme suas posições relativas no campo, com vistas a ter ou a aumentar o seu acesso aos recursos (ou capitais) existentes no campo, o que culminará com a conservação ou a transformação de sua estrutura inicial (BOURDIEU, 1996, p.50).

Dentro da perspectiva do estruturalismo genético de Bourdieu, é preciso reconhecer que o foco central de investigação reside na análise de estruturas objetivas, mas não de uma forma fixa e estanque, como no estruturalismo clássico de Strauss, mas sim vinculando a análise das estruturas ao sistema de relações, que são localizados espaço-temporalmente. Assim, a estrutura do campo designa uma exterioridade (o que não é o campo) e uma interioridade (as instituições e os agentes que existem e subsistem pela diferença). Sua análise estuda o campo como produto de uma gênese, i.e., da incorporação de estruturas pré-existentes. A estrutura do campo é dada pelas relações de força entre os agentes e as instituições que lutam pela hegemonia no interior do campo, isto é, o monopólio de autoridade que outorga o poder de ditar regras (THIRY-CHERQUES, 2006).

Devido à sua análise objetiva das relações estruturais estabelecidas, de modo pressuposto por Bourdieu, os campos podem ser analisados independentemente da característica de seus ocupantes, ou seja, como um sistema de relações objetivas. Porém, os campos sociais não são estruturas fixas, são espaços estruturados de posições em um determinado momento (JENKINS 2006[1992]). Pelo contrário, são produtos da história de suas posições e disposições que os reproduzem. “Nossa posição em um campo designa a forma como consumimos não só as coisas, mas também o ensino, a política, as artes. Determina, igualmente, a forma como as produzimos e acumulamos” (BOURDIEU, 1984, p. 210).



Segundo Bourdieu e Wacquant (2005), os campos resultam dos processos de diferenciação social, da forma de ser e de (re)conhecer o mundo, embebidos num processo de constante evolução da sociedade que faz com que surjam novos campos num processo de diferenciação continuado. Desse modo, todo campo é produto histórico e, portanto, possui um *nomos* (conjunto de leis que o regem) distinto. O que determina a existência de um campo e demarca seus limites são os interesses específicos, os investimentos econômicos e psicológicos realizados pelos diferentes agentes, dotados de um *habitus* específico convergente com aquele campo, e as instituições nele inseridas e que almejam um retorno, nas diferentes formas de capital, relacionado ao capital dominante naquele campo.

Desnecessário dizer que todo jogo pressupõe regras e, nesse sentido, os agentes do campo tacita ou explicitamente compartilham um consenso sobre a *doxa* do campo (BOURDIEU; WACQUANT, 2005). Apesar de cada campo criar – ou melhor, institucionalizar – seu próprio objeto e seu princípio de compreensão, os campos sociais não são autoevidentes e precisam ser definidos como tais, o que requer a observação e a delimitação analítica do pesquisador sobre um determinado segmento do mundo social.

Os campos sociais têm propriedades universais e características próprias, o que não impede que Bourdieu defenda homologia estrutural entre os campos. Todos os campos possuem: a) *habitus*, da classe e da subclasse em que se posiciona o agente, que é, ao mesmo tempo, uma predisposição para agir de acordo com o que ele assimilou ao longo do seu processo de aprendizado; b) uma estrutura, que se refere ao sistema “objetivo” de relações entre os agentes, identificadas no espaço social; c) a *doxa* ou opinião consensual (substitui o conceito marxista de ideologia) e remete àquilo sobre o que todos os agentes estão de acordo, sendo, portanto, oposto ao científico, e contempla tudo aquilo que é admitido como “sendo assim mesmo” e d) o *nomos*, que diz respeito às leis (e as racionalidades?) específicas que o regem (THIRY-CHERQUES, 2006).

Bourdieu (2008, p.131 – tradução livre) argui que “o mundo social é a história acumulada, e por isso não pode ser reduzido a uma concatenação de equilíbrios instantâneos e mecânicos nos quais os homens exercem o papel de partículas intercambiáveis”. Assim, para tratar dessa história acumulada do mundo social é que ele introduz o conceito de capital, no sentido de trabalho acumulado, tanto em forma de matéria quanto de forma interiorizada ou incorporada, assim como o de acumulação de capital.

Sua tese central é a de que, quando os agentes individuais ou grupos sociais se apropriam de capital de forma privada ou, exclusivamente, possibilitam também, graças a essa apropriação, a apropriação de energia social em forma de trabalho vivo ou coisificado [objetificado]. Assim, o capital se coloca como uma força inerente às estruturas objetivas e subjetivas e, ao mesmo tempo, como um princípio fundamental das regularidades internas do mundo social.

De forma aqui sintética, podemos observar que Bourdieu reconhece, em princípio, três modalidades ou formas de capital: (1) econômica, que se refere, tal qual na economia, à posse de bens materiais, de rendas, de dinheiro em espécie, enfim, toda a forma de patrimônio dotado de valor comercial e suscetível de ser liquidado; (2) cultural – conhecimento, habilidades, informações, enfim o conjunto de qualificações intelectuais produzidas e transmitidas pela família, escola, etc. e tem três formas: a) estado incorporado, como disposição durável no corpo (ex. maneira de se apresentar em público); b) estado objetivo como a posse de bens (ex. obras de arte) e c) estado institucionalizado (sancionado pelas instituições, ex. títulos acadêmicos) e (3) social conjunto de acessos sociais, relacionamento e redes de contato.

Da síntese desses três tipos de capital é que se forma o capital - simbólico – conjunto de rituais de reconhecimento, prestígio, honra, etc., síntese dos demais. A posição relativa no campo é dada pelo volume de capital (dos três) que o agente possui. Como a estrutura social gerada pela distribuição de diferentes espécies de capital, todo campo pode ser dividido em regiões menores, os subcampos que se comportam como os campos.

O conceito de *habitus*, por sua vez, refere-se a um “[...] sistema de disposições duráveis e intransferíveis, que funciona como princípio gerador e organizador de práticas e representações, associado a uma classe particular de condições de existência” (THIRY-CHERQUES, 2006, p.33). Ainda segundo este autor, tal conceito tem uma longa história que passa por Aristóteles, Boetius, Averroes, Tomás de Aquino, Hegel, Mauss, Husserl e Merleau-Ponty, dentre outros, até ser retomado por Bourdieu que, para se afastar e distinguir das noções/interpretações precedentes (habito/costume/praxe/tradição... etc.), o flexiona no sentido de um meio para escapar do objetivismo estruturalista. Aproxima-se da noção de Heidegger de ser-no-mundo, mas tem características próprias. Estas são um sistema de disposições, modos de perceber, de sentir, de fazer, de pensar que nos levam a agir de uma determinada forma em uma circunstância dada. Tais disposições não são mecânicas nem determinísticas. São

plásticas e flexíveis e podem se fortes ou fracas. Refletem o exercício da faculdade de ser condicionável, como capacidade natural de adquirir capacidades não-naturais/arbitrárias (BOURDIEU, 2001, p.189).

Ao contrário, elas são adquiridas pela interiorização das estruturas sociais. Elas são portadoras de histórias individuais e coletivas, mas internalizadas de tal forma que esquecemos que existem naturalizadas (*taken for granted*). São rotinas corporais e mentais inconscientes que nos permitem pensar e agir, produto de uma aprendizagem, de um processo do qual não temos consciência. Ele gera uma lógica, uma racionalidade prática, irredutível à razão teórica. É adquirido mediante interação social. É classificador e organizador dessa interação social. É a nossa maneira de perceber e julgar o mundo, conforme nossa maneira de agir, corporal e materialmente. É composto por:

- 1) *ethos* – valores em estado prático, não consciente, que regem a moral cotidiana (diferente da ética – forma teórica argumentada, explicitada e codificada da moral). É conjunto sistemático de disposições morais, de princípios práticos.;
- 2) *hêxis* – os princípios interiorizados pelo corpo, posturas, expressões corporais, uma aptidão corporal que não é dada pela natureza, mas adquirida (no sentido de Aristóteles);
- 3) *eidos* – um modo de pensar específico de apreensão intelectual da realidade (Platão, Aristóteles), que é o princípio da construção da realidade fundamentada em uma crença pré-reflexiva no valor indiscutível nos instrumentos de construção e nos objetos de construídos (BOURDIEU, 2001, p. 185).

Segundo Bourdieu (2001), o *habitus* designa um condicionamento e um princípio de ação. São estruturas (disposições interiorizadas) e estruturantes (geradores de práticas e representações) que têm dinâmica autônoma e engendram (e são engendradas) pela lógica do campo social. Ainda de acordo com o autor, o *habitus* é inconsciente e, uma vez adquirido, ocorre como se fosse uma espécie de segunda natureza, condicionando a reflexividade e as ações decorrentes dela como uma espécie de resposta automática (e “espontânea”) às interações que o indivíduo (agente) estabelece com o meio social (campo), gerando, assim, uma certa economia de raciocínio.

É esse aspecto de agir sem cálculo consciente dos fins, como uma forma de “intencionalidade sem intenção”, que autonomiza as escolhas, economiza o cálculo e a

reflexão<sup>195</sup> é a que ele se refere quando classifica o *habitus* como infraconsciente. Ele é simultaneamente individual e coletivo: individual porque é produto da experiência biográfica, individual, da experiência histórica coletiva e da interação entre essas experiências e coletivo porque contém em si o conhecimento e reconhecimento das regras do jogo do campo social. Essa predisposição é parcialmente autônoma, já que é histórica e presa ao meio.

Em suma, o *habitus* é a história que se insere no nosso corpo. História e espaço, já que o campo, e as predisposições, tende a disciplinar o corpo (“dóceis”? Até que ponto?) de acordo com o espaço, por exemplo, ao “sentar-se de acordo com a cadeira”, ao “dispor os móveis de acordo com a casa”, etc., porém, em sua visão, não é destino, pois preserva margem de liberdade que está presente (e deve ser encontrada) nas regras, brechas e possibilidades de ação no campo.

### 7.2.2.3 A ordem como processo de integração de diferentes grupos via socialização (relato de persuasão)

Uma segunda visão acerca do problema do poder na literatura sociológica diz respeito ao entendimento do poder como o exercício consentido e legítimo da capacidade (relacional) desigual de acesso e uso de recursos para a instauração de uma ordem, com o mínimo de questionamento e o máximo de adesão voluntária ou consentida. [É preciso especificar o significado do termo legitimidade ao se falar de poder para reduzir possíveis ambiguidades. A questão da legitimidade pode ser interpretada de duas formas diferentes: (1) a do jogo em si e da necessidade de se estabelecer uma dada ordem e (2) a do interior do jogo ou do conteúdo de uma dada ordem. Enquanto a primeira forma está pressuposta em todas as formas de poder, já que

---

<sup>195</sup> Archer, que fez seus estudos de pós-doutorado com Bourdieu, critica esse aspecto “irracional” do sentido da ação em Bourdieu. Em sua visão, há um tipo de confluência (central) no pensamento de Bourdieu que o impele para uma posição não resolutive da questão da ação em Bourdieu. A partir dessa resolução – epistêmica e metodológica, possibilitada pela ontologia do realismo crítico –, ela desenvolve uma dupla (crítica e) resposta ao problema da agência humana: a) de um lado, a partir da do indivíduo, em que ela mostra como a entidade psicológica e social emerge da entidade biológica “ser humano”, em sua obra *Being Human: the problem of agency*; gerando, a partir das conversações internas, um indivíduo com um projeto identitário que age racionalmente para cumpri-lo e b) de outro lado, a partir de uma leitura específica dessas propriedades do indivíduo sendo exercidas no seu comportamento racional – reavivando a teoria da escolha racional a partir de uma releitura realista crítica, que é feita na obra ARCHER, M.; TRITTER, J. (Eds.) *Rational Choice Theory: resisting colonisation*. London (UK): Routledge, 2000.

este é um fenômeno do tipo integrativo, a segunda pode variar, levando-nos, assim, a identificar tipos ou formas específicas em exercício do poder. É, antes de tudo, deste segundo tipo de legitimidade que estamos nos referindo ao classificar as abordagens de poder que estruturam a presente análise, a saber: a) o poder como resultado do conflito aberto via imposição de força, b) o poder como processo de integração de diferentes grupos via socialização e c) o poder naturalizado e tomado como dado pelos atores que não identificam (percebem) que estão desempenhando práticas que sistematizam as relações de poder.] Nesse caso, o exercício do poder requer a coparticipação do dominado (subordinado), seja na forma de endosso e atuação ativa na reprodução das relações e práticas sociais que engendram essas desigualdades, seja na forma de não participação ou participação passiva, como mero coadjuvante nas relações. Mesmo que ele pense que não “vale a pena” jogar o jogo, mas desde que continue no campo (cenário), ele está ainda participando, ainda que indiretamente, e contribuindo para a manutenção das relações. E essa forma de participação também afeta as relações na medida em que influencia as ações dos outros.

Como um atual intérprete da “sociologia do consenso” ou da “integração”, o francês François Dubet<sup>196</sup> assume uma posição importante, pois, ao fazer uma releitura atual dos relatos de integração, nos fornece um rico material de análise. Segundo Dubet (2009), a sociedade repousa sobre dois pilares: o da estrutura social e o da ação social, que são ligados por um conjunto de dispositivos institucionais, políticos, simbólicos, etc., ao qual se atribui a noção de integração social.

Dado que o grande problema sociológico é o da estabilidade das condutas sociais e que o problema dos actores (sic) é a conservação de uma identidade social, o que há de essencial na acção (sic) social explica-se pela realização dos modelos culturais que os actores (sic) assimilam. É por esta razão que uma grande parte do programa daquilo a que chamamos (sic) a “sociologia clássica” é uma sociologia da socialização, da aprendizagem, da reprodução dos códigos culturais que permitem ao mesmo tempo o convívio social e a continuidade das comunidades. (DUBET, 2009, p. 142).

---

<sup>196</sup> Embora Dubet (1994; 2009) se considere seguidor, na França, da vertente interacionista e da teoria de sistemas complexos, produz uma sociologia contemporânea atrelada às correntes classificadas como integradoras, ou do consenso. Mesmo arguindo por um descentramento da ideia de ação social (racional) do sujeito, rumo à visão mais flexível e subjetiva (por que não líquida?) de (auto)construção da experiência subjetiva por meio das relações sociais; sua sociologia ainda é marcada por uma dupla característica que a aproxima da sociologia funcionalista (um “funcionalismo esclarecido”, talvez, eu diria): de um lado, a manutenção fiel do individualismo metodológico e o reducionismo causal/coletividade por agregação; de outro, a priorização da noção de integração.

Comenta o autor que, contemporaneamente a ideia de integração social, entendida (tradicionalmente) como um ajustamento das personalidades à estrutura social e aos valores cardinais da sociedade ou à ideia de sistema formada a partir de uma correspondência entre uma estrutura e a ação social, passa a ser criticada – sobretudo pelas correntes pós-modernas – e tudo se passa como se a estrutura se fracionasse e como se a ação se destacasse (dela) progressivamente. A sociedade, então, é vista como uma categoria *como* as outras e não mais *a* categoria genérica explicando as outras. Mesmo assim, mesmo que se possa admitir que, nas sociedades modernas, Dubet (2009) afirma que os mecanismos da integração são cada vez mais construídos e cada vez menos dados, que o *achievement* prevalece sobre a *ascription*, é certo, em todo o caso, que os modelos que integram os actores remetem para a estrutura de um sistema de integração.

Em sua visão, a lógica de integração se assenta nos processos de socialização que remetem para formas de explicação causal ou estrutural. Ao passo que os motivos da ação integradora têm em vista o fortalecimento, a confirmação e o reconhecimento da pertença, os da ação estratégica são sustentados por uma racionalidade limitada que visa fins concorrenciais. A ação estratégica mais claramente finalizada não é possível sem o apoio de uma integração mínima. [A ação estratégica está ligada ao sistema pelos constrangimentos de situação e o modo de explicação se assenta no modelo do sistema de interdependência.] Isso porque, da mesma forma que numa conversa, é preciso usar a mesma gramática ou um mesmo código; os jogadores estão obrigados a terem a garantia da manutenção das regras que tornam o jogo possível, assegurando, assim, uma integração mínima. Sem uma lógica de integração simultânea, a concorrência tornar-se-ia uma guerra. Assim, o conflito social não opõe frontalmente os grupos; ele os opõe em concorrência no acesso aos recursos políticos (DUBET, 1994).

A sociologia da integração (ou do consenso) foi emblematicamente ilustrada pela obra de Durkheim (DUBET, 1994; 2009). Segundo Parsons (1967), o problema da integração do sistema social, do que mantém a sociedade como um todo, foi a preocupação mais persistente da carreira de Durkheim. Para este autor, há dois pontos de referência central em Durkheim, respectivamente um positivo e outro negativo. O primeiro deles refere-se à concepção *comteana* de consenso como núcleo da unidade nas sociedades, trabalhada sob o conceito de consciência coletiva. *Insight* profícuo, pois permitia tratar da essência da coletividade sem recorrer à ideia alemã de *Espírito*. Mas, essa concepção ainda era simples e indiferenciada para dar conta do fenômeno da

integração num sistema altamente diferenciado. O segundo diz respeito à concepção utilitária da interação de interesses individuais independentes, tal como inicialmente apresentado por Herbert Spencer, que concebia a sociedade industrial como uma rede de “relações contratuais”. A importância das relações de contrato, por algum tipo de acordo *ad hoc*, seria uma consequência imediata da divisão do trabalho e, com isso, levantou o problema dos sistemas diferenciados (que Comte não tinha realmente considerado).

Em outras palavras, ninguém tinha sido capaz de responder à questão fundamental de Hobbes *dentro da tradição*, já que a própria solução Hobbesiana era claramente inaceitável. Como se sabe, a ênfase de Durkheim é no que diz respeito à instituição do contrato, que numa passagem ele caracteriza como os “elementos não contratuais” do contrato. (PARSONS, 1967, p. 88 – itálico no original, tradução livre).

Não se trata de itens sobre os quais as partes as contratantes entraram em acordo na situação específica, mas **normas** estabelecidas na sociedade, normas subentendidas e por independentes de qualquer contrato específico. Segundo Parsons (s/d[1967]), em parte, essas normas estão incorporadas à legislação formal e, em parte, em “entendimentos” mais informais e na prática<sup>197</sup>.

Essas normas são o que assegura a coesão e a integração social. Durkheim tratou largamente da integração social. Para ele, a integração social era dada via coesão social. Esta, por sua vez, é mantida pela moral, que consiste “numa regra de conduta sancionada” (DURKHEIM, 1893[1975], p. 19). Assim, em última instância, é a moral que funciona como elo integrador dos indivíduos numa dada consciência coletiva. Mas, essa moral é o que regula a consciência coletiva e a coesão social.

No entendimento de Durkheim, a questão da coesão social (e da consciência coletiva) se manifesta, empiricamente, de formas diferentes. Foi o que o conduziu a identificar os dois tipos de solidariedade – mecânica e orgânica – que caracterizam seu relato de integração social. Assim, por meio do conceito de solidariedade social, procurou demonstrar como se constitui e se torna responsável pela coesão entre os

---

<sup>197</sup> Parsons ainda acrescenta que o conteúdo dessas normas pode ser resumido da seguinte maneira: a) consistem em definições de que conteúdo é permitido e que conteúdo é proibido no acordo contratual, b) em definições dos meios, que são legítimos e dos que são ilegítimos, para obter o assentimento da outra parte, c) definições do âmbito e dos limites de responsabilidade que são razoável (ou legalmente) imputados a uma ou outra parte na relação contratual, seja originalmente, na base de sua “capacidade” para entrar em acordos que criam obrigações, ou posteriormente, na base das consequências para ele ou para outros e d) definições do grau em que o interesse da sociedade está envolvido em qualquer acordo privado específico, o grau em que os acordos privados atingem os interesses de terceiros ou os da coletividade como um todo.

membros dos grupos, e de que maneira varia segundo o modelo de organização social. Como critério indicador do modo (e grau) de organização social, considerou a divisão do trabalho nas sociedades.

Partindo de uma perspectiva evolucionista<sup>198</sup>, Durkheim identificou dois diferentes tipos de laços sociais – o que ele chamou de solidariedade – que são responsáveis pela integração dos indivíduos em uma comunidade. O primeiro tipo é o da solidariedade mecânica, que ele associou a uma fraca coesão social. Esse fenômeno foi identificado, sobretudo, por meio de seus estudos de cunho antropológico sobre comunidades primitivas, nos quais ele observou a existência de uma rudimentar estrutura de divisão social do trabalho. Em sua leitura, como essa divisão requer uma baixa diferenciação de funções executadas pelos indivíduos membros do grupo, estes acabam por se diferenciar muito pouco uns dos outros (em termos de sua dimensão psicológica) e, assim, os indivíduos são integrados por certas ideias mais ou menos “gerais” (e também pouco diferenciadas), as quais ele denominou de consciência coletiva.

De modo oposto, nos seus estudos sobre as sociedades modernas (contemporâneas de sua época), Durkheim pode observar a existência de uma diferenciadamente expressiva divisão do trabalho, o que, por sua vez, em sua visão, levava a uma exigência de alta diferenciação em termos de funções desempenhadas pelos indivíduos. Tal diferenciação também se traduzia num aumento (maior autonomia em relação às comunidades primitivas) do espaço do indivíduo (em termos de sua dimensão psicológica). Assim, os indivíduos altamente diferenciados dificilmente se integrariam todos sob a mesma rubrica de uma consciência coletiva (geral). Portanto, a integração social dos indivíduos passaria a ser dada por meio de um universo comum – dado pelos agrupamentos funcionais profissionais – mais restrito e estes, por sua vez, seriam integradas uns aos outros por meio da interdependência funcional dos trabalhos (i.e. das atividades produtivas) necessárias à manutenção da sociedade. A esse segundo tipo de coesão social, Durkheim denominou solidariedade orgânica.

Segundo Parsons (1967), Durkheim postulava a existência do que chamava de solidariedade orgânica como uma necessidade funcional subjacente à institucionalização do contrato. Isso pode ser entendido como a integração das unidades que são pessoas

---

<sup>198</sup> Parsons (s/d[1967]), por exemplo, ressalta a influência de Herbert Spencer, e da corrente evolucionista na obra de Durkheim.



revestidas de papéis desempenhando funções num dado sistema social. Em sua visão, a questão mais importante que a interpretação do conceito de solidariedade orgânica suscita é determinar a sua relação com a consciência coletiva <sup>199</sup>.

Como o próprio Parsons indica, em sua avaliação, a fórmula de Durkheim precisava ser elaborada mais profundamente por meio de duas séries de distinções. A primeira, no tocante à distinção entre solidariedade orgânica e mecânica e a segunda em relação aos níveis de generalidade atingidos pelos padrões culturais – valores, normas diferenciadas, coletividades e papéis – que foram institucionalizados em uma sociedade. Foi a partir deste problema (e visando resolvê-lo) que Parsons identificou quatro tipos de configurações, que representam os níveis diferenciados de generalidade (e integração social) de cultura normativa.

O primeiro nível refere-se aos *valores sociais*, os quais são concepções da sociedade desejável, possuídas em comum por seus membros. Eles são distintos dos outros tipos de valores (ex.: pessoais), pois sua categoria de análise do objeto avaliado é o sistema social (e não as personalidades, organismos, sistemas físicos ou culturais – teorias). “É o conjunto de juízos de valor feitos pelos membros da sociedade que definem, com referência específica à sua sociedade, o que significa para eles, uma boa sociedade” (PARSONS, 1967, p.91). Os valores mantidos em comum constituem um ponto de referência básico para a análise de um sistema social como sistema empírico. Esse sistema de valores faz descrição da sociedade como um todo, mas não diferencia os juízos de valor dos subsistemas diferenciados (ex.: grupos regionais, classe, sexos, gênero, etc.).

O segundo nível diz respeito à analítica de um dado *subsistema*, em que o que o rege é a *norma diferenciada*. Neste nível, os membros da sociedade têm juízos de valor que aplicam às qualidades e aos desempenhos dos membros que participam, enquanto distintos dos membros que não participam no dito subsistema. Esses juízos são especificações, i.e., aplicações dos princípios gerais do sistema de valores societal num nível mais concreto. As expectativas de comportamento daqueles que são membros do subsistema não são as mesmas dos não membros. Assim, no caso dos papéis sexuais, os valores que se aplicam ao comportamento dos dois sexos são compartilhados por ambos, mas as normas que regulam esse comportamento aplicam-se diferencialmente

---

<sup>199</sup> (“conjunto das crenças e sentimentos comuns à média dos membros de uma mesma sociedade forma um sistema determinado que tem sua vida própria; pode-se chamá-lo de consciência coletiva ou comum” – A divisão do trabalho social. Edição francesa, 1893, p. 45).

aos dois sexos. Requer três especificações: a) categorias de unidades a que a norma se aplica (jurisdição), b) quais serão as consequências para a unidade que se conforma e a que não se confirma aos requisitos da norma (sanções ou coerção) e c) significado da norma interpretado à luz do caráter e das situações das unidades a que se aplica (interpretação).

Os valores [...] não envolvem referência a uma situação, ou referência à diferenciação das unidades do sistema em que são institucionalizados. As normas, por outro lado, tornam essa diferenciação explícita. [...] Valores são as 'configurações normativas' descritivas de um sistema social avaliado positivamente. As normas são padrões generalizados de expectativa que definem padrões diferenciados de expectativa para os tipos diferenciados de unidades dentro de um sistema. (PARSONS, 1967, p.92)

Já as *coletividades*, referentes ao terceiro nível de análise e integração em Parsons, são unidades operacionais dos sistemas sociais. Elas estão sujeitas aos valores mais gerais do sistema e às normas. A cultura normativa de uma coletividade define e regula um sistema concreto de atividade coordenada, que pode ser caracterizada pelas obrigações das pessoas especificamente designadas, e pode ser entendida como um sistema específico de objetivos coletivos numa situação específica. A referência funcional no nível da coletividade é especificada em objetivos, recursos e situações. O objetivo da coletividade define seu grau de concretude. O caráter normativo de um objetivo coletivo é dado precisamente por essa especificação de função num sistema, mas é sujeito a certas exigências situacionais que são externas ao sistema.

Por fim, a unidade final ou básica do esquema *parsonniano* é a do *indivíduo num papel*, estabelecendo interações reguladas e funcionais à manutenção do sistema social como um todo. “O papel pode ser concebido como o sistema de expectativas normativas para o desempenho de um indivíduo participante, em sua qualidade de membro de uma coletividade” (PARSONS, 1967, p. 93). É o primeiro ponto de articulação entre a personalidade do indivíduo e a estrutura do sistema social.

De forma sintética e bastante ilustrativa, Dubet (2009) nos fornece uma amostra de como funciona a lógica de integração social segundo o registro dessas “sociologias do consenso”. Na visão deste autor, “as sociedades modernas estando dominadas pela igualdade e liberdade de um lado, e pela diversidade de interesses e a luta de classes, de outro lado, a integração social é produzida pela institucionalização política da solidariedade” (DUBET, 2009, p.110).

Neste relato, os partidos representativos, os sindicatos e os movimentos sociais transformam os conflitos em compromissos, e os compromissos em integração<sup>200</sup>. Aqui o problema maior é menos o dos valores comuns que aquele da abertura do jogo e da democracia e da criação dos direitos sociais. Este relato supõe que os eleitos tenham a capacidade de representar os interesses particulares dos eleitores, se identificando em relação ao interesse geral, à sociedade. Neste caso, as associações, sindicatos, etc. fabricam a integração social ao institucionalizarem progressivamente as demandas sociais, criando direitos sociais, forjando o Estado Providência e protegendo progressivamente os grupos mais desprovidos.

Desde o século XV, o casamento das sociedades patrimoniais e das comunidades das vilas jogou massas de indivíduos na estrada. Nem servos nem senhores, eles se tornaram progressivamente trabalhadores assalariados relativamente protegidos e socialmente enquadrados. A Revolução Industrial criou sistema de solidariedade baseado no trabalho e no assalariamento. Pouco a pouco, cada um se beneficia dos direitos sociais contra os reveses do mercado. De início, limitados a algumas corporações, esses direitos vão sendo estendidos, cada vez mais, a uma ampla gama da população. O princípio de solidariedade é alargado.

São, portanto, as funções ocupadas no sistema de trabalho/produção que abrem a porta para um direito sobre habitação, saúde, aposentadoria, tempo de repouso, etc. O Estado Providência mutualisa os riscos e as proteções sob um véu de ignorância, apagando progressivamente a soma dos sistemas de segurança aos quais aderem de maneira voluntária. Assim, a divisão do trabalho instala uma solidariedade orgânica. O capitalismo é canalizado pela sociedade industrial.

Esse processo é um relato do progresso social. Os direitos sociais prolongam os direitos democráticos. Esses dois relatos, o da escola e o do trabalho, são combinados e articulados em torno do tema e da solidariedade republicana, em vários relatos e crenças de integração, gerando um imaginário comum. A narrativa de integração social através da ideia de progresso associou a construção da nação ao progresso social, à democracia

---

<sup>200</sup> Enquanto a integração é definida como uma ordem cultural e social com vista para a prática dos atores, a coesão designa um mecanismo inverso de produção da sociedade: aqueles dos acordos e de coordenações que resultam das práticas sociais. A integração se impõe do alto, a coesão vem de baixo, como um efeito das práticas “virtuosas” para que elas produzam a coesão. A coesão designa aqui uma maneira de produzir a sociedade, substituindo insensivelmente o modelo de integração social. Ela é menos um tipo puro que uma série de deslizamentos nos modos de definir os problemas sociais e suas soluções. Ela é um conjunto de modos de fazer e de ver as sociedades que não são mais a sociedade (DUBET, 2009).

e à força das instituições e essa representação foi associada a um conjunto de políticas sociais extremamente ativas, a vida associativa iniciada pelas municipalidades, a organização do lazer, etc., tendo maneiras de enquadrar a população e de protegê-la. Era preciso equipar os territórios, a fim de que cada um faça e usufrua o melhor possível dentro/no lugar que lhe fora atribuído (DUBET, 2009).

### 7.2.3 A *Questão do Poder na Sociologia das Organizações*

Basicamente, duas tradições sociológicas têm sido utilizadas para o estudo das organizações: a de Marx e a de Weber (HARDY; CLEGG, 2001). A primeira enfoca a existência de conflitos de interesses e trata o poder como uma forma de dominação – aqui no sentido de imposição da vontade de uma classe sobre as demais. Ela mostra como as estruturas organizacionais são construídas de modo a servir a alguns, mas não a todos os grupos de interesse. A segunda tradição teve seu desenvolvimento central a partir da própria criação daquilo que mais tarde viria a ser chamado de sociologia das organizações. Partindo da noção weberiana de dominação como uma forma de poder legitimado, este corpo de estudos tem tomado por indiscutível o modo pelo qual o poder é distribuído na estrutura das organizações.

A questão factual que envolve o domínio (campo) das organizações reside no aspecto – até então, incontornável – da existência de uma estrutura (ou, nas palavras de Weber (2004), um corpo administrativo) que se encarrega de tornar operacionalmente exequível uma dada ordem social. Marxianamente falando – e considerando o plano das organizações produtivas –, a questão se coloca a partir do lapso existente entre a *capacidade de trabalho* de um indivíduo (e mais geralmente um conjunto de indivíduos) e a *efetiva realização deste trabalho*.

A questão que Marx não desenvolveu, [pois não estava preocupado com o aspecto interno da produção, mas com os efeitos gerais do sistema produtivo na sociedade] e que Weber leva adiante, reside justamente na confluência desses dois pontos: de um lado, o lapso entre a *capacidade* e a *efetiva realização* do trabalho e, de outro, a existência de um corpo administrativo, cuja função é justamente criar meios de cercar, controlar e utilizar a possibilidade de trabalho dos indivíduos e conjuntos e indivíduos de uma dada sociedade.

Assim, como sugerem Hardy e Clegg (2001), o foco nesse lapso implica organização e controle – que serão feitos por um dado corpo administrativo. O foco de Weber (2004), então, recai sobre os sistemas de controle e regras, cuja categoria efetiva do mundo real é a estrutura formal da ação coletiva, mais diretamente visualizada (percebida) pela *hierarquia*.

Assim, conquanto o indivíduo possa ser, de certo modo, autônomo, ele não pode mudar substancialmente, sem profunda afetação, o sistema do qual ele é uma parte integral. Em face disso, se faz análise diminuída ou parcial. Nos estudos com foco no indivíduo, fazem-se distinções dos tipos de poder de acordo com o exercício: coercitivo, distribuição de recompensas ou em mecanismos de identificação, expertise, e legítimo, como esses diferentes tipos são reconciliados e como se dá a arbitragem entre eles. Mas, as principais virtudes dos fenômenos de poder, como fenômenos integrativos, são sua confrontação, transferência e troca (CROZIER, 1973).

Porém, Crozier argui que, se nós olhamos o poder, não em termos da capacidade individual, mas sim em termos das relações que se desenvolvem entre as partes A e B, descobrimos um elemento de barganha que altera completamente o significado da coisa. As duas partes requerem uma medida de troca e ajuste mútuo. É mais frutífero falar de negociação<sup>201</sup>.

A responde à demanda de B porque B tem respondido à (demanda) de A, ou, então, porque A pensa que B iria respondê-lo. Se as duas partes são complementemente livres e se a troca é igual, não se pode realmente falar em termos de poder. Mas, se o equilíbrio pende para um lado ou para o outro, e se esta desigualdade corresponde à respectiva situação das duas partes e isso não é o resultado do acaso ou um erro da parte de um deles, então, nós podemos falar de uma relação de poder (CROZIER, 1973 p. 216-217).

Em sua visão, o essencial não é mais a capacidade de comando ou ação, mas o problema mais preciso e limitado das condições (contextuais) governando a interação. Numa situação em que o uso da força ou da riqueza é proibido ou impossível, o fraco e pobre pode prevalecer sobre o rico e forte; o equilíbrio do poder torna-se o do poder pertinente e utilizável.

A força e o poder não podem ser acumulados como baús de guerra. Os jogadores têm margem de manobra e, quanto maior esta for, ou seja, quanto mais alguém puder

---

<sup>201</sup> A negociação depende do controle sobre uma fonte de incerteza, onde, em alguns setores, as ações são inteiramente previsíveis e, em outros, a incerteza domina. Para ir além é preciso estudar casos empíricos.

afetar a situação de um dos parceiros pelo uso de sua margem de liberdade, menos vulnerável a pessoa é, e mais poder ela tem na relação. Desse modo, o jogo consiste em tentar forçar o outro jogador a entrar em um determinado padrão de comportamento, enquanto, ao mesmo tempo, mantendo-se a si mesmo livre o suficiente, para ser capaz de fazê-lo pagar pela boa vontade de alguém (CROZIER, 1973).

No contexto da uma simples troca, noções de liberdade de ação e previsibilidade são vagas. Elas ficam mais precisas em um contexto real, num sistema mais ou menos estruturado e concreto. Isso porque o poder não existe no vácuo (CROZIER, 1973). Ele depende das pessoas que o exercem numa relação específica, mas também das condições reais (e dos elementos materiais) para seu exercício.

Uma relação de poder pode somente se desenvolver se as duas partes já são partes de, ou escolhem participar de, um sistema organizado, embora temporalmente. [...] O poder requer organização. Os homens podem alcançar seus fins coletivos somente através do exercício de relações de poder, mas, reciprocamente, eles podem exercer poder um sobre o outro somente quando estão perseguindo fins coletivos, que diretamente condicionam suas atividades de troca (CROZIER, 1973 p.219).

Segundo Crozier (1973), para entender os elementos básicos de uma relação de poder, é preciso tomar como referência o quadro teórico de uma organização. O poder aparece não mais como apenas um relacionamento, mas como processo, inseparável do processo organizacional. Os termos da troca resultam nem do acaso nem de algum equilíbrio teórico ou abstrato do poder. Eles são o resultado de um jogo cujas restrições criam compulsoriamente obstáculos<sup>202</sup> e oportunidades para a manipulação dos jogadores e, dessa forma, determinam suas estratégias.

Cada participante em uma organização, em um sistema organizado, ou mesmo numa sociedade como um todo, empunha poder sobre o sistema que ele pertence [está inserido] e sobre os membros desse sistema, enquanto ele ocupa uma posição favoravelmente estratégica no que diz respeito a problemas nos quais o sucesso do sistema depende [repousa]. Mas, ao mesmo tempo, seu poder é limitado pelas regras do jogo, que restringem o uso que eles podem fazer de suas vantagens (CROZIER, 1973 p. 221).

---

<sup>202</sup> As restrições, segundo Crozier (1973), basicamente são os objetivos formais e informais postos em prática pela organização e aceitos pelos seus participantes, bem como as regras. Elas, ambas as restrições e as regras, não agem diretamente. Ao contrário, seu principal papel é indireto, limitando a liberdade de ação dos indivíduos.

O problema das regras constitui uma questão preliminar que não pode ser facilmente resolvida. As regras são a cristalização de outras relações de poder e o resultado de relações de negociação precedentes. Elas demarcam as fontes artificiais de incerteza e se desenvolvem e ganham aderência por causa de outra fonte maior de incerteza, a sobrevivência do próprio grupo/ação coletiva.

De acordo com Crozier, acima de tudo, o poder tem conotação moral. [Podemos identificar aqui um eco *durkheimiano*... acerca da relação entre moral e ordem (e integração)]. Ele é bom e nobre se é oficial; é irrepreensível e imoral se usado para tirar vantagem pessoal. Porém, a experiência tem mostrado que julgamentos morais mudam – o que nos sugere emendar aqui à argumentação do autor a ideia de que o poder não possui uma essência moral, em termos de conteúdo, sendo, portanto, maleável e ressignificado, segundo as alterações contextuais.

É, no entanto, sobretudo com base em perspectivas essencialistas a respeito da moralidade do poder que as explicações sobre o poder nas organizações têm sido erigidas e mobilizadas, inclusive extrapoladas para explicar o fenômeno organizacional em geral. Uma delas enfoca o poder legítimo (moralmente aceito) a partir de uma visão positiva de liderança, enquanto um segundo agrupamento de explicações tem canalizado sua atenção para a face ilegítima do poder (moralmente não aceito). Ambas, contudo, partem e retornam ao mesmo ponto comum, que é a existência de relações desiguais que se estruturam e são institucionalizadas em diferentes graus da ação coletiva e em diferentes níveis da sociedade.

#### 7.2.3.1 O gerencialismo do *mainstream*

Basicamente, a temática do poder nas organizações, do ponto de vista gerencialista (ou da integração e da legitimação do poder), opera sob três registros fundamentais: (1) a dos requisitos funcionais de operação e manutenção do sistema, que é uma reinterpretação *parsoniana* e funcionalista do conceito de autoridade legítima de Weber; (2) a dos processos de socialização e aculturação dos indivíduos dentro da organização, por meio da criação e da disseminação de valores, a fim de estabilizar e manter a ordem e (3) a ideia de poder positivo, legítimo e deliberado/delegado, do grupo para seu representante, a partir da noção de liderança, que implicaria um reconhecimento e aceitação da ordem.

Se a tradição marxista/weberiana relacionava o poder às estruturas pelas quais certos interesses eram dominados, os teóricos do *management* definiam o poder como aquelas ações que caíam fora das estruturas legitimadas. Nesta visão, o poder nas organizações refere-se, necessariamente, à estrutura hierárquica dos cargos e suas relações recíprocas. Particularmente (mas não exclusivamente), os estudos de *management* tendem a classificar tal poder de legítimo. Uma consequência dessa naturalização inicial consiste na posição dos cientistas em raramente julgar necessário explicar porque esse poder deve ser hierárquico (HARDY; CLEGG, 2001).

A aceitação geral da negociação aberta não significa a eliminação do poder; ao contrário, isso implica/significa a aceitação racional de todos os poderes de fato [all de facto powers] (CROZIER, 1973, p. 224).

Na visão de Thompson (1956), o desenho técnico das tarefas e sua interdependência eram o que melhor explicava a distribuição operacional de poder. Descobriu-se como algumas tarefas são mais essenciais do que outras para a interdependência funcional de um sistema, e o modo pelo qual algumas dessas tarefas são de competência exclusiva de um grupo específico. Assim, os pesquisadores começaram a fazer uma diferenciação entre o poder formalmente prescrito e o poder "real", que também é considerado ilegítimo.

Nas organizações formais reside a "autoridade", um poder de influência baseado na posição; já nas organizações informais existe o poder, entendido como a capacidade real de influência baseada em uma série de fatores, incluindo, certamente, a posição dentro da organização (HARDY; CLEGG, 2001). O poder é definido em termos de "contingências estratégicas". Subunidades estrategicamente contingentes são as mais poderosas. As subunidades são 'naturalmente' unitárias e coesas, mas, o mais provável, é que sejam hierárquicas, com uma cultura de consenso ou dissenso mais ou menos problemática. Sendo unitárias, alguns mecanismos internos de poder devem existir, de modo a permitir que floresça uma representação, silenciando vozes conflitantes, sobrepondo-se a diferentes concepções de interesses, relações, estratégias e objetivos. Para que ela fale com uma só voz, normalmente, outras vozes devem ser marginalizadas ou silenciadas.

Semelhante à visão das contingências estratégicas é a visão da dependência de recursos. Ela está implícita no estudo de Pettigrew (1973) e Pfeffer e Salanick (1974). Informação (Pettigrew, 1973), incerteza (Crozier, 1964), especialidade técnica,



credibilidade, posição e pretígio (Pettigrew, 1973), acesso e contatos com membros do alto escalão, controle do dinheiro, recompensas e sanções (French e Raven, 1968), todos esses elementos têm sido identificados como bases do poder. Enumerar todos os recursos, porém, é impossível, uma vez que coisas diferentes tornam-se recursos em contextos diferentes.

Reduzida à sua essência, portanto, política refere-se ao comportamento de um indivíduo ou de um grupo que seja informal, ostensivamente paroquial, tipicamente divisivo e, acima de tudo, no sentido técnico, ilegítimo – não é sancionado pela autoridade formal e ideologia aceita, nem por uma especialidade reconhecida (MINTZBERG, 1983).

Pesquisadores começaram a examinar como uma participação completa e idêntica podia ser limitada. Não é necessariamente correto supor que as pessoas com maiores necessidades participem da política mais ativamente. O poder não é exercido somente na tomada de decisões-chaves e os decisores visíveis não são, necessariamente, os mais poderosos.

O estudo sobre o poder não poderia ser confinado ao conflito observável, aos resultados das decisões ou, mesmo, aos temas suprimidos. Tal estudo deve também considerar a questão da aquiescência política: por que não existem protestos; por que não se fazem demandas e por que o conflito não surge, uma vez que tal inação também pode ser resultado do poder? Isso demanda estratégias de gerenciamento.

Essas definições ignoram a questão: sob quais olhos o poder é considerado ilegítimo, não sancionado ou disfuncional? O que acontece quando existe conflito: o poder simplesmente deixa de existir ou se transforma em alguma outra coisa? Um assunto que conseguiu atrair atenção da literatura gerencial foi o poder como legitimação. O poder não é mobilizado apenas para se alcançar resultados materiais, mas também pra dar a esses resultados algum tipo de significado, legitimando-os e justificando-os.

Conflitos de poder dentro e entre sociedades são caracterizados por resistência e oposição, e enquanto ocorrem nas organizações, alcançar operações efetivas necessita que sejam ali mantidas nos mínimos níveis possíveis e, especialmente, que seus membros não demonstrem resistência na realização de suas tarefas diárias, mas as cumpram corretamente, concordando de bom grado com as diretivas da organização (BLAU, 1964).

Em vez de investigar o poder escondido e mobilizado por meio de estruturas, culturas e tecnologias aparentemente neutras, a vasta maioria dos pesquisadores prefere continuar a ver essas construções como ferramentas de gerenciamento a políticas.

A vigilância não é estabelecida apenas por meio do controle direto. Ela pode ocorrer como o resultado de práticas culturais de reafirmação, capacitação e persuasão moral. Tais formas de controle, sejam elas diretas e pessoais ou mais mediadas e instrumentadas, modificaram noções comuns a respeito do espaço privado individual. Em um mosteiro medieval, essas noções não existiam. Como a industrialização se desenvolveu da simples “produção” para o “sistema fabril”, a definição desse espaço também foi transformada em vida organização. Tempo e espaço podem ser ordenados e dispostos de modo a minimizar a interação ou, mesmo, fazer com que um grupo de subordinados pareça invisível ao outro (HARDY; CLEGG, 2001).

#### 7.2.3.2 A crítica e alternativa ao *mainstream*

Algumas tentativas de teorização organizacional têm focalizado os aspectos do poder, não com base em sua legitimidade ou nos requisitos formais de hierarquia ou divisão estrutural e funcional do trabalho, sob uma dada ordem, mas sim como um conjunto de relações desiguais no ambiente do trabalho, que revelam as disputas (não necessariamente legítimas, segundo a ideia de legitimidade da ordem estabelecida na organização) entre os atores participantes daquele grupo.

Nesse vertente de trabalho encontram-se os estudos pós-modernistas – feministas, pós-colonialistas, pós-estruturalistas, da teoria crítica, ou *critical management studies*, CMS, dentre outros – e também aqueles inspirados em grandes teóricos sociais, como Foucault e Bourdieu. Devido ao fato de nos opormos às correntes pós-modernas, tanto na teoria social como na teoria organizacional, pelos motivos já apresentados nos capítulos anteriores, em resumo relacionados à sua epistemologia muda, monoplanar e variante do positivismo, nos ateremos aqui somente à discussão da possibilidade de uso do referencial *bourdieusiano* nas organizações.

Em sua vasta e expressiva aplicação da teoria dos campos sociais a diferentes objetos, Bourdieu (2001) acabou tentando submeter o campo econômico e seu subcampo administração ao escrutínio de seu modelo teórico. Embora suas análises sobre o campo jurídico (BOURDIEU, 1987) e o campo (burocrático ou) estatal

(BOURDIEU, 2004) sejam também importantes para o entendimento das organizações, já que lançam luzes sobre a questão da ordem e sua hierarquização, respectivamente (e ambas à questão da legitimidade do poder), é em particular na sua obra *Estruturas sociais da economia* [*Las estructuras sociales de la economía*] <sup>203</sup>, que ele dedica atenção específica ao que classifica como “caixa preta das organizações” (BOURDIEU, 2001, p.233).

Para tanto, ele recomenda analisar (criticamente) a empresa como microcosmos de disputas – um campo.

Para romper com o paradigma dominante é preciso – a partir de uma visão racionalista ampliada, da historicidade constitutiva dos agentes e de seu espaço de ação – tentar construir uma definição realista da razão econômica como encontro entre disposições socialmente constituídas (em relação a um campo) e as estruturas, também socialmente constituídas, desse campo (BOURDIEU, 2001, p. 221 – tradução livre).

Como o campo econômico tem a particularidade de autorizar e favorecer a visão calculadora e as disposições estratégicas que são paralelas a ela, não há que se eleger uma visão puramente estrutural e uma visão estratégica. A noção de campo marca a ruptura com a lógica abstrata da determinação automática, mecânica e instantânea do preço em mercado livres de uma concorrência sem restrição: é a estrutura do campo, quer dizer, a estrutura da relação de força (ou das relações de poder) entre as empresas, o que determina as condições em que os agente se veem na necessidade de decidir (ou negociar) os preços de compra (de materiais, de trabalho, etc.) e de venda. Assim, importa aqui destacar que a visão da ação inverte diametralmente a imagem que fazemos do “estruturalismo”, concebido como uma forma de “holismo” e implica a adesão a um determinismo radical, que restitui aos agentes certa liberdade de jogo, mas sem esquecer que as decisões não são mais que opções entre possibilidades definidas, em seus limites, pela estrutura do campo, e que ações devem sua orientação e eficácia à estrutura das relações objetivas entre quem as introduz e as sustenta.

A teoria do campo se opõe, assim, à visão atomista e mecanicista que hipostasia o efeito do preço e que, como a física newtoniana, reduz os agentes (acionistas, gerentes ou empresas) a pontos materiais intercambiáveis cujas preferências, inscritas em uma função de utilidade exógena e, inclusive, na variante mais extrema, imutável,

---

<sup>203</sup> Ver, especificamente, BOURDIEU, P. Principios de una Antropología Económica. In: BOURDIEU, P. *Las Estructuras Sociales de la Economía*. 1ª Ed. [1ª Reimp., 2002] Buenos Aires: Ediciones Manantial SRL., 2001. pp. 219-262.

determinam as ações de maneira mecânica. Também se opõe, mas de outra maneira, à visão interacionista de que a representação do agente como átomo calculador permite fazer coabitar com a visão mecanicista e, segundo a qual, a ordem econômica e social se reduz a uma multidão de indivíduos interagentes, na maioria das vezes, de maneira contratual.

Antes de classificar a empresa como um campo, Bourdieu (2001) faz uma leitura rápida sobre o campo econômico, do qual a empresa participaria como um subcampo. [Embora não seja explícita a distinção que o autor faz entre campo e subcampo para ser apenas analítica – tal como sistema e subsistema<sup>204</sup> –, já que em outras obras ele comenta que campo e subcampo possuem as mesmas propriedades estruturais (BOURDIEU, 1983).]

Quanto ao campo econômico, Bourdieu (2001) considera que os agentes – neste caso, as empresas – criam o espaço, isto é, o campo econômico, que só existe pelos agentes que se encontram nele e que deformam o espaço próximo a eles, conferindo-lhe uma estrutura determinada. Em outras palavras, a relação entre as diferentes fontes do campo, ou seja, entre as diferentes empresas de produção, definidas pelo volume e estrutura de capital específico que possuem, é que geram o campo e as relações de força que o caracterizam. Ou seja, o campo “[...] é entendido como o estado das forças que se exercem sobre o conjunto das empresas dedicadas a produção de bens e similares” (BOURDIEU, 2001, p. 221).

O peso (ou a energia) associado a um agente, que sofre as forças do campo ao mesmo tempo em que o estrutura, depende de todos os outros pontos e das relações entre todos os pontos, quer dizer, de todo o espaço (social e físico, que os atores ocupam, e que se encontra distribuído entre eles).

Assim, a força associada a um agente depende de suas diferentes “cartas de triunfo” (ou os ativos estratégicos de mercado [*strategic market assets*]) – fatores diferenciais de êxito (ou de fracasso) que podem assegurar-lhe uma vantagem na competição (BOURDIEU, 2001, p. 222). Estas cartas de triunfo representam, precisamente, o volume e a estrutura do capital que possui, em seus diferentes tipos: capital financeiro, real ou potencial, capital cultural, que pode especificar-se como capital tecnológico, capital jurídico e capital organizativo, capital comercial, capital

---

<sup>204</sup> Para uma leitura comparada entre as teorias dos sistemas, de Luhmann, e dos campos sociais, de Bourdieu, ver Pokol (2002), Sevänen (2006), Pfeilstetter (2012).

social e capital simbólico. No entanto, o capital financeiro é o domínio direto ou indireto de recursos financeiros, que são a condição principal da acumulação e a conservação de todas as outras formas de capital. Os diferentes tipos de capital não atuam só de maneira indireta, por meio dos preços, mas, exercem um efeito estrutural, porque a adoção de uma nova tecnologia ou o controle de uma parte mais importante do mercado, etc., modificam as posições relativas e os desempenhos de todos os tipos de capital em poder das outras firmas.

Assim, a tendência para a reprodução da estrutura é imanente à própria estrutura (atual, ou já dada) do campo. Nela, a distribuição das cartas de triunfo é que governa a distribuição das possibilidades de êxito e de lucros por meio de mecanismos diversos, como as *economias de escala* ou as *barreiras à entrada*, resultantes da desvantagem permanente que os recém-chegados devem enfrentar ou do custo de exploração que devem tomar em conta, e inclusive a ação de toda classe de “instituições que apontam a reduzir a incerteza” (BOURDIEU, 2001, p. 221).

Na análise levada a efeito pelo autor, o campo econômico, assim como os demais, é caracterizado como um campo de lutas, onde as estratégias dependem, antes de tudo, da configuração particular dos poderes que confere ao campo sua estrutura e que, definida pelo grau de concentração – vale dizer, a distribuição das quotas do mercado entre uma quantidade mais ou menos grande de empresas -, varia entre esses dois limites, que são a concorrência perfeita e o monopólio.

Esses campos se organizam de maneira relativamente invariante em torno da oposição principal entre aqueles a quem se chama *first movers*, *market leaders* ou *challengers*. De maneira geral, as empresas hegemônicas têm a capacidade de impor o tempo das transformações nos diferentes âmbitos: produção, marketing, investigação etc., e o uso diferencial do tempo é um dos principais meios de seu poder. As forças do campo impulsionam os dominantes a adotarem estratégias cujo fim é perpetuar ou redobrar sua dominação. De tal modo, o capital simbólico com que contam, graças à sua preeminência e também à sua antiguidade, permite-lhes recorrer com êxito a estratégias destinadas a intimidar seus competidores, como a consistente em emitir sinais para desalentar os possíveis ataques.

Tendo em conta que as forças do campo tendem a reforçar as posições dominantes, podemos perguntar de que maneira é possível que se produzam verdadeiras transformações das relações de força dentro dele. A estrutura do campo, embora tenda a se manter, pode também ser modificada, por diversas causas, que vão desde a aparição

de um novo agente que modifica a estrutura de relações do campo até a adoção de uma nova tecnologia e a conquista de uma porção maior do mercado, por parte de um agente. Essas ocorrências alteram as posições iniciais relativas e o rendimento de todos os tipos de capital em poder dos demais. Mas, as firmas que ocupam um lugar secundário no campo também podem atacar a empresa dominante (BOURDIEU, 2001, p. 221).

Nos campos econômicos, o mesmo que em qualquer outra categoria<sup>205</sup>, suas fronteiras são um objeto de lutas no seio mesmo do campo (por meio, em especial, da questão dos substitutos possíveis e da concorrência que introduzem) e somente a análise empírica pode, em cada caso, determiná-las. A competição entre empresas assume, com frequência, a forma de uma competição pelo poder sobre o poder do Estado – em especial sobre o poder de regulamentação e os direitos de propriedade – e pelas vantagens asseguradas pelas diferentes intervenções estatais, como patentes, créditos para investigação e desenvolvimento, pedidos públicos de equipamento, ajuda para a criação de empregos, inovação, modernização, exportação, etc.

Assim, o que se denomina o mercado é o conjunto das relações de intercâmbio entre agentes colocados em competição, interações diretas que dependem de um “conflito indireto”, quer dizer, da estrutura socialmente construída das relações de força, com que os diferentes agentes participantes no campo contribuem em medidas diversas, por meio das modificações que conseguem lhe impor, em especial mediante o uso dos poderes estatais que estão em condições de controlar e orientar. Outros fatores externos capazes de contribuir para uma transformação das relações de força no campo são as transformações das fontes de provisionamento e os câmbios na demanda, determinados pelas mudanças na demografia.

Ao focar sua análise no campo da empresa, Bourdieu (2001, p. 233) afirma que “se entramos na ‘caixa preta’ que constitui a empresa, não é para encontrar nela indivíduos, senão uma estrutura, a do campo da empresa, que dispõe de uma autonomia relativa com relação às restrições associadas a sua posição no campo empresarial”. Se as estratégias das empresas dependem da posição que elas ocupam no campo, também dependem da estrutura das posições de poder constitutivas do governo interno da firma

---

<sup>205</sup> Bourdieu (2001) acrescenta que não é inusual que os campos tenham uma existência quase institucionalizada na forma de ramos de atividade dotadas de organizações profissionais que funcionam como clubes de diretores da indústria, grupos de defesa das fronteiras em vigor, e, portanto, dos princípios de exclusão subjacente a elas, e como instâncias de representação antes os poderes públicos, os sindicatos e as demais instâncias análogas e prevista de órgãos permanentes de ação e expressão.

ou, mais exatamente, das disposições dos gerentes que atuam sob a restrição do campo de poder dentro da empresa e da totalidade de seu campo.

Assim, ainda que goze de uma autonomia relativa com relação às forças do campo, a estrutura de poder intrínseca seio da empresa está intimamente correlacionada com a posição desta no campo, em especial por intermédio da correspondência, por um lado, entre o volume e a estrutura de seu capital e, por outro, a estrutura da distribuição entre os diferentes gerentes, proprietários e funcionários e, no caso destes últimos, entre os possuidores de distintos tipos de capital cultural, de dominação financeira, técnica ou comercial.

Resulta que esses fins são objeto de lutas e que há que substituir os cálculos racionais de um “decisor” esclarecido pela luta política entre agentes que tendem a identificar seus interesses específicos com os interesses da firma e cujo poder se mede, sem dúvida, por sua capacidade de identificar, para bem ou mal, os interesses da empresa com os seus próprios nela.

Levar em conta a estrutura do campo significa dizer que a concorrência pelo acesso ao intercâmbio com os clientes não se pode compreender como uma competição orientada pela mera referência consciente e explícita aos competidores diretos, ou ao menos, aos mais perigosos; ou, mesmo, na forma de um conflito pacífico em que os participantes potenciais orientam suas ofertas indistintamente em função da ação de muitos outros competidores potenciais e não só da ação potencial dos participantes em intercâmbio. Trata-se, de fato, de subordinar esta descrição “interacionista” das estratégias a uma análise estrutural das condições que delimitam o espaço das estratégias possíveis.

Com isso, Bourdieu (2001) entra em sua análise no conceito de *habitus* econômico. Nela, ele procura demonstrar que o *habitus* supera a ficção de um agente racional maximizador criada pela cisão artificial e arbitrária entre a economia e a sociologia – apesar dos esforços no sentido inverso de alguns grandes fundadores talvez seja recordar a arbitrariedade da distinção fundamental entre a ordem do econômico, regido pela lógica eficiente do mercado e destinado às condutas lógicas, e a ordem incerta do “social”, habitado pela arbitrariedade “não lógica” do costume, das paixões e dos poderes. Ao contrário, ele argui que seu conceito tem a capacidade de contribuir para a integração ou “hibridação” das duas disciplinas. Isso porque o agente social, enquanto está dotado de um *habitus*, é um indivíduo coletivo ou um coletivo individualizado, devido à incorporação das estruturas objetivas.

Aqui se retomam as ideias já desenvolvidas, em trabalhos anteriores (ex.: BOURDIEU, 1983; 1996), de que o *habitus* é o produto das experiências passadas e de toda uma acumulação coletiva e individual. Só se pode compreender de maneira adequada mediante uma análise genética que se aplique de uma só vez a história coletiva e a história individual, com a análise das condições econômicas, decoração, vestimenta e também a canções, teatro, música, cinema, etc., e, em termos mais gerais, das disposições a levar a cabo as ações econômicas ajustadas a uma ordem econômica.

Além disso, reafirma que o *habitus* é um princípio de ação muito econômico, que assegura uma enorme economia de cálculo e também de tempo, recurso particularmente escasso na ação. Em consequência, ele está especialmente adaptado às circunstâncias<sup>206</sup> ordinárias da existência que, seja devido à urgência ou em razão da insuficiência dos conhecimentos necessários, quase não dão cabida a avaliação consciente e calculada das possibilidades de lucros.

A questão que o *habitus* põe entre o estímulo e a reação é de tempo, na medida em que, saída de uma história, é relativamente constante e duradoura e, por conseguinte, está relativamente liberada da história.

De fato, o problema que a ortodoxia econômica resolve com a hipótese ultraintelectualista do *common knowledge* se resolve, na prática, mediante a orquestração dos *habitus* que, na medida mesma de sua congruência, permitem a previsão mútua dos comportamentos dos outros.

Os paradoxos da ação coletiva encontram sua solução nas práticas fundadas no postulado tácito de que os outros atuarão de maneira responsável e com essa espécie de constância ou fidelidade a si mesmos, que está inscrita no caráter duradouro dos *habitus*. Contudo, há efeitos da estrutura ou da posição ocupada nela sobre a definição das necessidades e, desse modo, sobre a demanda<sup>207</sup>. Em resumo, se há uma propriedade universal, é a de que os agentes não são universais porque suas propriedades, e em particular suas preferências e seus gostos, são o produto de sua localização e seus deslocamentos no espaço social, e, portanto, da história coletiva e individual.

---

<sup>206</sup> A consequência ética da visão dos universos de produção como campos é que a empresa é distintiva [*"firms is distinctive"*], como posição em um campo, ponto em um espaço, sem estar obrigado a supor que todas suas estratégias se inspiram em uma busca da distinção – o mesmo vale para qualquer empresa de produção cultural, por exemplo, a de um artista, um escritor ou um sociólogo –, também pode se afirmar que todo agente envolvido em um campo está envolvido em um conflito indireto com todos os que participam no mesmo jogo.

<sup>207</sup> Veblen antecipando-se à ideia de *interactive demand*, segundo Bourdieu (2001).



### 7.3 As Características e Propriedades da Poder e suas Implicações para a Estruturação dos Coletivos no âmbito da Realidade Social

Se, na dimensão identitária, os objetos (“coisas”/entidades) aparecem sob o *modo* de realidade ideal, quando passamos a analisar o poder, os objetos (“coisas”/entidades) que surgem neste nível da realidade se apresentam sob a forma de entidades socialmente reais. A realidade social (ou entidades socialmente reais) “[...] refere-se a práticas, estados de coisas ou entidades abreviadas (*for short*), tais como: cuidar de crianças, tornar-se desempregado, mecanismo de mercado, ou estruturas sociais<sup>208</sup>, em geral, especialmente as estruturas sociais que constituem as organizações.” (FLEETWOOD, 2005, p.201). Tais entidades socialmente reais, segundo o autor, têm as seguintes propriedades:

- Assim como as entidades idealmente reais, elas não contêm nenhuma ‘gota’ de materialidade, fisicalidade, solidez ou qualquer coisa do tipo. Nós não podemos tocar uma entidade social.
- As entidades são *sociais* porque elas são dependentes das *atividades humanas* para sua existência.
- Ser dependente das atividades humanas não significa que elas não existam de forma independente de nossa identificação [ou consciência] delas.
- Elas podem ou não ser conceitualmente mediadas – isso depende do tipo de entidade social que é.
- Entidades socialmente reais não deveriam ser ‘conflacionadas’ (*conflated*) com entidades idealmente reais tais como teorias ou explicações *a respeito (of)* delas. Processos como teorização e explicação não transformam entidades socialmente reais, [que são] extradiscursivas em entidades discursivas (idealmente reais). Entidades socialmente reais retêm a sua extradiscursividade, mas agora, *atracada/incrustado (alongside)* a entidade socialmente real, nós temos um conceito e uma palavra com a qual discutimos-la – embora o conceito e a palavra sejam, é claro, conceitualmente mediados. (FLEETWOOD, 2005, p.201 – itálicos no original, tradução livre).

O ponto importante nessa caracterização da realidade social, fornecida por Fleetwood, reside no fato de que o poder, como foi demonstrado acima, é um tipo de relação – ou prática ou estado de coisas, para usar a terminologia realista crítica – exclusivamente social, ou seja, é uma prática social e, por isso mesmo, pressupõe estar

---

<sup>208</sup> Os realistas críticos usam o termo estruturas sociais como um termo ‘coringa’ para se referir as configurações de mecanismos causais, regras, recursos, relações, poderes, posições e práticas (FLEETWOOD, 2005). Para mais detalhes sobre a questão, ver Fleetwood, S. (1995) *Hayek’s Political Economy: the socio-economics of order*. London: Routledge.

suportada por seres humanos, que entram em determinadas relações/situações específicas.

Mas, se por um lado, reconhecer que as entidades socialmente reais são dependentes de atividades humanas, por outro, isso não diz nada sobre como os humanos estão envolvidos, quais humanos não estão, quando eles se envolvem ou que tipo de atividade humana está envolvido. “Estamos todos nós, em todo o tempo (passado, presente e futuro), sempre envolvidos na reprodução e transformação de entidades sociais?” (FLEETWOOD, 2005, p.202). Para o autor, basta enunciar esta questão para ver que ele é um erro – de fato, este é o mesmo erro em que se incorre/surge de afirmações ambíguas, tais como ‘o mundo é socialmente construído’. Mas, quais são, então, as atividades envolvidas? Quais humanos estão envolvidos? E em que locação temporal esse envolvimento ocorre? São essas questões que Fleetwood (2005) pretende especificar, a fim de dar reduzir ambiguidades.

Em sua análise, quando pensamos nas atividades envolvidas, é preciso diferenciar aquelas que requerem identificação (conhecimento de sua existência) das que não requerem. Estruturas de classe, estruturas patriarcais e regras tácitas do ambiente de trabalho não requerem a atividade de identificação (i.e., observação, conhecimento e construção) para serem reproduzidas ou transformadas. Não é necessário identificar os constrangimentos que geram situações coercitivas sobre nós, ou sobre outros, para que aqueles constrangimentos sejam operacionais e continuem sendo exercidos. Durkheim já haveria demonstrado isso por meio dos fatos sociais. Estruturas de classe, estruturas patriarcais e regras tácitas do ambiente de trabalho requerem outras formas de atividade, a fim de serem reproduzidas e transformadas. No caso das classes, por exemplo, requer que os proprietários (somente) da força de trabalho se engajem na locação (*hiring out*) de sua (quase) mercadoria. Por outro lado, as regras explícitas do ambiente de trabalho e leis (legislação) realmente requerem a atividade de identificação para serem reproduzidas ou transformadas porque os indivíduos têm que reconhecê-las e escolher ser constrangidos por elas. Para serem reproduzidas ou transformadas, elas também requerem outras formas, como “cerceamento” e eliminação de ambiguidades (ou dúvidas), por exemplo, como ocorre em contratos de trabalho nos quais os indivíduos precisam atribuir sua anuência para engajamento naquela situação/relação.

Mas, dizer que estas entidades existem de forma independente de nossa identificação delas não significa dizer que existam de forma independente dos humanos.

Assim, é preciso, em seguida, identificar quais os humanos estão envolvidos e de que forma. O termo “nossa”, referindo-se à identificação ou ao reconhecimento que nós podemos ou ter das coisas, pode gerar alguma confusão, se não distinguirmos quem identifica essas entidades na realidade. Essa identificação pode ser feita tanto por pesquisadores quanto pelas pessoas comuns, atores humanos em geral. Fleetwood (2005) evidencia quatro combinações possíveis de formas de identificação, segundo os tipos de atores mencionados:

(1) uma entidade pode existir independente de sua identificação por parte de qualquer ser humano, tanto dos pesquisadores quanto dos atores em geral. Ou seja, todos os seres humanos podem ainda não a terem descoberto, como, por exemplo, o racismo institucional;

(2) uma entidade pode existir sem sua identificação por parte dos pesquisadores, mas não dos atores. Por exemplo, as pessoas, em especial as que sofreram isso, podem ter sabido do racismo institucional por muitos anos, antes dos analistas sociais;

(3) uma entidade pode existir independente de sua identificação pelo ator ‘A,’ mas não da dos atores B, C... Z. Por exemplo, um novo empregado que não conhece as regras tácitas do ambiente de trabalho onde outros já atuam;

(4) uma entidade pode existir independente de sua identificação por todos as pessoas comuns, mas não sem a identificação dos pesquisadores cuja pesquisa visa justamente trazer isso à tona.

Reconhecer (ou identificar) a existência de objetos sociais na realidade ainda sim não implica que todos os humanos estão envolvidos na reprodução ou transformação. Reprodução e transformação da realidade social requerem que os agentes tenham alguma ideia sobre o que estão fazendo, nas atividades em que estejam engajados. Isso não significa que sua interpretação esteja correta. Sua concepção pode estar errada. As pessoas podem não ter o completo conhecimento do que fazem, ou do porquê o fazem. Mas, ter alguma ideia do que estão fazendo, i.e. de seu engajamento numa dada prática social, significa, meramente, que os agentes são propositivos. Nesse sentido, entidades sociais podem existir por trás de nossas costas, sem envolver a reificação dessas entidades (FLEETWOOD, 2005).

Um terceiro aspecto é a locação temporal em que essas atividades estão envolvidas. Embora alguns seres humanos, mas não todos, e algumas atividades, mas

não todas, estejam envolvidas na reprodução/transformação de entidades sociais, é preciso considerar as locações temporais<sup>209</sup> em que os momentos de agência ocorrem<sup>210</sup>. [Eu acrescentaria aqui a locação espacial<sup>211</sup> das entidades sociais, pois, como já foi demonstrado no capítulo 6 desta tese, a estrutura espacial é tão discricionária e seletiva quanto a espacial e, dado que o espaço material é único e não homogêneo, sua influência sobre a localização das demais entidades reais impõe constrangimentos às formas de manifestação, atuação e exercício dos poderes causais destas. Na verdade, toda esta tese se erige sobre o problema do espaço, por meio das situações que ele engendra na realidade material, e que é tomada como ponto de partida, inclusive no realismo crítico, pela noção de *structural conditioning* (“condicionamento estrutural”), para iniciar a análise morfogênética de Archer, cujo mote central reside na variabilidade temporal de situações e condições constritoras da realidade material. Aqui, não pretendemos inverter a análise morfogênética *archeriana*, mas incluir e dar conta, na medida do possível, também da variabilidade e da seletividade espacial e sua influência sobre a dimensão temporal, bem como as demais implicações decorrentes desse aprofundamento na noção de condicionamento estrutural, que é tão cara, embora pouco tratada na literatura realista crítica.]

Assim, o que quer que aconteça, é importante deixar claro que os agentes e as estruturas interagem. A “[...] ação é um fluxo contínuo e cíclico sobre o tempo: não há espaços vazios onde nada acontece, e as coisas não apenas (simplesmente) começam e terminam” (FLEETWOOD, 2005, p.203). O ponto de partida para qualquer fenômeno cíclico é sempre arbitrário. Tem que se quebrar o ciclo em algum ponto para iniciar a análise. Dessa forma, as ações passadas dos humanos (mortos), aliadas às estruturas sociais passadas, geram fenômenos tais como distribuição de renda, furo na camada de ozônio, livrarias, organizações, etc. Estes fenômenos predatam qualquer subsequente ação humana<sup>212</sup>.

Essa incursão nas características da realidade social, tal como entendidas no âmbito do realismo crítico, é fundamental para a construção do argumento a seguir, pois alicerça as proposições aqui desenvolvidas, em geral, de que o poder emerge como um

---

<sup>209</sup> Tempo em que determinada coisa se manifesta no espaço.

<sup>210</sup> Archer ressalta a questão da temporalidade da sua própria análise morfogênética e no modelo transformacional de Bhaskar.

<sup>211</sup> Espaço em que determinada coisa ocorre.

<sup>212</sup> Archer refere a isto como ‘condicionamento estrutural’, ele é diferente do estruturalismo onde o agente é um dopado/viciado cultural.

objeto da realidade social e, portanto, somente neste nível de análise é que podemos identificar sua estrutura gerativa, bem como as condições de seu exercício; e, em particular, que as atividades desempenhadas por determinadas pessoas em locações espaço-temporais específicas, independente de elas identificarem os mecanismos de sustentação dessa realidade social ou não, é que especificam (ou determinam) as condições de emergência e manutenção/efetivação do poder.

Desse modo, assim como os dois momentos anteriores, o desenvolvimento de relações de dominação (e subordinação) dentro das associações (comunidades simbólicas), como grupos sociais parcialmente estruturados, é uma condição necessária, embora não suficiente, para a constituição das organizações. O fato de ser uma condição necessária implica que se, e somente se, este requisito for preenchido é que se pode vir a alcançar, dependendo de configuração específica ocorrida em determinadas condições contextuais, um estado mais estruturado da ação coletiva: o de organizações (aqui entendidas como formais). Por outro lado, o critério de suficiência, ou ausência de suficiência, implica a necessidade de acréscimo de novos elementos ou a reorganização e a disposição dos atuais componentes numa nova configuração particular e específica, gerando uma nova estrutura gerativa (coisa/entidade) que, então, terá novos poderes causais prontos para serem ativados e exercidos.

Para Elder-Vass (2010), as organizações são um tipo de associação: elas são grupos de pessoas que têm um comprometimento contínuo com essa nova entidade coletiva emergente, que transcende a existência de cada membro individual da associação e se coloca como uma maneira atuação no mundo social. Entretanto, as organizações tendem a ser mais complexas do que as associações, ao menos em duas dimensões significativas: primeiro, “elas tendem a ser fortemente estruturadas por *papéis* especializados; e em segundo, elas são marcadas por significativas relações de *autoridade* entre pelo menos alguns desses papéis.” (ELDER-VASS, 2010, p. 152 – itálicos no original, tradução livre).

As associações não são organizações formais. Elas carecem de meios e mecanismos internos para maior controle e integração das forças de diferenciação que tendem, como uma força centrífuga, a dispersar a coesão do grupo e erodir a estrutura social. Além disso, conforme as associações crescem, em tamanho e complexidade, elas aumentam sua área de contato com outras associações e perdem o ponto central ou focal que as regula, em termos de diferenciação externa, isto é, em relação a outras associações e a outros objetos sociais. Assim, a passagem das associações para um nível

mais estruturado, as organizações, implica a emergência de mecanismos que assegurem a coesão do grupo, sua crescente diferenciação interna e externa, e sua capacidade de criar, manipular e intervir de forma mais efetiva na realidade.

Dentre esses mecanismos é possível identificar a existência de dois deles, umbilicalmente ligados pelo mesmo processo. Um primeiro mecanismo é a *delegação*, que consiste na abdicação da própria capacidade e do interesse em manifestação e expressão de sua vontade/opinião própria em favor da atribuição dessa capacidade, sob a forma de autonomia, para a nova entidade coletiva que, supostamente, teria mais e melhores condições de manifestar, opinar e decidir sobre que ações devem ser exercidas. [Essa suposição baseia-se na ideia de que essa nova entidade emergente, por ser constituída de muitas partes de todos os indivíduos, deteria, em sua estrutura intrínseca, um maior volume de informações do que a própria entidade individual. Uma análise, não realista crítica, mas convergente com o espírito dessa proposição, pode ser encontrada em Luhmann (1997), quando ele trata da informação, seu volume e complexidade, como o axioma básico da organização.] Por outro lado, um segundo mecanismo, complementar ao de delegação, se faz necessário. Trata-se do *mecanismo de representação*. Dado que a realidade social só existe e é mantida se for suportada por seres humanos, ou seja, possui uma dependência humana (FLEETWOOD, 2005), a constituição dessa nova entidade socialmente real, embora com uma estrutura gerativa e poderes causais próprios e diferentes do ser humano individual que a suporta, ela deve ser expressa e mantida por meio de outros seres humanos, um indivíduo ou subgrupo. Assim, por oposição à delegação, o mecanismo de representação requer que algum ser humano encarne, por meio de seu objeto corpóreo biológico individual, mantenha e exerça a autonomia atribuída à entidade coletiva emergente.

Os mecanismos de delegação e representação são fundamentais na constituição da organização, como sistema de ação coletiva fortemente estruturado, pois permite a atualização dessa entidade coletiva por meio de um sistema de papéis e posições que passam a existir e são estruturadas de modo a dar forma a essa entidade coletiva. Os papéis e posições são a combinação, respectivamente, de componentes da realidade ideal e material, dispostos numa configuração específica, que atualizam a existência da entidade coletiva organização. Enquanto os papéis referem-se à realidade ideal, que evidencia o que a organização deve fazer – ou o que se espera que os indivíduos que os ocupam façam para suportar/sustentar a entidade coletiva – e que difere da existência individual em si, embora esta seja necessária (como um nível precedente da realidade)

para que aquela se manifeste. Por sua vez, as posições representam a localização espaço-temporal dos indivíduos que suportam a entidade coletiva, conferindo-lha a adequação ao primeiro e mais básico nível da realidade, que é o da realidade material.

Assim, seguindo a senda iniciada por Vandenberghe (2010), para se tornar um grupo com “triplo I” – identidade, interesse e ideia – o quase-grupo (ou a associação) precisa de uma estrutura organizacional que transforme o grupo mobilizável em um grupo mobilizado, capaz de agir como um único homem. Ou seja, é por meio da estrutura organizacional, do aparato organizacional formal, que é possível construir uma estrutura gerativa da realidade social capaz de exercer seus poderes causais como um indivíduo, mas de forma amplificada.

Ao se organizar o grupo se estabiliza, canaliza e externaliza suas energias, o coletivo cria uma inércia artificial que o protege da ameaça do prático-inerte. Essa inércia artificial é a organização. Sartre a pensa como entidade, mas Vandenberghe sugere que se pode pensá-la como processo que reforça a identidade comum, ao mesmo tempo em que unifica a sua estrutura. [Na verdade, a estrutura representa apenas a face mais estável de um conjunto de configurações específicas, de processos cíclicos e estabilizados que, por sua vez, se baseiam em interações de elementares de determinados componentes em condições específicas. Esse é um ponto comum, de grande mérito, do realismo crítico – incluindo o de Harré (1989) – e as ciências naturais. Na verdade, é comum, pois, justamente, representa um conhecimento do nível ôntico, o qual se apresenta como fundamento comum e último de toda a realidade, natural e humana.] A organização soluciona e dissolve o problema de Harré: ela efetivamente transforma categorias de pessoas que compartilham alguma característica em comum em redes de pessoas ligadas umas às outras, direta ou indiretamente, por um tipo específico de ligação interpessoal.

O argumento principal elaborado por Vandenberghe (2010g, p. 245) a respeito deste terceiro momento de estruturação dos coletivos – a saber, o papel da representação política da organização manifestado na figura da porta-voz – reside na sustentação de que a transformação do quase grupo mobilizado (neste texto entendido como uma associação) em um grupo fortemente organizado e empiricamente atualizado, como uma

organização (ou corporação<sup>213</sup>), existente nos níveis meso e macro da sociedade, é resultado do trabalho de representação política através de porta-vozes.

A representação é em larga medida metonímica, condensando a rede na própria pessoa que a corporifica. Ela também tem um forte efeito performativo que acrescenta seu próprio poder simbólico ao poder do grupo. O próprio ato de representação é também um efeito de trans-substanciação – ao invocar o grupo, a porta-voz busca avocá-lo e trazê-lo à existência. Representando o grupo e falando em seu nome, a porta-voz o chama à existência. Como uma representante oficial do grupo, ela produz e realiza o grupo, que a autoriza, por delegação, a representá-lo sob a forma de instituições, organizações e corporações que existem no espaço e perduram no tempo. A porta-voz representa o grupo ‘em pessoa’ [...] agindo como mediadora entre os membros e o grupo: na ausência dos primeiros [...]. Por delegação, ela torna o coletivo visível, quase tangível, e afirma e defende suas ideias, interesses e identidades em público. Essa representação [...] o traz à existência não apenas para os seus membros, mas também para aqueles situados em outros grupos. (VANDENBERGHE, 2010g, p. 248).

As organizações emergem, como uma nova configuração dos componentes e suas relações derivadas do âmbito da associação, como um tipo de estrutura social que tem a propriedade intrínseca de estabelecer relações de poder. Tais relações surgem por meio de três processos diferentes, porém, fortemente inter-relacionados: 1) a diferenciação, 2) a delegação e 3) a representação política.

O processo de diferenciação está relacionada com a forma como os membros do grupo (componentes) vão se relacionar dentro desse novo padrão de configuração possibilitado pela associação. À medida que vai aumentando o número de membros da associação, e que ela se diferencia internamente, e se especializando funcionalmente, seus indivíduos e subgrupos passam, crescentemente, a se distanciar física e simbolicamente do núcleo duro central de interação cinestesia e de comunhão de pensamentos que caracterizava a forte coesão do momento inicial de emergência da associação. Ao desenvolverem representações diferentes da associação, os indivíduos e subgrupos começam a fornecer interpretações diferentes para a sua existência e sua razão de ser. Tais interpretações entram em competição por legitimidade e somente uma delas alcança esse *status*. Esta, provavelmente, estará relacionada com a figura que conseguir se destacar em relação aos demais indivíduos e subgrupos (fornecedores de explicações diferentes para a associação). Esse destaque está relacionado à detenção, ao

---

<sup>213</sup> Archer (2000) utilizará essa nomenclatura em *Being Human*, especificamente, capítulo 9 (p.283-305). Cf. ARCHER, Margaret S. *Being Human: the problem of agency*. Cambridge (UK): Cambridge University Press, 2000. 323p.



acúmulo e à utilização recursos físicos e simbólicos, vistos pelos demais membros legítimos<sup>214</sup>.

O processo de delegação, de forma correlata, ocorre quando, devido ao aumento de tamanho e à complexidade das interações do grupo, da impossibilidade física de todos os membros do grupo lidar diretamente entre si numa situação de copresença física, isto é, face a face, a associação precisa criar um elo que medeie às relações entre as diferentes partes. Surge, então, uma especialização funcional encarnada na figura do gerente, cuja tarefa principal reside em fazer o papel de integração e mediação do fluxo de informações, processos e recursos entre as demais partes (também especializadas) da associação. Assim, os demais membros da associação delegam ao gerente o poder de representá-las, de falar por elas, junto às demais partes da associação, tornando assim viável a sua manutenção como uma estrutura social coesa.

Porém, esta representação também é necessária nos atos externos que a organização realiza em relação ao ambiente (espaço físico e social) em que se insere, onde travará relações com outras estruturas sociais, indivíduos e instituições. Nessa esfera, o papel de representação política significa ter uma figura que fale pela organização, que tome decisões e aja por ela, enfim, que expresse metonimicamente todos os atos da organização.

Vandenberghe (2010g) corrobora esta visão ao afirmar que a realização performativa de uma entidade coletiva se dá por meio de sua representação política que é, em larga medida, uma relação metonímica entre o corpo social (a totalidade de membros da organização que ela representa) e a pessoa que a corporifica, a encarna materialmente e expressa as ações da organização por meio de seus atos pessoais. Dessa forma, a entidade coletiva pode agir não só em macrosituações, na esfera pública das estruturas sociais (ou entidades coletivas), mas também em microsituações que, por meio do representante – denominado por Vandenberghe de porta-voz – age em interação direta, isto é, face a face, com outros agentes individuais<sup>215</sup>.

Segundo este autor, seu argumento busca oferecer uma contribuição à teoria de mobilização dos coletivos. A visibilidade da formação de um coletivo, grupos designados por um único substantivo, é o resultado final de um longo e paciente

---

<sup>214</sup> Para a competição por legitimidade, ver Boltanski e Thévenot.

<sup>215</sup> Vale ressaltar, porém, como, nesta micros situação, o porta-voz é representante do coletivo e este tem uma capacidade de ação maior do que um único agente individual, há que se explorar mais a fundo as implicações da interação direta entre os porta-vozes e os agentes individuais, em termos das assimetrias decorrentes das capacidades de cada um.

trabalho de objetivação que finalmente canaliza as representações mentais, sociais e legais do grupo para a sua representação política, fazendo-o através da delegação. Porém, “[...] aparecendo na sociedade como uma comunidade organizada que pode ser mobilizada ocasionalmente e mobilizar seus membros como um grupo em fusão, o coletivo aparece agora ‘como se’ sempre houvesse existido como corpo organizado capaz de ação coletiva comum.” (VANDENBERGHE, 2010, p. 250).

Assim, a porta-voz é um mega ator e, como indivíduo corporativo, ele pode mobilizar recursos organizacionais importantes e cujas decisões localmente situadas transcendem as situações locais de ação.

É devido ao fato de que a porta-voz é uma intermediária entre o grupo e seus membros que ela pode funcionar como mediadora entre os níveis micro e macro da sociedade. Como personificação do poder causal do coletivo, ela corporifica e representa a organização do coletivo e, falando em seu nome, representa, realiza e reifica performativamente o coletivo”. O coletivo já existia potencial e virtualmente, mas é atualizado via porta-voz. (VANDENBERGHE, 2010g, p. 249).

“Se os coletivos existem *in potentia* em nível macro, as organizações existem *in actu* em nível meso.” (VANDENBERGHE, 2010, p. 249 – itálicos no original). Assim, as organizações são um tipo de estrutura social composta de um grupo de indivíduos – e também elementos não humanos, materiais ou artefatuais –, estruturado por um conjunto de relacionamentos entre esses indivíduos, e entre os indivíduos e os elementos não humanos, cuja principal característica é o seu grau de formalização por meio de regras e de posições sociais ocupadas por cada um dos membros (no espaço físico e social) da organização (ELDER-VASS, 2010).

As descrições de uma regra referem-se àquilo que, implicitamente ou explicitamente, é especificado ou requerido de um determinado cargo ou posição (*job description*) dentro da organização. Essa descrição revela não só a natureza, mas também a maneira do tipo de relação que deve ocorrer dentro da organização e desta, e seus membros, com os elementos externos a ela – ambiente, instituições, outras organizações e indivíduos.

Contudo, Elder-Vass (2010) defende que as organizações são compostas de pessoas e não de regras. Ele observa que as regras não são entidades ou estruturas sociais, nem os componentes (ou partes) destas, mas, sim, um produto da interação dos indivíduos. Pode-se sugerir, então, que esse artefato simbólico é elaborado durante o processo de estruturação coletiva, ainda na fase dos grupos de interação, quando os

primeiros comportamentos para lidar com uma situação externa se colocam como um problema ação ainda ensaiado de forma espontânea, por alguns indivíduos, e cujo sucesso, mimeticamente, é reproduzido pelos demais. Durante a fase de associação, as regras evoluem para descrever as funções que, ainda de forma embrionária, começam a se diferenciar e a se desenvolver. Já nas organizações, as regras, que vêm paulatinamente sofrendo um processo de consolidação, passam a ser prescritivas e formalizadas, no intuito de assegurar a socialização de qualquer membro, a qualquer hora e em qualquer lugar.

Da organização das interações dos membros ocupando posições específicas, as organizações têm o poder causal de produzir um desempenho harmonioso, uma concertação de ações coordenadas, gerando, assim, a realização de ações intencionalmente deliberadas com um resultado diferente e maior do que a soma das interações individuais dos membros. Esta capacidade de produzir mais é o que Archer chama “a resultante relacional de suas atividades produtivas combinadas” (2000b: 467): este é um poder causal emergente do grupo organizado e não causalmente atribuível aos trabalhadores individuais<sup>216</sup>.

Segundo Elder-Vass (2010), os mecanismos que produzem esses poderes dependem da interação entre membros, que ocorre quando eles desempenham (performam) suas regras especializadas, os quais ele denomina de interação coordenada. Devemos distinguir entre dois conjuntos de mecanismos aqui. O primeiro, o dos mecanismos normativos, é essencial para o funcionamento exitoso das organizações porque tem a tendência causal de produzir comportamento implementador da regra pelos membros da organização. Sem observação da regra pelos incumbidos, organizações poderiam não funcionar, mas o poder causal do círculo de normas envolvido é apenas um poder de assegurar esta observação. O outro conjunto de mecanismos requerido para produzir os poderes causais das organizações é o dos mecanismos que dependem de interação coordenada e, em nível concreto, esses mecanismos variam de caso para caso.

Assim como no caso das filas, então, organizações dependem profundamente de instituições normativas, mas os mecanismos que geram os poderes causais das organizações são diferentes dos mecanismos pelos quais círculos de normas influenciam

---

<sup>216</sup> Numa crítica a Archer, Antony King argumentou que, apesar de essas capacidades não poderem ser atribuídas aos indivíduos isolados, não são estruturas ou entidades que são as responsáveis por elas, mas relações sociais. Para King, não são as estruturas, mas relações sociais que são causalmente efetivas.

nossas crenças normativas. O modo como os membros das organizações interagem é um produto de suas crenças normativas e, assim, do círculo de normas que as produzem, mas as interações coordenadas das organizações produzem outros e mecanismos causais não normativos que são os poderes causais das organizações.

Contudo, Fleetwood (2008b) discorda dessa explicação proposta por Elder-Vass acerca da dependência das organizações em relação aos círculos normativos e das instituições, pois, para ele, as organizações não podem depender, para sua existência, nem podemos recorrer à explicação, de estruturas existentes em um nível superior, como as instituições, pois isso contrariaria o relato emergentista do realismo crítico. Seu argumento, então, é elaborado no sentido de propor que as estruturas sociais – e as organizações, em particular – sejam responsáveis pela emergência das instituições.

Defendo aqui a posição de Fleetwood, argumentando que as instituições são o produto, num nível superior, de uma configuração particular de interações entre organizações nível inferior. E poderíamos acrescentar que somente as organizações geram as instituições e a institucionalização de práticas sociais. Isso porque os agentes individuais não são capazes de, sozinhos, influenciarem um padrão de comportamento coletivo. E, quando o fazem, isso ocorre por meio de sua inserção de determinadas estruturas sociais, que permitem a atualização – e a potencializam – dos seus poderes causais individuais, agindo, assim, inversamente ao papel de porta-voz, quando é a organização quem age por meio do indivíduo.

Quando procuramos identificar os poderes causais das organizações, devemos reconhecer a interação entre mecanismos normativos e mecanismos de interação coordenada. Esses são duas classes separadas de mecanismos que conferem suas classes separadas de poderes causais. No caso da interação coordenada, há um senso no qual os membros da organização trabalham juntos, como as partes de uma máquina, para produzir um efeito coletivo. Mas, os produtores (de alguma coisa) precisam de suas ferramentas para exercer suas habilidades. Sendo assim, então, a organização é um tipo de entidade híbrida: uma entidade que inclui tanto pessoas como outras coisas materiais como suas partes, e que dependem das relações entre pessoas e essas outras coisas para produzir essas propriedades emergentes. Contudo, algumas organizações podem ser mais dependentes de elementos não humanos do que outras. Esta concepção de hibridismo parecer ser convergente no relato realista crítico, como se verifica em vários autores, tais como Fleetwood (2005), Elder-Vass (2010) e Vandenberghe (2010), dentre outros, e também é convergente com a proposta aqui realizada, de análise morfo genética

de diferentes objetos e suas formas de manifestação na realidade e em diferentes níveis desta.

#### **7.4 Lógica do M3 – de Associações a Organizações**

Uma vez tendo identificado uma série de estudos precedentes que se debruçaram sobre a questão do poder, de formas diferentes e sob prismas específicos, e tendo também explicado como essas distintas definições (ou bourdieusianamente falando “divisões”) do poder encontram um amparo na realidade, especificamente sob a rubrica de sua manifestação como forma de realidade social, pode-se, então, extrair princípios e propriedades dessa realidade social, que funcionam a partir da estrutura gerativa da entidade (“coisa”) poder.

Uma vez identificada/mapeada e analisada a estrutura gerativa do poder, e seus poderes causais, que se refere ao aspecto necessário e intransitivo da realidade, então, passamos, agora, a entrar nas características transitivas de sua emergência, ativação e manifestação. Dito de outro modo, é preciso, agora, explicar como o poder emerge a partir de configurações específicas dos componentes necessários predispostos em níveis/tipos inferiores/precedentes da realidade, e em que condições contextuais ocorre a ativação de seus mecanismos.

Para tanto, seguindo a linha de raciocínio já previamente apresentada, esboçamos aqui uma explicação da emergência do poder, como entidade socialmente real, por meio do que chamamos de terceiro momento da nossa análise morfogenética aqui proposta. Este momento tem como característica específica a especialização funcional na integração das partes (subsistemas), via delegação e representação política, interna e externa.

Contudo, para o desenvolvimento dessas propriedades emergentes específicas da realidade social, é necessário, no entanto, que o grupo compartilhe uma dada realidade material (situação de copresença) e ideal (comunidade simbólica). Nesse sentido, para que o grupo social se atualize como organização, é pressuposto que tanto o espaço físico como o simbólico estejam delimitados e sejam compartilhados por um grupo em interação. Como já foi demonstrado (no capítulo 6), o compartilhamento de uma situação de copresença é fundamental para situar os indivíduos, como seres materialmente reais (i.e. fisicamente tangíveis e concretos) no tempo e no espaço que,

por sua vez, imporão a eles os constrangimentos inerentes a essa fixação espaço-temporal. Já neste momento, como um processo contínuo que se inicia desde o primeiro momento, mas que, progressivamente, adquire mais densidade, surgem, de forma intensiva, os elementos da realidade artefactual. Se, no segundo momento, quando da emergência de uma identidade coletiva, os artefatos são construídos para mediar as relações sociais, sobretudo representando (ou manifestando concretamente) as ideias, os valores e as representações coletivas que fornecem as imagens guia da associação, já no terceiro momento, os artefatos construídos cumprem um papel mais objetivo e concreto: como instrumentos de trabalho e potencialização da ação humana. Eles ainda são utilizados também para representar, mas neste momento eles são, *principalmente*, deliberadamente construídos para aumentar o poder de agência humana, individual e, sobretudo, coletiva. É neste contexto que técnicas, processos e tecnologias são utilizados, possibilitando de forma mais efetiva o exercício da atividade humana (*labor*).

Outra condição necessária à emergência do poder e, conseqüentemente, à constituição das organizações é a identificação interna e a diferenciação externa dos indivíduos, processo esse que ocorre no segundo momento: o de emergência da realidade ideal. Ainda aqui surgirá o embrião do terceiro momento, que é a contínua diferenciação interna e externa, que ocorre consoante a complexificação do grupo. Esse processo conduz à especialização interna dos papéis e posições.

Mas é somente em M3 (terceiro momento) que surge a especialização da gerência. Dentre esses mecanismos, é possível identificar a existência de dois deles, umbilicalmente ligados pelo mesmo processo. Um primeiro mecanismo é a *delegação*, que consiste na abdicação da própria capacidade e interesse em manifestação e expressão de sua vontade/opinião própria, em favor da atribuição dessa capacidade, sob a forma de autonomia, para a nova entidade coletiva que, supostamente, teria mais e melhores condições de manifestar, opinar e decidir sobre que ações devem ser exercidas. [Essa suposição baseia-se na ideia de que essa nova entidade emergente, por ser constituída de muitas partes de todos os indivíduos, deteria, em sua estrutura intrínseca, um maior volume de informações do que a própria entidade individual. Uma análise, não realista crítica, mas convergente com o espírito dessa proposição, pode ser encontrada em Luhmann (1997), quando ele trata da informação, seu volume e complexidade, como o axioma básico da organização.] Por outro lado, um segundo mecanismo, complementar ao de delegação, se faz necessário. Trata-se do *mecanismo*

*de representação*. Dado que a realidade social só existe e é mantida se for suportada por seres humanos, ou seja, possui uma dependência humana (FLEETWOOD, 2005), a constituição dessa nova entidade socialmente real, embora com uma estrutura gerativa e poderes causais próprios e diferentes do ser humano individual que a suporta, ela deve ser expressa e mantida por meio de outros seres humanos, um indivíduo ou subgrupo. Assim, por oposição à delegação, o mecanismo de representação requer que algum ser humano encarne, por meio de seu objeto corpóreo biológico individual, mantenha e exerça a autonomia atribuída à entidade coletiva emergente.

Os mecanismos de delegação e representação são fundamentais na constituição da organização, como sistema de ação coletiva fortemente estruturado, pois permite a atualização dessa entidade coletiva por meio de um sistema de papéis e posições que passam a existir e são estruturados de modo a dar forma a essa entidade coletiva. Os papéis e as posições são a combinação, respectivamente, de componentes da realidade ideal e material, dispostos numa configuração específica, que atualizam a existência da entidade coletiva organização. Enquanto os papéis referem-se à realidade ideal que evidencia o que a organização deve fazer – ou o que se espera que os indivíduos que os ocupem façam para suportar/sustentar a entidade coletiva – e que difere da existência individual em si, embora esta seja necessária (como um nível precedente da realidade) para que aquela se manifeste, por sua vez, as posições representam a localização espaço-temporal dos indivíduos que suportam a entidade coletiva, conferindo-lha a adequação ao primeiro e mais básico nível da realidade, que é o da realidade material.

Se, em M2 (momento de emergência da identidade coletiva), os mecanismos que asseguram a coesão social são dados por elementos ideais e, portanto, supramateriais, em M3 (momento de emergência do poder) – dadas a amplitude e a complexidade crescentes das interações –, a coesão social passa a requerer novos (e de outro tipo de realidade) mecanismos de regulação e controle – portanto, (práticas) sociais – que irão se manifestar pelos mecanismos internos/interiores de delegação (transferência de poder de um indivíduo/grupo a outro indivíduo/grupo) e externos/exteriores de representação de toda a coletividade, por parte desse indivíduo/grupo em relação a outros indivíduos/grupos, com os quais ele vir a se relacionar. Essa representação também se efetiva internamente, ao servir de cadeia de comando para alinhar e integrar os diferentes subgrupos e indivíduos, organizados em papéis e posições diferenciadas dentro da organização emergente.

A construção dessa ordem social local, dada pelos mecanismos de regulação e controle que asseguram a coesão social em uma coletividade extensa, complexa e altamente diferenciada, faz emergir uma nova e específica prática social que se materializará num *papel* e numa específica e essencialmente *posição intermediária* (i.e. não importa quantos níveis hierárquicos existam numa organização; a gerência sempre ocupa a posição intermediária entre aqueles que delegam e aqueles que representam a coletividade) por meio de noção de gerência.

A gerência cumpre, ao mesmo tempo, um duplo papel de ligação e coordenação das partes (subsistemas) diferenciadas do grupo e também de estruturação de uma dada ordem social, por meio da elaboração e colocação em ação de práticas específicas de controle. [Esses elementos não ocorrem em M2, nas associações, ou quando ocorrem aparecem de forma espontânea e embrionária, ligadas a um determinado indivíduo, mas não como uma prática social coletiva reproduzida e mantida por todos os indivíduos, como acontece em M3, na organização.

A especialização funcional na integração das partes via delegação e representação, interna e externa, reveste essa coletividade, num crescente grau de estruturação da ação coletiva, com uma nova camada de poderes causais: a capacidade de atuação política, em relação a outras entidades socialmente reais presentes no mundo (i.e. da realidade), como se fosse um ator (personagem, entidade, indivíduo, etc.) único e coeso, ou seja, uma “superpessoa”. Especificamente, o termo “superpessoa” é, aqui, interessante, pois, além de ressaltar a noção de unidade e coesão coletiva, expressa, simultaneamente, a ideia de “capacidades ampliadas”, ou seja, a possibilidade de atuação e intervenção na realidade superior à dos indivíduos e grupos não ou semiestruturados, que se referem, ambos, a ordens inferiores da realidade (individual e interacional, respectivamente). Portanto, a leitura aqui proposta, além de convergente com o relato realista, fornece uma explicação detalhada, plausível e integrativa das ordens e níveis da realidade humana, do micro ao macrossocial, em que o elemento central de integração é a passagem por diferentes estágios ou graus de estruturação da ação coletiva.

Assim, esse alto grau de estruturação das organizações lhes confere, como agente/ator coletivo, a capacidade de atuar na realidade social, mas não só; elas também exercem eficácia causal sobre os tipos de entidades precedentes (material, artefactual e ideal), na medida em que, uma vez emergidas e existindo na realidade, entram em interação com essas entidades de diferentes formas e passa a fornecer, assim, novas



possibilidades de combinação e configuração que, por sua vez, propiciarão a emergência de outras novas entidades.

### **7.5 *Quem Quando e Onde?* Restrições e Validade de M3**

A análise do terceiro momento morfogenético empreendida até aqui não é isenta de limitações e, de fato, carece de refinamentos e especificações teórico-conceituais além de verificação empírica. Mas, quais as restrições desse raciocínio? Por que uma associação viria a se tornar uma organização? Em que condições gerais e específicas isso ocorre? Qual validade e legitimidade deste argumento? Tentando antecipar possíveis limitações e críticas ao raciocínio aqui proposto, faz-se importante delimitar os atores, os momentos e os contextos específicos, isto é, as condições específicas que podem originar a emergência da organização.

As relações de poder dependem de uma capacidade física (posse uso de recursos da realidade material) e de uma legitimidade ou reconhecimento simbólico (identificação dos indivíduos subordinados na relação com a lógica/ideia do jogo/situação – realidade ideal).

A análise aqui ofertada não se aplica a todos os tipos de atores e grupos, mas sim aos atores reais de uma associação, que compartilham de uma dada situação de copresença e também de uma dada realidade simbólica. Isso porque, para o exercício do poder, é preciso que os atores, dominantes e dominados, engajem nas práticas específicas que sustentam determinadas relações caracterizadas como de poder (dominação). Esse engajamento supõe, ainda que implicitamente, um compromisso com o jogo, embora se possa discordar da posição que cada um ocupa/desempenha nele.

A existência de uma capacidade diferencial de acesso e uso de recursos da realidade material, fornecendo, assim, uma capacidade diferenciada e desigual aos indivíduos, mas estando ausente o compartilhamento de uma realidade ideal, não nos conduz à dimensão do poder tal como analisada aqui, visto que este é eminentemente social. Mas, nos leva, sim, à identificação de um relato de força ou influência, que diz respeito à capacidade de criar constrangimentos que levem a sugerir um determinado curso de ação a outrem. Mas, esta ação não implica reconhecimento de submissão nem de obrigação ou dever de adoção da postura/curso de ação sugerido. [Como assinala

Weber (2004), a questão da influência tem uma fronteira tênue em relação ao poder, e não é nosso objetivo resolver tal problema aqui.]

Assim, indivíduos isolados, que não se encontram em uma situação de compartilhamento de uma realidade material, não estabelecem relações de poder. Do mesmo modo, os grupos interativos, baseados numa autorregulação mimética, feita a partir da interpretação subjetiva e consciente individual (nível microssocial/ordem interacional), não constitui uma relação de poder, pois não pressupõe um compartilhamento de uma realidade ideal (i.e. dos códigos), que permite com que cada um reconheça seu papel e reproduza a relação. Antes, e ao contrário, as relações desiguais que existem (ou podem tomar lugar) na interação autorregulada dos grupos interativos se deve ao exercício da força bruta total (ex.: a escravização em Weber). [No compartilhamento da realidade ideal onde, de fato, as interações, ocorrem de maneira mais acentuada e efetiva, as relações desiguais entre os indivíduos passam a ser exercidas, mais comumente, sob a forma do que Weber classificou como “influência”.

A menos que sejam desenvolvidos os processos de delegação e representação, os indivíduos em interação e compartilhando uma dada realidade ideal não necessariamente gerarão uma organização. A proximidade física (compartilhamento de uma situação de copresença) pode gerar apenas contato e interação pontual entre os membros, apenas para executar tarefas ou cumprir ordens, sem, necessariamente, alguma reflexão ou engajamento com o grupo. Do mesmo modo, a proximidade simbólica, por si só não gera a organização. São necessárias a delegação e a representação, que surgem, geralmente, em função do aumento da extensão e do grau de complexificação das relações de interação no grupo. Assim, por exemplo, grupos muito pequenos ou grupos informais tendem a se manter no âmbito de relações de influência. Por outro lado, pode haver associações que evoluam para o status de organização, sem, obrigatoriamente, desenvolver completamente um “aparato burocrático formal”, como no caso do tipo de dominação racional-legal de Weber. Contudo, mesmo nesse caso, se observa uma ordem necessária de emergência das realidades material, ideal e social, identificadas no modelo proposto nesta tese. [Esses casos requerem que o presente modelo seja aprimorado no sentido de identificar, com mais detalhe, diferentes graus e variações internas a cada momento de análise morfogênética, bem como possibilidades de omissão e exceção ainda não previstas.]

É o caso, por exemplo, das empresas familiares, nas quais parecem existir relações de poder, mas num grupo reduzido. Por outro lado, a complexidade das

interações, como defendido aqui, parece estar presente, já que a empresa familiar reúne/integra indivíduos presentes em dois registros/sistemas sociais diferentes: a família e a empresa. Então, a autoridade patriarcal familiar é, em muitas vezes, transferida<sup>217</sup> e reproduzida na empresa<sup>218</sup>.

Outra questão importante parece ser a necessidade de delimitação dos momentos ou situações em que a emergência de uma associação tende, ou não, a ocorrer, do mesmo modo que a proximidade física e afetiva (simbólica) é uma condição necessária embora não suficiente, para a emergência da associação e que a comunidade simbólica é uma condição necessária para a emergência da organização.

A emergência da organização parece surgir mais quando há expectativas de medo e insegurança (ex.: o medo de um assaltante nos faz aproximar de outro indivíduo na rua, para buscar proteção) ou em momentos de extrema liberdade (ausência de coação – ex.: entre cidadãos livres da *polis*) do que quando os indivíduos estão razoavelmente bem situados em sua “zona de conforto”. Nesse caso, os indivíduos parecem aderir de forma mais passiva ao desempenho de uma atividade em grupo apenas, a fim de se integrar à sociedade complexa de divisão do trabalho e, com isso, se inserir no sistema de trocas que lhe assegurará sua sobrevivência material.

Um terceiro elemento é importante para contextualizar a análise aqui proposta. A emergência da associação parece ocorrer em contextos nos quais a própria estrutura espacial e ideal, ou seja, o “lugar” e as “ideias”, impõe algum tipo de proximidade física e simbólica entre os indivíduos de um grupo. Se, em geral, a realidade material impõe um problema ou obstáculo a ser resolvido, a realidade ideal, por sua vez, geralmente impõe uma dada visão ou forma de resolvê-lo. Assim, diferentes grupos, ou coletividade no geral, terão diferentes maneiras de resolver determinados problemas materiais. [Embora estes problemas possam, com elevado grau de semelhança, se repetir em várias realidades distintas. Por exemplo: embora a questão da alimentação seja um requisito material *universal* para os seres humanos continuarem existindo, eles resolvem-no de formas distintas, segundo os seus modos de vida<sup>219</sup> (modos de ação), de fala, de alimentação, de habitação, etc.]. Mas, para resolvê-los, ou pelo menos lidar com

---

<sup>217</sup> Recorremos aqui à explicação *bourdieusiana* da homologia estrutural dos campos que permite a transferência dos capitais de um campo a outro.

<sup>218</sup> Toda literatura sobre o assunto parece convergir neste ponto, cf. Pimentel (2011) para uma revisão panorâmica sobre a literatura da área.

<sup>219</sup> Para um excelente relato desses modos culturalmente distintos de ação, conferir: CERTEAU, Michel de. *A Invenção do Cotidiano: as artes de fazer*. (Tradução Ephraim Ferreira Alves). Petrópolis (RJ): Vozes, 1994. 351p.

eles, o grupo social precisa mobilizar esforços, de alguma maneira minimamente coordenados, a fim de intervir nessa no condicionamento estrutural da realidade precedente. Assim, além de um problema comum e da sua percepção (identificação) por parte do grupo envolvido, como esses esforços virão de diferentes indivíduos, é necessária a construção de uma “ordem” (social) que se desenvolve apenas no nível ou sob a forma da realidade social (por meio de um conjunto de práticas suportadas pelos seres humanos engajados em posições e papéis específicos).

## 7.6 Conclusão

Neste capítulo apresentou-se a emergência daquilo que pode ser chamado de realidade “social” e demonstrou que as “coisas” (entidades) que se apresentam sob esse *modo* de manifestação na realidade se relacionam com a emergência e a constituição de uma “ordem local”.

Ao se efetuar uma revisão teórica sobre as variações semânticas do poder desde a filosofia, passando pelas ciências sociais até chegar à sociologia das organizações, puderam-se constatar quatro grandes visões, que serviram de guia para a organização da discussão apresentada neste capítulo: (1) o poder como capacidade relacional que gera uma “ordem” artificialmente construída pelos seres humanos; (2) poder/a ordem como resultado do conflito aberto via imposição de força; (3) o poder/a ordem como processo de integração de diferentes grupos via socialização e (4) o poder/a ordem naturalizado e tomado como dado (*taken for granted*) pelos atores que não identificam (percebem) que estão desempenhando práticas inerentes ao sistema e às relações de poder.

O poder como capacidade relacional instaura uma ordem social que tende a ser reproduzida à medida que os indivíduos repetem as práticas sociais que as sustentam. Essa concepção geral de poder parece ser mais ou menos consensual entre as diferentes tradições e versões de estudo poder, independente da atribuição moral, da legitimidade, da metodologia, de verificação empírica ou do nível da realidade analisado (organização ou sociedade).

A primeira interpretação, a do poder (e da ordem) como resultado do conflito aberto via imposição de força, não questiona a legitimidade do jogo que se desenrola no campo de atuação em que os atores estão inscritos, mas sim no conteúdo de uma dada ordem específica vigente naquele campo, num dado momento. Assim, o conflito de

instala, de forma aberta, pois existem diferentes grupos (mais de um) que reconhecem (identificam) a relação de desigualdade estruturante daquela ordem e que têm pretensões (igualmente) legítimas de instaurarem a sua ordem. Como o conflito em torno da ordem é reconhecido, a disputa se dá abertamente, por meio de relações de poder que são postas em contato, e de cujo embate sairá um vencedor que imporá a sua (nova, se for o caso) ordem.

Já a segunda leitura – a do poder (e da ordem) como processo de integração de diferentes indivíduos e grupos via socialização – estende a dimensão do poder para além dos atuais atores inscritos num dado campo, e implicados numa dada ordem, para incorporar outros (novos) atores que serão integrados ao sistema (via nascimento, via migração de um grupo para outro, etc.). Neste caso, além da legitimidade do jogo e da ordem em si, surge a questão da legitimidade do conteúdo de uma dada ordem (por exemplo, a vigente). Assim, as relações de poder que sustentam essa dada ordem, cujo conteúdo é percebido como legítimo, se pautam em mecanismos diferentes para seu exercício. Elas se dão por meio de esquemas e aparelhos desenvolvidos no plano da realidade, sobretudo ideal, a fim de criar um consenso a partir de ideias, valores e representações, ampliando, assim, o escopo da comunidade simbólica (grupo) detentora daquela ordem considerada legítima.

Por sua vez, um terceiro agrupamento dos estudos de poder identificados – aquele em que o poder (e a ordem) é visto como um dado objetivo e opaco da realidade, isto é, naturalizado pelos atores que não identificam (percebem) que estão desempenhando práticas que sistematizam as relações de poder – identifica um conjunto de estudos que evidenciam como determinados atores, que estão fora da disputa direta sobre a legitimidade de uma dada ordem ou estão “longe” das fontes de socialização, tendem a perceber apenas os efeitos das relações de poder e, muitas vezes, sequer entendem que estão participando de tais relações. Os estudos sobre alienação, ideologia e violência simbólica, por exemplo, são ilustrativos a respeito desse aspecto da dimensão do poder que pode ser agregado às características anteriores, estendendo, assim, o escopo dos atores implicados e o raio de atuação de uma dada relação e uma dada ordem.

Essas visões variam sobre um *continuum* que vai desde o aspecto coercitivo do conflito aberto, mediado pela disposição diferencial de forças numa realidade material, passando pelos aspectos simbólicos de coerção pacífica via integração ideológica dos atores num sistema considerado legítimo, até culminar com a total dominação não

percebida pelos atores em posição subalterna na relação, que ocorre por meio da alienação e ignorância.

Esse aspecto relacional, que denota uma realidade social, atrelado aqui – ao que chamamos nos capítulos anteriores de realidade material e ideal – às condições contextuais e ao reconhecimento por parte do indivíduo ou do grupo da validade daquela ordem, parece ser convergente (e sustentar) com o argumento central deste capítulo, de que o problema do poder está associado à emergência de entidades socialmente reais. Especificamente, a emergência do poder se dá mediante o compartilhamento da realidade social que passa a existir neste nível a partir dos mecanismos/processos de delegação e de representação, que conduzem à transformação das associações (como formas da ação coletiva em grau intermediário de estruturação) em organizações (i.e., formas de ação coletiva em grau elevado de estruturação) que, por sua vez, detêm propriedades e poderes causais intrínsecos à sua estrutura gerativa que não estão disponíveis às outras formas de ação coletiva precedentes e que lhes habilita a agir no imediatamente superior (nível marcosocial) da realidade humana.

Esse aspecto é fundamental para o desenvolvimento do argumento deste capítulo, pois consideramos aqui o poder como uma capacidade relacional de ação desigual dada numa situação concreta, cuja desigualdade se verifica pelo acesso e uso de elementos da realidade material e cujo reconhecimento depende da inscrição “moral” da troca num dado registro (concepção de mundo ou universo simbólico) que pertence ao domínio da realidade ideal.

Assim, embora a dimensão do poder dependa – e faça referência - de elementos materiais e ideias ela é uma entidade socialmente real que surge e emerge apenas quando este nível da realidade. Por isso, deve ser identificada, analisada e explicada recorrendo-se a elementos da realidade social, como as práticas, os “estados” (das entidades sociais) e as estruturas (*off short*), assim como defendido por Fleetwood (2005).

Os fatores precedentes à emergência da realidade social são os elementos da realidade material – tais como recursos, espaços, capitais, etc. – e da realidade ideal – tais como ideias, valores, crenças, representações, esquemas explicativos, etc. – dispostos numa determinada configuração, evidenciando uma situação de interdependência, material e simbólica, dos atores implicados nesta situação, para o alcance de um determinado resultado comum, que afetará o coletivo, ou seja, a todos os atores inscritos nesse campo (e nessa situação) específicos.

O(s) mecanismo(s) de emergência (“gatilho”) que ativa(m) a emergência das relações de poder é o que se chama de situação de interdependência, em que nenhum ator sozinho pode solucionar um determinado problema, e onde é necessário algum grau de ajuste mútuo, de coordenação, entre dois ou mais atores, para que, efetivamente, alguma solução possa ser gerada em aquela situação concreta da realidade. Assim, o enquadramento dos atores num dado campo, e mais especificamente num dado sistema, em que um conjunto de ações aleatórias conduzirá, num dado momento, a um “travamento” do sistema, i.e. a uma situação-problema que requer uma solução que nenhum indivíduo sozinho é capaz de fornecer, é que ativa as práticas de poder.

Por sua vez, o processo de emergência se dá por meio da criação e do desenvolvimento, no âmbito das interações sociais (“reguladas”), de mecanismos/processos de delegação e representação. Ambos envolvem (se revestem com) essa dimensão política, isto é, do poder (em ação). Esse duplo processo ocorre em dois níveis, tanto internamente ao grupo como externamente, no âmbito intergrupar.

O resultado disso é que a entidade coletiva (socialmente real) que emerge desse (conjunto de mecanismos e processos daquilo que chamamos de) terceiro momento (M3) da análise morfogenética aqui apresentada é o que comumente se interprete por organização formal. Essa nova entidade, por sua vez, tem poderes causais que não estão disponíveis nos níveis inferiores do estágio de estruturação dos sistemas de ação coletiva, tais como: a) a capacidade de atuar/intervir na realidade, em âmbito público ou privado, de forma potencializada, isto é, com uma capacidade sem precedentes para qualquer agente humano individual ou coletivo em níveis inferiores de estruturação e b) a capacidade de expressão política, tanto interna como externamente, com destaque para este último, devido à possibilidade ímpar que somente essa entidade coletiva tem de atuar no nível (estrato superior) da realidade macrosocial.

A concepção de poder situada e específica por nível/objeto/forma de manifestação na realidade aqui apresentada não nega concepções precedentes e, ao mesmo tempo, permite uma maior aprofundamento e acurácia da questão, já que incorpora questões não tratadas pelos relatos anteriores, permitindo, assim, avançar para além do conhecimento atual, tanto no entendimento da questão específica (do poder) como da sua relação como os demais níveis e formas de entidade da realidade.

Até o presente momento, a questão do poder dentro da sociologia, em geral, e da sociologia das organizações, tem sido tratada como um tema menor e pouca teorização adequada foi produzida a respeito.

Estudiosos da ação coletiva, de movimentos sociais, da sociologia das organizações e das instituições poderão utilizar e ampliar essas ideias, a fim de incrementar suas análises, além de verificar, expandir e, eventualmente, alterar e refinar os argumentos aqui arrolados, especificamente no tocante à questão dos processos internos de delegação, representação e atuação política na realidade, bem como nos contextos e situações reais de sua manifestação.



## **PARTE 4: SÍNTESE E SUPERAÇÃO**

### **O *FRAMEWORK* MORFOGENÉTICO REALISTA CRÍTICO DE ANÁLISE DAS ORGANIZAÇÕES**



## 8 TEORIA ORGANIZACIONAL REALISTA: POR UMA ABORDAGEM MORFOGENÉTICA E MORFOESTÁTICA DAS ORGANIZAÇÕES

### 8.1 Introdução

Neste capítulo, o objetivo é elaborar uma proposta de análise *morfogenética e morfoestática das organizações*. Tendo anteriormente situado a abordagem ontológica e epistemológica adotada neste trabalho dentro da perspectiva filosófica do *realismo transcendental*, e na sua vertente das ciências humanas dentro do *naturalismo crítico*, especificamente, pretende-se aqui desenvolver um conjunto de argumentos que permitam operar com a perspectiva do realismo crítico no âmbito das ciências sociais e, de forma mais precisa, direcionada às organizações e as demais formas de ação coletiva.

Para tanto, tomamos como ponto de partida o problema levantado por Ackroyd (2004) que identifica que, de modo geral, as organizações têm sido pouco estudadas na teoria social e, em particular, que menos esforços ainda têm sido direcionados a tratar a questão de seu processo de estruturação. Segundo este autor, uma compreensão adequada do modo pelo qual as organizações são estruturadas e emergem, passando a existir como entidades coletivas, ainda está por ser feita e, apesar das tentativas – em diferentes direções e com base em distintas perspectivas – de compreenderem adequadamente o funcionamento das organizações, pouco se tem avançado sobre o assunto.

Isso porque Ackroyd (2004) considera que o fato de, no contexto atual, as filosofias que embasam a teorização sobre as organizações serem predominantemente de cunho antirrealistas, sejam positivistas ou construcionistas, e, de igual modo, elaboradas sobre os cânones *humeano-lapaceanos* de ciência, que as impedem de obter uma adequada visualização e delimitação do problema da estruturação coletiva, tendendo a tratá-lo em termos de sua redução às capacidades (motivações) e deliberações das agências individuais. Em decorrência disso, o resultado obtido seria aquilo que Archer (2000) denominou de ‘conflação ascendente’.

De maneira semelhante e, de certo modo, aprofundando a questão, Elder-Vass (2010), em seu recente e original estudo, busca situar o problema da relação agência-estrutura no âmbito dos grupos sociais, sugerindo que é a partir deste nível mais específico de análise que se pode tratar de forma adequada aquele problema. Isso porque, em sua visão, são os grupos sociais – enquanto constituídos por componentes de

um nível inferior da realidade (os indivíduos), mas dispostos em uma configuração particular (num padrão específico de relações) – que, justamente em função de suas características específicas, permitem a emergência de uma nova entidade, no caso, formando entidades coletivas (ou estruturas) reais em níveis superiores de complexidade. Estas, por sua vez, são portadoras efetivas de propriedades emergentes que possibilitam a existência dos fenômenos relativos neste nível (meso) que, a partir de então, estruturaria novas relações com outras entidades coletivas também existentes neste nível, formando, assim, outro nível superior (o macrossocial).

Porém, devido ao escopo de seu trabalho, cujo foco era o de fornecer uma solução alternativa para o problema da agência-estrutura na teoria social contemporânea, a partir da noção de emergência na tradição do realismo crítico, Elder-Vass (2010) não pode mobilizar esforços mais específicos no sentido de desenvolver uma análise própria para as organizações. Assim, embora reconhecendo sua importância como elemento mediador da relação agência-estrutura, bem como o caráter (em maior ou menor grau) estruturado de todo e qualquer grupo social, ele realiza apenas uma análise abrangente das organizações dentro do relato realista crítico, apontando, no entanto, a necessidade de futuros estudos que envidem esforços no sentido de realizar uma análise morfogenética das organizações, até então uma lacuna a ser preenchida na teoria social (realista), em geral e no campo da sociologia das organizações (teoria das organizações), em particular.

Até aqui, eu forneci uma análise das organizações que se dirige a três dos cinco elementos requeridos para uma análise completa do caso de emergência [dos seus poderes causais] – onde foram identificados os componentes [ou partes] de uma organização (pessoas e, às vezes, elementos não humanos), as relações que as constituem nas organizações (papéis) e como estes papéis conferem à organização propriedades emergentes não possuídas por suas partes [individualmente] (papéis-coordenação-mecanismos de interação). **[Porém] Uma análise completa, então, requer ainda um relato [dos processos] de morfogênese e morfoestase das organizações.** Tal relato está bem além do escopo do presente capítulo [...]. (ELDER-VASS, 2010, p. 160 – negrito adicionado).

Assim, considerando os apontamentos observados até aqui, bem como o que já foi apresentado nos capítulos anteriores, é que se pretende avançar na questão apontada, no intuito de fornecer uma contribuição original e promissora para a teoria das organizações, haja vista a já mencionada escassez de trabalhos nesta perspectiva, bem como seu potencial contributivo para a sociologia das organizações. O objetivo é avançar na lacuna sobre a teorização do processo de estruturação dos coletivos e da

emergência dos poderes causais que permitem sua existência, e também para a própria teoria social, haja vista que se a proposição de Elder-Vass (2010), a qual subescrevo, estiver correta – de que os grupos sociais (enquanto estruturas sociais) é que permitem a resolução do problema da relação entre agência-estrutura –, então, um conhecimento mais aprofundado sobre o processo de estruturação dos coletivos (grupos sociais), proporcionado pela análise morfogenética das organizações, se acertado e bem conduzido, tem o potencial de prover parte significativa da explicação dessa relação, contribuindo com um resultado emergente para o avanço na teoria social como um todo.

Assim, para elaborar essa proposta de análise morfogenética das organizações, pretendo recorrer, aqui, às contribuições teóricas recentes desenvolvidas por Steve Fleetwood, sobre a diferenciação entre estruturas sociais e instituições; por Elder-Vass (2010), em relação à sua concepção realista crítica sobre as organizações e por Frédéric Vandenberghe, sobre a teoria das subjetividades coletivas, à qual adicionarei o argumento de que a dimensão espacial como primeiro passo para a estruturação dos coletivos. Tais elementos serão combinados em uma formulação particular própria, a qual tem como pano de fundo a abordagem morfogenética desenvolvida por Margaret Archer (2000; 2002) no plano da teoria social e será emoldurada pela filosofia da ciência proposta pelo realismo crítico de Bhaskar (1998[1979]; 2008[1975]), ao qual todos os autores mencionados acima se encontram explicitamente vinculados.

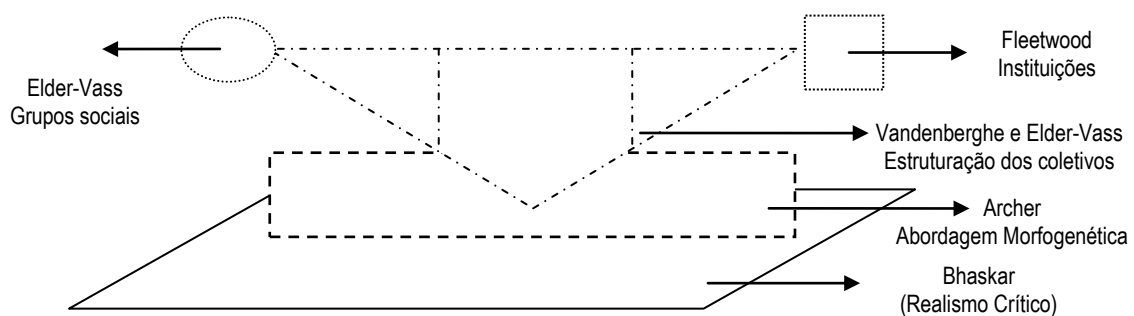


Figura 05: Representação esquemática de integração entre as propostas dos diferentes autores.  
Fonte: Elaborado pelo autor.

A tese defendida neste estudo é a de que as organizações são entidades ontologicamente distintas de e irredutíveis aos indivíduos (nível microssociológico) e à sociedade (nível macrossociológico). Devido à sua a estrutura gerativa intrínseca, elas

têm tendências (poderes causais) a agir e a influenciar as demais estruturas com as quais mantêm relações (num determinado espaço-tempo) em um determinado sentido. Porém, tais tendências só se tornam efetivas se seus mecanismos causais forem ativados sob certas circunstâncias (por exemplo, por meio de uma forma de interação específica com outras entidades).

De forma mais específica, desenvolverei uma série de três argumentos inter-relacionados que, em conjunto, pretendem contribuir para aumentar o potencial explicativo acerca da constituição das organizações, e conseqüentemente da própria sociologia das organizações.

Assim argumenta-se que, no domínio do real, (A1) o espaço (físico e simbólico) seria uma condição necessária, mas não suficiente para a constituição de identidade, e que (A2) esta seria uma condição necessária, mas não suficiente, para a formação de um ator coletivo: a organização, (A3) que, por sua vez, é uma condição necessária, mas não suficiente para o exercício da ação política (poder) numa determinada interação social coletiva (entre entidades coletivas) ou na ordem institucional. Assim, o processo de estruturação dos coletivos que culmina com a formação de uma organização é uma condição necessária, embora não suficiente, para o exercício do poder (político) da ação coletiva. Dito de outro modo, a ação coletiva, para que seja efetiva na intervenção da realidade social, em nível superior (macrossocial), só pode ocorrer por meio das organizações (i.e., se for mediada por organizações, assim como os indivíduos as medeiam e representam, agindo em nome delas em determinadas ocasiões).

Para desenvolver estes argumentos, inicialmente, irei recapitular brevemente os principais elementos da teoria das organizações que me habilitam a posicionar a proposta aqui delineada, passando desde a teoria clássica, à neoclássica e, em seguida, à contemporânea. Nelas identificarei, sobretudo, a partir dos trabalhos de Friedberg (1991; 1992; 1994) e Elder-Vass (2010), as categorias centrais à constituição das organizações. Em seguida, na 3ª seção, desenvolverei pormenorizadamente cada um dos três argumentos elencados: a) a estrutura espacial e o compartilhamento espacial e a formação de identidades; b) a identidade coletiva e a formação de comunidades imaginadas/simbólicas e c) a representação política das comunidades simbólicas e sua expressão política na realização de ações coletivas. Ainda nesta seção, apresento o modelo teórico-analítico proposto para a verificação empírica desta tese, bem como algumas das principais implicações e limitações conceituais, analíticas e práticas desta proposta. Por fim, na quarta e última seção deste capítulo, sintetizo o que foi exposto ao

longo do capítulo, e realizo um balanço autocrítico acerca das proposições centrais desta proposta de tese.

## **8.2 Teoria Organizacional Realista**

Considerando o que foi descrito na seção anterior e o que foi estudado até aqui a respeito da teoria das organizações, nesta seção apresenta-se a introdução do movimento realista crítico no subcampo da sociologia das organizações (teoria das organizações) de forma efetiva, realizando, para isso, o desenvolvimento um modelo próprio de análise morfogênica das mesmas. Este último está organizado em três subseções: as premissas inerentes à proposição; o processo de estruturação dos coletivos ou grupos sociais, com seus distintos estados de agregação e formalização até se chegar às organizações e, por último, as implicações conceituais, analíticas e metodológicas deste modelo.

### *8.2.1 Análise Morfogênica das Organizações*

Nesta subseção desenvolve-se uma abordagem morfogênica das organizações. Para isso, retoma-se a contribuição original de Vandenberghe (2007a; 2007b; 2010g) sobre a teoria das subjetividades coletivas, assim como o esboço de análise morfogênica das organizações feito por Elder-Vass (2010), também acerca do processo de estruturação dos grupos sociais, as quais serão cruzadas, reformuladas e adicionadas de novos argumentos, chegando, assim, a uma síntese própria sobre o processo de estruturação dos sistemas sociais de ação social coletiva<sup>220</sup>. A partir deles, em particular, do seu estado mais estruturado (as organizações formais<sup>221</sup>), específico

---

<sup>220</sup> Adoto aqui o mesmo termo proposto por Friedberg (1992), porém, com e ligeira distinção de que o faço dentro de uma perspectiva realista crítica, o que, embora não seja exatamente a perspectiva do autor, mantém certa (ou, talvez, grande) proximidade em relação àquela, haja vista o sentido das palavras e a lógica de argumentação empregados pelo autor.

<sup>221</sup> Necessidade de especificar, pois as organizações são tomadas, muitas vezes, pelo sentido de grupos. Dentro da análise aqui proposta, esta distinção é clara, mas, para evitar ambiguidades, emprego o adjetivo “formal” para identificar o tipo de grupo social altamente estruturado como organização, em contraposição aos tipos de grupos frouxamente estruturados ou desestruturados que poderiam ser identificados, respectivamente, com os grupos informais e os agregados coletivos (ou grupos interativos [de autorregulação]).

das condições necessárias, embora não suficientes, para a atualização dos seus poderes causais.

Além disso, avança-se no sentido de sugerir e especificar também as condições de suficiência para ativação daqueles poderes (ou tendências). Tais condições são identificadas pela literatura por meio do que se denomina de mecanismos causais, que significa aquilo que põe em marcha (i.e., atualiza) os poderes causais das estruturas<sup>222</sup>. Assim tais mecanismos são visualizados aqui como uma espécie de ‘gatilho’, isto é, um fator extrínseco à estrutura em si que, em interação direta com a mesma, é capaz de iniciar o acionamento de [uma cadeia de] reações no sentido de liberar, por em movimento, e assim atualizar aquelas tendências.

Ainda, será demonstrado, a seguir, um arranjo hipotético que explica o processo de morfoestase das organizações, a partir do cruzamento de suas propriedades estruturais intrínsecas às noções de campo e de capital, desenvolvidas por Bourdieu, que permite compreender a tendência das organizações, como sistemas de ação social coletiva, fortemente estruturados, a se reproduzirem e se perpetuarem ao longo do tempo (ETZIONI, 1973; BUCKLEY, 1971[1967]).

### 8.2.2 *Premissas*

Parte-se do princípio de que as organizações são um tipo de estrutura social que diz respeito à ação coletiva, isto é, às forças ou aos constrangimentos sociais que se impõem às ações individuais (ELDER-VASS, 2010, p. 4). Assume-se aqui a visão das organizações, como um tipo de estrutura social, dentro de uma concepção dinâmica, flexível e dialética (VANDENBERGHE, 2010g), em que elas são fruto de um processo de estruturação que se estende desde o nível menos estruturado (agregados coletivos) até o nível mais estruturado (organizações formais) (FRIEDBERG, 1996).

O condutor deste processo reside na dinâmica de interações, em termos de frequência, intensidade, variabilidade, extensão e padrão resultante, entre seus componentes do nível (estrato) inferior, que resulta num padrão de configuração

---

<sup>222</sup> Embora haja uma interpretação dos mecanismos causais no sentido de que **eles próprios seriam** os poderes causais atualizados, tal interpretação, defende-se aqui, é falha, porque não é capaz de explicar **como** os tais poderes são ativados. Ou seja, que elementos são necessários e participam da transformação dos poderes causais em mecanismos causais, havendo, portanto, uma espécie de conflagração ascendente que não explica, em definitivo, a atualização dos poderes.



específico em cada estado. Mas, estas interações são desenroladas em determinados contextos, cujas condições específicas ativam determinados mecanismos causais, colocando, então, em ação os poderes causais de cada estrutura. E cada fase, ou momento, do processo de estruturação dos sistemas sociais de ação coletiva tem uma estrutura própria com poderes específicos, relativamente autônoma, ou seja, irredutível ao estágio anterior.

As organizações são um tipo de estrutura social específica, cujo “estado” de configuração particular da matéria (BHASKAR, 2008), expresso por elementos das ordens (ou domínios<sup>223</sup>) material, prática e social (ARCHER, 2000) é verificado pelos seus graus de estruturação e estabilização das relações sociais entre seus componentes<sup>224</sup>. Como é altamente estruturado, e devido ao arranjo específico de sua configuração estrutural, lhes confere uma capacidade ou tendência para a intervenção e atuação na esfera pública coletiva, de maneira eficaz (em termos de eficiência, ou racionalização instrumental) e, portanto, legítima, dentro do atual contexto de desenvolvimento das sociedades contemporâneas ocidentais. Elas são, portanto, uma estrutura com poder causal superior, mais elevado e mais eficiente, em relação aos demais tipos de estruturas sociais, no que tange à capacidade de intervir eficazmente na realidade.

As organizações, como entidades coletivas reais e complexas, existem simultaneamente nos quatro diferentes tipos de realidade identificados por Fleetwood (2005, p. 198-202), que são: 1) real-material, dado pela ocupação e uso do espaço, assim como pela sua incorporação nos, e dependência dos, indivíduos e artefatos materiais; 2) real-ideal, dado pela sua representação (imagem mental) pela comunidade simbólica de indivíduos que se filiam a ela e integram-na; 3) real-artefatual, dada pela sua dependência de recursos físicos, criados pelo homem, especificamente para apoiá-la, suportá-la, permitir sua existência e a atualização/liberação dos seus poderes causais/tendências e 4) real-social, dada pela sua existência como dependente e circunscrita ao mundo social (embora também mantenha interseção com outros domínios da realidade), onde é suportada pelos indivíduos (componentes do nível inferior) e suas relações.

---

<sup>223</sup> Vandenberghe (2010) se refere a esses domínios como: natural, psíquico e social.

<sup>224</sup> cf. noção de componentes de Elder-Vass (2010).

Cada um desses tipos de realidade está relacionado, predominantemente, com a emergência de um novo padrão de configuração das interações sociais em relação ao nível inferior e, portanto, com os momentos/fases de estruturação da ação coletiva e, portanto, das organizações, por exemplo: material – espaço e copresença; ideal – comunidade simbólica; artefactual – mediação tecnológica; social – poder/representação/expressão política.

Apesar de o tipo de realidade artefactual ser considerado, por Fleetwood (2005), como um tipo específico e próprio e que poderia (assim como acredito) facilmente ser relacionado ao 2º momento do processo de estruturação dos coletivos, dentro da análise morfogenética elaborada por Vandenberghe (2010g), argumentarei a seguir que ambos, tanto o tipo de realidade artefactual de Fleetwood quanto o momento de mediação tecnológica que leva a produção do quase-grupo mobilizável em Vandenberghe, podem ser vistos como um caso específico dentro do momento inicial de espacialização, e da situação de copresença da realidade material.

### *8.2.3 Processo de estruturação dos sistemas sociais de ação coletiva*

Como foi demonstrado, ambas as propostas se colocam como uma tentativa de tratar do problema da estruturação dos coletivos e, portanto, converge diretamente para a discussão que se pretende levar a cabo aqui. Porém, diferentemente de Vandenberghe (2007a; 2007b; 2010g) e Elder-Vass (2010), que concebem o processo de estruturação dos coletivos como morfogenético triplo em que há uma sequência de mecanismos gerativos. No primeiro caso, tais mecanismos são: identificação simbólica, mediação tecnológica e expressão e representação política que levam, respectivamente, aos estados de estruturação da comunidade imaginada, do quase grupo e do grupo estruturado. No segundo, a sequência proposta é dada pelos mecanismos de grupo de interação (interação grupal), associação e organização. A lacuna que se identifica em ambos os casos é a ausência da teorização sobre a dimensão da realidade material – como corretamente identificada em Fleetwood – que possibilitaria a conexão com a dimensão ontológica.

Contudo, pretende-se defender, aqui, a existência, também, de momentos (ou fases) pelos quais passam a estruturação da ação coletiva rumo à sua estabilização e

consolidação no estado estrutural de uma organização, porém, com a diferença em relação aos anteriores, a partir da introdução de uma dimensão espacial.

Embora as porpostas sejam realizadas de pontos de partida diferentes, as ideias de Elder-Vass e Vandenberghe podem ser emparelhadas, permitindo-nos ver ainda três momentos de estruturação dos grupos sociais, em graus de organização, que começa com o grupo de interação autorregulado pelos ciclos normicos; a formação de uma visão comum e a constituição de uma associação (ELDER-VASS, 2010) ou comunidade simbólica (VANDENBERGHE, 2010g); e a formação de uma instância interna de representação coletiva para fazer a interface com a dimensão externa do coletivo, representando todo o grupo e sendo capaz de levar o grupo a agir coletivamente, via mobilização de seus esforços internos para a perseguição de algum benefício ou interesse externo (VANDENBERGHE, 2010g).

Sugiro aqui que o momento de “mediação tecnológica”, descrito por Vandenberghe (2010, p. 234-243), seja integrado como um caso específico do momento inicial de espacialização, já que, por meio da elaboração de elementos reais artefactuais, é possível estender (ou expandir) virtualmente a situação interativa de copresença física. Porém, é válido ressaltar que este artifício (de expansão dessa situação de copresença física) não anula ou apaga a sua necessidade, para que seja possível a interação, mas simplesmente a estende segundo novos constrangimentos e novas possibilidades espaço-temporais. Assim, em suma, toda situação de extensão da espacialização física a uma dimensão virtual requer e pressupõe a existência anterior da dimensão física, como ponto de apoio último sobre o qual se sustenta toda realidade. De outro modo, poderíamos dizer que todos os tipos de realidade identificados por Fleetwood (2005), em última instância, dependem e emergem, como casos especiais, da realidade material, a qual remete diretamente ao domínio ontológico ou intransitivo do mundo.

Assim, em síntese, proponho a estruturação dos sistemas sociais de ação social coletiva como um processo morfo genético seguido de três momentos que são:

- 1) M1 - espacialização, dada pela situação de copresença, física ou virtual, que permite o compartilhamento de uma mesma situação ou contexto da realidade material, que traz constrangimentos e habilitações (num primeiro sentido físicos, mas não apenas dessa forma) aos componentes (indivíduos) sujeitos inseridos nesta situação. A partir desta estrutura dada é que se verá o que é possível fazer ou não, quais os cursos de ação e as escolhas. Porém, para complexificar a análise, uma vez existindo outras pessoas no mesmo ambiente, é necessário levá-

las em conta, seja como obstáculos ou constrangimentos, seja como habilitações ou oportunidades, e assim a interação torna-se necessária e fundamental. Ou seja, se não houver uma condição de espacialização, de copresença física simultânea, nem que seja via *embodiment* virtual permitida pela tecnologia (ex. carta, ou outro meio de comunicação), não há como ter interação. Sem interação não há realidade nem estrutura social. Portanto, é uma condição necessária, embora não suficiente, para a existência – e análise – da ação coletiva, em geral, e das organizações, em particular;

- 2) M2 - Identificação, que diz respeito ao compartilhamento de uma realidade ideal, na forma de símbolos comuns que unificam os indivíduos em interação, e permite a formação de uma comunidade imaginada, que irá estabelecer os limites do grupo social, bem como as bases ideais e afetivas, os valores e os sentimentos de afiliação e pertencimento do indivíduo ao grupo social. Tal linha de argumentação é retomada a partir de Vandenberghe (2010g) e, em linhas similares, de Elder-Vass (2010);
- 3) M3 - Representação e expressão política, que diz respeito a um duplo aspecto de relacionamento do grupo, em face do seu ambiente interno e externo. Internamente, com a crescente diferenciação e complexificação do grupo social, há uma estratificação de funções internas que precisa ser coordenada para que seja possível a manutenção sem ruptura, ou seja, como uma estrutural social única. Externamente, dada a diferenciação e a multiplicidade de membros, é necessário também que o grupo seja identificado e reconhecido pelos outros (grupos sociais ou indivíduos) de maneira exclusiva, sem ruídos, por isso é necessário que alguém ou um pequeno grupo ou indivíduo se especialize e especifique na tarefa de representar o grupo e agir em seu nome. Desse modo, a figura de um mediador (líder ou porta-voz), que irá representar do grupo social como um todo, surge para fazer uma integração interna, via delegação especialização de funções e atividades, e externa, via manifestação política do grupo. Esta figura expressa capacidade de falar e agir em nome de todos.

Com relação ao primeiro argumento (M1) defende-se que o espaço físico pode ser visto como uma estrutura gerativa que tem a capacidade de fixar, isolar e circunscrever as demais entidades, limitando-as às condições, restrições e habilitações possibilitadas pelo ambiente físico no qual elas estão inseridas. Esse poder causal é

ativado pela realidade material das entidades (estruturas).

Assim, dada a essa fixação das demais entidades em relação ao espaço, elas só podem se mover ou deslocar mantendo em relação de contiguidade e contato com o espaço e, portanto, perpassando pelos espaços sequencialmente. Como todas as entidades, as estruturas sociais estão fixadas ao espaço e são influenciadas pelas restrições físicas e simbólicas que este lhes impõe. Dado que todas as entidades estão fixadas a algum espaço, para que haja interação entre eles, elas precisam estar em uma situação de copresença física (lembrando que a copresença virtual implica necessariamente uma copresença física de alguma ordem, i.e., um ponto de contato material que estabelece, via tecnologia, a possibilidade de encontro artificial).

E dessa situação de copresença material é que se estabelece a base para a interação das entidades. Essa situação tem um enquadramento, uma delimitação, em que estão também materialmente (pelo menos), mas podem estar também segundo os outros tipos de realidade, localizados/encontrados os constrangimentos (elementos restritivos e habilitadores) de qualquer estrutura e interação. No caso das estruturas sociais, é na situação de copresença que se deve localizar os constrangimentos que se impõem as estruturas sociais em si, bem como as relações entre elas, que culminarão com um determinado padrão de interação inicial e a possibilidade de geração de uma nova estrutura, dependendo da forma como elas interagirem.

Assim, neste primeiro momento, as estruturas sociais, em função das semelhanças de constrangimentos impostos pela situação de copresença física, ao se encontrarem em uma situação de copresença espacial, tendem a enfrentar situações ou problemas semelhantes e, ao fazerem isso, passam a ter características comuns e, com isso, formam-se as bases para a sua autoclassificação como um conjunto de indivíduos com características semelhantes ou em comum – os agregados coletivos.

Uma vez compartilhando o mesmo espaço – ou uma situação de copresença – e também características em comum, sejam determinadas pelas situações ou problemas semelhantes impostos pela estrutura espacial, seja pelas interações em determinadas situações semelhantes impostas pelo constrangimento espacial, uma vez formados os grupos de interação, enquanto estruturas sociais específicas, ainda que pré-estruturadas, tendem a desenvolver outras características em comum, estabelecendo novas interações, em frequências, intensidades e padrões diferentes, modificando, assim, sua estrutura social.

Já em relação ao segundo argumento (M2), uma vez formados pela situação de

compartilhamento espacial, os grupos de interação estabelecem a base para a formação e a consolidação de uma estrutura social mais densa ou coesa. A densidade se dá, aqui, pelo tipo, mas, sobretudo, pela intensidade de relacionamento/relações estabelecidas entre os componentes (indivíduos) do grupo (ainda pré-estruturado).

Este novo padrão de interações entre seus componentes ocorre num duplo processo de identificação coletiva, autofenomenológico e alterfenomenológico (Vandenberghe, 2010g), que produz uma autoidentificação e uma interidentificação, culminando, assim, na elaboração de uma comunidade simbólica forjada pela construção de uma identidade coletiva, constituída de traços (das subjetividades) de seus componentes, mas transcendendo a todas elas, não podendo ser reduzida a nenhum deles nem ao seu simples somatório porque é fruto de inter-relações cruzadas entre eles, que se tornam objetivadas e exteriores ao serem colocadas como relações de 2ª ordem em diante (i.e. relações de relações). Como subproduto dessa comunidade simbólica com sua identidade própria, o grupo social produzirá fronteiras sociais, e físicas, cuja função é demarcar claramente os limites da identidade do grupo e dos seus membros, evidenciando, assim, quem pode fazer parte do grupo e quem não pode e, conseqüentemente, quem tem acesso aos benefícios ou é tolhido deles, bem como as sanções que se impõem aos membros e não membros; aqueles por desrespeitarem alguma norma e estes por não terem acesso aos benefícios.

Assim, o poder causal intrínseco que emerge dos grupos de interação pode ser identificado como a capacidade de identificação e criação de novas ligações entre seus componentes, formando e/ou fortalecendo a formação de coerência interna e definição externa, resultando numa identidade.

Porém, para que isso aconteça, é necessário um mecanismo causal (ou “gatilho”) que é a condição, situação, interação ou atuação de outra entidade ou tendência qualquer sobre a estrutura em questão. O mecanismo causal (ou um deles), para a passagem dos agregados coletivos, pode ser as posições sociais específicas dos agentes dentro de um determinado campo. Os indivíduos tendem a se associar quando estão numa posição subalterna e almejam retirar/desobstruir os obstáculos que os impedem de alcançar algum interesse específico que eles tenham. Ou, no caso daqueles que ocupam uma posição hegemônica, a associação tende, inversamente, a ocorrer para manter seus interesses, benefícios e impedir o acesso a esses recursos por parte dos excluídos.

Quanto ao terceiro argumento (A3), exercício do poder, só os sujeitos sociais coletivos (ou plurais) são capazes de exercer poder. Uma vez constituídas, as

comunidades simbólicas, com suas fronteiras bem estabelecidas e dotadas de coesão identitária interna/ou sentimento de coesão identitária interna, têm a tendência de se autoorganizarem internamente, aumentando o grau de complexidade de suas interações, estruturando padrões de relações, fronteiras, diferenciando papéis e implicando numa delegação de funções e uma representação da coletividade na figura de um porta-voz (ou líder, assumindo aqui a clássica distinção entre os tipos de liderança assinalados por Weber).

Assim, o produto dessa tendência/capacidade de autoestruturação e organização desse sistema de ação coletivo é a formação daquilo que, tradicionalmente, é reconhecido pela literatura como “organização formal”, altamente estruturada por relações características de 3ª ordem (relações de relações de relações). Por isso, é cada vez mais objetivada, externalizada e mais independente de ações específicas de um componente (indivíduo) ou de uma relação específica.

Uma vez produzida essa organização, dela emergem o poder causal de manifestação pública na arena social, a capacidade de expressão política e de atuação e intervenção social. Ela passa a exercer, como grupo organizado, nas demais estruturas sociais e, sobretudo, na elaboração e/ou transformação de instituições, uma vez que dispõe de recursos, meios e legitimidade entre as demais estruturas sociais para realizar tais ações coletivas. Assim, a organização como “personagem coletivo” (VANDENBERGHE, 2010) teria como propriedade intrínseca a capacidade de exercício do poder ou, dito de outro modo, de alterar e transformar a realidade.

#### *8.2.4 Esquema Analítico*

Tendo esboçado anteriormente os principais elementos que sustentação da abordagem morfogenética e morfostática das organizações, aqui defendida, pretende-se, a seguir, delinear resumidamente a lógica de funcionamento da proposta.

O esquema analítico proposto tem início com a consideração dos níveis da realidade social proposto por Brante (2001) e Vandenberghe (2010g). Ambos os autores, partindo de uma perspectiva realista crítica, defendem a diferenciação e a estratificação da realidade social em níveis analíticos, integrados pela concepção de emergência. Enquanto Brante (2001) sugere os níveis sociais estratificados a partir de escalas espaciais, onde implicitamente sugere-se que a complexidade de cada nível está

relacionada ao tamanho dessa escala, Vandenberghe (2010) propõe uma estratificação funcional, ancorada na tradicional divisão da sociologia em subáreas micro, meso e macro, segundo o nível de complexidade e o tamanho das interações sociais analisadas. A esses três níveis, contudo, o autor sugere o acréscimo subníveis ou “ordens” (como ele os denomina), que especificariam de modo mais preciso o nível das interações dentro de cada um dos níveis micro, meso e macro. No nível micro haveria as ordens individual e interacional; o nível meso trataria da ordem insitucional e o nível macro seria constituído pelas ordens cultural e social.

Seguindo esta proposição, o fenômeno de estruturação da ação coletiva estaria compreendido no nível meso da realidade social, sendo, portanto, observado a partir da ordem institucional, em que as organizações ocupariam um papel de subtipo dessa ordem. Neste nível “[...] a sociedade existe como conjunto normatizado de ações e interações repetidas e recursivas. A repetição no tempo e a recursividade no espaço impelem a insituição para além da ordem interacional.” (VANDENBERGHE 2010g, p. 202).

Essa ordem institucional como conjunto normatizado de ações e interações, repetidas e recursivas, que estruturam e sustentam a realidade social, é delimitada (ou passíveis de serem delimitadas) de acordo com os diferentes domínios da realidade social que se vinculam a objetos de disputa específicos, aos quais às regras fazem referência e legitimam ou sancionam e estabelecem ou excluem aqueles que podem fazer parte dessa ordem (e, concomitantemente, aqueles que não podem), bem como quais os recursos (ou capitais), as ações, os procedimentos e as posições possíveis que podem ser usados ou alcançados. Esta ordem insitucional precisa sempre ser especificada, pois faz referência a um contexto particular (ex.: família, religião, estado, mercado, etc.).

Uma vez especificado o contexto, é necessário delimitá-lo em relação a outros contextos insitucionais. Para tanto, lançamos mão aqui da noção de campo tal como formulada por Pierre Bourdieu. Nesse sentido, em um contexto institucional específico, a noção de campo nos ajudará a estabelecer as fronteiras e, portanto, delimitar com maior acuidade o que deve ser analisado dentro dessa ordem insitucional, sua gênese, seu espaço, físico e simbólico<sup>225</sup>, bem como o objeto de disputa estruturante deste

---

<sup>225</sup> Bourdieu usa termo social, o qual será aqui entendido da mesma forma que o termo “simbólico” e, portanto, ambos serão usados indistintamente.



campo, os agentes envolvidos, suas posições, as regras do jogo, as estratégias e as táticas empregadas pelos agentes. Especificamente, trataremos aqui dos agentes individuais dentro do processo de estruturação dos sistemas de ação social coletiva.

O universo social – ou a teoria dos campos sociais – é construído por campos, microcosmos ou espaços de relações objetivas, cada qual com uma lógica própria que não pode ser reduzida a de outros campos. O campo social pode ser visto, de forma simplificada, como um sistema de relações entre posições (que é a face objetiva do campo, o lugar na hierarquia social que cada agente ocupa no campo), disposições (que são a face subjetiva do campo, dada pelo *habitus* e pela propensão dos agentes a agir de acordo com o que lhes foi internalizado), e tomadas de posições (que remetem a uma postura, nas quais aquelas posições são expressas e cujo princípio encontra-se na estrutura e funcionamento do campo) (VANDENBERGHE, 2010b).

Na perspectiva do estruturalismo genético<sup>226</sup> de Bourdieu, é preciso reconhecer que seu foco central de investigação reside na análise de estruturas objetivas, dentro de uma perspectiva dinâmica da análise das estruturas e do sistema de relações localizados espaço-temporalmente. Assim, a estrutura do campo designa uma exterioridade (o que não é o campo) e uma interioridade (as instituições e agentes que existem e subsistem pela diferença). Sua análise estuda o campo como produto de uma gênese, i.e., da incorporação de estruturas pré-existentes. A estrutura do campo é dada pelas relações de força entre os agentes e as instituições que lutam pela hegemonia no interior do campo, isto é, o monopólio de autoridade que outorga o poder de ditar regras (THIRY-CHERQUES, 2006).

Segundo Bourdieu e Wacquant (2005), os campos resultam dos processos de diferenciação social, da forma de ser e de (re)conhecer o mundo, embebidos num processo de constante evolução da sociedade que faz com que surjam novos campos num processo de diferenciação continuado. Desse modo, todo campo é produto histórico e, portanto, possui um *nomos* (conjunto de leis que o regem) distinto. O que determina a existência de um campo e demarca seus limites são os interesses específicos, os investimentos econômicos e psicológicos realizados pelos diferentes agentes, dotados de um *habitus* específico convergente com aquele campo, e as instituições nele inseridas e que almejam um retorno, nas diferentes formas de capital, relacionado ao capital dominante naquele campo.

---

<sup>226</sup> Vandenberghe aponta elementos comuns entre Bourdieu e o RC.

Desnecessário dizer que todo jogo pressupõem regras e, nesse sentido, os agentes do campo, tacita ou explicitamente, compartilham um consenso sobre a *doxa* do campo (BOURDIEU; WACQUANT, 2005). Apesar de cada campo criar – ou melhor, institucionalizar – seu próprio objeto e seu princípio de compreensão, os campos sociais não são autoevidentes e precisam ser definidos como tais, o que requer a observação e a delimitação analítica do pesquisador sobre um determinado segmento do mundo social.

Os campos sociais têm propriedades universais e características próprias, o que não impede que Bourdieu defenda homologia estrutural entre os campos. Todos os campos possuem: a) *habitus*, da classe e subclasse em que se posiciona o agente, que é, ao mesmo tempo, uma predisposição para agir de acordo com o que ele assimilou ao longo do seu processo de aprendizado; b) uma estrutura, que se refere ao sistema “objetivo” de relações entre os agentes, identificadas no espaço social; c) a *doxa* ou opinião consensual (substitui o conceito marxista de ideologia) e remete àquilo sobre o que todos os agentes estão de acordo, sendo, portanto, oposto ao científico, e contempla tudo aquilo que é admitido como “sendo assim mesmo” e d) o *nomos*, que diz respeito às leis (e as racionalidades?) específicas que o regem (THIRY-CHERQUES, 2006).

Assim, a noção de campo será empregada aqui visando delimitar o raio de ação coletiva, durante seu processo de estruturação, realizada a partir de um objeto de disputa central que é a fonte estruturadora do campo, do sistema de posições e relações. Assim, durante o processo progressivo de estruturação das estruturas (grupos) sociais, o campo funciona como uma referência central para a delimitação interna (quem está dentro do campo) e externa (quem não está) que funcionará também como referência para o processo homólogo estruturação das organizações, tanto em termos de suas fronteiras e posições (espaço) e dos papéis (identidade), quanto pela delimitação do enquadramento do jogo e de suas regras.

É dentro dessa ordem insitucional que as ações coletivas tomam lugar. No entanto, elas não se desenvolvem de maneira uniforme, nem têm o mesmo grau de estruturação ou de efetividade real, em termos de extensão (dos membros atingidos ou envolvidos), de complexidade e ou de capacidade de intervenção. Ao contrário, elas são desempenhadas por diferentes tipos de estruturas sociais, aqui entendidas, no sentido proposto por Crozier e Friedberg, como sistemas sociais de ação coletiva. Tais sistemas se apresentam de maneira flexível dentro de um *continuum* com diferentes graus de estruturação, em termos de sua concretude material, elaboração artefactual, extensão e

representação ideal e complexidade social. Todos esses elementos implementam, no seu grau mais estruturado, a uma maior capacidade eficácia causal na realidade.

Num lado do *continuum* temos, fazendo fronteira entre as ordens individual e interacional, ambas correspondentes ao nível micro, e a ordem institucional do nível meso, os coletivos taxonômicos. Estes são considerados por Harré (citado por VANDENBERGHE, 2010) como categorias teóricas criadas pelo pesquisador, a partir de um ou mais características em comum entre indivíduos que não estabelecem relações objetiva e efetivamente (diretas ou mediadas) entre si. Portanto, em sua concepção, não são grupos em seu sentido real, mas sim apenas produtos da mente do pesquisador. Vandenberghe (2010) sugere, no entanto, que tais coletivos taxonômicos são grupos latentes, isto é, em estado potencial, que podem vir a se constituir em grupos reais e efetivos.

No outro extremo do *continuum*, portanto na fronteira do polo mais estruturado dos sistemas de ação social coletiva, representado pelas organizações (também dentro da ordem institucional do nível meso), e a ordem cultural do nível macrosocial, estão as instituições. Segundo Fleetwood (2008), as instituições são produto das organizações.

Dentro dessa ordem institucional, especificada pelo campo, estão os coletivos. Há, basicamente, três tipos de sistemas sociais de ação coletiva. Tais sistemas representam estados morfostáticos próprios ou momentos específicos da trajetória de estruturação da ação coletiva, desde um nível menos estruturado, em que as ações se caracterizam por uma interação a partir de constrangimentos materiais dados pela situação de copresença espacial, em que algumas regras surgem quase que de maneira “autorregulada” e, portanto, pouco reflexiva, até um estado mais estruturado, caracterizado pelo domínio de um “próprio” (CERTEAU, 1994) por parte da organização, pela elaboração artefactual e simbólica, por fronteiras claramente definidas, por papéis, posições e regras claramente definidas e pela especialização funcional na integração coletiva, via representação política, interna e externa à organização.

Esses três sistemas sociais de ação coletiva podem ser analisados por meio da abordagem morfogenética e morfostática, fundamentalmente desenvolvida por Archer (1998) e, portanto, conforme as premissas estabelecidas pela perspectiva filosófica da ciência orientada pelo realismo crítico. Archer (1998) desenvolve seu modelo de análise ressaltando a convergência de sua proposta com o modelo elaborado por Bhaskar.

Contudo, a autora, ao retrabalhar o modelo funcionalista desenvolvido por Buckley (1971[1967]) dentro das premissas do realismo crítico e, portanto, buscando

valorizar a possibilidade de mudança – tão cara a emancipação social defendida pelo realismo –, acaba por conferir maior destaque à análise morfofenética do que à morfoestática, embora ambas sejam conceitualmente consideradas como interdependentes e necessárias ao surgimento e à manutenção das estruturas sociais.

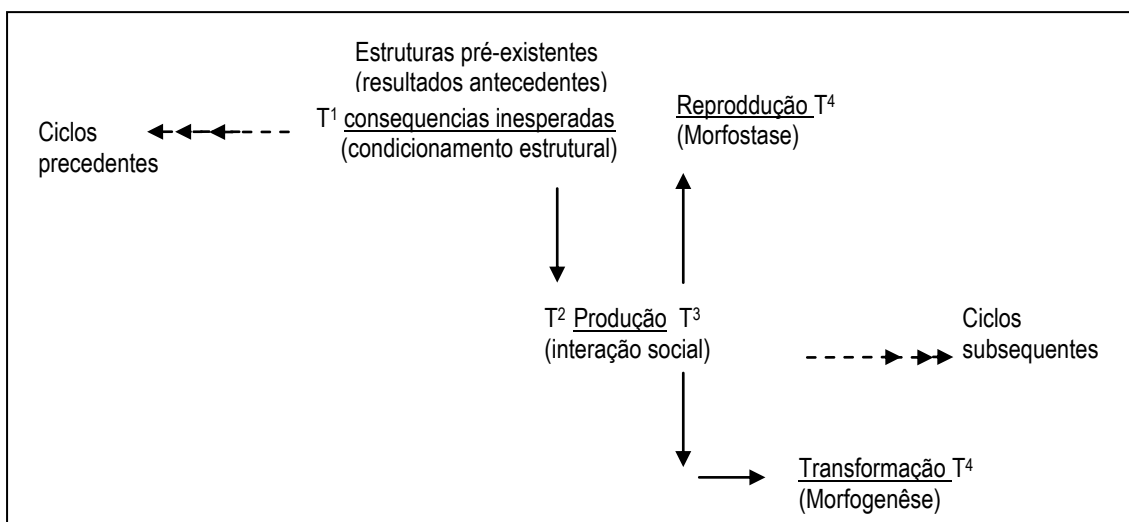


Figura 06: Sobreposição do modelo transformacional de ação social e do ciclo morfofenético/morfoestático.  
 Fonte: traduzido e Archer (1998, p. 376).

Seguindo esse modelo genérico proposto por Archer (1998), a análise morfofenética e morfoestática aqui empreendida poderia ser demonstrada conforme o esquema da Figura 07 (acréscimo em azul).

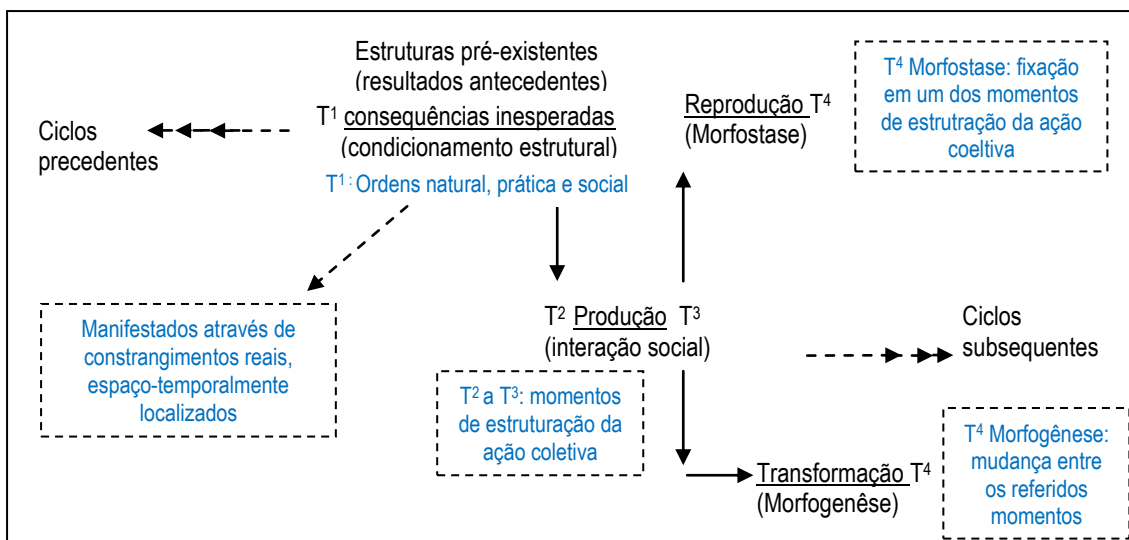


Figura 07: Acréscimo dos elementos do modelo de análise morfofenética/morfoestática das organizações a partir da sobreposição do modelo transformacional de ação social e do ciclo morfofenético/morfoestático.

Fonte: adaptado de Archer (1998, p. 376).

Nesse sentido, ao priorizar, de certo modo, a análise morfogenética, Archer (1998), em seu modelo, se compromete, em maior medida e detalhamento com a dimensão temporal, haja vista que esta dimensão é utilizada para representar a sequência (temporal) de ações necessárias à emergência de novas e à transformação de antigas estruturas sociais. Desse modo, o caráter fundamental da análise morfogenética reside na consideração e análise da dimensão espacial, sem contudo desconsiderar a estrutura temporal e a sequência de ações que esta impõe as demais entidades e suas relações na realidade.

Uma versão dessa noção de jogo – e implicitamente de campo –, muito próxima da lógica bourdieusiana, é desenvolvida no âmbito da sociologia das organizações por Michel Crozier e Erhard Friedberg. Nesse sentido, apenas buscamos desenvolvê-la de forma mais aprofundada e explícita, pela sua conexão direta com a obra de Bourdieu e pela sua delimitação de forma precisa, relacionando-a ao campo onde se inserem as formas de ação coletiva, nos seus diferentes estágios de estruturação. Dessa forma, a noção de campo emoldura o contexto de ação das estruturas coletivas. E, de forma homóloga, cada estrutura social replica sua lógica de delimitação de fronteiras, posições, normas e um objeto central de disputa dentro da cada estrutura coletiva.

A concepção de campo está ligada a uma visão altamente conflitual do mundo como uma batalha permanente por poder, prestígio e toda espécie de capital (VANDENBERGHE, 2010b), sendo um espaço de relações objetivas entre indivíduos e instituições que competem pela dominação de um cabedal específico (THIRY-CHERQUES, 2006). A metáfora do campo é invocada no sentido de uma arena social dentro da qual ocorrem lutas e manobras sobre o acesso a recursos específicos (JENKINS 2006[1992]). Ela refere-se a um campo de forças – assim como na física – dado por uma estrutura, pré-existente, que constrange – devido à existência limitada de recursos e do próprio espaço (físico e social) onde se situam – os agentes envolvidos, levando-os, necessariamente, a engajarem-se em lutas sociais, conforme suas posições relativas no campo, com vistas a ter ou a aumentar o seu acesso aos recursos (ou capitais) existentes no campo, que culminará com a conservação ou a transformação de sua estrutura inicial (BOURDIEU, 1996, p.50).

Devido à sua análise objetiva das relações estruturais estabelecidas, de modo pressuposto por Bourdieu, os campos podem ser analisados independentemente da característica de seus ocupantes, ou seja, como um sistema de relações objetivas. Porém,

os campos sociais não são estruturas fixas, são espaços estruturados de posições em um determinado momento (JENKINS 2006[1992]). Pelo contrário, são produtos da história de suas posições e disposições que os reproduzem. “Nossa posição em um campo designa a forma como consumimos não só as coisas, mas também o ensino, a política, as artes. Determina, igualmente, a forma como as produzimos e acumulamos” (BOURDIEU, 1984, p. 210).

Bourdieu (2008, p.131 – tradução livre) argui que “o mundo social é a história acumulada, e por isso não pode ser reduzido a uma concatenação de equilíbrios instantâneos e mecânicos nos quais os homens exercem o papel de partículas intercambiáveis”. Assim, para tratar dessa história acumulada do mundo social é que ele introduz o conceito de capital, no sentido de trabalho acumulado, tanto em forma de matéria quanto de forma interiorizada ou incorporada, assim como o de acumulação de capital.

Devido ao fato de o campo, por meio de suas delimitações (até onde o poder das regras do seu jogo interno alcança), insitucionalizar um determinado padrão de comportamento, sugere-se aqui que ele seja visto como uma fronteira que enquadra os diferentes tipos de estruturação da ação coletiva dos sistemas sociais de ação coletiva. Fleetwood (2008b) fornece uma base para apoiar essa afirmação, ao tratar do propor a categoria do processo de habitualização como elemento explicativo da institucionalização.

Tendo, então, delimitado o campo, dentro dele inserem-se então os diferentes tipos de estruturas do sistema social de ação coletiva, tal como foi esboçado nos parágrafos acima, e que pode ser representado pela figura 05, que foca o momento da produção/interação social na abordagem morfogenética de Archer (passagem de  $T^2$  para  $T^3$ ).

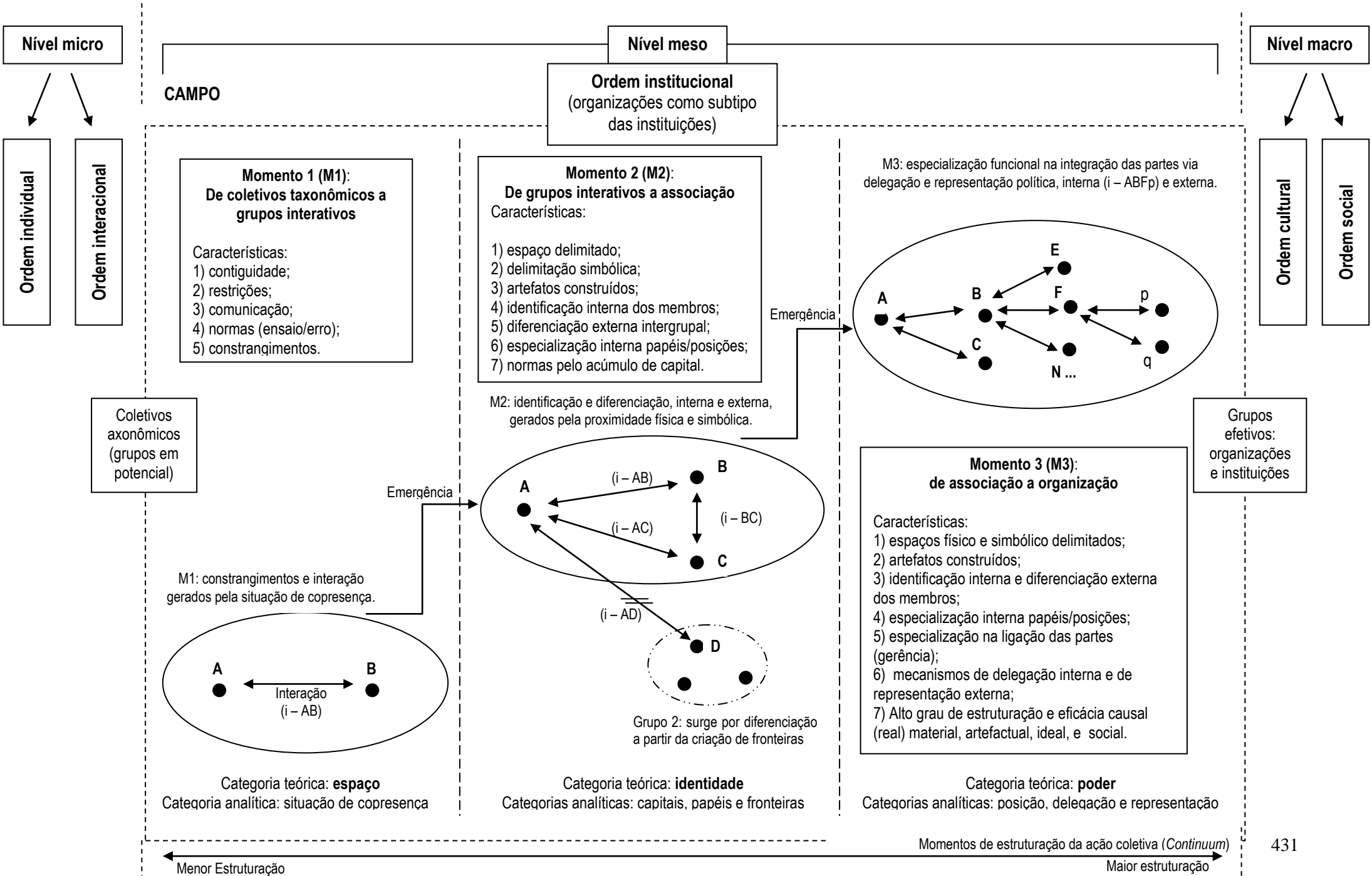


Figura 05: Esquema conceitual de análise do processo de estruturação dos sistemas sociais de ação coletiva, através de 3 momentos.  
 Fonte: elaborado pelo autor.

### *8.2.5 Implicações Conceituais, Analíticas e Práticas*

Neste capítulo, vimos o desenvolvimento de uma proposta alternativa, situada dentro do realismo crítico, especificamente desenhada para tratar dos sistemas sociais de ação coletiva e com foco nas organizações. Tal abordagem reúne esforços anteriormente elaborados por estudiosos de diferentes áreas – sociologia, economia e administração – para endereçar a questão da estruturação da coletiva de uma maneira específica, seja pela perspectiva realista crítica seja proposta em si, colocando sistemas sociais de ação coletiva como um todo, e as organizações em especial, como elemento central do processo de articulação entre os níveis micro e macro da realidade social.

Focalizando dentro dos sistemas sociais de ação coletiva, o processo de estruturação da ação social (coletiva) que se inicia com a interação direta entre os indivíduos (componentes) precisa acumular, gradativamente, padrões mais coesos e complexos de interação, que formarão estruturas intermediárias específicas, até chegar às organizações, como momento (estrutura social) mais complexo e mais estruturado das interações sociais em nível meso. A partir daí elas fazem a ponte com as instituições por meio da institucionalização de normas, valores, condutas, etc.

Alguns ajustes ainda precisam ser incluídos nesta proposta, como, por exemplo, o momento de análise morfostática, o que, infelizmente, não foi possível concuir até esta versão. Mas, sua inclusão, bem como o refinamento de alguns argumentos – especialmente via aplicação e validação empírica deste trabalho – poderá, caso seu núcleo teórico e sua estrutura geral estejam corretas, fornecer uma base sólida e abrangente, não só para os estudos organizacionais, mas também para a visualização da forma como eles integram aos níveis micro e macro, permitindo assim uma ampliação do seu potencial explicativo e sua colocação de forma mais precisa em relação às demais áreas do conhecimento, especialmente em relação àquelas com as quais mantém relação direta ou próxima.

Outrossim, cabe ressaltar que esta proposta não é fixa ou estanque e, inclusive, por estar em seu estágio inicial, pressupõe e está aberta a , (sempre) necessárias ao avanço do conhecimento científico.



## 9 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta proposta de tese se insere, ontológica e epistemologicamente, na interface da filosofia da ciência com a teoria social, ou como Vandenberghe denomina, sociofilosofia. Da filosofia da ciência nos importa aqui a retomada e a reafirmação da dimensão ontológica (a qual Bhaskar chamou de *intransitiva*) da realidade, bem como seus rebatimentos na sua dimensão epistemológica (ou *transitiva* da realidade), que trata da possibilidade do conhecimento e das condições para sua ocorrência. Igualmente, recorreremos aqui à “teoria social”, no sentido sintetizado por Peters (2006, p. 27-28), para tratar da ontologia social, em geral, e da natureza das relações entre agência e estrutura. Especificamente, é a partir deste último ponto que podemos estabelecer uma relação direta com a argumentação central desta tese: o processo de estruturação da ação coletiva e seu resultado em termos de elaboração de uma “entidade” socialmente real.

Como foi evidenciado ao longo deste estudo, a reafirmação ontológica pressupõe um compromisso com a filosofia *para* a ciência do realismo crítico. Essa demarcação ontológica e epistemológica é necessária para poder informar, com maior distinção e precisão, a *visão de mundo* subjacente a esta proposta, ou seja, qual o sentido do relato da ciência aqui e como ele deve ser operado. O realismo crítico implica considerar a existência das coisas de forma extrínseca e exterior aos seres humanos e à sua capacidade de percepção e conhecimento dessas coisas. Isso não quer dizer que ele não possa vir a conhecê-las, mas, tão somente, que a realidade é independente dos seres humanos e que poderá (deverá) continuar existindo na ausência deles.

Para o realismo crítico, as coisas existem de forma independente. Segue-se daí que elas tenham que possuir uma estrutura própria, com relativa autonomia, que lhes assegure sua manutenção coo coisa em si, ao longo do tempo. [Embora elas possam sofrer alterações mediante o contato e combinação com outras entidades]. Cada coisa tem uma propriedade específica, que pode ser entendida como uma capacidade ou poder causal (poder de causar alterações na realidade), que só se manifesta mediante o encontro de condições favoráveis ao seu exercício. Em meio a esse contexto, há uma combinação específica com outras entidades (ou uma disposição específica) que ativa e libera as propriedades daquela entidade, tornando-as exercidas num dado contexto e afetando, assim, as demais coisas ao redor. Porém, esses poderes não são leis gerais e imutáveis, mas só atuam como tendências e, por isso, não têm garantia de seu exercício indefinido e constante (para sempre). Elas podem ser (como frequentemente o são)

contrabalaneadas por outras tendências (chamadas contratendências), que impedem, parcial e momentaneamente, o exercício das tendências anteriores. Importa ainda mencionar que nem todas as entidades se apresentam da mesma forma; elas têm *modos de realidade* distintos, podendo ser, basicamente, de quatro classes: 1) entidades materiais, 2) entidades artefatuais, 3) entidades ideias ou 4) entidades sociais. Cada qual tem forma e características específicas que condicionam os objetos dentro de sua classe, mas todas elas têm em comum o fato de possuírem eficácia real (serem capazes de causar/produzir efeito na realidade).

Essa breve síntese é importante, pois nos ajuda a esclarecer o porquê de se afirmar que as estruturas sociais são independentes dos indivíduos em si (embora precise da categoria “indivíduo”/seres humanos, para que possam ser atualizadas e reproduzidas). Auxilia também a compreender como as diferentes entidades podem estar em contato na realidade e como podem ocorrer as relações entre elas, com que tipos de efeitos. Especificamente esse quadro filosófico científico específico nos conduz a uma identificação e colocação mais precisa do problema identificado na teoria atual.

Tendo investigado o estado da arte dos estudos, em geral, sobre as “organizações”, bem como a teorização acerca da categoria “coletivos” (grupos sociais) dentro da literatura da teoria social realista, em particular, tornou-se evidente a identificação de uma dupla lacuna a respeito dessa categoria intermediária da realidade social. De um lado, nos estudos em geral sobre as organizações, é possível identificar a ausência de coerência e cumulatividade dos conhecimentos do campo, que é marcado por uma profunda dispersão de teorias e correntes orientadas por distintas tradições de pesquisa – todas tendo em comum sua filiação ao paradigma filosófico científico do positivismo, seja via sua face realista ou sua contraface, atualmente mais popular antirrealista.

Por outro lado, a teoria social realista não elaborou ainda um relato que fosse capaz de dar conta e integrar, coerente e adequadamente, a categoria organização à sua proposta/tentativa de teorização (unificada) da realidade. Assim, apesar de terem sido elaboradas várias contribuições – após aquela original de Bhaskar – no tocante à sociologia (Archer), na economia (Lawson), na metodologia (Sayer), entre outras, ainda restava por fazer um relato específico que visasse atacar o problema da organização (grupos sociais estruturados), como sugere Elder-Vass (2010).

Assim, considerando a ausência de uma teorização organizacional que desse conta do problema da organização dentro do seu campo de estudos, bem como o

religasse a teoria social mais ampla – ausência essa que se fazia notar tanto na teoria social e organizacional tradicionais quanto na sua versão realista crítica – é que se delimitou esse recorte para a realização desta pesquisa. É importante ressaltar que, embora assumamos aqui – como bem identificam Elder-Vass (2010) e Fleetwood (2005; 2008a; 2008b), dentre outros – a relação existente entre agência e estrutura e o processo de estruturação da sociedade, identificamos nossa proposta aqui desenvolvida como inserida neste debate, embora não seja nossa pretensão dar conta de todo ele, pois tal empreitada já tem sido satisfatoriamente realizada no âmbito do realismo crítico (cf., sobretudo os trabalhos de Archer) e, além disso, ela envolve diferentes níveis da realidade. Ao contrário, nossa proposta diz respeito especificamente ao nível mesossocial da realidade, em particular à ordem organizacional, para a qual visamos explicar o processo de emergência e estruturação progressiva da ação coletiva.

Dessa forma, o que se propôs fazer no presente trabalho foi *identificar as estruturas gerativas e suas tendências (poderes causais), bem como as circunstâncias em que elas são ativadas (mecanismos causais), que permitem a existência e a emergência das organizações como entidades coletivas reais.*

Em síntese, identificou-se a existência de três estruturas gerativas: o espaço, a identidade e o poder, envolvendo diferentes componentes que se manifestam sob diferentes modos de realidade (material, ideal e social, respectivamente), que, por meio dos processos de enquadramento e fixação, de identificação e diferenciação, e de delegação e representação (respectivamente), conduzem as interações entre os indivíduos à aquisição de padrões e mudança estrutural, morfológica e causal, atribuindo diferentes poderes causais a cada um desses estágios: aproximação e agregação, no momento 1 (M1), criação de uma unidade (exterior e irreduzível ao indivíduo) e coesão diferentes de outras entidades, no momento 2 (M2) e, por fim, a instauração de uma ordem e capacidade de intervenção deliberada na realidade social, em âmbito institucional, no momento 3 (M3).

Especificamente, esta pesquisa se valeu, ao longo de sua execução, de diferentes subquestões ou objetivos intermediários, os quais deveriam ser alcançados para complementar e completar o raciocínio final aqui proposto. Tais objetivos foram:

- identificar as estruturas gerativas subjacentes às diferentes formas e graus (de estruturação) da ação coletiva;

- reconstituir, compreender e explicar os processos pelos quais tais estruturas gerativas se manifestam na realidade, nas diferentes formas e graus (de estruturação) da ação coletiva;

- identificar as circunstâncias adequadas à ativação/realização dos poderes causais (tendências) inerentes às estruturas gerativas das coisas, que permitem que essas tendências sejam exercidas na forma de mecanismos causais;

- elaborar um modelo teórico-explicativo a respeito das entidades sociais (estruturas sociais), tomando como referência o paradigma do realismo crítico, que permita acessar e avaliar o problema da ação coletiva, em geral, e das organizações, em particular.

Com relação ao primeiro objetivo específico, foi possível identificar três estruturas gerativas presentes na realidade intransitiva e que parecem estar envolvidas com a sociedade e as demais produções elaboradas e suportadas pelos humanos, em geral, e com a ação coletiva, em particular, a saber: o espaço, a identidade e o poder. Cada qual dessas estruturas possui uma forma específica de se apresentar na realidade, segundo sua estrutura gerativa, e tal forma lhe confere características próprias e específicas, que as conduzirão a causações específicas em suas combinações com outras entidades, atuando, assim, de maneira de condicionamentos seletivos sobre essas entidades. Por exemplo, enquanto a estrutura espacial tem a capacidade de fixar todas as demais entidades (e, para fugir disso, temos que gerar uma contratendência de força superior a essa tendência estabelecida pelo poder causal da estrutura espacial, por exemplo, gerando entidades cujas propriedades escapem a esse condicionamento imposto pela estrutura espacial); a identidade, que opera sob a forma de uma realidade ideal, impõe constrangimentos simbólicos gerados pela classificação dicotômica de pertencimento ou não pertencimento a uma determinada classe ou conjunto de entidades e, por sua vez, o poder, como uma entidade social, impõe constrangimentos seletivos relacionados aos engajamentos (ou relações) em que os indivíduos entram e estabelecem com outros indivíduos e grupos.

Embora pareça haver uma necessidade de precedência, segundo a ordem de argumentação aqui indicada – material, ideal e social –, não se deduz daqui que, no momento subsequente, a entidade anterior desapareça. De fato, ao contrário, parece haver um acréscimo contínuo de novas entidades, em diferentes formas de manifestação, que se somam às anteriores. Assim, em M2, a dimensão espacial continua existindo e atuando sobre as entidades, embora possa haver modificações na forma de

sua atuação (ex.: elementos da realidade ideal, como símbolos, ideias, representações, etc. podem ter menor aderência e fixação a pontos discretos da estrutura espacial, o que permite que sua circulação seja mais intensa do que aquele de objetos materiais). O mesmo ocorre para a dimensão do poder, que continua pressupondo a existência das realidades espacial/material e identitária/ideal para a sua emergência.

Com relação aos processos subjacentes a essas estruturas (segundo objetivo específico deste trabalho), eles foram verificados por meio de uma série de três argumentos (inter-relacionados, que culminaram no modelo final): A1 – necessidade de compartilhamento da realidade material, por meio de uma situação de copresença; A2 – necessidade de compartilhamento de uma realidade ideal, por meio do pertencimento (afiliação) ao grupo (coletivo) e A3 – necessidade de compartilhamento de uma realidade social, por meio do engajamento numa relação social específica (ou aquilo que Crozier chamou de forçar o indivíduo a entrar no jogo).

Quanto ao primeiro argumento (A1), observou-se, pela trajetória dos estudos relacionados à dimensão espacial, desde a física até a teoria social, que a preocupação com a dimensão ontológica parece ser tarefa central, tanto na filosofia quanto na ciência, pois dela derivam implicações epistemológicas, teóricas, metodológicas e técnicas (ou aplicadas), nos diferentes e demais níveis da realidade, inclusive social (humana). Toda ciência, como mostra a mais antiga delas, em seu empreendimento pela busca de conhecimento da realidade, se orienta, necessariamente, de modo mais ou menos explícito, direto ou indireto, pelo conhecimento possível, nos diferentes tipos e configurações da realidade, acerca daquilo que está no espaço-tempo, que se manifesta por meio da matéria ou energia e que se movimenta ou perdura inerte. Todas as afirmações ulteriores, em qualquer nível ou configuração da realidade, necessariamente, pressupõem e fazem referência, mais ou menos explícita, a essa totalidade da realidade, da qual todas as especificidades não são mais do que particularidades de uma forma possível, momentânea, da realidade total.

A centralidade do espaço é pertinente porque, direta ou indiretamente, tudo o que existe (inclusive a matéria e o movimento) ocupa um lugar no espaço-tempo e, mesmo que sua existência não possa ser senão presumida, tal presunção só é possível se a “coisa” existente exercer algum efeito de deformação no espaço-tempo. Assim, especificamente em relação aos processos pelos quais a estrutura espacial exerce seu poder causal de condicionamento estrutural, pode-se dizer que o primeiro momento (M1) na estruturação de entidades coletivas é dado pela dimensão espacial por meio de

sua imposição de uma situação de copresença que condiciona, constrange e catalisa o contato e a interação social, colocando assim, necessariamente, os indivíduos em situação de interação e interdependência (medida pelos elementos materiais e espaciais, sobretudo, os recursos). Como consequência desse contato e interação decorre, então, algum tipo de posicionamento e conseqüentemente uma associação coletiva (por afinidade entre si ou distanciamento em relação a outros), designada por identificação simbólica (próximo momento). Ou seja, é por meio do espaço – de onde emerge a propriedade de contato e reação – e do compartilhamento de uma situação de copresença que de indivíduos inicialmente isolados passam a grupos interativos (que começam a se polarizar em entidades agregativas, mais ou menos deliberadas ou intencionais e que vão formar, mais adiante, entidades de um nível/ordem superior).

Quanto ao segundo argumento (A2), a identidade é uma estrutura com poderes causais distinta, concebida e explicada em termos de categorias de objetos também ideais, que depende da realidade material, isto é, da situação de copresença, e é ativada pela interação direta e potencializada pela repetição, entre os indivíduos num dado espaço. Daí decorre que o processo de emergência ocorre por meio de identificação e diferenciação simbólica, que ocorre em dois níveis, internamente ao grupo e externamente, no âmbito intergrupos. Tal processo tem como resultado a formação de uma comunidade simbólica informalmente organizada, com sentimento de pertença e unicidade dado por uma representação (ideal) do que é o grupo (entidade coletiva) e manifestado por meio de ideias, valores e discursos (e posteriormente também através de artefatos, práticas, etc.).

A concepção de identidade situada e específica por nível/objeto/forma de manifestação na realidade, ao mesmo tempo não nega concepções precedentes, permite aprofundamento da questão com mais detalhe e precisão, e incorpora questões não tratadas anteriormente e que permitem avançar para além do conhecimento atual.

Quanto ao terceiro argumento (A3), a emergência daquilo que pode ser chamado de realidade “social” e demonstrou as “coisas” (entidades) que se apresentam sob esse *modo* de manifestação na realidade se relacionam com a emergência e a constituição de uma “ordem local”. O poder como capacidade relacional instaura uma ordem social que tende a ser reproduzida à medida que os indivíduos repetem as práticas sociais que as sustentam. Essa concepção geral de poder parece ser mais ou menos consensual entre as diferentes tradições e versões de estudo do poder, independente da atribuição moral, da

legitimidade, da metodologia, da verificação empírica ou do nível da realidade analisado (organização ou sociedade).

Nesse aspecto relacional, que denota uma realidade social, atrelado às condições contextuais e ao reconhecimento por parte do indivíduo ou do grupo da validade daquela ordem, parece ser convergente (e sustentar) o argumento de que o problema do poder está associado à emergência de entidades socialmente reais. Esse aspecto é fundamental para o desenvolvimento do argumento deste capítulo, pois consideramos aqui o poder como uma capacidade relacional de ação desigual dada numa situação concreta, cuja desigualdade se verifica pelo acesso e uso de elementos da realidade material e cujo reconhecimento depende da inscrição “moral” da troca num dado registro (concepção de mundo ou universo simbólico) que pertence ao domínio da realidade ideal.

Especificamente, a emergência do poder se dá mediante o compartilhamento da realidade social que passa a existir neste nível, a partir dos mecanismos/processos de delegação e de representação, que conduzem à transformação das associações (enquanto formas da ação coletiva em grau intermediário de estruturação) em organizações (i.e., formas de ação coletiva em grau elevado de estruturação) que, por sua vez, detêm propriedades e poderes causais intrínsecos à sua estrutura gerativa que não estão disponíveis às outras formas de ação coletiva precedentes e que as habilita a agir no imediatamente no nível superior (nível macrossocial) da realidade humana.

O(s) mecanismo(s) de emergência (“gatilho”) que ativa(m) a emergência das relações de poder é o que se chama de situação de interdependência, em que nenhum ator, sozinho, pode solucionar um determinado problema e no qual é necessário algum grau de ajuste mútuo, de coordenação, entre dois ou mais atores, para que, efetivamente, alguma solução possa ser gerada numa situação concreta da realidade. Assim, o enquadramento dos atores num dado campo, e mais especificamente num dado sistema, em que um conjunto de ações aleatórias conduzirá, num dado momento, a um “travamento” do sistema, isto é, a uma situação-problema que requer uma solução que nenhum indivíduo sozinho é capaz de fornecer, é que ativa as práticas de poder.

Por sua vez, o processo de emergência se dá por meio da criação e do desenvolvimento, no âmbito das interações sociais (“reguladas”), de mecanismos/processos de delegação e representação. Ambos envolvem (se revestem com) essa dimensão política, isto é, do poder (em ação). Esse duplo processo ocorre em dois níveis, tanto internamente ao grupo como externamente, no âmbito intergrupal.

O resultado disso é que a entidade coletiva (socialmente real) que emerge desse (conjunto de mecanismos e processos do) terceiro momento (M3) da análise morfogenética aqui apresentada é o que comumente se interpreta por organização formal. Essa nova entidade, por sua vez, tem poderes causais que não estão disponíveis nos níveis inferiores do estágio de estruturação dos sistemas de ação coletiva, tais como: a) a capacidade de atuar/intervir na realidade, em âmbito público ou privado, de forma potencializada, isto é, com uma capacidade sem precedentes para qualquer agente humano individual ou coletivo em níveis inferiores de estruturação e b) a capacidade de expressão política, tanto interna como externamente, com destaque para esta última, devido à possibilidade ímpar que somente essa entidade coletiva tem de atuar no nível (estrato superior) da realidade macrossocial.

Os três argumentos sintetizados estão relacionados como momentos específicos de uma análise morfogenética da estruturação da ação coletiva. Eles representam três níveis de estruturação da ação coletiva que ocorrem numa dada sequência segundo os tipos de entidade que emergem, isto é, da realidade material passando pela ideal até se chegar à social. Cada nível tem características próprias.

Assim, o funcionamento do modelo geral pode ser entendido como se segue (quarto objetivo específico). Antes de tudo, é preciso atentar para o reconhecimento dos diferentes níveis da realidade em que a ação humana pode estar inscrita e fazer referência. Cada nível da realidade também está associado a um tipo de escala espacial que abrange uma determinada porção do espaço físico onde as relações humanas se desenrolam, e também se caracteriza por um determinado tipo de relações. Esses níveis também parecem ter temporalidades distintas, em termos da ocorrência e durabilidade dos fenômenos. Para a identificação desses níveis, seguimos a proposta formulada por Vandenberghe, que reconhece os seguintes níveis e subníveis (ordens):

1) nível microssocial – diz respeito às análises sociais nas quais o foco é a observação da ação humana em detalhe, em recortes e fragmentos espaço-temporais pontuais. Esse nível se subdivide em duas ordens (subníveis) que são: a) *ordem individual* – corresponde aos fenômenos e entidades responsáveis pela atividade humana individual e b) *ordem interacional* – que trata das interações entre dois ou mais indivíduos, num contexto também pontual;

2) nível mesossocial – diz respeito à análise da dinâmica grupal isto é, das interações entre vários indivíduos, mas numa escala da realidade local, em que ainda ocorre interação face a face, embora esta possa já estar sendo complementada ou



gradativamente substituída por interações mediadas. Este nível incorpora análises que versam sobre os fenômenos organizacionais e institucionais, e, em geral, fazem referência à emergência de algum tipo de ordem social;

3) nível macrossocial – que diz respeito às estruturas sociais amplamente institucionalizadas e normativas, que se sobrepõem aos comportamentos dos indivíduos e grupos. Ele se divide em duas ordens: a) *ordem cultural*, que engloba os fenômenos relativos às produções culturais humanas, materializadas ou não e b) *ordem social*, que agrupa a existência de entidades e estruturas altamente estáveis e mais sedimentadas.

Esses níveis e ordens aqui descritos são importantes para entendermos o enquadramento da ação humana conforme a escala, a temporalidade, o padrão de interação e o predomínio (ou a concentração) de um maior número de entidades de um determinado *modo de manifestação* na realidade (material, artefactual, ideal e social), embora todos esses tipos possam existir em todos os níveis da realidade humana.

Uma vez identificados esses níveis, o modelo proposto centra sua análise na classe de fenômenos que ocorre no nível mesossocial. O modelo começa com a delimitação de um campo, real ou potencial, de atividade social. Para isso, retomamos a definição de campo amplamente disseminada e utilizada pela sociologia francesa pós-1950, mas cuja mostra mais bem acabada parece surgir nas obras de Pierre Bourdieu. No entanto, essa noção de campo tem a função heurística apenas de balizar e distinguir entre diferentes tipos de atividade ou registros de atuação em que a atividade humana pode estar inscrita. Então, a noção de campo funciona aqui mais como um delimitador (indexador) contextual.

Uma vez identificado o campo, procura-se descobrir qual o “jogo” que se desenrola neste campo. O jogo é uma especificação do campo, por meio da particularização de uma situação real, em que é possível identificar os jogadores reais, as regras, os objetos do jogo, bem como os adversários. Eventualmente, é possível identificar os elementos potenciais ou latentes do jogo. Mas, o mais importante é o cenário, ou a situação, em que o jogo ocorre. Tanto o campo quanto o jogo recorrem, de imediato, como elemento mais básico para o seu acontecimento, a um espaço físico (e social) localizado na realidade.

Essa dimensão espacial possui uma estrutura implicará em condicionamentos estruturais a todos os atores presentes que compartilharem essa situação de copresença. Uma vez inscritos numa determinada estrutura espaço-temporal é que os atores poderão iniciar o jogo. Essa inscrição será determinante também para a distribuição prévia, bem

como o acesso gradativo aos recursos que cada ator poderá fazer ao longo do jogo, por meio de suas sucessivas interações.

Supondo arbitrariamente uma situação prévia, apenas para ilustração analítica, em que não haja nenhum grupo formado, mas exista um conjunto de indivíduos compartilhando uma dada realidade material, isto é, inscritos numa situação de copresença, supõe-se que essa interação forçada pelo espaço os levará a criar um padrão de interação, conduzindo os indivíduos assim, anteriormente isolados, ao estabelecimento de afinidades (inicialmente eletivas) que contribuirão para a formação de grupos deliberados, com o compartilhamento de uma realidade ideal (simbólica). Nem todos os indivíduos compartilharão das mesmas ideias, por isso é de se esperar que surja mais de um grupo. Cada um desses grupos formará uma comunidade simbólica que se diferenciará da outra.

Do crescimento numérico dos indivíduos em cada grupo, aliado à complexificação crescente das interações entre os membros, temos o desenvolvimento de processos, como a diferenciação interna e externa, que contribuirão para a especialização de funções e atividades dentro do grupo, que propiciarão aos indivíduos membros o acesso a posições e ao acúmulo de capitais, resultando num novo padrão da dinâmica interacional grupal que conduzirá à necessidade de criação de uma ordem.

Esta ordem surge a partir da emergência da dimensão do poder, como entidade socialmente real, que se dá em M3 (terceiro momento da análise morfogénica), em que a associação caminha gradativamente para a sua transformação numa organização, à medida que se reveste de procedimentos cada vez mais especializados nas funções internas, culminando na emergência da estratificação, que se dá por meio de um processo duplo e complementar de delegação e representação.

Assim, considerando essa especificidade do modelo proposto, cabe ressaltar algumas limitações já identificadas nesta proposta. Esse modelo se aplica especificamente à análise da ação coletiva. Embora suas categorias centrais sejam referentes ao domínio ôntico e, portanto intransitivas, segundo os objetos e os tipos de realidade, a lógica de inter-relação esboçada entre elas, no geral, e entre os conceitos internos de cada categoria, em particular, é supostamente adequada para os tipos de interação e emergência da realidade humana no nível mesossocial e nas suas respectivas escalas espacial e temporal. Isso não impede que, eventualmente, o modelo seja expandido para incorporar outros estratos da realidade, ou seja, readaptado para se aplicar a eles.

A primeira delas é que a adequação dessa proposta precisa ser verificada empiricamente, a partir de um estudo deste modelo que o submeta à análise empírica, considerando a perspectiva realista crítica que o norteia. É provável que ajustes, alterações e especificações internas ao modelo – sem, contudo, alterar sua estrutura geral – precisem ser efetuados, para incorporar novas informações e variáveis ainda não percebidas e não especificadas. Igualmente, a partir de novos estudos, teóricos ou empíricos, novos conceitos e um maior detalhamento das relações internas em cada momento podem ser efetuados. Também se acredita que seja possível, e mesmo viável, identificar, com mais precisão, subfases ou estágios intermediários dentro de cada momento que nos conduza à identificação de formas específicas de ação coletiva na realidade, tanto em graus menos estruturados (ex.: protestos, manifestações, etc.) como em graus mais estruturados dessa ação (ex.: organizações familiares, organizações produtivas, de serviços, etc.).

Assim, em futuras pesquisas será possível utilizar a trilha aqui iniciada basicamente de três formas: 1) endereçando esforços para a realização de estudos que partam de uma base realista crítica de filosofia da ciência; 2) estudos nos quais se utilize o modelo teórico aqui iniciado, para refiná-lo teoricamente e/ou aplicá-lo em estudos empíricos; 3) estudos metodológicos que visem desenvolver a operacionalização da pesquisa científica realista crítica, de forma geral, e aplicada ao contexto das organizações, em particular e 4) é possível que esta abordagem teórica, se bem sucedida, sirva de estímulo a discussões entre campos disciplinares específicos (ex.: teoria política e sociologia) para tratar da ação coletiva e também para a discussão entre diferentes níveis de análise sociológica, permitindo, assim, o refinamento e a maior compreensão acerca dos fenômenos de emergência e integração entre os níveis (transitivos) da realidade humana. [E, justamente por serem transitivos, são passíveis de alteração, de onde decorre a dificuldade de qualquer elaboração teórica persistir ao longo do tempo].

Mesmo assim, ainda que considerando as limitações apontadas nesta pesquisa, a contribuição supostamente original deste estudo reside no fato de essa proposta fornecer a elaboração de um quadro teórico específico para a análise das organizações, em particular, e da ação coletiva, de forma mais ampla, quando se considera o panorama atual da sociologia das organizações, em especial quando acrescentamos sua interface com a orientação ontológica e epistemológica do realismo crítico. Por outro lado,

embora não fosse a principal preocupação deste estudo, ao endereçar esforços para atacar o problema da estruturação da ação coletiva no nível mesossocial da realidade humana, esta proposta, se estiver adequada, pode trazer contribuições a partir da sociologia das organizações para a teoria social, mais ampla, ao fornecer um relato preciso e específico de integração, por meio da atuação das organizações e instituições no nível macrosocial da realidade. No entanto, alguns ajustes, oriundos de futuras pesquisas, podem ser necessários para especificar e aprofundar as indicações apenas apontadas por enquanto.

Essa proposta importa porque preenche, ainda que não plenamente, uma lacuna apresentada na teoria social e na sociologia das organizações. As relações identificadas aqui, bem como sua hierarquia e ordem de precedência ou necessidade, parecem indicar um caminho o qual os futuros estudos virão a trilhar, seja na adoção específica desse modelo, seja na adoção mais ampla de suas categorias ou premissas e enquadramento teórico-epistemológico. A elaboração teórica aqui apresentada sugere a ocorrência dos fenômenos na realidade segundo a análise a partir de um prisma que considera a estratificação da realidade – o que não é ofertado pelos demais modelos explicativos de análise da ação coletiva organizada, nem no realismo crítico, nem nas demais correntes.

Essa análise surge neste momento porque é um momento em que se verificam a difusão e a expansão internacional dos estudos realistas críticos, o que não havia ocorrido até então. E foi a partir desse contexto que novas teorias explicativas, sobretudo realistas críticas, parecem ter passado a enxergar, reler e fornecer novas explicações para as atuais limitações dos estudos baseados no paradigma anterior – positivista, seja na sua versão realista ou antirrealista.

Espera-se que este estudo seja contributivo para a comunidade acadêmica interessada na sociologia das organizações e, eventualmente, para aqueles interessados na discussão da teoria social relativa ao nível mesossocial da realidade. Ademais, devido à suposta originalidade e pioneirismo de incorporação da discussão realista crítica para a proposição de um modelo específico para a teoria das organizações – o que parece não existir ainda no cenário nacional nem internacional –, acredita-se que esta proposta possa ser de interesse de pesquisadores dedicados ao estudo da área, tanto no Brasil como no exterior.

## REFERÊNCIAS

- ACKROYD, S. Critical realism, organization theory, methodology, and the emerging science of reconfiguration. pp.47-77. In: KOSLOWSKI, P. (Ed.). *Elements of Philosophy of Management and Organization*. Springer-Verlag: Berlin/Heidelberg, 2010. (Studies in Economics Ethics and Philosophy).
- ACKROYD, S. Connecting organizations and societies: a realist analysis of structures. In: ACKROYD, S.; FLEETWOOD, S. *Realist perspectives on management and organizations*. London (UK): Routledge, 2000.
- ALENCAR, E. *Associativismo Rural e Estratégia de Intervenção*. Universidade Federal de Lavras, Departamento de Administração e Economia, 1997.
- ALONSO, A. As teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate. *Lua Nova*, São Paulo, 76, pp.49-86, 2009.
- ALVES FERREIRA, R.; HELAYËL-NETO, J. A.; BATISTA, R. S.; DE JESUS, V. L. B.; SIQUEIRA-BATISTA, R. O espaço e o tempo, entre a ciência e a filosofia: notas para o ensino de física. In: VII Encontro Nacional de Pesquisa em Educação em Ciências, 2009, Florianópolis (SC). *Anais...* Belo Horizonte (MG): ABRAPEC, 2009. v. 1. p. 1-10.
- ANDERSON, B. R. O'G. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. [Trad. Denise Bottman]. São Paulo (SP): Editora Companhia das Letras, 2008. 330p.
- ARCHER, M. S. *Being Human: the problem of agency*. Cambridge (UK): Cambridge University Press, 2000. 323p.
- ARCHER, M. S. Realism and the problem of agency. *Journal of Critical Realism (incorporating Alethia)*, 5(1), 11-20, 2002.
- ARCHER, M. S. The Trajectory of the Morphogenetic Approach: an account in the first-person. *Sociologia, Problemas e Práticas*, nº 54, pp.35-47, 2007.
- ARCHER, M. S.; TRITTER, J. (Eds.) *Rational Choice Theory: resisting colonisation*. London (UK): Routledge, 2000.
- ARIENTI, W. L. *Introdução ao Realismo Crítico e sua contribuição para reafirmação da heterodoxia na teoria econômica*. Florianópolis: Departamento Ciências Econômicas, CSE, UFSC, 2009. (Texto para Discussão).
- ARIENTI, W. L. Realismo Crítico e o ensino de Economia: em direção à ontologia. In: XXXVIII Encontro Nacional de Economia - ANPEC, 2010, Salvador. XXXVIII Encontro Nacional de Economia - anpec. Salvador: ANPEC, 2010. v. 38.
- ARIENTI, W. L. *Realismo Crítico e o ensino de Economia: possibilidades de reorientações*. Florianópolis: Departamento de Ciências Econômicas, CSE, UFSC, 2009 (Texto para Discussão).
- ASTLEY, W. G.; VAN DE VEN, A. H. Debates e perspectivas centrais na teoria das organizações. *Revista de Administração de Empresas - RAE*, vol. 45, nº 2, 2005.
- AVRITZER; L.; COSTA, S. Teoria Crítica, Democracia e Esfera Pública: concepções e usos na América Latina. *DADOS – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, Vol. 47, nº 4, 2004, pp. 703-728.

- BACHELARD, G. *A experiência do espaço na física contemporânea*. [Trad. Estela dos Santos Abreu]. Rio de Janeiro: Contraponto, 2010.
- BATES, S. Making time for change: on temporal conceptualizations within (critical realist) approaches to the relationship between structure and agency. *Sociology*, v. 40, n.º. 1, 2006.
- BENI, M. C. *Análise estrutural do turismo*. 6ª Ed. São Paulo: Senac, 2001.
- BENI, M. C. *Política e Planejamento de Turismo no Brasil*. São Paulo: Aleph, 2006. (Série Turismo).
- BERTALANFFY, L. V. *Teoria Geral dos Sistemas*. Petrópolis: Vozes, 1973.
- BETTENCOURT, T. E. de. *Tempo e espaço em Kant: as representações do tempo e do espaço dentro do contexto do sistema crítico de Kant*. Dissertação (Mestrado em Filosofia). Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.
- BHASKAR, R. R. *A Realist Theory of Science*. New York (USA): Routledge /Taylor & Francis e-Library, 2008 [1975]. 310p.
- BHASKAR, R. R. Critical Realism, Social Relations and Arguing for Socialism. Paper presented at *Interlink 7*, July, 1988a.
- BHASKAR, R. R. Critical Realism, Social Relations and Arguing for Socialism. Paper presented at *Interlink 7* [on 2<sup>nd</sup> socialist Conference at Chesterfield and further expanded for the Conference of Socialist Economists Annual Conference at Sheffield], July, 1988a.
- BHASKAR, R. R. *Dialectic: the Pulse of Freedom*. New York (USA): Routledge /Taylor & Francis e-Library, 2008 [1993]. 403p.
- BHASKAR, R. R. *Entrevista de Roy Bhaskar concedida a Christopher Norris*. The Philosophers' Magazine (TPM) / The Web Site for Critical Realism (WSCR) Archive. Disponível em: <<http://www.philosophers.co.uk/current/bhaskar.htm>>. Acesso: 10 dez. 2010.
- BHASKAR, R. R. On the Possibility of Social Scientific Knowledge and the Limits of Naturalism. *Journal for the Theory of Social Behavior*, 8 (1), 1978.
- BHASKAR, R. R. *Philosophies as Ideologies: a contribution to the critique of positivism*. Talk presented at British Sociological Association 'Sociology of Science Study Group' at the London School of Economics in February, 1976.
- BHASKAR, R. R. *Realism in Natural Sciences*. 6<sup>th</sup> International Congress of Logic, Methodology and Philosophy of Science at Hanover (august, 1979).
- BHASKAR, R. R. Realismo crítico, relaciones sociales y defensa del socialismo. [Trad. G. Buster], *Viento Sur*, s/v., s/n., pp.1-7, 2003. Disponível em: <[www.vientosur/articulosweb/textos](http://www.vientosur/articulosweb/textos)>. Acesso: 25 fev. 2012.
- BHASKAR, R. R. *Reclaiming Reality: a critical introduction to contemporary philosophy*. Verso: London/New York, 1989.
- BHASKAR, R. R. Scientific Explanation and Human Emancipation. *Radical Philosophy*, 26, 1980.
- BHASKAR, R. R. *The Possibility of Naturalism: a philosophical critique of the contemporary human sciences*. 3<sup>rd</sup> Ed. Routledge: London/New York,

1998[1979].

- BHASKAR, R. R. *What is Critical Realism Realism?* Talk presented at 4<sup>th</sup> Conference of the Standing Conference on Realism and Human Sciences in Bristol, September, 1988b.
- BLAU, P. M. *Approaches to the study of social structure*. New York (USA): The Free, 1975. 294p.
- BOBBIO, N.; MATTEUCCI, N.; PASQUINO, G. *Dicionário de Política*. 14<sup>a</sup> Ed. Brasília (DF): Editora Universidade de Brasília, 1998.
- BOLTANSKI, L.; THÉVENOT, L. *On Justification: economies of worth*. Princeton (USA): Princeton University Press, 2006. pp-23-42.
- BOURDIEU, P. Algumas Propriedades sobre os Campos. In: ORTIZ, R. *Questões de sociologia*. Rio de Janeiro (RJ): Marco Zero, 1983. pp. 89-94.
- BOURDIEU, P. *As regras da arte: gênese e estrutura do campo literário*. [Trad. Maria Lúcia Machado]. São Paulo (SP): Companhia das Letras, 1996.
- BOURDIEU, P. From the king's house to the reason of state: a model of the genesis of the bureaucratic field. *Constellations*, v. 11, n° 1, 2004.
- BOURDIEU, P. From the King's House to the Reason of State: A Model of the Genesis of the Bureaucratic Field. *Constellations*, 11: 16–36. (2004), doi: 10.1111/j.1351-0487.2004.00359.x
- BOURDIEU, P. *Las Estructuras Sociales de la Economía*. 1<sup>a</sup> Ed. [1<sup>a</sup> Reimp. 2002] Buenos Aires: Ediciones Manantial SRL., 2001. 271p.
- BOURDIEU, P. Las formas del capital: capital econômico, capital cultural y capital social. In: BOURDIEU, P. *Poder, Derecho y Clases Sociales*. 2 Ed. (Spanish Edition). Desclée de Brouwer: 2008. 236p. Cap.4, pp.131-164.
- BOURDIEU, P. Principios de una Antropología Económica. In: BOURDIEU, P. *Las Estructuras Sociales de la Economía*. 1<sup>a</sup> Ed. [1<sup>a</sup> Reimp., 2002] Buenos Aires: Ediciones Manantial SRL., 2001. pp. 219-262.
- BOURDIEU, P. Sobre o poder simbólico. In: BOURDIEU, P. *O poder simbólico*. 2<sup>a</sup> Ed. Rio de Janeiro (RJ): Bertrand Brasil, 1989.
- BOURDIEU, P. Social Space and Symbolic Power. *Sociological Theory*, vol. 7, n° 1, (Spring, 1989), pp. 14-25, [Published by: American Sociological Association. Stable URL: <<http://www.jstor.org/stable/202060>>]. Access: 15 jan. 2012.
- BOURDIEU, P. The Force of the Law: toward a sociology of the juridical field. *The Hastings Law Journal*, v. 38, n° s/n, july, 1987. pp. 814-853.
- BOURDIEU, P. The Social Space and the Genesis of Groups. *Theory and Society*, v. 14, n° 6 (Nov., 1985), pp. 723-744. [Published by: Springer. Stable URL: <<http://www.jstor.org/stable/657373>>]. Access: 15 jan. 2012.
- BOURDIEU, P. What Makes a Social Class? On The Theoretical and Practical Existence Of Groups. *Berkeley Journal of Sociology*, v. 32, (1987), pp. 1-17. [Published by: Regents of the University of California. Stable URL: <<http://www.jstor.org/stable/41035356>>] Access: 15 jan. 2012.
- BRANTE, T. Consequências do realismo na construção de teoria sociológica. *Sociologia*. [online]. set. 2001, no.36 [citado 19 Outubro 2011], p.9-38.

- Disponível em:  
 <[http://www.scielo.oces.mctes.pt/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0873-65292001000200002&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.oces.mctes.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0873-65292001000200002&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso: 15 jan. 2011.
- BRESSER-PEREIRA, L. C. B. A reforma do Estado dos anos 90: lógica e mecanismos de controle. *Revista de Cultura e Política Lua Nova*, n. 45. 1998(a).
- BRESSER-PEREIRA, L. C. B.. Gestão do Setor Público: estratégia e estrutura para um novo Estado. In: BRESSER-PEREIRA, L. C. B.: SPINK, P. (Org.) *Reforma do Estado e Administração Pública Gerencial*. Rio de Janeiro (RJ): Editora FGV, p. 21-38. 1998(b).
- BRITO, G. do N. L. O Conceito de Matéria na Filosofia da Natureza de Immanuel Kant. In: XIV Encontro Nacional de Filosofia, 2010, Águas de Lindóia (SP). *Anais...* Campinas (SP): ANPOF, 2010. p. 206-212. Disponível em: <[http://ebooks.pucrs.br/edipucrs/anais/semanadefilosofia/edicao7/Gilberto\\_Brito.pdf](http://ebooks.pucrs.br/edipucrs/anais/semanadefilosofia/edicao7/Gilberto_Brito.pdf)>. Acesso: 07 ago. 2012.
- BRITO, G. do N. L. \_\_\_\_\_. A relação da filosofia kantiana da natureza com o conceito de matéria. *Intuitio*, Porto Alegre, v.5, nº 1, Julho, 2012, p. 132-145. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/intuitio/article/viewFile/9684/7958>>. Acesso: 07 ago. 2012.
- BUNGE, M. *Física e filosofia*. São Paulo (SP): Perspectiva, 2000.
- BURRELL, G.; MORGAN, G. *Sociological paradigms and organisational analysis: elements of the sociology of corporate life*. London (UK): Heinemann, 1979 [1982]. 432p.
- CAMBRIDGE UNIVERSITY. *Cambridge Realist Workshop Previous presentations: 1994-2011*. Disponível em: <[http://www.econ.cam.ac.uk/seminars/realist/previous\\_workshops.htm](http://www.econ.cam.ac.uk/seminars/realist/previous_workshops.htm)>. Acesso: 03/11/2011.
- CARVALHO, A. B. de. Marx e Weber: um diálogo possível. *Revista Espaço Acadêmico*, nº 38, jul. 2004.
- CASTAÑÓN, G. A. Construtivismo e ciências humanas. *Ciências e cognição*, vol. 5, s/n, pp.36-49, jun., 2005.
- CASTAÑÓN, G. A. Construtivismo, inatismo e realismo: compatíveis e complementares. *Ciências e cognição*, vol. 10, s/n, pp.115-131, mar., 2007.
- CERTEAU, Michel de. *A Invenção do Cotidiano: as artes de fazer*. [Trad. Ephraim Ferreira Alves]. Petrópolis (RJ): Vozes, 1994. 351p.
- CHANDLER, A. D. *Ensaio para uma teoria histórica da grande empresa*. [Trad. Thomas K. McCraw]. Rio de Janeiro (RJ): Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1998. 342p.
- CHANDLER, A. D. *Scale and scope: the dynamics of industrial capitalism*. Cambridge (USA): Harvard University Press, 1990. [1994]. 760p.
- CHANDLER, A.D. *Strategy and structure: chapters in the history of the industrial enterprise*. Cambridge (Massachusetts/USA): M.I.T. Press, 1976.[1962]. 463p.
- CHANLAT, J. F. (Org.) *O indivíduo na organização: dimensões esquecidas*. v III. São Paulo (SP): Atlas, 1996.



- CHANLAT, J.F. *Ciências Sociais e Management: reconciliando o econômico e o social*. Trad. Ofélia de Lanna Sette Torres. São Paulo: Atlas S.A, 2000.
- CHAUÍ, M. *Introdução à história da filosofia*. 2ª Ed. São Paulo (SP): Companhia das Letras, 2002.
- CLARCK, P.; BLUNDEL, R. Penrose, Critical Realism and the Evolution of Business Knowledge: a methodological reappraisal. *Management & Organizational History*, vol. 2, nº 1, pp.45-62, 2007.
- CLEGG, S. R. Poder, linguagem e ação nas organizações. In: CHANLAT, J. F.; TORRES, O. L. S. *O indivíduo na organização: dimensões esquecidas*. São Paulo (SP): Atlas, 1996.
- CLEGG, S. R. *The theory of power and organization*. London (UK): Routledge & Kegan Paul, 1979.
- CLEGG, S.; DUNKERLEY, D. *Organization, class and control*. London (UK): Routledge & Kegan Paul, 1980.
- COHN, G. Introdução. In: COHN, G. (Org.) *Weber*. 7ª Ed. São Paulo (SP): Ática, 2008.
- CONTU, A.; WILLMOTT, H. You spin me round: the realist turn in organization and management studies. *Journal of management Studies*, v. 42, nº 8, 2005.
- CORRALES, J. P. Realismo crítico en investigación en ciencias sociales: una introducción. *Investigación y Desarrollo*, v. 12, nº 2. 2004.
- CORRALES, J. P. Sociedad y evaluación de programas sociales en el realismo crítico: una revisión crítica. *Investigación y Desarrollo*, vol. 15, nº 1, 2007.
- CORSON, D. Critical Realism: an emancipatory philosophy for applied linguistics? *Applied Linguistics*, vol. 18, nº 2, pp.166-118, 1997.
- CROZIER, M. *A quoi sert la sociologie des organisations?* 2v. Paris: Arslan, 2000.
- CROZIER, M. Sentiments, organisations et systèmes. *Revue Française de Sociologie*, Vol. 12, nº 2, pp.141-154, 1971.
- CROZIER, M. The problem of power. In: *The Statemate Society*. CIDADE?: The Viking Pres, Inc: 1973.
- CROZIER, M.; FRIEDBERG, E. *L'acteur et le système: les contraintes de l'action collective*. Paris: 1977. 436p.
- CROZIER, M.; FRIEDBERG, E. Notre Contrivution a Sociologie des Organisations. In: CROZIER, M. *A Quoi Sert La Sociologie des Organisations?* Théorie, Culture et Scoieté. Paris: Éditions Serli Arslan, 2000.
- DAHL, R. A. *A moderna análise política*. 2ª Ed. Rio de Janeiro (RJ): Lidador, 1970.
- DAHMEN, S. R. Gödel e Einstein: e quando o tempo não resiste à amizade? *Revista Brasileira de Ensino de Física*, v. 28, nº. 4, pp. 531-539, 2006.
- DANERMARK, B. *Interdisciplinary Research and Critical Realism: the example of disability research*. Working paper, June, pp.1-20, 2001. (Örebro University. Swedish Institute for Disability Research. SE-701-82.Örebro. Sweden).
- DAVEL, E. P. B. ; ALCADIPANI, R. . Estudos críticos em administração: a produção científica brasileira nos anos 1990. *RAE. Revista de Administração de Empresas*, v. 43, p. 72-85, 2003.

- DAVID, A. Logique, épistémologie et méthodologie en sciences de gestion. Université Paris-Dauphine. (DMSP, LAMSADE). Ecole des Mines de Paris (CGS). Conférence de l'AIMS, 1999, p.1-23.
- DEJOURS, C. A banalização da injustiça social.
- DeLANDA, M. Emergencia, causalidad y realismo. *Artnodes. Revista de arte, ciencia y tecnología*, n. 9, s/n, pp.1695-5951, 2009..
- DELGADO, I. G. *Previdência social e mercado no Brasil: a presença empresarial na trajetória da política social brasileira*. São Paulo (SP): LTr, 2001. 317p.
- DOBSON, P. J. Critical realism and information systems research: why bother with philosophy? *Information Research*, vol. 7, nº 2, 2002. [Available at: <<http://InformationR.net/ir/7-2/paper124.html>>]. Access: 15 jan. 2012.
- DOWNWARD, P. Critical (Realist) Reflection on Policy and Management Research in Sport, Tourism and Sports Tourism. *European Sport Management Quarterly*, vol. 5, nº. 3, 2006.
- DOWNWARD, P.; FINCH, J.; RAMSAY, J. Critical Realism, Empirical Methods and Inference: a critical discussion. *Cambridge Journal of Economics*, vol.26, pp.481-500, 2002.
- DOWNWARD, P.; MEARMAN, A. On tourism and hospitality management research: A critical realist proposal. *Tourism and Hospitality Planning & Development*, vol. 1, nº. 2, 2007.
- DUBET, F. *Le travail des Sociétés*. Editions Seuil, 2009. Cap. 4 – 5, pp.107-171.
- DUBET, F. *Sociologia da experiência*. [Trad. Fernando Tomaz]. Lisboa (PT): Instituto Piaget, 1994. 282p.
- DURKHEIM, E. *De la division du travail social*. 8<sup>ème</sup> Édition. Livres II et III. Paris: Les Presses Universitaires de France, 1967[1893]. 416 pp. (Collection: Bibliothèque de philosophie contemporaine).
- DYE, T. *Understanding Public Policy*. 13<sup>th</sup> Ed. New York (USA): Longman, 2009.
- EASTON, G. Critical realism in case study research. *Industrial Marketing Management.*, v. 39, 2010.
- EINSTEIN, A. *A Teoria da Relatividade Especial e Geral*. Rio de Janeiro (RJ): Contraponto, 1999.
- EINSTEIN, A. Física e realidade. *Rev. Bras. Ensino Fís.*, São Paulo, v. 28, n. 1, 2006. Available from: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1806-11172006000100003&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1806-11172006000100003&lng=en&nrm=iso)>. Access on: 30 July 2012. <<http://dx.doi.org/10.1590/S1806-11172006000100003>>. [Publicado originalmente como: Einstein, A. Physik und Realität. *Journal of the Franklin Institute*, 221, 313-347, 1936].
- EINSTEIN, A. *Notas autobiográficas*. Rio de Janeiro (RJ): Nova Fronteira, 1982.
- EINSTEIN, A.; INFELD, L. *Evolução da Física*. Rio de Janeiro (RJ): Jorge Zahar, 1962.
- EISBERG, R.; RESNICK, R. *Física Quântica*. Rio de Janeiro (RJ): Campus, 1979.
- ELDER-VASS, D. Re-Examining Bhaskar three ontological domains: the lessons from

emergence. Paper presented at IACR Conference, Cambridge, 2004. *Proceedings...* Disponível em: <[www.econ.cam.ac.uk/csog/iacr/.../Elder-Vas.pdf](http://www.econ.cam.ac.uk/csog/iacr/.../Elder-Vas.pdf)> . Acesso: 15 jan. 2012.

- ELDER-VASS, D. Re-examining Bhaskar's three ontological domains: the lessons from emergence. In: LAWSON, C. LATSIS, J.; MARTINS, N. (Eds.), *Contributions to Social Ontology*. Routledge: London (UK), 2007.
- ELDER-VASS, D. *The Theory of Emergence, Social structure, and Human Agency*. Unpublished PhD thesis, Birckbeck College, London, 2006.
- ELIAS, D. L. Diálogo de Fronteira: as noções de tempo-espaço entre a Filosofia e a História. In: XXVI Simpósio Nacional de História (ANPUH-50 anos), 2011. *Anais...* . São Paulo (SP), 2011.
- EMERY, F. E. *Systems thinking: selected readings*. Harmondsworth; Baltimore: Penguin Books, 1974. 398p. (Penguin modern management readings).
- EMERY, F. E.; TRIST, E. L. The Causal Texture of Organizational Environments. *Human Relations*, XVIII, p.21-33, 1965.
- ETZIONI, A. *A sociological reader on complex organizations*. 2<sup>nd</sup> Ed. New York (USA): Holt, Rinehart and Wiston, 1969. 576p.
- ETZIONI, A. *Organizações Complexas: estudo das organizações em face dos problemas sociais*. Trad. João Antônio de Castro Medeiros. São Paulo: Editora ATLAS S.A., 1973. 466p.
- ETZIONI, A. *Organizaciones modernas*. México: UTEHA, 1965. 221p. (Manuales UTEHA. Ciencias sociales; 14).
- FAIRCLOUGH, N. Discourse analysis in organization studies: the case for critical realism. *Organization Studies*, v. 26, n° 6, 2005.
- FARIA, A. A. M. LINHARES, P. T. F. S. O preço da passagem no discurso de uma empresa de ônibus. In: MACHADO, I. L. (Org.). *Análises de discursos: sedução e persuasão* (Caderno de Pesquisa n.º 13, v. 10.). Belo Horizonte: NAPq FALE/UFMG, 1993, p.32-38.
- FARIA, A. Redes e Cooperação Vertical sob uma Abordagem Reflexiva de Realismo Crítico: Repensando Relativismo e o Debate entre Organizações e Estratégia. In: XXV Encontro Anual da ANPAD, 2001, Campinas. *Anais...* . Rio de Janeiro (RJ): Editora ANPAD, 2001.
- FARIA, A. Repensando Redes Estratégicas. *Revista de Administração Contemporânea - RAC*, v. 15, p. 84-102, 2011.
- FARIA, J. H. *Economia política do poder: as práticas do controle nas organizações*. v.3. Curitiba: Juruá, 2004.
- FARIA, J. H. *Economia política do poder: fundamentos*. v. 1. Curitiba: Juruá, 2004.
- FARIA, J. H. *Economia política do poder: uma crítica da teoria geral da administração*. Vol.2. Curitiba: Juruá, 2004.
- FARIA, J. H. Poder e relações de poder nas organizações. In: VIEIRA, M. M. F.; CARVALHO, C.A. *Organizações, instituições e poder no Brasil*. Rio de Janeiro: FGV, 2003.
- FAYOL, H. *Administração industrial e geral: previsão, organização, comando,*

- coordenação, controle. São Paulo (SP): Atlas, 1990.
- FIORIN, J. L. *Linguagem e Ideologia*. 7ed. São Paulo: Ática, 2003. 87p.
- FLEETWOOD, S, ACKROYD, S. *Critical Realist Applications in Organisation and Management Studies*. Routledge (UK): London, 2004. 384p.
- FLEETWOOD, S. *Hayek's Political Economy: the socio-economics of order*. London (UK): Routledge, 1995.
- FLEETWOOD, S. *Hayek's Political Economy, the Socio Economics of Order*. Routledge: London, 1995.
- FLEETWOOD, S. Institutions and social structures. *Journal for the Theory of Social Behaviour*, v. 38, n° 3, 2008. p.241-265.
- FLEETWOOD, S. Ontology in organization and management studies: a critical realist perspective. *Organization*, v. 12, n° 2, 2005.
- FLEETWOOD, S. Powers and tendencies revisited. *Journal of Critical Realism*, v. 10, n° 1, 2011.
- FLEETWOOD, S. Structure, institution, agency, habit and reflexive deliberation. *Journal of Institutional Economics*, v. 4, n° 2, 2008b.
- FLEETWOOD, S. The ontology of things, properties and powers. *Journal of Critical Realism*, v. 8, n° 3, 2008a.
- FORD, H. *Minha Vida, Minha Obra*. Rio de Janeiro (RJ): Brand, 1954.
- FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. 12ª Ed. Rio de Janeiro (RJ): Graal, 1996.
- FOUCAULT, M. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. 27ª Ed. Petrópolis (RJ): Vozes, 2003.
- FREDDI, G. Organização, Teoria da. In: BOBBIO, N.; MATTEUCCI, N.; PASQUINO, G. *Dicionário de Política*. 11ª Ed. Brasília (DF): Editora Universidade de Brasília/ Ed.UNB, 1998[1983]. Vol. 1: 674 p. (total: 1.330 p.).
- FRIEDBERG, E. L'approche organisationnelle comme outil: les implications pour la recherche et pour l'action. pp.288-384. In: FRIEDBERG, E. *Le Pouvoir et la Règle: dynamiques de l'action organisée*. Paris: Editions du Seuil, 1993. 405p.
- FRIEDBERG, E. *Le Pouvoir et la règle: dynamiques de l'action organisée*. Paris: Editions du Seuil, 1993. 404p. (Sociologie).
- FRIEDBERG, E. Les quatre dimensions de l'action organisée. *Revue Française de Sociologie*, v. 33-4, 1992.
- FRIEDBERG, E. Organização. In: BOUDON, R.; BAECHLER, J. *Tratado de sociologia*. Rio de Janeiro (RJ): Jorge Zahar, 1996. 601p. (Cap. 9. p.375-412).
- FROST, P. Power, politics and influence. In: *Handbook of organizational communication: an interdisciplinary perspective*. California: Sage, 1987.
- GAULEJAC, V. de. *Gestão como doença social: ideologia, poder gerencialista e fragmentação social*. Aparecida (SP): Idéias & Letras, 2007. 334 p. (Coleção Management; 4).
- GAULEJAC, V. *Gestão como doença social: ideologia, poder gerencialista e fragmentação social*. Aparecida (SP): Editora Idéias e Letras, 2007.

- GERTH, H. H.; MILS, C. W. Introdução: o homem e sua obra. In: GERTH, H. H.; MILS, C.W. (Org.) *Ensaio de sociologia*. 5ª Ed. [Trad. Waltensir Dutra]. Rio de Janeiro (RJ): Guanabara, 1982.
- GIDDENS, A. *A constituição da sociedade*. 3ª Ed. São Paulo (SP): Martins Fontes, 2009. 458p.
- GILBERT-GALASSI, J.; CORREA, B. La teoría de la autopoiesis y su aplicación en las ciencias sociales: el caso de la interacción social. *Cinta de Moebio*, Santiago, n. 12, pp. 8-30, dec. 2001. Disponível em: <<http://www.redalyc.org>>. Acesso em: 25 fev. 2012.
- GOMES-da-SILVA, J. R. Profissionais Qualificados e Experiências de Auto-emprego: Questões de Tempo e Espaço. In: Encontro Nacional de Programas de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração, 30. 2006, Salvador. *Anais...* Salvador: ANPAD, 2006. (CD-ROM).
- GOMES-da-SILVA, J. R. WETZEL, U. A Construção de um Quadro Analítico sobre as Significações de Espaço no Contexto das Mudanças organizacionais. In: Encontro Nacional de Programas de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração, 30. 2006, Salvador. *Anais...* Salvador: ANPAD, 2006. (CD-ROM).
- GOMES-da-SILVA, J. R. WETZEL, U. Configurações de Tempo e a Tentativa de Adaptação dos Indivíduos às Mudanças Organizacionais. In: Encontro Nacional de Programas de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração, 28. 2004, Salvador. *Anais...*: ANPAD, 2004. (CD-ROM).
- GURVITCH, G. *La Vocation Actuelle de la Sociologie*. 3<sup>ème</sup> Éd. 2<sup>ème</sup> Tome. Paris: Press Universitaire de France: 1968.
- GURVITCH, G. *La Vocation Actuelle de la Sociologie: vers la sociologie différentielle*. 4<sup>ème</sup> Édition. 1<sup>er</sup> Tome. Presse Universitaires de France (PUF): Paris, 1968. 512p.
- HAIRE, M. *Modern organization theory: a symposium of the foundation for research on human behavior*. New York (USA)/London (UK): John Wiley & Sons, 1959. 324p.
- HALL, S. *A identidade cultural na pós-modernidade*. (Tradução de Tomaz Tadeu da Silva, Guacira Lopes Louro). 10 ed. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2005.
- HAMLIM, C. L. Realismo Crítico: um programa de pesquisa para as ciências sociais. *Revista Dados*, vol. 43, nº 2, 2000.
- HANSON, J.; YOSIFON, D. The Situation: An Introduction to the Situational Character, Critical Realism, Power Economics, and Deep Capture. *University of Pennsylvania Law Review*, vol. 152, n. 1, 129, 2003. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/3313062?origin=crossref>>. Acesso: 15 jan. 2012.
- HARDY, C.; CLEGG, S. R. Alguns ousam chamá-lo de poder. In: HARDY, C.; CLEGG, S. R. *et al. Handbook de estudos organizacionais - reflexões e novas direções*. v.2. São Paulo (SP): Atlas, 2001.
- HARRÉ, R. H. *As filosofias da ciência*. 2ª Ed. Lisboa: Edições 70, 1988. 237p.
- HARRÉ, R. H.; MADDEN, E. H. Conceptual and natural necessity. (pp.104-119). In: ARCHER, M.; BHASKAR, R.; COLLIER, A.; LAWSON, T.; NORRIE, A. *Critical realism: essential readings*. 1<sup>st</sup> Ed. Routledge USA/Canada, 1998.
- HASELAGER, W.F.G.; GONZALEZ, M.E.Q. A identidade pessoal e a teoria da

- cognição situada e incorporada. In: BROENS, M.C.; MILIDONI, C.B. (Eds.). *Sujeito e identidade pessoal: estudos de filosofia da mente*. (pp.95-111). São Paulo: Cultura Acadêmica, 2003.
- HASSEN, G. L. Espaço e Tempo na Modernidade. *GEOgraphia* – Ano. II, nº 3, 2000, p. 51-67.
- HATCH, M. Jo; SCHULTZ, M. Introduction: Why Study Organizationl Identities? In: HATCH, M. Jo; SCHULTZ, M. *Organizational Identity: a reader*. Oxford University Press Inc. New York, 2004. p.1-6.
- HAUSMANN, D. M. El realismo crítico y las teorías de sistemas abiertos. *Argumentos de razón técnica*, n. 3, pp.61-92, 2000.
- HIRSCHMAN, A. O. *Exit, voice and loyalty*. Cambridge: Harvard University Press, 1970. 162p.
- HOUSTON, S. Beyond Social Construcionism: critical realism and social work. *British Journal of Social Work*. vol. 31, 845-861, 2001.
- HUME, D. *Investigação acerca do entendimento humano*. Trad. Anoar Aiex. [Versão eBooks Brasil]. S/L: Edição ACRÓPOLIS, 2006. Disponível em: <<http://www.br.egroups.com//group/acropolis/>>. Acesso: 01 jan. 2011.
- IRVIN, L. *Glossary of Critical Realism: personal notes*. Disponível em: [http://www.criticalrealism.com/index.php?sitesig=WSCR&page=WSCR\\_060\\_WSCR\\_Glossary](http://www.criticalrealism.com/index.php?sitesig=WSCR&page=WSCR_060_WSCR_Glossary). Acesso: 11 jan. 2013.
- JENKINS, R. *Pierre Bourdieu: key sociologists*. New York (USA): Routledge /Taylor & Francis e-Library, 2006 [1992]. (Series: The Open University). 137p.
- JESSOP, B. (2005). *Gramsci as a Spatial Theorist*. \_\_\_\_\_?
- JESSOP, B. Critical Realism and the Strategic-Relational Approach. *New Formantions*, vol.56, s/n, pp.40-53, 2005. Disponível em: <<http://www.lwbooks.co.uk/journals/newformations/articles/56%20jessop.pdf>>. Acesso: 15 jan. 2012.
- JESSOP, B. *The Spatiotemporal Dynamics of Capital and its Globalization – and how they Challenge State Power and Democracy*. Working Paper. Published by the Department of Sociology. Lancaster University (UK), ano???. Disponível em: <<http://www.comp.lancs.ac.uk/sociology/soc132rj.pdf>>. Acesso: 15 jan. 2012.
- JESSOP. B.; BRENNER, Neil; JONES, Martin. Theorizing sociospatial relations. *Environment and Planning D: Society and Space*, v. 26, p.389-401, 2008.
- KATZ, D.; KAHN, R. L. *Psicologia social das organizações*. São Paulo (SP): Atlas, 1976.
- KRAUSE, D.; BECKER, J. Hume, Schrödinger e a individuação de objetos físicos. *Revista Eletrônica de Informação e Cognição*, v.5, n. 2, p. 59-71, 2006.
- KRIPPENDORF, J. *Sociologia do turismo: para uma nova compreensão do lazer e das viagens*. São Paulo (SP): Aleph, 2006. 184p.
- KUHN, T. S. *A estrutura das revoluções científicas*. 9. ed., 1a. reimpressão. São Paulo: Perspectiva, 2006. 260 p
- KUHN, T. S. *The structure of scientific revolutions*. Chicago: University of Chicago, 1962. 172p.

- KWAN, K-M; TSANG, E.W.K. Realism and Constructivism in Strategy Research: a critical realist response to Mir and Watson. *Strategic Management Journal*. v. 22 (12): 1163-1168, 2001.
- LACLAU, E.; BHASKAR, R. 'Discourse Theory vs. Critical Realism'. *Alethia*, vol.1, nº2, (September), pp. 9-14, 1998.
- LACLAU, E.; MOUFFE, C. *Hegemonia y estrategia socialista: hacia una radicalización de la democracia*. Editor: Siglo XXI, Madrid, 1987[1985].
- LACOSTE, Y. *A Geografia – Isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra*. 14ª Ed. [Trad. Maria C. França]. Campinas (SP): Papirus, 2008 [1973?].
- LACOSTE, Y. *A Geografia – Isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra*. (Tradução Maria Cecília França). (14ª Ed. 2008). Campinas (SP): Papirus, 1988.
- LAPASSADE, Georges. *Grupos, organizações e instituições*. Rio de Janeiro (RJ): Editora Francisco Alves, 1977. 316p.
- LAWRENCE, P. R.; LORSCH, J. W. *As empresas e o ambiente*. [Trad. Francisco M. Guimarães]. Petrópolis (RJ): Vozes, 1973. 300p. (Coleção Administração de Empresas; 9).
- LAWSON, T. A conception of ontology. *Cambridge Working Paper Series*. Cambridge, UK.: dec., 2004.
- LAWSON, T. Theorizing ontology. *Feminist Economics*, v. 9, n. 1, pp.161-169, 2003.
- LEBRUN, G. *O que é poder*. São Paulo: Brasiliense, 1981. 49p. (Coleção Primeiros Passos).
- LECA, B.; NACCACHE, P. A Critical realist Approach to Institutional Entrepreneurship. *Organization*, vol. 13, nº 5, pp.627-651, 2006.
- LOPES, J. R. Os caminhos da identidade nas ciências sociais e suas metamorfoses na psicologia social. *Psicologia & Sociedade*, v. 14, n. 1, p. 2-27, jan.-jun., 2002.
- LUHMANN, N. *Organización y Decisión: autopoiesis, acción y entendimiento comunicativo*. [Trad. Darío R. Mansilla]. Queretaro (México): Universidad Iberoamericana de México/ Ediciones Anthropos, 1997. 98p.
- MacRAE, D. *As ideias de Weber*. 3ª Ed. [Trad. Álvaro Cabral]. São Paulo (SP): Cultrix, 1988.
- MARCH, J. G.; SIMON, H. A. *Teoria das Organizações*. Trad. de Hugo Wahrlich. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1972.
- MAYO, E. *Problemas humanos de uma civilização industrial*. Buenos Aires: Galatea, 1959.
- MAYO, E. *The social problems of an industrial civilization*. London (UK): Routledge & Kegan Paul, 1954.
- McEVOY, P.; RICHARDS, D. A Critical Realist Rationale for Using a Combination of Quantitative and Qualitative Methods. *Journal of Research in Nursing*. vol.11, nº 1, pp.66-78, 2006.
- McGREGOR, D. *O lado humano da empresa*. 3ª Ed. São Paulo (SP): Martins Fontes, 1999.
- MELO JÚNIOR, J. A. C. de C. A ação coletiva e seus intérpretes. *Pensamento plural*,

v. 1, s/n, pp.65-87, jul.dez., 2007.

- MELUCCI, A. Um objetivo para os movimentos sociais? *Lua Nova*, nº 17, jun.-?, 1989.
- MERTON, R. K. *Sociologia: teoria e estrutura*. São Paulo (SP): Mestre Jou, 1968.
- MINTZBERG, H. *Power in and around organizations*. Englewood Cliffs (USA): Prentice-Hall, 1983.
- MISOCZKY, M.C. Poder e institucionalismo: uma reflexão crítica sobre as possibilidades de interação paradigmática. In: VIEIRA, M. M. F.; CARVALHO, C.A. *Organizações, instituições e poder no Brasil*. Rio de Janeiro: FGV, 2003.
- MONDRAGÓN, D. I. El debate epistemológico sobre el realismo convergente. *Daímon. Revista Internacional de Filosofía*, suplemento 3, pp.311-319, 2010.
- MORGAN, G. *Imagens da organização*. 2ª Ed. São Paulo (SP): Atlas, 2002. 380p.
- MORGAN, G. *Images of organization*. Newbury Park (USA): Sage, 1986. 423p.
- MORGAN, G. Paradigmas, Metáforas e Resolução de Quebra-cabeças na Teoria das Organizações. *RAE - Revista de Administração de Empresas*, vol. 45, nº 1, jan-mar 2005.
- MOTTA, F. C. P. Controle Social nas Organizações. *Rev. Adm. Emp.* Rio de Janeiro, 19(3): 11-25, jul./set., 1979.
- MOTTA, F. C. P. *et alli*. *Introdução à organização burocrática*. São Paulo (SP): Brasiliense, 1986.
- MOUZELIS, N. *Organización y burocracia*. Barcelona (ES): Ediciones Península, 1975.
- NAGEL, E. *Filosofia da ciência*. São Paulo: 1967. 258p.
- NDIAYE, C. *La gouvernance: etat des lieux et controverse conceptuelles*. Cahiers du Laboratoire de Recherche sur l'industrie et l'Innovation. Côte d'Opale: Université du Littoral Côte d'Opale, n. 174, 2008.
- NEWTON, I. *Principes mathématiques de la philosophie naturelle*. Paris: Dessaint & Saillant et Lambert, Imprimeurs, 1759. Deux tomes de 437 pp et 379 pp. [Titre original: *Philosophiae Naturalis Principia Mathematica*. Londres, 1687]. Disponível em: <[http://classiques.uqac.ca/classiques/newton\\_isaac/principes\\_math\\_philo\\_naturelle/principes\\_philo\\_naturelle\\_t2.html](http://classiques.uqac.ca/classiques/newton_isaac/principes_math_philo_naturelle/principes_philo_naturelle_t2.html)>. Acesso. 06 ago. 2012.
- NEWTON, I. Tome I. Livre I; Livre II. 437 pp. Disponível em: <[http://classiques.uqac.ca/classiques/newton\\_isaac/principes\\_math\\_philo\\_naturelle/principes\\_philo\\_naturelle\\_t2.html](http://classiques.uqac.ca/classiques/newton_isaac/principes_math_philo_naturelle/principes_philo_naturelle_t2.html)>. Acesso. 06 ago. 2012.
- NEWTON, I. Tome II. Livre III. Commentaire des Principes mathématiques de la philosophie de M. Newton. 379 pp. Disponível em: <[http://classiques.uqac.ca/classiques/newton\\_isaac/principes\\_math\\_philo\\_naturelle/principes\\_philo\\_naturelle\\_t2.html](http://classiques.uqac.ca/classiques/newton_isaac/principes_math_philo_naturelle/principes_philo_naturelle_t2.html)>. Acesso. 06 ago. 2012.
- OSBORNE, D.; GAEBLER, T. *Reinventando o governo: como o espírito empreendedor está transformando o setor público*. Brasília (DF): MH Comunicação, 1994. 436p.
- PAÇO-CUNHA, E. *Gênese, Razoabilidade e Formas Mistificadas da Relação Social de Produção em Marx: a organização burocrática como abstração arbitrária*. Tese de



Doutorado (em Administração) não Publicada. Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte (MG), 2010a. Disponível em: <[http://cordoba.cepead.face.ufmg.br/banco\\_teses/teses/307/d26122010epc.pdf](http://cordoba.cepead.face.ufmg.br/banco_teses/teses/307/d26122010epc.pdf)>. Acesso: 15 jan. 2012.

- PAÇO-CUNHA, E. Marx e a organização como abstração arbitrária. In: VI Encontro de Estudos Organizacionais, 2010, Florianópolis. *Anais...* Florianópolis: ANPAD, 2010b.
- PAÇO-CUNHA, E. Notas provisórias sobre o desenvolvimento e a superação dos estudos organizacionais. In: Encontro Nacional da ANPAD, 33, 2009, São Paulo *Anais...* São Paulo: ANPAD, 2009.
- PAES DE PAULA, A. P. *Teoria Crítica nas Organizações*. 1. ed. São Paulo: Thomson Learning, 2008. 128p.
- PAGÈS, M.; BONETTI, M.; GAULEJAC, V.; DESCENDRE, D. *O poder das organizações*. São Paulo (SP): Atlas, 1987.
- PARSONS, T. Durkheim e a Teoria da Integração dos Sistemas Sociais. In: \_\_\_\_\_ . *Sociologia: para ler os clássicos*. (???[1967]).
- PATOMAKI, H. Problems of democratizing global governance: time, space and the emancipatory process. *European Journal of International Relations*, v. 9, nº 3, 2003.
- PAULA, A. P. P. de. *Por uma Nova Gestão Pública: limites e potencialidades da experiência contemporânea*. Rio de Janeiro (RJ): Editora FGV, 2005.
- PERROW, C. *Sociologia de las organizaciones*. Espanha: McGraw-Hill, 1991.
- PETERS, G. M. *Percursos na teoria das práticas sociais: Anthony Giddens e Pierre Bourdieu*. Universidade de Brasília (UnB). Brasília (DF), 2006.
- PETTIGREW, A. M. *Innovative Forms of Organizing: Progress, Performance and Process*. Cap 14 p. 231-252. In: PETTIGREW, A. M; WHITTINGTON, R.; MELIN, L.; SÁNCHEZ-RUNDE, C.; VAN DEN BOSCH, F.; RUIGROK, W.; NUMAGAMI, T. (Ed.). *Innovative forms of Organizing: international perspectives*. London (UK): SAGE Publications, 2003.
- PETTIGREW, A. On studying organizational cultures. *Administrative Science Quaterly*, v. 24, 1979.
- PIMENTEL, M. P. C. *A Institucionalização de Políticas Públicas de Turismo em Âmbito Municipal no Brasil*. Dissertação de Mestrado (em Administração) não Publicada. Universidade Federal de Lavras, Lavras (MG). 2011.
- PIMENTEL, M. P. C.; PIMENTEL, T. D. Gestão Social e Esfera Pública: noções e apropriações. In: VII Congresso Virtual Brasileiro de Administração - CONVIBRA, 2010, Não há. *Anais....* São Paulo (SP): Editora Convibra, 2010. v. 1. p. 1-16.
- PIMENTEL, M. P. C.; PIMENTEL, T. D. Implicações do Posicionamento dos Destinos no Ambiente do Sistema Turístico. In: V Congresso Latino-Americano de Investigação Turística / CLAIT. São Paulo (SP). *Anais....* São Paulo (SP): Editora da Universidade de São Paulo / EDUSP, 2012. v. 1. p. 1-20.
- PIMENTEL, M. P. C.; PIMENTEL, T. D. O planejamento e controle da produção no turismo: um ensaio. *Revista Economia & Gestão*, 2012.

- PIMENTEL, T. D. *A espacialidade na construção de identidade*. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008.
- PIMENTEL, T. D. et al.. Espelho, espelho meu, me diga que teoria uso eu? ou a teoria administrativa vista por si mesma. *Revista de Administração da FEAD-Minas*, v. 3, p. 57-74, 2006.
- PIMENTEL, T. D. O Estado da Arte do Desenvolvimento de Modelos de Sucessão em Empresas Familiares. *Revista Inteligência Organizacional - Rev. In. Org.*, v. 1, p. 76-96, 2011.
- PIMENTEL, T. D. Refazendo as fundações do método de pesquisa e intervenção dos estudos clínicos de Crozier e Friedberg a partir da filosofia para a ciência do realismo crítico. In: VII Encontro de Estudos Organizacionais - EnEO, 2012, Curitiba (PR). *Anais....* Rio de Janeiro (RJ): AnPAD, 2012. v. 1. p. 1-16.
- PIMENTEL, T. D.; BRITO, M. J. de. Realismo Crítico nos Estudos Organizacionais: notas introdutórias sobre seus fundamentos filosóficos. In: XXXV Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração (EnANPAD), 2011, Rio de Janeiro (RJ). *Anais....* Rio de Janeiro (RJ): ANPAD, 2011. v. 1. p. 1-17.
- PIMENTEL, T. D.; BRITO, M. J. de. Teoria das Subjetividades Coletivas e Ação Coletiva Organizada: explorando uma base de fundamentação realista crítica para a teoria das organizações. In: VII Encontro de Estudos Organizacionais - EnEO, 2012, Curitiba (PR). *Anais....* Rio de Janeiro (RJ): AnPAD, 2012. v. 1. p. 1-16.
- PIMENTEL, T. D.; CARRIERI, A. de P. A espacialidade na construção da identidade. *Cad. EBAPE.BR*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 1, Mar. 2011. Available from [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1679-39512011000100002&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-39512011000100002&lng=en&nrm=iso). Access on: 07 Oct. 2012. <http://dx.doi.org/10.1590/S1679-39512011000100002>.
- PIMENTEL, T. D.; PIMENTEL, M. P. C. Autopoiese e Sistema Turístico. In: IX SEMINÁRIO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM TURISMO / ANPTUR. São Paulo (SP). *Anais....* São Paulo (SP): ANPTUR, 2012. v. 1. p. 1-15.
- PIMENTEL, T. D.; PIMENTEL, M. P. C. Destino Turístico como Construção Coletiva: os atores envolvidos e sua necessidade de articulação. In: V Congresso Latino-Americano de Investigação Turística / CLAIT. São Paulo (SP). *Anais....* São Paulo (SP): Editora da Universidade de São Paulo / EDUSP, 2012. v. 1. p. 1-20.
- POKOL, B. Contribution to the Comparison of the Theories of Bourdieu and Luhmann. *Journal of Legal Theory* (HU ISSN 1588-080X). 2009/2003. Organization. Disponível em: <http://jesz.ajk.elte.hu/pokol112.html>. Acess: 3 August 2009.
- PORPORA, D. V. Four concepts of social structure. (pp.339-355). In: ARCHER, M.; BHASKAR, R.; COLLIER, A.; LAWSON, T.; NORRIE, A. *Critical Realism: essential readings*. 1<sup>st</sup> Ed. USA/Canada: Routledge, 1998.
- PORTO, C. M.; PORTO, M. B. D. S. M. Uma visão do espaço na mecânica newtoniana e na teoria da relatividade de Einstein. *Rev. Bras. Ensino Fís.* [online], São Paulo, v. 30, n. 1, pp. 1603.1-1603.8, 2008. Available from: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1806-](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1806-)

- 11172008000100017&lng=en&nrm=iso>. Access on: 13 Aug. 2012.  
<<http://dx.doi.org/10.1590/S1806-11172008000100017>>.
- PRADO, E. F. S. *Dialética e Realismo Crítico*. FEA/USP Working Paper Series. Universidade de Sao Paulo, São Paulo, ago, 2009. (Texto para discussão 2681).
- PRADO, E. F. S. Instituições Deliberadas ou Espontâneas? *Análise*, Porto Alegre, v. 17, n. 1, p. 105-118, jan./jul. 2006.
- PRATA, T. de A. John Searle sobre a identidade e a eficácia causal da consciência. *Prometeus: filosofia em revista*, v. 3, nº 5, pp.9-23, jan.jun., 2010.
- PRESTES MOTTA, F. C. *Teoria Geral da Administração: uma introdução*. 5ª Ed. São Paulo (SP): Pioneira, 1976.
- RADUESCU, C. Aligning organisational requirements and enterprise systems capabilities: A longitudinal case study. In: S. Spencer and A. Jenkins, ACIS 2006 *Proceedings: Proceedings of the 17th Australasian Conference on Information Systems*. Australasian Conference on Information Systems (ACIS 2006), Adelaide, (2-11). 6-8 December 2006. Paper 5. Disponível em: <<http://aisel.aisnet.org/acis2006/5>>. Acesso: 06 ago. 2012.
- RADUESCU, C.; VESSEY, I. Causality in Critical Realist Research: An Analysis of Three Explanatory Frameworks. In: *Proceedings of: International Association for Critical Realism Annual Conference*. International Association for Critical Realism Annual Conference 2008, London, UK, (3-3). 11-13 July 2008. Disponível em: <<http://aisel.aisnet.org/acis2006/5>>. Acesso: 06 ago. 2012.
- RADUESCU, C.; VESSEY, I. Methodology in critical realist research: The mediating role of domain specific theory. In: AMCIS 2009 *Proceedings*. 15th Americas Conference on Information Systems AMCIS, San Francisco, California, U.S., (1-12). 6-9 August, 2009. *Proceedings*. Paper 433 Disponível em: <<http://aisel.aisnet.org/amcis2009/433>>. Acesso: 06 ago. 2012.
- RAMOS, A. G. *Administração e contexto brasileiro*. Rio de Janeiro (RJ): FGV, 1983.
- RAY, C. *Tempo, espaço e filosofia*. [Trad. Thelma M. Nóbrega]. Campinas (SP): Papirus, 1993.
- REED, M. I. In praise of duality and dualism: rethinking agency and structure in organizational analysis. *Organization Studies*, v. 18, n. 1, p. 21-42, 1997.
- REED, M. I. The limits of discourse analysis in organizational analysis. *Organization*, 7(3), 524-530, 2000.
- REED, M. Organization, trust and control: a realist analysis. *Organization Studies*, v. 22, nº 2, 2001.
- REED, M. Reflections on the 'Realist Turn' in Organization and Management Studies. *Journal of Management Studies*, v. 42, nº 8, december, 2005.
- REED, M. Teorização organizacional: um campo historicamente contestado. In: CLEGG, S. R.; HARDY, C.; NORD, W. R. (Orgs). *Handbook de Estudos Organizacionais*. São Paulo (SP): Atlas, 1999, p. 69-98.
- REIS, E. *Comentários ao ensaio "O novo movimento teórico" de J. C. Alexander*. In: X Encontro Anual da ANPOCS. Campos do Jordão, outubro de 1986. 4p.

- RIBEIRO, D. O dilema da America Latina: estruturas de poder e forcas insurgentes. 2ª Ed. Petrópolis (RJ): Editora Vozes, 1979. 273p.
- RIBEIRO, D. O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil. 1ª Ed. São Paulo (SP): Editora Companhia de Bolso, 2010. 435p.
- ROCHER, G. *Talcott Parsons et la sociologie américaine*. Paris: Les Presses Universitaires de France, 1988[1972], 238 pp. (Collection SUP le sociologue, nº 29). Cap. 1, p.1-34. Disponível em: <[http://classiques.uqac.ca/contemporains/rocher\\_guy/Talcott\\_parsons\\_socio\\_amer/parsons\\_socio\\_amer.pdf](http://classiques.uqac.ca/contemporains/rocher_guy/Talcott_parsons_socio_amer/parsons_socio_amer.pdf)>. Acesso 31 ago 11.
- RODRÍGUEZ, A. R. Causalidad y realismo. *Rev. Filosofia Univ. Costa Rica*, Costa Rica, v. XXIX, n. 70, pp173-181, 1991. Disponível em: <<http://inif.ucr.ac.cr/recursos/docs/Revista%20de%20Filosof%C3%ADa%20UCR/Vol.%20XXIX/No.%2070/Casualidad%20y%20Realismo.pdf>>. Acesso em: 25 fev. 2012.
- ROUANET, L. P. A Filosofia da Natureza de Kant. *Kant e-Prints*. Campinas, Série 2, v. 5, n. 1, p. 1-13, jan.-jun., 2010.
- SAINSAULIEU, R. *Le identité au travail*. 3<sup>ème</sup> Éd. Paris : Presses de Sciences Po, 1988.
- SANTOS, M. O Dinheiro e o Território. *GEOgraphia*, v. 1, nº 1, 1999. [Texto inicialmente apresentado na Conferência de inauguração do Mestrado em Geografia da Universidade Federal Fluminense e abertura do ano letivo de 1999, proferida em 15 de março].
- SANTOS, M. O retorno do território. In: SANTOS, M.; SOUZA, M. A. de; SILVEIRA, M. L. *Território: globalização e fragmentação*. 3ª Ed. São Paulo (SP): Editora Hucitec, 1996.
- SAYED, J.; MINGERS, J.; MURRAY, P. A. beyond Rigor and Relevance: a critical realist approach to business education. *Management Learning*, v. 41, nº 1, pp.71-85, 2009.
- SAYER, A. *Method in Social Science: a realist approach*. 2<sup>nd</sup> Edition. New York (USA): Routledge /Taylor & Francis e-Library, 2003 [1984]. 313p.
- SCOTT, J. Talcott Parsons. In: SCOTT, J. (Ed). *Fifty Key Sociologists: the contemporary theorists*. Routledge: London/New York, 2007a. pp.187-193.
- SILVERMAN, D. “Beginning Research”. In: \_\_\_\_\_. *Interpreting Qualitative Data: m. Methods for aAnalysing tTalk, tText and iInteraction*. Londres: Sage Publications, .(1993).
- SILVERMAN, D. *The Theory of Organisations: a sociological framework*. New York: Basic Books Inc. Publishers, 1971. 245p.
- SIMMEL, G. Space and the Spatial Ordering Of Society. (Chapter 09, pp. 543 – 620). In: SIMMEL, G. *Sociology: inquiries into the construction of social forms*. Volume 2. Leiden (Netherlands) / Boston (USA), 2009[1908]. 715p.
- SIMON, H. *Comportamento administrativo*. Rio de Janeiro: FGV, 1965.
- SIQUEIRA-BATISTA, R.; ROMANELLI, M. A.; DE JESUS, V. L. B.; BATISTA, R. S.; HELAYËL-NETO, J. A. A natureza do espaço-tempo: reflexões acerca do ensino de História e Filosofia da Ciência. In: Encontro Nacional de Ensino de Ciências da Saúde e do Ambiente, 2008, Niterói. *Anais...* Niterói (RJ): UNIPLI,

2008. p. 35-44.

- SLOAN, A. P. *Meus anos com a General Motors*. São Paulo: Negócio Editora, 1965.
- SMITH, M. L.; MADON, S. Structure, agency, and causality: three central assumptions in ITD research. *Proceedings of the 9th International Conference on Social Implications of Computers in Developing Countries*, São Paulo, Brazil, May 2007.
- SOUSA-SANTOS, B. de. *Reinventar la democracia: reinventar el Estado*. Buenos Aires, CLACSO, 2006. 112p.
- SOUZA, E. M. Pós-modernidade nos Estudos Organizacionais: equívocos, antagonismos e dilemas. In: XXXIV Enanpad, 2010, Rio de Janeiro.
- SOUZA, E. M.; MACHADO, L. D.; BIANCO, M. de F. O Homem e o Pós-Estruturalismo Foucaultiano: Implicações nos Estudos Organizacionais. *Revista Organizações & Sociedade – O&S*, v. 15, p. 71-86, 2008.
- SOUZA, E. M.; PETINELLI-SOUZA, S. Foucault e Deleuze Visitam os Estudos Organizacionais. In: I Congresso Tecnologias de Gestão e Subjetividades, 2010, Vitória. I Congresso Tecnologias de Gestão e Subjetividades, 2010.
- SOUZA, E. M.; PETINELLI-SOUZA, S.; SILVA, A. R. L. O Pós-estruturalismo e os ECGs: da busca pela emancipação à constituição do sujeito. In: XXXV EnANPAD, 2011, Rio de Janeiro. XXXV EnANPAD, 2011.
- SOUZA, J. F. de. *A construção social da subcidadania: para uma sociologia política da modernidade periférica*. [1ª Reimpressão]. Belo Horizonte (MG): Editora UFMG/ Rio de Janeiro (RJ): IUPERJ, 2006. 207p.
- SOUZA, J. F. de. *A Ralé Brasileira: quem é e como vive*. Rio de Janeiro (RJ): Record, 2009.
- TALCOTT PARSONS ARCHIVES. *Bolender: Talcott Parsons Archive*. s/l, 2011. Disponível em: <<http://www.bolenderinitiatives.com/sociology/talcott-parsons-1902-1979/talcott-parsons-critique>>. Acesso: 31 ago 2011.
- TAYLOR, F. W. *Princípios de Administração Científica*. 8ª Ed. São Paulo (SP): Atlas, 1990 [1911]. 109p.
- TAYLOR, F. W. *Princípios de Administração Científica*. São Paulo (SP): Atlas, 1995.
- THE WEB SITE FOR CRITICAL REALISM. Disponível em: [http://www.criticalrealism.com/index.php?sitesig=WSCR&page=WSCR\\_090\\_Links](http://www.criticalrealism.com/index.php?sitesig=WSCR&page=WSCR_090_Links). Acesso: 25 fev. 2012.
- THIRY-CHERQUES, H. R. Pierre Bourdieu: a teoria na prática. *Revista de Administração Pública - RAP*, Rio de Janeiro (RJ), 40 (1): 27-55, Jan./Fev., 2006.
- THOMPSON, K. Georges Gurvitch. In: SCOTT, J. (Ed). *Fifty Key Sociologists: the contemporary theorists*. Routledge: London/New York, 2007. pp. 122-126.
- VANDENBERGHE, F. Avatars of the Collective. A Realist Theory of Collective Subjectivities. *Sociological Theory*, 25 (4), pp. 295-324, 2007a.
- VANDENBERGHE, F. A era dos epígonos: a teoria social pós-bourdiesiana na França. In: VANDENBERGHE, F. *Teoria Social Realista: um diálogo franco-britânico*. Belo Horizonte (MG): Editora UFMG/ Rio de Janeiro (RJ): IUPERJ, 2010c. pp.85-110.

- VANDENBERGHE, F. A Teoria social pós-bourdieuiana na França. In: VANDENBERGHE, F. *Teoria Social Realista: um diálogo franco-britânico*. Belo Horizonte (MG): Editora UFMG/ Rio de Janeiro (RJ): IUPERJ, 2010. pp. 85-110.
- VANDENBERGHE, F. Anti-realismo e os chamados ‘Estudos’, *Que Cazzo é esse?!!*. 2012b. Disponível em: <<http://frederic.iesp.uerj.br/>>. Acesso: 25 fev.2013.
- VANDENBERGHE, F. *Bhaskar e etc. ...* London: Routledge, 2012a. (Forthcoming).
- VANDENBERGHE, F. Construção e crítica na nova sociologia francesa. In: VANDENBERGHE, F. *Teoria Social Realista: um diálogo franco-britânico*. Belo Horizonte (MG): Editora UFMG/ Rio de Janeiro (RJ): IUPERJ, 2010f. pp.147-182.
- VANDENBERGHE, F. Esboço de uma pesquisa intercontinental sobre um camelo. In: VANDENBERGHE, F. *Teoria Social Realista: um diálogo franco-britânico*. Belo Horizonte (MG): Editora UFMG/ Rio de Janeiro (RJ): IUPERJ, 2010i. pp.361-367.
- VANDENBERGHE, F. *Metacritical realism: a proposal (part 1)* (Manuscript)., 2012c. Disponível em: <<http://frederic.iesp.uerj.br/>>. Acesso: 25 fev. 2013.
- VANDENBERGHE, F. *O esgotamento do novo movimento teórico e a era dos epígonos*. In: *Invenção do Contemporâneo*, 2009, Campinas. CPFL. Palestra publicada em vídeo em: 09/10/2009 às 22:45:05. Disponível em: <<http://www.cpfcultura.com.br/site/2009/11/30/integra-o-esgotamento-do-%E2%80%9Cnovo-movimento-teorico%E2%80%9D-e-a-era-de-epigonos-frederic-vandenbergher/>>. Acesso: 25 ago 2011.
- VANDENBERGHE, F. O real é relacional: uma análise epistemológica do estruturalismo gerativo de Pierre Bourdieu. In: VANDENBERGHE, F. *Teoria Social Realista: um diálogo franco-britânico*. Belo Horizonte (MG): Editora UFMG/ Rio de Janeiro (RJ): IUPERJ, 2010b. pp.43-84.
- VANDENBERGHE, F. Para Michel Freitag: uma fenomenologia do espírito para nosso tempo. In: VANDENBERGHE, F. *Teoria Social Realista: um diálogo franco-britânico*. Belo Horizonte (MG): Editora UFMG/ Rio de Janeiro (RJ): IUPERJ, 2010d. pp.111-122.
- VANDENBERGHE, F. Realismo em um só país? In: VANDENBERGHE, F. *Teoria Social Realista: um diálogo franco-britânico*. Belo Horizonte (MG): Editora UFMG/ Rio de Janeiro (RJ): IUPERJ, 2010a. pp.13-42.
- VANDENBERGHE, F. Reconfiguração da teoria dos actantes rizomáticos. In: VANDENBERGHE, F. *Teoria Social Realista: um diálogo franco-britânico*. Belo Horizonte (MG): Editora UFMG/ Rio de Janeiro (RJ): IUPERJ, 2010e. pp.123-146.
- VANDENBERGHE, F. The real is relational: an epistemological analysis of Pierre Bourdieu’s generative structuralism. *Sociological Theory*, v. 17, n. 1, p.32-67, mar., 1999.
- VANDENBERGHE, F. Uma ontologia realista para a sociologia: morfogênese da sociedade e estruturação das subjetividades coletivas. In: VANDENBERGHE, F. *Teoria Social Realista: um diálogo franco-britânico*. Belo Horizonte (MG): Editora UFMG/ Rio de Janeiro (RJ): IUPERJ, 2010g. pp.183-256.
- VANDENBERGHE, F. Une ontologie realiste pou La sociologie: système,

morphogenèse et collectifs. *Social Science Information*, 46 (3), pp.487-542, 2007b.

- VANDENBERGHE, F. Você sabe com quem está falando quando fala consigo mesmo? Margaret Archer e a teoria das conversações internas. In: VANDENBERGHE, F. *Teoria Social Realista: um diálogo franco-britânico*. Belo Horizonte (MG): Editora UFMG/ Rio de Janeiro (RJ): IUPERJ, 2010h. pp.257-272.
- VASCONCELLOS, G. F. *Brazil no Prego*. 1ª Ed. Rio de Janeiro (RJ): Revan, 2004. v. 1. 212p.
- VASCONCELLOS, G. F. Darcy Ribeiro e a Geração Conceitual da Antropologia das Civilizações. *Revista Política: para la independencia y la unidad de América Latina*, v. 1, p. 101-115, 2011.
- VASCONCELLOS, G. F. Ludovico Silva: do estilo literário de Marx a mais valia ideológica. *Revista: política para la independencia y unidad de América Latina*, v. 12, p. 187-193, 2012.
- ZIELENIEC, A. *Space and Social Theory*. London: Sage Publications, 2007.
- WACQUANT, L. J. D. O legado sociológico de Pierre Bourdieu: duas dimensões e uma nota pessoal. *Rev. Sol. Polit.*, Curitiba, nº 19, pp. 95-110, Nov, 2002.
- WEBER, M. A ética protestante e o espírito do capitalismo. São Paulo (SP): Companhia das Letras, 2004 [1094-5].
- WEBER, M. *Ciência e Política: duas vocações*. Texto integral. São Paulo (SP): Editora Martin Claret Ltda, 2006. (Coleção A Obra-prima de Cada Autor).
- WEBER, M. *Economia y sociedad*. México D.F.: Fondo de Cultura Economica, 1944.
- WEBER, M. *Ensaio de Sociologia*. Rio de Janeiro (RJ): Guanabara, 1982.
- WEICK, K. E. *A psicologia social da organização*. São Paulo (SP): 1973. 120p.
- WEICK, K. E. *Making sense of the organization*. Oxford (UK)/Malden (MA/USA): Blackwell Publishers, 2001.483p.
- WEICK, K. E. *The social psychology of organizing*. Massachusetts (USA): Addison-Wesley Publishing Company, 1969. 121p.
- WIKIPEDIA (Enciclopédia Livre). *Roy Bhaskar (Biografia)*. Disponível em: <[http://en.wikipedia.org/wiki/Roy\\_Bhaskar](http://en.wikipedia.org/wiki/Roy_Bhaskar)>. Acesso: 10 dez. 2010.
- WILLMOTT, H. Theorizing contemporary control: some post-structuralist responses to some critical realist questions. *Organization*, v. 12, nº. 5, 2005.
- WOODWARD, J. *Organização industrial: teoria e prática*. São Paulo: Atlas, 1977.

## Glossário

Este glossário foi inicialmente tomado emprestado de Irvin (1997) que compilou a maioria dos termos elencados a seguir. A maioria dos verbetes a seguir constitui-se na tradução do material que ele próprio compilou e disponibilizou no *website* dos arquivos de realismo crítico (THE WEB SITE FOR CRITICAL REALISM, 2012). Trata-se, portanto, de uma compilação seletiva de termos-chave que representa um rascunho de cunho pessoal e, portanto, intrinsecamente atrelado à minha própria leitura de Louis Irvin (1997).

No entanto, estas notas, destinadas a familiarizar aqueles que se aproximaram do trabalho de Bhaskar recentemente, resgatam alguns dos conceitos básicos utilizados por ele para formular suas posições – não para afirmar essas posições – (IRWIN; 1997) e foram identificadas e reproduzidas numa tentativa foi feita para apresentar o ponto de um conceito e relacioná-lo com a tradição filosófica e/ou com outros conceitos de Bhaskar. Seu objetivo é expor os conceitos tão claramente quanto possível, a fim de permitir que novos leitores se orientem. Portanto, não são abordadas muitas nuances e é preciso ressaltar que os conceitos aqui destacados foram porposital e prioritariamente coletados a partir de citações diretas, a fim de fornecer, de forma mais exata possível, a real concepção e sentido empregados aos mesmos, evitando, assim (ou pelo menos minimizando), a subjetividade de minha interpretação. Somente de forma secundária, recorreu-se ao uso de citações indiretas e explicações mais detalhadas, salvo quando efetuadas pelos próprios autores.

A partir desta base inicial, disponibilizada por Irvin (1997), foi possível inserir e ampliar tais notas a fim de fornecer inicialmente um acesso fácil ao vocabulário teórico mobilizado pela corrente do realismo crítico. Assim, continuando o trabalho de Irvin, e visando estendê-lo, reproduzo aqui a maioria de seus verbetes aos quais busquei acrescentar outros novos, numa tentativa de ampliar busco aqui de facilitar o acesso inicial ao vocabulário realista crítica e de potencializar sua dispersão. Seguindo seu método de trabalho inicial, busquei enunciar o termo em destaque e extrair sua definição de forma literal – isto é através de uma citação direta – da obra consultada.

Esta seleção foi feita com base na trajetória teórica que consegui realizar dentro do realismo crítico até o momento e também no conjunto de obras a que tive acesso. Portanto, de forma nenhuma estes termos estão necessariamente convergentes e coerentes com o conjunto da obra realista crítica ou complementemente abrangentes para representá-la como um todo. Ao contrário, devido à sua própria extensão e trajetória, com sucessivas inflexões (transcendental, dialética, morfogenética e, para alguns, até mesmo espiritual e, posteriormente, metarreal), é muito difícil, senão impossível, realizar uma tarefa de mapeamento exaustivo de toda a extensão, o volume e a profundidade do movimento realista crítico, incluindo suas diferentes nuances.

Acredita-se que tal tarefa, por si só, já seria outra tese. Ou talvez mais do que isso. Por isso, limito-me aqui a tratar também seletivamente apenas daqueles conceitos identificados, ao longo de meu contato com a literatura, como basilares e estruturantes do modo de pensar realista crítico e, portanto, fundamentais a compreensão acurada deste relato filosófico-científico. Ainda sim, acredito na utilidade de tal empreitada, haja vista a escassez de trabalhos sistematizadores e clarificadores sobre o assunto (uma exceção é o próprio dicionário de realismo crítico, ao qual, contudo, não tive acesso).

\*\*\*\*\*



(1) **Ausência (Absence)**

“Entendida como a não-existência em nenhum lugar e em nenhum tempo. Ela é sistematicamente bipolar, designando o processo de ausentar (distanciamento e/ou transformação) assim como uma simples ausência em um nível/contexto/região específica do espaço-tempo mais ou menos determinado; na verdade, revela uma polissemia quádrupla: produto, processo, processo-em-produto e produto-em-processo – que pode ser recursivamente incorporada e sistematicamente misturada [confundida]. Isso inclui, mas está longe de ser esgotado pelo passado e pelo aspecto exterior [lado externo]. É a categoria central da dialética, se concebida como argumento, a mudança ou o aumento de (ou aspiração a) a liberdade, o que depende da identificação e eliminação de erros, estados de coisas e restrições, ou mais geralmente males – defendidas igualmente como ausências”. (BHASKAR, 2008[1993], p. 369– tradução livre).

(2) **Efetivação (Actualism) (SRHE 28)**

“A redução de leis causais para padrões de eventos, uma posição associada com Hume e com o empirismo clássico. Bhaskar sustenta, pelo contrário, que as leis causais têm uma existência real como tendências que geram os fenômenos (eventos e situações) em que os padrões são detectados e que estão sujeitas à observação empírica ou verificação. Os padrões são reflexos das tendências, mas as últimas não podem ser reduzidas aos primeiros. Bhaskar designa fenômenos gerados por mecanismos e tendências reais como “efetivos” [actual], mas tais mecanismos e tendências podem ou não manifestar-se em fenômenos efetivos, dependendo do que mais ocorre (e tais manifestações podem ou não ser verificadas empiricamente). A distinção entre real e efetivo (performativo) é referente ao positivismo, a distinção entre efetivo empírico é referente à identidade sujeito/objeto. Este é um conceito chave para Bhaskar e está intimamente relacionado à estratificação (Veja DIFERENCIAÇÃO E ESTRATIFICAÇÃO; ver também SISTEMAS FECHADOS E ABERTOS, EFETIVAÇÃO FORTES E FRACOS, e FATOS.) (IRWIN, 1997, s/p – tradução livre).

(3) **Blockismo (Blockism)**

“A postulação de uma totalidade simultânea conjuntiva de todos os eventos”. (BHASKAR, 2008[1993], p. 371– tradução livre).

(4) **Conflação, ascendente/descendente e central (Conflation, ascendent/descendent and central)**

O argumento da conflação central, bem como a ascendente e a descendente, foi desenvolvido por Archer para atacar o problema da agência-estrutura, no âmbito da teoria social, em particular fazendo oposição interdiscursiva aos trabalhos da vertente estruturalista de Giddens e Bourdieu, dos quais se critica a ontologia plana subjacente e, por extensão, a impossibilidade de fornecer uma avaliação e solução adequadas daquele problema. Archer critica as tradicionais abordagens individualista e holista que pretendem reduzir um nível da realidade ao outro. Em seu lugar propõe-se a ontologia estratificada do realismo crítico. Archer (2000, p. 5 – tradução livre, destaques no original) usa “[...] o termo ‘conflação’ ao invés de ‘redução’ por duas razões. A primeira com vistas a acentuar os *efeitos* de retenção das propriedades emergentes seja dos agentes ou da sociedade. Na Conflação Ascendente os poderes das ‘pessoas’ são mantidos para orquestrar aqueles das ‘partes’: na Conflação Descendente as ‘partes’ organizam as ‘pessoas’. [...] Conflação descendente significa que as propriedades das ‘pessoas’ podem ser ‘ascendentemente reduzidas’ às propriedades do sistema, o qual sozinho [unicamente] possui poderes causais. Conflação ascendente significa que as propriedades das ‘partes’ podem ser ‘descendentemente reduzidas’ às propriedades das ‘pessoas’, as quais sozinhas [unicamente] possuem poderes causais. [...] conflação e redução jazem exatamente sobre as mesmas bases ontológicas. Ou seja, *ou* as ‘partes’ *ou* as ‘pessoas’ são mantidas como sendo

os *constituíntes últimos* da realidade social, para o qual o outro podem ser reduzido. [...] Há uma terceira forma de conflação que não endossa de todo o reducionismo. Essa é a conflação Central que é *areducionista*, porque ela insiste sobre a inseparabilidade das ‘partes’ e das ‘pessoas’. [...] qualquer forma de conflação tem as mesmas conseqquencias. Por isso, a conflação é um tipo de erro mais genérico do que o reducionismo que é meramente uma forma dele, ou melhor dois casos particulares dele. Isto é demonstrado pela conflação Central, onde a elisão ocorre no ‘meio’. Esta abordagem direcional [...] não interpreta nem as ‘partes’ nem as ‘pessoas’ como um epifenômeno do outro. [...] o que se passa é que a autonomia é retida em *ambos os níveis* porque eles são assegurados como sendo mutuamente constitutivos. [...] os dois elementos não podem ser desatados e, portanto, sua influencia recíproca não pode ser destrinchada, o que é assegurado ser seu maior defeito e o qual severamente limita sua utilidade na pesquisa social empírica”. Em sua avaliação Giddens e Bourdieu incorrem neste último caso de conflação.

(5) **Constelação (Constelations)**

“A estrutura dialética na qual uma parte da realidade é vista como um componente de uma realidade mais ampla e abrangente (DPF 19). Bhaskar fala de uma entidade emergente como sendo constelacionalmente idêntica com o solo a partir do qual ela emergiu. Um fechamento constelacional significa o encerramento da totalidade constituindo uma constelação de fenômenos. De acordo com Bhaskar, Hegel deu relevância a uma determinante constituinte de uma totalidade espiritual fechada. Uma vez que nada pode emergir a partir de uma totalidade fechada, a matéria tem de estar presente (ou pelo menos determinada) desde o início (DPF 24). Bhaskar, em contraste, vê a mente como tendo surgido a partir de uma totalidade material aberta.” (IRWIN, 1997, s/p – tradução livre).

(6) **Determinismo (Determinism [RR 161-2])**

“A ubiquidade do determinismo é a visão de que todo evento tem uma causa real (RTS 70). A regularidade do determinismo (SRHE 218) é a visão de que todos os eventos de um determinado tipo têm um efeito de um tipo relacionado (RTS 70, em que ele parece começar de trás para a frente). A regularidade do determinismo só pode ser suportada pela suposição de sistemas fechados, o que garante um padrão regular de conjunto de tipos de eventos. Bhaskar apoia a ubiquidade do determinismo, mas ele salienta que o fato de que um evento foi causado não implica que foi pré-determinado. Embora, de fato, digamos que o evento Y causou o evento X, entre as ocorrências de Y e X poderia ter havido algum outro evento que teria inibido Y de causar X. A regularidade do determinismo tem que assumir que não existem fenômenos que poderiam inibir Y de causar X, por isso tem que tomar o futuro no momento de Y (e, portanto, o futuro a qualquer momento), a ser fixo e determinado. Levar o futuro desta maneira, porém, é simplesmente assumir a predeterminação. A inferência de predeterminação da ubiquidade do determinismo exigiria a suposição adicional de sistemas fechados. Será que o mundo consiste apenas de regularidades, ou também inclui mecanismos que causam as regularidades, e que permitem a manifestação de regularidades a serem anuladas? / É útil para contrastar um tipo de estrutura com o sinal [sic] de sua atividade . Um tipo de estrutura pode ser completamente determinado pela estrutura de seus componentes, tais como a liquidez é determinada pelas propriedades químicas da água. Esse tipo de determinação é de explicação científica comum e ocorre no nível do real. O que Bhaskar objetiva é supor que tais explicações científicas implicam que o sinal da atividade de um tipo são pré-determinadas. O que acontece com essa quantidade específica de água pode ter muito pouco a ver com a sua composição química, como, por exemplo, o desvio de rios nos EUA Ocidental para a Califórnia, devido a decisões políticas. Liberdade e agência são explicadas por tendências não realizadas, que são propriedades reais do mundo, mas cujos efeitos não são determinados por fenômenos efetivos (performativos) correntes (ver ATUALISMO)”. (IRWIN, 1997, s/p – tradução livre).

(7) **Dialética (Dialectic)**

“Bhaskar fornece uma descrição formal da dialética como um ‘processo de conflito de interligação, e mudança [...] conceitual ou social’ (DPF 3). Bhaskar vê a dialética como um processo real, que resulta na remoção de obstáculos causalmente eficazes para a prosperidade humana. Tais obstáculos são analisados como “ausências”, que devem estar “ausentes” em um processo dialético real e contingente da crítica emancipatória ou ‘ausentação das ausências’ [absenting absences] (ver AUSÊNCIA). A dialética ontológica está preocupada com a realidade, a dialética epistemológica está preocupada com o que é conhecido sobre a realidade, e a dialética relacional metacriticamente situa o nosso conhecimento em relação ao que é conhecido (DPF 3). / Bhaskar vê a humanidade como a partilha de uma natureza humana central (sujeito a alterações) que se manifesta de maneira diferente em diferentes condições por meio de mediações diversas. A humanidade se manifesta de formas diferentes sob condições de pobreza e condições de riqueza. A razão principal da humanidade é a base da razão da igualdade, os desvios dessas razões que devem ser justificados por mediações particulares em indivíduos concretos (PE 113, 149). As coisas são dialeticamente iguais, se não houverem diferenças justificadas pela mediações particulares que poderiam justificar tratá-los desigualmente, e ‘universabilidade’ dialética requer tratar iguais dialéticos igualmente. Bhaskar vê inconsistências teoria/prática (veja CRÍTICA E ARGUMENTO TRANSCENDENTAL) como decorrentes da falta de universabilidade dialética (PE 135)”. (IRWIN, 1997, s/p – tradução livre).

(8) **Diferenciação e Estratificação (Differentiation and Stratification)**

“Estratificação é a disposição da ontologia para os níveis do real, o efetivo, e o empírico. O real consiste em mecanismos reais que geram fenômenos no nível do real, que pode ou não pode ser observado no nível do empírico (SRHE 27). De modo mais geral, a estratificação refere-se à eficácia causal simultânea de diferentes níveis emergentes (ver EMERGÊNCIA). A estratificação é associada a uma analogia que Bhaskar implanta ao longo de sua obra e é relacionada à estrutura causal. Estratificação também se aplica no domínio transitivo do conhecimento, bem como no domínio intransitivo, como um pedaço de conhecimento contra as estruturas cognitivas que geram conhecimentos, transformando conhecimentos anteriores (SRHE 60). / Diferenciação é a existência de sistemas abertos bem como fechados. Diferenciação implica que as leis e as ações não têm efeitos uniformes, daí a origem do termo. A distinção entre os mecanismos e os eventos que eles geram (ou podem gerar), que é a estratificação, é necessária para explicar a razão por que o mundo é diferenciado (RTS 19). Diferenciação está associada a uma analogia horizontal que Bhaskar implanta no decorrer de toda a sua obra, especificamente em relação à eficácia causal de mecanismos geradores em sistemas abertos e fechados (SRHE 40). Eficácia causal é denominada ‘transfactual’ ”. (IRWIN, 1997, s/p – tradução livre).

(9) **Dimensões Intransitiva e Transitiva (Intransitive/Transitive Dimensions)**

“A dimensão intransitiva é, inicialmente, o domínio dos objetos do conhecimento científico: mas o conceito pode ser estendido para levar em conta qualquer coisa existencialmente intransitiva, seja conhecida, cognoscível ou não. A transfactualidade das leis e a socialização na ciência implicam a distinção entre as dimensões da ciência intransitiva ou ontológica e a transitiva ou epistemológica. Esta última deve, logicamente, ser estendida para incluir todo o material e infra-estrutura cultural da sociedade.” (BHASKAR, 2008[1993], p. 376 – tradução livre).

(10) **Emergência (Emergency)**

“Uma relação entre dois termos tais que um termo diacronicamente, ou talvez sincronicamente surja do outro, mas é capaz de retroagir sobre a primeira e é, de qualquer modo, causal e taxonomicamente irreduzível a ela [à primeira]” (BHASKAR, 2008[1993], p. 373 – tradução livre).

/ [Interpretação de Irvin] **Emergência (Emergency [RTS 113])**

“A origem das coisas com um grau de autonomia causal do nível causal existente a partir do qual se originaram. Autonomia causal impede as entidades emergentes de serem

redutíveis àquilo a partir do qual surgiram. As propriedades de uma coisa emergente não são previsíveis a partir de propriedades no nível inferior (SRHE 104). Por exemplo, as propriedades sociais em geral só podem ser explicadas em termos de outras propriedades sociais. Pode haver leis sobre a biologia que não são redutíveis a leis da física. Isso não exige alguma substância especial mental ou espiritual que tem propriedades, acima das propriedades físicas. Ela exige apenas que entidades biológicas tenham propriedades que não podem ser inteiramente reduzidas a propriedades mecânicas, nem a propriedades eletromagnéticas, nem a propriedades gravitacionais, etc., mas são formadas a partir de interações complexas destes. Todos esses fenômenos físicos podem interferir nos efeitos dos outros, como quando um ímã impede que alguma coisa caia. Entidades biológicas podem ser capazes de explorar possibilidades reais na natureza que não estão disponíveis para as entidades sujeitas à mecânica sozinha, ou sozinha para eletromagnetismo, etc. As propriedades complexas a partir de todos os fenômenos físicos separados podem conspirar de uma maneira que transcende os efeitos de qualquer um ou vários deles, sem ter que postular qualquer outra força misteriosa. / Propriedades emergentes exploram possibilidades na natureza, que não estavam sendo exploradas no nível mais baixo, do qual emergiu dessas propriedades. Da mesma forma, a estrutura atômica envolve a atualização de forças da natureza (as forças fraca e forte no núcleo) que não estavam envolvidas no componente prótons e nêutrons, antes da formação dos átomos. Novos poderes que surgem só são possíveis em virtude do maior nível de organização da matéria que evolui (DPF 51). / Um argumento transcendental de nossa experiência mostra que isso é correto no que diz respeito à irreducibilidade de atividade social. É condição para a existência dos nossos produtos sociais que sejamos agentes causais, cujas razões são causas autônomas. As origens das ações humanas podem ser explicadas apenas por referência a formas sociais e os efeitos das ações humanas podem ser explicados apenas por referência aos efeitos causal das crenças. / Note-se que o reducionismo aqui não é o mesmo que o determinismo: [aqui o reducionismo] transforma redução em que o nível de mecanismos causais (físico, biológico, etc.) estão operacionais, enquanto o determinismo liga se esses mecanismos operam em sistemas abertos ou fechados (RR 114). Emergência é consistente com um relato diacrônico causal de como a entidade emergente se desenvolve a partir de um nível pré-emergente do mundo. A ascensão da realidade social pode ser rastreada em uma cadeia causal do pré-existente não-realidade social, mas, uma vez que existe, a realidade social não pode ser reduzida de forma síncrona à parte não-social da realidade (SRHE 113). A autonomia é exemplificada pelo fato de que a explicação de certos estados físicos (ou seja, aquelas que são o resultado da atividade humana intencional) exige referência irreduzível a crenças (SRHE 117)". (IRWIN, 1997, s/p – tradução livre).

**(11) Espaço-temporalidade (Spatio-temporality)**

“Espaço-temporalidade tem um caráter quádruplo, como (a) uma grade referencial, (b) uma medida, (c) um conjunto de relações *prima facie* de exclusão mútua, (d) uma propriedade potencialmente emergente, talvez com poderes causais de si própria e (e) um processo geral entrópico. Espaço-temporalidades podem ser emergentes, quer como relato novo de um sistema existente de coisas materiais ou como relato de um novo sistema de coisas materiais. Espaço-temporalidades podem ser múltiplas, disjuntas, alongadas, cruzadas, sobrepostas, contraditórias, etc. Como processo, a causalidade é tipicamente intrínseca tanto espacializada como tensionada [ou esticada]. Mas ambos, tanto o desencaixe e a emergência do espaço em relação ao tempo, e vice-versa, são possíveis e instanciados no nosso mundo”. (BHASKAR, 2008[1993], p. 375 – tradução livre).

**(12) Execução (Execution)**

“A ciência completa significaria que nenhuma nova transformação cognitiva é necessária para adquirir o conhecimento científico disponível (RTS 58). Isto não significa que tudo o que já seria conhecido, mas apenas que há um conjunto universal, objetivo e imutável de conceitos suficiente para toda aquisição de conhecimento”. (IRWIN, 1997, s/p – tradução livre).

(13) **Explicação (Explanation)**

“Bhaskar distingue explicações teóricas e práticas (SRHE 68, 107-8; DPF 109-110; PE 24-25, 27-28). Explicação teórica envolve a detecção do real, estruturas subjacentes e os mecanismos que geram fenômenos observáveis em um processo de três camadas, com um nível humeano relativo ao reconhecimento de regularidades, um nível lockeano relativo à conceituação de estrutura causal, e um nível de leibniziano referente à detecção empírica de estrutura real. Explicação prática envolve o exame de uma conjuntura complexa e sua análise em estruturas componentes e mecanismos (já detectados pela explicação teórica)”. (IRWIN, 1997, s/p – tradução livre).

(14) **Falácias Epistêmica e Ôntica (Ôntic and Epistemic Fallacies)**

“Na falácia epistêmica, declarações sobre o ser [existência/being] estão sendo interpretadas como declarações sobre o conhecimento (SRHE 6). Basicamente, o ser é entendido como [aquilo que está] sendo percebido, algo que é despercebido sendo uma coisa em si na melhor das hipóteses (e nem real nem efetiva na pior das hipóteses). Na falácia ôntica, o conhecimento é analisado como uma relação direta e não mediada entre um sujeito e um ser. A falácia ôntica ignora os mecanismos cognitivos e sociais pelos quais o conhecimento é produzido a partir do conhecimento antecedente, deixando uma ontologia dos eventos do conhecimento empírico (percepções primárias) e uma epistemologia de-socializada (SRHE 23, 253). / Bhaskar vê uma estreita relação entre essas duas falácias, especialmente em relação ao empirismo clássico. A falácia epistêmica primeiro projeta o mundo externo em um subjetivo como um mapa fenomenal, então a falácia ôntica projeta as entidades fenomenais desse mapa subjetivo de volta ao mundo como dados dos sentidos objetivos, dos quais temos conhecimento perceptivo direto. Então, a realidade independente do pensamento é primeiro subjetivada e então os elementos subjetivados são objetivados para explicar e justificar o nosso conhecimento.” (IRWIN, 1997, s/p – tradução livre).

(15) **Fatos (Facts)**

“Bhaskar vê os fatos como construções sociais que são conceituações do mundo e existem no que ele denomina a dimensão transitiva da ciência (RTS 57, 196; RR 9, 60; SRHE 94-5, 283). Bhaskar concebe o mundo como contendo mecanismos no nível ontológico do real que geram fenômenos (eventos e situações) no nível ontológico do efetivo, e nós conceitualizamos estes eventos e situações em fatos transitivos, que são produtos sociais e sujeitos a mudança conceitual. Assim, fatos, ao contrário de eventos e situações, não podem existir em um mundo sem seres inteligentes. / Como o nosso kit de ferramentas conceituais muda, o mesmo acontece com a nossa forma de conceituar eventos e situações. O realismo crítico conceitua eventos e situações em relação aos mecanismos reais que os geram, ao invés de concebê-los como átomos que determinam o nosso conhecimento deles sem qualquer tipo de mediação (ver falácias epistêmica e ôntica). Os fatos não são dados a nós em uma experiência; são estabelecidos através de um processo social (Veja DIMENSÕES TRANSITIVAS E INTRANSITIVAS.) “Os fatos são instituições sociais [de um] paradigma: são possibilidades inerentes às estruturas cognitivas que agentes humanos reproduzam e transformem, mas não criem” (RR 60). Este ponto de vista dos fatos contrasta com “o conceito positivista de um fato como o que é mais ou menos imediatamente apreendido na percepção sensorial” (SRHE 95). / Agora, se queremos afirmar que todos os fatos são relativos a uma perspectiva, então, pode parecer que temos que ignorar a relatividade da perspectiva de qual a reivindicação [claim] é avançada [advanced], que é denominado ‘esquecimento nietscheano’. Bhaskar resolve esta antinomia ao considerar que as perspectivas são reais (PE 77) e são partes de totalidades em que os agentes estão inseridos. A perspectiva de que a reivindicação é feita sobre as perspectivas é parte de uma totalidade essencialmente relacionada a perspectivas reais. Essa totalidade é o autoestratificada e sua estrutura elimina a necessidade de “esquecer” a perspectiva de que se faz a afirmação de que todas as perspectivas são relativas (PE 80, 198-9)”. (IRWIN, 1997, s/p – tradução livre).

(16) **Identities (Identities)**

“Identidade constelacional é a contenção ou inclusão de uma coisa dentro de, ou por outra coisa. Identidade disposicional é a identidade de uma coisa com a sua mudança por poderes causais. Identidade rítmica é a identidade de uma coisa com o exercício de sua mudança de poderes causais. Essas identidades constituem três tipos de ultimos.” (BHASKAR, 2008[1993], p. 375 – tradução livre).

(17) **Indexicalism (Indexicalism)**

“A suposição de que apenas o presente (e, por extensão, o aqui) existe. Inevitavelmente leva ao irrealismo sobre a causalidade e a existência, e daí para ao ego-presente-centrismo solipsista e punctualista”. (BHASKAR, 2008[1993], p. 376 – tradução livre).

(18) **Modelo de atividade de transformação social / TMSA (Transformational Model of Social Activity / TMSA)**

“Articula as relações entre estrutura social e ação humana (cf. PON, C2, SRHE, C2.2 e RR, C5-6). A dialética requer a sua generalização negativa para que as estruturas possam persistir em virtude de nossa inação presente, tendo sido gerado em virtude das práticas dos mortos. Este é outro exemplo da presença do passado. Processos no aqui [e agora] aparecem como mediadores entre estrutura e agência. A generalização da TMSA situa a dialética deslocada e tensionada da estrutura e agência, bem como corrigindo uma ênfase unilateral em tipos particulares de transformação/trabalho/cuidado/paciência, enquanto ainda evitando os erros de reificação e do voluntarismo (cf. C2.9)”. (BHASKAR, 2008[1993], p. 382 – tradução livre).

(19) **Mudança (Change)**

“Bhaskar usa este termo em um sentido técnico, ao invés de corriqueiro. Subjacente à afirmação cotidiana [do tipo] ‘Houve uma mudança no tempo’, algumas teorias filosóficas não veem nenhuma mudança envolvida, mesmo se a afirmação é verdadeira. O tempo de ontem, o tempo de hoje e o tempo de amanhã são vistos como eventos que existem fora do tempo e, portanto, ‘eternos’. No máximo, uma declaração de que tem havido uma mudança no clima envolve um interruptor na atenção subjetiva de um evento eterno (o tempo de ontem) para outro (o tempo de hoje), ou de um aspecto de um único Parmênides imutável para outro. Bhaskar quer restabelecer os aspectos temporais da realidade e ele caracteriza tais teorias como incapazes de conceitualizar a mudança, que exige a visão dos elementos significativos da realidade como tensos processos compreendendo irreduzíveis relações temporais internas e externas (DPF 45). A ausência de mudança aparece em uma série de maneiras em diferentes teorias. É a visão que o mundo é composto de fichas imutáveis, cada uma uma mônada, um Parmênides isolado (DPF 44). Por exemplo, o indexicalismo (o mundo como uma série de experiências atomísticas), o punctualismo (o mundo como um conjunto de eventos ou fatos atomísticos), o blockismo (o mundo como um conjunto fechado de todos os fatos passados, presentes e futuros, todos igualmente determinados) (DPF 252-4). O monismo é o tipo de a visão em que o mundo é composto de tipos imutáveis e, portanto, não admite emergência.” (IRWIN, 1997, s/p – tradução livre).

(20) **Naturalismo Ético e Realismo Moral (Ethics Naturalism end Moral Realism)**

“Esta distinção de muitas maneiras reflete o ‘relativismo epistêmico e a racionalidade crítica’. Bhaskar contrasta um naturalismo ético relativo e em desenvolvimento com um realismo racional moral. O naturalismo ético está no nível das regras morais designadas para orientar as ações, e essas mudam ao longo do tempo com as mudanças em nossos conceitos éticos (por exemplo, ‘escravo’, ‘pessoa’). Subjacente a essas está um realismo moral que fundamenta nossa ética e que pode ser racionalmente descoberto por meio da análise da nossa própria natureza cambiante, nossas necessidades e nossa sociedade. Bhaskar fala de ética [*alethia*], em última análise fundamentada em concepções da natureza

humana (DPF 211). É o realismo moral o que impede o naturalismo ético de ser uma questão arbitrária interna para uma cultura.” (IRWIN, 1997, s/p – tradução livre).

(21) **Níveis [da realidade] (Levels)**

“[é] Um conceito chave para distinguir estratos de profundidade ontológica, os níveis de análise discursiva (por exemplo, falando de falar dentro [(e.g. *talking about from talking within*)]), camadas de emergência e superestruturação. A evasão de homologia, anunciada pela dialética hegeliana (cf. C1.9), e refinada pela [noção] de verdade ética [*alethic*] realista crítica (cf. C3.2), é a chave para a resolução da maioria dos problemas dos livros texto de filosofia (cf. C4.2).” (BHASKAR, 2008[1993], p. 376-377 – tradução livre).

(22) **Processo Existencialmente Constitutivo (Existentially Constitutive Process)**

“A constituição de uma coisa pela sua geo-história. Este é um dos quatro momentos em que a presença do passado e a do lado exterior [ou externo] manifestam-se a si mesmas (cf. C2.8).” (BHASKAR, 2008[1993], p. 374 – tradução livre).

(23) **Puntualismo (Punctualism)**

“Um conceito atomístico do espaço-tempo, refutado pela espaço-temporalidade necessária para a consciência-temporal e, mais genericamente, qualquer causalidade não-contígua (ou mesmo contígua).” (BHASKAR, 2008[1993], p. 379 – tradução livre).

(24) **Realismo Crítico Dialético (Dialectical Critical Realism)**

“[é] O sistema de categorias e configurações apresentadas neste livro, como uma rede de 1M-4D. Não há uma sequência única de apresentação, apesar de um modo particularmente natural, a partir da ausência implícita no desejo, [que] é sugerido em C3.11, mas outros são articulados, por exemplo, em C2.10. Seu objetivo é fornecer um quadro teórico, especialmente através da unificação diferenciada da dialética realista crítica fornecida pelas relações 1M-4D e unificação delas pela categoria 2E de ausência ou negação real, para a real compreensão dos processos históricos geo-dialéticos que, constelacionalmente, contêm aqueles [considerados] "analíticos" ou morfoestáticos”. (BHASKAR, 2008[1993], p. 373 – tradução livre).

(25) **Realismo Transcendental (Transcendental Realism)**

“O realismo transcendental afirma a existência independente e a eficácia transfactual das estruturas e coisas eficazes. Os argumentos transcendentais são espécies de argumentos reductivos-explicativos (familiar para a ciência), em que as premissas incorporam alguma necessidade categórica. A separação transcendental é uma das premissas de um argumento transcendental para um foco sobre as implicações da sua(s) conclusão(ões) ou, dialeticamente, de seus pressupostos metacríticos.” (BHASKAR, 2008[1993], p. 382 – tradução livre).

(26) **Relativismo Epistêmico e Racionalidade de Julgamento (Epistemic Relativism and Judgmental Rationality)**

“Relativismo epistêmico gira em torno da questão de saber se a ciência tem um conjunto de conceitos objetivos, universais e imutáveis que servem de fundamento absoluto (SRHE 43). Seu oposto é chamado de ‘monismo’. Bhaskar diz que não e, portanto, opta pelo relativismo epistêmico. Ele acredita que todos os nossos conceitos e crenças são historicamente gerados e condicionados e assim relativos a alterações de perspectiva e sujeitos. Ele combina esse ponto de vista com a racionalidade de julgamento, que afirma que a ciência não é arbitrária e que não há critérios racionais para julgar algumas teorias como melhores e mais explicativas do que outras. / Relativismo epistêmico, é claro, não diz que o nosso kit de ferramentas conceituais é arbitrário; uma visão, sem dúvida, apoiada pela racionalidade crítica. Este conceito também permite uma compreensão da mudança conceitual, bem como o acréscimo de conhecimento em um quadro conceitual inalterado (SRHE 52). Bhaskar, muitas vezes, se refere ao conhecimento mutável e imutável, mas ele

parece se referir aos quadros conceituais, em vez do agregado do que é conhecido.” (IRWIN, 1997, s/p – tradução livre).

(27) **Restrição (Constraint)**

“Uma proibição absoluta ou relativa, seja natural ou social, remediável ou não. O conceito pode ser negativamente generalizado na esfera social para incluir qualquer tipo de aflição [mal ou enfermidade]”. (BHASKAR, 2008[1993], p. 371– tradução livre).

(28) **Retrodução (Retroduction)**

“[...] envolve um questionamento do que o mundo real deve ser para que um *explanandum* específico seja atualizado, e como tal, difere da indução empírica e da dedução lógica” (JESSOP, 2005, p. 43 – tradução livre).

(29) **Rítmico (Rhythmic)**

“Processo de espacialização estendido [esticado] consistindo no exercício da eficácia causal de uma estrutura ou uma coisa; a qual, como tal, pode ter poderes causais supervenientes [sic] por si própria. É Simbólica da tri-unidade de espaço, tempo e causalidade na dialética”. (BHASKAR, 2008[1993], p. 380 – tradução livre).

(30) **Série-A (A- Series)**

“A ordenação de eventos explicitamente pelo estiramento/extensão do passado, presente e futuro, como distinta da série-B anterior, simultânea ou posterior ou o espaço-temporalmente indefinida serie-C. (ver C3.5)”. (BHASKAR, 2008[1993], p. 369– tradução livre).

(31) **Sistemas Abertos e Fechados (Open and Closed Systems [SRHE 27])**

“Um sistema fechado é restrito de tal forma que leis têm efeitos uniformes. Um sistema aberto é aquele que não está fechado. Sistemas fechados, geralmente, não ocorrem espontaneamente na natureza e requerem a intervenção humana, como em experimentos de laboratório. Todos os tipos de causas intervenientes podem impedir um mecanismo causal ou tendência de ter o seu efeito normal. O conceito de fechamento tem um papel importante em refutar o determinismo, porque um caso determinista não pode ser sustentado sem a regularidade que vem com sistemas fechados, e, finalmente, é mostrado que a hipótese de encerramento é um artigo de fé. / Teorias de campo clássica em física (gravidade, eletromagnetismo, mecânica) assumiram um mundo puro contendo apenas um único campo e mostraram como, dado qualquer estado inicial do campo, todos os estados subsequentes do campo foram determinados. A questão do que acontece quando se considerar existirem e interagirem vários dos campos criou problemas para o determinismo, que era irrefutável sob o pressuposto de que apenas um único campo existe e é atuante. O determinismo laplaciano extrapolou esta verdade estreita para toda a realidade. O fechamento também está intimamente ligado à compreensão das leis que não sejam meramente como padrões de eventos: esta identidade só pode ser sustentada por tanto tempo enquanto os sistemas são considerados fechados. / É importante perceber que um sistema fechado não é o mesmo que um sistema espacialmente isolado. Para conseguir o fechamento, deve-se garantir que não existem causas compensatórias (de um tipo pertencente ao fenômeno a ser investigado). Ser encerrado por influências externas é, em geral, insuficiente para descartar causas compensatórias internas. Por exemplo, um sistema livre de influências externas é, apesar disso, aberto, no que diz respeito aos mecanismos de Newton, se ele contém fenômenos quânticos (RTS 69). Fenômenos quânticos são tratados pelos deterministas como irrelevantes em algum nível macro. / Contra exemplos - como um interruptor [propulsor] que é lançado e, assim, causando algum evento macro se, e somente se, um contador [geiger] mostra um número par em um momento designado - são considerados exceções: o determinismo se aplica apenas em sistemas fechados, o que exclui por definição situações de exemplo circular. Um campo potencial é determinístico, outras coisas sendo iguais, isto é, excluindo-se os fenômenos quânticos, para não dizer



outros campos potenciais que também são determinísticos! (Veja DIFERENCIAÇÃO E ESTRATIFICAÇÃO e ATUALISMO FORTES E FRACOS.)” (IRWIN, 1997, s/p – tradução livre).

**(32) Teoria da Identidade (Identity Theory)**

O monismo de Parmênides, o hilomorfismo [*hylomorphism*] aristotélico, o fenomenalismo positivista humeano e a fenomenologia hegeliana são exemplos de teorias da identidade [do tipo] sujeito-objeto, mas a unidade de sujeito-objeto de identidade ou a teoria equivalente é estabelecida pela falácia epistêmica e, nos tempos modernos, pela denegação pós-humana/kantiana da ontologia. Sem uma ontologia realista transcendental, a filosofia é conduzida pela teoria da identidade e, em particular, pela sua forma generalizada, performatividade [efetivação], e daí para a reificação paradoxal e desumanizadora dos fatos e suas conjunções. Em C2.10 e C3.5, a teoria da identidade [do tipo] sujeito-objeto está ligada às outras teorias de identidade, especialmente identidade do pensamento e fixismo [fixação], e seus efeitos. O realismo crítico dialético envolve um conhecimento parcial, falível e alcançado da teoria da não-identidade [entre] sujeito-objeto, sustentada pela distinção entre as dimensões transitiva e intransitiva e o reconhecimento da contenção constelacional da epistemologia na ontologia” (BHASKAR, 2008[1993], p. 375 – tradução livre).

**(33) Transfactualidade (Transfactuality)**

“O exercício dos poderes causais da estrutura, ou seja, o funcionamento de um mecanismo gerativo, por exemplo, como se manifesta no funcionamento de todas as leis naturais conhecidas pela ciência, deve ser interpretada como uma transfactualidade em processo de aplicação (sendo aplicada), ou seja, em sistemas fechados e abertos da mesma forma. Outros realistas críticos usaram conceitos como transfenomenalidade [*transphenomenality*] e transitucionalidade [*transsituationality*] para destacar essa necessidade. O resultado de não interpretar as leis transfactualmente é que, as afirmações nômicas, com as quais elas são expressas, são imediatamente falsificadas em sistemas abertos e a ciência prática é deixada sem nenhuma credencial epistêmica.” (BHASKAR, 2008[1993], p. 382 – tradução livre).

**(34) Verdade Alethic (Alethic Truth)**

“A verdade da, ou a(s) razão(ões) real(is) para, ou a base dialética das *coisas*, como distinta das *proposições*, possível em virtude da estratificação ontológica do mundo e atingíveis em virtude do caráter dinâmico da ciência”. (BHASKAR, 2008[1993], p. 370 – tradução livre, *itálicos no original*).

**(35) Verdade Alethic (Alethic Truth)**

“A verdade da, ou a(s) razão(ões) real(is) para, ou a base dialética das *coisas*, como distinta das *proposições*, possível em virtude da estratificação ontológica do mundo e atingíveis em virtude do caráter dinâmico da ciência”. (BHASKAR, 2008[1993], p. 370 – tradução livre, *itálicos no original*).

Legenda (todos os trabalhos são de Roy Bhaskar):

PON = The Possibility of Naturalism

SRHE = Scientific Realism and Human Emancipation

RR = Reclaiming Reality

PIF = Philosophy and the Idea of Freedom

DPF = Dialectic: The Pulse of Freedom

PE = Plato Etc.

\*\*\*\*\*